

V 3343 - D 2222
e 13 15 i 14 20 10 14 19 15

N.º orden 343 146

N.º class 263 031

MIGUEL CARVALHO

QUANDO PORTUGAL ARDEU

Histórias e segredos da violência
política no pós-25 de Abril

Testemunhos
e documentos
inéditos

OFICINA
DO LIVRO

Ficha Técnica

Titulo original: Quando Portugal Ardeu
Autor: Miguel Carvalho
Capa: Maria Manuel Lacerda
Fotografia: © Lucília Monteiro
Revisão: Eurico Monchique
ISBN: 9789897416682

OFICINA DO LIVRO
uma empresa do grupo LeYa
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal
Tel. (+351) 21 427 22 00
Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2017, Miguel Carvalho
e Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.
Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor
E-mail: info@oficinadolivro.leva.com
www.oficinadolivro.leva.com
www.leva.pt

Ao Francisco, meu filho, que um dia saberá o valor da liberdade

A todas as vítimas dos anos de brasa da democracia, e seus familiares, sem distinções políticas

À minha família, por todas as histórias ouvidas e vividas desde tenra idade, e pelo elevado preço que pagou por nunca desistir da liberdade

*«É preciso que tudo mude, se quisermos que tudo
fique como está.»*

GIUSEPPE TOMASI DE LAMPEDUSA,
O Leopardo

*«All sorrows can be borne if you put them into a story
or tell a story about it.»*

ISAK DINESEN

INTRODUÇÃO

Contra o esquecimento

Este livro é jornalismo, não é História.

Fala do «lado B» da revolução. Retrata personagens, recupera relatos e desvenda segredos de uma época de inusitada violência política, entretanto apagada da memória histórica ou das «memórias consensuais» do regime saído da revolução de 25 de abril de 1974.

Este apagão não é inocente.

A versão dos vencedores de um determinado período histórico guarda sempre esqueletos nos armários com receio de que possam deslustrar o retrato público, os consensos políticos e sociais, e o unanimismo sobre os factos trabalhado ao longo de décadas.

A imposição dessa memória concordante, sem grandes fissuras, sobre a época de maior confronto ideológico, político e social da democracia insere-se, pois, numa estratégia de domínio. «O controlo da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder», escreveu o antropólogo social Paul Connerton, no famoso ensaio *Como as Sociedades Recordam*. Ora, se a utilização sistemática do aparelho de Estado para despojar os cidadãos da sua memória é típica dos totalitarismos, como deveremos batizar, em democracia, o discurso simplificado e a doutrina do esquecimento organizado para suprimir parte da História à memória dos povos?

Falar desse período histórico português, escrever sobre ele, subverte, pois, a narrativa oficial sobre os acontecimentos, protagonistas e episódios dos primeiros anos de democracia.

Os episódios, personagens, testemunhos e documentos que desfilam ao longo destas páginas, em boa parte inéditos ou resgatados a décadas de silêncios, nascem da obrigação jornalística de interrogar o passado e dar aos esquecidos da História o seu próprio direito ao passado, por muito que alguns deles só pretendam ser lembrados pelo presente.

São conhecidas as diversas narrativas sobre o 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, os casos República e Rádio Renascença, o cerco à Assembleia Constituinte, entre outros. Aqui, o objetivo jornalístico é esgravatar o que terá ficado ofuscado.

Nestas páginas moram memórias clandestinas, subterrâneas, mutiladas, marginais. Nelas cabem acontecimentos desconhecidos ou relegados para segundo plano, subjetividades e sombras que, uma vez iluminadas, ligadas e coligidas, talvez possam ampliar o olhar e o conhecimento sobre os extremos e as controvérsias de um tempo.

Subvertendo versões instituídas, sem maniqueísmos nem ajustes de contas retroativos, o jornalismo pode e deve dessacralizar a memória coletiva, combater visões homogêneas e simplistas da História, estereótipos sobre o passado, e desassossegar os mitos.

Quanto mais o presente instrumentalizar o passado, unificando-o e manipulando-o, mais deve o jornalismo combater o esquecimento, a amnésia e a mentira, sem que para tal tenha de impor uma Verdade.

A memória é plural.

Não há um passado, há passados.

Recuperar e reabilitar testemunhos e documentos tidos por inconvenientes ou menores, trazendo-os da memória privada para o espaço público, é, pois, uma obrigação.

Diversos historiadores e outros estudiosos oriundos das ciências sociais insistem em contrariar o argumento da superação dos traumas do passado como pretexto para impor políticas do esquecimento, revisionismos despidorados e memórias de reconciliação. Alguns consideraram imperioso lembrar que a memória histórica não é composta de factos, mas de interpretações. E essas não são inamovíveis. «Os historiadores não devem esquecer que são os cidadãos que fazem realmente a História – os historiadores apenas a dizem», escreveu, a este propósito, Paul Ricoeur.

Consciente de que muitas democracias modernas fazem amplo uso do «esquecimento por imposição», a

pretexto da manutenção da «paz social», o filósofo francês deixou-nos uma interrogação pertinente: «Não será a prática da amnistia prejudicial à verdade à justiça? Por onde passa a linha de demarcação entre a amnistia e a amnésia? As respostas a estas questões não se encontram ao nível político, mas ao nível mais íntimo de cada cidadão, no seu foro interior. Graças ao trabalho de memória, completado pelo de luto, cada um de nós tem o dever de não esquecer, mas de dizer o passado, de um modo pacífico, sem cólera, por muito doloroso que seja», afirmou.

Quase 27 anos de jornalismo ensinaram-me que o passado nunca está esgotado e obriga a reinterpretar o que sabemos.

O passado tem longa duração. Mexer nele é contrariar este eterno presente em que vivemos. Hobsbawn chamou-lhe «presente contínuo», François Hartog cunhou a expressão «presentismo».

Ambos constituem a maior ameaça à pluralidade da memória e corporizam, segundo Fernando Rosas, um «quotidiano sem qualquer relação orgânica com o passado público da época atual». A desmemória é, pois, o resultado desse «apagão seletivo», onde o presente é um lugar habitado apenas pelo imediato, sem passado nem futuro. Parafraseando T. S. Eliot, o mundo torna-se então propriedade exclusiva dos vivos, sem lugar para os mortos.

Mais de quatro décadas volvidas sobre a fundação do regime democrático e das «amplas liberdades» o autor encontrou diversos obstáculos por parte de zelosos guardiães de arquivos públicos. Obstáculos legais, claro, ou não fossem as leis e as normas jurídicas, por vezes, os maiores aliados do silêncio e do esquecimento.

Escudados na interpretação rigorosa das leis, o Arquivo Geral do Exército ou a Assembleia da República podem, ainda hoje, recusar o acesso a documentos essenciais para compreender, em toda a sua dimensão, este período turbulento da nossa História.

Mais: a lei dá aos protagonistas dessa História o direito de se tornarem donos desse mesmo silêncio e esquecimento, uma vez que as respetivas autorizações para a libertação total de documentos só podem ser dadas pelos próprios ou pelos respetivos herdeiros.

Será, de todo, aceitável esta privatização da memória pública?

A isso juntou-se outra dificuldade, a do homem e das suas circunstâncias. Diversos protagonistas do período aqui retratado recusaram testemunhar sobre o mesmo. Uns de forma diplomática. Outros ignorando olímpicamente sucessivas solicitações. Outros ainda tendo por certo que não passaram anos suficientes para que possam relatar as suas vivências no conforto da democracia, sem correrem o risco de convocar certos demónios de tempos idos.

Estes últimos talvez tenham razão.

Mas o caminho fez-se andando.

Este livro deve, em primeiro lugar, a Josué da Silva (*O Julgamento da Rede Bombista*), João Paulo Guerra (*Polícias & Ladrões*) e Eduardo Dâmaso (*A Invasão Spinolista*) inspiração antiga para desbravar territórios novos de investigação jornalística sobre um período da História recente que permanece na penumbra e na obscuridade.

Este livro é também resultado de dezenas de corajosos e contrastados testemunhos. Trata-se de protagonistas que permitiram exclusivo acesso a preciosos arquivos pessoais e aceitaram falar pela primeira vez, ou quebrar silêncios de décadas, sobre episódios que viveram, moldaram as suas existências e o nosso percurso coletivo, para o bem e para o mal.

Este livro resgata memórias de vítimas das primeiras horas, meses e anos de revolução, a maioria delas ignoradas ou reduzidas a uma nota fúnebre num pé de página da História. Vidas a que nenhum Juízo Final, parafraseando Jorge de Sena, poderá devolver «aquele instante que não viveram, aquele objeto que não fruíram, aquele gesto de amor que fariam “amanhã”».

Este livro mergulha nas origens, cumplicidades e desenlaces da rede bombista de extrema-direita, nas investigações e processos judiciais turvos sobre os quais ainda hoje se guardam receosos e prudentes silêncios, não vá estragar-se a moldura do regime.

Este livro pretende, por fim, iluminar as trevas de uma época irrepetível, obedecendo a um ponto de vista jornalístico e a um conceito moral de dever de memória que recusa as «estratégias do esquecimento» teorizadas por Paul Ricoeur.

No conjunto dos 18 capítulos, este livro é, na esmagadora maioria, inédito e original, mas também recupera e atualiza relatos, memórias e episódios trazidos a público, em primeira instância, na revista *Visão*.

O que vão ler é, pois, a outra história da revolução.

Uma narrativa que foi sendo obstruída, reciclada ou sujeita a demasiados esquecimentos, mas que sobreviveu até aos nossos dias e se oferece enquanto escrutínio e contraste de versões canonizadas.

A construção da democracia não foi apenas isto?

É verdade. Mas foi também isto.

A História, essa, será sempre o que fizermos dela.

Porto, 19 de dezembro de 2016

CAPÍTULO 1

João caiu na rua num dia assim

Quando a revolução amanheceu, o tempo já tinha parado na Faculdade de Letras de Lisboa. João Guilherme Arruda, estudante açoriano do segundo ano de Filosofia, saíra cedo do quarto do 5.º andar da residência partilhada com colegas na Avenida Casal Ribeiro, n.º 21, na capital. Ao chegar à universidade descobrira que as aulas tinham sido suspensas. Nessa manhã, o jovem de 20 anos decidiu então seguir a torrente de entusiasmo e gente que, nas ruas, engrossava os afluentes da liberdade.

A reportagem da RTP apanhou-o, de relance, nas imediações do Quartel do Carmo ao início da tarde de 25 de abril de 1974.

Cabelos compridos, sobre os ombros, João vestia uma camisa clara de colarinhos, tipo «asas de avião», e aproximara-se cabisbaixo do cenário dos instantes decisivos. As câmaras captaram-no por segundos: mão no queixo, rosto espantado, rodeado de curiosos e soldados agachados, esboçara um sorriso cúmplice para um desconhecido.

O Telejornal da noite repetirá as imagens onde João surge, pela última vez, de braços cruzados, atento ao desenlace da longa espera.

Figurante entre muitos, expectante como todos, ele passara o primeiro dia da liberdade a mastigar as horas tensas da rendição de Marcelo Caetano, presidente do Conselho.

A ditadura finava-se, quase sem estrebuchar.

João estava ainda no Largo do Carmo quando, a 400 metros de distância, os agentes da PIDE-DGS resistiram ao estertor da ditadura.

Assanhados e acoissados, desataram a disparar cegamente das janelas do edifício da polícia política, na Rua António Maria Cardoso.

As rajadas de metralhadora varreram a multidão que se acumulara diante do prédio. Algumas pessoas tombaram, desamparadas, feridas.

Ao princípio da noite, Marcelo Caetano entregou-se e, com esse gesto, um povo emergiu da noite e do silêncio habitando um poema.

A nova do Portugal libertado correu célere.

Gente feliz com lágrimas, por entre abraços e cravos, desfilou, triunfal.

Mas àquela hora da liberdade sem freio nem tudo era território libertado.

João seguiu com a massa ululante de manifestantes, muitos deles estudantes, para o espaço físico que faltava exorcizar: a sede da PIDE-DGS. Fazendo jus à sua identidade e história, a sinistra instituição do regime salazarista não se renderia sem sangue.

Passava das oito da noite quando, das janelas, os pistoleiros da polícia política abriram fogo, de novo sem olhar a quem.

João é atingido na cabeça.

Quatro homens caem e morrem.

Há de contar-se mais de trinta feridos.

Um «pide» resistiu a um militar e, já em fuga, foi também abatido.

Chegou mais povo. Ambulâncias.

Quando entrou no hospital, João ainda respirava. Mas num sopro se apaga, enquanto o País desperta da longa madrugada.

Ao longo dos dias seguintes, em serviços noticiosos da RTP, o locutor Fialho Gouveia refere-se brevemente a um jovem «loiro», aparentando 20 anos, que continuava na morgue por identificar.

Manuel Sá Couto, amigo dos tempos de faculdade, em Braga, estava em casa. Escutara as notícias, enquanto um frio lhe percorria a espinha. Pegou no telefone e ligou para Rosa, prima de João Arruda.

«Ela não sabia de nada. Isso fez-me crer que o cadáver seria ele.»

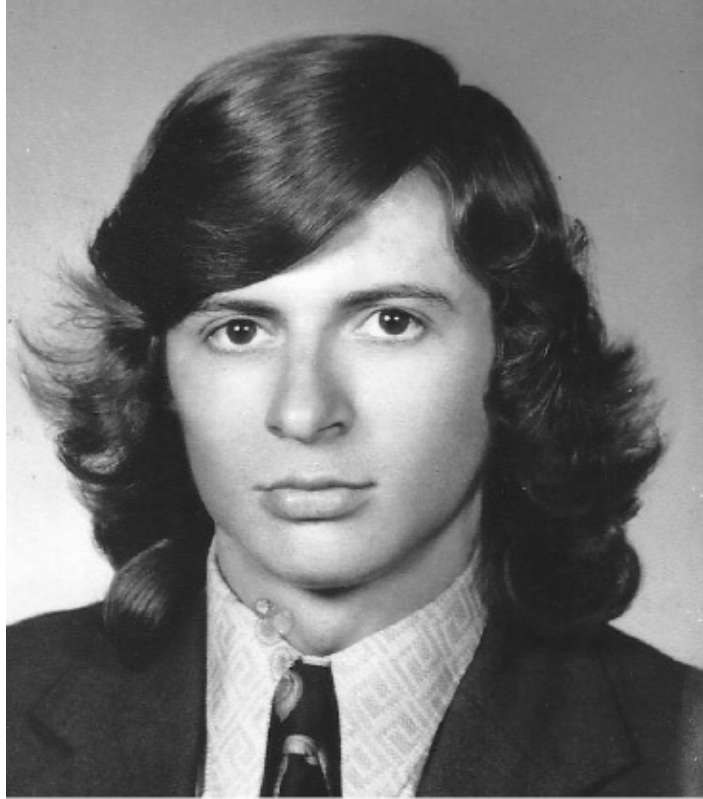
Por essa altura, o general António de Spínola recebia um País em estado novo. À mesma hora, outro Spínola, colega de João, da ilha de São Jorge, fora chamado a reconhecer um corpo.

Entre lágrimas, confirma: João Guilherme do Rego Arruda, rosto de Abril despedaçado, falecera na noite em que a liberdade se fez dia. «Às portas do sonho», diria depois um familiar.

Mal ouvira falar de mortes junto à sede da PIDE, a mãe estremeceu.

A família sabia-o curioso e talvez andasse pelas ruas de Lisboa a assistir a tudo, olha quem! Esperava-se o pior.

A confirmação dos maus presságios demorou quatro dias a atravessar o Atlântico. Domingo, 28 de abril de 1974, chegou aos Açores. Nesse dia, já não era novidade que João faltara à missa.



Um de treze irmãos, numa prole de onze raparigas, duas das quais faleceram ainda bebês, João nasceu a 13 de janeiro de 1954, filho de Eduardo Arruda e Jorgina da Conceição, um casal pobre de Santo António Além Capelas, na ilha de São Miguel.

O pai, varredor de rua, ajudava no abastecimento dos navios.

A mãe, doméstica, dedicara-se aos pequenos e fazia uns dias por fora.

João sempre fora um rapaz vivaço, esperto e irrequieto.

Em criança, a brincar, assustara de tal forma uma irmã que esta caiu pela escada e ficou com um problema numa vista. Até à idade adulta, o irmão não descansou até conseguir que ela fosse operada nos EUA, com sucesso. O jovem vivia preocupado com as irmãs, sobretudo as mais novas. Dizia:

«Não quero que elas sofram como as mais velhas, que tiveram de sair de casa ainda meninas para irem servir.»

Eurico Mendes, figura incontornável da comunicação social portuguesa na comunidade emigrante dos Estados Unidos, seguiu a saga da família. Oito irmãs de João, acompanhadas pelos pais, começaram a rumar a Fall River, Westport, Tiverton e Dartmouth, no Massachusetts, a partir de novembro de 1975, ficando apenas Maria de Lurdes em São Miguel. Gabriela da Silva, Ana Frias, Etelvina Medeiros, Helena Alves, Maria do Carmo Penacho, Paula Guiomar, Jorgina Carvalho e Esmeralda Torres foram deixando os Açores, em diferentes períodos, instalando-se nos EUA em definitivo.

João entrara com 9 anos no Seminário de Angra do Heroísmo, desejo dos pais que o queriam ver padre. «Não era apenas por devoção. Era a única maneira de as famílias pobres darem estudos aos rapazes e encaminhar o seu futuro», conta a irmã Esmeralda.

Mas nem uma passagem por Fátima opera o milagre. «Aquilo não era para ele. Nem para mim. Não tínhamos jeito, nem vocação», recorda Luís Miúdo, colega de então.

A mãe ficou desolada. «Foi um desgosto», confirma a irmã. «Ele não queria ser sacerdote paroquial. Disse à mãe que, se viesse a ser ordenado, preferia ser missionário, para ajudar os outros. Ela compreendeu.»

No fundo, «ele tinha a ideia de que ia vencer na vida», confirma José Dinis Carvalho, ex-aluno da Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada.



O convívio estudantil despertara nele, entretanto, outras curiosidades.

Na transição para a idade adulta, João ouvia as canções de Zeca Afonso e, nas conversas, já borbulham outras ideias, contestatárias. Dizia:

«Se for chamado para combater nas colónias, fujo!»

Falava de uma «guerra injusta» no Ultramar. «O espírito revolucionário do João nascera da raiva contra a pobreza e a falta de oportunidades para os mais pobres», explica o amigo Sá Couto.

João só dará alguma importância à política em Lisboa. Mas as suspeitas de fidelidades revolucionárias pairavam nas mesas dos cafés de Ponta Delgada, onde apareciam, amiúde, exemplares do *Avante!* clandestino, o jornal do Partido Comunista. «Nunca se sabia quem os deixava lá, mas era voz corrente que a PIDE desconfiava do João», diz José Dinis Carvalho, desde cedo contagiado pela personalidade do amigo. «Falávamos muito de política, as ideias dele influenciaram-me. Sempre o ouvi dizer que Portugal ia ser livre.»

A 12 de setembro de 1972, João trocou São Miguel por Braga, para estudar Filosofia na Universidade Católica. Tinha 18 anos.


Na terra de onde partiram os homens que, em 1926, instauraram a ditadura, instalaram-se três rapazes açorianos com grandes ideais de liberdade e sabedoria, mas confinados a um quarto, na Rua de Santa Margarida. Eram eles João Arruda, Luís Miúdo e Manuel Sá Couto.


Arruda revela-se um estudante exemplar. «Fora de série. Adorava Filosofia! Quanto mais teórica e metafísica, melhor», reconhece Miúdo.

Marx, Durkheim, Hegel, começam a ser «familiares».

Dirigida por jesuítas, a faculdade tem fama de ser comedida nas notas dadas aos caloiros. «Mas o João passou com 15 e 16 a todas as cadeiras», recorda a irmã Esmeralda. Vai notar-se nele um fascínio crescente pelo ensino: «Nesse tempo, o João sonhava ser professor. Quando passávamos junto a uma escola, os olhos

dele brilhavam», garante Miúdo.

 UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE FILOSOFIA
B R A G A



Bilhete de Identidade Escolar

Nome do Aluno: João Guilherme Rego Arruda

Data da Matrícula: 28 IX 72 N.º de Matrícula 977

Braga, 6 de Dezembro de 1972

Assinatura do Aluno, Rego Arruda O Secretário, M. Almeida

Numa cidade parada no tempo, conservadora nos hábitos e costumes, os três entretêm-se em passeios pelo Cávado, aventuras exploratórias na região, prazeres simples à beira-rio.

O futebol é um dos vícios de João. No campo e no Totobola.

No seu diário anota prémios, resultados, golos. De trato fácil e afável, só os desaires do Benfica o azedam. Mas onde rola a bola está ele, sem olhar a rivalidades: em 1972, faz uma direta para ver o FC Porto-Dinamo de Dresden, no Estádio das Antas, e regressar a tempo das aulas. «Não facilitava. Obrigavamos sempre a levantar cedo quando tínhamos frequências», lembra Miúdo. Não se deitava sem estudar, mas só o fazia depois dos serões televisivos.

O aparelho de TV não chegara ainda aos Açores e, em Braga, João torna-se um «ferrinho» de concursos e programas musicais. Anota no seu diário as incidências dos festivais da canção e as «injustiças» quanto a vencedores e vencidos. Nessas páginas, habitadas por referências às aulas, exames e correspondência trocada, João deixou outras pistas para o seu universo e quotidiano. Estudioso, reconheceu que a «falta de atenção ou concentração» nas aulas lhe eram «peculiares».

As leituras de *Terra dos Homens*, de Saint-Exupéry, e dos documentos do Episcopado francês *Para uma Prática Cristã da Política* vestem nele um perfil humanista, defensor de uma Igreja plural, democrática e próxima das pessoas. Quando o correio lhe traz jornais açorianos com os relatos das festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres não contém a ironia:

«Tantas coisas escrevem... e tão mal pensadas!»

Quando regressa aos Açores para descansar das aulas e rever a família, tem à sua espera dilemas mais corriqueiros. «Recebi carta da mãe a aconselhar-me que cortasse os cabelos grandes antes de ir para férias. Ela detesta os cabelos grandes», escreve.

Mais do que um estilo, o aspeto físico revelava uma vontade interior.

«Um dia apareceu na aldeia com os cabelos compridos e uma *t-shirt* do Martin Luther King. A minha mãe ia morrendo!», conta a irmã Esmeralda. Dona Jorgina temia o falatório. «Deixe falar, mãe», respondia João. Depois sentava-se «e explicava aos meus pais quem era o Luther King, o que era a liberdade, a democracia. Com muita meiguice, paciência e palavras simples, para eles entenderem».

Aos poucos, a família deixava-se contagiar por frases «inteligentes e doces», sonhos em gestação.

Um dia, no canto de uma toalha de mesa, escreveu: «Antes morrer livre do que em paz sujeito.» Jorgina não percebeu. Ele explicou: «Mãe, nós vivemos em paz, mas não temos liberdade para nos expressar, vivemos debaixo de uma ditadura e do fascismo, mas isso vai acabar, o dia virá.»

Em meados de 1973, João tinha Lisboa no seu plano de voo.

Queria trabalhar, estudar, ganhar dinheiro para ajudar a família e pagar os estudos da irmã Esmeralda, então aluna do secundário.

No verão, ainda irá até Paris encher chouriços, numa fábrica de enchidos.

mi quando eram apro-
ximadamente 3 horas de
manhãzinha. Até ter
uma boa estive a ler
"Terra dos homens" de
Saint Exupery. Hoje é
meu um dia de
velas. Ele quando
chega farta depressa
Recebi carta da mãe
a aconselhar-me que
cortasse os cabelos gran-
des antes de ir para fe-
rias. Ela detesta os ca-
belos grandes.
16- Era sábado. Era exan-
de H. de Filosofia Medi-
eval. Eu tinha dispen-
sado de escutar mas
ei sabia bem a matéria

De lá trará alimento para saciar outros apetites: os livrinhos vermelhos de Mao Tsé-Tung, o *Manifesto do Partido Comunista* e outras obras subversivas. «Os temas sociais, os movimentos religiosos, que tinham por dentro uma vontade de derrubar o regime, eram-lhe muito caros», diz o amigo Sá Couto. «Ele tinha ideias de esquerda, mas vagas, derivadas sobretudo da sua condição social», acrescenta Luís Miúdo. «Era de uma família pobre e nunca se esquecia disso. Humilde, mas orgulhoso e vaidoso da sua condição. Queria ser alguém, mas não ignorava as raízes e não deixava que o machucassem.»

Quando parte para Lisboa, João tem várias missões a cumprir. «Com as poupanças de uma vida, os pais tinham-lhe comprado uma casinha nos Açores e ele queria trabalhar em *part-time* para pagá-la e custear as suas próprias despesas», lembra Miúdo.

Carrega também um mistério para desvendar, a pedido da mãe: António Duarte Arruda, o irmão, morrera a 14 de outubro de 1965, colhido por um comboio da linha de Cascais, quando cumpria serviço militar. Esta era a versão oficial. Mas a família estranhara as circunstâncias do falecimento.

Em Braga, João consultara arquivos e jornais nas horas livres. Com a desconfiança a corroê-lo, tenta recolher pistas em busca da «verdade». A morte do irmão, por acidente, não o convencerá. «Acreditava que tinham feito alguma coisa ao António no quartel», diz hoje Esmeralda. «O João preferia pensar que ele desertara da tropa», recorda por seu lado Sá Couto, que o via inconsolável.

Os amigos seguem-no pelos cemitérios da capital para encontrar registo da sepultura, sem sucesso. «Uma

vez, em conversa, achámos por bem que o João dissesse à mãe, como forma de ela descansar a alma, que o irmão estaria sepultado no Cemitério do Alto de São João», refere Sá Couto. Ele concordou. Mas nunca esqueceu.

João Arruda começara então a enfarinhar-se na vida estudantil e nas movimentações políticas contra a ditadura. Embora sem filiação nos partidos de esquerda então clandestinos, João participa nas arriscadas ações do PCP e do MRPP contra o regime. Justificava:

«Desde que seja para dar pancada no Governo, contem comigo!»

A sua vida social e académica agita-se.

É frequentador assíduo das tertúlias de «Filosofia Pura» nos cafés, reúne-se em casa de amigos para discutir política e «falar mal da situação». Distribui propaganda, alinha em greves e boicotes às aulas, colabora na agitação de massas, aprende a driblar a repressão. Pelo meio, lê avidamente o «camarada» Mao.

Deputado da Ala Liberal na Assembleia Nacional, o açoriano Mota Amaral, que viria a ser presidente do Governo Regional, também dará por ele em conversas e reuniões de «pedagogia democrática» que promove na Casa dos Açores em Lisboa. Rapaz pouco falador, mas atento, «tinha aquele ar de poeta e artista, próprio da época».

Apanhado a espalhar comunicados, João é importunado pela PIDE-DGS que, olhando ao ar de «puto» e ao facto de ser açoriano, não vê nele grande ameaça. O jovem, contudo, é castigado com uma semana de suspensão das aulas. Nessa altura, João admitira mudar para o curso de Direito, pois, segundo ele, «era mais fácil mudar a sociedade sendo advogado».

Nos meses que antecederam a revolução, João sentira o cheiro de um tempo novo. Desde finais de fevereiro de 1974 que o ouviam obcecado com o livro *Portugal e o Futuro*, de Spínola, para o qual procurava cúmplices de discussão e tertúlia. Levava o volume a passear, escrevia cartas a falar do que lera, e até oferecera exemplares a amigos. Sá Couto foi um deles. «Deu-mo e disse que, a partir dali, a revolução estava iminente.»

Não se enganou.

No dia da liberdade, o amigo tentou contactá-lo para saber como tinha festejado. «Nunca me atendeu o telefone.»

A 30 de abril, terça-feira, o corpo de João Arruda seguiu, com honras militares, para Santo António, a freguesia da família, onde se realizou o funeral. No dia seguinte, o primeiro Dia do Trabalhador sem amarras, a ilha de São Miguel despertou numa contradição: feliz e enlutada.

Na imprensa micaelense, os títulos e artigos aplaudiam os militares da revolução, mas condenavam o «sangue açoriano derramado em frente à sede da DGS». Lamentou-se «a trágica morte» de João, acompanhando na dor «seus desolados pais e irmãos».

Em Ponta Delgada, manifestantes evocaram-no e organizaram campanhas solidárias para apoiar a família. De Lisboa chegaram rumores de que estudantes das residências da Universidade Clássica pretendiam dar o nome do colega assassinado à antiga Residência de Egas Moniz, onde morava. Mota Amaral não tem dúvidas: «É o nosso mártir de Abril.»

António Lage, 32 anos. Fernando Luís Barreiro dos Reis, 24. Francisco Carvalho Gesteiro, 18. José James Barnetto, 37. João Guilherme Arruda, 20. São estes os cinco mortos a tiro pela PIDE no dia 25 de abril de 1974. Uma trágica moldura que assenta na perfeição à instituição criminosa da ditadura que teve vários nomes, de PVDE a DGS. Durante décadas, com assassínios sem nome e outros emblemáticos (Humberto Delgado) no currículo, além de torturas e sevícias sem fim, a polícia política dedicou a sua existência a amarrotar até o mais singelo quotidiano de inocentes cidadãos com o contributo de cem mil informadores e milhares de agentes, «a bem da Nação».

As horas da rendição foram trágicas e só terminaram na manhã de sexta, 26. Quando as forças que libertaram o País entraram na sede da PIDE encontraram, além de dossiês relativos à vigilância e perseguição de milhares de cidadãos, um arsenal de último grito, uma frota de automóveis opulenta, fartos cabazes de alimentos inacessíveis à maioria da população, livros e panfletos da mais variada espécie, e muitas revistas pornográficas. Silva Pais, o último diretor, sentado à secretária, entregou as chaves dos arquivos aos militares e ainda perguntou se queriam que os retratos de Salazar, Marcelo Caetano e Américo Tomás fossem retirados. Foram.

Em 1980 foi descerrada uma placa em mármore no antigo edifício da PIDE, homenageando assim os mortos do dia 25 de abril de 1974.

Em 2009, a placa seria retirada por considerar-se inadequada a um condomínio de luxo em construção no mesmo local.

Uma réplica viria a ser reposta pela Câmara de Lisboa em 2014, por iniciativa da vereadora Helena Roseta e de um grupo de cidadãos, mas ficariam gravados na pedra os mesmos erros da placa original: os atingidos pelas balas da PIDE foram cinco e não quatro. E João Guilherme Rego Arruda aparece identificado como José.

Em São Miguel, ilha natal do antigo estudante de Filosofia, nunca se enganaram. A homenagem da Câmara de Ponta Delgada foi feita por ocasião das bodas de prata do Dia da Liberdade no Cemitério de Santo António, na presença de familiares e amigos de João Arruda.

Até falecer, o professor Manuel Sá Couto, amigo e antigo colega de faculdade, fazia a peregrinação anual ao cemitério. Aí deixava um molho de cravos. Depois organizava um jantar-festa, e foi também dele a iniciativa de criar um grupo no Facebook para dar força à ideia de atribuir o nome do estudante a uma rua dos Açores.

Enquanto foi presidente do Governo Regional, Mota Amaral mandou celebrar missas por João Arruda e visitou o cemitério. «Mas nunca foi feita justiça aos mortos de Abril, nem a sua família teve direito a uma “pensão de sangue”», reclamara Sá Couto, que conviveu de perto com parentes do estudante morto a tiro pela PIDE. «A [Maria de] Lurdes, irmã do João, só há poucos anos deixou os seus filhos participarem neste jantar de Abril, uma vez que para ela Abril é luto e não festa.»

A viver nos Estados Unidos, Esmeralda Torres nunca confundiu a dor da perda e o parto de um País novo. A morte, afinal, não levou tudo.

«Oh! *Yes!* Sem dúvida. O João conquistou-nos para os ideais de liberdade e democracia e aquele dia significou muito para Portugal. Quero pensar que a morte dele não foi em vão e que ainda viveu umas horas de felicidade. Foi um dia de luto para nós, mas o 25 de abril é um grande dia. A morte do João não foi em vão. Pelo menos, ainda pôde saborear uns momentos. Portugal é um país livre. Como ele sonhou.»

A 25 de abril de 1974, pelo menos por umas horas, João Arruda foi feliz. Mas nem tudo foram cravos.

CAPÍTULO 2

Vítor foi à farmácia e não voltou

Ainda apertaram as mãos.

Trouxeram-lhe o corpo. Ainda apertaram as mãos.

Perdera muito sangue, o socorro tardara. O desalento fez casa naquele quarto modesto do 5.º andar, n.º 12, do Largo do Regedor, Lisboa.

Entraram com ele no edifício já madrugada, inerte. Ainda o levaram para o hospital. Mas a vida já não morava ali.

«Eu vi logo que ele estava morto.»

Os documentos do falecido ficaram espalhados pela mesa.

Três tiros disparados de uma carrinha da PSP sangraram a tragédia no retrato do filho, que levava com ele.

«Era para matar», disseram os jornais no dia seguinte.

Foi. Três balas entraram na cabeça, no pescoço, no peito.

Fulminantes. «É assim que querem construir um Portugal novo? Com a vida de pessoas tão boas e trabalhadoras como o meu marido?»

Saíra de casa pelas 23h30.

Era quarta, 14 de agosto de 1974, a democracia ainda bebé.

Gerado na longa madrugada de um regime e nascido meses antes do amanhecer de um País novo, Ricardo fizera 1 ano. Nessa noite chorava. Estava com tosse convulsa, pai e mãe em cuidados por causa do pequeno.

A farmácia era perto. Bastava chegar ao Rossio, virar numa esquina.

Vítor foi, Leopoldina ficou.

Nessa noite, o largo estava tomado por manifestantes que gritavam palavras anticolonialistas.

O governo provisório, segundo da democracia em poucos meses, proibira o comício de apoio ao MPLA no Pavilhão dos Desportos. Na linguagem burocrática, fora considerado «muito inoportuno para o normal processamento de atos políticos relativos aos interesses dos povos de Angola».

Houve protestos. Desaguisados com a polícia.

Depois, os organizadores deram meia volta. Melhor: desceram da zona alta da cidade, em marcha, até avistarem o Teatro Dona Maria II. Contaram-se mais de mil. Pelo caminho, deram vivas a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau. «Pela libertação dos povos oprimidos».

Já no Rossio, concentraram-se à volta da estátua de D. Pedro IV, *o Libertador*. Desfraldaram *slogans*, panos que gatafunhavam palavras de ordem. Eram já mais de mil, talvez o dobro. Africanos. Turistas curiosos. Portugueses. Os do MRPP em maioria, talvez.

PSP e Polícia Militar chegaram pouco depois. Seriam 23 horas.

Queriam que os manifestantes dispersassem. Ninguém arredou.

As vozes, os protestos, foram ao peito buscar força para ecoar mais alto ainda. «MPLA, vitória ou morte!»

Seguem-se as primeiras bastonadas. Os empurrões.

A multidão retrocede. Desatinados, alguns correm para as ruas em volta, onde se escondem. Mas regressam. E o cordão policial recua para perto dos carros. «Assassinos! Assassinos!»

Por momentos, a situação tranquiliza. Manifestantes chegam perto dos homens fardados que tentavam manter a ordem. Conversam, trocam explicações, impropérios também.

As vítimas mostram marcas de agressões, equimoses. Jornalistas queixam-se do uso indiscriminado dos bastões.

Os intentos de desmobilizar os protestos saem furados.

As forças policiais abandonam lentamente o local, em coluna.

simpático, cumpridor.» Acabariam a prolongar afinidades, mais tarde, na associação de antigos alunos.

O docente, «social-democrata puro». Vítor, mais à esquerda.

Era um destacado ativista da CDE, importante organização política de oposição à ditadura que, após a revolução, se transformaria no MDP/CDE e concorreria a eleições em coligação com o PCP.

Vítor acabara a trabalhar na Comissão Venatória Regional do Sul. «Muito considerado pelos colegas», fora eleito para a comissão de trabalhadores. Dimas Gomes cruzou-se com ele em vida. E depois na morte, era já então advogado. «Alguém me telefonou ou ouvi na rádio. O Vítor fora apanhado no meio de balas cruzadas. Pus-me em campo.» Autopsiado o corpo, a família quis que tomasse conta do caso. «Pediam, sobretudo, justiça. Nesse tempo não se pensava em indemnizações.»

O féretro anunciara-se para as 16 horas de 16 de agosto de 1974 na Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Depois seguiria para o Cemitério dos Prazeres, em cortejo fúnebre, silencioso. Na véspera, a família recusara que o mesmo se fizesse a pé, apesar de muito pressionada nesse sentido por militantes de organizações «esquerdistas».

Logo pela manhã, depois de velarem o cadáver, dois elementos de um agrupamento político não identificado insistiram: «O povo vai a pé!», desafiaram. Os parentes de Vítor voltaram a recusar.

À hora marcada para a saída da urna, dirigentes do MDP/CDE chamaram a si a organização do percurso. Partidos de esquerda, associações e Estado fizeram-se representar. O Ministério da Administração Interna advertira para eventuais perturbações, incitamentos à desordem, provocações. Não seriam permitidos, garantiu-se. Apelara-se ao civismo e à vigilância.

Findas as cerimónias religiosas, o carro, com familiares e o corpo de Vítor, andou apenas uns metros. «A pé, a pé!», gritaram agitadores da esquerda revolucionária, pontapeando e esmurrando veículos incorporados na procissão fúnebre, impedindo a passagem.

Cruzaram-se apelos à calma, socos entre movimentos rivais e panfletos com linguagem de atizar escaramuças.

Para Josué da Silva, repórter do *Diário de Lisboa*, começara ali «a disputa do morto», protagonizada por jovens de «olhar alucinado, fanatizado, em pleno transe», colocados diante dos automóveis, «furando pneus, amolgando *capots*, tentando partir para-brisas, procurando esmurrar» quem pedia sensatez e serenidade.

Dimas Gomes escutara «todo o tipo de barbaridades».

Sem medir consequências, trepara ao tejadilho do carro onde seguia a família. «Já transigimos uma hora e as pessoas enlutadas estão a sofrer tremendamente», berrou. «Em nome da democracia, do luto e da família peço-vos encarecidamente que não obstruam a marcha», insistiu. «Abram alas, sigam em silêncio.» Disse e desceu. «Foi uma loucura, podia ter levado um tiro.»

Aos repêlões e atropelos, intercalados por vozaria comicieira, a comitiva lúgubre demorou quase quatro horas a cumprir a distância que, sobre rodas, poderia atalhar-se em 20 minutos.

À entrada para o cemitério, ativistas da esquerda radical tentaram disputar novamente aos militantes do MDP/CDE o transporte do caixão. A violência redobrou, em turbilhão, «ameaçando a própria integridade física da família e do sacerdote», lamentaria Dimas Gomes, condenando os acontecimentos. «As pessoas pareciam loucas, transtornadas.»

A profanação do cadáver esteve iminente, tantos os solavancos.

Leopoldina, a viúva, caíra inanimada no interior do carro.

De bairros circundantes, populares acorreram ao insólito, queimando bandeiras do MRPP.

Caminhava o relógio para as oito da noite quando o corpo de Vítor Bernardes seguiu finalmente o caminho 6-A do Cemitério dos Prazeres e foi depositado no jazigo de família, gavetão 1491.

«Eu hei de vingar a morte do meu marido», garantira Leopoldina.

«Inquérito rigoroso aos acontecimentos», prometeram o governo, instâncias policiais e militares.

O MDP/CDE assumira o pagamento das despesas fúnebres. Seria a família a fazê-lo, após diligências sem sucesso junto do movimento.

Em poucos dias, Vítor deixaria de ser notícia.

Volvidos dois anos, Dimas Gomes escreveria ao Presidente da República, Ramalho Eanes. Corria agosto de 1976, a democracia levantara-se do chão. O mandatário da família de Vítor Bernardes pedia, ao fim de tanto tempo de denso esquecimento, alguma luz sobre o caso daquele cidadão que as balas haviam levado «na flor da vida e cheio de esperança em dias melhores».

A memória daquela que era a primeira vítima do andamento da revolução precipitara-se, contudo, no alçapão da História. Vertiginosamente. «Os governos caíam como tordos, o turbilhão de ocorrências era imparável, o País vivia em permanente convulsão.» Para Dimas Gomes, o resultado não foi inesperado.

«Nem inquérito, nem rigoroso. Deve ter ficado lá nos arquivos, nunca mais soube de nada.»

O autor do disparo ficara no limbo, encoberto na confusão generalizada daquela fatídica noite de 1974.

Os disparos morreram órfãos.

«Ó doutor, não vale a pena andar-se a maçar, porque isto não vai a lado nenhum», conformaram-se os pais da vítima, nos idos de 1976. «Agora temos é de andar para a frente e tratar do nosso neto.»

Família e advogado não mais se encontraram ou falaram.

O pequeno Ricardo tinha 1 ano quando perdeu o pai a caminho da farmácia, traído pelos excessos da revolução que já era também a sua.

«É assim que querem construir um Portugal novo?», repetira a mãe, inconsolável, em choro convulso, no primeiro dia do resto da vida deles, marido tombado nos braços.

Despediram-se num suspiro.

E ainda apertaram as mãos.

CAPÍTULO 3

Ensaio sobre a fogueira

Bombas e barricadas. Agitadores de batina e mocas a dividir o País. Mortos e feridos. Os meses mais destravados do Portugal democrático quase levaram à guerra. Civil.

Foi o verão mais longo, o de 1975.

E o mais «quente».

Já ardia quando os cravos ainda floriam, e a fumaça manteve-se para lá do cair da folha.

Maio terminara com Gabriel García Márquez a aterrar no País novo, de botins e *blue jeans*, «cansado da Europa, à exceção de Portugal, que é um país da América Latina». Emídio Guerreiro, líder do PPD, pedia o fim da exploração do homem pelo homem. Era a moda da época e a social-democracia também queria bacalhau com todos.

Nas fábricas e empresas punha-se a utopia ao lume: excitados pelas portas que Abril abriu, trabalhadores colecionavam greves, «manifs» e cadernos reivindicativos, com guedelhas, manobras, insultos e agressões à mistura.

Quando entra junho, é esse o burburinho de fundo, quase sempre ao fundo da rua. As empregadas domésticas marcham sobre Lisboa e ocupam casas. Na província, estudantes em serviço cívico ajudam a eletrificar aldeias. Desde o 11 de Março, a revolução tem pressa de fazer futuro. E já tropeça nos próprios pés. No Botequim, de Natália Correia, onde o PREC se cruza com uísques e névoa de cigarros, a democracia é destilada a bom rir. «Olha o Peido! A essência da Merda! Traz a fotografia do nosso candidato à Prostituinte.»

Na sombra, conspira-se contra o relógio da História.

À bomba.

A linguagem bélica dos mercenários de direita do Exército de Libertação de Portugal (ELP) reduz a escombros as instalações da companhia aérea Varig na capital. Mais tarde, assaltarão bancos, sedes de partidos de esquerda. «A vitória já não tarda», proclamam, em nome do trabalho sujo, em sujas palavras de parede. Barreirinhas, Cunhal, só «no espeto!», pintam por aí.

Visto de fora, o País é pasto de agitação e anarquia. Mas o secretário-geral do PCP, ministro «provisório», fala ao *Gramma*, de Cuba, em tom de chá das cinco: «Nada temos contra a melhoria das nossas relações diplomáticas, comerciais e culturais com os países capitalistas.»

Outros entretêm-se a ver quem é mais revolucionário.

O MRPP faz das faculdades, das ruas e dos quartéis o seu recreio: inflama as massas, agride e provoca militares, planeia sequestros de soldados. O COPCON segue de perto os educadores da classe operária e vê mais catarro que formigas: «Estas atividades pressupõem uma elevada disponibilidade financeira que não corresponde às reais dimensões do movimento.»

Quem paga os fervores da esquerda infantil?

Nas ilhas, descontentes com os preços agrícolas, os lavradores saem à rua. Madeira e Açores andam febris de separatismo. Por contágio.

No Continente, as greves também vão ao cinema e ao teatro: há bilhetes, não quem os venda. A luta é corpo a corpo. Mas a volúpia da revolução é mais forte do que a *Iniciação Carnal*. Nos cinemas e nas ruas, as fitas são só para adultos. No Porto, durante dias, «até o único desenho animado em exibição é interdito a menores de 18 anos», indigna-se o *Jornal de Notícias*. Em Arouca, contudo, há moralidade. «Acabem-se com todas as *boîtes*», pedem os moradores de Alagoas. «Elas não servem a nossa revolução. São antros de parasitas, de podridão, de vícios, de vida depravada.» Mais a mais, «o povo deita-se cedo e levanta-se cedo para trabalhar».

O País desejado mora ao lado: uma corticeira em autogestão ajuda outra empresa, «para que 420 trabalhadores não percam o pão». E a batalha da produção merece foguetes pelo 10 de Junho: «Os trabalhadores que abdicaram do feriado dão um verdadeiro exemplo revolucionário», garante Carlos Carvalhas, então secretário de Estado do Trabalho.

Joga-se aos polícias e ladrões, ao gato e ao rato. E se isto vai a jogar, também o Totobola «reivindica o

seu lugar numa sociedade socialista». A gramática da luta política é um manual de maus costumes. Inclui «reacionários», «contrarrevolucionários», «fascistas» e socialistas *à la carte*. Afinal, quem é quem? A revolução «pode ser morta pelas costas se consentir complacências e cumplicidades», bem prega José Saramago, nos *Apontamentos do Diário de Notícias*. Entra em cena *P'ra Trás Mija a Burra*, num teatro perto dali, no Parque Mayer. Ficção e realidade disputam a penumbra do cinema. *Salmo Vermelho* narra «a convicção do povo pobre na revolução». *Decameron* propõe «a batalha do prazer travada no palheiro ou nas camas fofas de maridos enganados». A cada revolução, a sua trincheira, ou o corpo pode esperar?

A democracia marca passo em sessões contínuas

O País é um bicho estranho: em plena aceleração do processo revolucionário, não voa, nem anda. A TAP faz greve de zelo e o esquerdismo põe carruagens fora dos trilhos: quer viajar de borla nos comboios, porque «a CP é do povo e o povo não tem de pagar».

O PCP acusa o MRPP de «criar o caos» e denuncia a existência de «pistoleiros a soldo da reação». Ah!, «se os comunistas portugueses fossem como os italianos», suspira Mário Soares, «não teríamos problemas». Há uma esquerda sinistra? Unida, pelo menos, só em miragem. Um comício do PCP (m-1) no Porto acaba em pancadaria, com estalinistas e maoistas aos molhos. «Jogamos numa roleta de loucos, que tanto anda como desanda», anota Miguel Torga, no *Diário*.

Enquanto isso, 21 G3, seis pistolas-metralhadoras e duas metralhadoras ligeiras do Regimento de Cavalaria de Santa Margarida andam desaparecidas. Outras, garante Otelo, «estão em boas mãos». Nem de propósito, operários, soldados e marinheiros pedem-lhe nas ruas a instauração da «ditadura do proletariado» e «armas para defender a revolução». A Liga Comunista Internacionalista (LCI) quer «esmagar a reação» e armar sindicatos, comissões de trabalhadores e moradores. Comitês de Defesa da Revolução nascem como cogumelos. O MFA repudia vias radicais e milícias armadas. Mas até alguns intelectuais sopram a favor do vento, na carreira de tiro: «Não se pode realizar uma revolução socialista utilizando apenas os métodos de uma sociedade democrática (...) desarmar o proletariado seria falhar a revolução», escreve Eduardo Prado Coelho no *Diário de Notícias*, o *Pravda* do «Verão Quente».

O COPCON impacienta-se com «greves inoportunas e injustas», manifestações «fúteis» e uma «catadupa de boatos alarmistas». Suspeita-se de golpe, pela direita. O industrial Champalimaud é recebido por Pinochet em «encontro cordial». E o Chile aqui tão perto...

Tenso e enxofrado, o País vai a banhos. Com toalha pelas costas e breves intervalos de serenidade. Max Wery, embaixador belga em Lisboa, nota que o sol e o mar português «sempre conseguem fazer superar as horas difíceis e as preocupações do momento». Entre a Caparica e os bosques, mantemos os *weekends* sagrados. «Adiem ou renunciem revolucionariamente a férias no estrangeiro», propõe a Turiscoop para «combater a saída de divisas e o desemprego». A campanha tem o lema *Em Revolução: 1975, ano de férias em Portugal*. Na verdade, o País parece substituir, com vantagem, ofertas de aventura e observação da vida selvagem habituais noutras latitudes. Sucedem-se greves, ocupações, saneamentos, piquetes, boicotes. Ganga coçada e desleixo a dar pela barba.

Num discurso à Nação, no início de julho, o Presidente Costa Gomes pede que o espírito crítico do povo se guie «por padrões serenos e saudáveis». Vem tarde: nesse dia, já «milhares de espanhóis querem ver Portugal de perto». A revolução segue dentro de momentos. Com os holofotes a iluminá-lo, Mário Soares admite paralisar o País em protesto contra a manipulação informativa. Uma cantiga de Carlos Alberto Moniz e Pedro Osório, dedicada a um melro malabarista «que quer socialismo em liberdade» com cheiro «a continuidade», é censurada na RTP. Mau tempo no canal. E fora dele. Três jornalistas – José Freire Antunes, Almeida Perucho e Feliciano Ferreira – continuam presos. A revolução está transformada «em pasto de revoltantes que a circundaram de revoltados», escreve Natália Correia.

Cimentar a revolução não consta, entretanto, dos planos dos industriais da construção civil. Fartos de serem apelidados de fascistas, dizem-se «vítimas de uma violência sem paralelo». Mesmo sem pá nem picareta, a «vigilância popular» não esmorece. Há piquetes junto de obras efetuadas por trabalhadores nacionais e, em Faro, crianças encontram granadas de mão escondidas numa vala.

Avança julho no calendário. Seis freiras são saneadas do Asilo Paula Borba, em Setúbal, por «desleixo no serviço e falta de caridade». A revolução vai atrasada, o céu pode esperar. Em meados do mês, o PS decide que não brinca mais aos governos provisórios. O PPD faz o mesmo. A contestação ao gonçalvismo é agora a toda a corda, ao relento. As sedes do PCP e da Frente Socialista Popular (FSP) são atacadas em Rio Maior, tendo por cenário um conflito em torno da alegada ocupação do Grémio da Lavoura. Agitadores e populares

rasgam jornais da capital: o concelho não é «albergue de “pides”» e «quintal de caciques», dizem. A terra quer, isso sim, ser fronteira entre a «comuna de Lisboa» e o «Portugal livre». Nem que seja à mocada.

Está dado o sinal.

Em Aveiro, são destruídas e saqueadas as sedes do PCP e da União dos Sindicatos. Do recinto de uma fábrica abandonada lançam-se *cocktails molotov* ao edifício dos comunistas onde se encontram mulheres e crianças. Cai morto o soldado Eugénio Neves, 22 anos, mas a bala fica órfã. Uma criança é atingida ao de leve nas costas. A exaltadíssima turba da refrega inclui a nova união nacional: ex-dirigentes do partido único da ditadura, advogados do CDS, agitadores do MRPP e elementos do quase desconhecido ELF. Não confundir com o ELP. Trata-se do Exército de Libertação de Fermentelos, versão alcoolizada e de paródia do terrorismo de província, onde grupos de amigos se divertem a cortar a luz às sessões do PCP, intimidam militantes e bebem uns copos à custa disso. Atrás do pano, consta que a temperatura política é esquentada pelos donos da fábrica Vulcano.

No País acima do Ribatejo, a coutada unirá, durante meses, populações alarmadas e manipuladas, emigrantes, agricultores, industriais na sombra, sacerdotes, grupelhos radicais de direita, retornados, ex-«pides», antigos legionários e velhos dirigentes do partido único de Salazar e Caetano. PS, PPD e CDS não erguem o ferro, mas atizam o fogo. Rio Maior, diz Mário Soares, «é um exemplo que pode ser seguido noutras regiões». O fósforo é socialista.

Declara-se aberta a época da «caça aos comunistas».

Os autos de fé, com mortos e feridos de parte a parte, geram uma escalada dantesca: em pouco tempo, mais de cem sedes de partidos de esquerda, a esmagadora maioria do PCP, são assaltadas, incendiadas e destruídas. Automóveis, escritórios de advogados, consultórios e casas de militantes também entram na fornalha. Livrarias e cafés de figuras de esquerda são apedrejados. Os militares chegam tarde, quase sempre. Quando chegam. Tiros, matracas, bastões cruzam-se. PSP e GNR fazem vista grossa e orelhas moucas, deixando arder, deixando bater.

A extrema-direita beligerante organiza-se a partir de Madrid. Spínola é o líder espiritual e os financiamentos surgem, sobretudo, por conta dos bons préstimos de senhores do tempo da outra senhora. No território, atuam grupos organizados, munidos de um *cocktail* refinado de armas e bombas. Dizem-se patriotas e defendem uma única saída: «Reagir pela violência e preparar o País para a guerra», escreve Paradela de Abreu, operacional da cruzada. Galvão de Melo, deputado do CDS e antigo membro da Junta de Salvação Nacional, escolhe: «Entre uma guerra civil e um governo comunista de obediência ao estrangeiro, prefiro uma guerra civil», afirma, disposto a chefiar «um levantamento popular». Com a moca de Rio Maior na mão dirá: «É preciso empurrar os comunistas até ao mar... e deixar que eles se afoguem.»

A hierarquia da Igreja mobiliza-se em todos os distritos a Norte.

Após 48 anos em silêncio a abençoar a nacional união, decide ter voz: organiza «manifs» de apoio aos bispos em nome da liberdade e da democracia, com o caso da ocupação da Rádio Renascença em fundo. Para o catolicismo ultramontano, comunismo é tudo. E tudo é PCP. Na contenda, não se distinguem tonalidades nem pinta.

Braga, onde a Primeira República morreu a parir uma ditadura, é o quartel-general da conspiração de batina. D. Francisco Maria da Silva, arcebispo, benze a causa. O cônego Eduardo Melo organiza o rebanho e abençoa as mãos que carregam as bombas, diz-se. Ele nem às paredes confessa. De missa em missa, de aldeia em aldeia, a mensagem passa: «Os comunistas vêm aí para levar as crianças, ocupar as terras, dar uma injeção atrás da orelha aos velhinhos.» Uma senhora pondera abandonar o País. Quer dar um curso ao filho e teme que os comunistas façam testes de inteligência ao pequeno e o mandem para pedreiro ou alfaiate. Alguns, mais esclarecidos, pedem aos trabalhadores que não se deixem dividir entre «as gravatas estrangeiras de Mário Soares ou a camisa desabotoada» de Cunhal. Há quem diga que o secretário-geral do PCP vive no Ritz, tem herdades no Alentejo e 200 mil contos na Suíça. E talvez até «um cancro e duas tuberculoses: uma galopante e outra estacionária», graceja-se, com ironia à mistura.

A Norte, tocam os sinos a rebate. Campanhas de dinamização do MFA são repelidas. Os assaltos e saques a algumas sedes do PCP cavam divisões nos partidos, onde a fásca por vezes esconde a mão, e nos jornais, onde a escrita ergue bandeiras e maniqueísmos. Luís de Sttau Monteiro compara, no *Diário de Lisboa*, as «três noites negras de Leiria» a um filme medieval, onde «só os soldados foram homens». Vê «uma multidão grotesca, quase diríamos animalesca, arrancando árvores, partindo troncos». Fernando Barradas, ícone anticomunista d'*O Comércio do Porto* que inventa cubanos no Gerês e encomenda petardos aos amigos, relata, extasiado, quatro dias de cerco popular no Minho: «Foi o Povo – o Povo trabalhador, o Povo operário, o Povo consciente e cívico – que assaltou e destruiu o recheio da sede do PCP em Famalicão.» O escritório do advogado Lino Lima, entre outros, é vandalizado. Tiros de caçadeira disparados pelos militantes comunistas sitiados fazem duas vítimas, uma delas do CDS. Os grupelhos radicais «do asneirame»

e do «vandalismo revolucionário», na expressão de Natália Correia, mostram o outro lado do espelho: proibem «o desfile de fascistas» no Porto. «Ainda há areia em Copacabana para eles estenderem o coiro», justificam.

Corre agosto. Num comício do MRPP no Palácio de Cristal, no Porto, Arnaldo Matos denuncia quem se refastela na gamela e fica a olhar para a panela: «A nossa mulher não consegue meter lá mais batatas do que conseguia antes do 25 de Abril.» O querido líder dos «MR's» quer cozinhar Portugal ao seu jeito: a tiro, se for caso disso. Dias Lourenço, dirigente comunista, admite ser chegada a hora de pegar em armas «para defender a legalidade democrática». Populares, impotentes para evitar incêndios criminosos de matas e florestas com centelha política, já vigiam os pinhais armados de caçadeiras. Otelo tenta acalmar o Norte incendiário. É apupado na Invicta, à porta do restaurante Girassol. «As tripas não agradaram», provoca o *Comércio*, à moda do Porto. Em Ponte de Lima, um militante comunista é morto a tentar defender a sede do partido. Contam-se cem feridos. O PPD vê o País lançado «num sangrento confronto armado».

Como começara o País a arder?

Semanas antes, PS e PCP haviam radicalizado posições. Os socialistas realizam vários comícios a Norte, com a meta apontada, no regresso, à Fonte Luminosa. Os comunistas desconfiam de mais «uma marcha sobre Lisboa», a repetição da «maioria silenciosa» e outras golpadas. Torga passa «horas seguidas a presenciar pelo caminho a crispação nacional ao volante, frenética, agressiva, criminosa». Nas entradas do Porto e da capital erguem-se barreiras «à contrarrevolução de fachada socialista». Sindicatos, organizações populares, militares e militantes dos dois lados da contenda precipitam-se para as praças, ruas e estradas. Os confrontos sucedem-se. Às sedes políticas e às urgências dos hospitais chegam cabeças rachadas, traumatismos partidários. Mas Mário Soares passa «a muralha de aço». Na Alameda espera-o uma multidão onde o fato-macaco e o casaco de peles convivem, lado a lado, sem classes. Empolgado, o líder do PS vocifera contra a «cúpula de paranoicos» do PCP. No Barreiro, Lenine Sobreiro, das comissões de bairro, vê «a reação» jogar «trunfos poderosos». Que fazer?

A revolução da *Chaimite* que parou num semáforo vai em plano inclinado. Por entre barricadas e violência, uma noiva é escoltada um punhado de quilómetros da Bobadela até à cerimónia nupcial, em Moscavide. Mas o gesto de «fraternidade e amor», destacado num jornal, é isolado. Não está para sentimentalismos o País efervescente. E Abril não casa com o «Verão Quente».

Em Lisboa, desfila «um País imaginário», escreve, já em liberdade, Freire Antunes. A Norte, andam partidos a querer «convencer pedras, crenças e montes», cicla José Mário Branco, num documentário televisivo.

Os confrontos salpicam outros palcos.

Numa freguesia minhota, o povo armado de varapaus «e foices roçadoiras» espanca um homem acusado de dar maus tratos à mulher e tentar raptar os filhos. No Porto, nem um urinol, «autêntico antro de ladrões e homossexuais», escapa à raiva popular. Em inflamadas assembleias da Sociedade Portuguesa de Autores, Natália Correia anda à bofetada por causa da nacionalização do teatro e Sttau Monteiro lamenta o «aspeto ridículo, repugnante e asqueroso» dos seus pares «neste momento do processo revolucionário». Da sua coluna no *DN*, José Gomes Ferreira quase grita: «Amemo-nos uns aos outros.»

À beira de um ataque de nervos, o País só vai em romantismos de punho cerrado. José Diogo, operário agrícola acusado da morte de um latifundiário alentejano, preso há quase um ano, é libertado após invasão do julgamento. «Já foram ocupadas fábricas, já foram ocupadas oficinas, é altura de, pela primeira vez em Portugal, ocupar um tribunal da burguesia», resume um dos advogados do acusado.

Otelo, de visita a Cuba, considera Mário Soares «uma das esperanças da direita em Portugal». O PS desculpa-se: o ritmo da revolução é, diz, «demasiado acelerado» para o seu passo. Sucodem-se os conflitos. Novas agressões. Bombas. Assaltos. Destruições. Otelo regressa de Havana mais insuflado do que nunca e diz que talvez precise do Campo Pequeno um nadinha maior para pôr lá os reacionários. Um metalúrgico do Porto concorda: «O processo revolucionário não pode ser feito com cravos.» Nisso, o MRPP não manda recados. Fernando Rosas insiste: «É preciso armar o povo.» Saramago volta aos *Apontamentos*: «Portugal parece atacado de loucura. Se este mundo pode ser comparado a um circo, somos nós que ocupamos a arena.»

As bestas assumem-se, à vista desarmada.

Jornalistas americanos confessam a um enviado da revista madrilena *Cambio 16* a sua estupefação com «a quantidade de agentes da CIA que conheceram no Laos, Vietname ou Cambodja e agora se encontram nos bares dos hotéis de luxo de Lisboa». Portugal, visto pelo repórter espanhol, «é um país incrível. Aqui

deixam entrar todo o mundo. As medidas de segurança são mínimas e os mais altos dirigentes caminham sem guarda-costas entre a gente».

Nas principais cidades e na província, a romaria de vandalismo continua. A UDP pede aos seus ativistas em férias para regressarem às zonas onde estão organizados. Adivinham-se novos combates. «Estimular o ressurgimento do boxe» é, aliás, o lema de uma empresa de atividades desportivas. Mas, a julgar pelos relatos do País político, o «negócio» tem forte concorrência.

No espaço de semanas, gente do CDS é intimidada no Alentejo. Um militante do PCP mata um PPD à facada, nas Caldas da Rainha. Em Ponte de Lima, um comunista é morto pelas costas. Zeca Afonso escapa a uma navalhada nas ruas de Setúbal. Grândola é mais abaixo. O agressor ainda quis usar um machado no cantor, mas ficou intacta a voz. E a raiz do pensamento.

Com agosto a finar-se, estreia-se *Balbúrdia no Oeste*, de Mel Brooks. «Gastos confidenciais» com iates, coutadas e caçadas são apanhados num inquérito à gestão da Central de Cervejas. É a espuma dos dias. Os trabalhadores lavam a roupa suja do capitalismo selvagem. O Zoo teme fechar portas por falta de visitantes e as reservas de sangue baixam oito litros nos hospitais. Na Praça de Touros da Póvoa de Varzim, jornalistas são agredidos por militantes do CDS e acabam salvos por... militantes do CDS. É trágico ou é para rir? Quanto mais te bato, mais gosto de ti.

No *DN*, um plenário de trabalhadores saneia mais de duas dezenas de jornalistas contrários à linha editorial. Os partidos e os militares mastigam a guerra civil. «Em Portugal, assiste-se, neste momento, ao recrudescimento do culto do fogo – de todas as formas e raivas», escreve José Gomes Ferreira.

O verão estica-se para lá do calendário e a revolução cheira a fim de estação. Por estas alturas, até a linguagem empobrece, desce ao rudimentar, nota Fernando Namora. «Falamos agora muito, sem dúvida, mas sem nada para dizer.» Somos um país «que se igualizou pela adoção rufia dos *pás*». Somos, pois, «uma malta de *pás* importantes».

A fogueira não abranda.

Emídio Guerreiro diz que o PPD armará 50 mil homens. Se for preciso, claro. Alpoim Calvão, chefe da direita bombista a manobrar desde Madrid, espera «comer as rabanadas de Natal em Portugal». Diz-se «bem armado e equipado» para «tomar o poder até ao fim do ano». Portugal é o «laboratório das alquimias», radiografa Joaquim Letria e, na coreografia do nosso destino, entram todos. Os deficientes das Forças Armadas fazem barricadas, desviam autocarros, travam comboios e deixam um rasto de próteses, bengalas e cadeiras de rodas. Nas horas vagas, Otelo suspira: «Podia ter sido aqui na Europa um autêntico Fidel Castro.» Dinis de Almeida, capitão de Abril, exaspera: «Nós não estamos a viver uma revolução, mas um carnaval político em que cada um se mascara para não mostrar o que é.»

De França, Spínola reaparece no *Le Monde* a pedir violência contra a violência. «Fala-se alegremente de guerra civil como quem aguarda um piquenique», assinala Namora, de novo.

A caminho do 25 de Novembro de 1975, comentam-se as notícias de escutas telefónicas feitas a partir de São Bento e as viagens de Carlucci, hábil embaixador dos EUA, pelo Norte revoltoso. O diplomata faz visitas «de cortesia» às cidades onde o PCP é banido. E ainda tem tempo para duas partidas de ténis. *Match point* à vista?

Do lado de lá da fronteira não vêm bons ventos: Franco manda fuzilar três membros da FRAP (Frente Revolucionária Antipatriótica, de ideais comunistas) e dois membros da ETA (grupo separatista basco).

O choque emocional chega a Portugal e o chefe de Governo pede «por tudo» para não incendiarem a embaixada de Espanha. Artur Albarran, aos microfones da Rádio Renascença, nem pestaneja: «A embaixada está a arder... e bem!», reporta, em direto, décadas antes de se associar formalmente a Carlucci em negócios imobiliários. Pinheiro de Azevedo entra no Conselho da Revolução em farrapos: «Eu lamentarei toda a minha vida, sou capaz de chorar lágrimas de sangue esta noite, mas a Rádio Renascença tem de ser silenciada, nem que seja à bomba.» E foi.

Dali a poucas semanas, os operários da construção civil cercam São Bento. Pinheiro de Azevedo esgota o *stock* de paciência: «Não gosto de ser sequestrado, é uma coisa que me chateia!», diz. E vai almoçar.

Nas páginas d'*O Jornal*, Namora anota os retalhos da vida de uma revolução, na qual «personalidades caricaturais» exprimem «o grotesco ou a pícara solenidade de que nenhuma miséria fica isenta». Portugal vive debaixo de uma «tutela de mediocridade» e «nenhum país se redime com primários», escreve, a 21 de novembro.

Quatro dias depois, o golpe – que Vasco Lourenço garantia ser de teatro – sai à rua. Portugal muda. Para a frente, para trás? Para os lados? Raul Solnado só sabe que «a festa dos cravos foi muito bonita. Mas está a chegar a conta da florista».

CAPÍTULO 4

A Contrarrevolução não mora aqui

Quando, na manhã de 2 de outubro de 1974, os militares do COPCON entraram na sede do Partido do Progresso, o que havia de mais estranho no interior do edifício era talvez o nome de um consultor norte-americano registado numa lista de pagamentos.

Dispersa por três andares na Avenida Infante Santo, em Lisboa, a sede daquela força política de extrema-direita, que congregava alguns dos elementos mais saudosistas do regime deposto, guardava um recheio bombástico.

A íntima ligação dos dirigentes e militantes à frustrada aventura golpista do 28 de Setembro, a pretexto da manifestação da «maioria silenciosa» a favor do Presidente da República António de Spínola, era já do foro oficial.

Mas o interior do edifício e o alcance das atividades do partido pareciam anunciar propósitos ainda mais explosivos.

Os homens de camuflado depararam-se com centenas de garrafas vazias e um bidão cheio de gasolina para *cocktails molotov*.

Perto havia uma lista de material bélico com referência a 200 pistolas-metralhadoras, 600 mil munições diversas, 5500 granadas e dezenas de outras armas. Máscaras de gás, correntes, matracas e barras de ferro completavam o rol. O arsenal daria para equipar dois mil homens.

Os escritórios tinham equipamentos de transmissão e de cópia ultramodernos. Incluindo uma «impressionante central telefónica» preparada para fazer escutas, da marca *ITT*. Não era difícil recordar que essa era a multinacional americana de telecomunicações usada pela CIA, no Chile, para canalizar fundos financeiros destinados ao derrube do governo eleito do Presidente Salvador Allende.

Criado no alvor da democracia por iniciativa do professor Fernando Pacheco de Amorim, o Partido do Progresso absorveu o Movimento Federalista Português, nascido logo a seguir ao 25 de Abril.

Nele se reuniram tendências nem sempre convergentes no Estado Novo. Desiludidos com a «brandura» de Marcelo Caetano, monárquicos, nacionalistas e outras espécies de apaniguados da ditadura uniam-se na independência das ex-colónias. Depois, aconchegaram-se na figura tutelar de Spínola, «brilhante militar que fez toda a sua carreira com o regime [deposto] e nunca cessou de prestar-lhe serviços de toda a índole», escreveu a revista espanhola *Triunfo*.

Aderiram ao partido, em julho de 1974, figuras proeminentes da direita, entre as quais José Miguel Júdice, Luís Sá Cunha, José da Costa Deitado, José Valle de Figueiredo, Joaquim Seabra Ferreira e Fernando Sollari Allegro. Esta força política juntou-se depois ao Partido Liberal e ao Partido Trabalhista Democrático Português na Frente Democrática Unida, coligação que contou com o apoio económico dos grandes grupos monopolistas prejudicados pela revolução.

Mesmo depois de ilegalizado na sequência do fracasso do golpe de 28 de setembro, o Partido do Progresso manteve os financiamentos do BESCL (antecessor do BES). Além de pagamentos destinados à organização da operação «maioria silenciosa», o banco liderado pela família Espírito Santo canalizou, com autorização de topo, vários montantes para a sua atividade, através de uma conta titulada por Costa Deitado. Nesse período, o BESCL também financiou o PPD, o CDS e o Partido Liberal, sempre através de contas caucionadas. O banqueiro Manuel Ricardo Espírito Santo e o empresário Jorge de Brito compraram os bilhetes para a tourada do Campo Pequeno, planeada para ovacionar o general Spínola e desencadear o golpe de 28 de setembro. «As maiorias silenciosas são como as minorias estridentes, ambas são válidas em democracia», justificou o general. «Não quando têm uma finalidade política como esta», contestou Costa Gomes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. «O que se pretende», criticou, «é que uns tantos recuperem um certo número de privilégios.»

As entradas para a corrida tauromáquica de tons políticos foram entregues a simpatizantes do Partido Liberal, de José Harry de Almeida Araújo, homem relacionado com compras ilegais de armamento. Na casa lisboeta deste dirigente político viria a encontrar-se um recado urgente, com data anterior à manifestação da

«maioria silenciosa»: o banqueiro Ricardo Salgado telefonara à sua procura. Para que seria?

Quando os elementos do COPCON vasculharam a sede do Partido do Progresso deram, pois, com o cenário típico de um partido em fuga. Não havia vivalma, mas sim papéis queimados e documentos que enchiam uma banheira, mergulhados em ácido sulfúrico.

Com a pressa, outros registos ficaram para trás, esquecidos. Era o caso de um cheque do BESCL destinado a Pedro Roquette, de Coimbra. Lia-se: «Já vai assinado, aconselho-te a abrires uma outra conta, de maneira a espalhar a confusão, ainda mais do que já conseguimos.»

Além de livros e excertos de páginas com palavras de Salazar e Pinochet, os militares descobriram uma lista de jornais que ofereciam «maiores possibilidades de abertura» às ideias do partido. Das resmas de documentação sobressaíam então as despesas com um misterioso estrangeiro, consultor político e diretor de campanhas eleitorais. Ligado aos setores mais conservadores da direita norte-americana, Clifton White era desconhecido entre nós. Mas tinha no currículo a candidatura do republicano Barry Goldwater à presidência dos EUA em 1964, a primeira campanha de Ronald Reagan à nomeação pelos Republicanos em 1968 e a do opositor dos direitos civis Jesse Helms ao Senado em 1972. O Partido do Progresso pagara-lhe 120 contos (quase 20 mil euros hoje) para vir a Portugal. E o que mais não se soube.

Com o fracasso da cruzada spinolista, os setores radicais da direita militar e civil encontraram do outro lado da Península, na Espanha franquista, apoio e liberdade para se reorganizarem. Mas sem deixar de conspirar entre portas.

Entre finais de 1974 e até aos últimos meses de 1975, Madrid tornou-se a segunda capital portuguesa. Os hotéis Ópera, Palace e Los Galgos, e a Taberna del Alabardero eram locais de encontro de fugitivos nacionais, entre eles o major Sanches Osório, antigo ministro no II Governo Provisório e fundador do Partido da Democracia Cristã (PDC). Em Vigo, os exilados da revolução ali radicados adquiriram, em poucos meses, mais de 500 apartamentos, cerca de 20 por cento dos andares construídos na cidade galega. O investimento seria equivalente a mais de 10 milhões de euros na atualidade. Baiona, Puebla de Sanabria, Ciudad Rodrigo, Zamora e Verín eram localidades confiáveis para acolhimento prolongado ou paragens breves, dado o «contingente» de refugiados avessos à revolução. José Aguirre Gonzalo, empresário imobiliário e presidente do banco Banesto, foi um mãos-largas para os portugueses que chegavam a Madrid fugindo do «comunismo». A secção feminina da Falange na capital espanhola, dois conventos de freiras em Tuy e Verín e uma quinta do cavaleiro tauromáquico Samuel Lupi foram também locais de ajuda, abrigo e reunião.

Portugal, pelo contrário, atraía vagas de turismo revolucionário.

Com Lisboa à cabeça, o País de cravos na rua tornou-se destino de milhares de espanhóis, atrofiados pela ditadura de Franco, que quiseram observar *in loco* a explosão de liberdade. Muitos viajavam em excursões e aproveitavam para deitar o olho às cenas picantes entre Marlon Brando e Maria Schneider. *O Último Tango em Paris* estreara-se cinco dias após o 25 de abril de 1974.

As autoridades do país vizinho tremeram: o fruto proibido estava a poucos quilómetros e o fim do Estado Novo não era filme. As veleidades democráticas contagiavam a ditadura espanhola, a caminhar para o ocaso. O último chefe de governo do franquismo, Arias Navarro, admitiu a diplomatas e elementos do Departamento de Estado dos EUA estar disposto a meter-se numa guerra com Portugal se a mancha de óleo comunista ameaçasse estender-se à Península.

Enquanto isso, o número de expatriados do processo revolucionário português engrossava para lá da raia. Estima-se que tenha oscilado entre 80 mil e 100 mil entre meados de 1974 e o final de 1975. Boa parte deles dispôs-se a pegar em armas para «combater o comunismo».

Logo a 16 de outubro, Francisco Van Uden, ex-comando e dirigente do Partido Liberal, fixou residência em Madrid.

Alvo de mandado de captura pela sua ação no 28 de Setembro, este membro da família real portuguesa fugira para a capital espanhola e começara a fazer uso da sua rede de contactos. O cenário da guerra civil fizera um compasso de espera. Mas continuava no horizonte.

O sinal de que algo se movia na direita mais inconformada foi dado nas unidades militares em novembro de 1974. A distribuição do panfleto «O povo português acusa», cujo conteúdo se associara a militares e figuras do estertor do marcelismo dispostos à conspiração armada, foi o mote. Surgem as primeiras alusões ao aliciamento de ex-militares para formar grupos destinados «à execução de sabotagem no País». É desse mês a informação classificada da 2.^a Repartição do Estado-Maior do Exército sobre a formação de «grupos de comandos para terrorismo seletivo e guerrilha urbana com ligações ao exterior».

Os primeiros serviços de informação da democracia sobressaltam-se com a contínua evasão de capitais. Uma das empresas apanhadas nos esquemas é a Agência Abreu: os clientes pagam uma volta ao Mundo, mas saem no primeiro destino e recebem o dinheiro restante já fora do País. A fuga de valores torna-se desporto nacional, praticado até pelos mais insuspeitos. A Nunciatura Apostólica, «embaixada» do Vaticano, retira do País, por mala diplomática, 600 contos (quase 98 mil euros nos nossos dias). As representações da Itália e dos EUA seguem o exemplo. A família do industrial António Champalimaud recorre a formas mais prosaicas, com recheio de monta: a ex-mulher, Cristina de Mello, simula a ida a um casamento em Espanha. Veste-se para a ocasião e faz leite-creme para tentar salvar uma travessa da Companhia das Índias. Os militares mandam-na parar, sem detetar o estratagema. Remexem a sobremesa, mas não ficam a lamber os dedos.

Nas vésperas do Natal de 1974, o clima já não estava para sentimentos cristãos. Operacionais e militantes contrarrevolucionários, sobretudo no Norte do País, assumiam à boca cheia que os militares do MFA e os comunistas deviam ser liquidados ou «acabar no Estádio da Luz». A analogia estava fresca na memória da época: remetia para o Estádio Nacional, de Santiago do Chile, por onde passaram, torturados e assassinados, mais de 40 mil chilenos detidos às ordens de Pinochet.

Inspirado nestas agitações e no guião subversivo vindo das Américas, o Exército de Libertação de Portugal (ELP) foi sendo semeado. A revista *CounterSpy*, então bem relacionada nos meios políticos, militares e de espionagem americanos, situara a fundação do ELP em setembro de 1974, numa reunião em Paris. Teriam participado os empresários Manuel Vinhas e Manuel Boullosa, o cavaleiro tauromáquico e fabricante de armas José João Zoio e, por fim, Martins Soares, advogado de duas companhias americano-portuguesas e do MRPP, no qual foi filiado até morrer, num acidente.

Estranhara-se a referência ao dirigente «maoísta», por contraditória e inverosímil, mas a revista aduzira desconfianças sobre a origem da «bem montada campanha ao estilo ocidental» do MRPP. Para o almirante Rosa Coutinho, do Conselho da Revolução, a infiltração do MRPP pela central americana de inteligência era real: «Basta ler as confissões dos dissidentes da CIA para se saber que essa era uma das formas de atuação, pois, através do apoio nesses esquerdistas, seria uma maneira de fomentar a contrarrevolução», assegurou.

Na verdade, a atitude do MRPP durante o PREC prestou-se a várias controvérsias. Logo em 1975, a poucos dias do 25 de Novembro, José Luís Saldanha Sanches, um histórico do partido, cravou a dissidência com a linha oficial do movimento, liderada pelo secretário-geral Arnaldo Matos, que privilegiava o ataque ao PCP. No ensaio intitulado *O MRPP – Instrumento da Contra-Revolução*, Saldanha Sanches descrevia o estado comatoso do partido, sem esquecer a ausência de prestação de contas: «Os fundos do Movimento», escreveu, «são como um saco para onde o dinheiro é atirado, não se sabe por quem, e retirado à medida das necessidades.» Aquele membro, associado à «linha negra» por defender aproximações à esquerda, descrevia «pilhagens» de verbas no interior do partido, dinheiros desviados por «ordem superior», gastos de luxo e um certo «viver à larga» por parte dos dirigentes. Em várias zonas do País, o MRPP era, segundo Saldanha Sanches, «completamente desconhecido», até mesmo um «corpo estranho à classe operária», habituado apenas a fazer «uma agitação estéril e anarquista». Aquele dissidente, renegado e expulso, acusava ainda a liderança do movimento de apoiar os militares rivais da revolução. Ao mesmo tempo que lhes fornecia «argumentos de esquerda», franqueava as portas ao «imperialismo» americano. Para a História ficaram os encontros secretos do secretário-geral Arnaldo Matos com Mário Soares (PS) e Francisco Sá Carneiro (PPD), o apoio ao Grupo dos Nove, a coqueteria com o *Jornal Novo*, financiado pelos patrões da indústria (CIP), e o apoio recebido pelo MRPP da parte de várias publicações e jornalistas conotados com a direita, entre os quais se destacava Vera Lagoa.

Se a alegada presença de um militante do MRPP nos conluios da contrarrevolução revelados pela *CounterSpy* era, ainda assim, invulgar, já a referida participação de Manuel Boullosa na reunião de Paris faria sentido, até porque tinha casa em Neuilly. Aí terão decorrido outras reuniões para o financiamento do MDLP, sobretudo através de Sanches Osório, homem das relações externas do movimento que Spínola iria liderar em 1975. Quanto ao empresário Boullosa, chegou a ser a segunda fortuna do País, sobretudo por conta dos seus interesses no petróleo e na banca. Chamaram-lhe o «Rockefeller de Ponte Caldelas», à conta das raízes galegas. Oferecera auxílio financeiro a Mário Soares antes do 25 de Abril, mas faria o mesmo com o ELP e o MDLP quando se tornou urgente impulsionar a reconquista anticomunista de Portugal. Foi, aliás, a pedido do comandante do MDLP, Alpoim Calvão, oficial da Armada e fiel de Spínola, com quem estivera na Guiné, que Manuel Boullosa terá abordado o ministro galego Fraga Iribarne, de quem era amigo, para este permitir o transporte de armas para a causa em território espanhol. Fraga terá recusado envolver-se, mas tal nunca impediu as organizações subversivas de contarem com apoios de agentes da polícia

política (DGS) e da Guarda Civil.

Vigiado pela PIDE pelas suas opiniões liberais sobre o futuro de Angola e ligações suspeitas ao MPLA, colecionador de arte, mecenas de Júlio Pomar e Luiz Pacheco, entre vários artistas e escritores, o empresário Manuel Vinhas era outro dos citados pela revista norte-americana. Estava bem relacionado nos meios da oposição antifascista e igualmente confortável no tabuleiro da ditadura. Era um capitalista com diversos negócios em Portugal e na África lusófona, da Sociedade Central de Cervejas à agropecuária, transportes e comunicação social, mas os colegas preferidos na universidade haviam sido comunistas. Financiara vários intelectuais de esquerda, entre os quais Ary dos Santos e Alexandre O'Neill, além de ter cedido, em 1973, um edifício para aí se instalar a companhia de teatro A Comuna.

O relato dos dias que antecederam a sua fuga, após o 28 de Setembro, foi feito pelo motorista. «Vai haver um grande banho de sangue», anunciara-lhe o industrial dias antes da tentativa de golpe do general Spínola, a quem Vinhas, por deferência, mandava entregar faisões e outras peças de caça. Foi considerada ofensiva a descoberta do seu urinol em prata revestido a veludo na Herdade do Zambujal, em Palmela, onde organizara, até ao fim da ditadura, caçadas com presença da realeza europeia. Na residência no Estoril, nos dias posteriores ao golpe, Vinhas mandara pôr sacos de areia nas janelas e precaveu-se com umas espingardas, mas a empregada, com o medo, desbocara-se. A notícia chegou célere aos trabalhadores da herdade. Quando grupos de «vigilância popular» lhe invadiram a casa, já ele se recolhera na habitação de um pintor amigo. «Milícias do Partido Comunista assaltaram nos últimos dias de setembro a minha residência. Procurando-me de metralhadoras em punho, obrigando os meus filhos a saírem da cama de madrugada, interrogando-os com ameaças, despejando garrafas de vinho, roubando as espingardas de caça. Como não me encontraram (...) repetiram a visita na noite seguinte, beberam mais vinho, o que tomei como uma homenagem ao meu critério seletivo», escreveu nas suas memórias, com um título eloquente: *Profissão: Exilado*. Agostinho da Silva abrilhantou o prefácio, Luiz Pacheco espalhou-se no posfácio.

Vinhas refugiou-se em Paris, tendo depois rumado a Espanha.

Instalou-se num hotel em Madrid onde familiares e amigos lhe fariam chegar, em pouco tempo, dois automóveis *Mercedes*, um *Jaguar* e somas bastantes de dinheiro para se governar. Acabaria por estabelecer-se no Brasil, onde morreria, em 1977.

Fundado em setembro de 1974, ou em janeiro de 1975, como sugere a *Cronologia das Organizações de Direita*, do investigador espanhol Sánchez Cervelló, o ELP acolheu retornados, grupos de exilados da revolução, ex-elementos da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa, aderentes de grupos do golpe spinolista. Van Uden era o chefe operacional. Fazia a ligação com as células espalhadas por regiões do País, num sistema de vasos não-comunicantes: as pessoas do interior nem sequer sabiam quem eram as do exterior. Em Portugal só o conheciam a ele e a menos de meia dúzia de personagens.

O ELP editou a sua própria folha clandestina.

Jornal de combate, o órgão *Libertação* instava os «militantes» a «multiplicar os focos de rebelião», a propagar o «desprestígio» dos detentores do poder e a «desenvolver uma permanente campanha de agitação e propaganda que fomenta e, sobretudo, oriente a sagrada revolta dos portugueses». As «lutas» propostas pelo ELP aos seus aficionados, além de atos de pura violência física e intimidação, incluíam «sabotar o trabalho nas empresas nacionalizadas» e «não pagar impostos». O boletim indicava ainda moradas de militares, políticos e civis afetos ao processo revolucionário e publicava «conselhos práticos» para a luta armada, entre os quais um manual de preparação de *cocktails molotov*.

O «gabinete político» do ELP estava entregue ao professor Soares Martínez e a Almeida Araújo.

O primeiro dispunha de uma quinta, entre Salamanca e Valladolid, utilizada pelo ELP e por onde passaram os «pides» Barbieri Cardoso e Rosa Casaco, chefe da brigada que matou Humberto Delgado.

O segundo refugiara-se numa mansão, a poucos quilómetros de Marbella, destino mediterrânico de veraneio para milionários e vedetas de cinema de corpos bronzeados e iates ancorados no luxuoso Puerto Banús. Almeida Araújo era visto com frequência a passear no cais o seu leopardo domesticado ou nas partidas de ténis do seletor Marbella Club, exceto quando mantinha contactos com a extrema-direita nacional e internacional para travar o curso da revolução. Aí fechava-se para lá do grande portão de ferro que antecedia uma vasta zona ajardinada. Era o «homem dos americanos», no dizer do coronel José Pais, apoiante de Spínola. «Quem provocou a instabilidade e a indisciplina nas ruas, aquando do 28 de Setembro, foi o arquiteto Almeida Araújo, todo ligado aos americanos», e o empresário «Sérgio Galdes Barba – já na altura o homem da Coca-Cola», reforçara o tenente-coronel António Ramos, outro spinolista. «Foram esses tipos que estiveram por detrás dessa ideia (...). Foi mais uma habilidade controlada pelos americanos.»

A área das informações do ELP pertencia a um homem de origens familiares aristocratas e curtido no ofício: Agostinho Barbieri Cardoso, antigo subdiretor da PIDE que, no 25 de Abril de 1974, se encontrava

no estrangeiro, em França, e de lá já não saiu. Acabaria protegido por Jacques de Lageneste, encarregado das relações exteriores dos serviços de inteligência franceses. A «secreta» e a polícia de Paris pareciam «apreciar bastante» a colaboração antiga do n.º 2 da PIDE, noticiara *Le Nouvel Observateur*. Segundo pistas recolhidas à época pela Polícia Judiciária, mas nunca confirmadas, Barbieri teria saído de Portugal com um passaporte falso que fazia parte de uma série completa que a multinacional ITT teria comprado na Holanda.

Em *The Great Heroin Coup: Drugs, Intelligence & International Fascism*, o jornalista dinamarquês Henrik Krüger faz referência a cerca de cem mercenários cubanos ligados às organizações anticomunistas de Miami que também teriam alinhado nas fileiras do ELP em 1975, a partir de Espanha. Correspondente em Bangucoque, Santiago do Chile e Washington do diário de Copenhaga *Politiken*, Krüger apontava a Internacional Fascista como outro elo de ligação dos «elpistas», onde Barbieri Cardoso era o representante português de topo, dadas as suas ligações aos serviços secretos franceses e espanhóis. Os outros eram Gonçalves Rapazote e Jorge Jardim, ambos ex-governantes de Salazar.

O sinistro restolho da organização dava pasto às mais diversas tramas, ou nela não tivessem guarida velhos oficiais das SS nazis, fascistas de várias correntes, *gangsters*, mercenários e terroristas de distintas geografias e tendências. Havia ainda agentes da CIA, com ligações a operações encobertas na Guatemala, Brasil e Argentina.

As fachadas legais do ELP em Madrid eram empresas comerciais.

O endereço da Mariano Construção resumia-se a uma caixa postal em nome do empresário Mariano Sánchez Covisa, falangista e veterano da Divisão Azul espanhola, a unidade de voluntários que combateu ao lado de Hitler na Segunda Guerra Mundial. Líder oficioso do grupo parapolicial de ultradireita Guerrilheiros do Cristo Rei, Covisa foi o autor moral de atentados mortais contra estudantes e ataques a padres «vermelhos», ligados aos movimentos de trabalhadores em Espanha.

No caso da Tecnomotor, a teia era mais extensa.

Oficialmente, a empresa atuava na exportação de sobressalentes de maquinaria de obras públicas. Tinha contactos em Cascais e associara-se a um homem temível, com uma cicatriz na face esquerda, quase dois metros de altura e cem quilos de peso: Otto «Scarface» Skorzeny. Oficial das SS, fora considerado pelos Aliados «o homem mais perigoso da Europa». Entre as suas façanhas, associadas ao perfil de brutalidade e sadismo, estava a *Kristallnacht*, a noite de novembro de 1938 que assinalou a perseguição sem freio aos judeus na Alemanha e na Áustria. A participação no mítico resgate do ditador Mussolini num hotel dos Apeninos, em 1943, guindara-o a herói do nazismo alemão.

No pós-guerra, Otto foi guarda-costas da primeira-dama argentina Eva Perón, ajudando vários oficiais nazis a passar ao anonimato na América do Sul. Em Madrid, o fascismo espanhol garante-lhe paz, sossego e rédea livre. Manteve uma fluida rede de amizades e negócios, com estreitas ligações ao imobiliário, à exportadora de armas Merex e às multinacionais Krupp e Thyssen. Vivia «bastante bem». Palavras dele.

Entre os amigos mais fiéis na área empresarial, e com o qual manterá correspondência até à morte, estava Garrigues Cañabate, homem de confiança da diplomacia norte-americana em Madrid e antigo embaixador de Espanha nos EUA. O tráfico de armas, sobretudo para Angola e Moçambique, gerara grandes somas a Skorzeny.

Em 1970, o «insigne coronel das SS», como era tratado em Madrid, fundou o Paladin Group em Espanha. A organização tinha uma fachada legítima – consultadoria em segurança – mas o seu único propósito era recrutar mercenários para combater o comunismo em todo o planeta. Anos depois, Skorzeny terá sido, pelo menos, um valioso intermediário do ELP no fornecimento de armas para a programada «invasão» anticomunista de Portugal. No outono da vida, numa das suas raras entrevistas, admitira ter sido contactado por diversos países. Deu como exemplo os EUA. «O que é que eles queriam que fizesse?», perguntou o jornalista. «Oh, alguns trabalhos especiais. Mas não lhe digo quais, nós não falamos sobre isso.»

Ora, quando José Blanco Santos, dono da suspeita Tecnomotor, recebeu o repórter do diário *ABC*, a 25 de março de 1975, no apartamento D do 5.º andar da Rua Dr. Fleming, n.º 51, em Madrid, estava «francamente assustado». As denúncias das autoridades portuguesas sobre as tramas do ELP ecoavam em Espanha e a empresa aparecera na berlinda. «Não sabemos nada de semelhante assunto», justificou.

Não era verdade. Blanco Santos sabia o essencial. Sabia e disse-o.

Conhecera um tal de Hugh Franklim há dez anos, referido nos jornais portugueses pelo nome de código «Castor» e ligado ao ELP. Franklim oferecera os seus préstimos à Tecnomotor enquanto engenheiro, especialista em maquinaria de obras públicas. Juntara-se a ele um francês e mais um nome codificado: «Morgan». Na versão dos sócios da empresa, ambos se teriam limitado a traduzir cartas sem receber

qualquer gratificação. Entretanto, haviam desaparecido.

Quem eram, na verdade? E para quem trabalhavam?

Hugo «Castor» Franklim tratava-se, na realidade, de Jay Salby, ou Jay Sablovsky. Moreno, de capachinho, com rasgos sul-americanos, mas nascido em Filadélfia, fora um dos «boinas-verdes» da falhada invasão de Cuba na Baía dos Porcos, em 1961, operação preparada pela CIA para derrubar o regime de Fidel Castro. «Castor» usou várias identidades, mas nos passaportes manteve sempre a condição de solteiro e comerciante. Nada mais distante das reais atividades. Para o neofascista italiano Pierluigi Concutelli, que com ele «trabalhara» em Espanha em negócios e operações clandestinas, Jay Salby era, sim, a referência da CIA em Madrid, confirmou em tribunal.

A partir dos relatórios de António Graça, quadro do PCP na Comissão de Extinção da PIDE-DGS e, depois, nos serviços de informação, foram postas ao relento as atividades e a identidade destas personagens (*A Contra-Revolução no 25 de Abril*, Maria José Tíscar, 2014).

Salby, por exemplo, até entrara em Portugal, em outubro de 1973, logo após o golpe de Pinochet no Chile, usando falsa identidade.

Em Madrid, instalou-se de forma mais efetiva a partir de junho de 1974 em casa do compatriota Jill Maxwell, íntimo de diplomatas e militares dos EUA. Foi sempre homem para todo o serviço. Envolveu-se em operações encobertas e outros trabalhos sujos, fazendo também de agente de ligação entre vários países e organizações de linhagem extremista de direita. Terá recorrido a uma dessas facetas, ou várias, na sua relação com o ELP. Em novembro de 2016, Jay Salby figurava em dois endereços: um em Miami, na Florida, e outro empresarial, em Lima, no Peru. Tinha 79 anos, uma conta de Facebook e outra de Twitter com o nome «Castorius».

O comparsa «Morgan» era também um dos nomes fictícios usado por Yves Guillou, aliás Guérin-Sérac. Oficial de carreira das Forças Armadas Francesas, o veterano das guerras da Coreia, Indochina e Argélia aperfeiçoara as técnicas de subversão, sabotagem e ação psicológica. Condecorado, inclusive pelos EUA, este ex-membro da organização paramilitar secreta francesa OAS seria uma das pontas soltas da CIA na Europa, ocultada na operação multinacional secreta intitulada *Stay-behind*, composta por células clandestinas ligadas aos interesses da NATO e do Vaticano. Na época da «Guerra Fria», a ordem era proteger – a tiro, à bomba, se preciso fosse – os regimes de direita, liderados por forças tradicionalistas, conservadoras e extremistas, e organizar pequenos exércitos para travar o avanço do comunismo. A missão cabia que nem uma luva no perfil do francês Guérin-Sérac, católico praticante, anticomunista militante e especialista em ações encobertas. «Os outros depuseram as armas, mas eu não», terá justificado, citado pela revista *Paris Match*. «Fugi para Portugal para continuar a luta e expandi-la às suas próprias dimensões – ou seja, a dimensão planetária.»

Com instruções precisas e um modelo a seguir, Guérin-Sérac chegou a Lisboa em finais de 1962. Foi morar para a Vivenda Areias do Mar, em São Pedro do Estoril, e integrou-se nas estruturas paramilitares e de antiguerilha da ditadura.

Em setembro de 1966, montou a Aginter Presse. Sob a fachada de agência noticiosa, da qual era o dirigente máximo, dissimulava-se uma plataforma giratória para terroristas e mercenários de várias nacionalidades.

A Aginter instalou-se na Rua das Praças, n.º 13, na Madragoa (o n.º 27 da Rua de Campolide seria a sede a partir de 1970, mantendo-se, contudo, a outra morada). No edifício ficava umas das residências de Jean Vallantin e familiares, ex-comandante francês exilado e ligado ao regime de Vichy.

De acordo com a Comissão Pellegrini, do Senado italiano, os principais fundos para a atividade da Aginter Presse foram canalizados pela CIA, mas contaram com apoios financeiros e operacionais de outros serviços secretos estrangeiros. Em Portugal, as atividades da Aginter eram pagas pela PIDE, mas só formalmente: a polícia política limitava-se a intermediar e camuflar as verbas provenientes dos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros.

Guérin-Sérac e os seus *compagnons de route* trabalharam para a PIDE sob a designação de oficiais operacionais. «As nossas forças», explicará o francês, «compreendem dois tipos de homens: oficiais que vieram até nós depois de combaterem na Indochina e Argélia, e alguns mesmo após a Guerra da Coreia. Intelectuais que, nesse período, se dedicaram ao estudo das técnicas de subversão marxista (...). Estabelecemos contactos próximos entre grupos que emergiam em Itália, Bélgica, Alemanha, Espanha e Portugal, com ideias afins, com o fito de formarmos o núcleo de uma verdadeira Liga Ocidental de Luta contra o Marxismo.» A Aginter reuniu militares e civis de várias nacionalidades, deslocados em vários palcos internacionais, mas sobretudo antigos elementos da OAS fugidos à Justiça francesa pelo seu envolvimento numa tentativa de assassinato do general De Gaulle.

O cardápio era o do costume: sabotagens, atentados, espionagem, contraespionagem. Mas também a utilização de operacionais disfarçados de jornalistas maoistas. Abrigados numa pretensa atividade informativa, os elementos da Aginter usavam essa cobertura para colaborar com a PIDE. Contudo, eles próprios lançaram o embrião de uma estrutura onde vigoravam cerimónias secretas, códigos, pseudónimos e compromissos de honra. A Ordem e Tradição – Organização de Ação contra o Comunismo Internacional era, segundo os serviços de informação portugueses do pós-revolução, «uma pequena seita que fazia do anticomunismo negócio», constituída, na maioria, por ex-elementos da OAS francesa e algumas figuras «da reação europeia mais decadente».

Em Portugal, a Aginter produzia o programa de propaganda «Voz do Ocidente», na Emissora Nacional. Os seus membros eram recrutados para instrutores de oficiais que combatiam nas ex-colónias. Associada ao assassinato do general Humberto Delgado em Espanha, a Aginter Presse foi também útil nas campanhas das tropas portuguesas no Ultramar. «Os planos dos agentes», escreveu António Graça nos seus relatórios, «incluíam a liquidação de dirigentes, infiltração ou captação de informadores e provocadores e utilização de falsos movimentos de libertação.» Foi atribuída à organização, em colaboração com a PIDE, o assassinato dos líderes africanos Eduardo Mondlane (FRELIMO, Moçambique) e Amílcar Cabral (PAIGC, Guiné e Cabo Verde), mas o seu papel no continente africano era mais vasto. Incluiu, pelo menos, operações na Tanzânia, Malawi e Zâmbia. No antigo Congo Belga houve planos e ações para apoiar o secessionista Moisés Tshombé, que seria mais tarde associado a Joaquim Ferreira Torres, cabecilha da rede bombista de extrema-direita em Portugal.

No início dos anos 70, Guérin-Sérac («Morgan») e Jay Salby («Castor») são, pois, duas das referências da Aginter Presse em Lisboa e Madrid, enquanto se entretêm a mediar negócios e a infiltrar empresas.

O primeiro é o chefe, o segundo é colaborador.

A estação lisboeta da Aginter seria, ela própria, um tentáculo da CIA, mas a PIDE também tinha as suas ligações com a agência de inteligência americana. Óscar Cardoso, ex-inspetor da polícia política, falava bem inglês e fazia a ponte. «Tinha contactos com um tal John Morgan, com quem falava sobre Angola, um tipo curioso», assumiu.

Às portas do 25 de Abril de 1974, almoçaram no restaurante Tavares Rico. O americano, na verdade chefe da CIA em Lisboa, mantinha também contactos com setores da oposição socialista (nomeadamente Víctor Cunha Rego), e perguntou a Óscar Cardoso se a PIDE não estava a contar com uma situação grave para breve. «Não podemos menosprezar aqueles rapazes», ironizou o ex-inspetor, referindo-se aos elementos da CIA e rejeitando a ideia de que o posto da agência dos EUA estaria distraído e abandonado a poucos dias do golpe militar.

Seria estranho que assim fosse: John Morgan, tarimbado homem dos serviços de inteligência dos EUA, passara pelo Brasil e pelo Uruguai entre 1966 e 1973. No Rio de Janeiro, em plena ditadura militar, trabalhara com o conselheiro de assuntos políticos Frank Carlucci, que em janeiro de 1975 ocuparia o lugar de embaixador dos EUA em Lisboa. John Morgan defendia para Portugal a receita aplicada na América Latina, sobretudo no Chile, com outros temperos: uma campanha mediática contra a esquerda radical, o regresso de Spínola ao poder, a manutenção do País na NATO e a secessão dos Açores, estratégicos para os EUA, por causa da Base das Lajes.

Fora naquele arquipélago que Spínola se encontrara, em junho de 1974, com o Presidente norte-americano Richard Nixon.

O chefe de Estado português esteve acompanhado, entre outros, pelo conservador João Hall Themido. Antigo servidor do governo da ditadura no Ministério dos Negócios Estrangeiros – e, nessa condição, a par das atividades da Aginter Presse –, Themido mantinha-se no cargo de embaixador nos EUA graças a Mário Soares, titular daquela pasta, pouco interessado em afrontar Washington.

Nem Themido nem Francisco Sá Carneiro, que também seguira na viagem, foram autorizados a participar na parte reservada da cimeira dos Açores. «Não fui fazer nada», lamentou-se o ministro sem pasta e líder do PPD num almoço com Costa Gomes, no Hotel Tivoli. «O general Spínola não quis que eu participasse na conferência.»

Do que lá se discutiu pouco transpirou, mas a permanência de Portugal na NATO e a situação de Angola, onde os americanos jogavam valiosa cartada geoestratégica, terão sido faladas. Havia, porém, uma curiosidade: a tradução do diálogo entre Spínola e Nixon fora feita pelo general Vernon Walters, diretor-adjunto da CIA. Além de falar português, seria ele a escolher Carlucci para o posto diplomático em Lisboa. A amizade estreitara-se no Brasil, onde Walters fora adido militar e os EUA constituíram o principal suporte da ditadura.

Quando a embaixada americana em Portugal mudou de rosto, no início de 1975, mais de 80 agentes dos serviços de informação brasileiros liderados por Celso Telles, velha raposa da polícia política, aterraram

em Lisboa para «continuar a trabalhar diretamente com Carlucci», que conheciam do Brasil. À sua espera tinham, segundo a revista *Cambio 16*, outro amigo: John Morgan. O chefe da CIA na capital era «quem andava a movimentar aqueles grupos nortenhos contra os comunistas», revelou o coronel Manuel Bernardo, um dos homens do 25 de Novembro. Ora, para aplicar a receita latino-americana de John Morgan era preciso colocar Portugal ao lume.

Enquanto a embaixada dos EUA se preparava para mudar a agulha, as autoridades portuguesas tentavam, há vários meses, encaixar uma das peças deste vasto e intrincado *puzzle*: a Aginter Presse.

Em finais de maio de 1974, os militares da Armada tinham ido ao prédio da Rua das Praças, mas demasiado tarde para encontrar operacionais da agência fictícia de notícias. Os escritórios estavam vazios, mas bem providos de documentação. Entre ela, ficara para trás um carimbo do ELP, que, por essa altura, já estaria em gestação.

Guérin-Sérac e Jay Salby, os camuflados «Morgan» e «Castor» desta história, juntaram-se às conspirações do Exército de Libertação de Portugal em Espanha. O francês influenciou na organização do ELP e esboçou diversas fases da «estratégia de tensão» a aplicar a Portugal durante 1975: criar um clima de agitação social, minar a economia e desestabilizar o aparelho de Estado.

A ideia era desencadear um ambiente de alta voltagem no País para justificar uma inversão do processo revolucionário através de um golpe de força. A 25 de novembro desse ano, grande parte dos intentos deste «exército» seria cumprido. Um dos heróis desse dia, Jaime Neves, conhecia elementos do ELP e do MDLP e concordava, «na generalidade», com eles. «Era amigo de muitos oficiais ligados a esses movimentos... Na altura houve muito contacto do género “estamos contigo!”. E eu sabia que o seu patriotismo era puro. Se disserem que os elementos do MDLP fizeram ações no País que iam ao encontro daquilo que nós pensávamos, pois com certeza...», assumiu o major-general, antigo comandante do Regimento de Comandos da Amadora.

Os operacionais do ELP treinaram-se em quintas de Espanha, sempre com a benevolência e o apoio das autoridades franquistas. De Madrid à Galiza, passando por Badajoz, Ávila, Almadén, Fuentes de Oñoro, Valverde de Fresno e Valência de Alcântara, a logística e as bases da organização eram diversificadas. Disponha de um serviço de informações, de entrepostos, armazéns e depósitos para camuflar material de guerra, armas ligeiras e fardas militares.

O recrutamento de operacionais fazia-se com a cobertura da Fundação Nossa Senhora de Fátima, nas Torres de Madrid, piso 10, escritório 3, no Centro da cidade. No mesmo edifício, anos antes, instalaram-se os paramilitares franceses da OAS, a que pertencera Guérin-Sérac.

A pretexto de lhes ser dada assistência médica, social e educacional, os candidatos à luta armada contra a revolução eram encaminhados para dois dirigentes, usando a senha «Generalíssimo» e a contrassenha «CUSCO». Para garantirem uma refeição diária e alojamento num dormitório manhoso por uns dias, os candidatos preenchiam um questionário. Van Uden e Nuno Barbieri avaliavam depois os potenciais combatentes com perguntas sobre os motivos do abandono de Portugal e o nível de aversão ao regime saído do 25 de Abril. Podiam ainda ser submetidos a outra entrevista, a cargo de Miguel Freitas da Costa, diretor do jornal de extrema-direita *Bandarra*.

Se o parecer fosse positivo, passavam para as mãos do antigo inspetor da PIDE Cunha Passo. Aprovados para combate, tinham direito a despesas pagas e remunerações diferenciadas para a fase de treino e de operacionalidade, embora Van Uden tenha negado esta versão: «O nosso pessoal não recebia qualquer tipo de salário.»

Num relatório confidencial da PJ do Porto dos primeiros meses de 1976, quando já estavam em curso as investigações sobre a rede bombista, fazia-se o histórico da conjugação de estratégias da direita radical que, um ano antes, haviam sido delineadas em território espanhol. Assim, segundo informações policiais, o ELP e o MDLP «enveredaram de início por sistemas de atuação diversos».

Enquanto o primeiro «optava por atos que seriam realizados por poucas pessoas, por ataques isolados, tipo ação de “comandos”», o segundo movimento «preferia manipulações de massas populares, acompanhadas, por exemplo, por toques de sinos a rebate, o que frequentemente ia desembocar em assaltos a sedes de partidos e de outras organizações e organismos». Separava-os a figura de Spínola, cérebro do MDLP, e divergências quanto à herança do 25 de Abril: apagá-lo da memória ou refundá-lo, pela direita?

A primeira resenha do que seria o MDLP fora feita por Alpoim Calvão. Militar de pergaminhos, era um «maluquinho por ópera» e citava uma frase escrita por Puccini que traduzia o seu conceito de militância: «A vida é uma milícia e quem dá mais sangue receberá mais graça.» Não se confessava anticomunista, mas pretendia obrigar o PCP a respeitar as regras democráticas das sociedades ocidentais. Dizia-se social-

democrata. Não pensava reverter as nacionalizações, pois preferia os bancos controlados pelo Estado, sem prejuízo da iniciativa privada. A elegância e a diplomacia de Calvão contrastavam com o teor dos panfletos do MDLP, onde os militares de Lisboa apareceriam caracterizados como «javarados» e «hipócritas».

No Brasil, onde se refugiara, o general do monóculo aprovava o projeto de criação do movimento. O político brasileiro Carlos Lacerda, amigo de ambos, passou-o a letra de forma numa máquina de escrever. «O movimento foi financiado sobretudo por capitalistas portugueses radicados no Brasil. Em troca do apoio económico, eles exigiram a fundação de um movimento contra o regime», explicará o antigo Presidente da República, Costa Gomes, nas suas memórias.

O MDLP seria formalmente constituído em maio de 1975, quando o ELP desencadeou a sua primeira ação, em Bragança, na sede do MDP/CDE. Para trás ficara nova tentativa de golpe, no 11 de Março. Este segundo malogro spinolista refinara os métodos: para culpar a esquerda e extremar posições, incluiu assaltos a sedes de partidos, movimentos de direita e organizações ligadas ao patronato, entre os quais o PDC, o PPD, o CDS e a CIP.

Falhado o objetivo, chegaram então a Espanha, para integrar o MDLP, antigos dirigentes do Partido do Progresso, entre os quais José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo, Marques Bessa e Fernando Pacheco de Amorim. Ramalho Eanes foi outra das pessoas contactadas para aderir ao movimento, mas, em meados de 1975, preferiu continuar as conspirações com os «moderados» do Grupo dos Nove. «No entanto», esclareceu Alpoim, «esteve sempre ao corrente de tudo, soube a cada momento o que se ia passando.»

No gabinete político, e enquanto vivia numa casa religiosa, Júdice e outros elaboraram um projeto de Constituição, esquemas de organização administrativa do País, pouco mais. A eles juntou-se Manuel Queiroz Pereira, um dos financiadores mensais do movimento. Os outros eram Champalimaud, Boullosa e mais uns quantos que preferiam manter-se na sombra. De início, Calvão vendera até um serviço da Companhia das Índias, de modo a obter fundos para as suas viagens. Depois, o antigo ministro das Finanças de Marcelo Caetano, Cotta Dias, passou a controlar os dinheiros do MDLP.

O MDLP não se limitava, porém, a agitar as massas. A sua panela de pressão incluía ações de intimidação, detonações em estradas ou rebentamentos de petardos em alvos de esquerda a pretexto de «exercícios militares». Se a ideia fosse destruir o carro de um comunista, «não se aproveitava dele um pedaço maior do que um prato de sopa», assumiam os operacionais. Os dirigentes chegaram a reivindicar 50 mil «militantes», quase metade «em armas». Com o andar da carruagem, os seus apoios financeiros vão permitir obter recursos nas comunidades emigrantes dos EUA e da Venezuela, mas também na África do Sul, Brasil e Canadá. «Vivem fora de Portugal cerca de seis milhões de portugueses», lembrara Alpoim Calvão. «Não é difícil fazer com que cada um deles dê um dólar para a organização (...). Claro que muitos dão mais do que isso.»

De acordo com a revista semanal *Politique Hebdo*, de 24 de julho de 1975, a própria CIA teria lançado um programa para recrutar emigrantes portugueses do Massachusetts, sobretudo em New Bedford, para a batalha contra a revolução saída do 25 de Abril.

A face visível seria o procurador Edmund Dinis, natural dos Açores. Antigo tradutor dos serviços de inteligência do exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial, era dono de duas estações de rádio americano-portuguesas «fortemente editorializadas contra o totalitarismo comunista». Confrontado pela *CounterSpy*, desmentiu o seu envolvimento em quaisquer assuntos políticos de Portugal.

Em dado momento crê-se ter ocorrido uma reunião conjunta do ELP e do MDLP em Espanha, «da qual viria a resultar uma fusão dos dois grupos, pelo menos quanto ao tipo de ação a escolher», registaria a PJ do Porto. A informação assinalava «o comprometimento do CDS e PPM» com a onda de atentados bombistas de 1975, «até porque, a coberto de tais organizações», se processaria «a entrada no nosso País de elementos ligados ao ELP e ao MDLP».

A rede, estendida a todo o Norte, teria «uma média de três indivíduos por cada freguesia encarregue de lutar contra as “esquerdas” em caso de eventual guerra civil», sendo para o efeito «contactadas pessoas recentemente desmobilizadas do serviço militar», referia o documento.

Numa fase inicial, ELP e MDLP pretenderam instalar dois emissores na zona nortenha da raia, do lado espanhol, com o objetivo de produzir programas para os portugueses. O plano incluía provocar uma interferência que permitisse sobrepor imagens da Virgem de Fátima sempre que a RTP transmitisse noticiários ou reportagens sobre o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, de modo «a chamar a atenção do povo português para os perigos do comunismo». Para isso, recorreram a apoios de personalidades portuguesas das finanças e dos negócios. Parte desse dinheiro, 700 contos (quase 100 mil euros ao câmbio atual), terá sido encaminhada pelo milionário Lúcio Tomé Feteira através de Alpoim Calvão, como o próprio reconheceria em 1996.

Estes movimentos dispuseram ainda de uma avioneta paga por um industrial nortenho e usada para

propagar fogos florestais junto à raia, cuja origem foi investigada pela PJ Militar. Só na zona de Figueira de Castelo Rodrigo detetaram-se 65 incêndios criminosos num ano. Um tal de D. Pepe, de Fuentes de Oñoro, seria o intermediário para os pagamentos. «Conclui-se (...) que este tipo de ação terrorista não está desligada dos atentados bombistas, pelo que as “cabeças” destes tipos de atuação serão necessariamente as mesmas», anotou a Judiciária Militar. Um opúsculo de Carlos Dugos, travestido de ensaio jornalístico e publicado em 1975 – *Comunismo? O povo é quem mais ordena* –, garantia serem os elementos do PCP os responsáveis por tais incêndios. «Conta-se e ouve-se falar mesmo à boca cheia, por aí, que é uma avioneta dos comunistas que anda a queimar os montes», afirmara um habitante de Braga, dando conta da «voz corrente» no Norte do País.

O ELP e o MDLP usaram a emissão de selos fiscais falsos, tráfico de divisas, contrabando de ouro, obras de arte e armas antigas para financiarem as suas atividades.

Van Uden fez também um périplo europeu para tentar angariar apoios e fundos para a causa. Reuniu-se com embaixadores da NATO e governantes de vários países, incluindo o rei Balduino, da Bélgica. Não referiu o facto de ter sido detetada a sua presença na Suíça para se encontrar com um dos homens da CIA no país, mas revelou ter falado com o primeiro-ministro do rei Hassan. Marrocos foi «o único país que pensou apoiar o ELP» e a quem Van Uden apresentou uma lista de necessidades, mas sem esclarecer se as mesmas foram satisfeitas.

«Tínhamos contactos com os americanos», assumiu, por seu lado, Alpoim Calvão. O comandante operacional do MDLP falava com um Thomas Kheog, em Madrid, que ele considerara próximo de Frank Carlucci. «Uma vez caíram-nos nas mãos 60 000 dólares falsos, que lhe entreguei. Mandou chamar um daqueles especialistas (da CIA), que confirmou...» O condecorado militar, acolhido numa das casas do chefe da Casa Civil de Franco, mantinha grandes amizades no exército espanhol e fortes laços com a embaixada dos EUA em Madrid. Mas não só. Através de Miguel Gentil Quina, administrador do Banco Borges & Irmão, os serviços de inteligência franceses compraram 16 pistolas-metralhadoras e entregaram-nas ao MDLP. Em Paris, Miguel Quina coordenava o apoio financeiro à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), armada e financiada pela CIA e pelo Departamento de Estado norte-americano.

Dirigidos a partir de Espanha, ELP e MDLP cruzaram meios, homens, dinheiro, armas. Duas mil espingardas *Mausser*, de repetição, e 500 mil munições foram oferecidas por Holden Roberto a Alpoim Calvão. O arsenal de 26 toneladas entrou em Espanha, viajando de Tunes para Cádiz. A parcela mais importante transportou-se até Tuy, na Galiza, com a cumplicidade da polícia política espanhola. As armas nunca foram usadas, pois o 25 de Novembro chegou a tempo de arrefecer os ânimos. Destinadas a milícias populares que participariam num golpe previsto para 1 de dezembro de 1975, Dia da Restauração, seriam atiradas ao mar, no cabo Silleiro, em Baiona, na Galiza.

ELP, MDLP, Igreja, ex-agentes da PIDE e da Legião, elementos de guerrilhas e movimentos avessos à independência das ex-colónias, mercenários, ex-militares, serviços de inteligência estrangeiros, banqueiros, empresários e industriais. A extensão da rede de cumplicidades e ramificações para pôr o Portugal pós-revolução a arder não olhou a meios nem a divergências de pormenor.

Os vários «exércitos» da contrarrevolução, alguns avulsos, foram responsáveis por 566 ações violentas no País entre maio de 1975 e abril de 1977, uma média de 24 atos de terrorismo por mês, quase um por dia, causando mais de dez mortes e prejuízos incalculáveis no património de vítimas e instituições.

Os partidos à esquerda do PS, com o PCP à cabeça, a par de militares e sindicatos, foram os alvos preferenciais de quase 80 por cento das bombas, assaltos, incêndios, espancamentos, apedrejamentos e atentados a tiro. A contabilidade foi coligida num *Dossier Terrorismo*, elaborado pelo PCP, mas os cálculos não merecem suspeita. «Muito do que eles escreveram naquele livro está correto», reconheceu Francisco Van Uden, do ELP. «Também é um indicador de que eles possuíam uma estrutura de informação muito bem organizada», assume.

Mas recuemos.

Hoje sabe-se uma grande parte da história desta rede. Mas até aos primeiros meses de 1975 estes conciliábulos eram pouco mais do que conspirações desgarradas e deles havia uma imagem desfocada.

O 28 de Setembro de 1974 tornara algumas conjuras mais nítidas, ajudara a identificar protagonistas e interesses em jogo, mas os dados não eram ainda suficientes para perceber até onde iria – e de que meios dispunha – a rebelião anticomunista que agitara a guerra civil.

E foi aí que entrou um espião de província.

Engenheiro eletrotécnico, licenciado em Ciências Militares na Escola Naval, Américo Rodrigues Soares

nasceu em Santiaís (Estarreja) numa família de classe média, desde sempre ligada aos setores oposicionistas à ditadura. Em casa não se falava muito de política, por razões de segurança, mas uma das suas influências foi o médico José de Oliveira e Silva, destacado antifascista e professor de Física e Química no Colégio de Estarreja, várias vezes preso pela PIDE. «Da última vez que ele esteve em Peniche chegaram a ir três autocarros carregados de gente para se manifestarem à porta da residência do bispo de Aveiro, pedindo-lhe para ele mover influências para soltar o Oliveira e Silva, porque havia pessoas a morrer e que precisavam de assistência médica. Uma semana depois estava cá fora», lembra.

As conspirações de Rodrigues Soares contra o regime e a guerra colonial começaram na Escola Naval, tendo feito parte do movimento associativo da Armada, liderado pelo seu «mentor ideológico» Miguel Judas, mais tarde conselheiro da Revolução. «Sempre que íamos ao estrangeiro, o Judas e eu vasculhávamos bibliotecas. Uma vez, em Londres, no Hyde Park, encontrei livros do Mao em português e comprei-os. Mas quando comecei a ler havia coisas com as quais não concordava. Confrontei o Judas e ele disse que nem tudo o que vinha do Mao era aceitável», recorda.

Ativista empenhado na preparação do 25 de Abril, Rodrigues Soares, a quem na terra chamam carinhosamente «almirante», foi eleito para a Comissão Coordenadora do MFA. Depois esteve no que viria a designar-se Serviço Diretor e Coordenador da Informação (SDCI). Nas suas memórias, Martins Guerreiro, «um homem combativo, de formação muito cimentada», Paiva de Andrade, Almada Contreiras e Vítor Crespo continuam inesquecíveis. Bem como o dia em que foi detido: «A 26 de novembro de 1975 recebi um telefonema de Belém para me apresentar juntamente com a minha *muchachada*. Ainda perguntei se era necessário levar pijama e eles disseram que não», ironiza. Na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, ficou preso seis meses sem culpa formada nas cadeias de Custóias e de Caxias. Submetido ao Conselho Superior de Disciplina da Armada, foi ilibado por unanimidade, mas, mesmo assim, afastado das Forças Armadas. No 25.º aniversário do 25 de Abril, em 1999, foi-lhe reconstituída a carreira militar, tendo sido promovido a capitão de mar e guerra e passado à reserva, a seu pedido. Candidato da CDU à Câmara Municipal de Estarreja, Rodrigues Soares mantinha, aos 66 anos, ampla atividade cívica e autárquica.

Em março de 2016, quando Rodrigues Soares se dispôs a contar a história secreta da investigação ao ELP, temeu que lhe faltassem detalhes e a memória fraquejasse. Não foi o caso. O caudal de relatos pormenorizados desses tempos começou numa manhã de março de 2016 em sua casa e desaguou à mesa da Adega do Emílio, tarde dentro. Quando a conversa terminou estava nítido, como se 1975 fosse ontem, o retrato de uma época.

Onde estava nas vésperas do 25 de Abril de 1974?

Tinha sido o primeiro classificado do meu curso, em Ciências Militares, na Escola Naval, e um dos prémios era fazer um estágio de dois meses a bordo de um navio da VI Esquadra da Marinha dos EUA. Aí fiquei a saber uma coisa fundamental sobre eles: para apertar um parafuso, nada melhor do que um americano; para desapertar um parafuso, nada melhor do que um americano; para apertar e desapertar um parafuso nada melhor do que dois americanos. (risos) No fundo, percebi que éramos bem mais polivalentes e que a cultura geral deles era um desastre. Eles eram mais especializados, mas com menos capacidade de ação. Havia um médico, filho de alemães, a quem os americanos chamavam maluco, que lhes dizia: «*I'm crazy, I'm stupid, but I'm not american, I'm european*». (risos) Bem, o 25 de Abril apanha-me a fazer a especialização em eletrotécnica no Grupo n.º 1 de Escolas da Armada. Mas acabei por ser integrado no grupo da Marinha que, após a revolução, foi tomar a Escola Técnica da PIDE-DGS...

O que recorda desses dias?

Encontrei lá um velho, que era o guarda daquilo, a viver com a mulher. Os fuzileiros tinham-nos deixado para trás. Perguntei-lhe o que estava ali a fazer, se não via os soldados a passar na rua. Respondeu-me que tinha ali uma espécie de quintal, com galinhas e coelhos, e que era pai de um inspetor da PIDE. Deixámo-lo ficar, mas fomos buscar o filho, à Cova da Moura. Mostrámos o mandado de captura, mas ele disse que o pai é que era da PIDE. Ver o filho a denunciar o pai foi das coisas que mais me chocaram e revela bem o caráter daquela gente.

O que era a Secção de Apoio e como foi lá parar?

Os serviços de informação davam os primeiros passos, tinha sido criada a 2.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), liderada pelo então coronel Pedro Cardoso, que tinha feito um curso nos EUA. Nela nasceu a Secção de Apoio (SAP), chefiada até certa altura pelo major de Artilharia Luís Arruda, indigitado pelo MFA. Como o curso de especialização em Eletrotécnica estava interrompido, fui chamado para a SAP, ainda no Palácio da Ajuda, com o objetivo de impedir que ali fossem instalados

microfones, além de atender telefones e tentar tornar aquilo funcional. Mais tarde passámos para o Edifício Grão-Pará, onde veio a funcionar o SDCI.

Segundo Pedro Cardoso, que fizera formação na «intelligence» da NATO, a 2.ª Divisão recebeu «uma verba vultuosa» proveniente dos fundos reservados da antiga polícia política, que a Junta de Salvação Nacional decidira repartir entre a Comissão de Extinção da PIDE-DGS e a 2.ª Divisão. Dessa quantia, foi atribuída uma parcela «para cobrir as atividades de vigilância e acompanhamento do ELP». O núcleo inicial da SAP, entre o qual se contava o então segundo-tenente Américo Rodrigues Soares, não chegava sequer a uma dezena de oficiais do Exército e da Marinha. A relação entre os setores da SAP e da 2.ª Divisão foi marcada por desconfianças. Não só pelo carácter relativamente autónomo da SAP, mas sobretudo porque, a dada altura, e na sequência da frustrada tentativa de golpe de direita a 28 de setembro de 1974, a secção foi alvo de tentativas de infiltração por parte de elementos da 2.ª Divisão afetos ao general Spínola que não eram bem-vistos pelo MFA. Em fevereiro de 1975, a SAP mudou-se para dois dos pisos superiores do Edifício Grão-Pará – pertença do grupo económico com o mesmo nome, entretanto nacionalizado –, ficando na dependência dos serviços de apoio da JSN, liderados pelo almirante Rosa Coutinho. Mais tarde seria criado o SDCI.

Depois da fase inicial, quais foram as suas funções na SAP?

Estava ligado ao setor das atividades violentas. Desde o 28 de Setembro, passámos a recolher informação relativa aos bombistas. Por vezes, o Rosa Coutinho aparecia e ficava furioso por ver por lá o Dinis de Almeida, do RALIS, a falar com a rapaziada, a contar espingardas e a trocar informações. Nós sabíamos que ia acontecer um 11 de Março [de 1975], mas enquanto na 2.ª Divisão havia pessoas altamente especializadas, do antigo curso de informações e com passagens pelos EUA, na SAP não tínhamos nada disso. Era tudo por carolice. Aprendíamos com as cabeçadas que íamos dando nas paredes.

Pode dar exemplos?

Olhe, caíamos em algumas manobras de diversão. Aparecia alguém a dizer que ia haver um desembarque de armamento em Vale da Mula, em Almeida, e nós lá íamos fazer uma operação que depois não dava em nada, não aparecia ninguém. Um dia apanhámos um desembarque de tabaco quando íamos à espera de armas, ao lado da Setenave, em Setúbal. Apreendemos os três camiões. Um dos condutores veio a falar com o meu camarada, capitão Santos Coelho, dizendo que era inocente e que só o mandaram ir buscar uma carga. Nisto, ele pede-nos para ir a uma casa de banho num café. Nunca mais apareceu. (risos)

O que se sabia sobre o ELP?

Tinham-nos chegado algumas coisas. O António Graça trabalhava muito a informação da Aginter Presse e da CIA e já tinha referenciado um grupo em Portugal, com ligações a uma organização neofascista italiana, com forte representação em França, e que em tempos teria colaborado com a PIDE... Os casos do «Morgan» e do «Castor», dois nomes de código da Aginter Presse ligados à CIA, e a vinda do Frank Carlucci para embaixador dos EUA começaram a dar-nos pistas sobre quais seriam os apoios deles e os cuidados a ter com este tipo de organização. Em janeiro de 1975, o núcleo de informações do Quartel-General da Região Militar do Norte, no tempo do coronel Eurico Corvacho, do major Nogueira de Albuquerque, do capitão Carneiro e de outros camaradas do Exército, teve informações sobre reuniões de elementos ligados ao ELP que se iam realizar em Espanha. Havia um infiltrado, o João Pinto Ranito, ex-legionário, que mantinha contactos com o alferes miliciano Manuel Costa e informava-o de tudo. O Ranito forneceu muita informação útil, referenciou uma reunião em Verín (Espanha) e isso permitiu que nós identificássemos muita gente. Creio que faleceu num acidente, mas não sei se foram averiguadas as circunstâncias do mesmo...

João Pinto Ranito, antigo membro da Legião Portuguesa, de Braga, pertencera ao ELP. Desencantado com a organização, estaria também desconfortável com tudo o que ia ouvindo, em particular as referências a atentados bombistas, sequestros, ações e conspirações para assassinar alvos civis e militares, com os quais não concordava. Terá sido dele a iniciativa de colaborar com os serviços de informação militares, aceitando manter-se integrado no ELP, assistindo às reuniões e informando sobre tudo o que ia ouvindo. É dele a informação de que, em finais de janeiro de 1975, iria realizar-se em Verín um encontro clandestino do ELP.

Como é envolvido na primeira operação, de Verín?

Como a informação era de fiar, pois vinha do Corvacho e da rapaziada que ele tinha a trabalhar nisso no

Porto, fizemos um plano de operações para ir rapidamente a Verín. Fomos um bocadinho de mãos a abanar e até correndo algum risco. Fui eu, o comandante Manuel Marques Pinto, chefe da Divisão de Informação Externa do SDCI, e o meu amigo Cipriano Ricardo, alferes do Exército, que era de Chaves e nos levou ao local, mas depois ficou em Chaves, para manter as aparências de normalidade. Tínhamos de ser discretos.

Entrar na Espanha franquista, e com esse propósito, era complicado...

Era. Não interessava sequer que os nossos nomes ficassem registados na fronteira. Recorremos então a um oficial da Guarda Fiscal, alferes, que nos colocou em Espanha. Estávamos com um salvo-conduto mas, como é óbvio, se fôssemos detetados éramos imediatamente presos. Mas a discrição não era muita, diga-se. O nosso carro tinha vindo da Casa Civil do [primeiro-ministro] Vasco Gonçalves. Era um dos automóveis que tinham sido apreendidos aos bancos. Aliás, nestas coisas usavam-se carros muito «discretos»: um «boca de sapo», um *Mercedes*. Toda a gente olhava e dizia logo: «Olha, aí está a bófia!» (risos) Nem sequer tínhamos dinheiro, íamos com aquilo que havia...

O que fizeram quando chegaram a Verín?

Passámos a noite no Hotel Dos Naciones, onde os tipos se iam reunir. O Marques Pinto e eu «fizemos quartos», como se diz na Marinha: vigias, à vez. Ninguém suspeitou. Devo ter ido com um *pullover* e um blusão de cabedal preto e o Manuel ia com algo parecido. Não íamos de *jeans*, claro! De manhã, o Manuel acordou-me e disse que ia tomar o pequeno-almoço: «Os gajos já lá estão, de certeza!» Deviam ser umas nove, nove e meia. Ele chegou ao restaurante primeiro, disse bom dia, sentou-se e pediu o pequeno-almoço. Quando cheguei, disse que eu podia falar português à vontade, pois já tinha cumprimentado aquela gente toda.

Tinham a noção de quem iria lá estar?

Tínhamos! Estava o Rui Hoffé Araújo Moreira, dono da Molaflex e pai do presidente da Câmara do Porto, que vim a encontrar também na reunião do ELP em Salamanca; o António Azeredo Leme, irmão do general Carlos Azeredo, inspetor de vendas da Cilda e militante do Partido do Progresso; e mais umas pessoas. Fixámos as caras. Eles não fizeram um esforço para ser discretos.

Também se falou de estrangeiros, nomeadamente elementos ligados à organização espanhola Guerrilheiros do Cristo Rei...

Havia uns a falar castelhano, mas um péssimo castelhano, não eram cidadãos espanhóis. Regressámos a Chaves logo nessa manhã e fomos comer umas alheiras com grelos e beber uns copos a casa da mãe do Cipriano, aliviados. Tínhamos ficado muito tensos. Foi do tipo: «Vamos embora enquanto está zero a zero!» Se eles suspeitassem chamariam logo a polícia espanhola e nós não tínhamos nada para nos defendermos.

Ficou surpreendido quando lhe disseram que ia chefiar depois a operação em Salamanca?

Não, nada. Era um moço novo, cheio de genica, e não tinha medo. A experiência de Verín saiu-nos muito bem, sem incidentes, mas tinha consciência dos riscos que podia correr em Salamanca.

Pôde contactar a família?

Nem pensar. Também era solteiro, não tinha justificações a dar. Vivia na messe da base naval de Lisboa, a minha família estava em Estarreja. Havia a namorada, mas era fácil justificar uma reunião fora de Lisboa.

A operação de Salamanca foi a 16 de fevereiro de 1975. Já tiveram outros meios?

Em Verín quase não tinha havido meios, nem sequer financeiros. Levámos senhas para a gasolina. O resto pagávamos e depois dávamos a saída de caixa. Em Salamanca já tínhamos um pouco mais, mas era tudo contadinho. Só descansei quando chegámos a Portugal, fomos dormir ao hotel da Torralta, na serra da Estrela, e aí já podia pagar com um cheque. Nessa operação, já tivemos meios para fotografar as pessoas que estavam na reunião, era fundamental identificar os presentes. Por isso surgiu a ideia de contactar um fotógrafo profissional de confiança e fez-se o plano: escolher uma mesa no restaurante onde nos pudéssemos sentar e enquadrar os alvos. Como não íamos fotografar-nos um ao outro levámos uma pequena gira, a namorada dinamarquesa do fotógrafo, que era português e meu amigo. Manuel qualquer coisa... Ele trabalhava numa empresa que fazia fotografia publicitária, o dono era o Eduardo Cruzeiro, que tinha estado ligado à Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).

Como é que lhe explicou a operação?

Disse-lhe: «Vamos fazer umas fotografias a uns “marmelos” que vão estar reunidos algures em Espanha. O plano é pegarmos numa maquinazita, apontar à tua namorada, mas focar o que está ao lado.» Tínhamos combinado ir dormir de véspera em Salamanca ao Hotel Las Torres. O alferes miliciano Manuel Costa foi também, para identificar o Ranito, que eu não conhecia, e que estaria no meio deles. Foi aí que o conheci, sem falar com ele, claro. O Costa foi para o hotel e ficámos na operação os três: o fotógrafo, a namorada e eu. Eles estavam reunidos no restaurante de um complexo desportivo em Salamanca.

Os principais elementos presentes nessa reunião foram José Vieira de Carvalho, antigo membro da Ação Nacional Popular da ditadura, militante do Partido do Progresso e, mais tarde, presidente da Câmara da Maia; António Azeredo e Rui Hoffe Moreira (já identificados na reunião de Verín); José Rebordão Esteves Pinto, da Legião Portuguesa, jornalista da Emissora Nacional e fundador do Movimento de Ação Portuguesa (MAP), organização que montara um atentado contra Vasco Gonçalves, e bem relacionado com Vera Lagoa, do jornal de direita O Diabo; Maria da Paz Barros Santos, da Voz do Ocidente e colaboradora da Aginter Presse; José Maria Bernardo Pinto («comandante Pinto»), lugar-tenente de Daniel Chipenda, do Esquadrão Chipenda, da FNLA, que esteve ligado a vários atentados e assaltos; Guérin-Sérac («Morgan», ex-oficial da OAS e diretor da Aginter Presse); Jay Salby («Castor», da CIA).

Correu tudo como haviam planeado?

O «Castor» ouviu o barulho do motor da máquina fotográfica, levantou-se e passou ao nosso lado, mas como nos ouviu falar inglês tão bem – nós falávamos inglês por causa da namorada do fotógrafo – ficaram descansados. Foi imediatamente substituído o rolo da máquina por outro e guardei o primeiro rolo num local discreto...

Qual?

Nas cuecas! (risos) A rapariga ficou algo desorientada. Estávamos a comer uma *paella* com bom aspeto, mas eu disse que sentia uma indisposição e que tinha de me pôr a andar. Chamou-se o empregado, pagámos, dei-lhe uma gorjeta de 50 pesetas e pedi para chamar um táxi. Pedi-lhe para avisar quando o táxi chegasse e para me acompanhar à porta, pois essa era a parte crítica da retirada. Apanhámos o táxi para o hotel e passado umas cinco ou seis horas fomos buscar o carro que tínhamos abandonado. Depois fomos para a serra da Estrela.

Foram armados dessa vez?

Não. Era grande o risco de sermos apanhados armados em Espanha.

Quantas fotos tiraram?

Devemos ter tirado sete ou oito fotografias. Foram reveladas logo à chegada e entregues umas cópias ao Eurico Corvacho.

Por que foi feito um compasso de espera para divulgar essas informações sobre o ELP, uma vez que a conferência de imprensa de Corvacho foi a 23 de março de 1975, mais de um mês depois?

Havia indícios de que um golpe de direita estava em marcha – como, de facto, estava – e foi preciso aguentar para não perturbar a recolha de mais informações. O golpe de 11 de março de 1975 acabou por ser oportuno, pois mostrou que a «brincadeira» envolvia muito mais gente do que meia dúzia de oficiais da Marinha e os spinolistas do Exército.

Na véspera, a 10 de março, Eurico Corvacho, Rosa Coutinho e outros elementos envolvidos na recolha de informações estiveram reunidos para analisar os elementos existentes sobre o ELP e as suas ramificações. O golpe, porém, revelaria que aquela organização não tinha, apesar de tudo, as rédeas da conspiração, mas apenas se mostrara colaborante, sem se comprometer com o resultado da intentona. A 23 de março de 1975, a RTP transmitiu em direto, durante quase duas horas, a conferência de imprensa de Eurico Corvacho, rodeado pelo ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, para revelar ao País a existência do ELP. Capitão de Abril e membro do Conselho da Revolução, o comandante da Região Militar do Norte anunciou a detenção de uma dúzia de elementos supostamente ligados ao ELP e ao seu financiamento, entre os quais se encontravam personalidades que participaram nas reuniões de Verín e de Salamanca: casos de Vieira de Carvalho, Rui Hoffe Moreira e António Azeredo. «Espalhar o sangue e o luto no seio do povo português» era o que pretendia o ELP, segundo as palavras de Corvacho. Para ele,

o ELP não era spinolista, mas elementos da sua organização haviam sido contactados no Porto para dar o seu apoio ao golpe que esteve previsto, inicialmente, para entre 27 de fevereiro e 1 de março. O comando do ELP teria aceitado colaborar, mas prevenindo-se para a possibilidade de se chamuscar com um eventual fracasso da operação.

Qual era a ligação do MDLP com o ELP?

Primeiro existiu o ELP, que juntou antigos elementos da PIDE-DGS, legionários, saudosistas do anterior regime, retornados, gente com ligações à Internacional Fascista. Também já se falava do MDLP, mas esse movimento só nasce depois, a partir da ida do Spínola para Madrid. O MDLP congrega pessoas diferentes: uma série de oficiais da Marinha, o Alpoim Calvão – que já conspirava também, mas depois passa a conspirar em *full-time* –, o Nuno Barbieri, filho do Barbieri Cardoso, o Carlos Rolo, mais dois ou três fulanos que eram fuzileiros da Reserva Naval – com quem joguei rãguebi. Conhecia-os todos. O único com o qual não tinha relação de amizade era com o Alpoim Calvão.

Estas organizações funcionaram com estratégias comuns?

Dada a personalidade do líder do MDLP, general Spínola, a estratégia comum nunca terá funcionado muito bem. Comparando, o ELP era a arraia-miúda. Os do MDLP eram gajos com muita formação militar, como o Nuno Barbieri, que, além de combatente e bem formado do ponto de vista técnico, era um gajo que ideologicamente sabia bem aquilo que estava a fazer.

O que aconteceu no dia 19 de agosto de 1975, no Campo de Santa Clara (Lisboa), demorou menos do que um suspiro. Nessa manhã, um carro celular transportando três detidos (dois ex-«pides» e o primeiro-tenente Nuno Barbieri, que sofria de uma virose) havia saído do Forte de Caxias em direção ao Hospital da Marinha para uma consulta médica de rotina. À chegada, quando a porta do veículo se abriu e os viajantes subiam as escadas de acesso a uma das salas, um comando de cinco homens, armados de pistolas-metralhadoras, gritou: «Quietos ou morrem!»

Em poucos minutos, dois dos presos foram enfiados num Mercedes de matrícula estrangeira enquanto outros elementos se dirigiam para um Volkswagen, desaparecendo todos a alta velocidade. Para trás ficara o susto dos utentes, dois guardas prisionais agredidos e um dos «pides» que, de muletas, não conseguira aproveitar a «boleia».

«O golpe de mão» fora levado a cabo por Ângelo do Nascimento, então conhecido por «Ângelo de Trancoso» ou «Ângelo da Peixeira», um dos ativistas da contrarrevolução. Contrabandista de ofício, segurança do general Galvão de Melo, alinhara na rede bombista de extrema-direita que, através do MDLP e do ELP, se propunha libertar o País do comunismo. Francisco Van Uden, do ELP, autorizara a ação, mas a ideia partira, crê-se, de Barbieri Cardoso, antigo subdiretor da PIDE, exilado em Espanha, onde esperava a chegada do filho. «O Nuno gostava muito do pai», confirmaria Alpoim Calvão, homem de Spínola no MDLP.

À época, o primeiro-tenente Nuno Barbieri contava 27 anos. Fora preso na sequência da tentativa de golpe de Estado de 11 de março de 1975, que, gorada, motivou a fuga do antigo Presidente da República, António de Spínola, para o estrangeiro. Nuno havia sido um dos principais conspiradores da operação golpista. Dias antes, em Madrid, estivera presente numa reunião na casa da Rua Juan Bravo, onde vivia o pai, Barbieri Cardoso. Além do comandante Jorge Braga e de Jorge Jardim, antigo secretário de Estado de Salazar, empresário e «agente secreto», estavam presentes o primeiro-tenente Carlos Rolo e o engenheiro Santos e Castro, ex-governador de Angola. Foi este que informou os outros de que Arias Navarro, chefe do governo espanhol, lhe teria indicado que se iria produzir a designada «Matança da Páscoa», uma operação supostamente idealizada pela extrema-esquerda militar com o objetivo de eliminar 1500 oficiais e civis, entre os quais Spínola.

O general do monóculo recebera dados de idêntico teor dos serviços secretos espanhóis e franceses e das organizações da extrema-direita militar portuguesa. Teria sido este o principal motivo para desencadear o 11 de Março de 1975, como jogada de antecipação. Não é esta, porém, a versão que chegou até hoje pela voz de quem esteve daquele lado da trincheira. O tenente-coronel António Ramos, ex-ajudante de campo de Spínola após o 25 de Abril, com contactos na cúpula do PS e preso em Caxias entre 11 de março e 25 de novembro de 1975, considera que a «Matança da Páscoa» foi credibilizada por «tipos dos serviços secretos espanhóis» que, «na prática, não existiam. Limitavam-se a ser uma delegação da CIA», garante. Nesse sentido, crê, os americanos terão feito chegar a mensagem que queriam quanto à necessidade de um golpe. Ou seja: «Ou fazem vocês ou fazemos nós», refere António Ramos (Memórias da Revolução, Manuel Amaro Bernardo, 2004). «Não apareceram informações de

serviços secretos independentes dizendo ir ocorrer a referida matança, como foi o caso da Alemanha (...). As informações existentes eram ao contrário e ninguém acreditou nelas», precisa. Já o coronel Fisher Lopes Pires, antigo membro da Junta de Salvação Nacional após o 28 de Setembro de 1974 e ex-adjunto do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Costa Gomes, junta outra versão: «[A operação “Matança da Páscoa”] nunca terá existido e foi precisamente uma casca de banana atirada para o general Spínola tomar a sua posição (...). Foi uma encenação criada pelo PCP (...).» No fundo, de uma forma ou de outra, confirmar-se-á a conclusão do relatório aos acontecimentos de 11 de março sobre a referida lista da matança: «Nunca ninguém a viu, nem consta do processo.» A estratégia terá sido «fabricada ou imaginada por elementos ligados à Aginter [Presse] que apoiavam tecnicamente as ações do ELP/MDLP» (A Guerra de Salazar em África, José Duarte de Jesus, 2012).

Num telegrama enviado ao Departamento de Estado a 14 de março de 1975, o embaixador norte-americano Frank Carlucci corroborou a informação militar que lhe havia chegado de Mendes Dias, chefe do Estado-Maior da Força Aérea: o golpe tinha sido «parte de uma conspiração premeditada da direita para derrubar o governo existente».

Na sua opinião, qual foi grau de compromisso de Ramalho Eanes com essas organizações radicais?

O Eanes era um homem da confiança do Grupo dos Nove, esteve sempre envolvido nas conspiratas! O César Neto Portugal, cunhado dele através da Manuela Eanes, era major do Exército. Envolveu-se no 11 de Março e teve ligações com o ELP e o MDLP. Tínhamos isso referenciado. Essas informações eram dadas ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução. Não dávamos a mais ninguém. Quando vim de Salamanca, mandaram-me ir fazer um *briefing* à Presidência da República. Cheguei e, quando percebi quem é que lá estava, simulei uma diarreia... e vim embora!

Quem é que lá estava?

Um que eu tinha mandado investigar!... Não digo quem. (risos)

Quem financiava o ELP e o MDLP?

Eram os gajos da banca, o Champalimaud e outros, como o José de Almeida Araújo, do Partido Liberal. Não eram poucos, atenção. E no Norte também havia bastantes. O tipo que estava na posse desses elementos todos já morreu. Chamava-se Rosário Dias e era o homem da Casa Militar do Vasco Gonçalves.

Mais de 40 anos depois desses acontecimentos, há alguma coisa para a qual ainda não tenha resposta?

A mais pertinente das perguntas já não pode ser respondida: era saber se o Mário Soares também teve ligações ao MDLP, se teve ou não reuniões com o Alpoim Calvão. De qualquer modo, parte da resposta está no livro do Alpoim, *De Conakry ao MDLP*.

CAPÍTULO 5

O Americano Tranquilo

O diplomata norte-americano Vernon DuBois Penner Jr., nascido em Brooklyn, Nova Iorque, aterrou no Porto na pior e na melhor altura para captar o clima tempestuoso da revolução. Tinha à sua espera o lugar de cônsul dos EUA na cidade e não havia forma de maquilhar o cenário que o aguardava.

Na noite de 25 de janeiro de 1975, um sábado, a tensão chegara às grades dos jardins do Palácio de Cristal, onde manifestantes de partidos e organizações de extrema-esquerda cercaram o primeiro congresso do CDS, legalizado 12 dias antes. Nos meses seguintes, o partido fundado por Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa iria atravessar caminhos íngremes.

Era inverno, mas os primórdios do «Verão Quente» já escaldavam.

No interior do palácio, mais de 700 congressistas, convidados estrangeiros, um partido em gestação.

Nas ruas, milhares de agitadores em ebulição, tentando boicotar o conclave e forçar a entrada. O cerco durou 12 longas horas. Houve *Mercedes* incendiados, polícias aos tiros, GNR a cavalo, pedras a voar, rajadas de G3, militares lançados às feras. Mais de uma dezena de feridos. Por um triz, escapara-se a «um banho de sangue».

O desfecho estava anunciado. Semanas antes, circularam pela cidade milhares de panfletos a incitar ao «fogo sobre o CDS». Desde o Natal que as paredes da urbe estavam borratadas com proclamações sem margem para enganos: «Os fascistas do CDS não passarão.» Respondendo a assanhadas convocatórias, na tarde do dia 25 concentraram-se duas manifestações na Avenida dos Aliados, sala de visitas do município. De um lado, a OCMLP e *O Grito do Povo*. Do outro, PRP-BR, LCI, MES, JS, LUAR, FSP. Um caldinho de siglas, tendências e ramificações da esquerda radical, em parte confeccionado e condimentado na oposição ao «social-fascismo» do PCP.

«Fizemos o ensaio logo ali, à estalada», lembra o ator Óscar Branco, à época na Juventude Socialista. «A JS era um bocado nervosa, não era o aviário de tecnocratas que é hoje.» Carlos Branco, o irmão, então líder da organização no Porto, optaria depois pelo PSD. «Nem eu sabia muito bem o que a JS estava ali a fazer. Na sequência disso, vários militantes levaram com processos disciplinares.»

Quando marcharam para o Palácio, instalou-se o caos.

A pressão dos convidados estrangeiros do CDS junto dos seus governos e embaixadas foi decisiva para o desenlace mais ou menos pacífico. Alertado, Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, telefonou a militantes do PS, pedindo-lhes que socorressem os congressistas. A imprensa internacional fez o resto, denunciando ao mundo os desmandos da revolução. Dirigentes centristas da época dizem ter vivido horas de pânico. *O Comércio do Porto* tinha uma perspetiva diferente: «No bar do pavilhão, senhoras passeavam os seus *visions* e tomavam chá, enquanto os cavalheiros se deleitavam com *whisky*.»

Só o boato de que os manifestantes tinham derrubado o portão do palácio perturbou o ambiente. Andrea Rocci, então cônsul de Itália no Porto, pôs a salvo a delegação do seu país. E na velhice, enquanto recordava essas horas, ainda relativizava. «Não houve situações dramáticas», gracejara, «apenas momentos de grande emotividade. Resolveu-se tudo com civismo e bom senso.»

Na verdade, Manuel Serrão «até quis que eles entrassem».

Eles, os de esquerda.

Filho do médico Daniel Serrão, saneado após o 25 de Abril e depois reintegrado, o empresário das feiras e desfiles de moda era então um adolescente de 15 anos, de físico razoável, com aspeto de quem «batia em toda a gente».

Aluno do Liceu António Nobre, Manuel Serrão é, nesse tempo, referido nos jornais por causa das suas atividades extracurriculares. Os rapazes de direita engalfinham-se, ao soco, à paulada e à matraca com os jovens seguidores de Estaline, Trotsky e Mao. Quanto a Serrão, dizem-no ativo junto de movimentos radicais, entre os quais uma denominada «Juventude Hitleriana», que ansiava pelo «regresso do fascismo», e com as diabruras panfletárias nas quais desancava os «palhaços fardados» do «comunismo internacional».

Serrão e outros são denunciados ao Ministério da Educação por comissões de gestão das escolas, associações de pais, professores e alunos rivais. Não sem vaidade, ele acabou detido pelo COPCON, «a guarda pretoriana de Otelo», no «ano tórrido» de 1975, embora sem adiantar pormenores sobre as suas façanhas. «Éramos um bocado fascistoides», assume Luís Afonso, contemporâneo de Serrão, também da JC. «Pintávamos umas coisas nas paredes, a dizer “Angola é nossa” e por aí adiante. Mas não passava disso», lembra, já divorciado daquelas ideologias. «Viver dez anos no Brasil mudou a minha forma de ver as coisas.»

A escalada de violência nas escolas vai marcar 1975 e prolongar-se para lá do final de 1977. Os incidentes sucedem-se, os *slogans* afiam-se, as siglas brotam das contentas.

No Porto, o governador civil e histórico socialista Mário Cal Brandão atribui aos «filhos de reacionários, fascistas e “pides”» as refregas nos estabelecimentos de ensino. Os protagonistas são «meninos da Foz» ou arregimentados por eles. Circulam entre os liceus Garcia de Orta, António Nobre e Rodrigues de Freitas. À noite conspiram no *grill* do Hotel Boa Vista e no bar Twins, a dois passos, no Passeio Alegre. As ações levadas a cabo são de pavio curto, mas o fogo de artifício é histórico que chegue, originando, por vezes, batalhas campais. Transmitem discursos de Mussolini nos altifalantes da escola, cantam o hino da Mocidade Portuguesa, criam as «Brigadas Salazar» e chegam até a colocar um cartaz com a fotografia do antigo presidente do Conselho, do tamanho de dois metros, no átrio de uma das escolas. Em tom trocista, os «nazis» de colheita precoce são apelidados de «zizis».

Em Lisboa, o Liceu Padre António Vieira e a Escola D. Dinis registam, nesses anos, os atrevimentos de José Paulo Baltazar, um gaiato de 14 anos atacado pelo viço direitista, cujo currículo de pancadaria, ameaças e requintes – chegara a queimar colegas com pontas de cigarros – acabará a monopolizar debates no Parlamento.

Nos liceus D. Pedro V e Rainha Dona Leonor é distribuído de mão em mão *O Burguês*, folha dita patriótica onde se publicam entrevistas com o comandante Alpoim Calvão, apelos à «cruzada antimarxista», loas ao ELP e ao regime deposto. «A democracia é um Estado em que o cão é igual ao dono e em que o filho bate no pai», resume-se em páginas artesanais publicadas naqueles anos. Para os autores, «o 25 de Abril é uma data nefasta para a História de Portugal». À época, o jovem deputado de direita Lucas Pires relacionara o facto de a JC estar a conquistar posições em vários estabelecimentos de ensino do País e para ele isso só tinha uma explicação: «O PCP é o partido mais senil de Portugal, e o CDS o mais juvenil», afirmou na Assembleia.

Em artigo publicado no *Diário de Lisboa*, no início de 1978, o economista Vítor Bento preferiu dedicar meia página aos «garotos da suástica» que atazanavam a paciência dos diretores das escolas, desafiavam o cassetete policial e acirravam os adversários. «Se for explicado à juventude o que foi o regime que tapou a capacidade de expressão de pensamento dos seus próprios pais e avós, certamente que eles voltarão ao *Tio Patinhas* e ao *Astérix* e deixarão quieto o cadáver de Santa Comba», ironizava Bento, mas pretendendo ser pedagógico. Porém, caso a receita falhasse, recomendava «açóites no rabo» e expulsão para os «irrecuperáveis».

Muitos tinham-se iniciado nas apaixonadas pelepas logo em 1975. Desse tempo, alguns ficarão pelo caminho, exaustos de combates imberbes e apressados em desfazer-se de bafios ideológicos de bolso. Poucos podem dizer, porém, que não tiveram travessias controversas no currículo. Em 1975, no cerco ao Palácio de Cristal esteve, por exemplo, o ex-governante do PSD Agostinho Branquinho. À época, o dirigente social-democrata militava no MRPP, onde se radicalizara Durão Barroso, que viria a tornar-se primeiro-ministro, apoiante fervoroso da segunda Guerra do Iraque, presidente da Comissão Europeia e, em 2016, *chairman* do grupo Goldman Sachs.

O partido maoísta demarcara-se das «manifs» daquele 25 de janeiro, mas considerara imperioso, mesmo assim, marcar presença. «O CDS era, de facto, o que de mais parecido havia com o fascismo.» Desses dias, Branquinho recorda a carga policial, o gás lacrimogéneo, pouco mais. «No MRPP viveu-se sempre um ambiente de clandestinidade», justifica. «Éramos treinados para esquecer as coisas. E isso ficou-me.»

Pedro Baptista, esse, era um líder na OCMLP, a organização que, a par das figuras ligadas ao jornal *O Grito do Povo* e outros movimentos, comandou as operações. «Fazer do Porto uma espécie de reduto onde a *fauna e flora* dos dirigentes *reaças*» pudessem circular era, para ele, «totalmente insuportável». Nas suas memórias, o antigo deputado do PS assume os créditos de desvario: «Todo o imenso trabalho de agitação, propaganda, mobilização e organização na região foi feito por nós, e quase só por nós», vangloria-se, sem arrependimentos, mas disponível para os juízos da História.

A OCMLP tinha influência junto de «soldados e oficiais progressistas da Região Militar do Norte». E fez

uso dela. Se os militares chegaram atrasados ao local, não foi por acaso. «O jornalista Jorge Massada era o homem da organização militar do partido. E foi ele quem, nas semanas anteriores, tratou de convencer os tropas a não interferirem», revela o ex-deputado do PS, reclamando uma dívida antiga: «Freitas do Amaral tem de nos agradecer o boicote ao congresso. Isso permitiu-lhe alinhar o CDS com a democracia, pois os que não estavam lá para isso foram depois fazer a rede bombista de extrema-direita.»

Quem orquestrou tudo foram os comunistas, dirá Freitas de todas as vezes que compôs a memória desses acontecimentos. «Mais uma vez não acerta, nem na periferia do alvo», desmente-o Pedro Baptista. «Qual PCP no Palácio de Cristal! Não é justo atirar-lhes com essa culpa, porque a não têm! Sobretudo porque ainda é mais injusto atirar-lhes com esse mérito de que não têm nenhum, antes pelo contrário!», atesta o antigo dirigente de extrema-esquerda. Para Pedro Baptista, os comunistas queriam o CDS livre, sim, mas «acantonado», não sendo sequer da lavra do PCP, garante, «a maior parte dos acontecimentos que ocorreram no imenso processo de agitação social que correu durante quase todo o ano de 1975, que alguns poetas chamam revolução e uns burocratas castiços o PREC!», escreve Baptista no segundo volume das suas memórias, editadas em 2015.

Facto: a esquerda mais desgrenhada e cénica esteve em peso junto aos portões do Palácio. Uns mais envolvidos, outros recolhidos, longe de estarem unidos. O jornalista Jorge Fiel, então orgulhoso militante trotskista da LCI, ameaçara horas antes, «em saltos símios, ou mesmo sísmicos», de «olhos esgrouviados», segundo Pedro Baptista, travar-se de razões com apaniguados da OCMLP, nos Aliados.

Entre aqueles que também se acercaram dos muros do Palácio estavam Ricardo Magalhães, secretário de Estado do Governo do PS em 2005, Marcelo Correia Ribeiro, ex-delegado da Secretaria de Estado da Cultura escolhido por Santana Lopes em pleno cavaquismo, ou José Manuel Dias da Fonseca, presidente da MDS, *holding* de corretagem do grupo Sonae e antigo administrador da Casa da Música. O ex-presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, também passou por lá, mas mais tímido e distante. Então mero «jotinha» social-democrata, menor de idade, era um «mirone» entre muitos, mas «em discordância com tudo o que estava a acontecer».

Mas nem tudo foi tão linear quanto pareceu.

Do Minho vieram também seguidores «à paisana» do PPD e do CDS, de militantes a pequenos industriais de fábricas de botões da Trofa, ajudar a virar carros dos congressistas e criar agitação «para culpar a esquerda». O PCP tirou, à força e a tempo, alguns militantes mais excitados que se encontravam no local. O partido dera ordens para não se envolverem e, nos dias seguintes, condenou os acontecimentos. O PCP, garantira o secretário-geral Álvaro Cunhal, «não organizou, não participou e não apoiou as manifestações». De nada valeu: a culpa «oficial» pelo sucedido foi-lhe sempre debitada.

Para quem se estreava em Portugal, em contexto de «Guerra Fria», experimentado nos corredores diplomáticos de Washington e nos bastidores políticos de uma mão-cheia de países estrangeiros, ver a fresca democracia dos cravos descarrilar diante dos olhos só podia ser obra dos seguidores do trio Marx, Engels e Lenine.

Nessa altura, Vernon Penner já não era um aprendiz.

Nem podia ignorar o problema.

Portugal tornara-se tema cada vez mais sensível para a administração norte-americana do Presidente Gerald Ford, onde imperava o poderoso secretário de Estado Henry Kissinger. Para ele, o País estaria quase perdido para a influência de Moscovo.

Nomeado embaixador, Frank Carlucci chegaria a Lisboa no dia 18 de janeiro de 1975 para tomar em mãos aquilo que Vernon Walters, diretor-adjunto da CIA, designara «um problema de primeira importância e uma embaixada de segunda categoria».

Quando, uma semana depois, Penner foi ocupar o discreto 3.º andar de um prédio de escritórios na Rua Júlio Dinis, na zona da Boavista, no Porto, também o esperava uma missão espinhosa, mas à altura das qualificações.



*Gabinete de Vernon Penner, antigo cônsul norte-americano
no Porto, em 1975*

Nessa altura somava já 35 anos, uma dúzia dos quais no Foreign Office. Calejado em cenários políticos contrastados, estivera colocado na Alemanha, na Suíça, no Japão e na Polónia comunista, tendo também servido como oficial de ligação nas tentativas de pacificar o Vietname.

Casado, com dois filhos, Vernon não prescindiu de viajar para a Cidade Invicta com a família, mas disposto a manter o consulado, tanto quanto possível, longe daquele braseiro de 1975.

Nunca antes o diplomata norte-americano havia sido desafiado a tornar públicas as suas recordações dos anos vividos em Portugal. Fá-lo mais de 40 anos depois, nas páginas que se seguem.

Cheguei ao Porto em 1975, na noite do infame cerco ao Palácio de Cristal. Os manifestantes comunistas cercaram o Palácio, onde os militantes do CDS organizavam o seu primeiro congresso. Tentaram intimidar e deter as pessoas que nele participavam, mas a situação resolver-se-ia mais tarde sem sangue derramado.

Deixei o Porto no verão de 1978 para assumir o cargo de cônsul no consulado americano de Salzburgo ou, como diria um repórter com humor, «troquei o Marx pela música».

Não só não hesitei em ir para o Porto, como procurei deliberadamente o cargo de cônsul na cidade; levei comigo a minha jovem esposa, a minha filha de sete anos e o meu filho com quatro meses de idade. A minha família, de resto, é uma equipa: partilhou da minha vida enquanto diplomata na Polónia, em Portugal, na Áustria e na Alemanha.

O período de 1975-78 foi de um enorme ativismo político em Portugal. Eram os tempos da Revolução dos Cravos, que tiveram um impacto significativo na vida de todos – portugueses e estrangeiros residentes (na sua generalidade, britânicos).

Houve grandes mudanças na estrutura social e económica do País, especialmente com a chegada de um milhão de retornados.

Recordo, sobretudo, os portugueses de quem me tornei grande amigo e de quem continuo a ser até hoje – bem como as inúmeras famílias britânicas, residentes de longa data em Portugal, maioritariamente ligadas às indústrias vitivinícolas e dos têxteis.

Eram todas pessoas maravilhosas – especialmente as que trabalhavam comigo no consulado –, oferecendo, em tempos de grande incerteza, uma imensa hospitalidade, carinho, coragem e simpatia.

A beleza cénica do Porto e do Douro ficaria para sempre gravada na minha memória, juntamente com toda

a ruralidade do Norte de Portugal, do Mondego ao Minho, que constituía a jurisdição consular do Porto. Nunca me fartava de passear pelo Norte.

Os Estados Unidos foram dos primeiros países a reconhecer Portugal a seguir à queda do regime de Caetano/Salazar. De facto, a sua atitude pode ser considerada pró-Portugal, apoiante dos passos portugueses no desenvolvimento da sua forma de democracia.

O embaixador Carlucci entrevistou-me pessoalmente em Washington, e aprovou a minha nomeação como cônsul. Eu encarava-o como um diplomata muito ativo, com uma firme vontade de vencer – fosse no *court* de ténis ou em contexto político –, e respeitava imenso a sua energia, inteligência e experiência. Contudo, não posso comentar muito o seu papel em Lisboa.

Raramente utilizávamos o telefone, uma vez que se tornou claro que estaria sob escuta e não seria seguro; por outro lado, eu estava tão ocupado que raramente tinha oportunidade de visitar Lisboa. Quando finalmente o consegui fazer, ele ofereceu-me estadia na sua residência da embaixada.

Se bem me lembro, ele só veio ao Porto duas vezes durante a minha estadia. Reportava diretamente para Washington, DC, através de Paris. A leitura de jornais e os comentários de alguns amigos levaram-me a concluir que o embaixador Carlucci mantinha um contacto próximo com as figuras democráticas em Lisboa e procurava ativamente todas as oportunidades possíveis para promover o desenvolvimento democrático e económico do Portugal do pós-revolução.

Não tenho a certeza se caracterizaria as ações dos Estados Unidos – pela minha perspetiva no Porto – como decisivas para o rumo da democracia portuguesa. Certamente que tiveram uma grande influência no curso dos acontecimentos, mas havia outros países a colaborar ativamente com os partidos democráticos, como a Áustria e a Alemanha.

Aos partidos democráticos do Norte de Portugal faltava tudo – desde o conhecimento organizacional aos mimeógrafos.

Eu era particularmente próximo do cônsul alemão (o alemão é a minha segunda língua) e fui levado a acreditar que os governos dos chanceleres [Bruno] Kreisky/ [Helmut] Schmidt providenciavam aconselhamento e forneciam equipamentos a certos sindicatos para uma melhor organização contra o domínio comunista.

Recordo-me particularmente de um dignitário de um sindicato americano – de passagem pelo Porto em serviços de consultoria pela mão da embaixada dos Estados Unidos em Lisboa – que me contou que uma minoria de indivíduos de certos sindicatos estava a fazer passar resoluções antidemocráticas e a aprovar a contestação através do velho truque de atrasar as reuniões, até que os participantes ficassem exaustos, para assim tomar-lhes o voto.

O meu papel político no Porto era, essencialmente, reportar a informação – que ia adquirindo em conversas com fontes locais ou em eventos que presenciava – aos meios de comunicação social.

Falava com todos os representantes oficiais (de acordo com o protocolo) de todas as províncias da jurisdição consular – desde o Mondego ao Minho, até à fronteira –, incluindo figuras políticas, clericais e oficiais militares. Assegurava-lhes o interesse americano no apoio ao desenvolvimento das instituições democráticas portuguesas e, ao mesmo tempo, obtinha os seus pontos de vista sobre os acontecimentos.

Não ofereci qualquer ajuda específica, mas estava consciente de que a embaixada de Lisboa tinha uma missão de ajuda ativa. Não tive oportunidade de fazer uma declaração pública ou um discurso para nenhuma organização – como uma câmara de comércio, por exemplo –, ainda que o meu português tivesse melhorado ao ponto de o poder fazer.

Em retrospectiva, penso que poderia ter utilizado os meios de comunicação social mais regularmente e conduzido um programa ativo de diplomacia pública, mas tinha instruções para não fazer recomendações de políticas que complicariam o programa de assuntos públicos do meu pequeno consulado.

Fui claro nas minhas posições em inúmeras ocasiões sociais privadas e, na minha residência, eram frequentes os jantares e as pequenas festas.

A minha esposa encontrou a lista de convidados da festa do Dia da Independência do 4 de julho, que organizámos na nossa residência em 1976, na Rua Gomes da Costa e na qual compareceram cerca de 200 pessoas. As coisas tinham começado a normalizar e o PS alcançava a maioria nas eleições. Houve uma tentativa de contragolpe em novembro. Penso que os comunistas tinham caído na própria propaganda – a de que representavam o povo, e o SUV [Soldados Unidos Vencerão] o corpo militar, quando na verdade os portugueses e Eanes tinham decidido de outra forma. Já tinha desconsiderado o SUV e os seus apoiantes

esquerdistas. Assisti a vários comícios e marchas com supostas unidades militares e tipos fardados nas ruas do Porto e tratava-se, maioritariamente, de estudantes e manifestantes envergando o traje militar. Talvez o [Durão] Barroso – então militante ativo do MRPP – estivesse entre eles. Pareceu-me que o SUV era falso, mas quando tentei fotografar os marchantes para provas, fui ameaçado.

De acordo com os meus registos, o governador civil Mário Cal Brandão e a esposa foram à festa, juntamente com o vice-governador Cerqueira Correia, o governador civil de Viseu e o governador civil de Braga. O general Pires Veloso estava ainda a recuperar do acidente de helicóptero, por isso o militar ao comando era o coronel Pacheco Rodrigues, que já tinha sido meu convidado num jantar *buffet*. Os presidentes da comissão administrativa do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos e Viseu também estavam presentes, bem como o pequeno corpo diplomático – exceto o cônsul-geral espanhol, uma vez que o consulado tinha sido atacado. A representar os partidos democráticos estavam Miguel Costa pelo PS, Montalvão Machado pelo PPD e Azevedo Coutinho, Ferreira Rosa, Walter Cudell e Alcino Cardoso pelo CDS. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, representava a Igreja. A imprensa não deu grande importância ao evento: apareceram quatro tipos do jornal *O Comércio do Porto*, dois da RTP, um do diário *O Primeiro de Janeiro* e nenhum do *Jornal de Notícias*. As minhas observações foram breves e pouco memoráveis, mas tenho a certeza que brindei à liberdade e independência de Portugal e aos Estados Unidos.

Importante para mim, na altura, foi o facto de o comandante da PSP, major Mota Freitas, e de o segundo-comandante, major Sampaio Cerveira, terem aparecido com o coronel Arriscado Nunes, da GNR: soube imediatamente que não teria problemas com protestos ou manifestações à porta da minha residência na Foz. Os restantes convidados eram amigos portugueses, empresários, a comunidade estrangeira – britânicos e americanos ligados aos setores vitivinícola e têxtil –, a minha equipa do consulado e o pessoal do American Language Institute e da British School, que a minha filha frequentava e onde a minha esposa trabalhava, em *part-time*, como professora de educação física de raparigas.

Recebi várias cartas de denúncias – com um teor quase tão mau como os termos que me chamavam os comunistas e a extrema-esquerda – na sequência dos esforços da minha mulher em tentar ensinar futebol a raparigas e conseguir-lhes igual tempo de treino no campo. Estavam presentes também alguns amigos do Tennis Club da Foz, onde eu e a minha mulher treinávamos, bem como do Oporto Lawn Tennis e Cricket Club, onde ela jogava na equipa de hóquei em campo – famosa por ter marcado o primeiro golo contra o Lisbon British Club na partida mista anual.

Nesse período de considerável agitação política, económica e social, penso que transmiti calma, simpatia e segurança – e foi a coisa mais importante que fiz. Antes de chegar ao Porto, o meu antecessor disse-me que podia considerar a hipótese de trazer uma arma para guardar a casa e que deveria deixar as pratas nos Estados Unidos. Não acreditei nele e fiz precisamente o oposto. Nunca me senti ameaçado na minha residência na Foz.

Descreveria todo o meu trabalho – bem como o do pessoal do consulado – como um conjunto de operações diplomáticas ativas normais. Provavelmente mais ativas do que as da maioria.

Não tenho conhecimento de nenhuma tensão entre Kissinger e Carlucci, mas é bastante provável que o secretário de Estado tivesse um ponto de vista mais pessimista do que o do embaixador sobre a evolução dos eventos políticos a curto prazo em Portugal no pós-25 de Abril, tendo em conta o passado de Kissinger na Europa do pós-guerra – quando os partidos democráticos falharam perante as forças fascistas nas ruas e nas urnas nos anos 30.

Penso que Carlucci nunca deixou de pensar que Portugal não seria bem-sucedido no desenvolvimento das suas próprias práticas e fórmulas democráticas e é verdade que, pouco tempo depois de ter assumido o cargo de cônsul do Porto, já eu pensava dessa forma também.

O Norte de Portugal era de orientação capitalista – tratava-se da região onde o país obtinha as suas divisas das indústrias vitícolas, têxteis, calçado e outros setores. O Norte rural era minifundiário e não latifundiário, de modo que a propaganda comunista caía em «orelhas moucas».

Quando fiz a minha primeira vindima, numa quinta do Douro, em 1975, o dono hasteou uma bandeira americana que podia ser vista a quilómetros de distância.

Os militares portugueses também não estavam totalmente reintegrados, com as unidades frequentemente compostas por soldados da mesma região ou distrito, que tinham regressado às suas bases militares regionais depois da Guerra Colonial.

A Igreja no Norte e as comunidades de emigrantes – a chamada diáspora nos Estados Unidos e noutros países – eram principalmente do Norte do país e dos Açores e declaradamente anticomunistas.

Concluindo: proveniente ou não do Norte do país, a decisão de colocar Portugal no caminho para a

democracia veio do povo português.

Nunca tive um pedido de ajuda específico das forças que resistiram aos comunistas. Estava em contacto com os partidos democráticos, que lentamente começavam a formar-se e a reportar as suas atividades, utilizando os canais do Departamento de Estado. As minhas iniciativas na diplomacia e assuntos públicos estavam extremamente limitadas por falta de recursos. O consulado tinha apenas três americanos, eu e dois vice-cônsules, um dos quais Tom Crocker. Eu tentava demonstrar o interesse americano no apoio ao esforço português na criação de uma sociedade livre e democrática, atendendo telefonemas pessoalmente e comparecendo nas restantes ações dos grupos civis. Foram várias as ocasiões em que auxiliei americanos cujos negócios estavam ocupados ou sob controlo de manifestantes.

A minha primeira aparição pública perante uma larga multidão foi em Viseu, naquela que foi também a primeira tourada após a revolução. Entrei na arena com o meu filho ao ombro e de mão dada com a minha filha e a minha mulher. Os portugueses respeitam imenso a dimensão da família e dos filhos e a minha presença foi imediatamente anunciada em altifalante, seguindo-se um prolongado aplauso. Um dos touros foi inclusivamente dedicado aos Estados Unidos.

Em 1976-77, consegui organizar dois concertos públicos. O aclamado pianista afro-americano Andre Watts – que também esteve na minha casa na Avenida Marechal Gomes da Costa para um concerto privado – protagonizou um deles. Um grupo de estudantes da Universidade do Norte do Texas, famosa pelo seu departamento de música, trouxe temas de *jazz* ao coreto da Foz. Tinham-me avisado que os concertos poderiam ser interrompidos ou prejudicados por manifestantes antiamericanos; contudo, não houve problemas e considero que os eventos foram bem-sucedidos. O maior evento público que o consulado organizou foi uma visita de cortesia de três dias da escolta do navio da Marinha dos Estados Unidos, para celebrar o 4 de julho, Dia da Independência, em 1976. Mais uma vez, temiam-se as perturbações, mas os eventos de carácter desportivo e outros projetos, como o curso de pintura e restauro, decorreram sem problemas. Consegui dar uma festa, com hastear de bandeira e guarda de honra, sem incidentes, apesar dos vários marinheiros que tiveram de ser escoltados no regresso ao navio, na sequência do vinho do Porto a mais.



*Edifício onde se situava o Consulado dos EUA no Porto,
na Rua Júlio Dinis*

Durante esse período, tentámos viver as nossas vidas da forma mais normal possível, apesar das duas situações em que os manifestantes me forçaram a fechar o consulado. Da primeira vez, a multidão dispersou após gritarias de ameaças e *slogans* antiamericanos, que duraram uma hora. Na segunda vez, a polícia local

avisou-me de que os atacantes tinham já saqueado o Consulado-Geral de Espanha, por isso dispensei o pessoal e baixei as cortinas da janela do nosso escritório, no 3.º andar. Os manifestantes tentaram apedrejar o consulado, mas não eram jogadores de basebol e não conseguiram atingir nenhuma das janelas. Infelizmente, a maioria das janelas do edifício abaixo do nosso – onde funcionavam um negócio têxtil e as Páginas Amarelas – foi destruída. Quando arrombaram a porta da frente do edifício, eu estava preparado para abandoná-lo. Mas o porteiro desativou o elevador e eles nunca chegaram a subir as escadas.

Assim que o grupo partiu, peguei no casaco e na gravata e segui-os, na sua marcha em direção ao CIAP [antigo Centro de Instrução de Condução Auto do Porto], então nas mãos dos soldados leais ao brigadeiro Pires Veloso. Ocorreu então um sério incidente, no qual me poderia ter ferido gravemente. Permaneci a meio quarteirão de distância dos manifestantes, enquanto gritavam para que abrissem as portas. Quando tentaram forçá-las, apercebi-me das várias granadas atiradas das janelas. Saltei para a entrada de uma loja quando as granadas explodiram. Eram apenas granadas de atordoamento e não de guerra, mas uma delas estava perto de mim o suficiente e a onda de choque fez explodir todas as janelas do edifício. Uma chuva de vidro caiu precisamente no local onde eu estivera momentos antes. Regressei ao consulado e escrevi o meu telegrama: o CIAP não tinha sido tomado pelas forças comunistas.

O primeiro atentado bombista a uma sede do Partido Comunista ocorreu em Aveiro. Era já do senso-comum que os «escritórios» do PCP, subitamente aparecidos nas cidades e vilas do Norte de Portugal, não eram fenómenos criados pelos simpatizantes comunistas, mas estruturas financiadas por dinheiros oriundos do estrangeiro ou obtidos em eventos como visitas a circos russos. Foi reportado que um táxi cheio de marinheiros russos, com largas somas de dinheiro em escudos, fora visto num acidente em Bragança.

Para que é que o dinheiro estava a ser usado? Ninguém sabia, mas estava claramente pensado para financiar atividade política.

A maioria do *staff* desses «escritórios» não era constituída por cidadãos locais, era proveniente de outras regiões. Os atentados bombistas que se seguiram foram sobretudo de intimidação e não me recordo de alguém ter morrido. Portugal não é Espanha. Para além das sedes, houve atentados a automóveis e autocarros usados para transporte de manifestantes, normalmente a ocorrer durante a noite e sem baixas.

Não era tanto a ameaça de guerra civil que levava ao falatório e à especulação sobre a transferência do governo de Lisboa para o Porto, mas sim o caos que decorria nas ruas da capital. Manifestantes e extremistas de esquerda, provenientes dos estaleiros e do Alentejo, chegaram em autocarros e cercaram o Parlamento português durante alguns dias. Os próprios deputados não conseguiam trabalhar e o governo central parecia ter paralisado, incapaz de desempenhar a sua função. Soube que o Palácio da Bolsa do Porto estava a ser preparado para funcionar como local possível do governo. Foi uma das poucas vezes em que falei diretamente ao telefone com o embaixador Carlucci: falámos com reservas, porque era claro que os telefones estavam sob escuta comunista.

Carlucci tinha muitas qualidades e eu respeitava muito o seu discernimento, a sua energia, as suas competências diplomáticas e a sua esmagadora força de carácter, assente no desejo de vencer.

Mas Carlucci não tinha grande sentido de humor.

Um pouco antes, quando estava a tentar conseguir apoio da embaixada e financiamento para programas americanos e atividades culturais no Norte, ele achou que uma das minhas ideias era demasiado cara e poderia provocar a reação contrária. Perguntei-lhe então se podia trazer um grupo de bailarinos de Nova Iorque (minha terra natal) e ele não se mostrou contente. Dessa vez, discutimos os preparativos no Palácio da Bolsa sem uma única referência ao que estava a acontecer. Contudo, disse-lhe que, se algo de «maior» ocorresse, precisaria de mais pessoal do que simplesmente dois vice-cônsules e dinheiro para despesas de representação – fundos para financiar jantares, refeições e festas. Mais uma vez, ele não ficou contente.

Acompanhei estes acontecimentos da melhor forma que pude, através do desenvolvimento de boas relações com uma diversidade de contactos locais, amigos e os meios de comunicação social. Reconheço que a imprensa fazia uma propaganda considerável, mas estava habituado a isso, depois de ter vivido vários anos na Polónia, de 1969 a 1972. Admito que considerei a possibilidade de que o governo central fosse, em última instância, forçado a mudar-se para o Porto, porque não se conseguia assegurar a sua segurança nas instalações em Lisboa; mas, honestamente, nunca acreditei que uma guerra civil fosse possível, com portugueses a disparar sobre portugueses.

Portugal já me tinha impressionado como país não-violento, com um forte patriotismo, que historicamente tinha desenvolvido a sua própria cultura, idioma e estilo de vida, a par com (ou até na sombra de) um gigante e violento vizinho. Não se mata um touro nas touradas portuguesas, como em Espanha. As piores

manifestações na Baixa do Porto, em frente à Câmara Municipal, não foram mais violentas do que alguém a bater noutra pessoa com um guarda-chuva. Tive oportunidade de observar o que estava a acontecer, direta ou indiretamente, como espectador ou através de relatórios de amigos e outros contactos.

Acredito que existia um possível plano de evacuação, na eventualidade de o Conselho da Revolução enveredar por uma verdadeira ditadura e as nossas vidas ficarem verdadeiramente ameaçadas; obviamente, mantinha no consulado o registo dos cidadãos americanos que estavam a viver no distrito consular. Mas nunca pus em prática qualquer plano.

Todas as visitas que o embaixador Carlucci fez ao distrito consular do Porto (que englobava a região a norte do rio Mondego) foram muito curtas e não houve oportunidade de palestras para grandes públicos ou encontros com grupos mais extensos. Ficou sempre comigo, na minha residência na Avenida Marechal Gomes da Costa. As visitas providenciavam-lhe uma pausa na sua altamente condicionada vida em Lisboa, onde não podia circular livremente.

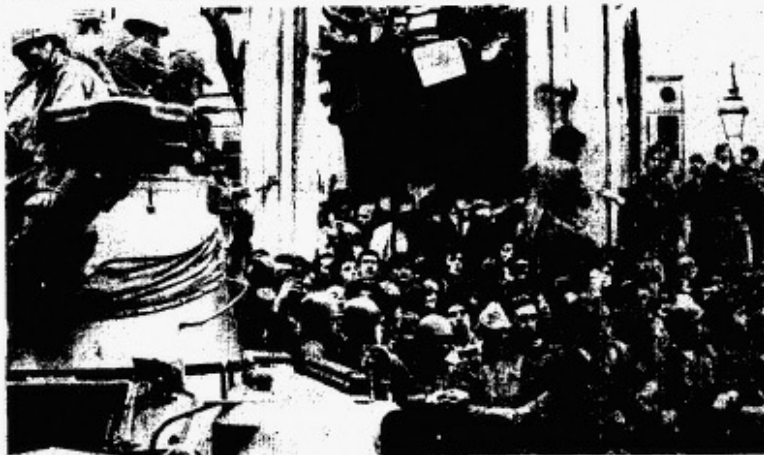
No Porto podia praticar ténis no nosso clube na Foz e tinha a oportunidade de discutir a situação comigo, com os meus vice-cônsules, uns quantos membros da equipa do consulado e um círculo restrito da comunidade de negócios do Porto e do corpo consular do Porto.

Só podíamos falar em inglês com Carlucci e os habitantes locais. Suponho que organizei para ele um almoço na Casa da Fábrica, no Porto, e outro no Oporto Cricket and Lawn Tennis Club. Julgo que também fomos ao Norte conhecer a zona campestre do País e Viana do Castelo – onde almoçámos, no Hotel Santa Luzia, com um oficial militar português e capitão do porto, oriundo dos Açores. Tinha-se casado com uma inglesa, que considerei na altura ser muito pró-americana. Não me recordo de ter acompanhado Carlucci em visitas oficiais ou de ter recomendado quaisquer atos, dada a falta de oficiais locais democraticamente eleitos e a notoriedade que esse facto poderia provocar. As pessoas com quem ele se encontrava estavam sempre interessadas na sua opinião sobre os acontecimentos em Lisboa, mas ele era bastante contido nas respostas. Que eu tenha conhecimento, ninguém lhe fez um pedido de ajuda específico.

Nos meus primeiros anos no Porto tinha poucos contactos oficiais, dado que as autoridades locais estavam apontadas como representantes das «forças revolucionárias». Exemplos: o [Franco] Charais em Coimbra – por quem tive de aguardar uma hora até que me recebesse – ou os partidários de extrema-esquerda, como o presidente da Câmara Municipal do Porto – que tinha, a par com os cravos vermelhos, um busto do Marx na sua mesa de escritório (embora confessasse não saber o que o busto de Marx representava).

Os meus contactos eram eminentemente britânicos (na comunidade de negócios) portugueses e estrangeiros (no corpo consular) e alguns americanos. Eu e a minha família frequentávamos a Igreja Anglicana no Porto – que tinha bancos dedicados ao Consulado Britânico e Consulado dos Estados Unidos e era fortemente dominada pelas famílias ligadas à indústria do vinho do Porto. Valorizava-as particularmente, dada a sua longa relação com Portugal, reconhecimento da identidade portuguesa e fortes tradições democráticas.

A CIA CONTRA A REVOLUÇÃO DE ABRIL



«... Podem surgir situações de emergência...»

Frank C. Carlucci de embaixador em Portugal a n.º 2 da "Company"

Antes da queda do regime de Caetano disse o então chefe da CIA, William Colby, que era preciso «estar atento ao facto de que em vários países da Europa Ocidental podem surgir situações de emergência provocadas pela formação de governos de esquerda». Neste contexto, classificou a França, a Itália e Portugal como «países especialmente em perigo».

O 25 de Abril veio confirmar estas previsões mais cedo do que Colby talvez supusesse, e eis Frank Carlucci, o «diplomata de carreira», como ele gosta de chamar a si próprio, em Portugal.

Com a tomada de posse formal de Richard Blumfield como embaixador dos EUA em Lisboa, em 10 de Março de 1978, termina (por enquanto) a carreira diplomática de Carlucci, que surge agora sentado na cadeira do vice-director da Central Intelligence Agency (CIA).

Quem não se lembra dos desmentidos veementes daquele «amigo do povo português» (como Carlucci se intitulou na hora da sua partida de Lisboa), quando surgiram à luz do dia as suas responsabilidades no trabalho desenvolvido pela CIA para conter a esquerda e reforçar as forças reaccionárias em 1975.

Não há dúvida que o Procônsul americano nesta parte do império tinha razões de sobejo para estar satisfeito com o seu «serviço de amizade».



Carlucci: um Procônsul com razões de sobejo para estar satisfeito com o seu «serviço de amizade»

armazéns de
CONDE BARÃO

A PARTIR DO DIA 16 HAVERÁ

GRANDES BRONCAS

EM TODOS OS NOSSOS 20 ESTABELECIMENTOS
DIA 14 LEIA OS NOSSOS ANÚNCIOS



CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA «ADUTORA ENTRE A CONDUTA DA COSTA DO SOL E O RESERVATÓRIO DO ALTO DO MONTIJO»

(Fornecimento e Montagem de tubagem e acessórios)

Faz-se público que no dia 28 de Setembro de 1978, pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas seladas e com aviso de recepção ou entregues contra recibo no Serviço de Apoio da Direcção de Serviços de Estudos e Obras de empresa até às 17 horas do dia 27 de Setembro de 1978.

Caução provisória: 170 000000

(Certo e estante em escudos)

Alvêri exigido aos concorrentes:
3.ª Subcategoria de 1ª Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta

O processo de concurso estará patente todos os dias úteis, exceto aos sábados, durante as horas de expediente, no Serviço de Apoio da Direcção de Serviços de Estudos e Obras de empresa, onde poderá ser examinado e obtidas cópias.

Lisboa, 2 de Agosto de 1978

Pela Empresa Pública das Águas de Lisboa

O Presidente da CPAL

o João Bar

CURSOS DE VERÃO
cial

CENTRO DE LINGUAS
JULHO — AGOSTO — SETEMBRO
FRANCÊS • INGLÊS • ALEMÃO
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS
AV. DA REPÚBLICA 77 — TEL. 50 20 13

A figura militar de quem guardo a melhor recordação de trabalho é a do brigadeiro Pires Veloso. Eu não tinha contactos com figuras conhecidas ligadas ao PCP – como o Álvaro Cunhal – ou membros dos partidos de extrema-esquerda – como o José Manuel [Durão] Barroso – mas participei abertamente em manifestações ocasionais destes partidos, para analisar a sua força e intenções. A sua atitude era uniforme e totalmente antiamericana e eu era ocasionalmente acusado na imprensa local de laçao imperialista, instrumento fascista ou espião da CIA.

Durante o período crucial de 1975-1976 foram decisivos, a meu ver, o contragolpe de [Ramalho] Eanes em Lisboa, a manutenção da estabilidade e o controlo militar de [Pires] Veloso no Norte e a decisão de realizar eleições relativamente livres. Os comunistas e os partidos de extrema-esquerda acreditaram na sua própria propaganda quanto ao apoio popular; julgo que ficaram genuinamente surpreendidos com a vitória de [Mário] Soares e dos socialistas. Não tenho informações sobre assistência financeira providenciada pelo Governo dos Estados Unidos aos partidos democráticos e jamais obtive informações do embaixador ou da equipa da embaixada dos Estados Unidos nesse sentido. Estou convencido, porém, de que estava a decorrer uma missão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional; depreendia-se que o apoio monetário fosse um dos propósitos da missão. Como avaliar esse apoio? Deixo essa análise a quem o quiser fazer. Mas não teria qualquer problema em justificar essa assistência. Quando cheguei a Portugal em 1975, Carlucci comprometeu-se a informar-me sempre que um oficial americano entrasse no distrito consular, em negócios ou lazer. E para mim isso significava todos os oficiais, inclusive os da CIA. Durante os meus termos de serviço, não houve um único membro da CIA ligado ao consulado e em nenhum momento fui informado de que um colaborador estava de visita ao distrito do consulado do Porto.

Se a CIA teve uma influência decisiva nos acontecimentos em Portugal, terá sido através da recolha de informações a partir da embaixada em Lisboa, para justificar o apoio dos EUA, e não pela via de operações secretas. A subsequente subida de Carlucci a vice-diretor da CIA (considerada por muitos como uma ótima promoção) não deveria ser considerada uma prova de que já andava a fazer «coisas para a CIA», como embaixador em Lisboa. Sei de fonte segura que, depois de Lisboa, ele esperava uma grande promoção no Departamento de Estado: foi-lhe negada, contudo, por uma figura importante do Partido Democrático, que tinha começado a antipatizar com ele. Carlucci sabia que depois de trabalhar na CIA não havia regresso possível ao Departamento de Estado.

O Consulado dos Estados Unidos do Porto ficava no 3.º andar de um edifício de escritórios, no n.º 826, na Rua Júlio Dinis, meio quarteirão abaixo da rotunda dominada pela grande estátua ilustrando a vitória da Grã-Bretanha sobre a França na guerra napoleónica. Costumava pensar: será isto um símbolo de que historicamente Portugal foi apanhado entre inimigos bélicos superiores? Quando os dias estavam agradáveis, gostava de passear pela rotunda para organizar ideias. A minha residência ficava na direção da Foz, na Avenida Marechal Gomes da Costa, n.º 720. A paragem de elétrico mais próxima era à distância de 12 longos quarteirões. Dizia-se que essa enorme casa com jardins encantadores (considerada a mais bonita de qualquer consulado americano na Europa) tinha sido igualmente a residência do cônsul alemão durante a Segunda Guerra Mundial e que um túnel a ligava ao mar. Nunca encontrei pinturas nazis nas paredes, mas posso dizer que existiam grandes suportes de metal nas madeiras sob o telhado, capazes de suportar equipamento pesado de comunicações, e sim – existia um túnel lateral, na saída do velho poço, no pequeno pátio. Reparei nele, mas não podia entrar, porque a água do poço tinha desaparecido durante uma seca severa.

A não ser que estivesse em viagem pelo distrito em negócios, ficava no consulado cinco dias por semana. Começava às 8h30 e durante uma hora treinava o português. Até ser fluente no idioma, costumava memorizar expressões formais. Passei os meus primeiros seis meses no Porto a visitar todas as capitais de distrito e os oficiais que, do Mondego ao Minho, me recebiam. No início, pequenos grupos de portugueses – alegando ser cidadãos locais – prostravam-se em frente às câmaras municipais, denunciando a minha visita ou acusando-me de espião ou de fascista. Passado algum tempo, apercebi-me de que se tratava sempre do mesmo grupo – que devia obter informações dos meus compromissos, assim que os marcava por telefone. Quando aconteceu de novo, encontrei-os na rua, acompanhados de um repórter, e perguntei se não deveríamos seguir todos no mesmo autocarro, uma vez que aparentemente tínhamos os mesmos destinos. Os protestos «espontâneos» cessaram quase de imediato.

Costumava ler a imprensa diária no escritório e, à noite, marcava presença em inúmeros comícios. Sempre que necessário, enviava telegramas ao Departamento de Estado em Washington, descrevendo os acontecimentos locais e regionais. Como já referi, as comunicações telegráficas seguiam de Paris para os

Estados Unidos, logo a Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa não tinha forma de monitorizar ou limpar o tráfego classificado do Porto antes de chegar a Washington. Carlucci tinha-me dado instruções para não efetuar recomendações políticas – garantindo, assim, que a diplomacia americana falava a uma só voz. E essa voz vinha dele na embaixada. De outra forma eu seria imediatamente transferido.

Para aderir a este comando enquanto reportava, ao mesmo tempo, o meu ponto de vista local sobre a situação e o seu possível impacto na política americana, usei uma antiga prática: descrevia um evento e a sua importância, e depois finalizava, comentando que uma «fonte conhecida» ou um «observador bem informado» credibilizava a informação reportada. Claro que a «fonte» ou o «observador» era eu, um dos meus vice-cônsules ou um membro da minha equipa: desta forma, evitava ser diretamente citado ou efetuar recomendações políticas. Tendo em conta o contexto político, económico e social português, que rapidamente evoluía com importantes fenómenos a decorrer quase todos os dias – especialmente entre 1975 e 1976 –, o meu passatempo principal era o trabalho.

Comecei, contudo, a ter algum tempo livre para me dedicar ao desporto. Praticava regularmente ténis no clube da Foz ou no clube britânico, esquiava na Áustria e na serra da Estrela no inverno, passeava com a família pelo campo e visitava locais históricos. Assistíamos às vindimas no Douro, com amigos ligados ao negócio do vinho do Porto. Eu e a minha mulher andávamos a cavalo ocasionalmente e eu assistia às partidas de futebol, torcendo sempre pela equipa mais fraca do Porto, que era – e provavelmente ainda é – o Boavista. Apreciávamos também as casas de fado locais: uma no Centro da cidade e outra na Foz. Continuamos a gostar de fado até hoje. Eram vários os pequenos restaurantes na cidade e na Foz que frequentávamos regularmente: a minha esposa é particularmente fã de bacalhau. Ficámos tristes por deixar Portugal apenas três anos depois, porque deixámos bons amigos – que foram imediatamente adicionados à nossa lista de endereços de cartões de Boas Festas.

Não me recordo de ter regressado a Portugal até 2001, quando me aposentei oficialmente – tendo servido como vice-comandante do Colégio de Defesa da NATO, em Roma, nos últimos anos de serviço. Eu e a minha mulher fomos até aos vários postos onde tinha trabalhado, como Salzburgo, Frankfurt e Zurique – não apenas para «matar saudades» de velhos amigos, mas especialmente para agradecer a amizade e os serviços das equipas locais dos consulados americanos. Nenhum posto teve, para mim, mais significado que o do Porto, Portugal – bem como a equipa portuguesa, com quem tive a honra e o privilégio de ter trabalhado. Este foi para mim o reencontro mais agradável, porque o Consulado dos Estados Unidos do Porto havia sido encerrado, em 2001, por razões orçamentais. Desaprovei totalmente esta medida, bem como a forma abrupta com a qual o Departamento de Estado tratou do assunto. Foram oferecidos cargos em Lisboa aos colaboradores portugueses, mas apenas uma pessoa aceitou a oferta, enquanto outra foi nomeada agente consular para promoção comercial; as restantes foram dispensadas com modestas compensações. Todas as pessoas da minha equipa mereciam muito mais, depois de terem servido o Governo Americano durante os dias mais difíceis da «Revolução dos Cravos».

Licenciado em Administração Pública, especialista em questões políticas e militares, Vernon DuBois Penner Jr. é, aos 77 anos, embaixador residente na Bridgewater State University, no Massachusetts, onde desenvolve projetos de cooperação relacionados com instituições e estudantes de Cabo Verde, o país africano de herança colonial portuguesa onde foi embaixador entre 1986 e 1990. Foi nomeado pela administração Reagan, depois de ter servido o Departamento de Estado na área da imigração.

Em Cabo Verde, esteve ligado à criação de um programa da missão norte-americana Corpo da Paz, agência federal independente de ajuda aos países em desenvolvimento, entretanto encerrada no país.

Praticante de vários desportos – entre os quais a vela, talvez a sua maior paixão depois da carreira diplomática –, Vernon DuBois Penner é fluente em alemão, polaco e português. Homem familiarizado com a História Colonial portuguesa, é um admirador confesso de Aristides Pereira, fundador do PAIGC com Amílcar Cabral e primeiro Presidente da República de Cabo Verde. Vernon foi o primeiro diplomata americano no país a visitar as dez ilhas do arquipélago e continua a ser membro do conselho consultivo do Projeto para a Preservação da Herança Judaica em Cabo Verde, uma organização não-lucrativa criada nos EUA.

Dorothy Skripak, a esposa, foi treinadora da seleção nacional de ténis de Cabo Verde, sem que, dessa vez, se tenham repetido os incómodos vividos pelo casal quando ela tentou pôr as filhas de famílias burguesas do Porto a jogar futebol em pleno solavanco pós-revolucionário.

CAPÍTULO 6

Aconteceu no Oeste

Augusto Figueiredo ia no quarto mandato à frente da Asseiceira, a solitária freguesia do PCP em Rio Maior.

Comunista de barba grisalha e farta, cada eleição trazia-lhe sempre uma vitória esmagadora. E cartas anónimas.

«Insultos, ameaças, o “faço-te e aconteço-te” do costume...»

Ele não perdia o sono, vivera dias piores, pois é do tempo «da caça ao PCP». Dizia-se: os comunistas vêm para roubar as terras e levar os velhos para o monte, com uma manta, para morrerem sós.

Aos 19 anos, foi eleito deputado à assembleia municipal e levou dois estalos de um familiar.

Por causa das políticas, também teve uma navalha encostada à cara. Um tio da mulher andou atrás dele de pistola em punho. Populares perseguiram-no com uma forquilha num palheiro. Ele escondeu-se entre sacos de batatas.

Mais tarde, deu aulas de Matemática e Educação Tecnológica numa escola do município.

«Estive nove meses sem receber o salário. Queria forçar-me a desistir. Mas aguentei.»

Acusaram-no de ensinar política em vez de números.

Panfletos anónimos espalharam a intriga, por causa das raparigas: «Algumas chegam virgens às mãos dele e não sabemos como saem de lá», escreveu-se. Na Asseiceira, desde que uma criança de 11 anos jurou ter visto a Senhora de Fátima, sempre se acreditou em suposições.

Em 1993, à primeira tentativa, o candidato comunista falhou a eleição.

Derrotaram-no com um voto furado no boletim e treze misteriosos riscos por cima do girassol, da foice e do martelo que compõem o símbolo da CDU.

Ficou o *slogan*: «Vota Figueiredo, o homem sem medo.»

Em 1997, quando finalmente ganhou, já não saiu.

«Preciso ser, parecer e fazer dez vezes mais para que me respeitem.»

Às portas da morte, um fundador do CDS pediu-lhe desculpa pelos tempos de «vale tudo». Um criador de porcos da zona, insuspeito de chafurdar nas esquerdas, também disse: «É comunista? Tragam-me meia dúzia, que eles trabalham por dez!»

Os assédios para Augusto mudar de partido foram constantes. Mas como poderia lá ele esquecer os tempos do Oeste selvagem...

Foi na tarde de 13 de julho de 1975 que Rio Maior deu o tiro de partida para o «Verão Quente».

O clube local disputava um amigável com o Vitória de Setúbal, para angariação de fundos. Meia cidade estava no jogo.

De Alpiarça, Almeirim e redondezas eram esperados militantes e dirigentes do PCP para uma reunião no Grémio da Lavoura. No concelho fora posto a correr que o partido iria ocupar aquele organismo corporativo herdado do fascismo. Era boato, mas a credence fora alimentada a rédea solta por relatos das ocupações a Sul. «Fomos de aldeia em aldeia, de porta em porta, mobilizar o povo contra os comunistas», recorda Joaquim Nazaré Gomes, fundador da associação que, mais tarde, gerou a poderosa Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Nela fez história José Manuel Casqueiro, antigo funcionário do Centro da Reforma Agrária.

A CAP era uma amálgama.

A faceta civilizada da organização juntou grandes agrários, homens do antigo regime, latifundiários e comerciantes abastados. Mas o grosso das suas mobilizações revelava «rostos feiurizados» do «campesinato rude», no dizer do sociólogo António Barreto.

Muitos deles foram identificados nos incidentes daquela tarde de julho. Cerca de 300 pessoas haviam sido mobilizadas de véspera.

Onde uns viram um «espontâneo levantamento popular», outros apontaram manobras «reacionárias», alimentadas por caciques locais de direita e forças subversivas.

Na liça entraram paus, forquilhas e foices.

As sedes do PCP e da Frente Socialista Popular (FSP), força política nascida de uma dissidência do PS, foram esventradas e o recheio queimado na rua. Os monárquicos do PPM louvaram o sucedido. As ações, escreveram em comunicado, eram formas de luta por «um Portugal verdadeiramente livre e próspero».

O método seria seguido, com mortos e feridos, no Norte, Centro e nas ilhas, meses a fio. A inflamada cruzada anticomunista deixou pasmo Orlando de Carvalho, catedrático de Direito da Universidade de Coimbra, para quem o vandalismo despertou «os mais sórdidos despeitos da burguesia ou a inocente ignorância do *lumpenproletariat*», ilustrado por um rasto de «terror psicológico e homicida».

Na Estrada Nacional 1, as distâncias entre Rio Maior e a «comuna de Lisboa», expressão cunhada por Francisco Sá Carneiro, líder do PPD, sinalizavam a fronteira: «Moscou – 73 km. Aqui começa Portugal».

Só a 25 de novembro de 1975 agricultores e populares travaram a ameaça de «cortar o País ao meio e enforcar Lisboa». Queriam privar a capital de acessos rodoviários, energia elétrica e bens essenciais, mas a moderação chegou a tempo. Quando a guerra civil parecia inevitável em Rio Maior, levantaram as barricadas. Ficava o aviso, para tempos vindouros: «A CAP será capaz de derrubar qualquer governo.»

Quem diria?

Até aí, a cidade ficara conhecida por outras proezas.

Desde logo, poderia exibir uma notável folha de serviços prestados à democracia, que incluía a vitória de Humberto Delgado em Rio Maior, nas salazarentas eleições de 1958, e um presidente de câmara da ditadura, João Maia, que recusara denunciar à PIDE os conterrâneos suspeitos de atividades subversivas.

Reminiscências do Estado Novo, havia uma. Bem presente. Agostinho Barbieri Cardoso, antigo subdiretor da PIDE e operacional da rede bombista de extrema-direita, era proprietário da Quinta do Brinçal, onde durante muito tempo foi possível ver um azulejo com a face de Salazar. O ditador ali teria passado férias, na companhia do seu homem de confiança e segurança pessoal.

O 25 de Abril de 1974 foi festejado em euforia, sem desaguizados. Alguns lamentaram que Américo Tomás, Presidente da República deposto, já não visitasse a cidade, três dias depois, para inaugurações «que beneficiariam a terra». Mas a agenda da revolução era outra.

Em Rio Maior prosperava-se: não faltavam empregos, pequenos pedaços de terra para cultivo, bom parque automóvel. Ficaram até famosos os *Mercedes* dos agricultores de Alcobertas.

O operariado, muito dele oriundo das Beiras e do Alentejo, trabalhava na exploração do carvão e noutras empresas. As Caves Dom Teodósio e as Indústrias de Carnes Nobre eram sustento de várias famílias.

O concelho tinha «o maior número de porcas parideiras por metro quadrado» do País.

O PPD era frequentado pelos chamados «homens bons» da terra, gente com passado de oposição cívica à ditadura. O PS apresentava também pergaminhos democráticos, apesar de João Fróis, fundador do PPD em Rio Maior, se recordar de ver nas fileiras socialistas «antigos elementos da Legião Portuguesa». Ainda assim, a vida continuava sem rebuliços de maior, como quem apascenta os dias...

Na terra, o Partido da Democracia Cristã foi dos primeiros a tentar a sua implantação. Marcolino Nobre, o das carnes Nobre, ainda cedeu viaturas para a propaganda, mas a primeira sessão pública do PDC acabou com insultos. «Batata podre», chamaram ao partido.

Seria a ocupação da Herdade da Torre Bela, no Ribatejo, em abril de 1975, instigada pela LUAR e pela UDP, a assustar proprietários agrícolas.

Receosos do papão comunista agitado por «senhores engravatados» que catequizavam as gentes da lavoura, os agricultores desesperavam: «Se pudesse fazia uma almofada com tudo o que tenho», dizia um. Outro camponês, preocupado com o escoamento do vinho, receava que o mesmo fosse vendido à Rússia ao preço da uva mijona. «É o que dizem para aí...»

No concelho vivia «gente diferente dos trabalhadores rurais da margem sul, esses sim, politizados e instruídos, que apareciam com o jornal debaixo do braço e falavam bem», conta um antigo membro do MDP. Num breve encontro nas salinas de Rio Maior, pedirá anonimato e olhará em volta, assustado e desconfiado. Naquela altura, recordaria, «ser ladrão não era tão insultuoso como ser comunista».

À época, a cidade estava no ponto para se tornar laboratório de experiências, um teste à revolução. A fronteira entre o Norte do minifúndio e o Sul do latifúndio era ali. As divisões nas freguesias ilustravam o andamento do País político. A reforma agrária chegou perto, aos limites da Azambuja, e algo fervia nas consciências naquele verão de 75. «Queriam dividir as grandes propriedades em pequenas parcelas para que toda a gente tivesse o seu bocadinho de terra. Mas isso aqui não fazia sentido», conta Nazaré Gomes, fundador da antiga Associação de Agricultores.

Tranquilo, o socialista Arlindo Santos, antigo membro da primeira comissão administrativa do município,

foi para o Algarve, de férias.

Voltou a 13 de julho. Já Rio Maior ardia.

«Queriam acabar com os comunistas. A seguir iam os socialistas, diziam.»

A «caça» ia começar.

Nos dias seguintes, os vespertinos de Lisboa foram queimados, à chegada a Rio Maior. Populares tinham as esquerdas na mira e recusavam ser considerados «quintal de caciques» e «albergue de “pides”». A insinuação viera na imprensa a propósito dos agentes da polícia política fugidos de Alcoentre e encontrados na região. «Dos “pides”, prendeu-se apenas a arraia-miúda. Alguns entregaram-se, esfomeados», recorda quem guarda memórias de então.

A ocupação da fábrica Nobre pela esquerda radical terá estado iminente. A agropecuária, queixavam-se outros, também sofreu ameaças e sabotagens. «Houve, de facto, excessos esquerdistas», admite João Narciso, dirigente do PCP vindo do Minho para Rio Maior em 1970. «Mas tivemos as costas largas para alguns desmandos.»

Nesse verão, interesses e descontentamentos organizaram-se.

A direita deu a mão. Uma serração deu o pau.

Tudo «para rachar a cabeça aos comunistas». Ideia de Abílio das Lenhas, conhecido para a posteridade como «Abílio das Mocas» depois de o negócio se tornar florescente.

Os que entravam na «caça» levavam as mocas sem verniz, para o combate. As outras, adornadas com pregos dourados, eram para turistas. «Em Rio Maior, muita gente andava armada. O Abílio, como não tinha licença de porte de arma, fez a moca», explicará João Fróis.

A moca pegou. E a ironia também. «Era moqueiro? Então leva mais uma pazada de terra», escutara-se a um coveiro de esquerdas num funeral.

A moca varreu o concelho à cata de «comunias». A ela se juntaram *cocktails molotov* produzidos com garrafas de *brandy* Casaleiro.

Industriais, agricultores, pequenos e médios comerciantes agitaram as massas. Nas empresas, rua a rua, declarou-se guerra ao comunismo. Militantes de esquerda temeram regressar à clandestinidade em plena democracia. José Paulo, gerente da rodoviária Claras e conotado com o PCP, enfrentou uma tentativa de incêndio. «Valeram-se de trabalhadores que andavam à jorna, de gente sem nexa e sem juízo. Davam-lhes dinheiro e vinho para provocarem os idosos e incendiar os ânimos», recorda o comunista José Neves.

Dois elementos do partido ligados ao Banco Português do Atlântico no município foram ameaçados e acusados de só conceder créditos a correligionários. Não tardou que, no Largo da República, fosse pendurada uma faixa a avisar os comunistas e os seus «atrelados»: deveriam abandonar Rio Maior até determinada data.

A mentalidade e o discurso proletários dos trabalhadores da cintura industrial de Lisboa eram, ali, idioma estrangeiro. A maioria dos pequenos agricultores tinha porcos, vacas, vinhas, trigo e o que mais a terra dava, por isso a propaganda de Abril não pegou de estaca. Pelo contrário: gerou receios. A boataria cavou o resto.

Em comunicados, protagonistas do anticomunismo rural pediam o fim da coletivização das terras. Agia-se à luz do dia e pela calada.

Carros suspeitos eram mandados parar, à procura de armas.

Os petardos sucediam-se. «A população estava louca. Carregada de ódio e extremismo. Foram semanas sem dormir sossegado um único dia», conta Nuno Carvalho, histórico socialista da região, que também andou no dá e leva. «Conhecia-os a todos. Alguns passeiam-se por aí, eu é que finjo que me esqueço.» Um dos agitadores da época, comerciante de materiais de construção, cumpre hoje pena de 20 anos de prisão pelo homicídio, com «contornos bárbaros», da ex-companheira.

Uma denominada Cruzada Renascida Anti-Comunista mobilizara retornados e caçadores. Nascera o COPRIO, versão adulterada e sarcástica do COPCON, do MFA, para consumo regional. «No fundo, eram grupos organizados que vigiavam os comunistas e outros cidadãos de esquerda. Também fui seguido e recebi ameaças pelo telefone. Disseram-me que era melhor sair de Rio Maior», conta Arlindo Santos, militante n.º 1 do PS na terra.

«Estivemos mobilizados, sim, mas era mais brincadeira do que outra coisa. Houve gajos que se exaltaram com as mocadas, mas ninguém morreu», desvaloriza Nazaré Gomes, a quem a esquerda acusava de ser «tão rico como reacionário».

No altar, os sacerdotes ajudavam à missa. «Vêm aí os judeus!», ouvia-se, entre o povo de Deus, quando se anunciava a presença de comunistas numa localidade. Mas nem todos pregavam o mesmo evangelho. O padre Armando, responsável máximo da Igreja no concelho desde 1968, colocara-se ao lado dos mineiros de Rio

Maior, a maior «célula secreta» do PCP em ditadura, na luta por melhores condições de trabalho. Em 1975, entre os crentes, houve quem, depois de escutar homilias transformadas em «comícios anticomunistas», avisasse os militantes do partido daquilo que os esperava.

Nesses meses, comunistas fugiram do concelho. Para a vida inteira. Outros renegaram a militância, em anúncio de jornal:

«Eu, José Frazão Simões, vulgarmente conhecido por José da Moda, residente em Rio Maior, venho por este meio desmentir o boato posto a circular nesta vila de que sou filiado do Partido Comunista (...).»

Previdente, o PCP recorreu a grupos de karatecas até para colar cartazes. Por causa da inquietação e insegurança permanentes desse tempo, «há pessoas traumatizadas e a receber tratamento psiquiátrico», garante Augusto Figueiredo, o autarca da Asseiceira.

Rio Maior quis ser a fronteira entre a pátria e «a comuna de Lisboa».

Nem que fosse à mocada e com «porqueiros» entre os agitadores.

Com a fama da resistência ao comunismo, veio o proveito.

O turismo do PREC passou por Rio Maior, que se tornou local de peregrinação para quem via na região o exemplo do «Portugal livre», território virgem e santificado.

Foi um corrúpio de gentes do Norte por aquelas bandas.

Chegavam excursões e automóveis de luxo.

Eles, de charuto e cachimbo. Elas, de casaco de peles.

Queriam conhecer de perto a «resistência», pisar a terra que fazia barragem ao avanço do PCP, diziam. «Havia comícios por tudo e por nada, quase todos os dias», lembra Nuno Carvalho.

O empresário Carlos Champalimaud, envolvido na conspiração do frustrado golpe spinolista da «maioria silenciosa», foi um dos visitantes ilustres. Afirmara que os acontecimentos de Rio Maior seriam «o rastilho para derrubar o 25 de Abril», mas acabou corrido de um café após acalorada discussão com socialistas.

Nos meses que antecederam o 25 de Novembro de 1975, a terra preparou-se para o pior.

Com amigos nas hierarquias militares e nos quartéis do distrito, os contestatários do rumo da revolução tiveram carta branca para cortes de estrada, perseguições e barricadas, com agricultores a comandar.

Do Couço (Coruche), uma caravana do PCP tentou socorrer camaradas cercados em Leiria, mas acabou barrada em Rio Maior, com camiões atravessados na estrada, carros virados e espingardas apreendidas.

«Havia também uma organização clandestina. Funcionávamos por células de três a cinco pessoas, para o caso de termos de passar à luta armada», conta João Fróis, antigo diretor comercial das carnes Nobre, que chegou a ver granadas de mão no automóvel de um familiar.

Fróis fala dos «bons contactos» desse tempo com um oficial que seria, mais tarde, secretário de Estado do primeiro-ministro Mário Soares. Também havia laços fiáveis na Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Em caso de necessidade, a entrega das armas obedeceria a um telefonema codificado: «Os colchões chegaram à estação de caminho de ferro» seria a senha.

Não foi preciso usá-la. No momento mais crítico, o terrorismo psicológico veio à tábua. Quando manifestantes próximos do PCP se preparavam para desembarcar em Santarém, uma chamada para a estação ferroviária travou os ímpetus: «A linha está dinamitada entre Fátima e Santarém.» Era mentira. Mas o comboio já não veio.

Para José Pulquério, fundador do PPD em Rio Maior, o 25 de Novembro veio pôr tudo nos trilhos.

Aos 85 anos, viaja no tempo, sentado na adega da sua vivenda, rodeado de fotos onde aparece com Francisco Sá Carneiro e molduras de outros momentos solenes. Antes desse período «de pedagogia política», a ditadura havia atirado este antigo secretário concelhio do MUD, e leitor confesso do *Avante!* clandestino, para uma prisão «pior do que uma pocilga», onde até sarna apanhou.

No Aljube, contou 46 dias. Incomunicável.

«Não fui maltratado, mas ser forte não era o meu fraco.»

A democracia levou-o à Comissão Administrativa de Rio Maior que guiou o município até às primeiras eleições livres.

Ocupou a presidência da autarquia e da assembleia municipal. Foi vereador e deixou-se da vida autárquica.

Descreve os conterrâneos como «pacíficos, justos e trabalhadores». Rio Maior é terra onde «até os mais ricos são pobres». No «Verão Quente» foram eles que saíram à rua para «organizar a resistência a uma ditadura de esquerda». Quando assim é, «um diz mata, outro diz esfola». Excessos, claro. Coisas sem

importância. «Não havia motivos para uma reação daquelas.»

Numa das paredes da casa José Pulquério pendurou uma velha moca. Por baixo, a legenda: «Falso amigo é o pior inimigo». Está à mão, «nunca se sabe quando volta a ser precisa», brinca.

Durante anos, os da terra, quando percorriam o País, ainda eram associados à moca, quisessem ou não: «Dizia sempre que também tinha levado com ela», conta Nuno Carvalho, que podia ter fundado o PS com Soares na Alemanha se um acidente não o fizesse perder o comboio da História. «É preciso que o exemplo de Rio Maior perdure», afirmara o secretário-geral socialista no rescaldo daqueles tempos.

Nazaré Gomes, esse, voltaria a fazer tudo igual.

«Não me arrependo de nada. Sem 13 de julho não havia 25 de Novembro.»

Em Rio Maior, o 13 de julho foi feriado municipal até 1985.

Depois dos acontecimentos do «Verão Quente», o PCP demorou a ter novo centro de trabalho. Anos depois dos incidentes de 1975, um emigrante ainda aceitou alugar uma casa aos comunistas, mas recuou assim que a filha foi raptada. Álvaro Cunhal, que se teria escondido na freguesia de São João da Ribeira após a fuga de Peniche, só voltou a pôr os pés na cidade em outubro de 1993, precisamente para inaugurar a nova sede.

O clima começara a desanuviar. Mas devagar.

Para abrir as portas a uma visita do PCP, as Caves Dom Teodósio só admitiam a presença de Carlos Carvalhas, então secretário-geral do partido. «O Cunhal, não», atalhou o gerente.

Do medo ao pânico o passo era curto.

Quando outros, por receio de perder clientela, recusavam ceder espaços aos comunistas, o restaurante Gato Preto foi o primeiro a autorizar a realização de uma iniciativa do PCP nas suas instalações. «O sol quando nasce é para todos», justificara o dono, Joaquim Lopes.

Em 1975, Rio Maior acreditou que Lisboa era Moscovo e cortou o País a meio. Começara ali a vaga de violência do «Verão Quente» com assaltos, mocas e barricadas. Foi a maior ação civil contrária ao perfil da revolução. Na euforia, uma autointitulada Comissão de Vigilância Portuguesa chegara a propor a realização de uma manifestação nacional em louvor do povo da região. Sugerira também uma recolha de fundos para um hospital e uma escola, e o batismo de ruas, em todo o País, com a expressão «Rio Maior – A vila da liberdade».

Ficou a intenção.

A ressaca da vitória perdurou por meses, embora no ano seguinte ainda cheirasse a esturro. Numa sessão de esclarecimento do PS realizada no ginásio da Casa do Povo de Rio Maior, o antigo ministro da Agricultura Lopes Cardoso foi vaiado e interrompido ao ponto de só se notarem os seus gestos, de dedo em riste, como num filme mudo. Na casa de banho dos homens fora colocado algodão iodado e a GNR temeu que a noite acabasse mal. «Liberdade não é o que está a passar-se aqui», desabafara o ministro.

O aniversário dos assaltos às sedes do PCP e da FSP foi assinalado com pompa, circunstância... e Jaime Neves. O chefe dos Comandos fora um dos rostos da viragem temperada do 25 de Novembro, ao ponto de admitir transferir as tropas para um desfiladeiro na serra de Aire e Candeeiros caso o combate aos comunistas assim exigisse. Era ele a estrela do banquete, para o qual foram arregimentados um milhar de sardinhas, outro tanto de ovos, 25 porcos, 19 carneiros, quase cinco mil quilos de pão e vinho a rodos. Entre os comensais, a saudar o 13 de julho do ano anterior, estavam comandos da Amadora, para-quedaistas da base de Tancos, ilustres do PSD e do CDS, industriais e agrários do concelho. A «nata» do levantamento de Rio Maior.

A passagem do tempo arrefeceu os fervores.

Amoleceu as almas e os corações.

Homens desavindos voltaram a falar-se.

Os cafés deixaram de ser quintas deste ou daquele partido.

O Zé, jornal regional que exibia o *Zé Povinho* com a moca no cabeçalho, periódico que os comunistas diziam ser «pior do que *O Diabo*, da Vera Lagoa», extinguiu-se, já fora do prazo de validade.

A primeira mulher fora, entretanto, eleita para a presidência da câmara, pelo PSD. A população de Rio Maior tinha mais com que se preocupar: nos últimos anos, a terra perdera cerca de dois mil postos de trabalho. Sobravam, como motivos de festa, as bandeiras e os panos que ainda sinalizavam, aqui e ali, o último título conquistado pelo Benfica.

À pastelaria Avenida, entretanto, continuam a afluir curiosos.

Miguel Santo, irmão de uma antiga secretária-geral do CDS, ainda vende mocas pequenas e grandes, entre os 2 e os 7,5 euros. «A malta do Norte tem um grande respeito pela moca.» Turistas cobiçam-nas. Militares também, para jantares comemorativos. E até da Alemanha chegam pedidos. «Continuam a ser o símbolo de

Rio Maior, da contrarrevolução.» É um bom negócio. «Gosto de manter a tradição, sem qualquer carga política. É só uma lembrança. O que lá vai, lá vai», justifica Miguel. No Centro da terra, não vá a memória desvanecer-se, continua a escultura erguida pela CAP em homenagem aos que «garantiram a iniciativa privada e a liberdade» na região.

Cai a tarde em Rio Maior.

Arlindo Santos, no PS desde 1974, caminha lentamente pelo Centro e deixa-se fotografar no Parque 25 de Abril. «Hoje está tudo pacificado», garante, após um passeio, breve, na Avenida Mário Soares.

A cidade tem um bairro e uma Praça Francisco Sá Carneiro.

E um Largo Adelino Amaro da Costa.

Aprovadas em 2005 em sessão da assembleia municipal, as ruas Álvaro Cunhal e José Saramago aguardam ainda a sua hora.

CAPÍTULO 7

Deus, Pátria e *molotov*

Foi preciso o arcebispo primaz de Braga e das Espanhas baixar as calças para que a reconquista cristã de Portugal ao «comunismo» saltasse das folhas paroquiais, da ação psicológica e dos púlpitos das igrejas para montar o cavalo da contrarrevolução.

A 11 de junho de 1975, D. Francisco Maria da Silva estava de partida para Manaus (Brasil), em viagem pastoral. Quando chegou à sala de embarque do aeroporto da Portela, em Lisboa, e após longa espera, foi «convidado», via altifalante, a deslocar-se à alfândega.

«Senhor arcebispo, é acusado de ser portador de divisas», anunciaram-lhe. Pediram passaporte e bilhete.

Incrédulo, forçando um sorriso, o prelado obedece. É conduzido ao subsolo, onde é recebido por dois agentes.

«Tire o casaco», ordenam, enquanto mexem e remexem a bagagem.

«Tire os sapatos.» «Não querem que tire também as meias?», pergunta D. Francisco, sentindo a revolta em crescendo.

«As calças!», exclamam.

Ouvira ele bem? Ouvira. O prelado ergue-se. Faz o gesto de quem obedece, cerra os olhos. Levanta o pensamento a Deus, deixa inspecionar. Em fundo, ouve-se: «Basta!»

Pede-se desculpa pelo incómodo.

O arcebispo indigna-se, protesta. Delicada, «mas duramente».

Sai como havia entrado, de fivela apertada. Com quase meio dia de atraso, atravessa, enfim, o Atlântico, a matutar no vexame e nos excessos da vigilância revolucionária.

Que se passara?

Dias antes, o COPCON recebera uma carta anónima a denunciar que o prelado se preparava para viajar em direção ao Brasil transportando uma quantia ilegal de dinheiro. Telefonemas, não identificados, reforçaram a suspeita. Nesse tempo, o tráfico de divisas mantinha as autoridades em alvoroço ao mínimo detalhe. D. Francisco foi revistado da cabeça aos pés. Remexidos os seus pertences, nada se encontrara.

Pelos anos fora, a culpa do sucedido foi atribuída aos desmandos dos militares «comunistas». O desagradável episódio serviu de exemplo para ilustrar os desvarios do PREC e a propalada sanha persecutória dos revolucionários contra a Igreja e seus representantes. Entre os seus detratores, o acrónimo COPCON passaria a ser grafado por extenso na versão «Como Organizar a PIDE com Outro Nome».

Na verdade, a ideia delirante para provocar a humilhação do arcebispo saíra do génio de Jorge Pereira Jardim, insuspeito de amizades comunistas. Engenheiro de profissão, o «comandante Pereira» passara pelo Governo de Salazar, gerira fundos ocultos em abundância e fizera carreira nos negócios e na espionagem, sobretudo em África. Antes, e no pós-revolução, estivera ligado a serviços secretos ocidentais, traficando informação e valores de toda a índole e proveniência.

O conluio para rebaixar o arcebispo envolvera ainda o major Sanches Osório, espécie de embaixador itinerante do MDLP, e outros servidores civis e militares da contrarrevolução. A história tornou-se credível aos olhos do País tenso, a ver conspirações em cada esquina.

A desonra feita a D. Francisco levantou a efervescência que faltava. «A denúncia falsa foi nossa para lhe provocar a reação que ele veio a ter, que foi convocar a manifestação de Braga [a 10 de agosto de 1975]», assumiu o antigo ministro da Comunicação Social ao jornalista João Paulo Guerra. «Depois explicámos-lhe o assunto e pedimos-lhe desculpa. E o arcebispo de Braga absolveu-nos.»

Até ali renitente em envolver a Igreja numa cruzada anticomunista às escâncaras, o clérigo tinha agora o pretexto do enxovalho para passar à ação. A mudança de atitude vinha a propósito. Em Madrid, Jorge Jardim, Sanches Osório e o editor Paradela de Abreu haviam materializado a ideia de criar um movimento que arrastasse a Igreja e os seus fiéis para o terreno onde se jogava, segundo eles, a defesa do «cristianismo», do «patriotismo» e da «liberdade».

Paradela ficara famoso por publicar, dois meses antes da queda da ditadura, *Portugal e o Futuro*, livro fetiche do general Spínola. Fê-lo através da editora Arcádia, propriedade do grupo CUF. Logo após o 25 de Abril, Paradela percorrerá trajetos contraditórios, entre os quais se encontrava a tentativa de arranjar uma sede para o movimento de extrema-esquerda LUAR. Depois saltara de partido em partido. Tentara o PS e o PPD, mas enfastiara-se. Estivera na fundação do efêmero PSDI e fora candidato pelo PDC em Beja. Quando se acobertou nos cenáculos conspirativos para instigar a revolta religiosa estava exilado desde o 11 de Março. Tinha mandados de captura em seu nome e acabara de editar, em Espanha, *O Equívoco do 25 de Abril*, testemunho do único militar com quem se entenderá, sem fissuras, durante o PREC: Sanches Osório. Autoproclamado «líder cristão progressista», entretanto radicalizado à direita, aquele major vira o seu partido (PDC) suspenso e acusava um grupo de oficiais de «trair a pureza da revolução».

Foi em julho que Paradela de Abreu arriscou passar a fronteira e dirigir-se a Braga. Missão: levar uma carta de Jorge Jardim dirigida a D. Francisco para obter dele a anuência e apoio para o denominado «Plano Maria da Fonte». O nome inspirara-se na revolta popular de 1846 que, a partir da Póvoa de Lanhoso, se insurgira contra as leis do Governo de Costa Cabral e se estendera a todo o Norte, carregado de ódio ao poder de Lisboa. Na versão reciclada, o movimento pretendia ser «o braço armado da Igreja nortenha», tendo na memória a alvorada de 28 de maio de 1926, prelúdio da ditadura. «Se a Primeira República morrera às mãos de Braga», pensara Paradela, «esta também iria morrer.»

Como propósito, já não era pouco.

Usando velhos caminhos de contrabandistas, com a ajuda dos amigos João Braga (fadista) e António Estarreja, Paradela atravessara a fronteira de Chaves a pé. O grupo apoiara-se na logística que a família de António Sousa Machado colocara à sua disposição e foi recebido, ao fim de alguns dias, no paço episcopal. Aí se juntaram os tenentes Pedro Menezes e Silva Horta (do MDLP), além de António Silva Santos, ligado a outro apêndice da rede, no Porto, onde pontificava o bombista Ramiro Moreira. Nervoso, sem nunca ter posto sequer os pés numa missa, e tendo recebido, em Madrid, «lições» apressadas sobre a forma como deveria dirigir-se ao arcebispo, Paradela beijou sem tino o anel de D. Francisco, provocando-lhe um sorriso de «ironia benévola». Quando o prelado terminou de ler a carta, com «fisionomia carregada de certo alvoroço», o editor resumiu o objetivo: preparar o povo nortenho para a revolta armada com o apoio das estruturas da Igreja.

O arcebispo dará o beneplácito à estratégia, mas adverte: nem ele nem a instituição religiosa podem aparecer em campo aberto, associados a insurreições. O prelado encaminha então os homens do «Plano Maria da Fonte» para os braços de Eduardo Melo Peixoto. Ele, sim, receberia instruções, agiria em conformidade e daria todo o apoio.

O cónego Melo «controlava tudo na diocese de Braga», dirigia os cursos de Cristandade, tinha acesso e influenciava a variadas camadas da população e, tal como afirmara no final de uma homilia, ele próprio considerara necessário «fazer a guerra» para «alcançar a paz».

No início do verão de 1975, a sublevação cristã para travar o curso da revolução e impedir «a sovietação do País» estava, pois, em marcha.

Benzidos com o sinal da cruz, os meses seguintes trariam conspirações de sacristia, sinos tocados a rebate, populações em fúria, ataques a sedes do PCP e outros partidos de esquerda. Para o mentor do Movimento Maria da Fonte tratava-se somente de espezitar «a aversão instintiva do povo ao comunismo» e fornecer-lhe «a razão exata no momento histórico exato» para se revoltar. O resto viria por acréscimo.

A «guerra santa» estava pronta a servir.

Na verdade, fermentara logo nas primeiras semanas da revolução em homilias e jornais de província de cariz religioso, em desrespeito por orientações públicas da hierarquia católica. «Que sacerdotes, religiosos e leigos colaborem na formação política do povo e que celebrem com ele a esperança de um futuro melhor, contido na hora que passa», defendera, nos primeiros dias de maio de 1974, o Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa, presidido pelo cardeal D. António Ribeiro, e na presença dos bispos auxiliares. As autoridades eclesiásticas desafiavam o povo de Deus e a Igreja a não pecar por omissão na construção da «nova sociedade». O empenho seria, de resto, «a melhor maneira de fazer penitência das suas falhas no passado».

O bispo do Porto, que pagara com o exílio a afronta a Salazar e reivindicara para os católicos o direito à sua dimensão política, via-se agora na contingência de recusar, com um sorriso benevolente, «apelos urgentes», travestidos de rótulo cristão, para promover partidos ou até fazer-se chefe de um deles. Diante do Conselho de Leigos, D. António Ferreira Gomes alertou para os perigos de «instrumentalização do religioso» e desafiara os fiéis a não cultivarem «o medo natural de quem tudo ignora da vida pública, e o medo artificial, zelosamente cultivado por anos e anos». Realizada nesse mesmo mês de maio de 1974, a

assembleia magna dos párocos da diocese do Porto valorizava a «euforia do povo» e atribuía os excessos ou reivindicações desmesuradas à falta de convivência numa sociedade livre, «o que explica muito do que se passa». O bispo do Porto presidira à sessão e acabaria até a concordar com a autogestão, «na medida em que ajuda melhor a empresa e o trabalhador».

Todavia, volvidos uns meses, D. António Ferreira Gomes era já o retrato da inquietação: «A campanha que alguns sacerdotes fazem contra o comunismo através de folhas paroquiais tem que ser considerada como desleal, pois ela não pode servir como arma política», advertira, numa conferência. «Se, de facto, querem defender-se, que formem um partido e se defendam por meios políticos», desafiara, entre os seus.

O diagnóstico do prelado não olvidava «a drenagem de massa cinzenta» nas aldeias, de onde saíra «toda a gente que aprendeu alguma coisa». Depauperadas, localidades rurais eram visitadas por «meritórias campanhas de alfabetização», mas esbarravam em dificuldades criadas pelos padres. «O povo é inteligente e tem a sua cultura e é isso que os boletins paroquiais têm de ter em conta.» Rui Osório, chefe de redação da *Voz Portucalense*, órgão da diocese do Porto, juntara a sua voz à do bispo, desafiando as publicações da Igreja a abandonarem «as suspeitas» e «causas perdidas», a lerem «os sinais dos tempos» e a rejeitarem «uma estratégia de reacionarismo».

Mas a arquidiocese de Braga, pelo menos, não estava para aí virada.

A título de exemplo, agudizara-se, ao longo de 1974, o conflito entre o arcebispo e o padre Ângelo da Venda, da freguesia piscatória de A-Ver-o-Mar. A polémica deflagrara a pretexto da venda de terrenos paroquiais ao arrepio do sacerdote, mas escondia divergências profundas entre as práticas da «nova» e da «velha» Igreja. Excomungado por desobediência à jurisdição eclesiástica esgrimida por D. Francisco, o padre Ângelo resistirá a diversas intimidações, algumas delas à bomba, para abandonar o seu poiso.

O arcebispo, entretanto, torna-se alvo de críticas dentro do seu próprio reduto. Cristãos bracarenses, padres incluídos, lamentam, num documento de 15 páginas, que o guião saído do Concílio Vaticano II seja votado ao desprezo na diocese. O retrato dos signatários é avassalador: Braga vive encerrada numa «religiosidade popular primária», na qual os fiéis obedecem a uma realidade sacralizada, carregada de apelos à Virgem Santíssima e aos santos. Entregue ao ciclo existencial e imutável do batismo, comunhão, matrimónio e funeral, o grosso da população continua, naquele final de 1974, pastoreado ao ritmo das novenas, peregrinações e penitências votivas. Na austeridade dos templos, no segredo dos confessionários e nas leituras enviesadas do culto propagam-se cenários sobre o «inferno» comunista. Quando batem à porta do arcebispo, os católicos mais indignados enfrentam boicotes cerrados aos seus apelos de diálogo e recebem conselhos de «humildade, obediência e resignação». As críticas de um cônego e quatro sacerdotes são rebatidas pelo prelado com punições. Perseguido quem se tresmalha, D. Francisco Maria da Silva é descrito sem peias: «A ameaça do castigo foi uma constante na vida dele», ilustrara o padre Sousa Fernandes. «Há nesta diocese uma escalada de violência utilizada por motivos religiosos.»

O autoritarismo do arcebispo, aliado à confessada devoção ao regime deposto, é de safra antiga. D. Francisco via em Oliveira Salazar a «Pátria renascida, o espírito de cruzada, o propósito de viver conforme a lei divina». Já em democracia, não será dado a recalamentos, apesar de se confessar visado, na juventude, por uns quantos incómodos pidescos: «Antes, se os crimes existiam (e eu, pelo menos, nunca deles tive conhecimento) eram desconhecidos e, na ignorância, como falar deles? Se existiam, repetimos», duvidara. «Eu, por ser fiel ao Evangelho, tive de vir para minha casa e criar galinhas para viver. Tu, que atraíste o Evangelho, foste nomeado bispo», dissera-lhe o padre Abel Varzim, perseguido pela ditadura do Estado Novo.

A hierarquia eclesiástica minhota, encabeçada pelo primaz de Braga, não escapa, no braseiro do PREC, a fálhas sobre o mau uso de dinheiros e viagens sumptuosas pelo «mundo inteiro». Enquanto isso, o apascentar das almas a favor dos partidos mais próximos dos valores ditos cristãos, no caso o CDS e o PDC, é assumido pelo próprio D. Francisco: no programa daqueles partidos, assume, «tudo nos parece, em teoria e de facto, em perfeito acordo» com a doutrina da Igreja. O CDS aproveita a bênção para endereçar cartas a instituições religiosas, mas a atitude do arcebispo gera fastio noutros círculos católicos. A fazer fé nos artigos do suplemento *Igreja Viva*, do *Diário do Minho*, até o PPD tirava o sono ao prelado, mas o sentimento não é generalizado. Numa homilia para os lados de Trandeiras, um sacerdote até adotara uma interpretação original da sigla para instruir os fiéis: chamava-lhe «Partido Popular de Deus».

Desde os primeiros dias de liberdade que se ouviam relatos de exortações apocalípticas sobre a proliferação de esquerdismos e a urgente «destruição dos ninhos vermelhos». Do Minho a Trás-os-Montes, passando pelas paisagens beirãs e mais além, o terreno tornara-se fértil para catequizações simplistas. «A gente chega a uma dessas aldeias e fica 100 anos fora de Lisboa», relatam os repórteres à boleia das campanhas de dinamização cultural e cívica do MFA por distritos nortenhos. Encontram «barracas húmidas, camas comuns, trabalho de fome, a repressão e o sacrifício desenhados corpo a corpo». Em Murça, um

trabalhador coloca a sua condição a nu: «Eu não posso dizer que sou democrata. Eu não posso dizer que sou socialista. Eu não posso dizer que sou comunista. Eu não sou nada porque não sei nada. Quem diz eu, diz muitos que aqui estão. Ora, se as Forças Armadas vieram cá para explicar-nos as coisas, que expliquem.»

Os militares calcorreiam quilómetros a pé, ao frio, com chuva e neve. Comem rações de combate, alguns dormem no chão. Ouvem mulheres desculparem-se do seu mutismo por considerarem que reivindicar estradas, pedir uma «carreira de camioneta» ou melhoramentos para a terra «é assunto de homens».

Os soldados deparam-se com aldeias tristonhas, esquecidas, sem luz, água, esgotos ou rádios. Falam com gente alimentada a um naco de pão de milho e uma tigela de sopa.

Por vezes, não se vislumbra vivalma.

Casais, idosos, espreitam receosos entre cortinas, sem pingo de sangue, sem afoitezas. Nas prédicas dos altares, tinham ouvido dizer que os comunistas chegariam em breve para roubar terras e as poupanças de uma vida. Levariam também as crianças e dariam uma injeção atrás da orelha ou um tiro na nuca aos velhos que já não pudessem trabalhar.

Na província, vários meses após a revolução, ainda subsistem lugares onde a notícia do 25 de Abril não chegou.

Noutros locais, freiras rezam o terço em conjunto para afugentar o perigo vermelho.

Numa paragem de camioneta, uma mulher chora a sua sorte: «Diga-me lá: não é triste uma pessoa passar a vida inteirinha à fome para arranjar uma casita e um pedacito de terra, umas couves, e agora vêm aí os comunistas e tiram-nos tudo?», interrogara-se, desesperada.

Para lá do Marão, os militares abrem caminhos, arranjam estradas, levam luz e saneamento, mas nem sempre se mostram hábeis no discurso: «Não façais caso do padre», dirá um oficial. «O padre é para a religião e a religião é para o outro mundo, não para este.»

Jaime Neves, nascido na terra de Miguel Torga e chefe do Regimento de Comandos, regressa à capital «impressionado» e confessa-se a Otelo Saraiva de Carvalho: «Eh pá, tu não imaginas o que é aquilo!», desabafa. «A gente chegava e o povo fugia todo para dentro das casas, a fechar portas e janelas!» A proprietária de uma pensão conta que os comunistas «tiram as coisas a quem tem», andam «vestidos de igual» e «tiram os filhos quando nascem e só os dão quando são grandes».

De sobreaviso quanto ao «caciquismo paroquial», Passos Esmeriz deslocara-se às dioceses de Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

O primeiro-ministro Vasco Gonçalves pedira-lhe para tentar pôr cobro às diabolizações alimentadas pelos sacerdotes na província, mas o comandante da Região Militar do Norte avisara: «Nenhuma revolução sem comando, como esta, vingou contra a Igreja», respondera Passos Esmeriz.

Mesmo assim, viaja até àquelas regiões para tentar impedir a hostilização da hierarquia católica ao processo revolucionário. No Porto, o bispo abre-lhe as portas das paróquias para sessões de esclarecimento.

Mas, em dezembro de 1974, Braga atravessou-se ao caminho.

Quando lá chegou, o oficial tinha à sua espera um salão com 500 sacerdotes. Ainda o deixaram pregar a «isenção» e a «imparcialidade» das Forças Armadas em relação ao processo eleitoral previsto para dali a meses, mas quando Passos Esmeriz se preparava para sugerir o exemplo à Igreja, um padre jesuíta levantou-se e desfez o discurso: «A Igreja tem como dever aconselhar todos os paroquianos a não votar no Partido Comunista e, até melhor explicação, não votar no PS, que se diz marxista», defendeu. Os presentes tinham já enviado uma carta a Mário Soares a pedir esclarecimentos quanto ao programa do partido. «A minha argumentação já não era convincente», admitiu o militar.

Apesar de «muito contestadas», as campanhas de dinamização «serviram, pelo menos, para levar água a várias populações, abrir algumas estradas, permitindo o contacto com as povoações mais afastadas das sedes do concelho, eletrificar umas tantas localidades e alfabetizar», lembrará, contudo, Costa Gomes, Presidente da República nesse período da democracia portuguesa.

Dos lugarejos às capitais de distrito, as costuras da ideologia mal-amanhada dos oficiais ficam, no entanto, à vista.

A revista *New Yorker*, pela pena de Jane Kramer, nota que «um saco de fertilizantes, dado à pessoa certa, pode fazer mais convertidos do que um saco de panfletos». E de nada serve chamar a isso «propaganda contrarrevolucionária». Na verdade, longe de conquistarem os camponeses devotos, os dinamizadores militares afastam-nos. «Os seus oficiais no terreno eram muito novos, estavam muito mal preparados, muitas vezes eram extremamente estúpidos, e a repentina conversão a algumas palavras de ordem vagamente assimiladas tinha-os transformado em fanáticos. Uma vez fora de Lisboa, estavam entregues à sua sorte, convencidos de que as ideias corretas criam inevitavelmente uma vida melhor», escreve.

Manuel Sampaio, dito «padre vermelho» do Nordeste transmontano, via o povo «cansado de palavras» e

descodificava o sentimento de homens e mulheres, desgastados pela vida, que vomitavam «nojo» de tanto ouvir falar em política. «São profundamente agarrados à videira, ao pedaço de terra. Foram criados no meio dessas coisas. E têm medo que lhas tirem.» O sacerdote era, ele próprio, fruto daquelas circunstâncias, contra as quais se rebelara: «Quando fui para o seminário não sabia o que era», recordara. «Recebi uma formação medieval. Diariamente inculcavam-nos o sentido do pecado. Deturpavam todo o conceito de sexualidade. Havia meninos que tomavam banho vestidos.»

Em contacto com populares, um aspirante desafia: «Vocês têm de abrir os olhos.» Uma mulher de rosto cavado, gasta de trabalho, nem percebe o propósito de andarem militares de terra em terra, levando palavras de ordem, promovendo debates, exibindo peças de teatro, filmes, música: «O que vêm vocês fazer aqui?», interrogara-se, em tom de lamúria. «As casas são feias, e nós também...»

Mais de um ano transcorrido, a generalidade das autoridades eclesiásticas concordava: o processo democrático respeitara as convicções religiosas e não dera motivos para a Igreja se sentir ameaçada. Grupos de católicos, esses sim, denunciavam, incansáveis, a «cumplicidade» da hierarquia da Igreja com o regime deposto, sem esquecer os padres que se haviam tornado bufos da PIDE, mesmo que para tal fossem quebrados os segredos da confissão.

O respeito pela fé cristã da maioria católica que ainda acreditava na existência de um paraíso «onde os bons serão recompensados» (*Estudo sobre a Liberdade e Religião em Portugal*, 1973) levou mesmo a excessos de zelo por parte dos militares de Abril. A 10 de junho de 1974, a RTP transmitira, em horário nobre, um *sketch* da companhia de teatro A Comuna no qual um ator, depois de aparecer trajado a sugerir uma mescla da PIDE, Gestapo e SS, passara a caricaturar o alto clero. As cerejas penduradas na mitra sugeriam aos telespectadores a identificação do patriarca Cerejeira que vigorara durante os anos de ditadura, mas, de repente, a representação satírica ficou muda e a emissão foi interrompida. As ordens do major Mariz Fernandes, delegado da Junta de Salvação Nacional na RTP, foram confirmadas pelo socialista e maçom Raul Rego, ministro da Comunicação Social. Coube ao almirante Rosa Coutinho, oficial conotado com o PCP, a defesa pública da censura ao programa «popularucho», em nome do respeito pelas «crenças sagradas» de milhões de espectadores. A proibição da «pantomina» mereceria «inteiro apoio» da direita mais radical do PDC e do Episcopado.

«Nenhum dos conhecidos *slogans* anticlericais se ouviu nas manifestações ou nas ruas», notara João Bénard da Costa, referência dos chamados «católicos progressistas». Nove meses depois da revolução, o MFA e Igreja coexistiam. Contudo, para o antigo presidente da Juventude Universitária Católica, em janeiro de 1975 havia já sinais de que a instituição religiosa, «embora ainda no estilo da sua milenária prudência», fazia algumas investidas «que já não se limitam ao terreno da apregoada neutralidade». Bénard da Costa insurgia-se contra o facto de, no Natal de 1974, o patriarca de Lisboa ter dirigido, pela televisão, «palavras de conforto cristão» a figuras do antigo regime entretanto detidas. «E, assim, à volta do peru natalício, as famílias dos Silva Pais, Mortáguas, Baptistas, separadas dos seus entes queridos, viram o presépio aquecido com a paternal solicitude do seu bispo, nunca antes dispensada às famílias dos outros», isto é, «aos presos e aos perseguidos» pela ditadura.

Este intelectual e católico militante criticava as posições da Igreja sobre a unicidade sindical quando, durante 48 anos, silenciara o facto de os trabalhadores terem sido privados de um sindicalismo livre. Acusava ainda o Conselho Permanente do Episcopado de tomar posições de «claro apoio ao PS e ao PPD» e deixar-se levar pelo «oportunismo mais despudorado». Premonitório, João Bénard da Costa via a Igreja levar os católicos «para um dos campos em conflito» e, assim sendo, desafiava a hierarquia a assumir todos os custos desse ato. «Consequências que podem passar pelo reacender da questão religiosa e vir a obrigar a medidas de força contra a Igreja de que só ela, uma vez mais, terá sido responsável», antecipara.

Ainda assim, a poucos dias das eleições para a Constituinte, os riscos estavam contidos, pelo menos ao nível da hierarquia católica. Em entrevista ao jornal francês *Le Monde*, o cardeal-patriarca D. António Ribeiro garantia, sem sombra de dúvida: «Não há o mínimo atentado à liberdade religiosa no País (...). Congratulo-me ainda hoje que o movimento de 25 de Abril tenha podido finalmente abrir portas e esperanças.»

O PCP vinha tratando o tema com pinças, e não era apenas manobra tática. «Lutamos contra o sectarismo e incompreensão de muitos dos nossos militantes e da generalidade dos antifascistas portugueses», dissera Álvaro Cunhal, em 1946, no IV Congresso, realizado na Lousã, em plena clandestinidade. «Houve erros de intolerância em 1910 que não devem repetir-se», sugeria o líder histórico dos comunistas. E nem uma vírgula se alterara com a democracia: «Somos firmemente contrários, para hoje e para amanhã, a quaisquer perseguições ou discriminações sociais por motivos religiosos», insistira Cunhal, em Braga, em finais de novembro de 1974, assegurando: «Opomo-nos às atitudes que possam ferir os sentimentos religiosos.»

Meses depois, em comício de campanha eleitoral no Estádio das Antas, no Porto, o secretário-geral do

PCP registaria «com satisfação» palavras do bispo do Porto em relação ao partido e do cardeal-patriarca sobre a inexistência de um conflito religioso no País. Para Cunhal, a Igreja tinha, pois, «uma oportunidade histórica»: ligar-se às aspirações dos portugueses e evitar «velhos preconceitos anticomunistas».

O roteiro do clero mais retrógrado era, no entanto, outro.

Começara tímido, com engenharia de almas, artigos em pasquins de paróquia e homilias atemorizadoras, mas deixaria um rasto bem luminoso. A dada altura, bastará mesmo seguir as labaredas.

Enquanto organizava a subversão religiosa popular, Paradela de Abreu via a Igreja com mãos livres para agir. Afinal, reconhecera, «ao contrário do que sucedera na Primeira República, ainda não havia sido tocada fisicamente». Ou seja, «as igrejas não tinham sido destruídas, os sacerdotes continuavam nos seus lugares habituais e os católicos desenvolviam as suas atividades normalmente e mais solidários do que nunca». A juntar a isso, «em todas as paróquias, o padre mantinha localmente o seu tradicional prestígio. Em todas as dioceses, os bispos mantinham a sua autoridade moral. Os católicos reforçavam a sua determinação e fé. Todas as estruturas da Igreja Católica estavam praticamente intactas», admitira.

O único ato considerado «ostensivo» havia sido a «ocupação e utilização da Rádio Renascença». Desde 30 de abril de 1974 que a emissora católica gerara alvoroço. Trabalhadores afetos à extrema-esquerda acusaram a administração de proibir a transmissão das reportagens sobre o regresso do exílio de Mário Soares, Álvaro Cunhal e vários cantores de intervenção. Alvo de greves sucessivas, disputas laborais e tentativas de controlo político, a Renascença tornara-se palco de perturbações que contaminavam a vida nacional e cindiam o País – católicos incluídos.

A torrente de protestos da face mais conservadora da nação cristã irá desaguar na Cidade dos Arcebispos no verão de 1975. A luta pela devolução da Renascença ao regaço da Igreja é apenas o embrulho de uma cruzada subterrânea contra o «perigo comunista» que, já nessa altura, convocara as mais paramentadas efabulações.

Do exterior viera a ajuda da Rádio Vaticano, incitando os católicos portugueses a não darem os seus votos a partidos «cujas opiniões e métodos são incompatíveis com a doutrina cristã do homem e a sua vida social». Em aldeias de Mirandela, na hora de aprender a votar em liberdade, são detetadas cruces rabiscadas a lápis nos boletins, passando uma borracha à fiabilidade dos resultados para a Assembleia Constituinte. Com o PS a sair vitorioso – beneficiando, em parte, das campanhas de dinamização do MFA, centradas nos apelos ao «socialismo» – sucedem-se manifestações religiosas em distritos do Centro e do Norte, reclamando a libertação da estação emissora.

O «Plano Maria da Fonte» não deixará nada ao acaso.

Beberá até inspiração nas sebtas vermelhas das ideologias que se propõe combater. Seguindo a lição de Mao, o «exército» de cunho religioso vai comportar-se como «peixe na água» em relação ao povo, ocultando-se e diluindo-se neste.

O movimento ramifica-se em seis dioceses (Aveiro, Viseu, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança), com um pequeno galho em Leiria. Nesta última cidade, a manifestação silenciosa de apoio ao bispo é transformada em ataque à sede do PCP, com ajuda do cónego Galamba de Oliveira, quatro operacionais e panfletos distribuídos à multidão. «O povo anónimo já era um barril de pólvora e bastava acender um simples fósforo.» Mas será acima do Douro que o movimento vai sentir-se em casa. «Entre julho e novembro de 1975 as cidades e as vilas nortenhas eram, à noite, povoações-fantasma», descreve o operacional. «E era durante a noite que circulavam, por todas as estradas do Norte, os grupos da Maria da Fonte que iam contactar, mentalizar e ensinar. Em três meses, o Norte ficou preparado para a guerra», elucida Paradela de Abreu.

Cada paróquia torna-se uma «base».

Cada igreja de «granito ancestral», um «reduto».

Cada sino, «um rádio transmissor».

Cada quinta perdida nas serras, «um apoio logístico».

Para conquistar grandes aglomerações nas missas, «os próprios padres locais incitavam as pessoas para atuar contra os comunistas».

Assim, «dois ou três dias antes, eram distribuídos pelas aldeias e vilas próximas milhares de panfletos a explicar por quê e como fazer», revela Paradela. Eram impressos no departamento gráfico de uma igreja nortenha e distribuídos, aos milhares, antes dos assaltos às sedes comunistas e de outros partidos à esquerda do PS.

O «Plano Maria da Fonte» envolveu «toda a gente unida pelo denominador comum do anticomunismo: desde bases socialistas até pessoas que posteriormente se alistaram no MIRN». O objetivo era espicaçar «a

parte emocional e psicológica».

A dada altura, recorre-se também a uma cassette com quatro canções «revolucionárias», transmitidas através de altifalantes. Reproduzidas a partir de um disco de 45 rotações gravado no Canadá, servem para empurrar o povo «a fazer determinada ação».

O excerto de uma delas rezava assim:

*O vinho é de Portugal
Pisado por nós, Portugueses,
E os russos são quem o bebem
Mais barato duas vezes.*

*Para nós custa oito mil réis
E para os russos quatro escudos
E os portugueses cá andam
A trabalhar, para manter pançudos*

*Vai embora, Ó Cunhal
Deixa agora Portugal
Não se quer no País
Traidores da tua igualha
Vai embora de vez,
E não voltes mais
Grande canalha*

Em Lamego, o «Plano Maria da Fonte» conta com o cónego Aníbal.

Em Bragança, lideram o cónego Ruiivo e um representante do bispo.

Por Vila Real, monsenhor Sarmento assegura as ligações.

O cónego Melo une as pontas e, a partir de Braga, vela pela logística.

No Porto, as dificuldades são maiores, até pela posição crítica do bispo, mas, em 1975, a Região Militar era comandada pelo então brigadeiro Pires Veloso, «cuja posição sobre a “Maria da Fonte” foi sempre positiva». Conforme explicará Paradela de Abreu, «havia um consenso de não fazer atuação naquela cidade a não ser em casos muito pontuais, com atuação à bomba, como foi o da colocada na Cooperativa Árvore».

Na serra da Estrela manda uma septuagenária a quem chamavam, num misto de «simpatia e temor», Vaticano III. Ao fim de dois dias e quatro missas a explicar-lhe o «Plano» e a reclamar o prestígio dela na região para mobilizar o povo para o assalto à sede do PCP na Covilhã, Paradela fica siderado ao saber que a beatice paramilitar já dispunha de 300 homens armados, sobretudo operários fabris.

A idosa acede, mas vê um problema: a sede comunista é mesmo ao lado de um templo religioso: «A única reticência posta pela senhora foi a de evitar que, ao destruir o centro [de trabalho], acontecesse o mesmo à capela.» Assim, alguns dias depois, e seguindo os mesmos métodos preliminares em quase todos os casos – panfletos a explicar à população o objetivo e dois ou três operacionais para orientar o povo –, «a sede foi completamente destruída».

Os chefes de grupo, contudo, não se conheciam.

Encontravam-se respeitando códigos rigorosos, sem pormenores pessoais trazidos à conversa. Não havia papéis escritos. «Combinavam o que tinham para combinar e mais nada.» Conheciam-se fisicamente, mas não saberiam dizer o nome do interlocutor, se lhes perguntassem. Paradela viajou milhares de quilómetros para coordenar operações, definir alvos, aplicar a estratégia saída da mente de Jorge Jardim, o «comandante Pereira». Dormia em organizações religiosas, casas de proprietários ricos ou pequenos lavradores, por vezes no chão. Em Espanha, conspirava e obtinha informações de D. Pepe, coronel do Exército espanhol e n.º 2 dos serviços secretos. Mas nem ele se tornara figura que pudesse ser referenciada pela sua identidade, desconhecida da maioria dos seus contactos no terreno.

«Usando a informação e a desinformação» e «condicionando o cérebro de populações inteiras», o Movimento Maria da Fonte animou o «povo simples e anónimo das aldeias» a atear o fogo sagrado aos edifícios inimigos. As conspirações começam nas sacristias, findas as missas. «Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe» torna-se o rito inicial da cólera cozinhada nos bastidores dos altares, onde mãos escondidas inflamam senhores das terras, camponeses arreigados à Virgem de Fátima ou retornados das ex-colónias cansados de recalcar vinganças.

Os sinos tocam a rebate e saem camionetas das aldeias.

Recorre-se à «dinamite das pedreiras». Entre o povo há muitos homens com a guerra de África no sangue e, portanto, habilitados a manuseá-la. Arregimentam-se desilusões, a impaciência legítima de agricultores que não conseguem escoar vinho, azeite ou amêndoa. O movimento gera subgrupos com nomes bélicos e patrióticos: são os Comandos Democráticos do Norte, as Brigadas Anti-Totalitárias e Os Viriatos.

Este último integra, entre outros, o fadista João Braga, que irá sublimar, numa entrevista, a fogueira que devorou a revolução: «Incendiamos 317 sedes de partidos. Lembro-me de o jornal espanhol *Ya* ter escrito na capa "Portugal esta que arde!"»

Há ordens para não matar, mas são meras intenções. «Os comunistas ou saíam pela porta da frente com um pano branco hasteado num pau, como aconteceu em São João da Madeira, ou fugiam pela porta das traseiras», dirá Paradelo. No terreno, a narrativa tem consequências: atos bárbaros de gente cega pela ira ou viciada na excitação da pirotecnia resultam em tiroteios e balas perdidas que não escolhem credos nem convicções, provocando dezenas de mortos e feridos. «Uns entravam pelo rés do chão e os outros saíam a voar pelo primeiro andar», gabara-se Alpoim Calvão, chefe operacional do MDLP, movimento do qual o «Plano Maria da Fonte» seria uma espécie de desdobramento. Sem a «cruzada» louvada pela diocese de Braga, munida de explosivos, gasolina, pedras, enxadas, forquilhas, matracas, ferros e paus, «o MDLP não teria saído dos escritórios de Madrid», contrastara Paradelo.

Segundo ele, Alpoim Calvão propusera à CIA o financiamento e criação de um exército «para ocupar um pequeno retângulo no Norte de Portugal onde seria proclamada a Pátria Livre». Na verdade, seria a dinâmica da organização «Maria da Fonte» a trazer a Portugal oficiais daquele movimento com a missão de enquadrar populações «para a guerra civil que se adivinhava».



Para lhes pagar, faziam-se coletas nas paróquias e junto de figuras abastadas. «Sobretudo a partir da altura

em que os capitalistas deixaram de financiar o MDLP.» Se a corda rebentasse e o confronto estalasse, estava previsto dinamitar todas as pontes sobre o rio Douro entre o Porto e a fronteira espanhola, refundando, no mapa, uma espécie de Condado Portucalense. De resto, Paradela tratara de se certificar pessoalmente, em deslocações preparatórias, de que nenhuma travessia ficaria de pé.

Durante os meses quentes de 1975, MDLP, ELP e «Maria da Fonte» constituem-se na santíssima trindade que mostra ao País a visão do inferno e o caminho da redenção patriótica. Os jornais e os telejornais percorrem – indignados uns, outros com júbilo contido – o cemitério fumegante de sedes, casas, automóveis, escritórios, livrarias identificadas com o inimigo «comunista».

Enquanto Portugal arde, a venerável e poderosa arquidiocese de Braga mantém a chama viva. O suplemento pastoral do *Diário do Minho*, de larga difusão, é embrulho de temas eclesiais, mas o conteúdo revela-se puro catecismo político. «O que é o comunismo e o que ensina», questiona o jornal, a partir do artigo de uma revista italiana: «Para a seita comunista», escreve-se, «o homem é um simples animal, certamente mais evoluído do que o boi ou o macaco, mas nada mais do que um animal, como os outros.» Por isso, a verdadeira religião «convida os seus fiéis a escolher a morte», ao invés de aderir a tal ideologia. O comunismo «favorece as modas e costumes licenciosos» para «minar a essência da família» e «destruir a civilização cristã», valendo-se de três pecados – «orgulho», «soberba» e «sensualidade» – para promover a revolução. As «fases de luta» passam por «eliminar os bispos, os sacerdotes e os religiosos que opõem resistência», os «dirigentes das organizações católicas», e ensinar que «a verdade não existe (...). A verdade é aquilo que é útil ao partido».

A cartilha da Igreja de Braga vê no comunista um ser estranho, inclusive às relações familiares. «Podem ser boas ou ilícitas», lê-se. «Se os pais se opõem à revolução comunista o filho deve odiá-los, denunciá-los e, se necessário, depor contra eles perante tribunais; e pode chegar mesmo a matá-los. Se, ao contrário, os pais operam a favor da revolução comunista, o filho deve mostrar-se carinhoso e colaborar com eles.» Em resumo, para o comunista «a família humana vale essencialmente tanto como um casal de animais. Por isto o comunismo ensina a dissolver a família, a violar as mulheres dos povos não comunistas (...). No regime comunista o homem é menos que um escravo; é um animal que fala, uma coisa que não tem nenhum direito».

O argumentário não ficaria confinado a páginas de jornal. Fará parte de opúsculos impressos nas tipografias do *Diário do Minho*, editados pela diocese e distribuídos pela região minhota, com autorização do arcebispo, superando os 60 mil exemplares.

Graças à beatífica intervenção, o levantamento popular do «Verão Quente» apossara a esquerda, minara o MFA, unira «moderados» e despertara o Portugal profundo temente a Deus. Em setembro de 1975, a situação está madura para pôr a revolução de molho.

Em Chaves decorre uma reunião secreta para analisar o momento. Juntam-se Paradela de Abreu, Rui Castro Lopo (operacional do MDLP), o major Canto e Castro (Grupo dos Nove e membro do Conselho da Revolução) e uns quantos retornados «transformados em chefes» da rede que pusera o País a arder.

Conversa-se sobre a possibilidade de o «povo do Norte» se revoltar às claras em outubro, «com apoios nas Forças Armadas», e legitimar assim uma ação militar em Lisboa antes de 11 de novembro. A data é uma espinha atravessada nas ilusões dos movimentos de extrema-direita, defensores da preservação das colónias africanas como território português: é o dia da independência de Angola.

Nessa altura, Canto e Castro ainda dava garantias de que tal não ocorreria. Baseava-se nos dados do coronel Santos e Castro, ligado à fundação do ELP, pago pela CIA para recrutar cerca de 300 comandos angolanos de ascendência portuguesa e, em conjunto com a FNLA, tomar Luanda de assalto.

A reunião não seria conclusiva, mas o tempo queimava tempo.

Paradela de Abreu, com laivos de mitomania, ainda propusera a Alpoim Calvão o regresso do general Spínola ao País e a declaração imediata do «Governo do Portugal Livre», no Norte, onde seria garantida toda a segurança física ao antigo Presidente da República. «Com aquelas centenas de milhares de homens», entusiasmara-se Paradela, «não havia quaisquer forças militares em condições de se bater conosco. Nós tínhamos, se quiséssemos, as armas necessárias, quer entregues pelos espanhóis, quer através de assaltos aos quartéis.»

A ideia era para levar a sério, mas começaria a patinar numa sexta-feira de tempestade, 31 de outubro de 1975.

Quatro civis (Paradela de Abreu, Ângelo de Trancoso, António Sousa Machado, cónego Melo) e três oficiais (Alpoim Calvão, Benjamin Abreu e Mira Godinho) almoçavam em ambiente soturno numa sala reservada do Seminário de Santiago, em Braga, longe de olhares indiscretos, quando o porteiro, com ar seráfico, entrou sem se anunciar: «Está ali a tropa», comunicou. «Dizem que querem entrar.»

Com exceções, a maioria daqueles homens estava armada e tinha mandados de captura às costas. Naquele momento, nenhum se lembrou de perguntar a razão pela qual os militares do COPCON que cercavam o edifício não entraram logo. Desataram a fugir pelos labirínticos corredores do seminário, onde só numa ala viviam 300 retornados.

Sousa Machado saiu por uma porta lateral a falar francês.

Benjamin Abreu (primeiro-tenente da Armada) e Mira Godinho (major da Força Aérea) seriam detidos.

Calvão desaparecera com o cônego Melo, mas este voltaria para ajudar Ângelo de Trancoso e Paradela de Abreu a esconderem-se num alçapão do teto do seminário, que dava acesso ao forro do telhado, onde já se encontrava o comandante Alpoim.

Estiveram ali 11 horas. Debaixo de um céu de trovões e chuva intensa que ia pingando por entre as frinças do telhado. Nesse período, Paradela aproveitara para rever na memória aquele dia.

Tinha havido três reuniões nessa manhã: uma com sacerdotes que eram os pilares do «Plano Maria da Fonte», outra com operacionais do movimento, e a última com «chefes locais», ou seja, comerciantes e lavradores que controlavam as áreas onde residiam.

Em todos os encontros, Paradela irritara-se com o tom desmotivador e de desmobilização de Alpoim Calvão. O comandante pedira paciência, desaconselhara aventuras irrefletidas. Todo o cenário era «um quadro de Dalí, surrealista e fúnebre». O Norte nas mãos, 300 homens armados na Covilhã, uma «pequena “Maria da Fonte” em Leiria», o povo de Rio Maior, as ligações a núcleos armados em Lisboa, tudo isso era pouco quando comparado com as conversações em curso entre os oficiais moderados do MFA e o MDLP, sob patrocínio da embaixada norte-americana, que Paradela via agora com mais nitidez. «A princípio, o levantamento popular a todos deu jeito. A partir de certa altura, porém, tornou-se incómodo e perigoso, sobretudo quando apareceu o Grupo dos Nove e começaram as negociações secretas com o general Spínola e o comandante Alpoim Calvão», pensara. «A partir daí, o movimento tinha de parar. Assustava. Para isso era preciso desligar os motores que o faziam correr: o cônego Melo e eu.»

Tudo isto lhe revolvera a cabeça nas horas infundas vividas quase em silêncio no esconderijo do seminário. Quando finalmente voltou a si, Paradela viu que lhe atiravam uma corda. Na outra ponta, um balde.

«O que é isto?», perguntou. «É para mijar!», respondeu o cônego.

Diário de Lisboa 24 OUTUBRO 1974

Director: A. Ruela Ramos Director-adjunto: José Cardoso Feres

DUZENTOS AGENTES DA C.I.A. EM PORTUGAL

«A C.I.A. lançou em Portugal uma ofensiva de grande envergadura destinada a contrariar a ação do novo Governo, a sabotar a vida económica, a desmoralizar os dirigentes, a retardar a formação de direção e de estrutura dentro e a suscitar desordens públicas, etc.», afirmou o «Novo Observador».

DESMORONAMENTOS NA GRAÇA

So por mero acaso não se registaram mortos ou feridos, no desmoronamento de três prédios em construção, entre as Ruas do Bola Vorta à Graça e da Santa Engrácia, com um total de mais de três dezenas de picos. Um quarto emborrel de 14 picos, praticamente concluído, está no momento de sofrer a mesma sorte: com 11 e 8 e 3 «directos» picos, uma estrutura num dos pilares e outros espalhados em alguns outros, ao decair, imprecisamente, esperando-se que caia, com o aumento das tenses, encharcadas para o efeito: pedras, tijolos, etc. Os responsáveis das três obras são os senhores Manuel Sordó, Jacinto Henriques e Cid Carvalho Leal, sendo o último proprietário de José dos Santos.

ANGOLA: O M.P.L.A. PREPARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

Luanda, 24 — (R. P. L. A.) — O Dr. Agostinho Neto dirigiu-se ao Parlamento para anunciar a sua intenção de aceitar a oferta de cessar-fogo do M.P.L.A. e de passar a ser o primeiro-ministro do novo Governo. O Dr. Neto afirmou que o M.P.L.A. não se opõe a fazer parte de um Governo de transição e acrescentou que o M.P.L.A. não se opõe a fazer parte de um Governo de transição.

89 ANOS!

Quase noventa e nove anos de vida, o senhor de Gilvo ainda não tem a idade, com o seu espírito juvenil, a saúde e a disposição para o trabalho e a luta.

Congresso do P.C. Francês

PARIS, 24 — (R. P. L. A.) — O Partido Comunista Francês realizou o seu congresso no Hotel de Ville, no centro de Paris, sob a presidência de Georges Marchais.

A PREGÃO DA U.T.A.

«Não houve contestação por parte da U.T.A. à decisão do Conselho Nacional de Administração da U.T.A. de não aceitar a proposta de fusão com o Partido Comunista Francês».

28 páginas

Post-Scriptum

Entre 3 e 6 de novembro de 1975, Frank Carlucci, o embaixador norte-americano, rumou ao Norte em visita oficial de «cortesia e cumprimentos». Encontrou-se com o arcebispo de Braga, bispos de quatro dioceses (Porto, Viseu, Vila Real e Viana do Castelo), três governadores civis, cinco presidentes de câmara e retornados portugueses de Angola. Era a segunda romagem às paisagens acima do Mondego.

A primeira ocorrera poucas semanas antes do golpe do 11 de Março. Esta realizava-se a dias do 25 de Novembro, ação militar de que o diplomata será avisado previamente, conforme os documentos desclassificados dos arquivos dos EUA hoje atestam. Esta deslocação ao Norte prestou-se a várias especulações, entre as quais a de que teria ido brindar ao triunfo da Igreja naquele ardente verão de 1975.

«Uma das coisas que pensava serem importantes era manter um contacto com as autoridades locais e, no caso português, era muito relevante conhecer o Norte para perceber o que se estava a passar acima de Lisboa. Foi por isso que fiz uma visita ao Norte. Não é segredo que eu estava decidido a impedir um golpe comunista e pensava que o modo de o fazer era estar em contacto com as forças locais», admitirá o diplomata, mas só em 2004.

Nos dias que antecederam a ação do 25 de Novembro, PS, PPD e CDS transferiram as suas direções e deputados para o Porto, sob proteção de Pires Veloso, então comandante da Região Militar do Norte. Preparavam-se para, a partir daí, lançar uma contraofensiva em caso de necessidade. Paradela, afinal, não andava a delirar, quando muito só exagerara na capacidade e no alcance do seu plano. Mário Soares, como hoje é público, solicitara inclusive ajuda militar aos seus aliados ocidentais. Esteve em cima da mesa uma invasão de tropas espanholas. Costa Gomes, Presidente da República, considerou o recolhimento do PS a Norte «simplesmente ridículo», uma «fraqueza inexplicavelmente assumida» à boleia de «boatos fantasistas». Para o antigo chefe de Estado, «fugir do local onde havia atividade revolucionária para um sítio dito de paz – e de paz podre – à “sombra” do MDLP, sinceramente nunca o compreendi».

Frank Carlucci chegara a Portugal a 18 de janeiro de 1975.

Escolha pessoal de Vernon Walters, vice-diretor da CIA, com quem trabalhara no Brasil. Além de conversas «quase diárias» com Mário Soares, dirigentes do PPD e do CDS, e elementos «moderados» do MFA (Melo Antunes, Vítor Alves e Vasco Lourenço), manterá inúmeras reuniões com o cardeal-patriarca D. António Ribeiro, um dos seus bons amigos em Portugal. Como o próprio diplomata irá assumir décadas mais tarde, a sua agenda de atividades estava assente em cinco prioridades, e uma delas passava por manter pontes com a hierarquia católica: «Estabeleci discretamente contactos com a Igreja. Não que alguma vez lhes tenha pedido para fazerem alguma coisa, mas ia falar com o cardeal-patriarca, almoçava com ele, e percebi qual era a visão da Igreja. Pensava que a Igreja era muito importante e na realidade a chamada contrarrevolução começou com os padres das aldeias do Norte de Portugal», referiu (Carlucci vs. Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa, de Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, 2008). «Não tenho dúvida nenhuma de que alguns responsáveis da Igreja desempenharam um papel muito negativo no terrorismo generalizado que se instalou no País, em especial a norte do Douro, mas que se prolongou até às Beiras e ao Centro (...)», assumirá Costa Gomes nas suas memórias.

Melo Antunes, do Grupo dos Nove, será cáustico: Soares e o PS «aliaram-se ao que de pior havia nas Forças Armadas» (O Independente, 1998). O ELP e o MDLP, reforçou, tornaram-se os «aliados militares preferenciais do PS».

Entre os projetos de financiamento a Portugal concedidos naquele período pelo governo de Gerald Ford, no âmbito da controversa Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) norte-americana, estava a «organização de uma escola de gestão na Universidade Católica». Nas décadas de 60/70, a AID foi acusada de ser um dos braços da política externa norte-americana e suspeita de estar mais preocupada em recompensar os parceiros políticos e militares do que em financiar causas mais meritórias e genuínas no estrangeiro. William Blum, antigo funcionário informático do Departamento de Estado, assegurou que a AID funcionava também como fachada das operações da CIA, proporcionando aos seus agentes uma cobertura oficial durante a «Guerra Fria». A imprensa norte-americana, do Washington Post ao New York Times, viria a confirmar esse dado, relatando, por vários anos, diversos casos em que os

programas da AID e as operações da CIA pareciam ligados como sinónimos.

Nas várias entrevistas que deu a pretexto do seu papel na revolução portuguesa, Frank Carlucci nunca assumiu qualquer apoio financeiro ou de ordem mais ou menos subversiva aos grupos que atuavam a Norte e que a Igreja ungira sem problemas de consciência. As suas relações com a hierarquia católica eram, contudo, muito próximas, como já se viu. A título de exemplo, o embaixador soube antecipadamente – e comunicou-o a Washington por telegrama em abril de 1975 – que o Episcopado iria emitir uma nota pastoral «aconselhando os crentes sobre a posição da Igreja relativamente às eleições» para a Assembleia Constituinte. A Igreja, referiu, não ia apoiar quaisquer partidos, mas do conteúdo da nota iria perceber-se «um discreto apoio ao CDS e ao PPD», como, aliás, aconteceu. Para o diplomata, «a maior ameaça a uma vitória eleitoral das forças democráticas seria a abstenção em massa por parte dos membros da “maioria silenciosa” conservadora, sobretudo rural».

No número de inverno de 1975/1976 da revista Foreign Policy, Tad Szulc, antigo correspondente internacional no New York Times, e repórter prestigiado pelas suas investigações sobre a preparação da invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, escrevia: «No verão passado, a CIA teve largos contactos com grupos do Norte de Portugal, onde as sedes do Partido Comunista foram queimadas e destruídas por multidões enfurecidas. Não se sabe se os fundos da CIA foram canalizados para esses motins. Mas o que se sabe é que a CIA se infiltrou em algumas organizações conservadoras do Norte do País trabalhando diretamente com membros da Igreja Católica. Alguns dos contactos da CIA foram tratados em Washington através de emissários de Portugal», relatava o jornalista.

O artigo vinha na sequência de um outro, publicado no Times de Nova Iorque, em setembro, no qual se garantia, recorrendo a quatro fontes em Washington, que a CIA transferira para o PS e outras organizações políticas vários milhões de dólares em cada um dos últimos meses. O trabalho acrescentava que as estruturas sindicais também estariam a ser usadas para conduzir dinheiro da agência de espionagem dos EUA para Portugal. A informação era fiável. Por essa altura, já havia decorrido, segundo um memorando desclassificado de 16 de setembro de 1975, um encontro entre Carlucci e altos funcionários dos ministérios dos Negócios Estrangeiros dos EUA, Alemanha Federal, Reino Unido e França. Nessa reunião secreta, Carlucci defendeu então a entrega de armas aos partidos democráticos «como contraponto à ajuda que o PCP estava a receber nesse campo da URSS (...). Talvez deva ser dada aos partidos moderados uma vantagem semelhante», justificou.

Cruzadas várias investigações, o PCP e o PS terão recebido ajudas idênticas dos seus aliados no exterior nesse período, algo a rondar os 2 milhões a 3 milhões de dólares por mês.

No entanto, na sequência de uma pesquisa do jornalista Tilo Wagner nos arquivos da antiga Alemanha de Leste (Relações Internacionais, n.º II, 2006), foi possível saber que, a 17 de junho de 1975, Erich Honecker, o líder partidário dos alemães de Leste, escreveu uma carta ao secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Leonid Brejnev, na qual afirmava ser «necessário apoiar as forças progressistas em Portugal com todos os meios possíveis [...] e impedir a interferência das forças reacionárias». O apelo para um forte apoio aos comunistas portugueses foi, contudo, rejeitado por Brejnev, tendo este advertido o líder da Alemanha de Leste de que era «mais importante abandonar qualquer atividade política em Portugal» do que pôr em risco a Conferência dos Estados europeus.

Dois dias depois, a 19 de junho de 1975, um memorando de Wynfred Joshua, oficial dos serviços secretos militares americanos, relatara informações que iam no mesmo sentido: «Alguns oficiais norte-americanos acreditam que os soviéticos não querem que o PCP tome o poder, mesmo que isso seja possível, com receio das repercussões à escala mundial. Também não pensam que o líder do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, queira adquirir o controlo do governo em Lisboa, por saber que o partido não está preparado para essa tarefa», escrevia, após uma missão de recolha de informação em Portugal.

No verão de 1975, ainda antes da divulgação do documento do Grupo dos Nove, subscrito por militares que pugnavam por um socialismo de tipo ocidental, o secretário de Estado Kissinger deu instruções a Carlucci para falar com Melo Antunes, líder daqueles oficiais, e transmitir-lhe que era «tempo de agir».

Segundo Kissinger, se os «moderados» do MFA atuassem «de modo a diminuir a influência dos comunistas» teriam «o apoio dos Estados Unidos», podendo este «revestir-se de várias formas, tais como ajuda económica». A 22 de julho, Melo Antunes respondeu, via embaixador: «Não desistimos (...). Os próximos vinte dias, ou perto disso, vão determinar se Portugal se torna uma ditadura comunista pró-soviética ou opta por um sistema democrático (...). Eu e os meus colegas, que não são poucos em número, estamos preparados para lutar duramente por uma democracia pluralista (...). Deem-nos um mês e vão saber se fomos bem-sucedidos.»

Dias depois é divulgada a lista, com nomes, moradas e telefones, dos homens da embaixada norte-

Um ano depois, em julho de 1976, Carlucci continuava a garantir, citado em vários jornais, o seu desconhecimento quanto à existência de espiões da CIA em Portugal. «Foi o povo que evitou a guerra civil (...). Foi quando o povo do Norte começou a resistir à influência do Partido Comunista que teve início a reviravolta» (Expresso, 6 de agosto de 1994). «Cheguei à conclusão de que o comunismo não tinha condições para se implantar em Portugal. Confiei nas características do povo português – religioso e conservador» (Nisã, 10 de abril de 1997).

Finalmente, 30 anos após a revolução e uma pilha de desmentidos, levantava a ponta do véu no já citado livro de Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá: «Tudo o que a CIA fez foi sob o meu comando», afirmou. «Qualquer ação que possa ter desenvolvido destinava-se a executar a política dos EUA, que era a de apoiar as forças democráticas em Portugal. A CIA era parte da equipa e eles faziam o que lhes mandava.» Em 2014, quando o Expresso o visitou em Washington, a dez minutos da Casa Branca, Carlucci tinha 83 anos, vestia polo branco com riscas azuis, calças de fato de treino cinzentas e queixava-se de que o seu jogo de ténis andava «péssimo». O jogo de cintura e a habilidade para o xadrez no tabuleiro político, esses, mantinham-se: «Não alterei o número de elementos [da CIA]. A única coisa que tornei muito claro é que era eu quem mandava e que a CIA, tal como o resto das pessoas, teria de prestar contas», dissera, sobre os tempos de embaixador em Portugal, entre janeiro de 1975 e fevereiro de 1978. «Se os comunistas tivessem sido mais inteligentes teriam conquistado o poder.»

E a Igreja, perguntar-se-á, regressou calmamente aos templos após o 25 de Novembro? O resultado final agradara a todos aqueles que haviam conspirado à sombra das batinas e da cruz de Cristo? Poucos dias depois da ação militar, Paradela de Abreu atravessou a fronteira, dirigindo-se a um convento de freiras, em Tuy. Não era um convento qualquer. Ali se recolhera o cónego Melo quando a incerteza sobre os caminhos da revolução o deixara alarmado. Com ele, nessa ocasião, estava José Pinto Cardoso, o industrial do Cardoso da Saudade e das Confeções Facho, de Braga, grande financiador do «Plano Maria da Fonte». Junto deles, o tenente-coronel Quintanilha de Araújo, ligado ao MDLP. «Encontrei-os muito atarefados», registou Paradela. «Iam passar armas para Portugal.»

O ano de 1976, pelo menos até à primavera, continuaria «animado». Os atentados mortais mais violentos ocorreram nessa altura (padre Max, São Martinho do Campo, Avenida da Liberdade e embaixada de Cuba), quando o MDLP tentava fazer crer que anunciara o fim das hostilidades. Na verdade, a rede bombista, com mais ou menos pólvora, manteve a fogueira acesa, pelo menos até alguns dos seus mentores e operacionais serem detidos, a partir de agosto daquele ano.

Enquanto isso, e sem entrar em liturgias extasiadas, a Igreja, nos mais variados palcos, não abrandara a sua doutrina. Tal como fizera a seguir à revolução, vai continuar a enxofrar o rebanho a partir das sacristias, homilias e boletins paroquiais. «Quando nem as galinhas gostam do milho soviético, como insiste certa gente em impingir aos bípedes pensantes “alimentos” da mesma procedência com que eles também não se dão?», escreve-se no folheto Vida e Luz, da Póvoa de Varzim. «Só com o CDS nos podemos salvar», pregava um pároco de Esposende.

A 14 de abril de 1977 faleceria o arcebispo de Braga. No caso, sem sobressaltos de consciência, em contraste com o cardeal Cerejeira, conforme se saberia meses depois. Na hora da sua morte, o prelado, íntimo de Salazar, deixara lavrado em testamento: «Peço humildemente (...) perdão de todos os meus pecados e negligências, de todo o mal que fiz, de todo o bem que deixei de fazer e de todo o bem que fiz mal feito.»

Quanto ao cónego Melo, foi encontrado sem vida, a 19 de abril de 2008, no quarto de uma instituição religiosa em Fátima, onde pernoitara.

Enquanto vigário-geral da arquidiocese manter-se-ia influente quase até aos últimos dias. Em 1998, recebera de Mário Soares, Presidente da República, a Comenda da Ordem do Mérito. O próprio agraciado atribuía a distinção ao seu «combate» no «Verão Quente» de 1975 para proteger Portugal «da incultura, da imoralidade, da droga e das filosofias erradas» e ajudar o MDLP a «regenerar» o País. «Fiquei contente por terem, finalmente, reconhecido que servi a Pátria», afirmou.

Simbolicamente, a 24 de novembro de 2003, Frank Carlucci foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante por «serviços relevantes» prestados a Portugal, no País e no estrangeiro. O primeiro-ministro Santana Lopes entregou-lha nos EUA em 2004.

No Largo de Monte D'Arcos, em Braga, foi erguida, em 2013, uma estátua em sua homenagem. Vandalizada diversas vezes, tem resistido ao tempo. E à memória.

CAPÍTULO 8

Einar, doze chumbos no «Verão Quente»

Eram as cinco em ponto da tarde de 10 de agosto de 1975.

Debaixo de um sol escaldante, camponeses e trabalhadores rurais pobres, em fatos de domingo, engrossam o caudal de milhares de manifestantes. Pelas principais ruas e avenidas de Braga, caminham ao lado de mulheres e crianças levadas por tratores. Cristãos de variadas paisagens nortenhas compõem a mole humana.

A convocatória para a ação de solidariedade com o Episcopado tivera a bênção do arcebispo primaz de Braga, D. Francisco Maria da Silva, na sequência de idênticas concentrações religiosas nas dioceses de Aveiro, Viseu, Bragança e Coimbra. Após décadas de ditadura, o «povo de Deus» saía à rua e protestava.

Em termos formais, estava em causa a luta pela restituição da Rádio Renascença à propriedade do Patriarcado de Lisboa e da Igreja.

Não se sabe qual foi o momento da tarde em que as palavras do arcebispo se tornaram acendalhas da voz coletiva. Mas o discurso levava lume. «Deus está com o povo!», ouvira-se até ali. «Abaixo o comunismo!», escutou-se depois. D. Francisco pregara contra «a progressiva infiltração nos programas escolares das ideologias materialistas e ateias». Rejeitara «o desaforo da imoralidade pública», a «corrupção dos costumes» e a «corrosão dos valores morais». Naquele momento histórico, prometera ser claro, para não trair o povo. «O problema português é este e só este: dum lado, uma minoria, contra a vontade do Povo, está a impor à Nação o comunismo, onde não tem lugar a Pátria independente nem a religião», afirmou o arcebispo. O comunismo, esse «inimigo figadal», cujos chefes, «mesmo quando declaram querer respeitar a religião», se mostram «hostis a Deus, à verdadeira Religião e à Igreja de Cristo», era, pois, o alvo a abater. D. Francisco incitou então o povo cristão a despertar do sono nas aldeias e nas cidades e a contestar a autoridade civil revolucionária, «certo de que há valores maiores do que a própria vida: Deus, a sua Igreja, a Pátria».

Para que este dia de afirmação cristã chegasse, o Movimento Maria da Fonte atuara na sombra. Os «anjos de D. Francisco», assim batizados por José Freire Antunes na sua narrativa sobre o 25 de Novembro, «organizaram em todo o Norte uma imensa estrutura destinada à profilaxia da guerra», explicou Paradelas de Abreu. Nessa agitação, «participaram todos de mãos dadas: bases do CDS, do PPM, do PPD e do PS», assumira ele. Não espantara, por isso, que naquela tarde de canícula, em Braga, a grandiosa manifestação tivesse em Romeu Maia, dirigente distrital socialista, um dos mais dinâmicos organizadores.



Os setores da Igreja condimentaram o estrugido, com o cónego Melo atrás da cortina. Nas paróquias, durante a semana, os padres do concelho substituem homilias por comícios e incensam o santo domingo para «acabar com o comunismo» e os «lacaio de Moscovo».

O protesto cívico termina ordeiro, sem turbulências.

Mas acabaria em fogo e cinzas.

No dispersar da concentração, uns poucos milhares dirigem-se à Praça Conde de Agrolongo, onde fica a sede do PCP. A pólvora do arcebispo atíça os mais revoltados e agiganta uma troca de palavras entre manifestantes na rua e militantes comunistas debruçados sobre a varanda do edifício. Jacques Bekaert, então chefe de redação da revista belga *La Relève*, vê revoltosos, com capacetes, a atirar pedras contra a sede. Perto dele, um jovem é atingido de forma brusca por um grupo de homens: «É comunista, mata-o!», gritam, tomados pela raiva.

No quartel da GNR, situado nas imediações, guardas encostam a cara às janelas e assistem, sem mexer palha, ao fervilhar do ambiente. Um oficial justifica o alheamento da refrega por aguardar ordens militares e não haver mais de quatro homens disponíveis. Os outros estavam de folga. A PSP abeira-se dos focos da peleja, mas cruza também os braços.

Os ataques ao centro de trabalho do PCP continuam.

À chuva de pedras sucedem-se mais provocações. Há crianças atiradas para a frente da rebelião. Militantes comunistas socorrem-se do megafone para pedir às pessoas para dispersarem. Caso contrário, avisam, responderão com tiros de caçadeira. Ninguém recua. Bandos avançam para a porta, tentando arrombá-la. Ouvem-se os primeiros disparos sobre a multidão, caem os primeiros feridos, lágrimas doridas. Há armas de fogo entre os mais assanhados, repelem-se os ataques. O cerco aperta-se para os 21 comunistas sitiados. Vários indivíduos trepam à varanda da sede. Rasgam e queimam a bandeira comunista, destroem a placa vermelha da sede, urram como caçadores primitivos. São lançadas garrafas com gasolina. No interior, os membros do PCP tentam proteger-se numa minúscula dependência com acesso para o pequeno jardim das traseiras.

As chamas começam a tomar conta do prédio, há labaredas na fachada. Chegam os primeiros soldados do Regimento de Infantaria de Braga, mas insuficientes para pôr a turba em ordem. Durante horas, os bombeiros são impedidos de atuar. Jacques Bekaert vê desaprovação nos rostos de pessoas não afetadas ao PCP e até de anticomunistas. Mas há quem concorde e se delicie com o espetáculo. Para o jornalista belga tudo parecera premeditado. «O assalto não foi um movimento espontâneo da multidão», descreverá mais tarde, condenando «a passividade das forças da ordem».

Feridos são transportados ao hospital, passa da meia-noite quando chegam as tropas do COPCON, mas, apesar do gás lacrimogéneo e das balas de borracha, os ânimos só serenam às duas da manhã. A fúria, essa, transferir-se-á, nas horas seguintes, para as sedes do MDP/CDE, da Intersindical e do INATEL. E nem as barracas do Mercado do Povo escapam ao vandalismo.

A poucos dias de fazer 18 anos, câmara fotográfica na mão, bolsa a tiracolo, o loiro Einar Braathen viajara de Bergen, na Noruega, para viver a revolução de perto. Na tarde de Braga vira autocarros apinhados de camponeses de rosto tisonado, receosos de que os comunistas «arrogantes e preguiçosos» lhes retirassem as terras. Tinham «gente bem vestida» à sua espera para lhes entregar papelinhos, com a letra e a pauta de uma cantiga preparada para a ocasião, «enquanto um altifalante, montado num carro, circulava pela cidade, transmitindo a “inspirada” música».

Einar tinha a vaga promessa de publicar as suas impressões, relatos e algumas fotos em jornais do seu país, mas naquele momento junto à sede do PCP sentiu que Portugal e a sua própria vida tinham feito marcha-atrás. Ele tentara falar com algumas das pessoas que atiravam pedras, mas «era gente tão rústica e tão exaltada que mal sabia dizer duas coisas com nexos». Depois, quando os militantes comunistas reagiram aos tumultos e ameaças, foi também atingido pelos disparos vindos da varanda. Primeiro no indicador da mão direita, depois na perna. Um, dois, três... doze ferimentos, no total. Contou-os no local.



A 16 de janeiro de 2016, desafiado a recordar esses dias agitados da revolução, Einar Braathen esgratou nos arquivos e encontrou uma espécie de diário da sua passagem por Portugal. Julgava-o perdido. Nele guardara também algumas fotos das suas viagens pelo País em pleno «Verão Quente» e do assalto à sede do PCP. Emocionado com a redescoberta, decidiu recolher-se uma semana na sua casa das montanhas. Foi então que começou a puxar o filme atrás...

Nasci a 17 de agosto de 1957 numa pequena cidade industrial na Noruega. Fiz parte da geração Interrail. Desde 1972 que os jovens podem viajar de comboio por toda a Europa durante um mês, de forma muito barata. Acho que pagávamos o equivalente a 50 euros. Nos países nórdicos era um hábito muito popular entre jovens saudáveis e relativamente emancipados. Preferíamos viajar para os países do Sul da Europa, com praia e bebidas baratas (a cerveja e o vinho foram sempre extremamente caros na Noruega, por causa dos impostos e da influência do puritanismo protestante).

Eu vim de uma família privilegiada da classe média alta. Lembro-me de, numa altura, um senhor português com quem o meu pai tinha negócios ter ido a nossa casa com a esposa. Fiquei chocado quando a senhora me contou que o filho tinha de fazer serviço militar nas colónias africanas durante quatro anos. Mais tarde,

quando tinha 15 anos, integrei o movimento radical pós-1968 no meu país e fui membro da Juventude Socialista. Acredito que 25 a 30 por cento das pessoas com a minha idade na Noruega simpatizavam com a Juventude Socialista e a sua organização-mãe, o Partido Socialista, em que votava a esquerda não-comunista da Noruega. Entre 2005 e 2013, o Partido Socialista esteve no governo com o Partido Trabalhista mais moderado (sociais-democratas).

Recebemos com muito entusiasmo a Revolução dos Cravos. Durante muitos anos apoiámos as lutas pela libertação no Terceiro Mundo, inclusive nas colónias portuguesas. Estávamos contra a luta armada na Europa. Mas assistimos às mudanças democráticas na Grécia e ao golpe de Estado no Chile em 1973. Estávamos fartos do Franco em Espanha. Com o meu melhor amigo da época, o Jan, estudei ciências sociais numa escola secundária pública (mas de elite) em Bergen, a segunda maior cidade da Noruega. Bergen era grande exportadora de bacalhau e nós trabalhámos durante três semanas numa fábrica de bacalhau, para ganhar dinheiro para as férias. Foi assim que comprámos um bilhete de Interrail e visitámos Portugal em julho de 1974. Foram três semanas. Dez dias em Lisboa e outros dez em Lagos, em *hostels* baratos.

Tive aulas de espanhol na escola e, talvez por isso, valorizei muito mais a viagem do que o meu amigo Jan. No verão seguinte estava de regresso a Portugal. Sentia-me inspirado pelo curso da revolução depois do 11 de Março de 1975. Mais uma vez, a visita fez-se em julho e agosto, também por três semanas (o bilhete de Interrail era válido por quatro semanas e demorei três dias a viajar entre Lisboa e Oslo). Nesse ano, passei metade do tempo em Lisboa e a outra metade no Porto e no Norte do país (em hotéis baratos).

Em Lisboa, fiquei na chamada Aldeia da Juventude, junto ao estádio da Cidade Universitária, que era uma iniciativa do Turismo Estudantil em parceria com as Forças Armadas (*Diário de Notícias*, 4-8-1975, «Turismo político na Aldeia da Juventude. Solidariedade anti-imperialista reúne jovens estrangeiros em Lisboa»). O alojamento era em tendas militares e extremamente barato. A comida era oferecida nas cantinas dos estudantes. Havia visitas a cidades e fábricas controladas pelas forças revolucionárias e também a organizações e partidos políticos.

Em 1974 vivia-se em euforia. Toda a gente era revolucionária. Lembro-me até de um «Partido Revolucionário para a Restauração da Monarquia». Mas em 1975 havia uma forte polarização entre as diferentes forças políticas. No entanto, encontrei um excesso de politização das coisas. Por exemplo, muitos trabalhadores ocupavam as fábricas por estarem a passar por dificuldades e não por questões ideológicas. Os proprietários tinham fugido para o Brasil e os dirigentes também tinham desaparecido.

Estava muito entusiasmado porque, naquela época, nenhum outro país da Europa tinha sofrido mudanças políticas e sociais tão profundas e as pessoas tinham de facto liberdade política para fazer experiências sociais. Ao mesmo tempo, o MFA assegurava um elevado nível de «paz e ordem». O fornecimento de comida e a economia pareciam funcionar bem, os transportes coletivos também... Vi muito pouco do «caos» e «anarquia» que a imprensa internacional relatava.

Havia três blocos: o PS + PPD + CDS contra o PCP (e MDP/CDE) e as forças de extrema-esquerda (PRP-BR, FSP, MES, LUAR e outras). A minha simpatia era claramente por estes últimos. Não por serem «extremistas», mas por considerar que tinham um contacto mais próximo com a realidade social do País do que os outros, mais profissionalizados. Da mesma maneira, observámos diferentes fações dentro do MFA, cada qual a fazer os seus próprios «documentos» sobre o futuro. Em 1975, havia também muitas pessoas a fugir do MPLA e da guerra civil de Angola, os «retornados». Estou convencido de que eles desequilibraram a balança a favor do bloco moderado (PS + PPD + CDS).

A Igreja Católica aproveitou-se desta mudança. Quando a sua estação de rádio, a Renascença, foi tomada pelos trabalhadores, mobilizou-se contra o governo revolucionário. E usou esse episódio, de forma demagógica, apresentando-o como a prova de que «os comunistas queriam silenciar a voz de Deus», etc. Havia também rumores de que fascistas organizados, apoiados pela CIA, tinham infiltrado as mobilizações da Igreja, aos domingos, a partir de julho de 1975. Não consegui verificar se isto era ou não verdade.

Genericamente, as pessoas sentiam-se entusiasmadas em julho de 1974. Em 1975 já estavam muito mais divididas quanto à ideia da revolução. Acima de tudo, sentia uma enorme diferença entre as atitudes das pessoas no Sul e na capital e as gentes do Norte. A Igreja Católica tinha o direito democrático de se opor ao desenvolvimento político de Portugal, embora possamos questionar se essa é uma função legítima para a Igreja dominante de um país. Ao ter essa atitude, a Igreja passou a mensagem de que Portugal estava numa situação extrema e isso incentivou os extremistas de direita a adotar uma postura violenta. A ofensiva veio claramente de alguns grupos (organizados?) formados após a tomada de posição da Igreja Católica. Os ataques nas sedes do PCP e mesmo em casas privadas e lojas de simpatizantes dos comunistas foram semelhantes a uma caça às bruxas medieval.

Os ataques às sedes seguiam o mesmo padrão: as pessoas eram levadas de lugares distantes até lá. A maioria talvez nem tivesse conhecimento da política local das cidades que visitava. Depois de as manifestações serem oficialmente dispersas pelos grupos (que vestiam roupas elegantes de classe média), uma marcha informal seguia até uma sede do PCP. Quase no final, alguns homens violentos começavam a atacar. Os resultados eram variados, mas geralmente terminavam com alguns dos atacantes a deitar fogo à casa (às vezes com *cocktails molotov*).



Era domingo, dia 10 de agosto de 1975.

Cheguei a Braga de comboio ao início da manhã. Observei os autocarros e vi uma manifestação pacífica antes e depois da missa do arcebispo de Braga. Era organizada por homens com roupas simples e sóbrias. Quando a manifestação acabou fui para a praça onde ficava a sede do PCP. Havia gás lacrimogéneo no ar. Militares do COPCON intervieram para dispersar a multidão que estava em frente à sede. Por causa do gás no ar, decidi entrar num café da praça, para comer qualquer coisa e beber uma cerveja. De repente, ouvi muito barulho lá fora. Corri para o exterior. Tirei fotos a «uma mão-cheia» de homens. Alguns deles tinham capacetes de moto na cabeça, roupas simples. Estavam a atirar pedras e a partir os vidros da sede do PCP. Um deles tentava deitar abaixo a porta de entrada com um enorme sinal de trânsito. Mais tarde disseram-me que um homem de dentro da sede avisou os atacantes, através de um altifalante, de que os militantes comunistas que estavam na casa iam defender-se se os ataques continuassem. Eu fiquei na linha da frente para tirar fotografias. De repente, ouvi o barulho de tiros. Senti uma dor na parte superior da perna esquerda. Vi sangue a escorrer. As pessoas à minha volta gritavam sem parar, também tinham sido atingidas. Rapidamente percebi que tínhamos sido atingidos por chumbos de caçadeiras. Embora não causem ferimentos fatais, estava obviamente em choque.



Não vi qualquer polícia na praça no momento do tiroteio. E continuei sem ver depois do tiroteio. Algumas pessoas à minha volta ajudaram-me a andar até às urgências do Hospital de São Marcos. Lá estava eu: sentado ao lado de outros 15 homens atingidos. Alguns deles tiravam as camisas e exibiam orgulhosamente os ferimentos. Quase me senti num concurso de Mister Universo. Não falei de política com eles. Estava mal-humorado, com medo das consequências. Só ao fim de uma hora fui visto por um médico. Disse-me que não havia nada a fazer, que os chumbos não eram perigosos e não se podiam extrair. Tomei apenas uns medicamentos para prevenir a contaminação do sangue.

Mais tarde, de regresso à Noruega, um médico confirmou que não havia qualquer problema. Ainda tenho a revolução portuguesa no meu corpo.

Deixei o hospital sozinho. Aliviado. Apanhei um comboio para o Porto. Da estação entrei num táxi para chegar ao meu *hostel*. O taxista comentou comigo que as notícias na rádio falavam de várias pessoas, incluindo estrangeiros, feridas depois de uma manifestação em Braga.



As marcas dos chumbos na perna do jovem Einar

Conheci gente fantástica em todo o País. Sempre que ouviam falar de mim, um norueguês, comentavam: «Ai, bacalhau!» Então contava-lhes que tinha trabalhado numa fábrica e que o melhor bacalhau vinha sempre para Portugal e para o Brasil. O bacalhau de pior qualidade era consumido na Noruega — pelos nossos cães! As pessoas ficavam indignadas e chocadas.

Foi difícil fazer bons amigos: visitei muitos sítios por períodos de tempo demasiado curtos. Por outro lado, tinha muita dificuldade em entender o português falado e não conhecia quase ninguém que soubesse inglês. Era mais fácil ler em português, mas com o meu «portunhol» conseguia fazer-me entender. Isto para dizer que os amigos que fiz eram, na maioria e tal como eu, jovens «turistas políticos». Olhando para trás, tenho pena de não ter feito mais amigos portugueses.

Obviamente, a experiência mais dramática que tive em Portugal foi nesse 10 de agosto de 1975 em Braga. Mas muita coisa mudou. Muitos jovens brasileiros emigraram para Portugal, boa parte deles para trabalhar em bares e restaurantes. Por outro lado, Portugal tornou-se uma semicolónia da União Europeia. Fiquei muito surpreendido quando o povo português escolheu um governo pró-austeridade em 2011, pensando que dessa forma resolvia os seus problemas. Não vi em Portugal tantos protestos como em Espanha e na Grécia. Questionei-me se o espírito revolucionário de 74 e 75 se teria evaporado completamente. No entanto, o País tem agora o governo mais à esquerda desde 1975. Percebi que Portugal tem uma democracia liberal consolidada — e que muda os governos de forma civilizada e sem violência. É agora um país muito melhor do que era antes do 25 de Abril de 1974.



EPÍLOGO (ou talvez não)

As visitas de Einar Braathen a Portugal, em 1974 e 1975, tiveram efeitos duradouros na sua vida. «Depois de completar a universidade enveredei por Estudos Internacionais, em particular Estudos Africanos. Fiz muita pesquisa em Moçambique na década de 1990 e aprendi português. Nos últimos dez anos trabalhei bastante no Brasil», refere. O norueguês do Centre for Welfare and Labour Research, de Oslo, coordenador de vários projetos internacionais, voltou a ter uma passagem breve por Portugal em 1976. «Estava tudo pacífico nessa altura. Eanes era o Presidente. Decidi passar mais tempo em Espanha.» Com o passar dos anos, por um motivo ou por outro, Portugal esteve sempre na sua rota. «Ajudei alguns trabalhadores petrolíferos, portugueses e espanhóis, que se uniram à primeira greve nas instalações petrolíferas do mar do Norte, em 1978. Em 1980, visitei, em Setúbal, o líder destes trabalhadores.» Em 1994, regressaria a Lisboa por causa do seu trabalho de consultoria para o desenvolvimento das telecomunicações em Moçambique. «Entrevistei profissionais portugueses que integravam um programa de apoio ao país africano e engenheiros que tinham regressado de lá.» Depois, quando começou a voar para o Brasil, escolhia a TAP. «Fazia Oslo-Lisboa-Brasil – e ficava sempre uma noite na capital portuguesa», recorda. Em 2006 e em 2007 voltou para fazer uma avaliação do programa Bairros Críticos, uma iniciativa do governo PS financiada, em grande parte, por dinheiro norueguês através do chamado Fundo Comum. Nessa altura, visitou Portugal – o Porto e Lisboa – três vezes.

CAPÍTULO 9

História de um sequestro

A ementa era de arraial: arroz de lapas, espetada madeirense, vinho seco à discrição. A vila nortenha de São Vicente acordara engalanada com as bandeiras azuis e amarelas desenhadas e desfraldadas a pensar na independência do arquipélago. Os automóveis chegaram de toda a ilha enfeitados e os cerca de mil comensais – mais do PPD do que do CDS – deram largas à folia, bailando ao som do *Bailinho da Madeira* e do hino *Madeira és livre*. Estávamos a 19 de fevereiro de 1977 e dizem que foi uma espécie de primeiro congresso da FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira).

A organização separatista semiclandestina incendiara a região autónoma com uma fantasia: cortar os laços com o Portugal «comunista», recorrendo a atentados contra alvos revolucionários.

Mas, por aquela altura, a euforia dos cravos esmorecera e a FLAMA já podia aparecer à luz do dia. «Por cada madeirense preso, *un cubano muerto...*», lia-se diante do restaurante O Galeão, propriedade de um ex-elemento da Ação Nacional Popular (ANP), o partido único da ditadura.

Logo em 1975, um grupo de amigos, ligados ao antigo regime, reunira-se em São Vicente com a ideia de desencadear uma milícia secreta para combater o «comunismo». Depois, vieram as reuniões clandestinas dos «flamistas», dispostos a recambiar «cubanos» (continentais) para a sua terra, fossem eles professores, juízes ou padres. Os contestatários eram quase todos ligados ao antigo regime, e o rastilho pegou.

A FLAMA foi albergue de voluntários mais ou menos ingénuos da independência e setores retrógrados da direita insular e da Igreja Católica. Acolheu o mofo do antigo regime, as alas mais subterrâneas do PPD e do CDS e os interesses endinheirados do arquipélago, receosos da perda de poder. A insubordinação separatista pôs-se em campo em 1975. Anunciou a criação de um governo clandestino na Florida, reclamou uma Madeira livre de amarras continentais, e fê-lo à bomba. O dinheiro para as ações subversivas vinha, em parte, da recolha de fundos junto das diversas comunidades madeirenses espalhadas pelo Mundo, de Miami (EUA) a Caracas (Venezuela).

Nesse tempo, a FLAMA sonhou alto.

A febre independentista incluiu a criação de um banco e uma moeda própria, o zarco, que chegou a circular em notas de 20, 50, 100, 200, 500 e 1000. A temperatura subiu a níveis nunca antes imaginados.

A FLAMA teve várias caras, entre as quais um denominado Esquadrão da Morte que, em vários comunicados, apelou aos madeirenses para que combatessem, sem medo, «as drogas, os comunistas e os socialistas».

As posições públicas do movimento fizeram-se sempre a coberto do anonimato. Objetivo máximo? «Libertar o povo do arquipélago da Madeira do regime de colónia.» Sem garantir o paraíso na Terra, a FLAMA prometia «trabalho honesto e salário justo».

O país prometido chamar-se-ia República Independente do Arquipélago da Madeira. Reclamava-se tratamento igual a São Tomé e Príncipe ou a Cabo Verde. «A população da Madeira é profundamente conservadora e anticomunista (...). Sabe que os comunistas e os socialistas não comem criancinhas. Mas também sabe que eles não lhe trarão nada de bom.»

Duas figuras terão um papel decisivo no alastrar do clima incendiário: D. Francisco Santana, bispo do Funchal, e Alberto João Jardim, futuro líder do PSD e, por décadas, presidente do Governo Regional.

Em 1975, o prelado convidou Jardim para diretor do *Jornal da Madeira*, propriedade da diocese. Com uma condição: «Quero um jornal político», pediu. «Talvez Portugal vá viver uns anos com um regime comunista semelhante ao da Polónia.»

O visado aceita a tarefa.

Em pouco tempo, a redação é contagiada pelo desvario da época, que grassa nas ruas: Teixeira, cantor da Igreja, é visto a beijar de forma sôfrega o retrato de Salazar em plena redação, mas o cenário é abençoado por Jardim que, de pé sobre uma secretária, é o maestro da insanidade geral no periódico. O bispo não se arrelia. Pelo contrário, insiste: não quer fazer do jornal uma folha paroquial. Quer «política de cima a baixo», posições extremadas e a diabolização política dos adversários da Igreja. «Para falar de missas e santinhos temos os boletins paroquiais», justificará.

Jardim ganha fôlego, inflama as páginas do matutino. Inchado, ameaçara: «Se o Otelo ocupar Lisboa tenho aqui 200 pessoas dispostas a pegar em armas, tomar imediatamente conta disto e ficar às suas ordens, para resistirmos (...)», dissera a Carlos Azeredo, governador civil e militar, além de presidente da Junta Governativa da Madeira e da Junta Geral, e comandante-chefe das Forças Armadas.

Durante dois anos, a FLAMA toma conta do arquipélago. Sem freio.

As bandeiras do movimento são hasteadas em edifícios públicos e rochedos, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, de visita ao Funchal, assusta-se com uma bomba. Os «flamistas» destroem o Emissor Regional da Madeira e dominam o movimento associativo estudantil. Em 1976, durante a campanha para as primeiras eleições presidenciais, a FLAMA quase estica a corda: prepara uma operação para matar Otelo Saraiva de Carvalho com 17 quilos de gelamonite. O candidato viaja num autocarro cheio de mulheres e crianças a caminho do Machico. O atentado gera contradições entre flamistas e é evitado *in extremis*. «Seria uma carnificina», afirma quem, dentro da FLAMA, contribuiu para evitar o pior. Nem por isso a violência psicológica abrandou: operacionais «flamistas» telefonam à mulher de um militar. «Só há uma maneira de acabar com isto. É o senhor oficial ir-se embora da Madeira. Ele tem-se portado tão mal aqui!», sugerem. A ameaça segue dentro de momentos: «A minha senhora já viu o que é a sua criança chegar a casa sem dedos? (...) E depois nós temos ordens para não cortar os dedos todos de uma vez. É hoje um, amanhã outro... Nem sei como vamos arranjar coragem para isso.»

Nos Açores, os métodos são decalcados.

Mas quem decalca quem?

A Frente de Libertação dos Açores (FLA), instrumentalizada por interesses ligados ao Departamento de Estado norte-americano, também ameaça proclamar a independência da «comuna de Lisboa». Dirigentes açorianos do PCP são levados ao aeroporto e expulsos. Padres também. As sedes comunistas do MDP e do MES são incendiadas. Um delegado do Ministério do Trabalho é metido no avião com a roupa que tem no corpo. A FLA «não quer politiquices» e aceita qualquer regime «sem a foíce e o martelo».

Na Madeira, em junho de 1977, D. Francisco Santana continua a perder o sono com as notícias que chegavam da capital e ameaçavam desatinar o rebanho. O bispo envia então uma carta aos paroquianos, a pretexto de uma coleta para o jornal da diocese. «Vivemos uma hora crítica para o arquipélago da Madeira e também para a Igreja, que seguirá a sua sorte. Tudo nos leva a crer que os mesmos traidores que ofertaram as províncias do Ultramar para os russos estão prontos a proceder do mesmo modo com a Madeira (...). Seria bom perguntarmos ao embaixador da Líbia em Lisboa e aos partidos marxistas que se dizem portugueses qual é o plano que têm para o nosso arquipélago», escrevia o alto dignitário da Igreja. «Está a dar-se uma autêntica invasão de marxistas nas nossas escolas primárias (em sítios mais impensáveis) e secundárias e nos postos de saúde pública e hospitais e outras instituições», denunciava.

A pirotecnia da FLAMA durou até finais de 1978, altura em que a luta armada trocou as quimeras pelo cómodo sistema parlamentar copiado de Lisboa. Pela investigação histórica de Luís Calisto, autor de *Achas na Autonomia*, percebe-se que Carlos Azeredo foi um dos artífices deste desenlace e de algum modo cúmplice da estratégia: «Se não fossem umas explosões do MDLP e da FLAMA não estaríamos hoje aqui a falar com esta liberdade», terá confessado, à margem de uma entrevista, ao despedir-se da Madeira, de onde saiu sem alarido.

Quem viveu de perto estes tempos – e na outra trincheira – foi o escultor Francisco Simões, sequestrado pela FLAMA em 1976. Na primeira página da edição de 25 de março do *Diário de Lisboa*, o então funcionário do Ministério da Educação e Investigação Científica relatou as horas de aflição e delírio de que fora vítima. Passaram décadas, o dia mantém-se tão nítido como naquele tempo de brasa, mas ainda nem tudo foi destapado. Refastelado no seu esplendoroso ateliê de São Pedro de Sintra, rodeado de bustos e corpos esculpidos de fartas ancas, o artista plástico, maçom assumido, rebobinou a sua versão, as razões da sua ida para a Madeira e os acontecimentos que se sucederam.

Quais são as suas origens?

Nasci no Porto Brandão, Almada, em 1946. Uma terra que sempre teve um núcleo comunista forte. A minha própria mãe era do PCP. Só soube quando ela morreu. Na altura, eu já era vereador da Câmara de Almada e apareceram pessoas do partido, o Jaime Serra, a Alda Nogueira, etc. Pateta que sou, pensei que vinham por deferência à minha pessoa. Na verdade, estavam a despedir-se dela. Só nesse momento percebi. A minha mãe foi uma militante do partido, sempre em segredo, sempre discreta. Ela sempre soube que eu era, mas eu não sabia que ela era.

Como ganhou consciência política?

O meu avô foi um velho republicano. Esteve ligado ao movimento dos regicidas e levou uma canoa com barris carregados de fuzis para a Praça do Comércio, para o atentado do Manuel Buiça ao rei D. Carlos I. Mas a minha consciência política está associada a uma consciência de classe. Hoje sou um burguês, bem instalado na vida, mas não traí os princípios do PCP: continuo fiel ao seu programa e valores. Tenho grande orgulho e honra na origem e consciência de classe, no passado de resistência e luta dos meus pais. E isso não posso nem quero apagar.

Que vida era a dos seus pais?

O meu pai era um homem do mar. E a minha mãe teve de se sujeitar a trabalhar numa fábrica de conservas e a dias, a esfregar casas, e como costureira já na melhor parte da vida dela. Tudo para que pudéssemos ter o mínimo de subsistência. E mesmo assim era difícil.

E o Francisco, que menino foi?

Fui bom aluno. Acabei o chamado ciclo preparatório da Escola-piloto Francisco Arruda, dirigida por um grande pedagogo chamado Manuel Maria Calvet de Magalhães. Tive 20 a Português, 19 a Matemática. A Ciências, Desenho e Trabalhos Manuais, 17 e 18. Fiz parte do quadro de honra da escola, com mil e tal alunos, e isso na altura vinha nos jornais. O menino pobre, de famílias humildes, de origens proletárias, tinha umas grandes notas, mas a seguir ia fazer o curso industrial para depois ir para a Escola Naval, que era aquilo que todos os homens da minha família tinham feito. Tirando um primo meu que anda no arrasto, são todos marinheiros, homens do mar, de transportes de mercadorias, navios mercantes, petroleiros...

Que reviravolta houve?

O Calvet disse à minha mãe que eu devia ir para a Escola António Arroio, que é uma escola de artes. Disse que eu podia ser professor, pintor, decorador, arquiteto, ou fazer desenho publicitário. E a verdade é que fui um aluno notável, mas, quando tinha 15 anos, matriculei-me para ter aulas à noite porque descobri que a minha mãe trabalhava imenso na fábrica de conservas para eu poder estudar. Aí determinei que era eu que ia trabalhar para poder sustentá-la a ela e à minha irmã.

A política estava cada vez mais presente?

Fui para França com uma bolsa de estudo trabalhar para o Museu do Louvre e apanho o Maio de 68. Se tinha alguma dúvida de que vivia num país amordaçado, fascista, com censura e uma guerra colonial, perdi-a. Mas não sabia tanto como supunha. Começo a encontrar gente de esquerda e alguns portugueses que estavam exilados, e aí abre-se a porta para a minha vida política.

Meteu-se em «alhadas»?

Em 1969 envolvi-me na campanha da CDE, no distrito de Setúbal, e fui preso. Tinha jantado na Portugália com o Pereira de Moura, a Helena Cidade Moura e o António Galhordas. Havia uma sede do MDP na Almirante Reis. Íamos para uma reunião e prenderam-me, mas creio que foi um equívoco. Não sabia responder às perguntas que me faziam. Mesmo! Falavam-me de locais onde nunca tinha estado, de pessoas de quem nunca ouvira falar... Eu não era o tipo de que eles andavam à procura. Nessa altura, a minha mulher estava grávida do meu primeiro filho e apanhámos um grande susto. Decidi então acalmar um pouco as coisas. E é aí que vou para a Madeira, dar aulas.

Por quê a Madeira?

Casei-me com uma madeirense. Filha de pessoas muito sérias, mas conservadoras. Quando chego à Madeira, rapidamente me integro no grupo dos candidatos da oposição democrática: o José Manuel Barroso, hoje um tipo de extrema-direita; o meu grande amigo Tolentino de Nóbrega; o advogado Artur Andrade, contrabaixista, grande figura, dono do *Comércio do Funchal* sem o ser, mas era o nome dele que aparecia. O filho dele, candidato do PCP na Madeira. Enfim, eu próprio colaborei no jornal... Em 1969, houve uma votação muito boa na oposição democrática, sobretudo na Ribeira Brava. Em 1973, não houve oposição democrática.

Que ambiente político encontrou?

A polícia política na Madeira não tinha o comportamento que tinha no Continente e os oposicionistas não foram perseguidos da maneira que eram aqui. Éramos considerados uns tipos do revirvalho. O próprio chefe local da PIDE, o Anatólio Correia, ia ao café, dava os bons-dias a toda a gente, inclusivamente a nós. Dávamo-nos bem, havia uma convivência pacífica. Era um homem simpático, ninguém lhe conheceu um ato

de violência. Aquilo funcionava mais como uma polícia de fronteira do que como polícia política.

Apesar de haver na Madeira, nessa altura, alguma agitação política e serem «desterrados» para o arquipélago vários militares envolvidos em conspirações contra a ditadura, Anatólio Correia, segundo alguns relatos de madeirenses, afadigava-se pouco com o rebuliço e tinha como principal interesse a floricultura.

O que começou por fazer na Madeira?

Comecei a dar aulas de Desenho em 1969, no Seminário Menor e na Escola Industrial. O Seminário Menor era constituído por padres progressistas, como o Paquete de Oliveira, que era o reitor. Havia um grupo de padres ligados à oposição e foi ele quem abriu a porta a uma série de professores leigos, o António Loja, a Natália Pais, o Jorge Marques da Silva, o doutor Atouguia, a doutora Tula e eu. Tínhamos qualidade e alguma respeitabilidade.

E em termos sociais, o que mais o surpreendeu?

Chocava-me ver as pessoas, sobretudo mais velhas, naquela postura um pouco indolente, sentadas na beira do caminho, junto aos muretos, a levantarem-se quando passava alguém importante. Um dia ia no carro com o meu sogro, notário, bom homem, sério, e aquela gente levantou-se toda. Tiravam a barreta, o chapéu, com cumprimentos de grande deferência. Repare: não tenho nada contra a educação e a deferência das pessoas, mas aquilo tinha uma carga de submissão que me chocava profundamente. E comecei a sentir um grande incómodo neste tipo de relacionamento. Nesse tempo, só havia os senhores e os vilões, os que não pertenciam às classes mais altas.

Reagiu a isso?

Comecei a ter alguns conflitos, algumas cenas caricatas, no seio familiar. Tinha um cunhado, miúdo, que andava entusiasmado por ir tirar a carta. Fomos a um café à Estrela, onde havia uma praça de táxis e, quando parei o carro, o rapazeco foi meter conversa com um chofer de táxi, que se chamava Simão, por causa da carta que ia tirar. A minha sogra ficou escandalizada: «Desde quando é que se viu um menino e um vilão em tamanhas intimidades?» Ora o Simão era filho da Maria Simão, mulher que ia a nossa casa amassar o pão, a farinha para os bolos de mel, fazer aquelas coisas deliciosas da Madeira. Ou seja, o Simão não era assim tão estranho: era filho de uma servente da casa. Nesse dia, ao jantar, veio a prédica e eu não me contive. Disse: «Não entendo este discurso. O menino teve tudo para tirar o liceu. Foi para Lisboa, andou nos melhores colégios para fazer o antigo 7.º ano de liceu e não conseguiu. O filho da Maria Simão, o vilão, sem nenhuma especialidade, conseguiu fazer a sua quarta classe, tirar a sua carta de chofer profissional. Quem é que tem mais mérito?», perguntei. O que eu fui fazer! Foi um escândalo...

Algo mais o marcou?

Outra coisa que nunca consegui esquecer, e que marca a minha vida como professor, foi ter, mesmo no Funchal, miúdos que desmaiavam nas aulas. Estavam ali tendo comido, eventualmente, uma banana, milho, ou algo assim. Tinham hipoglicemia e vários desmaiaram. Não exagero se disser que tinham fome. Marcaram-me muito estes aspetos de caráter social, estas injustiças e assimetrias. E também alguma miséria evidente. Isso determina o que fui fazer depois na Escola Preparatória da Ribeira Brava.

Como foi lá parar?

Estávamos em 1972, não havia ninguém para ser diretor da escola. Dois inspetores foram à Madeira para resolver o problema, pois a escola tinha de abrir e não havia interessados: ganhava-se mal, era longe e as pessoas que tinham condições para serem diretores não iam prejudicar a vida que tinham no Funchal, pois ainda davam umas explicaçõezinhas para compor o ordenado. Acontece que os inspetores eram meus amigos desde o tempo da Escola Francisco Arruda. A pessoa que eles melhor conheciam na Madeira era eu, e eu andei a ajudá-los a encontrar um diretor para a Escola da Ribeira Brava. Havia o exemplo da Calheta e não queríamos nada igual...

O que se passava na Calheta?

Na escola da Calheta, onde fui diretor mais tarde, havia um diretor, José Manuel Brás, que era presidente da Câmara, da Casa do Povo, chefe da União Nacional, da Misericórdia, ou seja, o exemplo mais gritante do cacique. Tinha por sua conta cabos de ordem, polícia privada nomeada por ele que até podia usar armas. Eram contínuos da escola e choferes. A mulher tinha a quarta classe e era professora de Português. A filha

tinha o segundo ano e era professora de Desenho. Havia as maiores barbaridades. Na escola, os alunos eram chicoteados e punidos de forma violenta. Este homem todo-poderoso e autoritário chegou ao ponto de impor a lei seca. Aquela gente trabalhava um dia inteiro, a cavar batatas, a socar as canas ou a fazer outros trabalhos violentos, e sabe-se como um copo de vinho fazia parte da dieta e lhes repunha a energia de que precisavam. Pois ele não deixava que as tabernas e as mercearias vendessem álcool. Um dia, um rapaz entrou numa taberna e quis beber qualquer coisa e foi abalroado pelos cabos de ordem. Aquilo acabou com um dos jagunços a disparar à queima-roupa e a assassinar o jovem, que, além disso, era amparo de família. Fiz uma notícia para o *Comércio do Funchal*. Mais ou menos assim: «No sítio do Loreto, um indivíduo conhecido por José Brás mandou assassinar um rapaz, amparo de família, tal e tal.» Nem referi o autor do disparo. O autor moral é que interessava. O censor não percebeu a notícia e aquilo passou. A represália veio depois, por lápis azul, da primeira à última página.

Ou seja...

Quando vou com os inspetores à procura de diretor para a escola da Ribeira Brava, a ideia era que fosse tudo diferente da Calheta, percebe? Na Ribeira Brava não havia grandes conflitos, os outros professores eram pessoas dignas, competentes, bem formadas, não havia atos de violência. Funcionava, digamos, a normalidade do regime. Se não se arranjasse ninguém, poderia ir o presidente da câmara, o padre, alguém de fora do ensino para diretor da escola. E corria-se o risco de haver esses arroubos autoritários. Tentámos convencer diversos colegas que tivessem sentido de liberdade, democracia, justiça, mas também alguma reserva e moderação. A dada altura, propus o professor Virgílio Pereira, figura conhecida depois do 25 de Abril, várias vezes contestatário do antigo presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim. O Virgílio começara no PS, só depois apareceu no PSD. Ele não tinha acabado o curso, estudava Matemática e disse-me: «Eu trabalho, vou a Lisboa fazer exames, dou explicações para ganhar dinheiro. Se for para a Ribeira Brava não vou acabar o curso.» E desafiou-me: «Vais tu.» Os inspetores concordaram. Não tinha a confiança política do regime, não tinha feito estágio, etc., mas enfim, o inspetor disse que essas questões se resolveriam em Lisboa.

O regime aceitou bem?

Quando cheguei a Lisboa, ia muito preocupado. O diretor-geral do Ensino Básico chamava-se Teixeira de Matos. O meu amigo Jaime de Sousa aconselhou-me: «Ele vai falar muito, quase uma hora. Vai pôr questões que te vão arrepiar. Não abres a boca, deixa-o falar até ele acabar. Quando acabar, tens obrigatoriamente de te referir a ele como “Senhor Diretor-Geral, Vossa Excelência” e depois dizes o que tens a dizer. Mas sempre a tratá-lo como Vossa Excelência.» Foi tudo verdade.

Fartou-se de falar. Dos professores subversivos, do cuidado que um diretor tinha de ter, pois a subversão vinha de onde menos se esperava. Dizia que o professor de Moral, às vezes, era o mais perigoso, mas os professores de Português «com as suas literaturas», e os de História, «que, às vezes, desconheciam a História», também eram. Ou seja, comecei logo a ser instruído para estar atento à subversão. De pedagogia, ensino, alunos, nada! E por vezes ia dizendo «ah, é que eu não sei as suas cores políticas...».

Disse quais eram?

Eu estava nervosíssimo. Mas quando ele acabou, disse-lhe: «Quanto às minhas cores políticas, pois bem: sou professor!... Quanto ao trabalho, vou ser nomeado diretor de uma escola que não existe fisicamente, só existe no *Diário do Governo*. Há um espaço onde ela vai ser construída, mas em outubro começo a dar aulas. Quero dizer-lhe que começarei a dar aulas desde já, mesmo sem escola, à comunidade da Ribeira Brava. Na biblioteca, no mercado, na loja, etc.» Isto não era o padrão de ensino, mas a eles também interessava mostrar uma escola que funcionava sem existir. O ministro era o Veiga Simão e aproveitei as suas demagogias. E assim cheguei a diretor da escola...

Como o receberam?

Muito bem. A proposta foi feita no cinema da Ribeira Brava, tendo o padre convocado a população. Expliquei a situação. «Só há duas hipóteses: ou os vossos filhos ficam em casa à espera que se construa a escola ou podemos começar a escola sem escola.» Foi um verdadeiro plenário popular e estávamos em 1972. (risos) A votação foi unânime.

Eu era jovem, impreparado como professor, embora tivesse a intuição e leituras a meu favor. E lembrava-me dos meninos que desmaiavam. Os professores tinham o 7.º ano do liceu, nunca tinham tido dinheiro para estudar em Lisboa. Criámos uma comunidade em que a família era parte da escola. Nunca senti desconforto, pelo contrário. Os pais ajudaram a arranjar o campo. Na disciplina de Trabalhos Manuais, que eu chamava

«atividades úteis», em vez de gastarmos dinheiro em cartolinas e papéis, cavámos uma horta. Tínhamos morangos, cenouras, fazíamos sumos. Criámos trutas, coelhos e até havia uma vaca. Era uma escola comunitária, com uma noção de democracia muito intensa, onde até usava a matemática para gerir a venda dos produtos. O dinheiro servia para comprar roupas para os alunos. Eram eles que decidiam quem mais necessitava, não eram os professores. Mas não havia caridadezinha. Ganhavam o dinheiro deles, o respeito pela noção de trabalho, de ética. Mesmo o professor de Moral, o padre Ramos, com quem também conversei, entendeu isto. Disse-lhe que não tinha nada contra os mandamentos, o Pai-Nosso, a Ave-Maria, mas fiz-lhe ver que a catequese devia estar fora da escola. O que eu pretendia para a disciplina de Religião e Moral era ensinar o civismo e o respeito pelos mais desfavorecidos. Ele concordou, foi impecável.

Nesse tempo, isso foi quase utópico...

Foi um ano letivo sem escola física, mas a outra continuou. Depois vieram as salas, mais conforto, mas criámos ali um sistema pedagógico: a relação do Homem com o Universo, com os outros homens, com a Natureza. Promovia-se a sobrevivência, relações de fraternidade, de democracia e camaradagem. A Ribeira Brava tinha mais de 70 por cento de analfabetismo, mas também havia os filhos dos funcionários, dos técnicos e tal. E tínhamos o grande motivo condutor, a coisa mais insólita que pode imaginar... Fernão Capelo Gaivota!

Como assim?

A história e o espírito da gaivota inconformada que não segue os ditames do bando, da velha gaivota, e quer voar à velocidade do pensamento. Não havia o livro do Richard Bach em português, mas eu, mesmo com o meu mau inglês, lá o traduzi. Não tínhamos dinheiro para livros de texto! Mas passámos todos a ser Gaivotas, todos tínhamos esse apelido, como uma família.

Não houve resistências?

É óbvio que criou engulhos e um dia apareceu um agente da PIDE-DGS na escola. Veio serenamente dizer que tinha indicações de Lisboa para ver o que se passava. Dizia-se que a escola não tinha campanhas, que havia ali alguma coisa com caráter subversivo, «que isto é tudo Gaivotas, o diretor é Gaivota. Então eles andam aqui a fazer isto em vez de estar estudar? Gostava que nos explicasse». Disse-lhe que aquilo também eram formas de estudo. Resultado: fui intimado para ir à DGS de 15 em 15 dias, para mantê-los informados. De todas as vezes me esquecia, mas depois eles vinham à escola e os alunos até já gozavam com a situação. E é neste quadro que chegamos ao 25 de Abril...

Qual foi o primeiro impacto na escola?

Os militares apareceram lá a fazer sessões de esclarecimento, eram um bocadinho toscos. Chegavam e perguntavam aos miúdos: «Vocês sabem o que é a democracia?» Os miúdos responderam: «É o poder do povo, é o poder da maioria.»

Quais foram os primeiros sinais de mudança?

No seguimento disto, o tal Brás, da Calheta, foi saneado e acabou preso pela tropa. Já não havia diretores de escola, mas mantive-me como diretor na Ribeira Brava e acumulei com a escola da Calheta. Quando lá cheguei, a primeira coisa que disse foi para mudarem as fechaduras e mandarem fazer uma sindicância às contas, pois não tinha jeito nem queria. A dada altura, tentei que os professores fizessem eleições e me libertassem de funções, pois já não podia mais: tinha cada vez mais tarefas, dormia quatro horas por dia e era sempre a abrir. Mas as coisas mantiveram-se até que fui tomar conta do FAOJ [Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis]. Ajudei o ministério, sobretudo ao nível dos programas e do serviço cívico estudantil, com o capitão Ramiro Correia. Fomos os pais, por assim dizer, do serviço cívico...

Conheceu o brigadeiro Carlos Azeredo?

O primeiro contacto com o Azeredo foi muito interessante. Quando chegaram à Madeira os representantes do MFA, fui ter com ele e apresentei-me: «Sou o diretor da escola da Ribeira Brava. O meu lugar está a sua disposição, mas queria pedir-lhe que, quando tivesse tempo, fosse visitar-nos, conhecer tudo o que lá foi feito.» No dia seguinte de manhã, para meu espanto, lá estava o gajo. Entrou, viu os putos a cavar, a apanhar ovos, a tratar das galinhas, e diz-me assim: «Então é isto? Desde quando é que isto é assim? Só vi uma coisa maravilhosa como esta quando estive na Índia. E isto estava a ser feito cá em Portugal e ninguém sabia?» Pronto, fiquei logo nas boas graças.

E manteve-se?

Como fazia *flashes* de formação pelo País, um dia fui ao Porto, ao Liceu Carolina Michaëlis. Não sabia se o Azeredo era casado, se tinha filhos. Quando entrei, vi um grupo de gajos crescidos, estranhos à escola, a gritar a dois chavalitos de 13, 14 anos: «O vosso pai é fascista, matou o Amílcar Cabral [líder do PAIGC]!» Começo a ouvir aquele comício, percebi quem era o líder e agarrei-o pelos colarinhos. Os gajos cagaram-se todos e fugiram. Eram uns tipos do PCP (m-l). Os dois miúdos eram filhos do Azeredo. Quando cheguei ao pé da diretora da escola, disse-lhe: «Olhe, fui meter alguma ordem no bordel.»

Ele soube?

Soube por portas travessas, mas nunca falei com ele sobre o episódio. Mas marcou-o de tal maneira que o gajo passou a ter um ódio de morte a estes grupos de extrema-esquerda, UDP, PCP (m-l) e MRPP.

Na Madeira havia o grupo da UDP, com o padre Martins e tal. Tiveram alguma influência junto dos professores, andaram a fomentar umas greves e uns *happenings* políticos. Então o Azeredo acordava-me às seis da manhã para ir tomar o pequeno-almoço com ele. E dizia, irritado: «Aqueles filhos da puta!» E eu: «Ó senhor brigadeiro, deixe-os, não lhes dê importância.» E até lhe dei o exemplo de França: «Sabe, eu estava em Paris no Maio de 68 quando o De Gaulle estava no Quebeque. O ministro do Interior começou a fazer força, a contestação começou a crescer, e o De Gaulle pegou num avião, chegou a Paris e mandou recolher as tropas. Os meninos contestatários deram mais umas voltas e cansaram-se», exemplifiquei. Mal ele sabia que eu também era dos gajos contestatários que tinham andado em Paris a dar voltinhas. (risos)

Como era a relação dele com Alberto João Jardim?

Há uma história com o Alberto João, contada pelo major Faria Leal, número dois da hierarquia militar na Madeira, na época. O Alberto tinha ganho as primeiras eleições constituintes. Então, foi ter com o Azeredo e desafiou-o: «O PPD ganhou as eleições e, portanto, agora temos de rever algumas coisas na Madeira. Por exemplo, a Calheta tem lá um diretor comunista e tal...» Era eu. O tipo diz-lhe isto e, segundo o Faria Leal, o Azeredo parecia ter uma mola na cadeira. Levantou-se, pôs a bota quase a um palmo do nariz do Alberto João e ameaçou-o: «Você não lhe toca! Esse homem é o que há de mais sério na Madeira. É à minha responsabilidade e está sob a minha proteção.» O Alberto João é um cagão, eu próprio já lhe tinha dado umas latadas antes do 25 de Abril. Um dia chamou efeminadas às Forças Armadas e houve lá um militar, o coronel Carlos Lacerda, que foi ter com ele. Tirou as divisas e perguntou-lhe: «Afim, quem é o efeminado?» E... prá! Virou-o da cadeira e voltou a pôr as divisas...

O melhor mesmo era estar nas graças de Azeredo...

Ele gostava de me ouvir, informalmente. Nos pequenos-almoços dizia-me: «Você já viu isto? O Cunhal diz que a União Soviética está para o mundo como o Sol para a Terra. Isto é como me darem um pontapé nos colhões!» E eu: «Não se preocupe. É só uma metáfora, não vale a pena ficar com os ditos cujos a doer.» (risos)

Continuou na Madeira?

No verão de 75 houve várias bombas em vários carros. O meu não levou porque eu morava ao lado da PSP e tinha sido um padre a alugar-me a casa. Mas tinham entrado na escola da Ribeira Brava e pichado aquilo, começava a ser arriscado. A seguir ao 25 de Novembro de 1975, regressei ao Continente. E por quê? Previa-se que ia haver saneamentos à esquerda – como, aliás, houve em alguns casos – e eu, que vinha destacado para um cargo no Ministério da Educação, decidi pôr-me à prova, a ver se me saneavam. As coisas acalmaram, graças ao Melo Antunes, ao Presidente Costa Gomes e ao próprio Álvaro Cunhal, que conseguiu ser muito hábil.

Desligou-se da Madeira?

Entretanto, venho a saber que o Carlos Azeredo determina o fecho do FAOJ. As forças reacionárias da Madeira diziam que aquilo era um antro comunista, que só havia livros de Cuba, do Marx, do Lenine, do Fidel e do Che Guevara. E era verdade! Se até ao 25 de Abril tinham sido proibidos, agora podia haver, não é? Tínhamos de tudo, mas o Carlos Azeredo lá fechou o FAOJ. O major Vítor Alves, então ministro da Educação, chamou-me e perguntou como é que me dava com o Azeredo: «Tenho excelentes relações. Houve sempre respeito mútuo e um trato muito cordial», respondi-lhe. «Gostava que você fosse à Madeira, porque ele fechou o FAOJ e era para ver se você lhe consegue dar a volta, porque ele, às vezes, é uma pessoa muito obstinada.» E lá fui em serviço oficial do Ministério da Educação...

Aos ouvidos de Carlos Azeredo tinham chegado informações de que havia posters de Lenine e de Marx nas paredes do FAOJ. Outras almas, mais alcoviteiras e com cumplicidades militares, garantem que na instituição os jovens aprendem técnicas de guerrilha urbana e a fazer cocktails molotov. Quando entrou nas instalações, o então brigadeiro ficara impressionado com a quantidade de literatura «subversiva» e um cartaz da Associação de Amizade Portugal-União Soviética. «Minha senhora, isto fechou neste momento», dirige-se a uma funcionária que bate um texto à máquina. «O ofício fica aí mesmo a meio da máquina. Rua!» Mal a notícia chega a Vítor Alves, este desanca Azeredo e a sua «prepotência» em público. Não tardou a receber uma chamada telefónica do visado: «Tu nunca mais voltas a pôr os teus dentes no meu nome porque, de contrário, explico publicamente algumas coisas da tua vida.»

Francisco Simões é então enviado ao arquipélago pelo ministério, enquanto delegado do serviço cívico.

Chegou à Madeira e...

Chego e sou recebido pelo general. Disse-lhe: «Provavelmente não está a ser bem informado, é uma medida exagerada ter encerrado a instituição, porque ela tem utilidade numa terra carenciada como a Madeira.» Havia vários livros traduzidos – Churchill, Gandhi, Che, Nehru, enfim, obras sobre personalidades, livros que não existiam e cujo intuito era de esclarecimento. «Não estava a ver a coisa assim», reagiu ele. E então reabriu o FAOJ. O Alberto João e os outros que andaram a envenenar ficaram outra vez a odiar a instituição.

Francisco Simões conheceu Jardim em 1969. Davam aulas na mesma escola. Não tem gratas recordações da figura. Na generalidade, «era pouco considerado, era uma figura menor, vivendo às custas do tio [Agostinho Cardoso]. Ainda não tinha acabado o curso, parece que andava na tropa (...) trabalhava ainda no jornal da União Nacional, que era do tio (...). Com ele podia-se dialogar civilizadamente – mas o mesmo não acontecia com o sobrinho, que era, no mínimo, um tosco sem maneiras, não credível, com quem não dava gosto falar», contou, certa vez, o escultor, que atribui a Jardim manobras na sombra para desencadear os acontecimentos do FAOJ. Nessa altura, as forças conservadoras da Madeira, com a ajuda de militares, souberam da chegada de Francisco Simões e organizaram uma manifestação, diante do Palácio de São Lourenço, a favor do encerramento da instituição. E a informação de que o professor estava a sair da Ribeira Brava chegou rápido à FLAMA.



«Perganti se a FLAMA era fascista...»



«Disseram-me que não...»



«Vivei em do C.D.S. e da FLAMA...»

Forças Armadas querem abolir ou recuperar presos políticos e exilados

— disse Eanes nas Caidas

«A eclosão das Forças Armadas nos últimos meses tem sido orientada no propósito, ou no interesse efectivo, de fazer participar todos os cidadãos na vida nacional e, assim, evitar ou recuperar duas espécies de cidadãos: os presos políticos e os exilados políticos. É essencial, para nós, que as pessoas venham, que se integrem na vida democrática actualizando as regras estabelecidas



Ramalho Eanes passando revista à guarda de honra no Regimento das Caidas de Rarões

As eleições para a Assembleia da República parecem definitivamente comprometidas na Ilha da Madeira. Uma imprevista escalada da reacção, com tróvico e fascismo, neutraliza ou persegue os partidos de esquerda, impedindo as forças democráticas de realizar a sua campanha, pelo menos em pé de igualdade com as forças reaccionárias. A entrevista que passamos a publicar, com um funcionário do M.E.I.C. é apenas um exemplo do que se passa numa terra onde os clichés jogam com o obscurantismo de largas camadas da população: registou-se juntamente na Madeira o maior índice de analfabetismo do País.

«Arranjaram-me um quarto no hotel «A Torre». Ficaram dois no meu quarto e viviam no quarto ao lado. Disse-me que eram a revista seguinte; que a população queria matar-me de agastado... As declarações são do professor Francisco Simões, em entrevista confidencial ao «DL» após o sequestro de que foi vítima na Madeira por parte da FLAMA.

Esta manhã no Porto

Estudantes ocuparam Hospital de Santo António

PORTO, 25 — Conforme estava previsto, 60 alunos do 4.º ano da Faculdade de Medicina do Porto convenceram-se esta manhã, em torno ao Hospital de Santo António onde a comissão de alunos procedente à sua distribuição pelas diversas enfermarias a fim de, sem perturbar o trabalho normal de cada uma delas, assistir às aulas com as dos médicos a fim de receberem, em consequência, os necessários conhecimentos para o exercício da profissão. De uma reunião geral os alunos optaram sistematicamente ao trabalho dos médicos no período de visita aos

«fazendas». Os igualmente noticiados. Tudo começou quando o professor procedente da Colónia, serviu apança e Funchal do automóvel. A determinação de ir ao aeroporto por um carro e depois por outro até que se encontrassem completamente a passagem avião/automóvel. Todos os que se à minha volta tinham o problema do C.D.S. na lei. Tive medo de tudo aquilo acontecer. Pegaram o carro ao lado...»
Monsenhor Jago, da sequestração de pessoas pelo caminho do aeroporto. Por ventura da FLAMA, o professor deveria regressar imediatamente a Lisboa. No caminho do aeroporto integrou-se um 25 carros e cerca de 80 pessoas. A frente, um balizador de modo. Subitamente, o comboio alterou o itinerário imediatamente privado. O balizador veio informar: «Vamos para o Garajau!»

E sequestrou o caminho das instalações da Marconi.

O INTERROGATÓRIO

Nas instalações da Marconi... conta o professor... estava reunido o Estado-Maior da FLAMA. Decidiram da sorte da sua vítima. Cu lera, referido por diários da «flama», o professor aguardava...
«A certa altura aproximou-se a comitiva da Bélgica, que me disse: «Fica o Avião de 2500 do carro. Já falai com os rapazes, ninguém se faz mal. Eu abri a porta e saí...»
«Já dentro da Marconi, Francisco Simões veio a ser submetido a um interrogatório em condições que fazem lembrar a tortura. Afluência de pessoas lá para me ajudar e, no meio, resolve a minha mala. O professor tinha reproduzido o diálogo...»
Continua na pag. 26

Spínola não entrou

PORTO, 25 — Brevemente o entrar e que alguma imprensa estrangeira, devido à presença do ex-general Spínola no nome do País, o que não se confirma, dada a informação colhida junto dos postos fronteiriços, de que não há qualquer impedimento quanto à sua possível entrada no País...
Um movimento de tropas efectuado em Braga, e que deu origem a mais dobras sobre a presença de Spínola em Portugal...
«...»
20 PAGINAS

Foi nessa altura que foi sequestrado?

O Azeredo convidou-me para almoçar, mas pedi para ir à Calheta e à Ribeira Brava cumprimentar os alunos e os professores com quem tinha trabalhado. Quando venho da Ribeira Brava, em direcção ao Funchal, perto de Câmara de Lobos, estão uma data de gajos a fazer-me uma espera, de carros parados. Vêm atrás de mim e tentam atirar o meu carro borda fora, mas não conseguiram. Gritam «morte aos comunistas» e «mata que é comunista», essa balbúrdia toda, até que tomam conta do carro, um Fiat 127 que era de um professor amigo, o Orlando Ventura. Era o fim de tarde. Os gajos metem-me num carro deles, passam no Funchal a dar vivas à FLAMA e a exhibir o rapto em caravana. Havia bandeiras do PPD e do CDS.

O que é que lhe fizeram mais?

Foi tudo na base da coacção psicológica. Queriam atirar-me do cabo Girão ao mar e fazer uma cova para me enterrarem vivo. Até tinham umas metáforas muito engraçadas: «Vamos plantar uma semente cubana para ver se nasce uma flor russa.» Diziam «morte aos comunistas», e tal, mas era apenas uma parte do grupo com alguma dose de esquizofrenia. Levaram-me para a zona do Garajau, às instalações da Marconi. Rodearam-me, fizeram um interrogatório, pediram bilhete de identidade e que eu dissesse a minha filiação partidária. «Sou comunista, vocês sabem muito bem.» Depois pediram-me para abrir a minha mala, para ver o que lá tinha. Pensei: «Esta merda já está armadilhada e vai explodir-me na cara.» Entretanto, os meus camaradas tinham percebido o que se passava, avisaram o Azeredo, este avisou a polícia e fazem-se umas operações

stop para me tentar localizar. Mas nas operações *stop* a PSP dava vivas à FLAMA. Aliás, eu lembrava-me de alguns dos gajos que me tinham raptado. Foram guarda-costas do Freitas do Amaral numa ida à Madeira. E andavam todos com o *pin* do CDS na lapela...

Quem liderava esse sequestro?

Isto foi comandado por um gajo que era cônsul da Bélgica, o Correia da Silva, conhecido por «Doutor das Bolachas» por ser dono da Fábrica Santo António. O discurso deles comigo foi: «O estado-maior da FLAMA decretou a sua expulsão da Madeira.» Queriam deportar-me, mas àquela hora já não havia avião. «Então compromete-se a ir amanhã. Vai para um hotel e é como se estivesse preso.» Fomos para a residencial A Torre e puseram uns putos a tomar conta de mim. Ficaram dois comigo e outros no quarto ao lado. Levaram-me a jantar no restaurante Os Combatentes e até me deixaram comprar o *Diário de Lisboa*.

Para sequestro não estava mal...

Jantei, fui para o quarto, mas não quis dormir. Sentei-me em cima da cama e estavam lá uns miúdos. Um estava armado. Nisto, toca o telefone e um dos gajos atende. Era o Carlos Azeredo. «Quero falar com o professor Simões», disse ele. O puto que atendeu ficou à rasca e disse para os outros: «É o Azeredo, quer falar com ele. E agora?» Passaram-me o telefone: «Se dizes alguma coisa, ‘tás tramado», ameaçaram. O Azeredo perguntou se eu estava bem, se estava ali de livre vontade, e eu: «Pois, pois». Pensei: «Este gajo vai perceber que não posso falar.» Passam uns vinte minutos, talvez, e batem à porta. Entram sete ou oito gajos à civil, de G3, e encostam os gajos à parede. Vem um gajo barbudo, capitão, que era do Continente, portanto não era separatista de certeza. «Estou aqui raptado por estes gajos, leve-me daqui para fora», disse-lhe. Segui para o Palácio de São Lourenço e estive com o Azeredo até de manhã. Tinha voo marcado para Lisboa e o Azeredo foi-me levar ao aeroporto, onde estava a rapaziada do PC à minha espera.

Antes de ligar para o hotel, e segundo a investigação de Luís Calisto reproduzida no livro Achas na Autonomia, Carlos Azeredo tentara contactar o «Doutor das Bolachas», tido como comandante das operações. Correia da Silva atende em casa e garante que não existe qualquer rapto. O brigadeiro ameaça deter o diplomata, mas ele não facilita: «Estou em território belga», ironiza. Mais conciliador, garante que Francisco Simões não corre perigo. De acordo com a imprensa da época, entre os participantes no sequestro do professor Francisco Simões estiveram ainda José Matos da Silva Gomes, ativista do CDS; José Bacanhim, empregado bancário e operacional da FLAMA; Duarte Nuno Drummond Borges, do Hotel Savoy; Mesquita Spranger, operacional da FLAMA; João Joaquim Valente, Augusto Gouveia Matos e Vítor Figueira da Silva. Na sua maioria eram estudantes. «Nunca me preocupei em saber quem eram», refere a vítima.

O que aconteceu aos tipos da FLAMA que o raptaram?

Foram presos. O Alberto João Jardim fez umas manifestações a exigir a libertação dos gajos, dizendo que para tratar de antidemocratas eram precisos métodos antidemocráticos. Os tipos vinham em crescendo, o Almeida Santos também foi agredido com uma chávena de café no Centro do Funchal. Um dia, o tribunal manda-me uma carta para ir receber cerca de 250 escudos de indemnização por parte dos réus. Mas eles foram logo libertados.

Azeredo disse que o viu estarecido, em pânico...

Não tenho vocação para herói, tenho medo também, mas não lhe apareci estarecido. Até escreveram que chorei. Não chorei nada. Para a situação, até tive bastante calma. O Azeredo sabia quem eram os autores do rapto, antes de falar comigo falou com o cônsul, o gajo das bolachas. O Azeredo é que se dirigiu aos flamistas e disse: «Vamos parar com esta merda.»

Uns meses antes destes acontecimentos, o próprio brigadeiro Carlos Azeredo tomara a iniciativa de expulsar do arquipélago o escultor e cineasta austríaco Helmut Winkelmayer, sob acusação de que seria o coautor de uma série de inscrições em muros do Funchal com os dizeres «Abaixo a FLAMA» e «Abaixo os separatistas». Aquele cidadão estrangeiro, porém, adotara a Madeira para viver há mais de uma dúzia de anos, na Quinta do Avista-Navios. Ali tinha mulher, uma ex-assistente de Jean-Luc Godard, e quatro filhos. Teria tentado visitá-los de novo já depois de ter sido expulso do arquipélago. Mal desembarcou no Funchal, viria a ser novamente preso, tendo sido «despachado» para Lisboa. Winkelmayer não era propriamente um desconhecido. Nos anos da ditadura, a PIDE já o tinha incomodado e tentara expulsá-lo da Madeira por causa das suas posições políticas contra o regime. Valeram-lhe, na ocasião, centenas de

assinaturas de personalidades madeirenses que, num documento, contestaram a decisão. «Penso que o fascismo é um fenómeno universal e que qualquer indivíduo, de qualquer nacionalidade, de qualquer latitude, tem o direito e a obrigação de o combater», explicou já depois das ordens recebidas por Carlos Azeredo e quando se encontrava detido no Governo Civil de Lisboa. Apesar de sempre o terem relacionado com as mais subversivas teias, Winkelmayer era conhecido, isso sim, pela paixão que tinha por outras... teias. Na quinta, cuidava de dezenas de aranhas, das mais venenosas às inofensivas, que, em caixas de plástico, devoravam os seus grilos ou dormiam pachorrentas. A paixão de Winkelmayer por aracnídeos seria assunto de quase meia página no vespertino A Capital, em 1972, pelo facto de a sua espécie preferida – a aranha-lobo – ter dado à luz... «300 bebês». Muito menos destaque teve, já em 1975, a sua colaboração fotográfica no livro de poesia satírica Os Bancos antes da Nacionalização, do escritor madeirense António Aragão, de quem era amigo.

Conheceu Winkelmayer? Acompanhou a expulsão dele?

Politicamente, não tenho qualquer recordação. Lembro-me dele como um tipo exótico, culto. Falávamos muito de cultura... e de aranhas. Ele era um colecionador desses insetos, tinha uma coleção enorme, alguns mesmo perigosos. Aliás, ele próprio era uma espécie de aranha, assim peludo. (risos) Mas, de facto, nesse período antes do 25 de Abril eu não tinha tempo para a ação política que depois tive. Na Madeira, o partido continuou a pedir-me para não dizer que eu era comunista. Quem me denuncia à população, por assim dizer, é o Mário Soares, já depois da revolução. Ele foi à Ribeira Brava fazer uma sessão política e eu pedi a toda a gente para aparecer, pois o Soares era um antifascista, tinha estado preso e exilado. Estava no cinema de lá com dois amigos do PS, o Manuel Ferreira Lima e o António Lopes Cardoso, quando, a dado momento, o Soares permitiu algumas questões. Veio à baila aquela coisa do «nós, os socialistas, somos pelo socialismo em liberdade», e tal. E eu disse-lhe que socialismo, para mim, era sinónimo de liberdade, portanto o que ele acabara de dizer era uma redundância. E ele: «Pois, e nós sempre defendemos os comunistas nos tribunais e se for preciso continuaremos a defendê-los. Sim, porque você sabe que foi defendido», lembrou, falando de Paris e mais não sei quê. Pronto: toda a gente no cinema ficou a saber que eu era comunista, devo isso ao doutor Soares. (risos) Isso não mudou muito a minha postura e não senti que as pessoas mudassem o comportamento em relação a mim: continuei a gerir a minha vida como sempre fazia, com cautela, mas passei a ir à sede do partido no Funchal com o grupo que tínhamos na clandestinidade. Éramos seis. Fui um dos que pagaram a renda da sede...

Qual foi o papel desse grupo antes do 25 de Abril?

Não era um papel revolucionário, subversivo, até porque éramos poucos e corríamos riscos enormes. O Rui Nepomuceno era um desses camaradas, defendia todas as causas dos pobres, apanhou muito aqueles conflitos entre caseiros e rendeiros e lá andava a defender gente que nunca tinha visto na vida. O Fernando Pais, típico «João Semana», que atendia toda a gente, mesmo os que já estavam para morrer; o mestre Anjos Teixeira, escultor, professor da Academia de Belas-Artes e cofundador da Orquestra de Câmara da Madeira... Mas não éramos heróis. As instruções do PCP iam neste sentido: «Camarada, como professor faz o melhor, tens de ser exemplar, alguém em que toda a gente ponha os olhos pela competência, bondade, dedicação. Nós somos como o caracol: quando fazemos asneiras, somos comunistas, filhos da puta e tal. Quando fazemos uma coisa boa, aí já somos só o Manel e o Joaquim – portanto, temos de reverter isto.» Este era o discurso antes do 25 de Abril, ou seja, que nos reconhecessem pelo nosso trabalho louvável. Por mim, tentei cumprir essa tarefa como professor. E é esta a história da resistência dos comunistas na Madeira. É uma história simples, sem heróis. Nada que se compare com gajos que deram a vida, foram torturados...

Comparando com outras organizações da época, a FLAMA não foi uma brincadeira de meninos?

Não foi, não! Houve variadíssimos petardos, carros destruídos, casas, etc. Por acaso não morreu ninguém. Lembro-me da célebre ocupação do Centro Regional da Emissora Nacional, na Rua dos Netos. Os gajos da FLAMA tinham uma lista de pessoas para serem deportadas ou para matar e eu tinha a minha mãe a ligar porque ouvira isso na televisão e estava preocupada. Fomos agarrar na «tropa pesada» dos operários da construção civil do Casino da Madeira e fomos com esses gajos todos de picaretas e não sei quê num *Caterpillar* para lá. Entrámos na Rua da Carreira, que era quase em frente à sede do PCP, e disse ao condutor: «Põe esta merda no meio deles e avança, mas cuidado, não mates ninguém!» Os gajos começaram a zarpar, houve gente a atirar-se do primeiro andar da Emissora Nacional. Alguns foram parar ao hospital com cabeças partidas. E agora adivinhe quem foi ao hospital arrancar a folha das entradas? Alberto João Jardim! Portanto, nunca houve registo dos gajos que ocuparam e vandalizaram a Emissora Nacional. Foi este o clima que se viveu na Madeira, não foi uma brincadeira de meninos.

Era fácil manipular as pessoas naquele contexto?

As pessoas não são estúpidas, mas houve na Madeira um caciquismo forte e violento, uma Igreja reacionária e aquela submissão dos vilões aos senhores. As pessoas não se revoltaram porque não tiveram alguém que respeitasse os seus direitos, que as tratasse como iguais, que dissesse «levanta-te, não fiques aí de cócoras, és um homem como eu». Havia um grande obscurantismo. Naquele contexto, era natural que um analfabeto, com grande grau de religiosidade e submissão, não chegasse, por si próprio, à noção de democracia e de igualdade.

Post-Scriptum.

Durante décadas, os tempos da FLAMA foram uma espécie de tabu entre os protagonistas. Quando chamados a pronunciar-se, alguns negavam conhecer os operacionais. «Jardim estava a par de tudo», assumira Daniel Drummond, um dos fundadores do PSD na Madeira. Quando chegou a líder regional, em 1978, Alberto João terá acordado com os elementos do diretório da FLAMA o fim dos atentados, mais de 70, que vinham de 1975. O «pacto de silêncio» não seria mantido na totalidade. E a quebra do mesmo, em algumas ocasiões, poderá estar relacionada com as estranhas mortes de vários «flamistas», entre os quais Jorge Cabrita, Júlio Esmeraldo e José Bacanhim, sempre em circunstâncias misteriosas e nunca totalmente esclarecidas. Esmeraldo, um dos mais ativos operacionais da FLAMA, apareceu morto numa festa em Santana, após ter sido agredido no crânio. Quanto a Bacanhim – que, entre outras funções, recolhia dinheiro da comunidade madeirense na Venezuela para os «flamistas» –, seria encontrado na Baía do Machico, de pés e mãos atados. Ainda antes do auge do bombismo madeirense, faleceram dois jovens simpatizantes do movimento separatista. Rui Alberto, militante da Juventude Centrista, morreu a manusear uma bomba-relógio no Porto Santo. Alírio Fernandes foi outro. Carregara gelamonite para aquela ilha e apareceu sem vida na Prisão Militar de Santiago. Enforcado.

Em 2005, o autor destas linhas encontrou-se na Madeira com o antigo autarca de Machico, Rufino Teixeira, ex-membro da FLAMA, a pretexto dos 30 anos da organização separatista. Aos 85 anos (entretanto faleceu), definia-se como um «patriota, esteta e extremista com orgulho». Da sua imaginação tinha saído a ideia da bandeira da FLAMA, a tal que a Madeira independente deveria usar um dia: azul, «de céu e mar»; amarelo-ouro, «porque a Madeira é ouro para nós»; e cinco escudetes de Portugal, «sinónimo da nossa eterna ligação à pátria», explicava aquele estudioso de numismática e heráldica. A proposta foi polémica e a discussão dos símbolos, acalorada, pois houve sugestões para que a bandeira também cortasse, de vez, quaisquer laços com o retângulo continental. Mas a ideia de Rufino venceu. «Naquele tempo, toda a Madeira era flamista. Queríamos a independência, mas sentíamos-nos portugueses. Não queríamos era ser parte de um Portugal comunista.»

Mas a independência nunca se concretizou e aquela ficou apenas para a História como... a bandeira da FLAMA. «Para tristeza minha», lamentava-se Rufino, antigo aluno da Sociedade Nacional de Belas-Artes. Décadas depois, a bandeira continuava pintada em muitas paredes e muros da região autónoma, guardada em velhos isqueiros, porta-chaves e postais, ou em tamanho natural, nas casas de madeirenses. Nem a FLAMA nem a bandeira sobreviveram à mudança das marés.

Em 1978, a Região Autónoma da Madeira adotou as cores e os símbolos, mas fez desaparecer as quinas portuguesas. «Passaram à clandestinidade», dizia Rufino. Aos mastros dos edifícios públicos subiu a bandeira dos que, «mesmo estando envolvidos na FLAMA, tiveram medo de ser considerados separatistas». Alberto João Jardim iniciava, então, o seu longo reinado, que só terminaria em 2015. Rufino, apesar de melancólico, não guardava saudades desse tempo de fervuras. Apenas cautelas: aceitara conversar com o jornalista, mas na condição de o fazer no interior do seu carro, longe de olhares indiscretos e sem direito a fotografia. Semanas depois, nesse mesmo ano de 2005, o repórter recebeu, na redação, uma carta anónima. Escrevia o suposto remetente «Luís Boa Morte», de «Cabeço de Ferro», Funchal: «Caro Jornalista. Você esteve na Madeira a bisbilhotar a vida de cada um, tivemos conhecimento de todos os seus passos e até fotografámos a tua carrinha. Tem juízo e vê lá o que andas a fazer porque não gostamos de cubanos, o nosso braço é longo e também podemos chegar aí. Não é a primeira vez nem será a última que amaciamos o pelo a alguém, e se no passado metemos bombas no presente já SUICIDAMOS alguns. Está tudo nas tuas mãos, inclusiva (sic) esse coiro sem valor algum.»

CAPÍTULO 10

Vida e morte do padre Max

A 2 de abril de 1976 a noite estava escura, a iluminação pública, desligada, e chovia.

Na Casa da Cultura da Cumieira, a sete quilómetros de Vila Real, o padre Maximino de Sousa ensinava Português e Francês a trabalhadores-estudantes.

Não era ainda meia-noite quando perguntou as horas.

Doía-lhe a garganta, estava exausto e febril. «Já dei muitas aulas hoje, vamos embora.»

Antes de se dirigir para o seu *Simca 1000*, de cor amarela, estacionado junto ao fontanário, deteve-se à conversa com alunos a propósito de uns emblemas da UDP que lhes prometera. Dali a semanas, ele seria candidato daquele partido de esquerda nas primeiras eleições livres. E era influente entre os jovens.

Já no carro, cuja porta direita de trás não trancava, o padre Max – assim era chamado – buzinou para que Carlos, diretor da Casa da Cultura, se apressasse. À boleia ia também Maria de Lurdes, de 18 anos, estudante e sua protegida.

O automóvel arrancou.

Carlos esticou as pernas, batendo com os pés num volume debaixo do banco de Maria de Lurdes. «O que é isto que vai aqui?», perguntou. «Sei lá», respondeu o padre.

Duzentos metros à frente, Max parou em casa do amigo, para recolher um dos dois garraões de vinho de cinco litros que lá havia deixado.

À saída do carro, Carlos viu uma luva de cabedal de cor castanha, forrada a lã, esquecida no assento. «De quem é esta luva?», questionou-se, intrigado. «Essa luva é tua, pá, não me gozes», atirou-lhe Max, apressado.

Lurdes ainda lhe disse que parecia ser de rapariga. «Não é, olhem para esta manápula», observou o padre, pegando-lhe.

Carlos foi buscar o garraão enquanto o cunhado ficou breves minutos à conversa com o sacerdote.

Despediram-se.

Carlos entrava em casa quando ouviu o estrondo. O chão tremeu. Um clarão enorme iluminava o breu. «Mataram o padre Max!», gritava a irmã.

Lurdes jazia no meio da estrada, ao quilómetro 71.

Ainda disse «que desgraça!» ou «socorre-me!», algo assim.

Max estava caído junto à valeta, à esquerda.

«Ó pá, que desgraça!», disse o sacerdote, a custo.

O *Simca*, partido em dois, era já sucata. No chão havia panfletos ensopados a anunciar um baile na Quinta do Rodo, em Godim, na Régua.

Maria de Lurdes foi transportada ao hospital num *jeep* que passava. Ele seguiu no carro do cunhado de Carlos. No caminho, disse que lhe faltava o ar.

Ela chegou já sem vida ao hospital. Vestia três camisolas leves de várias cores.

Max entrou com grande dificuldade em falar.

Perguntaram-lhe o que se passara.

«Colocaram-me uma bomba no carro e agora está a arder, mas não faz mal. É esta a democracia portuguesa.»

Depois entrou em coma.

Faleceu às 6 horas e 20 minutos do dia 3 de abril de 1976.

Tinha 32 anos e dizia que não chegaria à idade de Cristo.

Nascido na Choupica, Ribeira de Pena, um dos cinco filhos de pais emigrados em França, mas forçados a regressar por causa do avanço nazi na Segunda Guerra Mundial, Maximino Barbosa de Sousa passou parte da infância e adolescência em Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

A explosão do Padre Maximino

Intelectual progressista, revolucionário, ao Norte é perigoso. Se é professor de liceu constantemente requisitado por seus alunos, por um pouco, se é padre católico e um rebelde conhecido, assiste de J. E. C. e não entra mais numa igreja mas celebra a casa com os alunos e amigos, e oculta-se numa casa sem importância. Se anda com um grupo de teatro de alunos em férias e faz uma exposição cultural em Vila Real, cidade em Três-os-Montes ao lado das cortiças de autoindústria, promovida de fevereiro até 25 de Abril. Onde cada um dos bômbes constitui uma afronta à feroz das pessoas.

Vila Real, um padre, uma jovem, uma bomba, a mão esquerda do leonês na morte do padre Maximino e da jovem da Avenida Escolar Católica Maria de Lúcia. Uma bomba, um automóvel e a explosão na Carranca, frequência a cinco quilómetros de Vila Real, para deixar duas vítimas.

O padre Max representou para Vila Real e para Vila Real a Igreja de Carajás. Antes do 25 de Abril Max, padre, o idealista, não escondia o seu espírito pela guerra colonial. Nessa sentido se dirigiu aos seus parapeitos perante as «forças vivas» da sociedade, as quais não se recusavam da missa dominical.

Quando o atentado foi conhecido na região nasceu uma onda de repúdio pelo assassinato. As líricas (poemas, as que existem na zona), os campos (de vinha, em particular), os espelhos (dos jovens que sempre acompanhavam o padre Max) foram invadidos pelo silêncio que pesava sobre o desamparo sem fim dos filhos de Vila Real.

Marco Aurélio, habitante da Carranca, candidato a deputado pelo PSD para o Concelho de Vila Real, e agora para Assembleia da República, é proprietário de um atelier na Zona de construção civil. O cidadão Aurélio encabeça uma comissão de pais que exigiu do tipo de discurso a expulsão de padre Maximino. Nas palavras do filho de Vila Real não admira ninguém: «Morre ao padre Maximino e à sua Igreja.»

O padre Max teve a ideia de substituição na Carranca aos trabalhadores locais, e em Vila Real trabalhava para convencer os revoltosos. Quando pediram a escola local para utilizar nos cursos de alfabetização as áreas negativas, todavia mais tarde a mesma escola seria utilizada para sessões do PPD e PSD.

Aurélio é cidadão local, e sua boca de morte anda a ideia de que só o outro caso de Vila Real seria o mesmo. Quem calar a voz do povo? Quem não tem vontade de Vila Real e redondezas representa uma liberdade de direita que julga ser a direita e a esquerda. Mas de volta ao pai, porque a direita é a esquerda, e a esquerda é a direita. Foi a situação que acabou sobre as famílias.

O atentado ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Vila Real, cidade histórica, por detrás das montanhas, onde a situação é um mar de desespero que se abate sobre os habitantes. Vila Real, cidade em Três-os-Montes ao lado das cortiças de autoindústria, promovida de fevereiro até 25 de Abril. Onde cada um dos bômbes constitui uma afronta à feroz das pessoas.

Contra as tradições locais, as fogueiras de São João continuam. Outra vez que nos narra: «Aquela zona quando há fogueira, se há festa, a mesma coisa. Em Vila Real decoram os festejos do santo. Apesar dos costumes proibidos que a banda procege.»

Cumeira é uma atleta com cerca de 160 mil habitantes. Uma curva da fogueira na casa da morte de muitas vítimas que se tinham acidentado quando saíam de automóvel. Um dia, a povo achou de mais e arrancou os parapeitos da estrada. Era o primeiro passo quando os senhores mandaram antes do 25 de Abril. Só a GNR, também ali, não se esqueceu de ir ao encontro ao seu lugar. Porque a povo era contra a curva.

Quando Maximino assumiu o compromisso de ser candidato independente numa lista da UDP e ficou suspenso das suas funções estatutárias. A Igreja de Carajás decidiu não ir ao encontro do padre Max. Um dia, o padre Max disse: «Deixar o povo e nunca voltar ao povo.» A Igreja desta paisagem e o resto, chamado Portugal, não entende.

Lábrea, Porto, esse país maravilhoso também o seu silêncio, a sua recusa pelo crime. Mas mais, exigiram justiça. Em Bélem, milhares de manifestantes apresentaram ao general Carlos Gomes uma petição pública para o PVP, UDP, MDS, PSP, AEPDA, Sindicato dos Trabalhadores e dos Estudantes do Distrito de Setúbal, Católica para o Socialismo, um que exigiam:

A denúncia pública e o castigo dos assassinos terroristas;
A prisão e julgamento, pelos crimes que cometeram, durante seis e

esta contra o País, dos instigadores da PIDE-DGS que já foram libertados e que só têm vindo a engraxar as Botas da BLP e MDLP.

A investigação só ao fundo das fogueiras e das partidas legais necessárias e o contrabando de armas de submunição quadrilátras, as quais só não vem a público porque o Governo não o quer.

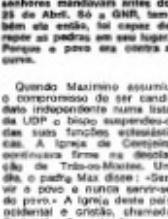
O PCP esteve ausente, mas a sua organização regional do Norte expressou já publicamente o seu protesto.

Vila Real, Duménil, a Igreja, a bomba que matou um padre, de seu nome Max, e a jovem Lúcia. O povo diz que foram os soldados, os soldados, os soldados. Quem desmerece o povo?

J. A. S.



do 25 de Abril Max, padre, o idealista, não escondia o seu espírito pela guerra colonial.



Marco Aurélio, habitante da Carranca, candidato a deputado pelo PSD para o Concelho de Vila Real, e agora para Assembleia da República.



esta contra o País, dos instigadores da PIDE-DGS que já foram libertados e que só têm vindo a engraxar as Botas da BLP e MDLP.

RADIOFUSÃO PORTUGUESA: ADIADA A DECISÃO DE GREVE PARCIAL

O Conselho de Trabalhadores da Radiodifusão Portuguesa em face da decisão do Conselho de Trabalhadores de «Gravidade Nacional» e de uma ordem de serviço da Comissão Administrativa que afirma não permitir quaisquer alterações ao programa, decidiu pedir a convocação até ao próximo dia 12 de julho de uma reunião de trabalhadores para a qual se definia a posição dos trabalhadores perante a questão laboral.

Os trabalhadores da ex-E. N. que lutam pela equiparação salarial em relação aos seus camaradas do ex-C. F. tinham decidido iniciar amanhã um processo de luta que incluía a redução para quatro milhões dos salários e o envio de missas instrumentais e piquetes, assegurando, em períodos de tráfego, a paragem da empresa aérea.

A C. T. da ex-E. N. denunciou por este em dezembro com a decisão de greve parcial amanhã.

CAP PROVOCA TRABALHADORES RESPONDEM

Encontrámos esta manhã reuniões dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas e de Ligas de pequenos agricultores em Vila Real e em Lábrea. Escusa a lista a fim da decisão da posição a tomar face a um plano que a Associação dos Agricultores de Portugal, criada pela CAP, pretende efectuar no próximo domingo naquela cidade. Trabalhadores das cooperativas agrícolas da zona estão também presentes à reunião.

Após os incidentes ocorridos no passado fim de semana em Marvão (Portalegre), de onde foram expulsos pelos trabalhadores quando pretendiam realizar um primeiro plenário na região, os agricultores da CAP insistem em ampliar o seu campo de acção a outras zonas rurais ilhas isoladas.

A posição da provocação está bem patente no comunicado da CAP em que se afirma que «a luta deve continuar, persistentemente, no local onde nos fazemos lutar, para provar que não houve vitória de parte alguma». Este é o desafio lançado aos trabalhadores alentejanos com o objectivo de os fazer reunir. Dosso até extensível ao comandante da Região Militar do Sul, brigadeiro Fernando Gomes, de modo a forçá-lo a repormos os trabalhadores, pela força, e a proteger os interesses da CAP, ou, caso contrário, não faça o seu jogo, tentar forçar a sua demissão.

A CAP afirma-se «disposta a garantir a segurança dos agricultores ao direito de reunião, mesmo se os Forças Armadas o não permitirem».

Esclarece-se que, para a CAP, o «direito à reunião» traduz-se «direito à reunião» para as forças do «Estado», em Vila Real, quando a sua actividade, mediante um constante clima de terror, impedindo a expressão de forças progressistas.

VIANA DO CASTELO «SALTA PARA ALI E CORRE!»

Respondendo ao apelo dos seus dirigentes sindicais, centenas de trabalhadores da indústria química acabaram no domingo, passado, à sede do seu sindicato — em Alvarães (Viana do Castelo) — para discutir questões relacionadas com o novo C. C. T. Foram em destaque a proposta do patamar mínimo à tabela salarial e a redução de 40 horas. A decisão sobre estas matérias foi transferida para novo plenário a realizar em breve.

Mas a reunião não apenas definiu os pontos mais do que a discussão sobre o Contrato Colectivo.

— Foi a denúncia da condicção do trabalho a que alguns operários não obrigados, por exemplo, há um determinado trabalho que tem que ser feito a correr. Não é a andar depressa, é a correr! Para essa tarefa é escolhido um jovem que entrou de novo. Durante esse período o seu trabalho é correr a pagar muito. Se se queira, é chamado do «sacrifício». As primeiras tarefas que lhe são dadas são: «Tira os botões». Agora tira os botões... Agora tira os botões... Agora tira os botões...

— Foi a denúncia da recuperação capitalista e do vazio do fascismo, com o objectivo de mostrar os trabalhadores a uma e a outra, todos os seus contornos;

— Foi o apelo à luta conjunta, de Vila Real, para participar na vida sindical e na luta por uma nova sociedade (Uma mulher afirmou ali a sua determinação em lutar até à última gota de sangue);

— Foi um voto de abstenção, de Vila Real, de qual quer lado, de que há uma mudança de gente rude a quem os seus colegas conhecem uma dignidade e uma força a que outros ainda muito compreender, que não permitem que o futuro passe!

ENFERMEIROS

Forçar o primeiro-ministro a assinar o diploma único (já mais que promulgado) e reduzir a última tabela salarial que a S. E. de Saúde vai propor ao Governo, foram as demandas lançadas pelos enfermeiros do Sul que tinham reunido em Lábrea num clima de grande agitação e de luta em alargar o seu campo de acção a outras zonas rurais ilhas isoladas.

A tabela em questão não introduz alterações à categoria de enfermeiros. Apesar da insistência dos enfermeiros, a assembleia manifestou o desejo de reunir um plenário nacional para decidir formas de luta eficazes e garantir a manutenção das forças no poder. (Um desenvolvimento no pág. 8).

LCI NO CR

Por despacho assinado do CEMFA, general Costa Gomes, aprovou a formação de unidades de reserva e de apoio de base exercendo as funções fundamentais dos edifícios durante o período eleitoral.

Desta se infere que provavelmente se iniciará imediatamente a formação de unidades de reserva e de apoio de base exercendo as funções fundamentais dos edifícios durante o período eleitoral.

Bahamonte, a C. E. criou comissões de mediação dos interesses da rádio e de TV e fim de detectar quaisquer lacunas a serem preenchidas por parte dos partidos reconhecidos à Legislação.

A L. C. I. foi já chamada à presença do C. E. tendo sido acordado fazer utilizar um tipo de fogueiras capazes de fazer pagar a custo das Forças Armadas.

CONSTRUÇÃO CIVIL

A greve prosseguiu pelos operários da construção civil de Vila Real e arredores. A comissão de trabalhadores da região denunciou a situação da região referindo a importância que a iniciativa da greve teria para os próprios trabalhadores do sector que se sentiam traídos pela comissão negociadora sindical do CCT nacional, que decidiu, perante o Governo, levantar a greve nacional marcando para o dia 25 do mês passado. A estratégia militar da greve não se realizou, devido à paralisação geral até ser proclamada a portaria com o seu conteúdo.

Apesar disso, os sindicatos privados da construção e algumas organizações políticas continuaram operando e a maioria dos 123 edifícios demitidos de Tunes tinham justo deste Estado-Maior transmitiram um significado especial a esta greve de marcha, do qual nem o próprio antigo ministro do Trabalho se terá apercebido. O relatório oficial do 25 de Novembro é omissivo a este respeito, e não só. Para uma leitura mais simples destes acontecimentos recomendamos ao leitor para o artigo «As grandes manobras — Operação nos vãos foras» (pág. 3), e «25 de Novembro — Um golpe sem relatórios» (pág. 6).

Militares

assinado pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. O papel relevante do E. M. da F. A. F. nos acontecimentos do 25 de Novembro, e a medição que os 123 edifícios demitidos de Tunes tinham justo deste Estado-Maior transmitiram um significado especial a esta greve de marcha, do qual nem o próprio antigo ministro do Trabalho se terá apercebido. O relatório oficial do 25 de Novembro é omissivo a este respeito, e não só. Para uma leitura mais simples destes acontecimentos recomendamos ao leitor para o artigo «As grandes manobras — Operação nos vãos foras» (pág. 3), e «25 de Novembro — Um golpe sem relatórios» (pág. 6).

QUINTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 1976

Em terra onde as alcunhas dizem mais do que o nome próprio, «Manuel dos Tamancos», pai de Maximino, tornara-se feitor do conde de Almendra. Chefe da União Nacional e da PIDE, o nobre escolhia os presidentes de câmara, os regedores das aldeias, e tinha uns quantos informadores por conta, que lhe iam sussurrando o rumorejar da terra. As duas casas senhoriais, pertença dos viscondes de Banho e do conde de Almendra, detinham, entre vinhedos e olivais, mais de 80 por cento das propriedades.

Família de viver para o trabalho sete dias por semana, com cinco filhos para criar, os pais de Maximino trancavam-se em casa e não há memória e testemunhos de se terem integrado na comunidade local.

A mulher, mais beata, não se dava a tricotar bisbilhotices.

«Manuel dos Tamancos» jamais fora visto à porta da igreja em convívio com os outros homens da terra. O seu Deus era o conde. E a ele se dedicaria todo o tempo, percorrendo o calvário das estações do ano e da fertilidade das terras.

Max tornara-se amigo de Manuel Vargês, também de origens humildes. Nascido numa prole de 16 catraios, cinco foram levados cedo pela mortandade desse tempo. «Os filhos dos pobres» grudam um no outro. Max mais introvertido, humilde e pouco dado. Vargês, expansivo e brincalhão. Eram parilha de futeboladas, de ir aos ninhos das rolas e cuidar dos grilos em gaiolas de metal. A dupla lambuzava-se com amoras. Entregues a si próprios, eram ases a roubar melões e melancias e andavam na rua como as galinhas. À noite, recolhiam à «capoeira». Nas férias de verão, faziam de aios dos filhos do conde, com os quais brincavam. Aprenderam a podar crisântemos, ajudavam o padre nas missas, nos batismos e na catequese.

Pelo Natal, a viscondessa ofertava-lhes pijamas, camisolas, a roupa que sobejava dos seus meninos.

Daniel, irmão mais velho de Maximino, foi o primeiro a revoltar-se com a canseira dos dias.

Corroía-o ver os pais a trabalhar de sol a sol, mal pagos, por vezes meses sem receber. Era um rapaz forte, rude, pouco devendo à beleza, abrutalhado nos gestos e nos dizeres. Aquele viver de pobreza e miséria afiara-lhe as palavras como lâminas. Seria, por isso, o primeiro a ser apelidado de «comunista». Com o serviço militar a aproximar-se, arriscou: rumaria de vez a França, onde a mãe mantinha familiares. E dele não mais se ouviu notícia.

Max seguiria entretanto para o Seminário de Vila Real.

Em Almendra, as mulheres lamentaram que um rapaz «tão bonito» se inclinasse para o sacerdócio. Ele, porém, não iria ser apenas mais um. Da passagem pela cidade histórica duriense deixará, de resto, pasto para lendas. Jura-se ainda por ali, a pés juntos, que Maximino gravou nas paredes da casa dos condes de Almendra uma inscrição que o guiará até ao último suspiro: «Aprendi a servir o povo no nojo da burguesia.»



Desconfortável com a educação cristã espartana, submerso noite e dia nos conceitos de bem e de mal, de pecado e de penitência, cedo Maximino será propenso a desobediências no interior da Igreja.

O irmão Duarte viu-o «sempre pronto a responder às injustiças» e a sofrer «dissabores de outros padres».

Em 1967, ordenou-se a rezar missa nova em Fátima, mas o seu «batismo revolucionário» deu-se em França, por breve período, na insurreição estudantil e laboral de 1968.

Acabado o seminário, Max ocupara, na capital transmontana, a sala do 1.º andar na moradia da Travessa de Dom Dinis, n.º 2, alugada por 1000 escudos aos pais de Maria de Lurdes, também emigrados em França. A jovem vivia com a avó e a irmã. E o padre assumiu o papel de encarregado de educação das raparigas.

Maria das Dores, a proprietária da casa, começara por indagar se o sacerdote era «pessoa de bem». Confirmadas as boas referências, e depois de o hospedar em casa, tornara-se amiga e até confidente. Considerava-o inteligente e humilde: «Dava tudo o que tinha sem nada pedir em troca.» E até lhe fez uma coberta e pregou um fecho numas calças velhas. «Dizia que a virgindade não tinha valor nenhum. E tinha razão.»

Os anos seguintes levaram Max a Lisboa.

Trabalharia no setor estudantil da Ação Católica em 1971, seria professor no Liceu Padre António Vieira, na capital, e no Externato Sebastião da Gama, em Setúbal. A PIDE seguia-lhe já então os passos por vê-lo escudar estudantes que haviam sido suspensos injustamente, tendo perdido o ano. «Ou luto, arrisco, vou para a frente... ou para ser padre como tantos se veem prefiro sair», desabafara.

Vigiado, desconfiado de maldades que lhe estariam a preparar, Max recebe o 25 de Abril em êxtase. A 27, escreverá numa carta a amigos de Trás-os-Montes: «E por aí? O mesmo atraso, não? Dava-me vontade de ir falar, gritar...»

Se algo já o chamava, a vontade de regresso torna-se, nesse momento, indomável. «O meu povo é Vila Real e ele talvez precise de mim», justificou. Regressaria. Sentia que ali moravam a sua vocação e o seu destino.

Para o bem e para o mal, não se enganou.

Em agosto de 1974, as ideias de Max já geravam burburinho.

Os mexericos seriam tema de conversa entre Max e Manuel Varges durante uma viagem a Lisboa para batizar a sobrinha do amigo de infância, então residente na capital. Havia muito tempo que não se encontravam. As vidas de ambos e a geografia não ajudavam.

Antes da partida, Varges assistira a uma homilia celebrada na Sé de Vila Real, onde Maximino falara do fascismo, da repressão e da exploração do homem pelo homem. Depois seguiram juntos até Lisboa, no *Simca 1000*.

O bom condutor que Max era, apaixonado por ralis, não o livrava de percalços. A meio do percurso, teve um furo no pneu. Quilómetros à frente, a roda saltou. Max apertara mal os parafusos e andaram ambos à cata do pneu e dos ditos. Nem por isso a conversa abrandou.

Pelo caminho, o amigo, já então militante do PS, não deixara de refletir no que ouvira e ambos comentaram as incidências daquela manhã: «Ele queria pregar, a todo o custo, a versão humanista que a Igreja deve ter da sociedade, mas na altura essas ainda eram ideias perversas e perniciosas. E houve gente que não gostou.» Dito isto, desafiou-o: «Eh pá, tu tens um ótimo palco, podes pregar a visão cristã e humana da Igreja, dar a volta aos direitos dos cidadãos, por que é que tinhas de ir logo para a UDP?» Ao volante, Maximino replicou. «Eu sou da UDP porque a UDP é pela classe operária e pelos direitos dos explorados.»

O diálogo repetir-se-ia na cozinha da casa de Varges, na Estrela. «Não consegui dar-lhe a volta.»

Depois da festa de batismo, celebrado na Igreja de São João de Deus, despediram-se. Sem saber que seria para sempre.



O homem à frente do seu tempo regressara de vez a um meio conservador e tradicional. Em Vila Real, o vendaval de Abril não levantara uma folha, nem abalara por aí além a modorra desse viver.

Mas Max fora notado: era de esquerda, vestia calças de ganga, agitava consciências. O desagrado com o regime anterior tornara-se militância. Dava aulas no liceu e na Escola Industrial e Comercial. Mobilizava lutas de estudantes pelas ruas, contra a opressão. Celebrava missa em casa com alunos e amigos. Apoiava operários nas lutas fabris, andava com grupos de teatro de aldeia em aldeia, ensinava adultos a ler e a escrever. «Se eu desistir, quem há de ensinar a ler aquelas 40 pessoas da Cumieira que são analfabetas?», interrogara-se.

Maximino começara a ser falado. «Naquela fase primária do exercício democrático meteu medo. Meteu muito medo», dirá Mário Brochado Coelho, que o conhecera dois dias antes da morte em Vila Real, onde se deslocou a pedido do sacerdote para tentar dirimir conflitos laborais entre grupos de trabalhadores com as entidades patronais.

Os jovens seguiam-no, os pais temiam-no.

Panfletos sem nome intitulavam-no «famigerado e bandoleiro». Os amigos, alguns padres, admiravam-lhe as qualidades morais e profissionais, o bom caráter.

Famílias abastadas da terra, militantes da direita radical e a maioria dos sacerdotes da região olhavam-no como desagregador do rebanho, incapaz de seguir «uma linha de pudor que estivesse de acordo com os hábitos da terra». Boatos de sacristia relacionavam-no com roubos de avultadas quantias de dinheiro. Dirigentes do CDS ameaçaram-no em público que lhe davam um tiro. Uma comissão de pais exigiu ao bispo da diocese a expulsão da «ovelha negra».

Desde 1974 que os párocos reclamavam medidas, sob pena de o bispo ser «severamente criticado» e vir «a sofrer amarguras», ameaçavam.

O sacerdote Eduardo Sarmento lamentara «os desatinos doutrinários e disciplinares» de Max. O padre Portelinha benzia-se ante tantos pecados, mas um dia não foi de rezas e atirou-se ao gasganete do insolente Maximino: «Você é daqueles que me hão de matar, mas a vingança será terrível!», prometeu. Cartas endereçadas ao bispo referiam-se, em jeito de escândalo, a ditos e reditos atribuídos ao padre em sessões públicas. Segundo as missivas redigidas em nome da generalizada indignação no meio católico transmontano, Max teria acusado padres e bispos de «conservar o povo ignorante para assim o dominarem» e defendera o fim das aulas de Moral nos liceus, por serem «fantoçadas». Maximino teria ainda revelado, numa dessas ocasiões, que fora certa vez convidado a confessar o antigo Presidente da República, Américo Tomás. «Recusei-me a fazê-lo, pois não sabia a penitência a aplicar-lhe», justificara.

Max era, por esta altura, candidato a deputado nas listas da UDP nas primeiras eleições livres para a Assembleia da República. Num comício na sede dos bombeiros, atizaria ainda mais os altares e a beatice: «Se há tantos padres de direita, por que é que um não há de ser de esquerda?», desafiara. Para o sacerdote, aquela era uma «luta de morte» para evitar que uns tivessem «pão de primeira» e os outros nem o vissem. E perguntava, quase em súplica: «Como é que um capitalista pode celebrar ou dizer todos os dias “o pão nosso” quando o tipo tem o celeiro de todos?» E perguntava, mais e mais: «Quem foi que matou milhares de jovens transmontanos numa guerra que nunca compreenderam, que lhe chamou patriótica e que fez com que eles não tivessem mais casa, não tivessem mais família, não tivessem mais campos?», pregava, imparável. «Quando a Igreja organizar o povo já não precisamos de caciques», desafiara. «E então a esquerda – no

trabalho e na luta – dará a propriedade que o povo merece e não a exploração.»

O padre Manuel Morais era dos poucos que lhe tinham «estima e consideração».

Mas o clima entre religiosos ardia como o fogo dos infernos. «Disse-me o senhor bispo que há grande falatório, que fui levar a revolta aos jovens de Vila Real», comentara o próprio Max. «Coitados! O Evangelho é terrível. Quem o prega a valer, sem ser por dinheiro, já sabe: só a “cruz” o espera.» Na verdade, o bispo D. António Cardoso Cunha, que se afeiçoara ao sacerdote desavindo, esticou a corda até onde pôde. «Tenho sido inalteravelmente seu amigo, não obstante os grandes dissabores que (...) tenho experimentado nestes dois últimos anos, devido à sua conduta e atividades de natureza política. Sinto-me no dever de dar uma explicação pública a toda esta gente», escreveu o bispo de Vila Real, resignado, num bilhete enviado ao «caro Maximino», a 15 de março de 1976.

Ato contínuo, Max foi proibido de exercer o ministério. E nem à esquerda tinha o pleno das bênçãos. Militantes do MRPP acusavam-no de traição. O bispo contara aos investigadores do crime que teria até havido alterações entre o padre e os militantes daquele partido. «Vós precisais de aprender a nadar», atizara Max. «Também o senhor precisa de aprender a voar», rosnaram os outros. O MRPP nem sequer lamentou a sua morte. Arnaldo Matos, então líder e «grande educador da classe operária», garantira, inflamado, num comício: era o padre quem levava a bomba que o matou.

O temperamento de Max punha-o a jeito para aflições.

Foi ameaçado e puxado pelos colarinhos em reuniões de associações de pais e do clero local. Um *Morris* vermelho e um *Alfa Romeo* verde rondavam-no. Famílias influentes e grupos de rufias da região tiravam-lhe as medidas. Cartas ameaçadoras, anónimas, eram frequentes. «O seu lugar não é junto dos estudantes mas sim em Lisboa junto das prostitutas», escrevia-se. Nos muros do liceu, pichagens prometiam-lhe a morte. «Max, porco e sabujo», lia-se.

À noite, jovens do CDS entretinham-se a insultá-lo à porta de casa e atiravam-lhe garrafas de vinho, por vezes cheias. Saber-se-ia mais tarde que várias das cartas anónimas haviam sido datilografadas numa máquina *Olivetti Lettera 22* encontrada na sede do CDS de Vila Real.

Max passou a recear a própria sombra.

Inspecionava o automóvel antes de entrar, era cuidadoso com o fecho das portas, mas a direita, na parte traseira, não teve emenda nem na oficina.

Por duas vezes lhe furaram os pneus, puseram bilhetes ameaçadores no para-brisas e paus de fósforos na fechadura do carro.

Ramiro Moreira, operacional da rede bombista de extrema-direita, fez-se passar por sindicalista para o vigiar no início de 1976. «Mandaram-me ir ver o que o padre Max andava a fazer por aquelas bandas», admitira. «Era um homem que se servia da política para outros fins, mas não era um homem perigoso, não era nada perigoso», dirá o bombista. «Eventualmente, teria de se lhe dar uma coça» ou «pintá-lo com zarcão e deixá-lo todo nu no meio da praça principal de Vila Real», comentara-se em reuniões do MDLP. Mas algo mais seria planeado.

Na brincadeira, Max dizia que qualquer dia lhe punham uma bomba. «Não desisto e, se morrer, é por uma causa justa», ouviram-no, mais a sério.

Queixava-se pouco. Mas nos dias que antecederam a morte viram-no triste e apreensivo. Com uma exceção: «A coisa que mais me alegra é que, daqui a um mês, a Maria de Lurdes vai fazer 18 anos e votar à esquerda.»

Ao final da tarde do dia 2 de abril de 1976, a amiga Maria Manuela disse-lhe à porta do liceu que não ia com ele, nessa noite, à Cumieira.

«Então não te vejo mais.»

Percebendo na amiga um sorriso assustado, ele corrigiu.

«Não te vejo mais... hoje.»

Esteve depois no Governo Civil num encontro de todos os partidos para discutir as eleições desse mesmo mês. Aí, lamentou a reação que vinha sentindo nos meios rurais e pediu compreensão democrática. A reunião foi cordata.

Antes das 22 horas deu boleia a um rapaz do seu curso noturno que ia ao hospital tratar de uma queimadura na perna direita.

Seguiu depois para a Cumieira.

Entregues os garraões de vinho vazios em casa de Carlos, só parou na Casa da Cultura. A bomba foi colocada no seu carro enquanto dava a última aula de um dia esgotante.

Na estrada, depois da explosão, corpo prostrado no asfalto, só pediu:

«Vejam como me levam.»

Era o último fôlego do padre que havia ajudado os alunos a ensaiar a peça *Mortos sem Sepultura*, de Sartre, escrita trinta anos antes. O original retrata a personagem Canoris, homem de ação, pronto a enfrentar a morte em nome da liberdade.

Ao funeral, a 5 de abril, assistiram 20 mil pessoas. O comércio e os serviços fecharam portas. «Coisa nunca vista», diz quem lá esteve.

A missa foi celebrada pelo padre Hélder Sá na presença de 40 sacerdotes, vindos de todo o País. Os párocos de Vila Real recusaram celebrar a missa de 30.º dia. O altar dividiu os homens perante Deus. E a Maximino, à terra roubado, até o céu proibiram.

Na hora de recolher roupas, livros e outros objetos pessoais do falecido, Duarte Barbosa, irmão de Maximino, encontrou várias cartas anónimas ameaçadoras. Mas quando setores da Polícia Judiciária do Porto entraram em campo preferiram dar corda ao preconceito e enveredar pela pista do crime passionai. A teoria, mirabolante, apontava Carlos, amigo de Max e de Maria de Lurdes, como autor do crime e proprietário da bomba, que teria até a forma de garrafão de vinho. Carlos esteve confessadamente apaixonado por Maria de Lurdes, mas ela pediu tempo.

A jovem estaria grávida de três meses quando morreu e o padre Maximino seria, para a Judiciária, o principal motivo de ciúme de Carlos. O amigo seria insultado e enxovalhado durante um inquérito. E ouviria, da boca de um agente que o intimidava, uma frase lapidar: «Uma das desgraças que trouxe o 25 de Abril foi acabar com a PIDE.»

Manuel Varges, o amigo de tempos idos que nunca vira maldade em Maximino, conhecia bem o território em que se lavrava boataria a esmo. «A cultura vigente nas aldeias era esta: se um homem andava muito tempo com uma rapariga só podiam ser namorados ou amantes.»

A PJ teceu a pista passionai sem haver amanhã, vertendo-a para os relatórios. Tudo se conjugava: o padre «dava política de modo a cativar os alunos segundo a ideologia da UDP», era defensor «do chamado amor livre» e vivia «maritalmente» com Maria de Lurdes. «Por tudo isto e o mais que não foi possível averiguar, o padre Maximino não gozava de boa reputação», concluía-se, de forma desassomburada.

Nesta altura, os agentes «do antigamente» na PJ do Porto adaptavam-se o melhor que podiam à nova realidade.

«Mas puseram a ideologia a comandar as investigações», conta quem viveu esse período por dentro. Não espantou, por isso, a displicência na salvaguarda de elementos de prova.

A chapa exterior de uma das portas do carro só foi encontrada no socalco de uma vinha mais de dois meses depois do atentado. Passou idêntico período até que fossem recolhidos pedaços do tapete do veículo e examinados os vestígios da bomba. Por esses dias, já excelências da direção nacional da PJ se encontravam com eventuais testemunhas do caso antes de os investigadores chegarem a elas.

Só nos anos 80, quando foi necessário voltar à estaca zero, o caso do padre Max entrou em trilhos sólidos: o crime político.

A investigação do assassinio, por desconhecidos, do industrial Joaquim Ferreira Torres, em agosto de 1979, iluminou a noite da Cumieira. Um crime levou ao outro.

Mais tarde, o julgamento do «Sãobentogate», que limpou a PJ do Porto da corrupção mais endémica, fez o resto. O 25 de Abril chegará finalmente à Judiciária.

Torres, esse, era o financiador conhecido do MDLP, presidido por Spínola e liderado por Alpoim Calvão. O movimento, organizado a partir de Espanha, pôs Portugal a ferro e fogo entre 1975 e 1976. Segundo um dos seus quadros, o MDLP custava 3 mil contos por mês (mais de 400 mil euros em 2015). Pagava 30 mil pesetas aos casados, 20 mil aos solteiros. Deixou um rasto de bombas e incêndios em alvos de esquerda, a par de vítimas mortais.

O papel de Torres no planeamento e financiamento da operação da Cumieira provou-se no Tribunal Judicial de Vila Real. Contou com a ajuda de gente ligada ao MDLP, ainda que, na época, pudessem já andar em roda livre, quais prestadores de serviço à conta de bom dinheiro.

O receio de Torres voltar a ser preso por causa da rede bombista fê-lo ameaçar, à boca cheia, que abriria o livro sobre as cumplicidades e negócios feitos à sombra do MDLP. Não era *bluff*, foi o seu fim.

O industrial fora, logo após o 25 de Abril, fiel depositário de fortunas e valores de figuras influentes e poderosas recolhidas no estrangeiro. Uma época em que o MDLP contou com fiéis amigos na PJ do Porto. «Protegia-se gente do fascismo e camuflava-se o envio de importantes somas de dinheiro para fora do País», segundo históricos da «casa».

O «submundo» do MDLP, feito de segredos cúmplices e negócios sujos à margem do terrorismo político,

intimidara os próprios membros. Francisco Pessoa, que se tornara secretário, piloto e homem de mão do comandante Alpoim Calvão no MDLP, seria esclarecedor quando inquirido no processo. Ao denunciar em tribunal aqueles que, na sua opinião, teriam sido os executantes do crime, «Chico Pessoa» sentiu-se a entrar «numa extrema e delicada situação de segurança pessoal», temendo pela sua vida e a dos seus familiares.

O processo do padre Max foi dos mais viajados da Justiça portuguesa.

E dos mais longos.

Houve de tudo. Além da falta de meios e solicitações constantes para que se desistisse de vasculhar o passado, teve agentes da PJ apanhados nas escutas a sabotar a atividade de colegas. «Trabalhava-se com uma faca nas costas», diria um deles.

As investigações, na sua fase inicial, «não permitiram a salvaguarda de elementos probatórios», foram marcadas por um «comportamento tendencioso e intimidatório» e resumiram-se à utilização de «meios artesanais», registará o inquérito.

A sentença de um processo com 15 volumes e mais de 4 mil páginas foi proferida em 1999, 23 anos depois do crime e de uma procissão de avanços e recuos.

O MDLP foi condenado enquanto organização que planeou e financiou o atentado. Os alegados executantes foram absolvidos por falta de provas.

Para trás ficará um libelo acusatório que incluía o cónego bracarense Eduardo Melo, o tenente-coronel Canto e Castro e os industriais Rui Castro Lopo e Joaquim Ferreira Torres. Os quatro teriam urdido o «sinistro plano». O sacerdote minhoto lavara daí as mãos. Não conhecia Maximino, nem sequer sabia o seu nome completo, diria, em sua defesa.

Eduardo Melo, na verdade, havia sido confessor do padre Max, mas a sua memória desvanecera-se. Na penumbra ficara também certa madrugada do início da década de 80 quando assomou à porta das instalações da Polícia Judiciária de Braga. «O cónego Melo aqui?! A esta hora?!», indagou o agente que estava de piquete, seu antigo aluno de Grego no seminário. O sacerdote soubera que, por aqueles dias, inspetores da PJ teriam rondado a zona. Andariam à cata de indícios e testemunhos que pudessem iluminar as trevas do inquérito sobre a morte do padre Max. Os volumes, circunstancialmente, repousavam naquelas instalações. «Será que eu poderia ver o que eles andaram a fazer?», mendigou junto do seu antigo educando, agora de farda posta. «Eram umas quatro da manhã e o certo é que ele consultou o processo como quis...», confessa o homem que, nessa noite, fraquejou diante da divinizada figura da arquidiocese minhota.

O cónego Melo nunca seria condenado. Foi mais tarde afastado de qualquer suspeita no crime. A bem, supunha-se, da descoberta da verdade. «Sempre nos foi dito que se ele não estivesse lá metido a coisa andava mais depressa», justificou um dos elementos da Polícia Judiciária que agarraram o processo à beira da prescrição.

O julgamento incluiu um desfile de chefes e colaboracionistas da rede bombista.

O desenlace possível deveu-se, em boa parte, ao profissionalismo e persistência de dois investigadores da PJ. Um foi Artur Pereira, ele próprio natural da Cumieira e conhecido do padre Max. Quando o inquérito lhe chegou às mãos, nos anos 80, pediu dispensa do processo, dada a sua proximidade com o sacerdote, que substituíra, de resto, nas aulas de Francês. Na PJ, porém, decidiram mantê-lo nas investigações.

Já nos anos 90, seria Vítor Alexandre, operacional da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), a tomar conta do caso. A ele se deve o facto de Max não ter morrido duas vezes.

Se o inquérito manteve desperto, por mais de duas décadas, o crime da Cumieira, tal também se deveu à persistência do então procurador Paulo Sá e a Mário Brochado Coelho, advogado das vítimas. «O modo como foram investigados e julgados os processos relativos a “crimes de direita” foi mais benévolo. Encobriram-se responsabilidades e responsáveis deliberadamente. O caso do padre Max e da Maria de Lurdes foi um paradigma de obstrução sistemática à descoberta da verdade. E estivemos muito perto de sabê-la toda», afirmou o causídico.

Se não a sabemos «é porque há coisas do presente que ainda assentam neste passado», concluíra um dos investigadores do caso. «Olhe-se para a matriz do regime, para a gente que beneficiou do que se fez naquele tempo e tirem-se as conclusões. Os indultos vieram da própria esquerda.» Há uns anos, um antigo alto quadro do MDLP resumia a situação à Judiciária nestes termos: «Temos de dizer aos avós daqueles que estão no poder para pôr os meninos nos eixos, a ver se eles se portam bem. Se não isto ainda acaba tudo outra vez à estalada.»

Ou seria à bomba?

Hoje, na Cumieira, quase não há vestígios desse tempo.

A Casa da Cultura deu lugar ao novo edifício da Junta de Freguesia.

E ao quilómetro 71 só uns dizeres desbotados inscritos numa paragem de autocarro velha e enferrujada

insistem em preservar a memória que não perdeu validade: «Padre Max, assassinos à solta».

No Cemitério de Santa Iria, o jazigo de Maria de Lurdes é a cara do desleixo.

A campa de Maximino de Sousa é a 1240, a dois passos.

«*Le Temps Passe, le Souvenir Reste*», lê-se.

As flores são de plástico, mas o craveiro ao fundo da laje preta tem cravos a florir, em rebeldia. Apenas uma funcionária da Segurança Social de Vila Real lá vai, às vezes.

Todos os anos, Maria Augusta, feliz zeladora do cemitério a meias com o marido, recebe chamadas do estrangeiro. São emigrantes pedindo que enfeite a última morada dos familiares.

Pelo padre Max e Maria de Lurdes ninguém telefona.

Para eles, já não há velas nem flores.

EPÍLOGO

Em 2014, o jornalista Ricardo de Saavedra editou O Puto, biografia do «comandante Paulo», ou melhor, Manuel Vicente da Cruz Gaspar, nascido em Montepuez, Moçambique. Tratava-se de um ex-comando refugiado na África do Sul, combatente no Esquadrão Chipenda, da FNLA, em Angola. Seria depois um dos operacionais do terrorismo de direita em Portugal e um dos radicais envolvidos na fuga dos «pides» de Alcoentre, onde se encontrava detido. Ricardo de Saavedra entrevistou o «comandante Paulo» em Joanesburgo, em 1979, numa casa da Monk Street. Gravou 23 cassetes durante 25 encontros e manteve o seu conteúdo resguardado por 35 anos. Em determinada fase da longa conversa, «o Puto» descreveu uma viagem a Vila Real: «O objetivo era o carro de um padre comunista de Trás-os-Montes, que usava boina à Che e, embora professor, precisava de lição à antiga, um susto à maneira.» Juntamente com um colega de apelido Favas, rumou a Vila Real a 2 de abril de 1976. Dia em que três elementos se juntaram à dupla e, segundo ele, se terá delineado o atentado a Maximino Barbosa de Sousa, o padre que «temperava regras de moral e gramática ou trechos literários de português e francês com aforismos de esquerda, acrescidos de considerações um tanto lascivas, que escandalizavam beatas e precatados varões das paróquias à volta da cidade». O embrulho com o engenho que mataria o sacerdote foi colocado no carro «em sessenta segundos». Regulado para três horas e meia, o tempo permitiu que «o Puto» e Favas ganhassem centenas de quilómetros em direção a sul antes do rebentamento. Foi a «dedilhar ladainhas» que passaram Peso da Régua e chegaram a Viseu. No momento em que o padre Max já transportava consigo a bomba que assinalaria o seu trágico destino, e «atendendo ao adiantado da hora», o «comandante Paulo» resolveu parar o carro. Descansado, foi «calar a grafonola com um cabrito estufado que estava de comer e chorar por mais».

CAPÍTULO 11

No reino do «Batateiro»

«Olha para mim, filho da puta, assassino de merda! Mataste a minha mãe em São Martinho do Campo, lembrás-te?!»

Desde o primeiro segundo em que o vira, de raspão, só pensara naquilo: queria agarrá-lo pelos colarinhos, dar-lhe um safanão.

Remoera aquele instante demasiado tempo. Projetara-o. «Vai ser corpo a corpo, frente a frente.» Queria ver a reação dele, fulminá-lo com os olhos, interrogar uma côdea de consciência, se houvesse.

A oportunidade chegara, quase 40 anos depois.

Cruzaram-se à entrada do supermercado no El Corte Inglés, em Vila Nova de Gaia. Nélsion conhecia-o das aparições públicas. Ramiro Moreira não se lembraria dele, decerto. Seguiu-o, com a frase a latejar na cabeça, coração descompassado, como quem ajusta contas por antecipação.

«Olha para mim, filho da puta, assassino de merda!», martelara para si próprio. Uma, duas, três vezes.

Felino, fora no encaicho da «presa», estugando o passo entre corredores e balcões, à coca da ocasião. Mas Ramiro andava depressa.

Depois, bem... depois apareceu a mulher dele.

«E eu vim-me embora.»

Nélsion Teixeira foi o único dos quatro filhos de Rosinda Teixeira que dormiu em casa na madrugada dantesca de sexta-feira, 21 de maio de 1976. Tinha 19 anos e era estudante liceal.

A irmã Maria andava em Direito, em Coimbra, e estava assoberbada pela época de exames. Ulisses também estudava naquela cidade universitária e jogava nas camadas jovens da Académica. Francisco, o outro irmão, fora visitá-los, acompanhado do tio Jorge, dono da pequena loja de fazendas e miudezas na parte baixa da casa onde viviam.

Moravam no lugar de Arnozela, São Martinho do Campo, Santo Tirso, cacho de povo espremido na geografia operária do têxtil.

O quarto dos pais era virado para a frente da moradia. O dele e o dos irmãos ficavam nas traseiras.

O rebentamento ouviu-se às três horas. No Convento de Roriz, a um quilómetro de distância, freiras «de sono tranquilo» lançaram-se «convulsas, amedrontadas, para fora dos seus leitos», dirão os relatos dessa noite. «Uma bomba, salve-me Deus!», benzera-se uma delas.

A 50, 60 metros, casas abanaram. «Uma coisa pavorosa», comentou-se na vizinhança. A explosão ecoara num raio de 50 quilómetros, juraram testemunhas e escreveram os jornais.

«É um tremor de terra!», assarapantou-se Rosinda, que dormia.

«Não, mulher, meteram-me uma bomba no carro!», pensou António.

O casal fora projetado para fora da cama. Segundos depois, o leito desaparecia soalho abaixo. Enquanto se arrastavam para a porta, Nélsion, no quarto em frente, acordara estremunhado, escutando a voz longínqua da mãe, a chamá-lo. Ainda pensou que o rumor viesse de fora, por isso afastou as cortinas e escancarou as janelas. Não viu nada. Depois, abriu a porta. «Metade do corredor, do lado direito, já não existia. Tábuas, nem vê-las. E havia lume em baixo.»

Do quarto dos pais vinham vozes abafadas. «Abre a porta, Nélsion, abre a porta...» Ele atarantado, António e Rosinda a chamar, rogando que empurrasse o retângulo maciço de madeira que não abria de todo.

Tentou, desembestado. Então, descalço, de pijama, desatou ao pontapé com quantas ganas tinha. Por fim, a porta cedeu.

Correram então os três para a saleta. «Estava tudo escuro, só víamos baforadas de lume atrás de nós.»

Foram diretos à porta que dava para as escadas em pedra, mas caíram no meio dos destroços de móveis. Recompuseram-se e forçaram a fuga, de novo. «Nesse momento, deixei de sentir o meu pai.»

Tentaram forçar a porta, sem sucesso. «Só me lembro de escutar a minha mãe a dizer “Ai Jesus”. Foram as últimas palavras que lhe ouvi.»

Nélson sentira a morte iminente. O manto de lume por cima, quase a cobri-los. E ele esganado pelo fumo.

Ainda teve forças para alcançar a janela que dava para as escadas. Abriu-a. «O ar entrou-me no corpo como um solavanco, reagi como se tivesse dado um pulo.»

Caiu, desamparado, nas escadas de pedra, ao relento.

Depois projetou-se, degrau a degrau. «Vóltei atrás, subi e tentei derrubar a porta por fora.»

O corpo do pai tombara, entretanto, no parapeito da janela.

«Parecia um homem-tocha, sabe o que é?»

O filho saltou das escadas para puxá-lo pelo braço, pela cabeça.

Caíram ambos, a arder, entre a erva e as couves. «Estava tudo húmido, do orvalho da madrugada. Saltei para cima dele e esfreguei-o no terreno. Lembro-me de levantá-lo e atirá-lo de novo ao chão.»

António Teixeira, 49 anos na altura, ficou com queimaduras de terceiro grau. Mais tarde seria obrigado a fazer enxertos de pele nas costas. Nélson sentira o fogo a lamber-lhe os pés, as mãos, a chamuscar o cabelo. O pijama era um trapo fumegante.

Os tios e a avó moravam perto. Vieram a correr.

Nélson estava ainda a tentar apagar as labaredas que cobriam o pai.

«A mãe! A mãe lá em cima! A mãe ainda está ali na porta!», gritou, apontando na direção da casa. O pai pedia o mesmo, voz desmaiada. «Mas já não vi mais nada. Um vizinho meteu-nos dentro do carro e seguiu para o Hospital de Santo Tirso.» O tio, entretanto, queimara as barbas a tentar arrambar a porta. Mas era tarde: o soalho rúira de vez, precipitando também o corpo de Rosinda Teixeira, 40 anos, que perdera os sentidos sufocada pelo fumo.



Rosinda Teixeira numa das últimas fotos, tirada a poucas semanas da sua morte

A bomba fora posta debaixo da varanda do quarto do casal nessa noite. No primeiro relatório sobre a ocorrência, a PJ destacou a precisão com que os criminosos haviam procedido. O facto de deixarem o carro de António Teixeira intacto inclinara os agentes para uma conclusão: «Nunca lhes passou pela cabeça que o Teixeira e os restantes familiares, que se encontravam em casa naquela hora, pudessem escapar à morte.»

Engenho idêntico havia sido utilizado semanas antes na embaixada de Cuba, em Lisboa, tendo fulminado dois funcionários diplomáticos.

A trabalhar numa fábrica têxtil do Bugio, em Fafe, e arrumado por lá num quarto de pensão, António ia a casa apenas à quarta-feira, para jantar. Partia aos primeiros sinais de alvorada, regressando de novo aos fins de semana. Nessa ocasião, contudo, o técnico de fiação aparecera em casa na quinta-feira, um dia mais tarde do que o habitual. A mudança repentina das rotinas deu azo a suposições a propósito da existência de informadores na terra, atentos aos seus movimentos.

Ele, porém, não desconfiara de nada. Chegara exausto por volta da uma da madrugada e apagara as luzes hora e meia depois.

A explosão, potente, quase não deu para entrar no sono.

Até ali, ele não havia sido sequer ameaçado nem existiam indícios de que tal violência pudesse ser desencadeada. Ou haveria?

Horas antes do atentado, o posto da GNR de Santo Tirso recebera um telefonema anónimo anunciando que explodiria uma bomba em São Martinho do Campo. O autor da chamada recusara identificar-se, mas aludira a uma conversa que escutara nessa noite entre dois homens.

Nas imediações da casa da família de António Teixeira notara-se, horas antes do estrondo, a presença suspeita de um condutor solitário ao volante de um *Opel 1904* branco. Observado com estranheza por parte de rapazes madrugadores, o automóvel desapareceria num átimo, de luzes desligadas.

A divulgação da matrícula, dias depois, tornaria tudo mais nítido.

A presença do mesmo veículo fora referenciada em atividades incendiárias ocorridas noutras localidades.

No Porto aparecera associado ao lançamento de panfletos para dentro do Quartel-General da Região Militar do Norte, com acusações ao comandante Eurico Corvacho e ao PCP.

O *Opel* fora também identificado num comício do CDS na Póvoa de Varzim e no assalto à sede do MDP/CDE na Cidade Invicta. Do interior do automóvel teria sido incitada, com ajuda de um megafone, a destruição das instalações daquela força política de esquerda. Também a sede da LCI fora alvo de uma granada ofensiva lançada do automóvel. Maços de propaganda do ELP teriam sido distribuídos à guinada, e no mesmo carro, noutros aquartelamentos militares e na Baixa do Porto.

O condutor, em todas as situações, fora o mesmo. Chamava-se Ramiro Moreira, tinha 34 anos à época e dizia ser «técnico químico têxtil». Antigo segurança do PPD, estava há muito referenciado pelas atividades bombistas de que se vangloriava em conversas de café.

Os holofotes da noite fatídica de São Martinho do Campo não tardaram a ser apontados para ele.

Previdente, Ramiro simulara, quatro dias antes, uma queixa na polícia. Dirigira-se à 17.^a Esquadra da PSP do Porto e denunciara, para despistar, o roubo de documentos do interior do seu automóvel. Entre a papelada que levara sumiço estavam o livrete, o título de registo de propriedade da viatura, a carta de condução e o bilhete de identidade. Nos dias posteriores ao atentado, e tendo o seu *Opel* sido referido na imprensa, Ramiro deu mais pano à encenação. Deslocou-se à redação do jornal *O Comércio do Porto* para declarar «falsa» a notícia de que o seu carro teria sido visto em São Martinho do Campo na noite do crime. Estaria assim explicado o furto de documentos do *Opel*, insinuara. Segundo ele, o alegado criminoso tentara culpabilizá-lo, explicaria a 23 de maio, ouvido de novo na PSP. De resto, argumentara, a cor do automóvel nem sequer seria a mesma.

Tudo iria desvendar-se meses depois, em pleno verão de 1976.

Detido no âmbito das investigações à rede bombista em agosto daquele ano, Ramiro Moreira, temeroso, «abriria o saco» na Polícia Judiciária.

A sua «assinatura» estava em seis explosões ocorridas em residências, jardins e oficinas da zona de Santo Tirso. Em alguns desses raids afogueados acompanhara-o Manuel Macedo, dirigente do MDLP.

No atentado que resultara na morte de Rosinda, o bombista utilizara uma carga de gelamonite, mas, segundo ele, os resultados teriam ido além do previsto. A explosão de botijas de gás que se encontrariam à porta da casa teriam piorado o cenário, desculpou-se. Manuel «Águia» e Teixeira Gomes, dois outros bombistas debaixo de olho da PJ, foram os seus cúmplices nessa ocasião.

O *Opel*, que efetivamente era branco, mudaria de cor a seguir ao atentado, para não levantar suspeitas. Ramiro nem sequer pagara a pintura e muito menos o veículo lhe pertencia. Na verdade, roubara-o em novembro de 1975 para usá-lo nas ações terroristas.

O disfarce revelara, afinal, o bandido.

Mas havia perguntas por responder: quem ordenara a bomba que vitimou Rosinda Teixeira? A quem era dirigida e por quê?

S. R.

POLÍCIA JUDICIÁRIA
SUBDIRECTORIA DO PORTO

Relatório sobre os factos ocorridos em São Martinho do Campo.

a)-O irmão do Ribeiro diz ter visto cerca das 3 das manhã do dia 21 e talvez um quarto de hora antes de ter ouvido o funcionamento da bomba, no largo que indicou um automóvel da marca Opel 1604 ou 1904, deslocar muito devagarinho pela rua à verba da qual se situa a referida casa. -Que embora desconheça a quem pertence e nem tenha ficado a conhecer o indivíduo que o guiava a verdade é que estranhou a presença do referido carro. (HN-95-66) Ramiro

b)-O senhor Alberto que reside na rua ... foi abordado ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ por um indivíduo de nome Adelino Ferreira, lugar de Furdelho-Telefone-54121-Residência (p.f.)54414 - que lhe disse que quando ouvia dizer que andava fogo numa casa em São Martinho do Campo logo suspeitou que o fogo só poderia ser na casa do Teixeira ou do Ribeiro. (sic) . Disse ainda mais o Alberto que uns dias antes das eleições para a Assembleia da República o ANTONIO MARTINS, residente no lugar de VISTA Alegre, frag. de S. Salvador do Campo e Trabalhador na Fábrica Flor do Campo, o abordara perguntando-lhe se era amigo de TEIXEIRA e, como lhe tivesse dito que sim, afirmou-lhe: "A casa do Sr. Teixeira esteve mesmo, mesmo para arder mas ele ainda tem amigos que o evitaram. -Que o Alberto naquela altura não suspeitou que se andasse a projectar o que no dia 21 de Maio se deu, motivo pelo que nada disse ao Teixeira, se não muito mais tarde.

Ouvindo o Teixeira na Ordem do Carmo indica a falta de visitas

Naquele tempo, São Martinho do Campo era uma igreja, cinco cafés, duas associações recreativas, uma dúzia de fábricas, uma estalagem, uma ponte histórica do tempo das invasões francesas e um campo de futebol com as medidas máximas. Faltavam escolas e serviços de saúde, enquanto os beneméritos cuidavam de gravar a filantropia no mármore. A população residente não ultrapassava as duas mil almas, mas havia perto de seis mil operários «flutuantes.»

Contíguo à freguesia, erguia-se o mosteiro beneditino de Singeverga, famoso pelo licor de produção exclusivamente monástica. Entre orações e meditações, os monges consumiriam, por semana, cerca de vinte exemplares do semanário *A Rua*, de elevado teor de direito.

Na região reinava o comendador Abílio de Oliveira, espécie de senhor feudal, benzido por frades laboriosos e fermentado pela ditadura.

Santo Tirso, sede de concelho, tornara-se o maior aglomerado têxtil no País e a freguesia concentrava o grosso dos teares.

A 25 de abril de 1934, Abílio fundara A Flor do Campo, passo de gigante para o que viria a ser o seu império industrial, ao qual se juntariam mais tarde outras empresas da família.

A terra era falada. Gerara um par de juristas com pergaminhos que a pátria entretanto adotara, ambos ministros da Educação Nacional: Carneiro Pacheco e Pires de Lima. Depois apareceu Abílio de Oliveira, «um homem invulgar», de «espírito altruísta», segundo os apaniguados. De onde viera ele?

Nascera em São Mamede de Negrelas, que também foi freguesia daquele município, a 12 de janeiro de 1905. Pais «muito pobres» e escolaridade diminuta (4.ª classe) atiraram-no para a dura vida de pedreiro aos 12 anos, segundo a biografia oficial. «Como não se pode ser burro na própria arte», justificara, continuaria de lâmina e tesoura a «fazer barbas» para amealhar tostões.

Rumaria então a Ervedosa do Douro, em São João da Pesqueira, para trabalhar na construção civil. Convidado por um brasileiro que terá visto nele capacidade e servidão, Abílio de Oliveira começaria a pôr pedra 12 horas por dia, descansando as cruces num palheiro e cuidando das carnes à razão de marmitas diárias de arroz e feijão.

Não demoraria a refeioar e dormir na casa do patrão, que o amparou, supostamente reconhecido e ferrado

na dedicação do moço. Pago acima da média para o ofício, Abílio foi deitando o olho a outras possibilidades.

Principiara por comprar sacos de figos a produtores e vendê-los à firma Cancela Velha, do Porto. Ajudado por empréstimos, foi lesto a alugar um armazém na estação ferroviária de Lordelo (linha de Guimarães), tornando-se pequeno comerciante.

De carroça pelas feiras, embolsa os primeiros proveitos, com a castanha a puxar brasa e clientela. Galvanizado, deitaria a caixa de ferramentas ao rio Vizela e proclamara: «Vou trabalhar em negócios.»

Aos poucos começara a descascar o futuro: batatas. Com elas o povo cozinhou a alcunha que manteve até à morte: Abílio «Batateiro». «Até fico muito contente, pois negocieei muito e foi um dos produtos que também me ajudaram a ganhar dinheiro», reconheceria, nas suas memórias.

Enquanto o mundo era levado às cordas pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque e Salazar ensaiava a pobreza remediada das décadas vindouras, Abílio fazia promessas de amor eterno a Maria da Conceição, filha do «Júlio da Ponte», nome tasqueiro e merceeiro das imediações da Ponte de Negrelos.

O matrimónio consumou-se a 6 de novembro de 1929 sem efusões. Lua de mel era coisa de filmes. «Às quatro da manhã tivemos de nos levantar para cozer cinco fornadas de pão de milho, que era o que mais se vendia.» Ele peneirava, a mulher dava lume à água. Ele amassava, ela fazia as broas. «Cinco fornadas por dia», conta Abílio na autobiografia com lustro de lenda, deixada à família.

O comendador em construção virara taberneiro, tomando conta do negócio do tasco. Tornara-o mais aseado e trouxera do Porto rara variedade de mercadorias. Mesmo assim, continuaria durante algum tempo a dormir por trás das prateleiras da loja, entre um metro de chita e meia canada de tinto. Numa máquina a petróleo de um só bico cozinhavam-se as refeições. Dias, meses, anos são passados a amearhar crostas e a esmigalhar o que os clientes rejeitam: pão duro escaldado com rabos de bacalhau. O resultado era um eufemismo sensaborão que a rotina e as dificuldades tornariam intragável. «Já vomitava açorda pelos olhos», lamentar-se-á Abílio.

Vendia azeite de Mirandela, do Cachão e de Alferrarede. Fazendas para fatos de homem e senhora, comprava-as na serra da Estrela. Negociava mercadorias com industriais de Santo Tirso e Guimarães. Ao pecúlio juntavam-se quatro ou cinco vagões de cal que, a cada mês, chegavam da Figueira da Foz. E assim se completava a argamassa familiar.

Os negócios expandem-se, outros sonhos borbulham.

Alertado por um amigo, o comerciante espreitara uma fábrica têxtil no lugar da Ponte Nova, em São Tomé de Negrelos. Depois de bem regatear o preço, Abílio de Oliveira estreia-se no ramo industrial com oito teares antigos, uma caneleira, uma encarratadeira e uma urdideira. O algodão não demoraria a tomar o lugar da vida áspera.

O fulgor empresarial e a abastança rapidamente deram nas vistas na região. O homem medrara do nada e impunha-se, desafiando lamúrias. A Flor do Campo galgava fronteiras, cruzava oceanos e conquistava mercados. Os industriais da estirpe do «Batateiro» não eram polidos, mas reluziam no cinzentismo da época e do Estado Novo.

O estatuto pedia outros condimentos.

Entrou então em cena o «benemérito», com narrativa de pronto a vestir e gestos pícaros. No pós-guerra, Abílio torna-se incontornável. Em 1952, por ocasião da inauguração do centro paroquial que ele pagara e mandara erguer, recebe do governo as insígnias de comendador. Presidira às mais prestigiadas instituições e continuaria a moldar os destinos dos homens e da vida social da freguesia.

O seu dinheiro anda então num farfalhar, disputado por casas de caridade, templos, corporações e coletividades.

Na Misericórdia de Santa Maria empenha-se na «dádiva de um prato de sopa às crianças comprovadamente pobres». Funda e dirige a Associação Recreativa de São Martinho do Campo e nada se faz na autarquia sem lhe ouvirem o ámen. Obras das igrejas e da freguesia pelam-se por cativar a sua devoção e os seus cheques. Dá um cunho religioso às oferendas. Santificam-no nos altares da beatice e o seu retrato é descerrado na sacristia da igreja paroquial de São Martinho. Os donativos ora servem para melhorar a ceia dos detidos na cadeia da comarca, ora pagam a estação dos correios e telégrafo-postal inaugurada a 12 de janeiro de 1965, dia do seu aniversário. Imune às críticas, impõe a localização do posto, mesmo ao lado da fábrica.

Homens assim, comenta-se, «podem fazer de Portugal uma grande e próspera nação». A «generosidade» e o «benfazer» atraem a imprensa, rendida à fulgurante figura em prosas louvaminhas.

Um jornalista chega a compará-lo ao Pai Natal e a *Semana Tirsense* glorifica o homem e a obra. «Essa, nem o tempo nem a mão injusta dos deturpadores a farão ruir nunca», garantem os panegíricos, gabando

«todos os que, ao contrário de arrecadar nos seus celeiros o pão dos outros, levam a todos os outros o pão dos seus celeiros».

Cerimónias e inaugurações atraem juizes, nobres, clérigos.

Dom Gabriel de Sousa, abade de Singeverga, torna-se, para Abílio, uma figura tutelar. O prelado beneditino é da família: purifica os negócios, abençoa as oblações e batiza-lhe os netos. Nas homenagens, não poupa no incenso: «O grande empresário gostava de lembrar o trabalhador modesto que já fora; o capitalista não esqueceu o proletário humilde de outros tempos; e o homem dos depósitos bancários avultados acordava na memória o homem dos magros tostões atados na ponta do tabaqueiro», discorre o abade, nos intervalos do seu mister.

As solenidades, a pretexto de receções ao bispo, da inauguração do seu novo palacete ou das bodas de prata d'A Flor do Campo, ressoam por diversas paragens. Reputado, Abílio atrai multidões, de elevadas patentes sociais, religiosas, políticas e militares.

A expensas do comendador, a Casa Villares e a Confeitaria Cunha, santuários chiques da burguesia portuense, serviam os copos-d'água e os almoços nos jardins da sua vivenda, para 300 ou 800 convidados, conforme as celebrações. O povo guardou na retina os banquetes ao som da Orquestra Sinfónica do Porto, dirigida pelo maestro Resende Dias, as atuações de ranchos e artistas da Emissora Nacional e as passeiras de flores com dois quilómetros de comprimento, ornamentadas por raparigas da terra.

Os discursos do comendador pouco ou nada ficavam a dever aos de Américo Tomás, último Presidente da República do Estado Novo, cujas intervenções geraram vasto anedotário. Abílio «Batateiro» seria, no campo da palavra, lavrador desajeitado, mas devotado discípulo do chefe de Estado. «Um dia, ao apresentar a vivenda a vários políticos, ter-se-á vangloriado dos seus feitos e da sua casa portátil. Portátil porque, segundo ele, tinha muitas portas», conta-se.

A exuberância das homenagens e o beija-mão à filantropia daquele empresário «inteligente, perspicaz e dinâmico» não olvidavam os mais humildes. A fazer fé na biografia oficial do homem providencial e nos relatos da época, ele também reservava repastos e sessões de cinema gratuitas aos assalariados nas ocasiões especiais. Em dado momento, os homens com mais de 20 anos de serviço receberam um relógio, enquanto as operárias levaram para casa um cordão e uma medalha em ouro com a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Ao «benquisto cidadão», com direito a busto e guindado à categoria de «sábio» ou «génio inventivo», foram tecidas as mais ornamentadas narrativas. Um amigo da família do comendador recordara, certa vez, o «pobre rapaz de tábuas e cal» que se tornara «um dos mais relevantes valores humanos do Norte do país no setor industrial», autor de «uma autêntica revolução topográfica, etnográfica, urbanística e social». Abílio de Oliveira ajudara a alimentar os imaginários. «Dar é a minha maior alegria, e se não tivesse filhos, era tudo para quem precisa», declarara, vezes sem conta, o homem que não nascera para repousar. Tinha no trabalho «a única vaidade», dizia.

Sem espanto nem afronta, os anos iam coando para a posteridade as virtudes do «bom patrão» e os agradecimentos penhorados, e por vezes lacrimosos, dos operários resgatados a existências encorilhadas. Para quem apostolava as virtudes do comendador, ele enchera de sol «a vida de tantas centenas de operários que outrora buscavam, numa luta ingrata, o sustento necessário que a sorte caprichava em lhes não dar».

Abílio de Oliveira seria, a dada altura, «um pedaço de céu pequenino», de reminiscências bíblicas, para «cerca de mil operários com as suas famílias, suas casitas e hortas». Se viviam «na alegria e felicidade» do lar e do pão de cada dia, deviam-no à «persistência de um só homem».

Para ilustrar a relação com os seus operários, adotara uma máxima: «A vaca para engordar não necessita só de pasto, é preciso passar-lhe a mão pelo lombo.» À propalada comunhão acorrera com seus versos o poeta Pedro Homem de Mello, que se deslocava com frequência a São Martinho do Campo e até dedicara um poema à fábrica, «flor colhida pela mão de toda a gente».

O comendador Abílio atingira a ribalta em pouco mais de duas décadas, com traços de humanista e benfeitor. Mas as luzes com que o miravam também acabaram por agigantar as sombras.



Abílio de Oliveira à esquerda, durante a cerimónia de oferta de um laboratório ao Liceu Nacional de Santo Tirso, em 1972

Na descrição de antigos funcionários, o «Batateiro» era de estatura baixa, sob o forte e pouco letrado. Pouco dado a brincadeiras e familiaridades no ambiente de trabalho, a sua voz enrouquecida ecoava pela fábrica, anunciando a chegada tirânica do patrão ao cenário laboral. Implacável com atrasos, perguntava aos retardatários, em tom inquisidor, se os relógios tinham parado.

Era de repreender os operários com frases pouco ortodoxas, mas, dependendo da situação, despedia-os e aceitava-os de volta do dia para a noite. Aqui e ali espirituoso, reservava para os magricelas que acolhia na empresa uma piada de algibeira: «Meu filho, pareces mesmo um fio de azeite.»

Enviudara a 4 de maio de 1952, já com dois filhos, sem comemorar as bodas de prata matrimoniais. O segundo casamento foi celebrado a 26 de setembro de 1964 com Maria Isabel Oliveira, enfermeira da falecida, e da qual também teria outro filho.

No interregno, cruzara-se com mais mulheres e ficara famoso o seu caráter rebarbado dentro da fábrica.

António Teixeira, marido de Rosinda, a vítima mortal da noite fatídica de maio de 1976, começara a trabalhar para ele em 1949 e notara a grosseria dos modos, os maus tratos aos empregados, o assédio sexual às operárias. «Ele chamava ao gabinete as que lhe interessavam, mas muitas não lhe davam hipótese. Chegava a agredi-las à chapada na frente de toda a gente», ilustra Nélson Teixeira a partir de histórias escutadas ao pai e a outros empregados. O descaro incluía mulheres grávidas e casadas, ouvir-se-ia, mais tarde, em tribunal.

O avô paterno foi dos primeiros a incompatibilizar-se com os métodos do «Batateiro». O pai ferveria em poucos anos, após assumir a chefia da fábrica como mestre de fição, onde gerações não conseguiam quebrar o círculo vicioso da existência. Os turnos da fábrica esgotam homens e mulheres. Quando os filhos crescem, também lá vão parar. E a seguir os netos. «O Abílio era um indivíduo semianalfabeto, rude. Só via dinheiro. Empregava famílias inteiras, pais, filhos, tudo, para mandar na vida das pessoas e impor vontades», lembra Nélson, baseado em memórias caseiras e testemunhos de gentes da terra.

Quando queria mostrar-se zangado, Abílio entrava na fábrica de chapéu inclinado para a frente. Protestava por causa do algodão que via no chão, desancava as operárias com impropérios e, nas fases mais iradas, repreendia-as à bofetada.

Em 1954, na sequência de cenas semelhantes, António Teixeira atingiu o ponto de saturação. Dera várias vezes conta do seu desconforto ao patrão, useiro e vezeiro no recurso a tais violências. Depois fartou-se. Tivera um convite para trabalhar em Moreira de Cónegos, a ganhar mais. Decidira enfrentar o déspota e agarrar a oportunidade. Abílio recebeu a notícia como uma ofensa e um desafio à autoridade. «O comendador costumava dizer que não permitia que os seus operários se despedissem. Tinha de ser ele a despedir», conta Nélson. «Ainda tentou oferecer um ordenado melhor, mas o meu pai recusou.»

António Teixeira era um técnico têxtil respeitado por patrões e camaradas de profissão. Aprendera as entrelinhas do ofício com ingleses, estudara na escola industrial e trabalhara em várias fábricas, com o pai, acabando ambos contratados por Abílio de Oliveira para a Flor do Campo no pós-guerra. A princípio, as relações foram as normais entre empregado e patrão. Depois degradaram-se.

Com a saída de António deixaram de se falar. Quando voltaram a cumprimentar-se, mais tarde, nunca passaram das saudações de circunstância. «Por vezes encontravam-se num casamento, em eventos da freguesia, e o meu pai não lhe dava a importância que ele na altura tinha. E que exigia», explica Nélson, o

filho mais novo.

Das suas passagens pel'A Flor do Campo, António e outros antigos operários guardaram episódios pouco edificantes, mas ilustrativos do ambiente que ali se vivera. Duas dessas histórias atravessaram gerações de operários, com mais ou menos tricotado.

Um dos relatos envolvia o próprio pai do comendador, contratado pelo industrial como porteiro na fábrica. Contava-se que, certo dia, um forasteiro teria elogiado a obra de Abílio de Oliveira diante do progenitor, sem no entanto saber quem ele era. «É o meu filho», desmanchava-se o pai, orgulhoso das referências. Desconhece-se em que termos o diálogo chegou aos ouvidos do comendador, mas Abílio seria implacável: não consentia que o pai confiasse a estranhos qualquer comentário sobre os laços familiares. E sempre exigira o tratamento por «Senhor Oliveira». De castigo, obrigá-lo-ia a despejar as fossas da fábrica e do seu palacete.

Menos sorte teria um aprendiz de electricista, que Abílio viria a denunciar à PIDE, por sabotagem. O moço teria a cargo as instalações elétricas da fábrica, onde estavam empregados familiares. Por alguma razão, ou simplesmente porque lhe dera na gana, o industrial prescindira dos serviços do rapaz. Revoltado, este entrou na empresa durante a noite, camuflado, e destruiu o seu próprio trabalho, a que laboriosamente se dedicara. Com a ajuda de alguns lacaios, Abílio não tardou a identificar o autor do «crime». Como algumas vezes fizera para travar um ou outro assomo contestatário dentro d'A Flor do Campo, o empresário chamou a polícia política.

Quanto ao aprendiz, soube-se mais tarde da pancada feia que levava nas instalações da PIDE no Porto. De resto, não mais houvera notícias dele. Os familiares decidiram então, num ato de pesar e silencioso protesto, apresentar-se ao trabalho, todos os dias, de luto vestidos. «Ninguém soube do destino do rapaz ou do funeral», conta Nélson Teixeira, a quem a história chegou pela voz do pai.

A 25 de abril de 1974, A Flor do Campo celebraria 40 anos de glórias conhecidas e misérias sufocadas. Começara por fabricar atalhados, depois o «riscado forte» e lenços de África, adaptando-se às modas. Empregava mais de 1500 pessoas. Pelo caminho, o fundador e proprietário deixara também um rasto de prepotência e exploração. No dia reservado para os festejos cairia, porém, o regime no qual se amparara. As velas de aniversário já não tinham os ventos de feição.

As faíscas com a família do comendador começaram a sério a 11 de abril de 1975. Nesse dia, um conjunto de ativos cidadãos da Comissão Cívico-Cultural da Associação Recreativa dos Restauradores Brás-Oleiro decidira ocupar uma quinta do século XIX, para aí instalar um projeto de cariz social, cultural e recreativo. Era a época das ocupações generalizadas e o grupo seguiu a corrente.

A propriedade, associada a lendas, assombrações e mistérios, pertencera a um cônsul da Dinamarca. Ali construía uma capela, destinando o terreno a fins sociais e mandando distribuir semanalmente sopa aos pobres. Vicissitudes várias ocorridas nos negócios obrigá-lo-iam, porém, a solicitar um empréstimo a Abílio de Oliveira. Findos os 90 dias acordados para pagamento da quantia, o diplomata tentou prolongar o prazo, mas o industrial d'A Flor do Campo recusou e tomou conta da quinta. A propriedade foi então doada por «Batateiro», como prenda de casamento, ao seu filho Narciso, que logo tratou de pôr fim aos benefícios sociais ali praticados, tendo posteriormente deixado a quinta entregue ao caseiro.

Após a revolução, o filho de Abílio ainda iniciou a demolição da casa, correndo o boato de que pretendia ceder a quinta ao PPD. Nessa altura, a associação cívica esteve a um passo de recorrer à organização armada de esquerda LUAR para «tomar de assalto» a propriedade, mas travou o ímpeto. A ocupação já se tornara um facto. Com o tempo, e apesar da contestação de Narciso Oliveira, o local seria adotado para sede da Associação de Solidariedade O Amanhã da Criança, onde ainda hoje se encontra.

O episódio, ocorrido às portas do «Verão Quente», escaldou ainda mais o ambiente político de São Martinho do Campo, até então entregue à lei e ordem de Abílio «Batateiro», considerado «o chefe dos patrões».

O mestre de fiação António Teixeira, que com ele se desentendera por causa do feitio agreste e dos maus tratos quotidianos aos operários, sempre fora contra ditaduras de estalo e de paróquia. Além das outras, claro. Em 1958, votara Humberto Delgado nas presidenciais fraudulentas que elegeram Américo Tomás. Empenhara-se nas ações do MUD juvenil e da CDE. Frequentara reuniões clandestinas, quantas houvesse. Com o 25 de Abril, militara no MDP. «A minha mãe era religiosa, o meu pai não era praticante. A missa dele era na Lixa, quando ali se deslocava para ouvir as homilias do padre Mário de Oliveira», recorda o filho Nélson. O sacerdote, perseguido pela PIDE e julgado nos tribunais plenários, desafiava a cegueira dos crentes e adaptara os evangelhos aos problemas reais do País. «Quem é que falava da guerra colonial

naquela altura?!», interroga Néelson, recordando as pregações subversivas reproduzidas em família.

A política nunca fora tema tabu nos serões, embora com cautelas e sem radicalismos. Em casa não havia lugar a reuniões partidárias, «mas juntavam-se todos os que se sentissem marginalizados», assumira António Teixeira. Na freguesia, ele sempre afirmara a sua oposição à ditadura. Conquistadas as liberdades, nem por isso lhe deu para aferroar as direitas. «Não era um indivíduo de criar atritos por causa da política. Mas as pessoas começaram a ganhar ódio a quem não fosse dos seus ideais. Percebi que se preparava um clima psicológico para denegrir o meu nome», dissera.

O filho Néelson confirma. E resume: «Éramos de esquerda, mas de uma esquerda humanista. Pacíficos.»

A época, no entanto, não estava para mergulhos em águas tépidas. Cavam-se trincheiras nas famílias, engalfinham-se amigos, confrontam-se vizinhos. Gente da terra assume-se apoiante do ELP em campo aberto. «Chegam a exhibir pistolas, quase como quem puxa de um cigarro», contam populares agasalhados no anonimato. O 25 de Abril e o 1.º de Maio tardam a ser celebrados em São Martinho do Campo. «O “Verão Quente” visou pessoas honestas, simples antifascistas, cujo único crime era serem democratas», acusara Néelson Teixeira numa entrevista ao *Página Um*, na qual decidira, de comum acordo, adotar o nome de um dos irmãos, para se poupar a efervescências públicas.

Para os acólitos de Abílio, a residência de António Teixeira tornara-se «um ninho de comunistas». Mas isso tinha uma explicação.

O técnico de fiação era suspeito de acicatar os operários da Sofil, a fábrica que passara para as mãos do filho do comendador na sequência de desaguizados no clã familiar. Após o 25 de Abril, o contabilista da empresa detetara grandes desvios de dinheiro para contas no estrangeiro; e Narciso Oliveira, o engenheiro a quem António Teixeira ensinara o bom e o muito que sabia sobre o ofício, acabaria por passar longa temporada na cadeia de Custóias, implicado na sabotagem económica da fábrica.

Foi um pavio até se congeminarem teorias sobre encontros e reuniões que decorreriam assanhadas no «antro» de António Teixeira. «O meu pai era uma referência, em termos técnicos, para os funcionários da Sofil», explica Néelson, sempre de orelha arrebitada para as conversas no lar. «Confiavam nele, contavam-lhe muitas coisas e iam lá a casa pedir conselhos», recorda, reportando-se ao período em que a empresa permaneceu em autogestão. «O comendador e os filhos começaram então a dizer que o meu pai influenciava a agitação na fábrica, mas não era verdade. Pelo contrário. Sempre o ouvi pedir calma. Travava os ímpetos e punha água na fervura», rememora.

A tese conspirativa tinha, contudo, outra cotação. Era a que valia. A família do «Batateiro» tinha ideias ferradas e seringara as cogitações.

Na madrugada de 21 de maio de 1976, António Teixeira perdeu a mulher à bomba.



A companheira de toda uma vida, por quem se apaixonara no «Júlio da Ponte», onde estivera hospedado, e com a qual se casara em 1952, ajudava também a compor o orçamento familiar com os tecidos que costurava. Nas páginas dos jornais perdurará, naqueles primeiros dias, a memória do seu rosto angélico e as imagens da réstia de casa, fumegante. Um solitário crucifixo aparecera cravado na pedra bruta, testemunhando as cinzas de um passado.

Rosinda foi a enterrar no Cemitério de São Salvador do Campo, de onde era natural, a 22 de maio. A terra não vira, até ali, nada comparado. Expressivo número de pessoas de outras regiões nortenhas marcou presença, em protesto contra a barbaridade e em solidariedade com a família. Todos os partidos, à exceção do CDS, condenaram o sucedido. «O País não pode estar à mercê destes grupos de verdadeiros bandidos», assumira também o PPD local, por escrito.

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde estudavam dois filhos da vítima, dera conta da sua «consternação e indignação», exigindo aos órgãos de Estado «firmes medidas» para travar «a escalada fascista e terrorista».

António Teixeira esteve internado no Hospital de Santo Tirso cerca de uma semana. Por esses dias, a família vedara a entrada a quem com ele não cultivasse laços de sangue ou sólida amizade. Abílio de Oliveira estava excluído do lote, mas habituara-se a que lhe franqueassem todas as portas. Foram, pois, dar com ele, abeirando-se do antigo funcionário, com ar compungido. Pôs-lhe a mão no braço e disse:

«Se for preciso alguma coisa, é só telefonar.»

O comendador dir-se-ia disposto a pagar a reconstrução da casa e até providenciaria, se fosse caso disso, a capela para depositar o corpo da falecida. Até ali, António Teixeira guardara ténue esperança de ainda ver Rosinda viva. Soube, naquele instante, que a mulher era já saudade.

O homem que enviudara numa noite medonha acabaria transferido para a Ordem da Lapa, no Porto, onde esteve nas mãos do cirurgião plástico Jorge Trigo por mais de um mês. Foi necessário reconstituir-lhe partes do corpo. A alma, essa, não tinha remédio. Ficara, ele e os seus, absolutamente sem nada. Aquele auto de fé político consumira, em minutos, um pretérito perfeito e um presente até ali indicativo de que melhores dias cantariam. O futuro era agora terra queimada.

O mestre fiadeiro lamentara ainda os «muitos livros» calcinados, páginas de Jorge Amado ou de Guimarães Rosa onde ele, de sonhos ao frio, se aquecera anos a fio.

O atentado seria lembrado em São Martinho do Campo nas datas simbólicas dos anos seguintes. Manifestações de repúdio contagiaram a freguesia, milhares de pessoas engrossaram romagens desprezadas pelos canais públicos de rádio e televisão. Num desses momentos participaria o professor Ruy Luís Gomes, resistente antifascista, rodeado de Ulisses Fernando, filho de Rosinda, e dirigentes sindicais. A leitura de mensagens do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, do intelectual Raul de Castro e do presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, solenizou o momento.



Em agosto de 1976, o refluxo deste e de outros crimes começaria a revolver as entranhas políticas e militares do País.

No dia 6, pela manhã, o bombista Ramiro Moreira fora detido pela Polícia Judiciária do Porto, que o vigiava há meses. Numa das suas casas e numa garagem, o operacional abrigava um arsenal que daria para iniciar uma guerra civil.

Logo em maio, no dia seguinte ao atentado, Maria Assunção Ferreira, cunhada de Ramiro, falara com Isabel Teixeira, irmã da falecida, de quem fora colega de trabalho. Queria saber se a família já conhecia o criminoso: «Não desanimem, continuem a procurar, que eu tenho quase a certeza de que conheço um bombista, mais não posso dizer», deixara cair ao telefone, enigmática.

Quando os jornais começaram a associar o nome de Ramiro à tragédia de São Martinho do Campo, Maria Assunção voltaria a inquietar a amiga: «Então já sabe quem foi?», indagara. «É o meu cunhado!», respondera de pronto, sem dar tempo a que a outra reagisse. Em reuniões de família, recordara, o bombista vangloriara-se de pôr bombas e de ter gente na Judiciária a encobri-lo. Ramiro dizia-se unha e carne com o inspetor Regadas, a quem se referia como se fosse seu guarda-costas. A cunhada via-os, de facto, muitas vezes juntos. E se o tema do bombismo vinha à baila, ele gabava-se de ter «trunfos tão fortes» que nunca seria descoberto.

Após a captura, Ramiro confiara nessa proteção para ser libertado enquanto o diabo esfregasse um olho. Mas ninguém mexera os cordelinhos ou viera em seu auxílio. Era já um homem atemorizado quando, a 8 de agosto de 1976, se sentou diante do juiz de instrução militar Pereira Cabral e do experiente subinspetor da PJ Lopes Duarte. Decidiu então abrir o seu livro de «aventuras» a soldo de credenciadas figuras e interesses dúbios.

Segundo contara, fora desafiado pelo insuspeito comandante da PSP do Porto, Mota Freitas, a integrar o MDLP, para combater o comunismo. A «adesão» ocorrera durante um almoço no restaurante Monte Castro, em Vigo (Galiza), para onde viajara na companhia do empresário Manuel Macedo e do comendador Abílio de Oliveira. Na presença do industrial Joaquim Ferreira Torres, do comandante Alpoim Calvão e do inspetor da Judiciária Júlio Regadas, entre outros, foram-lhe prometidos 10 contos mensais (pouco mais de 1300 euros hoje) por cada rebentamento que provocasse em alvos de esquerda.

Na verdade, nunca chegaria a recebê-los, lamentara. Manuel Macedo, que se intitulara secretário do MDLP, entregar-lhe-ia, sim, quantias inferiores, entre 3 mil e 7 mil escudos, por conta das explosões. E assim foi andando.

Mas o prato principal da «ementa» do almoço não havia sido o arregimentar de Ramiro para a causa. Na circunstância, os comensais desafiaram Abílio «Batateiro» a pagar a compra de armamento destinado ao movimento. Sem hesitações, o comendador teria passado um cheque de um milhão de pesetas. Nesse mesmo dia, parte das armas atravessaria a fronteira no automóvel de Ramiro Moreira, escudado nos contactos de Júlio Regadas na fronteira.

Mas o operacional diria mais na PJ, qual grafonola. Fora ele, afinal, quem colocara a bomba na casa da família Teixeira, em São Martinho do Campo. O atentado, assumira, havia sido concretizado a pedido de Abílio de Oliveira.

Apesar das evasivas, contradições e desmentidos, aos quais não seria alheio o facto de o advogado Mendonça Monteiro defender o confesso bombista e as firmas da família do comendador, Ramiro deixaria gravada a sua confissão perante os investigadores. As cassetes não seriam levadas em conta no processo, por vício de formalidades jurídicas, mas nem por isso o conteúdo deixaria de falar mais alto e ficar impresso para a posteridade.

Que dissera ele sobre o assunto?

– (...) Surge o contacto com o senhor comendador Abílio de Oliveira. Que nos chama lá porque tem uns trabalhos a fazer. Uns gajos que o andam a chatear e não sei que mais e tal. E é nessa altura que ele indica São Martinho do Campo (...). Fui lá falar ao senhor comendador Abílio de Oliveira e tal, pessoa que eu já conhecia, que deu umas massas para a coisa e tal... Havia uma série de merdas a executar: «É tudo o que for preciso, e mais isto, e aquilo, e mais aqueloutro! (...)» Foi uma [situação] muito chata. Para mim, pessoalmente, foi extremamente chata. Primeiro, porque foi uma borrada em três tempos. Com a precipitação toda acabaram por detetar a matrícula do meu carro, que não era o meu carro, mas sim um carro que era utilizado naquelas coisas (...). Chegou-se lá, não se fez a matrícula como se devia (...). Foi uma merda! Aquilo correu tudo mal! Mas nós só nos apercebemos disso mais tarde, quando até veio no jornal. Fiquei doído com aquilo. Claro, e mais quando soube da morte da mulherzinha, fiquei horrorizado. E a partir dali comecei a pensar seriamente em...

– Mas a finalidade, quando lhe pediram para pôr a bomba, não era para matar ninguém?

– Não, não, de maneira nenhuma! Quer dizer, não foi pedido isso. Que fique bem assente. Era chatear (...). Aliás, o comendador, verdade seja dita, ficou muito chateado e até disse: «Ó pá, estas coisas. Assim não!» (...) Não percebo. Ainda hoje digo: foi uma carga relativamente pequena, foi um quilo daqueles de

geolite, chamado plástico. Não percebo. Não percebo francamente como é que aquilo deu aquele buraco (...). Tenho impressão de que havia umas garrafas de gás. Até porque, digo-lhes, a geolite foi atirada assim para a entrada da porta e de passagem com o carro a deslizar (...). A explosão foi de tal ordem violenta que eu disse: «Porra! Mas o que é que se passa?!» (...) Em relação ao comendador, deu uma vez dinheiro para o MDLP e quando foi de São Martinho do Campo prometeu mundos e fundos para desencadear uma determinada... chatear uma série de pessoas (...). Chatear até inclusivamente empregados dele (...). E mencionou: «Isto não há problemas nenhuns e tal. Até porque são quinhentos ou seiscentos... E o que for preciso e não sei que mais.» (...) Começava a ter certas dificuldades financeiras e ninguém me ligava puto, a ponto de eu pessoalmente me encher de coragem e ir ter com o senhor comendador Abílio de Oliveira lá a casa dele, na Póvoa, e dizer-lhe assim: «O meu amigo, ou você passa para cá umas pastas... porque nós precisamos de dinheiro, a rapaziada precisa de dinheiro, ou... bolas, caramba!» Não o ameacei. Mas disse-lhe: «O senhor prometeu, dá. Dá!» Ele disse: «Está bem! E tal. Então eu vou arranjar mais dinheiro.» E depois acabou por entregar ao senhor Regadas, que foi lá buscar trinta contos (...). O senhor comendador confirmou-me isso (...). Fui lá dizer que estava sem massa e que precisava de massa que ele tinha prometido e que ma devia dar. E o senhor Regadas chegou à minha beira e disse: «Estão aqui os trinta contos que deu o comendador.» E o senhor Regadas ficou com quinze e eu fiquei com quinze contos também (...).

No dia em que Ramiro Moreira prestou as primeiras declarações à polícia, seriam também detidos Joaquim Ferreira Torres, Júlio Regadas e Abílio de Oliveira. O industrial de São Martinho do Campo ficou deveras surpreendido. «Mas, afinal, eu vou preso por quê? O que é isto?», questionara com insistência, antes de embarcarem com ele para Lisboa de avião. «Ó senhor comendador, o senhor vai preso por estar envolvido nos atentados bombistas!», justificara o agente que o algemara. «*Vomvas*, eu?!», reagira Abílio de Oliveira, não conseguindo evitar a troca dos bês pelos vês, umas das suas características.

O comendador esteve em Caxias de 8 de agosto a 25 de setembro de 1976, por presumível implicação na rede bombista. Dois dias após a sua entrada, foi ouvido pelo juiz instrutor Pereira Cabral. Não disse muito. Admitira apenas ter estado no restaurante Monte Castro, em Vigo, na presença do comandante Alpoim Calvão e de Joaquim Ferreira Torres, entre outros. Negava, contudo, ter saído do seu bolso nessa ocasião o dinheiro para pagar um lote de armas do MDLP.

Após o atentado, o povo de São Martinho do Campo pedira a Nossa Senhora que fossem descobertos os culpados. Perante o mais recente desenlace, suplicara à Virgem que o «Batateiro» não fosse castigado.

Durante semanas, cerca de 900 trabalhadores d'A Flor do Campo, impulsionados pela família, subscreveram cartas «espontâneas» ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça e ao Conselho da Revolução, reclamando a libertação do industrial e jurando a sua pureza.

Meses antes de ser preso, em plenário realizado na empresa, ele tratara os operários por «segundos filhos». Distribuía parte dos lucros a cada trabalhador (2 contos a cada um, 230 euros), mas recusara pagar retroativos de milhares. Para o *Jornal de Notícias*, Abílio era «a antítese perfeita do progressista político».

Por essa altura, deflagrara na freguesia uma guerra de comunicados «pró» e «contra» a prisão do industrial. «Da parte da nossa família, também houve a tentação de confrontar o Abílio com o que aconteceu, mas decidimos não o fazer», admite Néilson Teixeira, filho da vítima. Na freguesia correram maledicências e contestações da mais variada índole. A irmã do comendador ameaçara pôr «a cavar a horta» os que estavam contra ele. A população bichanara teorias para todos os gostos. Havia mesmo quem pensasse que Abílio se instalara numa casa particular em Lisboa ou num «quarto alcatifado com televisão, mulher e tudo». Da cadeia chegavam boas novas: «Ele está bem disposto e diz que até estava a precisar de umas férias», contava quem o visitara. Outros desafinavam do coro, de fininho, recorrendo à ironia: «Como o senhor comendador dava dinheiro para tudo, com certeza deu para as bombas a julgar que era para a Conferência de São Vicente de Paulo.»

A saída de Abílio de Oliveira de Caxias seria autorizada pelo juiz de instrução Dário Rainho. O industrial estivera preso pouco mais de um mês. Na base da decisão pesara o facto de «haverem baixado de qualidade e quantidade» os indícios de autoria moral do crime que vitimara Rosinda. No entender do juiz, havia uma justificação mais prosaica: Ramiro Moreira fora praticamente o único a implicar Abílio de Oliveira no atentado de São Martinho do Campo, mas entretanto alterara «substancialmente» as declarações.

No dia da libertação, o comendador saiu de Lisboa e passou pelo Santuário de Fátima, onde se encontrou com «amigos mais íntimos». Rumou depois a Santo Tirso, onde o aguardava uma multidão. «Nunca se

creditou que tais atos fossem praticados por quem tanto fez pelo povo», escreveram os jornais da terra.

Aquele dia de outono teve foguetes, fanfarras, cortejo de automóveis e desfile de estandartes. «Repudio tais atos bombistas. Fui e sou alvo de perseguições inexplicáveis», defendera-se o comendador, dirigindo-se às massas, das escadas do Palácio da Justiça. «Não venho do exílio. Venho da prisão de Caxias, por onde passou muita boa gente desde o 25 de Abril. Não fui preso por ser gatuno, assassino, bombista ou comunista. Não mereço esta manifestação», reconheceu, sem perder o embalo: «Sou um trabalhador, comecei a trabalhar aos 12 anos e fiz quatro empresas. Vivo para os meus operários. Não frequento cafés e levanto-me às oito da manhã. Não sou capitalista, sou um trabalhador. Meus queridos operários: cá estou para trabalhar. Estou emocionado e custa-me falar. Meus queridos operários, muito e muito obrigado!»

Abílio de Oliveira seria acusado pelo Ministério Público de ordenar vários atentados em Santo Tirso. O julgamento da rede bombista, iniciado a 16 de novembro de 1977 e realizado no 5.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, implicara 16 personagens, entre supostos mandantes e operacionais. Mas ditaria uma sentença controversa.

À cautela, o comendador dera o salto para fora do País. Antes do Natal daquele ano, já Abílio de Oliveira estava a ser julgado à revelia. Instalara-se no Hotel Bahia, em Vigo, cidade portuária que desde o «Verão Quente» de 1975 se convertera em estância recuada da contrarrevolução portuguesa. Pelas *calles* e restaurantes de luxo da urbe galega circulava, entre outros, o banqueiro Pinto de Magalhães, que manteve encontros com o industrial de Santo Tirso.

A «fuga» iria tornar mais pedregosa a defesa do comendador por parte do seu advogado. No início de 1978, Abranches Ferrão admitira ao tribunal ter desaconselhado o cliente a abandonar Portugal. «Está lá à sua responsabilidade», afirmara. Num intervalo das sessões do julgamento, o jurista virara-se para o amigo António Taborda, advogado do outro lado da barricada, e desabafara: «Se calhar, para a semana já cá não estou.» Insistira para que Abílio regressasse ao País e prestasse declarações, mas o comendador fizera orelhas moucas.

O jurista acabaria por desvincular-se da defesa do industrial, sendo substituído por Luís Laureano. «Ele nem o conhecia», recorda António Taborda. «Mas era advogado num banco com o qual o “Batateiro” trabalhava e pediram-lhe para defender o homem.» De vez em quando lá ia o causídico, de avioneta, visitá-lo a Vigo. Quando regressava, contava histórias divertidas das «patacoadas do Abílio». O comendador, pelos vistos, «não tinha o dom da palavra», graceja Taborda.

Na primeira metade de 1978 abre-se no processo da rede bombista uma *passerelle* para as testemunhas abonatórias do industrial de São Martinho do Campo. Vendo escangalhar-se o retrato, padres, industriais, operários reformados e comerciantes, sem esquecer o abade resignatário de Singeverga, aparafusam o perfil do «bom homem», «pai exemplar», «virtuoso», «trabalhador» e «patrão generoso», «nada violento». Em suma: o comendador era imaculado, dava dinheiro «para tudo e a todos» e até «gostava de contar anedotas».

A sentença foi conhecida a 12 de julho de 1978, não sem escândalo: 11 dos 16 acusados foram absolvidos, tendo sido condenados apenas Ramiro Moreira e mais quatro operacionais, a «arraia-miúda» do terrorismo de extrema-direita. Abílio podia então regressar de Vigo pelo próprio pé. Sem cadastro e com as mãos limpas de sangue.

Para o tribunal, o assassinio de Rosinda, entre outros, não tivera «mandantes», mas apenas «ocupantes» voluntários de um explosivo carrossel bombista, onde sempre teriam agido por sua conta e risco.

Da decisão haveria recurso para o Supremo Tribunal Militar.

Mas isso já pouco importava.

Naquele final de julho, Abílio de Oliveira entraria às 11 horas em São Martinho do Campo, «abrindo o caminho a murro», titularam os jornais. Dois familiares de António Teixeira, o viúvo de Rosinda, acabaram agredidos junto aos escritórios da fábrica têxtil A Flor do Campo, na altura em que os fiéis do comendador festejavam o regresso do patrão. «Estão a fazer a festa a um bombista!», gritara, revoltado, um dos familiares da vítima do atentado de 21 de maio de 1976.

A partir daí, precipitara-se a bravata, ao soco e ao pontapé. Entre os agressores encontravam-se o motorista do comendador e o filho do sacristão. O clima de faroeste instalara-se quando se escutaram as primeiras notícias sobre a sentença. Consumada a «inocência» de Abílio «Batateiro», houve um assalto à igreja e toque de sinos a rebato, enquanto o champanhe jorrava nos cafés e a fanfarra saía à rua.

A notícia da absolvição do comendador caiu como uma segunda bomba na família de Rosinda. Na sequência do atentado, pai e filhos haviam abandonado São Martinho do Campo para não mais voltar. «Não tenho pernas que me levem lá», assumira António Teixeira, antecipando a derrota no combate sem tréguas que travava contra a depressão. «Dei comigo a deambular pelas ruas do Porto, de dia e de noite, à procura

de nada. Não duro muito tempo», confessara ao jornalista Luís Humberto Marcos, do *Diário de Lisboa*, de quem se tornara amigo e confidente no decurso das investigações.

À porta do tribunal, no dia da leitura da sentença, as dores retalharam-no. De vez. «A verdade não foi julgada e muitos interesses terão ficado escondidos», acusara, considerando a decisão do coletivo de juizes «uma injustiça inexplicável» que deixara os familiares de Rosinda desiludidos e desamparados. À saída, um dos filhos, inconformado, ainda incitou Ramiro Moreira à redenção: «Fala, diz a verdade, fala, que ainda estás a tempo!», desafiara-o, desesperado. O bombista, «nervoso e aterrorizado», respondeu, de fuga: «Não posso, não posso falar.»



Foto da família de Rosinda queimada pelo fogo resultante do atentado

A imprensa fizera eco da indignação familiar. «Como é que podemos acreditar nesta democracia que agora se diz vigorar em Portugal?!», questionaram os filhos, com Néelson a tomar as dores por todos: «Como me ensinaram na escola, a Justiça é cega, só que, neste caso, foi tão surda que nem ouviu a voz da razão. Abílio de Oliveira e Joaquim Ferreira Torres conseguiram pagar a caução ao fim de um mês e pouco de prisão, porque tinham dinheiro e altos interesses por trás deles. Foram avisados pela rádio e pela televisão de que iam ser feitos novos mandados de captura.» Safaram-se, quis dizer. «Ficou claramente demonstrado quem são os autores morais da nossa desgraça», encurtara o pai. O plural, ali, era um exagero do momento. No íntimo de António Teixeira, e dos filhos, o principal culpado sempre estivera identificado: «Só o comendador podia mandar fazer aquilo», assumira, sem reboço. «Foi uma vingança do Abílio “Batateiro”. Nunca perdoou a postura do meu pai», dirá Néelson, desassombrado, pela vida fora.

Quanto ao industrial d’A Flor do Campo, pouco ou nada mudaria. As homenagens, essas, também se repetiriam.

A 12 de janeiro de 1979, dia do seu aniversário, os festejos coincidiram com a inauguração de mais uma fábrica, desta vez de cerâmica, na localidade de Cervães, Vila Verde. A empresa chamará a atenção da PJ de Braga no amanhecer da década de 1980. «Tinha lá um funcionário que desviava umas coisas e chamei o Abílio “Batateiro” para prestar declarações», recorda Eurico Pereira, então inspetor daquela força policial. Os dois não eram estranhos: haviam esbarrado um no outro no Porto, nas instalações da Judiciária, no «Verão Quente». Narciso Oliveira fora mandado prender pelo comandante da Região Militar do Norte, Eurico Corvacho, por suspeita de ilegalidades na gestão da Sofil, uma das fábricas da família. «Encontrei-o cabisbaixo, à espera do filho, que estava a ser ouvido pelo juiz de instrução criminal. Perguntei se queria vê-lo. “E pode-se?”, perguntou-me. Lá consegui que o mandassem entrar. O filho sairia nesse dia em liberdade», conta.

O comendador sentira-se, desde esse momento, devedor daquele gesto.

Já depois de inquirido na PJ de Braga, a pretexto dos desmandos do seu empregado na fábrica de Cervães, manteriam contacto. Eurico Pereira guardará três garrafas de vinho do Porto oferecidas por Abílio, com o nome do industrial gravado no rótulo, colheita especial de uma quinta da qual era proprietário. «Um dia senti-me à vontade para lhe perguntar como é que ele se tinha envolvido na rede bombista», lembra o antigo inspetor. «Ó menino, nem me fale disso», queixara-se, melancólico, o industrial de Santo Tirso. «Levaram-me tanto dinheiro, e eu nem queria saber nada de *vomvas*.»

Nélson Teixeira também nunca quisera saber nada do assunto.

Mas ele entrou de rompante, sem aviso, na sua vida, levando-lhe a mãe.

Na juventude, o pé até lhe podia ter fugido para a luta armada, mas do outro lado da barricada. Às portas do 25 de Abril aderira à LUAR. À mesa do Café Tradição, reunira-se com o núcleo de Santo Tirso daquela organização de extrema-esquerda. «Falava com a malta da minha idade, nas fábricas, e distribuía o jornal do movimento.»

Conhecerá Camilo Mortágua numa carpintaria. No Porto, defenderá, perante Palma Inácio, que a LUAR ultrapassara o prazo de validade e da normalidade democrática.

Certo dia, estava posto em sossego, a morar na Invicta, e empregado numa loja de produtos dietéticos da Baixa, quando foi abordado por elementos das Forças Populares 25 de Abril (FP-25). «Terá sido em 1980, 1981. Apareceu-me um indivíduo a perguntar se aceitava encontrar-me com um elemento da organização. Não disse por quê», recorda Nélson. Ele foi. Desconfiado, mas foi. «O tipo que me abordara conhecia bem a zona de Santo Tirso e namorara uma escriturária d'A Flor do Campo», justifica.

No canto de um café da Rua de Santa Catarina, quase sussurrando, o operacional João Macedo Correia identifica-se. E diz ao que vem: «Temos um plano para matar o comendador Abílio de Oliveira.»

Nélson gelou.

Por momentos, os pensamentos ficaram numa barafunda.

Rebobinou o filme desde aquela madrugada triste de 1976. O funeral da mãe, o luto, a vida em pantanas. Depois, o julgamento dos bombistas. As esperanças e as desilusões acumuladas. Por fim, o martírio do pai. Da família, remoendo.

Por segundos, breves segundos, assomou a ira, a tentação de fazer justiça. Tarde. Ou talvez ainda a tempo.

«Eles já andavam a vigiar o Abílio», disse. «Seguiam-no nas visitas às fábricas. De mim queriam mais informações. E a minha concordância tácita, presumo. Recusei, não podia fazê-lo.»

O homem desse dia, João Macedo Correia, seria, muitos anos mais tarde, o principal «arrependido» no processo que julgou o «terrorismo de esquerda» das FP-25.

Abílio de Oliveira faleceu às 13 horas do dia 7 de abril de 1982, na sua casa de férias em Almancil.

Tinha 77 anos, fábricas, carros, casas, propriedades, um valioso património acumulado durante décadas e espalhado por vários distritos nortenhos.

As circunstâncias da sua morte nunca foram totalmente esclarecidas. Em Santo Tirso, murmurara-se que aparecera a boiar no mar algarvio e a suspeita tivera honras de notícia. O funeral geraria controvérsia: era quase noite quando foi a enterrar e a família dera sinais de andar desavinda. Indiferentes a ditos e reditos, o abade D. Gabriel de Sousa e vários párocos da freguesia relevaram «o verdadeiro exemplo de trabalho e exemplar chefe de família». Neiva de Oliveira (empresário), Arthur Cupertino de Miranda (banqueiro) e Basílio Horta (deputado e ex-ministro do CDS) sobressaíram na cerimónia fúnebre, a que não faltaram outros empresários, banqueiros, políticos, além de juizes, oficiais de polícia, diplomatas, as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora e até um subinspetor da PJ. Num artigo de jornal, o velho abade de Singeverga deixaria impresso o último adeus. «E se as árvores morrem de pé, mas morrem, a oliveira não morre, dizem os botânicos, perante exemplares de 4000 anos e mais. Oliveira não morre.»

Ali perto, seis anos após o crime de São Martinho do Campo, dezenas de lamparinas mantiveram-se acesas junto às ruínas da casa de Rosinda, para assinalar uma morte por serenar. «É uma chama sempre acesa a lembrar uma tragédia», escrevera-se, na coluna de um diário.

O País chega a 1990 sem que a memória desses dias se desvaneça. Ramiro Moreira escapara-se calmamente para Espanha, sem cumprir os 21 anos de cadeia. Trabalhava há quase uma década na muito estatal Petrogal, a petrolífera portuguesa, em Madrid. Sem incómodos policiais, dava entrevistas e atravessava a fronteira para rever familiares e amigos sempre que a ocasião se proporcionava.

Nos bastidores da política desenhava-se entretanto um perdão que o levasse atrelado ao lote de indultados das FP-25, a bem, presume-se, da pacificação do regime.

O ex-operacional do MDLP lamentar-se-ia de quase tudo, em público. «Peço desculpas à família daquela mulherzinha...», dirá, referindo-se à bomba que colocara em casa de Rosinda. «Pesa-me bastante, sempre me pesou, porque morreu uma pessoa que não tinha nada que morrer», concretizará ao *Público*, em Madrid, em março de 1990. Ao *Expresso* confessará, pouco tempo depois, que o atentado ainda o «persegue», tantos anos transcorridos. «A rede bombista morreu ali. Fiquei sem tomates», assumira, de forma crua e sem atavios. Ao semanário *O Jornal* reforçará, a 12 de janeiro de 1992: «O meu único erro político foi em São Martinho do Campo, em que morreu uma senhora numa explosão. Ainda hoje sinto grande angústia quando me lembro desse cadáver. Arrependo-me desse erro e por ele fui castigado pela sociedade (...). O resto era guerra contra os comunistas (...).»

Dois dias depois, a 14 de janeiro de 1992, Ramiro Moreira apresentou-se no 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto. Foi detido, claro, mas ele sabia que se tratava apenas de uma formalidade. Os ponteiros correm a seu favor. Concretiza-se no ato a decisão do Presidente da República Mário Soares que o *Diário da República* publicara a poucos dias do último Natal: o antigo bombista é indultado. Sai definitivamente livre como um passarinho. Estivera preso de 6 de agosto de 1976 a 7 de junho de 1979. Não cumprira sequer um terço da pena.

A família Teixeira receberá a notícia como uma terceira bomba, depois do crime propriamente dito e da frustração com a sentença do tribunal sobre a chamada «rede bombista». Néelson, filho da falecida Rosinda, dirige então a Mário Soares uma carta carregada de «perplexidade transformada em revolta». Explorando o desejo de vingança que tomou conta dos familiares, acabaria por responsabilizar o chefe de Estado por eventuais atos de justiça pessoal:

«(...) Qual seria a atitude de Vossa Excelência se sua mãe tivesse sido carbonizada debaixo do seu próprio teto, ou se os filhos de Vossa Excelência tivessem visto desfeitos sonhos e projetos de futuro na adolescência? Qual é, na altura em que uma família fica desfeita, a contrapartida, não só moral como material, a que a mesma tem direito? (...) Se o acaso me levar ao encontro pessoal com o já referido bombista e daí advier algum ato de justiça, responsabilizo-o, senhor Presidente, desde já, pelas consequências que poderão transformar a conduta de um cidadão cumpridor com o seu País (...). Pobre será o País em que arrogantes assassinos são desculpados e as pobres vítimas sejam continuamente vítimas de justiça social (...). Haverá talvez quem compreenda que um Presidente da República, por vezes, tome atitudes de perdoar, mas, neste caso, indultar um criminoso declarado de 57 crimes, entre os quais alguns mortais, não há qualquer cidadão moralmente consciente capaz de aceitar tal facto (...).»

Esta não era a missiva que Néelson gostaria de ter redigido. Ao lê-la, o seu tio Jorge temperou as palavras, evitando que soassem ainda mais indignadas e ácidas. Nessas primeiras semanas de 1992, o filho de Rosinda desdobrar-se-á em entrevistas e depoimentos. «Tínhamos de dizer alguma coisa, se não as pessoas ficariam a pensar que estávamos de acordo, ou conformados com o indulto. Não estamos, nem nunca estaremos», assumirá.

António Teixeira, o pai, atravessara os anos enfermício, morrendo aos bocados, mas escrevendo à sua conta para ministros, câmaras e outras instituições, pedindo ajuda. «Mário Soares respondeu-lhe uma vez, quando ainda era primeiro-ministro, e disse-lhe que o assunto estava a ser tratado por um gabinete próprio», lembrara Néelson ao *Público*. «Até hoje, não tivemos mais notícias. Nunca ninguém nos perguntou se precisávamos de alguma coisa.»

Seguirá ainda, por essa altura, nova carta para o ministro da Justiça do Executivo liderado por Aníbal Cavaco Silva, do PSD. «Não fomos vítimas das FP-25, mas não o fomos certamente de gente melhor», escreveram, dessa feita, os irmãos Néelson e Ulisses a Laborinho Lúcio.

Tendo sabido que o Governo estaria em vias de apresentar legislação tendente a indemnizar as vítimas do «terrorismo de esquerda», os filhos de António e Rosinda lançaram um último apelo ao governante, reclamando justiça mínima. Mas advertindo: «Preferíamos mil vezes que o assassino da nossa mãe nunca tivesse sido perdoado pelo Estado, ainda que tal implicasse a inexistência de qualquer ressarcimento material», assumiram, para logo reiterarem: «Não queremos acreditar que de tais medidas indemnizatórias sejam excluídos aqueles que mais fortemente sentiram o peso de atentados terroristas considerados políticos pelo mais alto magistrado da Nação.»

A resposta àquelas preces seria um tumular silêncio.

Num último esforço, Néelson ainda tentara, junto de Mário Brochado Coelho, estudar as possibilidades de manter o caso vivo e obrigar o Estado a responder por isso. Mas, nessa época, o advogado ainda gladiava nos tribunais pela causa do padre Max. E deu a entender que o crime de São Martinho do Campo chegara ao

fim da linha.

Até à morte, a 23 de abril de 2005, não houve dia em que António Teixeira apagasse a luz do candeeiro da mesinha de cabeceira sem lhe vir à memória o mesmo gesto da madrugada de 1976. «As sequelas do meu caso deram cabo de mim, só consigo resistir à custa de medicamentos», reconhecerá à jornalista Paula Silva, do *Tal & Qual*, em 1996, na sua última entrevista. Quanto a Ramiro Moreira, nem condescendência nem perdão. «Tenho-lhe um ódio de morte», assumira. «Só peço a Deus que ele não me apareça pela frente. E tenho-lhe tanto nojo a ele como ao Mário Soares, por o ter indultado.»

Em Santo Tirso destacara-se, nos fulgores do cavaquismo, a filha do comendador Abílio de Oliveira.

À frente dos destinos da fábrica têxtil herdada do pai, Maria Fernanda era, por assim dizer, «a flor do campo» num mundo de industriais varões. A senhora dera que falar nos chás da burguesia nortenha. Tinha quartos de casa decorados por Maria José Salavisa, a troco de uma pequena fortuna, e seria objeto de risos maldosos, quiçá invejosos, após a derrocada dos murais, na sequência de uma inundação caseira. Filhos e noras passeavam em *BMW*, *Ferrari* e *Maserati*.

Um dos descendentes tirara, em Miami, um «curso superior» de ténis.

No Porto, onde o *Expresso* garantia que os dotes das filhas dos industriais se apreciavam pelo número de fusos têxteis, duas bodas na família teriam custado 30 mil e 50 mil contos em finais da década de 1980 (quase 400 mil euros), causando estupefação social.

O episódio mais recente da saga da família de Abílio «Batateiro» fora, nesses anos, a apreensão de duas dezenas de *Mercedes* e *Ferrari* em situação ilegal guardados na garagem do filho Narciso. O caso veio a público, apesar das tentativas de abafá-lo.

Pelos anos fora, Maria Fernanda seria referenciada pelo «carinho e ternura» que dispensava aos «mais carenciados da comunidade.»

Na tarde de 28 de junho de 2012, os despojos d'A Flor do Campo – maquinaria têxtil, artigos de escritório e quatro automóveis usados – foram leiloados na Quinta do Estrepão, em Moreira de Cónegos.

A certidão de óbito da fábrica esboçara-se meia dúzia de anos antes, quando suspendera atividade. Estava imersa em 53 milhões de euros de dívidas, parte dos quais a 400 trabalhadores e à Segurança Social.

Se o primeiro plano de recuperação tivesse ido por diante, os operários receberiam uma média de dois a três euros por cada mês em atraso. Contra a vontade dos sindicatos, acabaria por aprovar-se o pagamento de 30 por cento dos créditos reconhecidos, a receber durante dez anos.

Até ao fim do processo, houve manifestações, lágrimas, resignação. Trabalhadores com a velhice à vista, cansados de vidas sofridas, recordaram os primeiros passos na fábrica de Abílio de Oliveira, ainda crianças. Em 2009, contavam 33 anos de vida na empresa. Por coincidência, os mesmos 33 que haviam passado sobre a morte de Rosinda Teixeira na madrugada criminosa de São Martinho do Campo.

CAPÍTULO 12

Os dias portugueses do «pastor-alemão»

Foi em março de 1976 que o jornalista e escritor Günter Wallraff aprendeu a não subestimar a importância de um romance de Frederick Forsyth para a descoberta de uma conspiração.

O alemão viajara de Braga, onde se hospedara, para a Póvoa de Varzim. Primeiro, aparara o cabelo e livrara-se de três meses de guedelhas. Depois, trocara o casaco de couro «de esquerda» pelo fato e gravata «de direita». Pusera também um anel de brasão.

Por fim, munira-se de uma pasta preta, que protegia com ar desconfiado dos olhares indiscretos, dando a entender que transportava sigiloso recheio.

O disfarce estava pronto e ele parecia saído de um *thriller* de espionagem. O ilusionismo não permitia semelhanças com o *best-seller* *Odessa*, a história do repórter infiltrado numa organização neonazi que acaba perseguido. Mas andava lá perto.

Para explorar contactos com a hierarquia da Igreja e a arraia-miúda do terrorismo de extrema-direita no Minho, Günter Wallraff mudara de identidade. O seu nome próprio era «Hans» e dele se serviria para vestir a pele de representante de uma poderosa organização direitista ligada aos círculos da alta finança da então Alemanha Ocidental. A personagem fora supostamente enviada a Portugal em «missão secreta» para avaliar a hipótese de fornecer armas e dinheiro aos combatentes mais fiáveis do «comunismo».

A filóloga Hella Schlumberger falava razoavelmente português e decidira acompanhá-lo nesta farsa. O alemão levava o enredo ao ponto de cair nas graças dos intermediários do general Spínola, exilado desde o derrotado golpe de Estado a 11 de março de 1975.

Nos primeiros dias, a teatralização decorrera sem percalços, mas parca em entusiasmos. «Já tinha perdido um pouco o interesse na história. Pensei: isto aqui não vai dar nada.» Um encontro com os «chefões» militares do MDLP na cidade do casino, virada ao mar, iria mudar tudo. Não sem que antes lhe perguntassem, desconfiados, se o alemão lera *Odessa*, de Forsyth. «Não conhecia o livro, por isso reagi de forma natural e consegui dissipar as dúvidas. Só mais tarde descobri que a obra descrevia a forma como alguém se tentara infiltrar numa organização de extrema-direita. Era precisamente o que estávamos a fazer», recorda Wallraff, cujo susto jamais se apagou da memória.

Wallraff transportara, disfarçado, um gravador miniatura *Nagra*, «de qualidade radiofónica», para captar secretamente as conversas.

Tinha já três horas de gravação quando o aparelho se avariou.

Entrou então em cena Gonçalo Vilas-Boas.

Professor assistente de Literatura Alemã na Faculdade de Letras do Porto, estava ligado a um grupo de escritores na Alemanha. Conhecera Wallraff em Colónia, em casa do próprio, durante uma viagem. Ficaram amigos.

O português estava familiarizado com o controverso método de trabalho do germânico: espécie de jornalismo infiltrado, com recurso ao disfarce. Com a raça de um pastor-alemão, Wallraff tornara-se famoso pelo olfato invejável para histórias polémicas. Ágil e cauteloso nas abordagens, era também versátil e devotado a uma missão. Quando mordida um tema, não o largava até que deixasse marcas em letra impressa. Assumidamente, estava-se nas tintas para a deontologia. Preferia fazer valer um ponto de vista, irrefutável. «Sou um agente dos direitos do Homem, da Paz e da Felicidade», reagira às acusações de espionagem. «É verdade que utilizo os métodos da CIA e do KGB», admitira, mas com o propósito, justificara, de «influir na sociedade».

Antes de viajar para Portugal, publicara «reportagens» na pele de um trabalhador da indústria alemã, passara por alcoólico numa clínica psiquiátrica, vivera sem teto, fingira-se estudante à procura de casa, porteiro de uma companhia de seguros, e até se mascarara de abastecedor de *napalm* para o exército americano. À parte isso, estivera preso na Grécia após protestos contra a ditadura militar.

Processado várias vezes ao longo da carreira, não há memória de alguma vez ter sido condenado.

Ilse Losa, escritora e tradutora alemã de origem judaica radicada no Porto desde 1934, considerava-o uma

combinação de Robin Hood e Miss Marple, protagonista dos romances de Agatha Christie.

Klaus Schuffels, amigo e tradutor, descrevera-o como um «espetáculo didático». Primeiro, acumulava documentação extensa sobre o seu objeto social. Depois, definia a «cobertura», ou seja, a identidade falsa que o assemelhava, por vezes, a uma toupeira dos serviços secretos. Em terceiro lugar, adaptava a aparência física. Seguiu-se a «atuação» propriamente dita. Por fim, saía de cena, pronto a escrever e a desencadear a bola de neve das reações.

Em todos estes atos, Wallraff era, em simultâneo, autor, encenador, ator e comentador. «Na Suécia, onde tem muitos leitores, já existe o verbo “*wallraffar*”. Significa usar esse sistema *undercover* de investigação para trazer ao conhecimento público algo que, de outra forma, não seria possível», explica, sorridente, Gonçalo Vilas-Boas.

Quando, no início de 1976, viajou para o Norte vindo do Alentejo, onde conhecera as experiências da reforma agrária, Wallraff instalou-se no charmoso Grande Hotel de Paris, na cidade do Porto. Nessa ocasião, Gonçalo notara que ele viera sozinho. Decidira oferecer-lhe teto, cama e roupa lavada, mas Wallraff recusara, «por razões de segurança».

Até pôr o pé em Portugal, ele nunca fora traído pela logística.

Todavia, quando o gravador falhou, tudo ameaçou precipitar-se.

Uma pergunta sobressaltou-o: sem meios técnicos, como provar que a direita radical preparava nova golpada, desta vez mais ambiciosa nos meios e nos propósitos? «Perguntou-me se conhecia alguém que lhe arranjasse um gravador», recorda Vilas-Boas. «Foi comigo a Coimbra, a casa de um amigo, buscar o aparelho, mas era enorme.»

Havia, pois, que improvisar.

Dali a dias, no Hotel Vermar, na Póvoa de Varzim, Wallraff apresentou-se numa reunião conspirativa com militares e operacionais do MDLP. Levava o gravador emprestado, «um pouco volumoso», oculto no saco que carregava sempre consigo a tiracolo.

Durante a conversa deu nas vistas, embora sem sobressaltos, o facto de sair, a cada 45 minutos, em direção à casa de banho. Aí, entre descargas de autoclismo, Wallraff aproveitava para mudar a cassete. «Ele disfarçava dizendo que tinha diarreia», graceja o amigo, tão pasmado como no passado: «Não desconfiaram de nada? Eram mesmo burrinhos?»

A diarreia foi o imprevisto mais inusitado da desmontagem daquela maquinação. Em abril de 1976, meses de «jornalismo infiltrado» apareceram, por fim, escancarados nas páginas da revista alemã *Stern*, um milhão e novecentos mil exemplares de tiragem à época.

O tema era suculento: Spínola, ex-Presidente da República exilado na Suíça, preparava há meses um golpe de Estado em Portugal. Outro.

Para cúmulo, dera-se algo inverosímil: o general, de peito alfinetado de heroísmos, fora levado ao engano a um encontro onde supostamente lhe seria prometido armamento e dinheiro. Na sua mente pairava a ideia de desencadear um banho de sangue no País, caso as coisas corressem de feição ao PCP e aos socialistas nas primeiras eleições livres para a Assembleia da República, em 1976.

«Ele estava determinado em eliminar os seus inimigos políticos», rebobina Wallraff, quarenta anos depois da encenação que fez cair a máscara ao general do monóculo. «Ainda me lembro de lhe ter perguntado: o que significa eliminar? Quer dizer “fisicamente”? E ele respondeu: “Sim, fisicamente.” Ele evidenciava mesmo uma vontade de “exterminação”», crê o alemão. Mas antes da solução final haveria uma alternativa menos radical. «Ele considerava também a hipótese de a sua ala chegar ao poder via eleições. O golpe era, para ele, uma espécie de plano B», concretiza Wallraff.

Para afastar dúvidas, a edição onde vinham a público estas revelações incluía fotografias e documentos a comprovar encontros e conluios. Entre as testemunhas estava um advogado de Colónia. Georg Meinecke, dirigente do Movimento Mundial para os Direitos Humanos, fora também um dos atores voluntários desta «caça» ao homem.

Num primeiro instante, parte da imprensa alemã considerara Wallraff «um carneiro estúpido ao serviço da desinformação comunista». Inicialmente, o interesse na matéria «não foi enorme», reconhece o escritor. «Muitos editores não acreditavam. E a história ia contra os interesses estratégicos da Alemanha e de parceiros internacionais.»

Em Portugal, o caso extremou o combate partidário.

Ramalho Eanes, à época chefe do Estado-Maior do Exército, também era visado no artigo, a pretexto das alegadas ligações aos extremistas do MDLP. Considerara o documento forjado e «sem bases».

A esquerda rejubilou e os jornais encheram páginas excitadas sobre o tema. A matéria prolongou a

convulsão política até à porta das eleições legislativas. Se fosse hoje, dir-se-ia que se tornara viral.

Mas era só uma amostra.

Na verdade, a publicação germânica aproveitara apenas 34 das 140 páginas datilografadas pelo autor. A totalidade daria um livro, editado pela Bertrand em dezembro de 1976. Chamou-se *A Descoberta de uma Conspiração – A Acção Spínola*. Continha «páginas densamente povoadas por ilustres personalidades políticas, militares e religiosas, preparando, discutindo e falando de manifestações, armas, dinheiro e bombas», sugeria o anúncio da editora nos jornais. Não era, de todo, publicidade enganosa. A primeira edição, de 17 mil exemplares, voaria numa tarde.

Günter Wallraff desarmara a silenciosa trama, urdida entre Portugal, Alemanha e Suíça, nos primeiros meses desse ano, a partir do Minho.

Já sob falsa identidade, passara uns dias em Braga, ouvindo o arcebispo e o seu secretário. Escutara o incitamento de autos de fé contra o comunismo, a luta de «Cristo contra Satanás». Conhecera, nas rondas por cafés e restaurantes, mercenários do MDLP. Cravejados no espicaçar da fúria popular, eram especialistas no manejo de armas e explosivos. Exerciam o «ofício» mandando pelos ares casas, escritórios e automóveis de gente de esquerda. Incendiar sedes do PCP tornou-se um fetiche. Nos intervalos faziam segurança a comícios do CDS, guardavam as costas de dirigentes políticos de direita. E ainda davam uma mãozinha a agasalhar, em lugar seguro no estrangeiro, objetos e valores de figuras ilustres do presente e do antigamente. Iam escondidos nos pneus, atrás dos faróis ou cosidos nos assentos.

«Não faço ideia de como é que ele entrou em contacto com aquela gente», assume Gonçalo Vilas-Boas. «Mas quando chegou ao Norte já vinha com pistas, não me parece que tenha sido uma viagem fortuita.»

Wallraff deixa outra versão para a posteridade. «Essa viagem foi pura coincidência. Não procurámos ativamente contacto com terroristas de direita», explica o alemão. «A Hella viu um cão na rua, com o qual começou a brincar. Eu, ao contrário dela, não gosto muito de cães. Mas foi assim que conhecemos o dono, um tal Eduardo [da Costa Oliveira], e metemos conversa», relata. O animal dava pelo nome de *Kaiser*. Fora abandonado por comerciantes alemães. Eduardo, de alcunha «Corrécio», *gangster* de província temido e destemido, tomara conta do bicho. O operacional do MDLP e do ELP, confiante, desbobinara façanhas, locais e nomes. «Sem o pastor-alemão não teríamos descoberto a história do golpe que estava a ser preparado em Portugal», assume Wallraff.

A teatralização estreara-se no Minho.

Mas o pano só cairia na Alemanha.

Quarta-feira, 24 de março de 1976, Düsseldorf.

Esboça-se o último ato. O cenário é o Park Hotel, onde, pelos anos 1930, os grandes magnatas da indústria rechearam as ambições de Hitler com os seus milhões. No bar encontram-se José Valle de Figueiredo e Luís Oliveira Dias, emissários de Spínola. Diante deles, Hella e Wallraff, «disfarçados» de representantes de Franz-Josef Strauss. O líder da União Social Cristã na Baviera «era um bom amigo dos extremistas de direita e fascistas um pouco por todo o Mundo», atualiza o escritor alemão. «Tivera boas relações com Salazar, Marcelo Caetano e Franco, mais tarde também com Pinochet. Não há dúvida de que Strauss estava em estreito contacto com Spínola e os seus homens, isso foi-me confirmado», clarifica.

O antigo Presidente da República obtivera de Strauss a garantia de que seria possível assegurar armas para o MDLP através do contingente da NATO. Esse dado era o engodo ideal para atrair os intermediários do general. «Eles vieram ter comigo sobretudo porque pensavam que eu era, de facto, um emissário de Strauss», garante Wallraff. Os homens de Spínola afiançaram ao alemão que no leque de boas relações do movimento estavam, entre outros, o chefe dos Comandos Jaime Neves, o cônego Eduardo Melo, de Braga, e o general que chegaria nesse ano de 1976 a Presidente da República. «Eanes tinha mesmo preparado o regresso de Spínola do exílio e até tinha contactos conspirativos com ele», garante Wallraff.

Os homens do militar germanófilo, que fora observador do avanço nazi na frente russa, gabavam-se de comandar ações contestatárias dos agricultores em Rio Maior e em Coruche, através do MDLP.

Para impressionar, exaltavam as fidelidades que teriam entre os militares da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, e os oficiais do Regimento de Estremoz, terra natal de Spínola. O ambiente no hotel era agora de confessionário, sem sombra de pecado. Mas a farsa engendrada por Wallraff só atingiria o céu no dia seguinte.

A 25 de março de 1976, Düsseldorf recebeu Spínola com frio e chuva.

O general, vindo de Genebra de avião, via Zurique, fizera acompanhar-se da sobrinha. Envergava chapéu e gabardina quando desembarcou.

Sem tirar os óculos escuros, «extremamente reservado» e pouco dado a demonstrações de simpatia, seguiria para o local apalavrado.

O luxuoso restaurante Schnellenburg, sobre o Reno, esperava-os para o almoço. Aí chegado, Spínola trocava os óculos pelo habitual monóculo e aproveitava para descontraír. Abstémio, fã de cozidos e de grelhados, abria nessa tarde duas exceções. Brindou ao encontro com uma taça de champanhe e comeu veado com cerejas, uma exorbitância para os seus hábitos espartanos. Dispensou, porém, a sobremesa.

Confortável, espicaçado por Wallraff, o experiente e desconfiado Spínola mordera finalmente o isco. Por entre anedotas a forçar gargalhadas e divagações sobre o futuro da Europa, discorreria sobre a realidade portuguesa. Confessara, enfim, ter sido desafiado a contragosto para os preparativos da revolução. A oito dias do 25 de Abril ainda aguardavam a sua resposta. Para decidir se apoiava o levantamento militar, Spínola reunira o «conselho de família», ao qual acorrera o industrial António Champalimaud. Relutante, o general aceitara apoiar a libertação do País, na esperança de travar «as ideias comunistas contidas no programa» do MFA. Com o tempo, e já depois de falhadas duas intencões para subverter o processo democrático, consideraria Mário Soares intelectualmente «mediocre», Costa Gomes «traidor», e Álvaro Cunhal digno de «respeito». Não escondera, contudo, o que faltava consumir: «O que nós visamos é a eliminação total do comunismo em Portugal.» Para tal, contava com fidelidades militares, apoios financeiros de Champalimaud e da família Mello, dona da CUF, além de entusiasmos no CDS e no PSD. «Secretamente eles aceitam os nossos objetivos e estão solidários connosco, mas em público estão cheios de medo de se comprometer», desabafara o general, referindo-se àquelas forças políticas.

Antes de regressar à Suíça, ao final da tarde desse dia cinzento de Düsseldorf, Spínola transmitira plenos poderes aos seus emissários para negociar armas e financiamento com «Hans», a personagem interpretada por Wallraff. O MDLP teria 100 mil voluntários dispostos a atuar, mas era preciso armar uma décima parte. Ou talvez menos.

A lista de munições e equipamento de sabotagem chegaria dias mais tarde, por via aérea, ao escritor alemão, através de remetente fictício e dirigida a uma morada simulada. As necessidades dos conspiradores eram extensas: uma primeira estimativa apontava para milhares de espingardas automáticas, pistolas-metralhadoras, caçadeiras, granadas, morteiros, detonadores, minas, entre outras «miudezas».

O plano financeiro, orçamentado em milhões de marcos à época, englobaria a criação de um Instituto de Reconstrução Nacional e o financiamento de uma editora, do MDLP e da rede clandestina. «E não se esqueça das armas de bordo para helicópteros», havia precisado Spínola, em jeito de despedida, antes de abandonar o restaurante. «Destinam-se sobretudo ao uso contra população civil, operários em greve, manifestantes, trabalhadores de cooperativas que se recusem a devolver as suas terras.»

Ao fim daquelas três horas gravadas clandestinamente, o nevoeiro levantara-se: «Os planos para o golpe de Estado em Portugal eram, de facto, uma coisa que devíamos tomar muito a sério», faz notar Wallraff.

Conversas gravadas, intriga desmascarada, tudo corria além do esperado. Sobretudo nos detalhes. «Quando o Spínola veio à Alemanha», lembra Wallraff, «o Strauss encontrava-se fora do país, em viagem oficial. Caso contrário, Strauss e Spínola teriam falado e, certamente, perceberiam a trama.» A sorte soprara a favor. Mas daí à publicação do artigo ainda haveria que vencer o ceticismo da *Stern*.

A revista destinara um repórter fotográfico para captar, à socapa, os momentos comprometedores para Spínola, mas não ficara convencida. Na redação, os editores começaram por comparar as fotos do general com ampliações a partir de centenas de outras imagens de arquivo. Uma delas registara uma visita do ex-Presidente da República a Paris, na qual aparecia com a sobrinha, em relação à qual conferiram, traço a traço, as feições. As testemunhas da conspiração também foram interrogadas. A voz da fita gravada por Wallraff foi comparada com discursos de Spínola. Por fim, faltava conferir e confrontar a assinatura do general, a partir da credencial que passara aos seus emissários para o representar. Um momento delicado. «Vimos que os panfletos da organização tinham sido assinados por um certo “Ribeiro”», recorda o escritor alemão. «Aí pensei: porra, fomos enganados! Caímos numa armadilha», precisa Wallraff.

Os responsáveis da revista admitiram, por momentos, não publicar a história. Mas as coincidências conspiravam a favor de Wallraff. «O Hans-Peter Lehman, um dos repórteres internacionais da *Stern*, confirmou que era, de facto, a assinatura do Spínola.» Na verdade, aquele correspondente da publicação alemã estivera na Guiné-Bissau em 1970, em plena guerra colonial, tendo ficado amigo de Otelo Saraiva de Carvalho, que era o oficial de ligação entre os jornalistas e Spínola. Lehman pedira uma entrevista ao general, mas entretanto partira uma perna em Bafatá, no Centro do país. Condescendente, o governador militar, que havia destinado dez minutos para a conversa, acabaria a prolongá-la por hora e meia. No final, o jornalista pediu-lhe um autógrafo no gesso da perna. Spínola assinou «Ribeiro», o apelido da mãe.

O milagre de que Wallraff precisava estivera todos esses anos nas mãos do colega da *Stern*. Sim, ele

guardara uma fotografia do momento em que António Sebastião Ribeiro de Spínola rubricara a perna engessada. «E foi assim que conseguimos confirmar que se tratava da assinatura dele», graceja o escritor. «Olhando para trás apenas posso concluir: foi uma loucura. Uma loucura...»

A primeira consequência da reportagem foi a expulsão do antigo chefe de Estado português da Suíça. A 8 de abril de 1976, dois meses depois de ter solicitado residência permanente naquele país, Spínola recebia guia de marcha das autoridades helvéticas sob alegação de que dirigira «atividades a favor do MDLP».

À chegada a Genebra, para onde fora morar alegadamente por razões de saúde, o general comprometera-se a não desenvolver qualquer atividade política. Com a decisão do governo suíço, Spínola refugiou-se no Rio de Janeiro.

Também neste episódio, Wallraff, que tivera formação religiosa, podia benzer-se. «Tive a sorte de, na altura, ter contacto com um colega suíço, de nome Frank A. Meyer», que cobria habitualmente as comissões de inquérito do Parlamento. Mais tarde tornar-se-ia administrador do grupo editorial Ringier e economista. Naquela época, porém, era um repórter que queria esgravatar temas polémicos e denunciá-los. «Dei-lhe as gravações das minhas entrevistas e ele conseguiu convencer o Parlamento suíço a investigar o assunto», explica Wallraff. Seguiu-se o inquérito que ajudaria a mudar a agulha sobre o tema na Alemanha. «A Suíça até deveria ter acusado o Spínola em tribunal, pois não era tolerável que estivesse a organizar golpes de Estado contra outros países a partir de território suíço», adianta o escritor. No fundo, «eles queriam ver-se livres dele; mas devemos ao Frank o facto de Spínola ter sido expulso», reconhece.

A imprensa europeia foi contagiada pela descoberta da conspiração. «O que mais surpreende na reportagem de Wallraff», escreveu o *Tagesanzeiger*, de Zurique, «é o facto de ser tão fácil no Norte de Portugal qualquer tipo, em plena rua, conseguir contactar grupos de terroristas da extrema-direita, que em princípio deveriam estar na clandestinidade.»

O programa *Panorama*, da televisão pública alemã, divulgou extratos das gravações com a voz de Spínola, mas o efeito foi o contrário: as secretárias passaram a noite a receber telefonemas insultuosos. Eram telespectadores críticos de Wallraff e defendiam a perseguição aos «porcos» comunistas. «Com quem deseja construir a Europa, senhor Strauss?», inquirira, entretanto, o ex-chanceler Willy Brandt no Parlamento Federal alemão, desafiando o líder da ala bávara da Democracia Cristã a esclarecer as ligações a Spínola. Strauss confirmaria encontros com o general, mas defendera-se, considerando-o uma figura «politicamente morta», cuja obstinação prejudicava a democracia portuguesa.

O diretor do turismo português em território germânico também não se furtaria a comentar o assunto. Wallraff «não é honesto nos seus projetos. Não tem aceitação na Alemanha, a não ser em certos setores de esquerda», dissera José Luís Moura.

Por cá, o caso produziu elaborações de sobra, à esquerda e à direita.

A presença de António Dias Lourenço, diretor do *Avante!*, órgão oficial do PCP, na conferência de imprensa de Wallraff em Bona gerara especulações sobre as relações do partido com o escritor alemão. Citada pelo *Expresso*, a revista sensacionalista de Munique *Quick*, cujo *cocktail* noticioso se resumia a escândalos, sexo e crime, atribuiria a estadia prolongada de Wallraff em Portugal a uma credencial passada por uma responsável da célula do PCP no Ministério da Comunicação Social. A publicação fazia ainda referência a uma lista de cidadãos alemães envolvidos em atividades políticas em Portugal que estaria na posse das autoridades militares. A morada de um deles, Hans Blume, teria sido usada por Wallraff ao requerer a credencial.

O semanário português conectara Blume às ocupações de terras no Sul supostamente orientadas pelas Brigadas Revolucionárias e elementos da extinta 5.^a Divisão das Forças Armadas, organizações às quais o súbdito alemão teria ligações «notórias». «Não sou jornalista, mas sim professor», começava por desmentir o próprio Blume, uma semana depois. Escrevera apenas um artigo sobre uma cooperativa agrícola de Santiago do Cacém, para um jornal germânico. Negava quaisquer atividades políticas. Nem sequer conhecia elementos das organizações referidas na notícia. «Vivo com a minha família em Portugal há três anos e meio. Conheço Günter Wallraff desde o verão passado (...), através de um membro do Partido Social-Democrata alemão (SPD).» Além dele, também o Prémio Nobel da Literatura Heinrich Böll havia estado em casa de Blume. «Foi com este último que fui à cooperativa agrícola da Torre Bela, porque ele se mostrava interessado na reforma agrária», explicara. Na Torre Bela, acompanhara igualmente um jornalista do *Frankfurter Rundschau*, para o qual traduzira as perguntas e as respostas. Depois seguir-se-iam cinco ou seis visitas mais àquela emblemática unidade coletiva, mas não para vindimar revoluções. «Devo confessar que, como apreciador de uma boa pinga, apoiei a cooperativa comprando vinho (tinto e branco). Uma vez, pelo menos, levei uma dúzia de garrações.»

Spínola caíra em desgraça, mas os métodos, a investigação e as ligações de Wallraff em Portugal continuaram sob escrutínio.

A 15 de abril de 1976, o semanário *O Jornal* confirmaria a história junto dos operacionais do MDLP que Wallraff contactara em Braga: «Fomos enganados», confessaram. Mas o autor da reportagem cometera várias imprecisões. Como o repórter Hernâni Santos comprovaria, Wallraff confundira localizações, nomes e idades. Teria até dado um tom de fanfarronice a depoimentos menos calóricos. No entanto, duas coisas eram certas: «Wallraff esteve no Norte» e os elementos do MDLP «foram ludibriados e morderam o anzol», concluía o jornal.

Quando as primeiras notícias sobre o caso chegaram a Portugal, o semanário tentou assegurar o exclusivo de publicação da reportagem da *Stern*. A revista mandara entretanto um repórter a Lisboa, para acompanhar as reações. Hans-Juergen Herda, de seu nome, traria no voo da Lufthansa um exemplar da edição que foi traduzida em poucas horas por uma equipa a que *O Jornal* recorrera.

Joaquim Letria, diretor e repórter do periódico, conseguira, após várias horas, entrar em contacto com Wallraff. Marcara a entrevista para a noite de domingo, 11 de abril de 1976, num hotel em Hamburgo.

Letria partira para a Alemanha com o objetivo de encostar Wallraff às cordas. Marcaram encontro no átrio do hotel. O escritor não conseguira esconder alguma tensão. Fazia «constantemente muitas coisas ao mesmo tempo: telefonemas, mensagens, recados». Recebia amigos, encomendava água tônica, «pretextos para interrupções sucessivas», descrevera Letria.

Da conversa de oito horas, três serão gravadas. Com intérprete. «Por Wallraff falar mal inglês e não dizer duas palavras de francês.»

Na entrevista, o alemão aproveitaria para se defender de suspeitas. Garantira que na ex-União Soviética era considerado anticomunista, duvidando até que algum livro seu fosse publicado do outro lado do Muro de Berlim. Gonçalo Vilas-Boas confirma: as obras dele foram proibidas na Alemanha de Leste. «Quando foi da extradição do autor e compositor dissidente Wolf Biermann, impedido de regressar à RDA após uma série de concertos no lado ocidental, o Günter esteve em casa dele», esclarece o amigo.

No passado, Wallraff militara na juventude do SPD alemão, mas preferira assumir-se «socialista independente». Disse-o a Letria. «Uma pessoa como ele não é qualificável», crê Vilas-Boas. «O Wallraff sempre teve um lado meio anarquista.» Já as conjeturas sobre intimidades com os comunistas portugueses foram desmentidas pelo próprio na entrevista a Joaquim Letria. «Procurei ajuda deles», admitira, «mas não me disseram nada. Até me trataram mal.» Wallraff condenaria, de resto, «a atuação errada» do PCP durante o processo revolucionário, sobretudo pela «arrogância» demonstrada. Simpatias, só mesmo pelo Movimento de Esquerda Socialista, onde pontificavam Jorge Sampaio e Ferro Rodrigues. «Eu era do MES. Mas posso garantir que não foi aí que ele conseguiu as informações de que precisava. Nós éramos uns meros intelectuais», atalha Gonçalo Vilas-Boas.

As revelações sobre as manobras spinolistas haviam extremado o confronto político e dado rédea solta às teorias conspirativas, não só em Portugal, mas também na Alemanha. Num ápice, Günter Wallraff passara também a receber cartas ameaçadoras. «Disseram-me que me tinha intrometido em assuntos que não me diziam respeito, que as histórias eram grandes de mais para a minha carruagem. Inicialmente não as levei muito a sério», admite.

Seria obrigado a mudar de opinião.

Em agosto de 1976, um dos andares do n.º 20 da Thebaerstrasse, em Colónia, ardeu por completo. Não era um piso qualquer. Naquele endereço ficava o escritório de Wallraff. Grande parte dos arquivos foi reduzida a cinzas. «Este é o último aviso», escreveram-lhe, dias depois. Apresentou queixa, confirmou-se o fogo posto, mas as averiguações entraram num beco sem saída. Ficaram as conjeturas: segundo o escritor, o ato teria origem em elementos ligados a organizações radicais da direita alemã, a Franz-Josef Strauss ou até a qualquer agência secreta, mas «não necessariamente a portugueses», reconhece.

Se não havia cidadãos nacionais implicados nesse ato, tal não significava que ele ignorasse o cenário que o aguardava em Portugal. Os eventos de 14 de dezembro de 1976 confirmariam os receios.

Na manhã desse dia, a agitação tomou conta da Rua da Horta Seca, em Lisboa, à porta da Casa da Imprensa.

Para o local convergiram jornalistas e curiosos, alguns dos quais haviam devorado, meses antes, as reportagens do escritor alemão, fazendo fila nos quiosques.

A Bertrand marcara a apresentação do livro sobre a conspiração de Spínola e anunciara a presença do autor, mas não contava com a presença de polícias à paisana. Os repórteres comentavam o aparato com o editor Eduardo Martins Soares quando este foi detido pelos agentes. Seguiram-se protestos, o detido identificou-se e os polícias estranharam que não falasse alemão. Mesmo assim, seguiram para o Governo

Civil, onde lhe foi exigido passaporte.

O «engano lamentável» seria assumido pouco tempo depois pelo comissário Costa: os agentes tinham ordens para deter o indivíduo que despertasse maiores atenções aos jornalistas, mas haviam confundido o editor da Bertrand com Wallraff, dadas as semelhanças físicas. O incidente anedótico seria sanado com a oferta de um exemplar do livro de 244 páginas ao comissário da PSP, até para evitar mais embaraços.

A precipitação das forças policiais partira, porém, de um plano real.

Semanas antes do lançamento da obra, as autoridades portuguesas tinham intensificado a vigilância fronteiriça em relação a automóveis de matrícula alemã. Se entrasse no País, Wallraff seria imediatamente detido e levado ao serviço de estrangeiros. «Já não me lembro por que faltei à conferência de imprensa. Será que foi um pressentimento?», interroga-se o escritor. «Acho que tinha medo de ser preso, de haver gente que quisesse vingar-se de mim! É possível também que a minha ausência tivesse a ver com problemas de saúde... já não me lembro bem... Provavelmente terão sido as duas coisas», assume.

Havia uma terceira, que explanara num comunicado: estava ocupado com o «caso Wolf Biermann», o cantor alemão ocidental que escolhera o lado leste para viver, mas havia sido expulso da antiga RDA.

Os sinais de desassossego quanto às revelações de Wallraff, por parte das autoridades policiais e instâncias governativas, duravam há meses.

Em ocasião anterior, o escritor germânico fora perseguido após passar a fronteira com Espanha em direção à Alemanha, numa das suas vindas a Portugal. «O agente veio a correr atrás do meu carro. Pensei que provavelmente estaria numa lista e acelerei», recorda.

As pressões junto da editora para aceder ao conteúdo global do livro tinham origem em vários setores, entre os quais o próprio Conselho da Revolução. Este órgão solicitara, inclusive, as gravações desde o momento que as reportagens haviam sido citadas na imprensa.

«Não tem qualquer sentido dizer-se que o *timing* de publicação na *Stern* fora pensado para interferir com as eleições legislativas de 25 de abril ou as presidenciais de junho desse ano. Isso é uma nuvem de pó», assegura Gonçalo Vilas-Boas, catedrático de Literatura Alemã da Universidade do Porto.

Mas como poderia este professor ser tão categórico na afirmação?

Logo após a controvérsia gerada pelos relatos na imprensa, Günter Wallraff convidara o amigo para traduzir o livro para português. O desafio foi imediatamente aceite, mas Gonçalo não trabalharia sozinho. Recorreria a uma colega da faculdade e ambos concordariam em fazê-lo, usando, também eles, um disfarce. «Tradução de R. M. Peixoto», lê-se, logo após o título, nas páginas interiores da obra. «R. M. são as iniciais da minha colega, Peixoto é o meu nome do meio. O tradutor não existe enquanto tal, mas não é completamente mentira, certo?», graceja Gonçalo José do Vale Peixoto e Vilas-Boas.

Havia razões ponderáveis para o docente universitário recorrer ao pseudónimo. O pai integrara a Legião Portuguesa, Gonçalo era «uma das ovelhas ranhosas da casa». Viviam-se tempos que recomendavam cuidado. «Não tinha contrato na faculdade, era só assistente. Toda a gente sabia a minha predisposição política, mas sempre fui um bocado desconfiado e não valia a pena gerar grandes alaridos», assume. «Sem perder a espinha, era de todo recomendável adotar uma postura *moderato cantabile*», sorri, recordando essa época «irrepetível».

Durante meses, Gonçalo e a colega limaram o texto.

Ao telefone, discutiam pormenores com Wallraff. «Quando li o livro», confessa o tradutor, «surpreendeu-me o facto de as pessoas retratadas serem tão ingénuas, apesar de serem craques da contrarrevolução.» Mais tarde, tentaria «impingir» o livro aos alunos. «Não gostaram, só leram alguns bocados», sorri. Enquanto literatura, «a escrita deixava um bocadinho a desejar», reconhece Gonçalo, «mas o Wallraff arriscara muito. Tinha coragem e uma capacidade enorme de se meter na pele do outro», elogia. Uma vez embebido na tramoia spinolista, «não podia hesitar».

Não fora com esse fito que o alemão viajara para Portugal, onde chegara, pela primeira vez, em julho de 1975. Ligado a um denominado Comité de Solidariedade com Portugal, constituído na Alemanha por elementos afetos a formações de esquerda, Wallraff chegaria ao País em pleno «Verão Quente», integrado numa comitiva de imprensa germânica. Voltaria depois, em outubro, para conhecer o Alentejo e os esforços da reforma agrária, que o Comité apoiara com verbas.

Às iniciativas não era alheio o *Deutsche Volkszeitung*, que reivindicava o estatuto de «fórum de esquerda pluralista». As matérias e iniciativas editoriais do jornal sobre o processo português conquistaram o «almirante vermelho» Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução, que enviaria uma carta ao jornal a elogiar a postura. «Cheguei a conhecê-lo, impressionou-me de certa forma», confirma Wallraff, sem conter o riso após avivar a memória. «Aquele uniforme... Era um tipo que levava as coisas a sério.»

A 25 de janeiro de 1976, Curt Meyer-Clason, diretor do Instituto Alemão, saiu de Lisboa e percorreu 160 quilômetros para sul, em direção ao Alentejo. Convidado de honra da inauguração oficial da cooperativa agrícola A União Faz a Força, a ocasião serviria para assinalar também a entrega oficial da soma recolhida, na Alemanha, pelo Comité de Solidariedade com Portugal.

Um trator azul, «novinho em folha», comprado com parte do dinheiro angariado, reluzia no meio da erva, rodeado de trabalhadores. Durante a cerimônia, a multidão depositara mais donativos num saco. E o povo de outras comunidades trouxera pás novas, baldes e enxadas.

Na companhia de Franz Kroetz, dramaturgo alemão, Curt Meyer-Clason atravessara Grândola, a «vila morena», em direção a Santiago do Cacém, onde estava instalada aquela unidade coletiva de produção e na qual encontraria «o poeta de cabelos brancos» José Gomes Ferreira.

Pelo caminho vira autocarros e tratores «com bandeiras e famílias de trabalhadores rurais» que cantavam, acenavam e gritavam em direção a uma festa popular. Passara por uma carrinha *Volkswagen* conduzida por jovens suecos que queriam trabalhar na cooperativa. Deitara o olho a um ribeiro seco, coberto de erva, onde famílias inteiras, com comida e garrações, faziam um piquenique. E apreciara, por fim, o terreiro da casa do monte, que fora cavado para receber favas e, mais tarde, trigo, batatas e tomates. A propriedade, constituída por três herdades ao abandono, incluindo uma várzea de arroz entregue ao mato há uma dezena de anos, ganhara vida nova. «Aplausos, risos nas caras tismadas, a pele tensa nas maçãs do rosto, sinais de um trabalho cheio de privações que os faz parecer mais velhos do que são» emocionaram Curt e Franz. «São artistas da sobrevivência», dirá o dramaturgo a um repórter, incrédulo ante a realidade.

Foi ali, naquele final de janeiro, que Curt Meyer-Clason encontrou Günter Wallraff. Dormia «num quarto do anexo, de chão de terra batida, para poder viver com os trabalhadores e conhecer os seus processos de trabalho e hábitos de vida», anotará o diretor do Instituto Goethe nos seus «diários». Os dois não eram desconhecidos.

À chegada de Wallraff a Portugal, Curt desafiara-o a entranhar-se nas «áreas já libertadas» onde a ditadura semeara fome e esquecimento. «Disseram-me que tinha de encontrar-me com ele, que poderia ajudar-me a entender o País», dirá o escritor.

Seguiu o conselho, fez as malas e foi para o Alentejo.

Viu populações sem água. Sem eletricidade. Sem higiene. Sem retretes (ia-se aos campos). Desbravou o território da fome, onde «até as bolotas estavam destinadas aos porcos» e os grandes proprietários condicionavam a vida do mais desocupado. Wallraff procurou, conheceu e sentiu então «um terrível entusiasmo para o novo». Naquelas paisagens, com 60 por cento de analfabetos, os adultos aprendiam finalmente a ler. Ao lado de escritores e de estudantes, conheciam obras de teatro que logo encenavam «nas poucas escolas existentes». Wallraff sentiu-se à vontade para assumir um papel, mas desta vez sem necessidade de representar uma personagem. Seria ele a cavar duas «superfossas» sécticas da cooperativa.

O escritor confessara-se impressionado com aquele «exemplo de democracia de base», onde sábados e domingos eram igualmente dias sem descanso. Durante semanas de vivência e trabalho em comum, Wallraff trocava impressões «com pessoas endurecidas pelo longo peso do fascismo». Por vezes, choravam diante dele. Notara-as, contudo, mais fortes e dispostas a desafiar o presente. «Antes a morte do que voltar atrás», ouvira. «Quando um homem se está a afogar, ele próprio lança mão aos seus cabelos», acrescentava ele, recorrendo a um dito da sua terra. O alemão apoiara a recolha de donativos internacionais para as cooperativas da região e guardará, até hoje, uma «memória nítida» dessa experiência «extraordinária», na qual estabeleceu «uma grande proximidade» com os trabalhadores.

Mesmo à distância, o nome de Curt Meyer-Clason penetrara naquela geografia de abandono. Incitara-o a lidar com pessoas que vivem juntas, a partilhar o pensamento comum e a experimentar «a sensação de ser carne». Wallraff fora contagiado para descobrir todos os dias algo novo, «esperança absurda» alimentada por Curt. «Acarinhar as utopias: são elas que te fazem sobreviver» – era um dos mandamentos daquele homem desobediente, refratário a ser uma figura decorativa e um anacronismo da política externa alemã num país estranho, agora livre. Tornara-se, assim, «agente da verdade, sem medo».

Curt chegara a Lisboa em 1969, em plena ditadura, para ocupar o lugar de diretor do Instituto Goethe, «embaixada» cultural alemã. «O padre novo que chega à aldeia, se for esperto, durante dois anos não muda nada...», aconselhara-o, «amargo e profético», o antecessor.

A receita do homem que Meyer-Clason se preparava para substituir era simples: não contrariar o ar do tempo. Por isso, «nada de colóquios, de discussões, de confrontos...», pedira. Curt deveria «não dar nas vistas» e manter-se «no seu canto». Mas o governo alemão não iria contar com ele para navegar em águas mornas. Bem pelo contrário.

Portugal perdera o hábito de falar, advertira-o, à chegada, o romancista e amigo Fernando Namora. O novo diretor ouviu e disse que ia tentar dialogar com o País. Arriscaria fazer do instituto um centro espiritual da resistência à ditadura. Agitaria as almas, sentaria adversários à mesma mesa, abriria as portas ao debate, franqueando intercâmbios, cumplicidades e partilhas entre intelectuais germânicos não grados aos burocratas e portugueses vigiados pelo regime. «A sala do instituto era um lugar íntimo e seguro em que os portugueses podiam exprimir-se», dirá em anos vindouros. «É claro que podia lá entrar um ou outro espião da PIDE, mas a gente não se importava.»

Após a revolução, comprometera o instituto com o novo tempo.

Arejara os espaços a novos horizontes políticos, artísticos e culturais. Ajudara, por exemplo, a disseminar e elevar Bertolt Brecht acima do uso panfletário e da simples fotografia de jornal. Antes e depois da revolução, nunca se amedrontara. «O medo pensa de mais», aprendera nos livros. «Ele tinha vivido no Brasil e havia sido informador dos serviços secretos da Alemanha nazi», recorda Günter Wallraff.

Por causa disso, estivera preso. Durante os cinco anos de reclusão, a que ele chamara «internamento», devorara romances, ensaios, poesia. «Mudou e tornou-se um homem muito generoso e progressista.»

Tradutor, para alemão, de Guimarães Rosa, Jorge Amado, Jorge Luis Borges, García Márquez, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, José Cardoso Pires, entre muitos outros, o diretor do Instituto Alemão enfrentaria a prosa dura dos seus superiores quando Wallraff desmascarou Spínola. Por sugestão de Curt Meyer-Clason, o escritor visitou universidades portuguesas, onde apresentou e falou do seu trabalho, sem, contudo, se libertar das inquirições dos apaniguados do general Spínola. Wallraff sentira também na pele o efeito de ser *persona non grata* no seu próprio país e a embaixada da Alemanha em Portugal chegaria, segundo ele, a usar arquivos falsos dos serviços de inteligência para intimidá-lo e provocar controvérsia. A «informação não confirmada», mas largamente difundida, dava-o como fornecedor de explosivos e armas aos «terroristas e anarquistas espanhóis». Num artigo publicado na revista *Der Spiegel*, Wallraf acusaria ainda o BND, sigla dos serviços secretos alemães, de incitar a sua captura no dia do lançamento, em Portugal, do livro sobre Spínola. «Foi detido um homem que se parecia comigo», concluíra, irónico.

Curt Meyer-Clason já não estava em Portugal quando estes episódios ocorreram. Recusara, de qualquer modo, ser emissário de campanhas deste tipo, orquestradas em nome dos «interesses alemães».

Tal atitude, para ele, não tinha tradução possível na língua e no processo democrático em curso no país que o acolhera.

A 7 de fevereiro de 1976, poucos meses antes da sua saída do cargo de diretor do Goethe, anotara, nos seus «diários portugueses», uma conversa telefónica exemplar. Nas entrelinhas percebia-se também que a nova ordem política nacional saída do desenlace de 25 de novembro de 1975 via com desconforto que memórias incómodas continuassem na berlinda.

Conselheiro da embaixada: *Os jornais diários dão a notícia de que Günter Wallraff falou na universidade sobre «A reportagem como literatura», seguindo-se discussão, e que isso se passou no âmbito de um ciclo de conferências do Instituto Alemão. O senhor não apresentou à embaixada nenhum programa para ser apreciado.*

Claus Meyer-Clason: *Como Wallraff é conhecido aqui, não só pelos seus livros, mas também pela coletânea (...) Livro de Leitura – Literatura Alemã dos Anos Sessenta, usado no ensino alemão do departamento de Germanística, aproveitei à última hora a sua presença entre nós.*

Conselheiro: *O senhor permite que um autor processado na Alemanha fale em nome do Goethe-Institut! Este «escritor» foi convidado pelo Instituto?*

Claus: *Wallraff leu e falou em Institutos Goethe na Suécia, na Grã-Bretanha, na Holanda, e foi um êxito.*

Conselheiro: *Como deve saber, o governo português está empenhado em expatriar os estrangeiros que se destacaram em atividades políticas antes do 25 de Novembro como agitadores indesejados.*

Claus: *E Wallraff está entre eles?*

Conselheiro: *Se Günter Wallraff for extraditado, a sua ligação ao Instituto Alemão prejudica a imagem*

da representação diplomática alemã em Portugal.

Claus: De acordo com a resenha da imprensa alemã, Günter Wallraff foi recebido em 17 de janeiro pelo Presidente da República, Costa Gomes.

Conselheiro: Com a sua iniciativa de recolha de fundos para a cooperativa A União Faz a Força ele enganou vergonhosamente os cidadãos alemães.

Claus: O comité de ajuda alemão, a que Wallraff pertence, conseguiu para a cooperativa 80 000 marcos para a aquisição de maquinaria agrícola.

Conselheiro: Não vai querer convencer-me de que por detrás disso há apenas amor ao próximo, e não objetivos políticos concretos.

Claus: Ambas as coisas, naturalmente, e com direito a isso.

Conselheiro: E a manifestação de massas na herdade, com Franz Xaver Kroetz e os seus camaradas de partido, com a divisa «Cooperação, Solidariedade, Paz e Amizade»?

Claus: O senhor esteve lá?

Conselheiro: A embaixada distancia-se estritamente dessa iniciativa privada. E o senhor devia fazer o mesmo.

Claus: A ação desenvolvida por Wallraff entre os alemães serviu de estímulo e exemplo para recolha de fundos entre instituições e pessoas em Portugal.

Conselheiro: A reforma agrária está em contradição com os planos do governo português. De qualquer modo, vamos mandar hoje, ainda que post festum, um relatório ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Günter Wallraff é visto por círculos determinantes na Alemanha como um autor desqualificado. E é um indivíduo desses que o Instituto Alemão convida...

Claus Meyer-Clason abandonaria Portugal com a sensação de «culpa feliz.» Vira uma revolução «falhar, em parte» por falta de projeto, mas não ficara a vê-la passar. Anos depois, Wallraff elogiaria a sua «integridade», «educação» e poder «catalisador» para congregar boas cabeças alemãs e portuguesas. O escritor diria que Curt foi «desterrado» pela sua própria terra natal. Mas muito tempo depois do adeus, a sua reputação permanecia intacta.

Essa mesma revolução «pacífica» trouxera o escritor alemão pelo beicinho. «Uma cantiga, um cravo... era impressionante.»

Quarenta anos depois, com os arquivos «num caos», Wallraff guarda memórias dispersas desse tempo. Recorda, com afeto, Lopes Cardoso, antigo ministro da Agricultura, «socialista muito empenhado na reforma agrária». E também um sindicalista, do qual o tempo varreu o nome, «que tinha uma motorizada e circulava de unidade em unidade, naquelas estradas alentejanas cheias de poeira».

Não soube avaliar personagens como Álvaro Cunhal, produzir uma opinião consistente sobre Otelo ou «perceber por que certos políticos defendiam certas causas». Um nome, porém, ficar-lhe-ia gravado: Mário Soares. «Foi uma pessoa que mais tarde defendeu Spínola», atesta Wallraff. «Inicialmente foi financiado pela Fundação Friedrich Ebert, ligada ao SPD alemão, e também teve ligações à CIA. Mas não sei em que medida Soares se tornou dependente da CIA», assume. A propósito conta uma história:

«Um dia assisti a uma situação interessante, na Grécia, durante uma reunião para a qual tinha sido convidado pelo governo grego e em que participavam muitas personalidades internacionais que estiveram ligadas à luta contra a ditadura militar na Grécia. Participaram nesse encontro o então ministro sueco dos Negócios Estrangeiros e um membro do governo da Noruega. O anfitrião era, na altura, Andreas Papandreou [antigo primeiro-ministro]. Na altura, eu era corredor e treinava-me para participar numa maratona. E durante uma dessas corridas de treino fui acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia e um secretário de Estado da Noruega. Corremos uns 10 mil metros no Estádio

Olímpico de Atenas. Ao meu lado corria o norueguês. E durante essa corrida ele contou-me que Mário Soares entregara pessoalmente um milhão de dólares ao Edén Pastora, da Nicarágua, um homem que tinha fundado um movimento “contra” no seu país, mas rejeitava contactos directos com a CIA. E foi aí que entrou Mário Soares. Segundo esse secretário de Estado norueguês, Soares entregou, portanto, um milhão de dólares, em dinheiro vivo, que foi oficialmente declarado como sendo da Internacional Socialista. Esse norueguês tinha estado presente pessoalmente no ato de entrega do dinheiro.»

Se o episódio de Wallraff carece de evidência factual, a proximidade entre Mário Soares e Edén Pastora não oferece dúvidas.

No livro *Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido*, Rui Mateus, fundador e antigo responsável pelas relações internacionais do partido, revelara ter organizado, em outubro de 1979, a reunião da Internacional Socialista que aprovou o relatório da missão à Nicarágua. Destacadas figuras do socialismo, entre as quais Willy Brandt, Bruno Kreisky, François Mitterrand, Léopold Senghor, Carlos Andrés Pérez e Felipe González, marcaram presença no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, mas «a grande estrela mediática desse comício seria o chamado “comandante zero”, Edén Pastora», escreve Mateus.

Em julho de 1980, no primeiro aniversário da revolução nicaraguense, já Edén Pastora era «o homem da CIA» na hierarquia da Frente Sandinista. Durante os primeiros anos, o comandante manterá intacto o prestígio granjeado pelas proezas na libertação do país das mãos do ditador Somoza. Em Portugal não escondera, porém, segundo Rui Mateus, «o desagrado pela evolução que os seus camaradas estavam a imprimir à revolução nicaraguense», íntima de Cuba e dos soviéticos.

Em 1982, quando já era um adversário frontal da Frente Sandinista, Pastora deslocou-se novamente a Portugal, a convite da Fundação de Relações Internacionais, ligada ao PS. De regresso à capital portuguesa, o exilado nicaraguense aparecia identificado com a estratégia norte-americana, e da CIA, para a desestabilização do regime pró-cubano no seu país. Apesar do abandono oficial posterior por parte dos EUA, o antigo guerrilheiro não desistira de organizar a resistência ao *statu quo* na Nicarágua. Segundo Rui Mateus, Pastora teve no PS «um dos principais apoios na Europa», mesmo contra a vontade dos americanos, a partir de dada altura.

O apoio de Mário Soares ao amigo nicaraguense provocaria, de resto, tensões na Internacional Socialista. Em 1984, no Rio de Janeiro, durante uma reunião privada de dirigentes da IS com políticos e intelectuais oposicionistas, o venezuelano Carlos Andrés Pérez, amigo de Edén Pastora, garantira que o então primeiro-ministro português era dos mais resistentes a apoiar os sandinistas, admitindo que a posição de Soares pudesse impor-se maioritariamente na organização. Seria, porém, o francês Lionel Jospin a sair-lhe ao caminho. A posição de Soares «é divergente e, em absoluto, não traduz a posição da Internacional Socialista em relação à Nicarágua», afirmara Jospin, segundo o jornal espanhol *El País*.

Em 1986, no início de um périplo europeu para o qual Rui Mateus abrira portas, o antigo comandante encontrou-se mesmo com Mário Soares, na sua residência do Algarve. «Veio precisamente solicitar os seus bons ofícios para que os americanos o não excluíssem do quadro de ajudas que a administração Reagan e a CIA tinham empreendido a favor dos “Contras”» da Nicarágua, relata o fundador do PS e antigo responsável pelas relações internacionais. Do resto não reza a história.

Com ou sem conspirações à mistura, Wallraff costuma gabar-se do facto de a sua carreira jornalística ter beneficiado sempre do empurrão da sorte: «Muitas histórias começam com coincidências, não são planeadas.» Outras simplesmente acontecem e pouco depois desaparecem quase sem deixar vestígios, mantendo apenas a pulga atrás da orelha.

Foi o que ocorreu numa férias em família.

Wallraff estava em convívio com amigos quando o grupo foi abordado por um alemão «muito extrovertido». Chamava-se Hans-Anatol Krakauer. «Trabalhava para a CIA, disso não tenho dúvidas», afirma, perentório, o escritor. «Claro que ele não nos disse isso, mas para mim era evidente», insiste.

Krakauer, na descrição de Wallraff, era um homem muito inteligente e viajado, «conhecedor do mundo». Estivera sempre «no momento certo nos países em que havia mudanças políticas ou revoluções». Oficialmente, apresentara-se como «homem de negócios», mas «conhecia os mais importantes políticos em Portugal» e «sabia tudo sobre Otelo, até detalhes da vida particular». O alemão desconhecido tentara aproximar-se dos protagonistas da vida política portuguesa, «inclusive familiares». E Wallraff notara igualmente a familiaridade e os «muitos contactos pessoais no MRPP».

Interessante e interessado, Krakauer manter-se-ia por perto do grupo de veraneantes. «Quería saber tudo sobre nós, o que fazíamos, onde íamos, com quem nos encontrávamos.» E tão perto se encontrava que, um dia, foi ele a prestar os primeiros socorros a Wallraff, após a queda de um precipício, numa rocha, perto de

Albufeira. «Ainda hoje lhe estou grato», ri-se o escritor, que acabaria por perder o rasto ao compatriota.



*Wallraff fotografado na última vez que visitou Portugal, em 2010, altura em que foi entrevistado para um documentário da autoria de Joaquim Vieira
(© Thomas Behrens)*

Não mais Wallraff voltaria a precipitar-se sobre Portugal como naqueles anos do pós-revolução. Para ordenar os arquivos que sobraram dessa época «seriam precisos anos» e o País, admite, «não ocupa um grande espaço na minha vida».

Nas conferências em que participa, nem sequer é tema.

E quando uma produtora lhe sugeriu, recentemente, filmar uma série de capítulos baseados na sua vida e nas suas histórias, o episódio sobre a conspiração de Spínola foi automaticamente excluído. «É difícil explicar ao público alemão», contestaram os responsáveis do canal de televisão que produzirá a biografia de Günter Wallraff.

Controverso, resistiu sem traumatismos às suspeitas de colaboração com a Stasi, a «secreta» da Alemanha de Leste. Nos arquivos da antiga RDA aparecera identificado como «informador» sob o nome de código Wagner. «Nunca dancei com o diabo», alegou, admitindo apenas ter mantido contactos com o serviço de espionagem oriental enquanto jornalista. Apesar das notícias frequentes sobre o tema, Wallraff conquistou, em tribunal, uma ordem que proíbe a imprensa de divulgar as suas alegadas relações com a Stasi.

O repórter e escritor não parou, entretanto. Continua a redigir os seus livros, agora marcados pelo tema do desemprego.

Já desmascarou a escravatura moderna dos *call centers* e fez luz sobre as deficiências das agências estatais de apoio aos desempregados.

Lá por casa, contudo, nem todas as memórias ficaram submersas no redemoinho dos anos. Wallraff guarda uma coleção de cantigas populares portuguesas, que escutara nas cooperativas agrícolas, e amiúde ainda se deixa levar por uma das vozes símbolos desse período: «Em toda a minha vida, raramente me cruzei com personalidades que me marcaram de forma tão intensa como Zeca Afonso», assume, comparando-o, na importância e talento, ao grego Theodorakis. «Uma das poucas pessoas que nunca perderam o humanismo e nunca precisaram do culto, nem de estrelatos.»

Entre Portugal e a Alemanha estiveram juntos diversas vezes. Leituras, canções e digressões apanharam os dois na curva, às vezes três, quando a eles se juntou Curt Meyer-Clason no Alentejo. «Foi amor à primeira vista», confessa, recordando o dia em que conheceu Zeca, numa iniciativa em Santiago do Cacém: «Ficámos logo muito próximos um do outro», lembra. «Intuí imediatamente que ele falava como vivia», recordará Wallraff na sua última passagem por Portugal, em 2010. Veio para gravar um testemunho para o

documentário *Maior que o Pensamento*, de Joaquim Vieira, dedicado ao cantor de uma das senhas da revolução. Selado, nesse momento, ficou também o abraço à filha do cantor, Maria Helena Afonso.

Quando olha hoje para o País onde ajudou a lavrar esperanças de um destino novo, no qual desmontou conspirações e rendilhou amizades, Günter Wallraff, nascido em 1942, lamenta as tentativas para «destruir tudo o que os cravos e a canção de Zeca Afonso representavam». Em Portugal, afirma, «houve forças que tentaram, com algum êxito, rebobinar a história e interesses muito poderosos para desacreditar os ideais da revolução». O branqueamento, esse, já nem sequer é discreto como um banco suíço.

CAPÍTULO 13

Biografia do bombista diletante

Passam trinta minutos das nove da manhã de sexta-feira, 6 de agosto de 1976, quando o inspetor Mouro Pinto, dos mais calejados da Polícia Judiciária do Porto, entra no n.º 1165 da Rua Faria Guimarães, naquela cidade. Seguem-no os agentes Manuel António e Sérgio Pereira. Apressado, o trio sobe ao 1.º andar esquerdo.

O inquilino do apartamento é um velho conhecido das vigilâncias policiais dos últimos meses. Ramiro Moreira, divorciado, nascido na freguesia de Massarelos, está a quatro dias de completar 35 anos.

Sabe-se que tem outra casa no Porto. Os registos policiais dão-no como «técnico químico têxtil». Do ofício algo perceberá. Caso contrário, não andaria desde 1975 a fazer explodir bombas como se o País fosse o seu parque de diversões ou o recreio privado de gente desconfortável com o rumo da democracia.

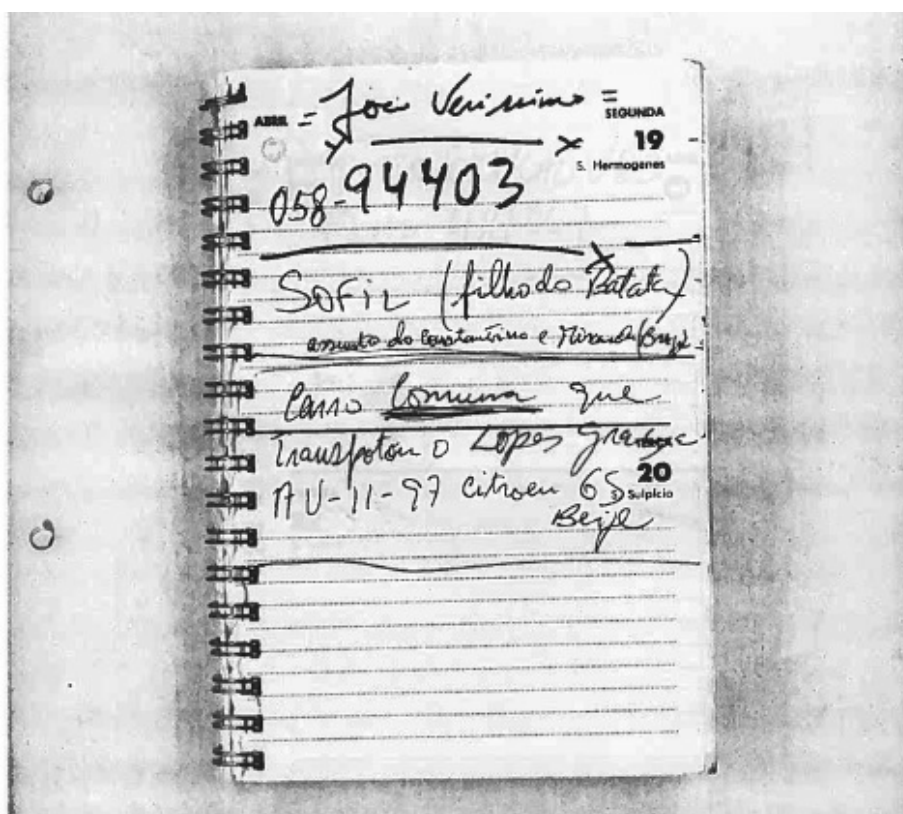
Nos intervalos do seu violento carrossel, brincava aos polícias e ladrões com a PJ. Conduzia carros de matrícula falsa ou estrangeira e integrava uma «quadrilha de malfetores» profissionalizada nos atentados a alvos de esquerda.

Alguns cúmplices estão no interior da própria Judiciária.

Dão pelo nome de Júlio Regadas e Mário Ferreira.

Jantam no restaurante Zé Bota, encontram-se a altas horas da noite junto ao Café Bom Dia, na Praça Velásquez, para trocar informações, ou são observados, algo temerários, em conversa à porta da PJ. Nesse período, o jogo do gato e do rato era tal que já ninguém sabia quem vigiava quem. «Como é que estes gajos andam com este tipo?!», espantara-se o chefe da brigada que investigava a rede bombista.

Lopes Duarte conhecia Ramiro desde miúdo, por via do pai.



Agenda de Ramiro Moreira com matrículas e alvos para atentados

Até dada altura, o rapaz crescera do avesso, tornara-se engatão, aventureiro, *playboy* de brilhantina a driblar as vielas esconsas da vida. Agora, virara má rês e assombrava os dias e as noites do investigador

zeloso, dedicado, profissional.

No vaivém das conspiratas, nas trocas e baldrucas de automóveis, nas perseguições inconsequentes a alta velocidade pela madrugada, Lopes Duarte vira Ramiro escapar-se por entre os dedos, meses a fio. Chegara mesmo a riscar-lhe o guarda-lamas do carro com um prego, para não lhe perder o rasto, perceber as artimanhas das matrículas e decifrar aquele vaivém de veículos.

Corajoso, vagamente diletante, o bombista abeirara-se certa vez do carro de vigilâncias da PJ com uma bisnaga de 15 centímetros de comprimento. O agente Agostinho Silva temeu que fosse gás tóxico. Ramiro perguntou o que pretendia dele. «Não tenho justificações a dar-lhe», respondera o homem da Judiciária, fechando o vidro. «Não gosto de ser seguido», atirou Ramiro. «Quem me faz isso corre perigo.»

Nessa época ele era um dos mais temidos e procurados criminosos da Região Norte, mas faltava apanhá-lo em flagrante delito.

Por isso, na manhã de dia 6 de agosto de 1976, os elementos da PJ foram à sua residência à cata de explosivos. A busca dá bingo.

Ramiro é detido de imediato.

A residência assemelha-se a um depósito de armas e munições.

Em armários e em várias divisões aparecem metralhadoras, caçadeiras, espingardas, pistolas, cartuchos de diversos calibres, granadas, listas de matrículas e marcas de automóveis.

Os nomes da agenda telefónica de Ramiro e uma relação de personalidades, manuscrita, deixam os homens da Judiciária boquiabertos. Entre outros contactos, destacam-se Joaquim Ferreira Torres (industrial), Mota Freitas (comandante da PSP/Porto), cónego Melo (arquiocese de Braga), Abílio de Oliveira (industrial), Galvão de Melo (general), João Abreu Lima (CDS), Pinto de Magalhães (banqueiro), Ferreira dos Santos (empresário), Manuel Pinto de Azevedo (*O Primeiro de Janeiro*), Aquiles de Brito (Ach Brito) e o médico Fernando Melo.

A lista telefónica de bolso regista moradas e matrículas já traçadas, em sinal de missão cumprida. Ramiro chegara a gabar-se de ter cometido 85 atentados, entre automóveis, escritórios e casas de gente de esquerda. Anotações sobre a identificação do «carro comuna que transportava o Lopes-Graça» e do «camelo da ultrapassagem no Freixeiro» aparecem sinalizadas em conjunto com números de namoradas e referências a compatibilidades entre signos do horóscopo: Aquário, Carneiro e Sagitário são «bons», Balança e Gémeos «aceitáveis», e Touro e Escorpião «maus», anotara Ramiro.

Em folhas A4 aponta nomes, moradas de residência e de trabalho, hábitos, e locais de estacionamento para melhor definir os alvos. Entre dezenas deles estavam o advogado António Taborda e a ativista política antifascista Virgínia Moura, a primeira mulher portuguesa a formar-se em Engenharia Civil.

Enquanto os colegas recolhiam pistas, o agente Marques Barbosa aproveitara para rondar a segunda residência de Ramiro na Invicta, na Praça da República, n.º 20, não fosse ele ter trocado de poiso naquela manhã. Atendera-o a empregada de limpeza do prédio. «Quem é esse? O bombista? Mora aqui um que é bombista...»

No mesmo dia, na Póvoa de Varzim, Marques da Costa, nome de guerra Manuel «Águia», talvez pela associação à ave de rapina esculpida no prédio onde vive, também é preso. Aos 25 anos, deixara já a sua marca em explosões, uma delas na Faculdade de Economia do Porto, para assarapantar um encontro de cubanos. Parceiro de Ramiro e das suas atividades subversivas, anda também a soldo do MDLP e esconde outro arsenal idêntico em casa, onde guarda um revólver *Smith & Wesson* de 32 milímetros, a que crescem inusitadas quantidades de munições de guerra e um cassetete de borracha.

O outro aliado de Ramiro a cair nas malhas da Judiciária é Manuel Teixeira Gomes. O filho do chefe dos correios da Póvoa, ex-comando, também conta 25 anos. Teixeira é um *habitué* do casino e da *boîte* A Sereia, em Laúndos, onde põe discos e lança a rede às turistas que dão à costa em busca de emoções. Ali, após um rebrandamento, bebera de um só trago um uísque duplo e confessara a um amigo a sua folha de «serviços» no MDLP. «Se isto sai daqui, lerpas!», ameaçara.

Fizera segurança em comícios do CDS e fora guarda-costas do general Galvão de Melo. Com Manuel «Águia» e Ramiro, frequenta o restaurante Pelintra, enclave reacionário de bombistas, pistoleiros, operacionais do MDLP e gente habituada a vários expedientes. O dono, Luís «Pelintra», também financiava bombas e rebrandamentos. Nas horas vagas, passam a vida na *boîte* do casino, à hora das variedades.

Os militares Caimoto Duarte e Pedro Menezes, do movimento liderado por Spínola, são outros contactos de Teixeira. O MDLP promete-lhe 10 contos (pouco mais de 1300 euros em 2016) por cada atentado, mas nem sempre o dinheiro lhe chega ao bolso. «O comportamento do meu filho é fruto das más companhias», dirá o pai. Teixeira Gomes pelava-se por jantaradas a expensas do bombismo. «Comíamos, está claro que comíamos o que nos apetecia», dirá mais tarde à PJ. «Nunca íamos à lagosta porque não nos apetecia lagosta

(...), mas também havia dinheiro para essas coisas, não é?»

Teixeira e «Águia» juntam-se a Ramiro na cadeia do Aljube, no Comando da PSP do Porto, por falta de instalações na PJ. Nos dias seguintes, outros suspeitos de ligações à rede também seriam detidos.

Os vespertinos de dia 6 dão conta da detenção de Ramiro, em curtos parágrafos, sem grandes detalhes. Confundem o nome. Chamam-lhe Rui Moreira. Um relatório da PJ batizara-o «Ramiro Canguru».

Pelas 22 horas, a equipa de investigação reúne-se na subdiretoria da PJ, mas não por muito tempo. Vai a conversa a meio quando é recebida a informação de que os presos Ramiro Moreira e Teixeira Gomes teriam tentado tirar as dobradiças das grades.

O capitão Ferreira da Silva, da PJ Militar, sai disparado.

Na cadeia, o homem que coordena as investigações sobre o bombismo de extrema-direita observa, enojado, as condições insalubres da cela de Ramiro: não há janela, nem cama, nem luz. O preso muda de lugar, mas mesmo assim barafusta, continua a fazer barulho.

Calmo, Ferreira da Silva explica que é coisa para uma só noite, no dia seguinte seriam interrogados e logo se veria.

Ramiro acalma, pede para urinar. Sofre da bexiga, alega.

Dão-lhe uma lata. Depois mantas e um colchão.

Os outros detidos aproveitam e queixam-se de não ter sido servida qualquer refeição. Ferreira da Silva condescende: recolhe dinheiro entre os presos e manda buscar comida.

Perto da meia-noite, chega o último dos capturados desse dia, Gonçalo Martins, 38 anos à época. Ajudante de escrivão no Tribunal do Trabalho do Porto, fazia biscates no departamento de contencioso da Electrovisão, firma de Valentim Loureiro. Semanas antes, abordara o agente da PJ Marques Barbosa queixando-se da «vigilância indecente» à sua residência e aos seus movimentos. Militante do CDS, estaria indigitado para concorrer à presidência da Câmara de Ponte de Lima. Ameaçador, sugerira ter influências de peso: o irmão, antigo oficial do Exército, trataria Ramalho Eanes «por tu». Ele próprio conhecia o general Spínola e falara ao telefone com Freitas do Amaral. Negara ligações a atividades armadas ou bombas, mas a Judiciária descobrira 200 quilos de gelamonite fornecidos por ele. É amigo dos «Veríssimos», de Ponte de Lima, empreiteiros ligados ao CDS e possuidores de pedreiras e de explosivos, que também colaboram nas ações anticomunistas.

O contexto não era de todo alheio às altas instâncias do partido.

Em 1975, Basílio Horta, fundador do CDS e deputado à Assembleia Constituinte, manteve «numerosas» reuniões «clandestinas» no Norte com industriais, empresários, intelectuais e figuras do clero, entre os quais se destacava o cónego Melo. A discussão da «situação política nacional e medidas a adotar» constituía o embrulho destes encontros. «O resto já não era connosco», explicará. Para Basílio, o CDS tornara-se «uma base política importantíssima do movimento de resistência em contacto permanente com a Igreja» e não precisava de «estimular ou coordenar a atividade dos grupos civis organizados e armados». Mas, na verdade, «sabia das ações políticas que eles decidiam contra o PC».

Se a voz de Gonçalo chegava ao céu, desconhece-se.

Mas a sua entrada na PJ dá o pretexto a Ferreira da Silva para tentar satisfazer uma curiosidade: num cartão com o nome do detido, encontrado em casa de Ramiro, apareciam, manuscritas, algumas frases, entre as quais a expressão «6 chouriços». O que era aquilo? Em linguagem de caserna, significava «explosivos», embora o capitão preferisse o termo «farinheiras». Gonçalo Martins tinha uma explicação mais prosaica: eram enchidos que costumava comprar na serra d'Agra. Para o capitão da PJ Militar, a história é para encher chouriços.

A meio da manhã do dia 7, o juiz de instrução Pereira Cabral e o primeiro-tenente Serradas Duarte, diretor do Serviço de Informações Militares, aterraram no Porto. O segundo viajara para tentar obter junto dos detidos informações para uma investigação sobre a rede bombista que corria, em paralelo, naquela divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Pereira Cabral, acompanhado do primeiro-sargento do Exército José Espírito Santo e dos agentes da Judiciária Sérgio Pereira e António Moreira, dirige-se à Rua do Tejo, n.º 142, no popular bairro de Paranhos, no Porto, a poucas centenas de metros do campo do Salgueiros. A morada corresponde à garagem onde Ramiro guarda um *Mini*. Mas não só. Magistrado, militar e polícias não ficam propriamente de queixo à banda, mas há de tudo como numa feira: espingardas, munições, peças de automóveis, cabos elétricos, altifalantes, uma pistola de pintar, resmas de papéis e registos de um carro em nome do empresário e dirigente do CDS Neiva de Oliveira, mais tarde administrador d'*O Comércio do Porto* e deputado da AD.

Detido nos calabouços da PSP, Ramiro treme. Percebe que não se encontra tão seguro quanto pensa.

À partida, ali deveria sentir-se protegido, por mor dos contactos privilegiados com os comandantes Mota Freitas e Sampaio Cerveira, através de quem obtinha armas e munições para os atentados. Na verdade, aquela circunstância coloca-o na mira.

A dada altura, Joaquim Neves, o agente da PJ encarregado da vigilância ao bombista, depara-se com algo insólito: um elemento da PSP aparecera de *G3* junto do preso, em tom ameaçador. «Se ele põe a cabeça fora da cela, dou-lhe um tiro!», gritara. Um subchefe teria igualmente forçado uma conversa a sós com Ramiro, embora a tentativa saísse frustrada. Nem um nem outro são identificados, mas o homem da Judiciária estranha a tensão. Sem tremelicar, dirá no processo que Ramiro teria estado à beira de sofrer um atentado no interior das instalações da PSP.

Ramiro entrara em pânico.

Gritara que queria ir para as instalações da PJ, pois receava ser morto. Se não o tirassem dali, ameaçara, bateria com a cabeça nas paredes até ser levado para o hospital. Chamados de emergência ao local, Ferreira da Silva e Serradas Duarte desviam-no para uma camarata, tentando acalmá-lo. Ramiro pede para não voltar à cela.

Percebendo a fragilidade do detido, a dupla de investigadores abre então o jogo: refere episódios do seu envolvimento na rede bombista, o resultado das buscas, a existência de uma testemunha dos atentados. O quadro é negro, dizem-lhe. Pode ficar apenas sombrio se ele falar. «Sou um homem morto», reage, cabisbaixo, mas acede: dispõe-se a abrir o livro, na condição de não voltar às celas da PSP. Ramiro atribuiria ao major Mota Freitas a responsabilidade pelo pavor ali vivido: «Quis dar cabo de mim no Aljube, talvez por não gostar de se ver envolvido.»

Colaborante, o bombista começa por se confessar preocupado com uns detonadores elétricos que guardara na cozinha de casa, embrulhados em papel de jornal. Numa pequena caixa com serradura, como mandam as regras, acomodara também detonadores pirotécnicos.

Na nova rusga ao seu apartamento, a PJ encontra ainda uma carteira com 15 mil pesetas em notas. A custo, Ramiro tentava levar uma vida de *bon vivant*: havia dinheiro para gasolina, para a mulher das limpezas e para umas idas ao cinema «com as raparigas». Mas pouco mais.

Na PJ, o bombista prometera contar uma «história muito comprida», daquelas de «deixar os cabelos em pé». Aceita «despejar o saco» para uma gravação, fazendo revelações explosivas e trazendo a lume nomes sonantes. Ao perceber as implicações políticas e militares da confissão, Ferreira da Silva chega a sair da sala com falta de ar.

Durante quase três horas e com curtos intervalos para descansar, Ramiro relata a sua ascensão e queda nos meandros da rede bombista, destapando personagens, locais, datas, capítulos desconhecidos. Depois, relataria a mesma história ao juiz de instrução Pereira Cabral, que validou o depoimento. Estávamos a 8 de agosto de 1976.

O princípio do fim da rede bombista não seria possível sem os episódios ocorridos na tarde de sexta, 30 de janeiro desse ano. Recuemos, pois.

Nesse dia, a região de Sintra esteve em rebuliço na sequência de um assalto às instalações da Standard Eléctrica de Cascais.

Cinco encapuzados com meias de *nylon*, armados de *G3*, pistolas de precisão, caçadeiras de canos cortados, uma pistola-metralhadora e granadas de mão, invadiram o refeitório da empresa, apropriando-se do dinheiro destinado ao pagamento de salários.

Disparando salvas de metralhadora para o ar, percorreram a pé centenas de metros com um refém e abandonaram-no.

Depois de roubar um automóvel, o bando conseguiu ocultar-se na serra. A chuva e a densidade do mato, numa área do tamanho de 2400 campos de futebol, dificultaram a caça ao homem. Mais de 200 efetivos policiais e militarizados não conseguiram encontrar os fugitivos.

Seria preciso entrar bem dentro da madrugada de terça-feira, 3 de fevereiro, para algo cair na rede.

PSP, GNR, PJ e Exército teceram, por esses dias, uma malha apertada entre o Porto e a Póvoa de Varzim, para tentar apanhar o bando do «Zé da Tarada». Especialista em tráfico de droga e de armas, a quadrilha fintava as forças policiais. As rusgas e operações *stop* iriam, no entanto, apanhar peixe bem mais graúdo.

Às três da manhã, foi mandado parar um *Lancia Fulvia*, com quatro ocupantes. Ia na direção de Viana do Castelo. «Isto é gente de bem», saiu-se um deles. O grupo é obrigado a identificar-se. Os passaportes chamam a atenção do subinspetor Lopes Duarte: «Tinham sido passados pelo Governo Civil da Covilhã. Ora, na Covilhã nunca houve Governo Civil.»

A primeira revista aos passageiros rendeu duas facas, uma pistola e um punhal. «O pior foi quando mandámos abrir a mala do carro», conta Eurico Pereira, outro dos elementos da PJ destacados para o local.

«Levavam um autêntico arsenal!» Metralhadoras, pistolas e munições apareciam misturadas com diversos carimbos, alguns estrangeiros, e até diamantes. «No início eles deram a entender que estavam bem protegidos, mas depois ficaram atrapalhados», complementa Eurico.

José Cruz Ribeiro da Silva, mais conhecido por «Zé Luís», era a figura de referência do grupo. Após o assalto à Standard Eléctrica teria dito a alguns comparsas que era melhor refugiarem-se em Viana do Castelo, pois ali teriam a cobertura do CDS, da PSP e da PJ. A operação *stop* é que não estava no programa e furou os intentos.

Procedente de Nova Lisboa (atual Huambo), no outono de 1975, Ribeiro da Silva chegara a Lisboa com uma preciosa recompensa pela participação no assalto ao Banco de Angola: milhares de contos em notas e diamantes. «A dificuldade era ter malas e sacos para trazer aquilo tudo.» Na capital, tenta recrutar gente para a FNLA, movimento pelo qual combatia. As armas apreendidas no automóvel, a Norte, teriam sido distribuídas por Panasqueira Gago, que também assaltara a Standard Eléctrica. Faziam parte de um lote vindo de Angola.

Panasqueira Gago convidara «Zé Luís» a fazer parte dos CODECO (Comandos Operacionais de Defesa para a Civilização Ocidental), organização que viria a estar sob orientação do general Soares Carneiro. Constituída por ex-militares, militares e tropas de segunda linha que haviam combatido em Angola, tinha ramificações para o Conselho da Revolução, através do major Canto e Castro. Sem reboço, este oficial, considerado «muito leviano» nas amizades por Eanes, tornara-se uma espécie de placa giratória da aliança de direita contrarrevolucionária, onde se incluíam os CODECO. «Os meus contactos eram, fundamentalmente, não com partidos políticos, mas com o pessoal do Norte que, enfim, em caso de uma guerra civil, poderia pegar em armas e bater-se contra uma possível ditadura comunista.» Além de Soares Carneiro, o major Canto e Castro conspirou com Alpoim Calvão, do MDLP, e com setores da Igreja. «Privei bastante com o cónego Melo», assumiu. «Começou por um contexto político e transformou-se numa amizade pessoal.»

O MDLP começava, pois, no interior do próprio Conselho da Revolução. Se Canto e Castro pretendia opor-se à tomada de poder pelo PCP ou simplesmente riscá-lo do mapa, não se sabe.

Ao entrar nos CODECO, Ribeiro da Silva foi levado à presença de diversos indivíduos, entre os quais Vasco Montês, chefe operacional destes «comandos». Para arranjar dinheiro, praticavam assaltos a empresas ditas de «esquerda». As reuniões preparatórias teriam lugar numa vivenda da Costa da Caparica, pertencente a Montês, e num quarto que lhe fora cedido pelo PS, onde era um dos responsáveis pela segurança, mas o partido desconheceria as atividades violentas.

Antigo combatente da FNLA em Angola, Montês seria julgado, em 1977, por detenção ilegal de armas de guerra, encontradas na sua residência. Testemunharam a seu favor, entre outros, o coronel Firmino Miguel, o poeta e dirigente socialista Manuel Alegre e o major César Neto Portugal, cunhado de Ramalho Eanes. Todos elogiaram o papel decisivo de Montês para impedir que o *Boeing* da Força Aérea que transportava a delegação portuguesa às cerimónias da independência de Moçambique, em junho de 1975, fosse abatido pela FNLA. Mas apesar dos depoimentos abonatórios, e de peso, acabou condenado pelo Tribunal Militar a 14 meses de prisão.

Aos CODECO pertenciam também o «comandante Pinto», ou seja, José Bernardo Pinto, e o «comandante Paulo», isto é, Manuel Gaspar, ambos da FNLA. Outros limitavam-se a fazer claque. Certa ocasião, o trio Ribeiro da Silva, Bernardo Pinto e Panasqueira Gago jantou, num restaurante da Baixa lisboeta, com Galvão de Melo. Em público, o general não podia concordar com ataques bombistas, mas à mesa a conversa era outra: considerava «muito bem» que se assustasse a esquerda e, dentro do possível, prometia contribuir para o regabofê. Este, de resto, era quase levado à letra. Com ar fanfarrão, Ribeiro da Silva contara que o grupo visitava *boîtes* do Estoril, de *G3* em punho, só para obrigar os clientes a cantar o fado. «O que esta gente pretendia era semear o caos, para melhor atingir os seus fins», concluíra a PJ.

Ribeiro da Silva recebeu dinheiro para mandar pelos ares a Casa de Angola, em Lisboa, a 24 de outubro de 1975, com três granadas. Não satisfeito, foi lá no dia seguinte com um grupo de retornados para assaltar e destruir o que faltava. Fazendo dupla com Panasqueira Gago, colocara também um petardo junto à sede nacional do PS, na noite de 6 para 7 de novembro, enquanto decorria o debate Soares/Cunhal na RTP. De onde partira a ordem? «Na altura, eu trabalhava para eles e não entendi a ideia de me mandarem fazer aquilo. Só depois percebi que era uma encenação. Os socialistas queriam dar a entender que também eram atacados», revelou Ribeiro da Silva, mais de quarenta anos depois, quando se encontrava detido na cadeia de Paços de Ferreira por tráfico de droga.

Preso desde a noite de 3 de fevereiro de 1976 às ordens do Quartel-General da Região Militar do Porto, foi o primeiro a colocar a descoberto a trama urdida nas franjas do regime.

As revelações desencadeiam as vigilâncias aos outros bombistas e constituem o ponto de partida para as primeiras prisões de elementos da rede, em agosto de 1976. O detido acusara Gonçalo Martins de ser o principal controlador da colocação de engenhos explosivos no Porto. Segundo revela, é ele quem dá sugestões, decide locais, paga pelos serviços, em sintonia com o empresário Manuel Macedo.

Em casa de Gonçalo ouvira falar de um exército que estaria a ser preparado para combater os comunistas. Aos fins de semana, na residência do conde Pedro de Magalhães, em Ponte de Lima, Ribeiro da Silva e Manuel Evangelista, o empregado de escritório que o transportara até ao Alto Minho, participam em reuniões conspirativas para decidir alvos, por vezes na presença de um padre da região.

Aí conhecem Ramiro Moreira. Notam também a decadência da aristocracia minhota: quando recebem os amigos para um «chá», as famílias daquelas bandas oferecem *cocktails* feitos com misturas de vinho reles, usam talheres de prata e servem sardinhas de conserva e pão com chouriço, «tudo muito racionado».

Mas Ribeiro da Silva está lá para outra coisa.

Os explosivos são adquiridos a João Veríssimo, secretário do CDS em Ponte de Lima e angariador de fundos para o partido. Armas e munições são recolhidas em postos de confiança da GNR e da PSP.

Os homens da FNLA e dos CODECO fazem parilha com o grupo do Porto, de Ramiro. Este, ciumento, acusa-os de amadorismo. A proteção é dada por figuras de elevada craveira da PJ (Júlio Regadas), PSP (Mota Freitas) e GNR (comandante do posto de Valença).

A primeira missão de Ribeiro da Silva é na sede do PCP em Viana do Castelo. «Qual é a melhor hora para evitar vítimas?», perguntara. «Se morrer gente não se perde nada», respondem-lhe. Ele atira ao lado: coloca mal a carga explosiva e nem sequer acerta no edifício.

Ribeiro da Silva combinara outros atentados com o grupo de Ramiro: um café na Póvoa, as sedes do PS e da UDP em Viana, e a dos socialistas em Valença. Apenas a tentativa de explodir um barco soviético ancorado no Porto de Leixões vai por diante.

Na noite aprazada, ele e outros elementos do grupo ficam no paredão a proteger Ramiro. Este, porém, não acerta no navio: arremessa duas cargas de trotil, mas elas caem na água.

Gonçalo Martins pedira-lhe ainda para colocar uma bomba no gabinete do ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, mas Ribeiro da Silva recusa: a mãe trabalhava no ministério. Dissera também ter-lhe sido oferecida uma carabina para abater o almirante Rosa Coutinho, mas a missão também fora abortada. No dizer de Mouro Pinto, da PJ, Ribeiro da Silva fora também «encarregado de arranjar um exército para invadir o Alentejo». Isto, segundo as diretrizes que ele dizia ter dos seus chefes, «devia acontecer depois das eleições de 1976». Nas conversas com os homens da Judiciária, o detido garante que a rede bombista se preparava para colocar bombas na ponte sobre o Tejo, nas telecomunicações, nas igrejas do Norte e no Santuário de Fátima, a 13 de maio de 1976, de forma a comprometer os comunistas.

Ramiro Moreira seria o homem incumbido de acender a mecha em território de peregrinação, mas recusou. Com estrondo. «Zanguei-me com várias gente que estava ligada à chamada rede bombista quando me propuseram – e nessa altura quase me obrigavam mesmo – que armadilhasse um automóvel, carregado com 100 quilos de plástico, para rebentar no Santuário de Fátima», confessara ele, à PJ, na célebre gravação. «Morreria muita gente e eu achei que era a coisa mais absurda que me estavam a propor. Disse que não, que isso era assassinato puro, e jamais o faria. As pessoas zangaram-se muito comigo, chamaram-me covarde», recordara.

Antes, já Ribeiro da Silva tirara as medidas aos senhores dos anéis que davam ordens aos bombistas. «Trata-se de uma organização poderosa. E é um problema porque depois de metidos nisto, às tantas, eles liquidam-nos», antecipara-se, nas declarações prestadas na Judiciária, cujos elementos ouviram, incrédulos, o desatar do enredo.

Ouvem-no então falar pelos cotovelos, gabar-se dos feitos que pratica. «Contou-nos muitas coisas, até outros assaltos», segundo Lopes Duarte. «A certa altura decidi falar-me de bombas. Fiquei espantado. Era um assunto em que eu nunca tinha pensado, o meu serviço não era este.»

Quando foi detido na operação policial de fevereiro de 1976, Ribeiro da Silva julgava, porém, estar protegido.

Num primeiro momento, resistira à tentação de salvar a pele implicando outros dos envolvidos. «Eu digo umas coisas, mas não assino nada. Só assino quando alguém mais falar», advertira, dirigindo-se aos investigadores da Judiciária: «Vocês não têm força para se oporem a uma organização destas. Vocês nem sabem no que se estão a meter. Temos uma cobertura a todos os níveis que os pode lixar a todos», afirmara, garantindo que alguns elementos da PJ do Porto até se tinham amedrontado com as investigações.

Não era o caso de Mouro Pinto.

Para o inspetor da Judiciária a quem o detido mais se «confessara», o homem vindo de Angola não era dado a bazófilas quando se referia aos altos interesses implicados na rede bombista. «Nas várias conversas

que tive com Ribeiro da Silva, concluí que ele contava com proteções de grande gabarito.»

À prisão, entretanto, iam-lhe chegando recados contraditórios.

Gonçalo Martins, do CDS, mandara dizer-lhe, através do irmão, para não se alvoroçar. Dali a um mês estariam juntos a beber uns copos, prometera. Uma emissária de Bernardo Pinto pede-lhe que não revele as motivações políticas do assalto à Standard Eléctrica. João Veríssimo, também do CDS, incita-o a fazer o contrário: tudo era político. A mãe do operacional dos CODECO e da FNLA é pressionada a recomendar-lhe para «não abrir o bico» sobre os amigos de Ponte de Lima. João Abreu Lima, fundador do CDS naquele concelho, garante-lhe advogado.

Apesar do ruído de fundo, Ribeiro da Silva rapidamente perceberá a solidão em que se encontra. Os elementos da PJ aproveitam para que destrave a língua e continue a revelar pormenores das atividades criminosas em nome do combate ao «comunismo».

Contudo, após uma breve estadia em Caxias, o detido tornara-se mais reticente, «ele que falava por catorze». Por fim, recusa mesmo assinar os autos onde comprometera muitos dos implicados na rede bombista. Segundo confessou ao subinspetor Lopes Duarte, teria sido ameaçado de morte na prisão por Centeio Maria: «Você está perdido», ter-lhe-ia dito aquele ex-chefe de segurança do PS. «Com que então foi contar tudo à Polícia do Porto?», perguntara, inquisidor.

Pausa. Abra-se aqui um parêntesis para Centeio: defendido pelos advogados Miguel Galvão Teles e Proença de Carvalho, seria condenado a dois anos de prisão por tráfico de armas, em 1978. Na bagageira do seu carro, a PJ encontrou cinco G3 pertencentes ao lote de armamento que, por ordens de Eanes, foi entregue a civis do PS nas vésperas de 25 de novembro de 1975, através do histórico socialista Edmundo Pedro. Distribuídas para alegada «defesa das instituições» e do «regime democrático», contra a «ameaça de golpe totalitário», andariam a ser negociadas com elementos da rede bombista.

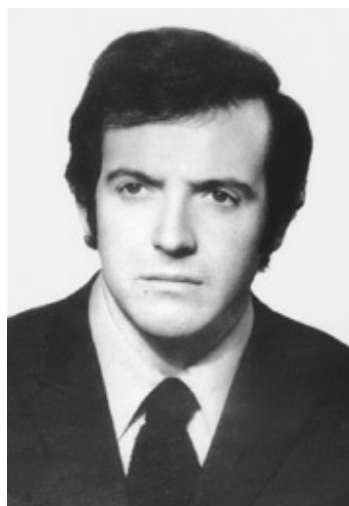
Na sequência da ameaça de Centeio, em 1976, Ribeiro da Silva manterá a recusa em assinar o primeiro auto de declarações por considerar que, se o fizesse, era um homem morto. «Até tenho receio que me ponham veneno na comida», desabafara.

O preso só aceitaria rubricar o seu nome no depoimento prestado à PJ depois de garantir a transferência para outra cadeia. Para o inspetor Mouro Pinto, Ribeiro da Silva seria decisivo para desencadear as investigações sobre «o escândalo da onda de violência que grassava por todo o País e a que ninguém parecia capaz de pôr cobro».

A partir daí, a rede bombista de extrema-direita ficaria exposta.

Nela, o homem multusos era Ramiro Manuel Reis Moreira.

Para uns, simples mercenário. Para outros, «idiota útil» manietado por interesses poderosos que conspiravam nos bastidores.



Ramiro Moreira foi o mais ativo operacional da rede bombista

O pai, Manuel Eugénio, antigo funcionário camarário, era «uma espécie de funileiro, uma joia de homem», garante Lopes Duarte, chefe de brigada da Judiciária que se meteria em trabalhos por causa das atividades de Ramiro. De início, ouvira o pai falar do feitio «atravessado» do rapaz. Conhecia-lhe as histórias das amantes e soubera mais tarde do roubo de um automóvel.

Quando a PJ lhe deitou a mão, ficaram, pela primeira vez, frente a frente. «Queria que eu lhe desse a balda, isto é, que o deixasse fugir», relembra. «Disse-lhe: “Ouça lá, você não está bom da cabeça! Dar a balda a quê?! Você não foi apanhado a roubar pão! Isto é outra coisa...”»

Lopes Duarte lembrar-lhe-ia o facto de haver vários mortos a lamentar na sequência das «jornadas terroristas» promovidas pela extrema-direita, mas Ramiro não se comoveu: «Tantos mortos, não», reagira. «Uns dois ou três. Os cubanos, puta que os pariu!», disparara, referindo-se ao atentado na embaixada de Cuba, em Lisboa.

Homem de origens modestas, «com mais razões para ser de esquerda do que de direita», Ramiro crescera a ver nas paredes de casa uma fotografia conjunta de Craveiro Lopes, Oliveira Salazar e o cardeal Gonçalves Cerejeira, a trindade da devoção paterna.

O filho passa a comungar «as ideias do Estado Novo» e «a falar da guerra sempre com o pensamento na pátria». Vendedor de uma fábrica de malhas em Matosinhos nos anos 60, faz a tropa nos para-quedaistas, especializa-se em minas e armadilhas, mas escapa ao Ultramar. «Não me perguntem como nem por quê», dirá.

Entretanto, casara-se e tivera um filho, nascido em 1962. Viajara também: Holanda, França, Itália, Suíça, Reino Unido, destinos bem diferentes das curtas, frequentes e aceleradas travessias nas fronteiras de Valença e Tuy quando começou a ser recrutado para o bombismo.

Com a queda da ditadura, Ramiro não demorou a mudar a agulha.

No dia de São João de 1974, a família reuniu-se na aldeia, em Penafiel, à volta de um cabrito assado. «Ao jantar, informei que me tinha inscrito no PPD. O meu pai exaltou-se, disse que isso era coisa de comunistas e pôs-me fora da mesa. Saí e só voltei a encontrar-me com o meu pai no Natal.» A irmã mediou o conflito, mas o desaguisado duraria pouco tempo: ao fim de uns meses, Manuel Eugénio já tinha percebido que, afinal, o PPD não era «coisa de comunistas».

Ramiro Moreira teve o número 7 no cartão de militante do PPD. Foi membro da Comissão Política Distrital do Porto e responsável pela segurança. «Cheguei a ordenar que se desse muita pancada na malta de esquerda.» A adesão ao partido teria objetivos aparentemente nobres: «Ajudar a que houvesse democracia em Portugal» e a «combater o comunismo». Mas depressa iria descambar.

No PPD divide opiniões.

Uns consideram-no fiável, de antes quebrar que torcer. Outros, a quem ele chama «dirigentezecos», não têm por ele a menor simpatia, por desconfiarem que pode trazer problemas ao partido. Um abraço público ao general Galvão de Melo num comício do CDS também não cairá bem nas hostes sociais-democratas.

É no PPD, ainda a contar meses de vida, que Ramiro conhecerá Mota Freitas. O comandante da PSP é da confiança da direção «laranja», que a ele recorre nos tempos de brasa. Certa ocasião, Francisco Sá Carneiro participou num comício em Viana do Castelo, viajando numa carrinha de caixa aberta, e correu o boato de ameaças à caravana do partido no regresso ao Porto. Prevenido, Jorge Terroso, dirigente e amigo do fundador, pediu ajuda ao major Mota Freitas. Este resolveu o problema enviando vários efetivos para vigiar os locais sensíveis dos quase 70 quilómetros entre as duas cidades. Preocupado com a segurança de Sá Carneiro, o comandante ofereceu duas pistolas *Walther* ao líder do PPD. Ele, relutante, aceitou.

Ramiro e Mota Freitas conheceram-se numa secção do PPD da cidade do Porto no último trimestre de 1974.

Perante as ameaças permanentes da extrema-esquerda a sedes e dirigentes do partido, sobretudo por parte da UDP e da FEC (m-l), Ramiro foi instruído pelo major da PSP em questões de segurança. Mota Freitas aconselha-o a tirar licença de uso e porte de arma e a comprar uma caçadeira, coisa que ele faz. Os contactos tornam-se então quase diários. «Anticomunista famigerado», no dizer de Ramiro, o comandante apreciara o carácter aventureiro do então segurança do PPD, sugerindo-lhe «certas ideias».

MATRÍCULA	MARCA	PROPRIETÁRIO (Nome e morada)
SO-69-92	Austin Auro	José Salmeida da Costa Rua dos Escalvados 103 - Seixal
GF-29-98	Volvo WW	Virgílio Monteiro Gonçalves Praça Condição de São 3-9-A Seixal
MS-84-07	Fiat 127 Vanello	Climentina Maria Cardoso Seixira Av. D. Afonso I 22-94-2-5ª Maria Maia - V. do L.
ON-38-50	Volvo Auro	Alfredo Augusto Magalhães dos Santos Rua do Campo Verde 201 - Seixal
SO-23-97	Fiat	Manuel Gaspar Cardoso Martins Rua do Faio 168-1 - Seixal
HM-71-62	Sunbeam	Auto Comercial Ouro, Lda Rua de Fernando Tomás 71 - Seixal
BN-72-91	Renault 5 Bralco	Industrias Lusitanas Renault, S.A.R.L. Avenida da Liberdade 222 - Seixal
AF-41-26	Volkswagen	Sociedade Comercial Químico, S.A.R.L. Praça dos Escalvados 74 - Seixal
HA-98-70	Citroën D.E.	Agostinho Simão de Aguiar Pereira Lopes - Quilómetros - Santo Tirce
RR-60-80	Sinca	José dos Santos Sousa Rua da Vila Verde 210 - Seixal
IH-52-02	Ford	Arnaldo dos Santos Silva Rua Padre Manuel Bernardes 123 - São João
GC-95-45	Mercedes Benz	Filipe da Costa Rua Eng. Frederico Ulrich 3082 - Moura da
IF-62-65	Opel	Honório Rodrigues da Costa

Começou por lhe fornecer um sem-número de matrículas de carros de militantes de esquerda para mandar pelo ar. A audácia de Ramiro, qual *cowboy* urbano, é apreciada, ganha adeptos e arrasta outros.

Com um grupo de jovens do PPD, «malta porreirinha», pegam fogo a automóveis «comunistas» com recurso a bombas incendiárias. Nem todos, porém, demonstram arcaboço. Alguns «desapareciam e nunca mais se viam nem queriam saber de nada», admitira Ramiro. A combustão política está na rua, com manifestações, arremessos vários e pancadaria, à esquerda e à direita. Ramiro entra na liça.

Com um amigo decide elaborar um texto atacando o comandante da Região Militar do Norte, Eurico Corvacho, do qual se imprimem 75 mil exemplares distribuídos pelo Norte do País. O atrevimento dá nas vistas e ele envaidece-se: lidera, «e foi talvez essa a minha primeira atitude mais de terrorismo», o ataque à sede do MDP/CDE na Boavista.

Onde havia «problemas do arco da velha», ele dizia presente.

O operacional empenha-se, quer mostrar serviço.

Encabeça manifestações do PPD, entre as quais a do RASP (Regimento de Artilharia da Serra do Pilar), em defesa do brigadeiro Pires Veloso, que culmina com 60 feridos. Ramiro sai da refrega com uma pedrada, da qual lhe ficará a marca no ombro. «Fui dos primeiros a entrar na ponte [D. Luís I]. Era um indivíduo... não era nada modesto e dava mesmo... quer dizer, ia sempre à cabeça do touro, com um megafone na mão, a conduzir as massas! Achava piada, quer dizer, além do meu partidarismo bastante elevado, a minha ideia de anticomunista, eu achava uma certa piada a entrar naquelas coisas. Porque motivava uma pessoa!», dirá, ufano.

Numa «noite tenebrosa» desse outono de 1975, no Porto, militantes do PS e da UDP engalfinham-se, com granadas de permeio. Ramiro também andou «ensarilhado naquela marmelada toda», sem se encolher. «Deu muita polémica, muitos tiros, muitos tipos lixados, magoados, não sei... Até parece que morreu um», recordara, quando a PJ começou a puxar o fio. «Fui sempre mais ou menos atrevido e gostei sempre de me meter em certas alhadas.»

Mota Freitas começara a fornecer-lhe material explosivo para «chatear certos gajos a sério». Para Ramiro,

«foi o início da festa».

Ia buscar granadas, trotil, plástico e armas ao comando da PSP. Os comandantes Mota Freitas e Sampaio Cerveira davam-lhe corda. O segundo fornecera até «um esquemazinho» para rebentar com as instalações do Rádio Clube Português.

Valentim Loureiro vai sabendo das movimentações em primeira mão, é íntimo de todos os envolvidos. Tornara-se amigo de Joaquim Ferreira Torres, através de Mota Freitas, e Sampaio Cerveira fora seu colega na Academia Militar. «Eu era um elemento de ligação, pois, como militar, conhecia bem os militares que estavam no 25 de Abril e conhecia outras pessoas que, entretanto, se tinham desavindo», esclarecerá, anos depois. «As pessoas foram-se conhecendo e estavam em desacordo com o avanço que os comunistas estavam a tomar.»

Ramiro passa a ser conhecido, o seu nome é ciciado em meios políticos e militares. Não é difícil: ele e os «ajudantes» gabam-se, à boca cheia, das suas ações, nos cafés que frequentam. Obsessivo na caça aos «comunistas», quase espuma diante de automóveis de figuras de esquerda. «Havia noites em que iam três e quatro ao ar. Do género: passar, carga de trotil lá para baixo, arrancar e pum... Aquela merda desfazia-se toda!», gabar-se-ia.

Escritórios, empresas, casas e lojas também não escapavam aos estouros. Na Rua de Avis, Baixa do Porto, manda o homem que faz a ronda da PSP pôr-se a milhas e atira um *cocktail molotov* à livraria Avante!. Na tipografia Inova, onde se ultima a edição de um livro sobre Vasco Gonçalves, mete uma carga de trotil através de um vidro partido. No fundo, diverte-se a ver «a malta alarmada».

À sua volta sucedem-se elogios, incentivos, palmadinhas nas costas. «Toda a gente que me rodeava achou muito bem», reconhecerá. Ramiro «ia subindo progressivamente», como ele próprio dissera. Engrossara o número daqueles que iam sabendo e aplaudindo os feitos, «mais pessoas do género do capital, querendo defender os seus interesses. Fazer isto, fazer aquilo...». Chegavam à beira dele e comentavam: «Aquele filho da puta tem um carro porreiro. É preciso dar-lhe cabo do carro!» E ele lá ia: «Pumba! Cabo do carro!»

Um dia, dizem-lhe que Ferreira Torres, cunhado de Mota Freitas, quer conhecê-lo. Combina-se um encontro com Alpoim Calvão em Vigo e abrem-se as portas do MDLP. Manuel Macedo tem-no debaixo de olho, faz-lhe chegar quantias por conta de bombas e explosões, sobretudo fora do Porto. «Até aí andava sempre muito à rasca de massas e o senhor Joaquim Ferreira Torres disse-me que não havia problemas, que desde que eu fosse um tipo com juízo, que podia dispor de toda a massa.» Na verdade, o dinheiro vai-lhe chegando, mas aos bochechos. Prometem-lhe um seguro de vida e outro de acidentes pessoais, mas este nunca pagaram. Ramiro manuseia detonadores, cordões, «ligava tudo aquilo» com habilidade: «Um dia estava sujeito a que me rebentasse uma merda daquelas no focinho, ou coisa assim do género.»

As atividades de Ramiro desgostam o líder do PPD. Uma coisa era fazer segurança aos dirigentes do partido e envolver-se em escaramuças. Mas colocar bombas, participar em atentados e manter-se ligado ao PPD tornava a militância insustentável e reprovável aos olhos de Sá Carneiro. Num dia de novembro de 1975, chamou Ramiro a sua casa. «Tivemos uma longa conversa e ele pediu-me para entregar o cartão.» Sá Carneiro disse-lhe: «Ou saís do partido ou expulso-te.» Ramiro leva a mal, «até porque fazia tenções de acumular as duas atividades». Para ele, era «natural» continuar militante do PPD e pertencer ao MDLP. «Havia gente no partido que pensava da mesma maneira, ultras como eu», alegara. Mas o líder é irredutível. Ramiro sai então do partido, para nunca mais voltar. Nem mesmo quando adotou a sigla PSD.

Para trás ficara uma foto comprometedora, dos idos de 1974: numa mesa, em pose formal, mas sorridente, apareciam Jorge Terroso, Francisco Sá Carneiro e... Ramiro Moreira – este de gravata farfalhada, com as setinhas do partido. Mais tarde, em 1979, quando a rede bombista chegara já ao banco dos réus, o então tenente-coronel Vítor Alves teria sugerido a publicação da imagem a Pinto Balsemão, dono e diretor do *Expresso*. O amigo de Sá Carneiro e também fundador do partido recusara, por considerar «um inadmissível e condenável ataque pessoal». A foto acabaria no matutino *O Diário*, próximo do PCP. No esboço de carta pessoal dirigida ao oficial do Conselho da Revolução, a qual se desconhece se chegou mesmo a ser enviada, o líder do PPD comunicava o corte das relações de «cortesia» com Vítor Alves.



Ramiro Moreira (à direita), quando era dirigente e segurança do PPD no Porto, ao lado de Francisco Sá Carneiro (ao centro) e Jorge Terroso

Ramiro tornara-se um caso sério para o partido desde o outono de 1975. Participara em dezenas de atentados, recebia ordens e pedidos de origem política e também estava ao serviço de «vingançazinhas pessoais». Como o próprio assumira, «os acontecimentos sucediam-se de uma maneira incrível». Atraído por um nível de vida até ali inacessível, capaz de pagar mulheres, carros e boas roupas, Ramiro tinha o seu quê de voluntarista, misto de fanfarrão destemido alicerçado em mal-amanhados sentimentos anticomunistas. «Eu era um indivíduo bastante valente, estava convencido de ser dono e senhor da situação, pensei que estava superprotegido.»

Boa parte das reuniões para definir atuações no terreno decorria nas Antas, em casa de Ferreira Torres, na presença de Júlio Regadas, Manuel Macedo, Mota Freitas e Ramiro Moreira. O anfitrião «delineava todas estas coisas, dava-me a nítida sensação que ele queria que se aumentasse a confusão. O que era preciso era rebentar bombas, de qualquer das maneiras e em qualquer lado. E quanto mais melhor!» O industrial coordenava ações em nome do MDLP e «recebia dinheiro de toda a gente. Era um ricaço!». Fazia reuniões e dizia: «É preciso tanto.» Vendia dólares por valores mais elevados e o remanescente ia parar ao movimento. «O MDLP tem dinheiro que até chateia», garantia Ramiro.

O operacional torna-se pau para toda a colher a pretexto da roleta do bombismo, alternando atentados com serviços de segurança em comícios do CDS, sobretudo para o general Galvão de Melo, que conhecia e admirava desde os tempos do serviço militar. «Houve uma altura em que quase derivava para o revanchismo e para os favores dos amigos», admitirá. Um dia, «um conhecido advogado do Porto» encomendou-lhe um serviço: «Ó pá, vais fazer-me um favor, ali no Clube dos Caçadores. Tenho um filho da puta que anda com a minha amante (...). Vais dar-lhe cabo do carro.» Ramiro recusa. «As pessoas queriam aproveitar-se», lamentara. «O Regadas propôs-me 30 mil negócios, mas não tinham nada a ver com o nosso objetivo.»

No âmbito do MDLP, começara a ponderar-se «o abate seletivo de certas pessoas». Ramiro recebe uma arma com silenciador e, num encontro com Alpoim Calvão, perguntam-lhe se é capaz «de dar cabo do Melo Antunes», membro do Conselho da Revolução. «Não se chegou a concretizar. Doido como eu sou, era capaz de tentar qualquer coisa... Os tipos apontavam e eu ia lá... armado em *cowboy*!»

No primeiro semestre de 1976, Ramiro juntaria ao «currículo» os crimes mais violentos. Um deles logo no final de janeiro. «A mais longa noite de terror de que há memória em Braga», na versão do então advogado da acusação Artur Marques, envolveu 24 pessoas que, «após prévio planeamento e formando vários grupos, provocaram, no curto espaço de dez minutos, seis rebentamentos em edifícios onde se encontravam instaladas organizações sindicais, uma agência bancária e um partido político.»

Seguiu-se São Martinho do Campo, em Santo Tirso, onde morreu a esposa de um antigo empregado do industrial Abílio de Oliveira. Depois, Mota Freitas e Joaquim Ferreira Torres, alegando ter recebido indicações nesse sentido, disseram-lhe que «era preciso fazer-se qualquer coisa em Lisboa».

Nessa altura, o MDLP estaria a pendurar as botas e a enterrar as armas, «mas ainda havia que acentuar um

certo poderio», ou, numa versão menos rebarbada, «subjugar completamente toda a esquerda». Pelo menos assim pensava Ramiro. «Era tudo anticomunismo! Era uma festa.» Talvez por isso, nunca acreditará no fim anunciado do MDLP. Para ele, continuou «a existir para além da prisão dos operacionais».

Na capital, ficará para a História o atentado à embaixada de Cuba (dois mortos) e o carro armadilhado à porta da sede do PCP, na Avenida da Liberdade (um jovem assassinado). Na época, Ramiro ter-se-á confessado «muito revoltado» e até desabafara: «Isto já me começa a dar cabo da consciência. Não faço mais destas merdas!» Na verdade, lamentava sobretudo o facto de os mandantes nunca pagarem o que prometiam: «Eu, se queria alguma coisa, tinha de andar sempre “eu preciso”, “eu preciso”. Eles sabiam que eu não pagava o aluguer. Eu vivia com tremendas dificuldades. Muitas vezes ia comer a casa dos meus pais, à noite, porque não tinha dinheiro para comer.»

Mas as insistências para pôr Lisboa a arder continuavam.

Pediram-lhe que metesse uma bomba no aeroporto. Ele ter-se-á oposto «obstinadamente» a fazê-lo, mas reuniu os rapazes do costume (Teixeira, «Águia» e Rangel) e lá acabou por colocar 10 quilos de explosivos na torre de um dos radares. «Foi das que eu mais gostei de fazer.»

A explosão de sete bombas nas torres de alta tensão de Vialonga, a 10 de julho de 1976, foi o fim da linha para Ramiro.

Faltavam poucos dias para a tomada de posse do Presidente da República. Ferreira Torres pedira que se cortasse a luz aos «gajos» de Lisboa e se lançasse mais confusão. «Essa foi feita para chatear. Para tentar virar o Ramalho Eanes contra a malta de esquerda.»

Semanas antes, ele até decidira abrandar.

Andava a remoer «certas merdas» e «confusões», enquanto via «outros a fugirem com o rabo à seringa». A adrenalina perdera-se, sentia-se algo «manietado». Continua a simpatizar, «de uma maneira geral», com o combate ao «comunismo» e as ideias da direita. Mas sente-se enganado «por malta que se intitula de direita» e, no fundo, se está «a marimbar para o País».

As páginas dos atentados, das mortes e da ardente luta anticomunista escreviam-se, afinal, por linhas tortas: «O que eles querem é que o País entre em convulsão, porque quanto mais confusão houver mais eles ganham. Eu sei que certos indivíduos são assim. Caso de um Joaquim Ferreira Torres, desse Manuel Macedo, e de outros, não é?», desabafara na famosa gravação perante a Judiciária.

Ele sabia de «negócios de moedas, de negócios disto, negócios de outro, e negócios daquilo, mandar caixas para o Brasil, e mais isto e mais aquilo, importações assim, importação por debaixo da cortina».

Para os esquemas funcionarem, servidos *à la carte*, era preciso gerar «muita confusão, muitas bombinhas». E enquanto as autoridades andassem entretidas, não pensavam «nas falcatruas que estavam a fazer por detrás». O regime podia esperar. «Essa camarilha», concluíra Ramiro, estava interessada «não na democracia», mas na «confusão».

Para o bombista de serviço, a «mente diabólica», o «cérebro de toda esta história», tinha então um nome: Joaquim Ferreira Torres.

Quando o receio se instala nas várias fações da rede bombista, a partir das informações de Ribeiro da Silva à PJ, Júlio Regadas vai ao encontro de Ramiro Moreira: «Ó Ramiro, olhe que o Ferreira Torres quer que você se pira daqui para fora», dissera-lhe, em tom de aviso. «Mas a que propósito?», perguntara Ramiro. «Bem, parece que anda aí qualquer coisa, a Polícia Judiciária Militar, e não sei que mais, e isto e aquilo, e eu tenho de lhe dar 10 contos para você ir.»

Nessa fase, o operacional «andava completamente teso», mas fez peito. «Ó Regadas, vocês estão-me a foder! Então o Ferreira Torres quer mandar-me assim com 10 contos?! Se quisesse despachar-me daqui para fora dava-me uma boa maquia, mandava-me para o Brasil. O que é que você diz? Diga-me, como amigo: o que é que você pensa da situação?», insistira Ramiro, antevendo o desfecho: «Ele não me querará mandar desta para melhor, apanhar-me do lado de lá e “truca”?!»

No MDLP, correrá a tese de que era preciso travar Ramiro.

O comandante da PSP teria mesmo sugerido a sua execução e a supressão do cadáver pelo fogo. Intriga ou verdade, Ramiro tinha razões para desconfiar. «No meio de tudo o que se passou no processo da rede bombista», contaria mais tarde, Mota Freitas «atraçou todos os princípios. Eu não era nenhum menino, já tinha 32 anos, ele não me deu nenhum rebuçado. Mas ele dizia-me que era preciso fazer isto e fazer aquilo. E pôs-me os meios à disposição.»

Ramiro sabia muito. De quase tudo e de quase todos.

Poucas vezes se negara a pedidos, diretrizes, ordens, bomba aqui, bomba acolá. Mas chegara-lhe aos ouvidos que um «pide» da rede bombista teria, em certo momento, dado «duas bufadelas» à polícia e desaparecera do mapa. A juntar a isso, a PJ mordida-lhe os calcanhares há vários meses: «Ó Regadas, então

como é?! Isto da polícia atrás de mim?!» Pelo ar do outro, «nem a dizer que sim nem que não», percebeu que estava por sua conta e risco. E o melhor seria desenrascar-se.

Como sempre, o dinheiro escasseava.

Era, como sói dizer-se, «chapa ganha, chapa gasta».

Ramiro fazia biscates «a vender uns papéis pintados», mas via-se «desesperado». Para «andar da perna», envolvera-se em negócios escuros, relacionados com automóveis. «Sabe Deus, sabe Deus...»

Quando, em agosto de 1976, a PJ lhe entrou em casa para prendê-lo, Ramiro tinha cometido, pelo menos, 57 crimes contra a segurança interna do Estado, três deles mortais. «Nunca pensei que fosse até ao ponto a que cheguei», admitiria, num breve rebate de consciência, «mas não simpatizava com o que se estava a passar, logo no início, no País, e cada vez se veio a acentuar mais essa minha tendência através dos tempos.»

Ramiro esteve preso preventivamente quase três anos, entre 1976 e 1979. Mas o seu caso iria ocupar a Justiça portuguesa até aos anos 90.

Logo após os primeiros interrogatórios, seguiu para a ala esquerda da prisão de Caxias, quarto 22, 3.º andar.

A 15 de agosto, o capitão Ferreira da Silva foi ao forte militar visitar Mota Freitas e com ele trocar breves palavras. Deu-lhe conta da sua «consternação» pelas circunstâncias, pondo-se à disposição do major da PSP «para legalmente lhe poder prestar quaisquer préstimos».

Na ocasião encontrou, numa sala, mais de 30 pessoas, entre detidos e seus familiares. Ao vê-lo, Ramiro saudou-o com um «olá, camarada!», batendo-lhe nas costas.

Dias depois, o investigador da PJ Militar almoçou com o comandante do forte, Baltazar Ferreira, que logo o informou do «ar exuberante e eufórico» de Ramiro na prisão. Passava os dias a vangloriar-se, «com a voz bastante alta», de ser ele quem punha as bombas em todo o lado. Mota Freitas tê-lo-ia ouvido dizer, à chegada: «Enquanto os graúdos cá estiverem, estamos safos. É preciso é atirarmo-nos a eles.»

Durante a refeição, os dois oficiais combinaram chamar Ramiro Moreira, «para o alertar para o despropósito daquelas atitudes».

O bombista, porém, estava mais interessado em dar pormenores sobre as máquinas que já se esboçavam na cadeia. «Ó senhor capitão, olhe que aqui já anda muito dinheiro», revelara, dirigindo-se a Ferreira da Silva. Segundo soubera, alguns dos implicados já estariam comprados para desdizer tudo. Quanto a ele, se lhe dessem 2 mil contos (mais de 230 mil euros em 2016) e os metessem na conta do filho, também faria o mesmo. «Nem olho para trás», garantia.

O comandante do forte aproveitara ainda o referido almoço para manifestar estranheza pelo facto de não ter sido imposto qualquer condicionamento nos contactos entre os arguidos. Pelo menos no recreio, andavam juntos e sempre a magicar. Por vias travessas, a informação vai chegar à imprensa, em outubro: «Os presos circulam à vontade em Caxias. O forte é “penetrável”. Suspeitos de atividades terroristas trocam bilhetinhos no pátio, recebem visitas não controladas, expedem correspondência não submetida a exame, e conseguem fazer chamadas para o exterior.» Ramiro fora um deles: telefonara ao amigo Santos Silva, a avisá-lo de que ia ser detido.

Só mais tarde haveria uma ordem expressa do juiz de instrução Pereira Cabral para impedir tanta falta de zelo.

Apesar das atitudes cénicas, motivo de conversa e preocupação até entre os detidos, Ramiro ia-se abaixo na hora do recolher.

Nesses momentos, ficava sorumbático e respondia às cartas das namoradas. «Só Deus e o Diabo sabem como consegui resistir a tudo», escrevia, referindo-se ao seu envolvimento na rede bombista.

Na esperança de ir mantendo ao lume o interesse das admiradoras, desafiava: «Podes-me telefonar todos os dias entre as 16 horas e as 21 horas. Dizes que és minha irmã ou tia.»

À parte as razões pelas quais estava detido e as pressões subjacentes, não se queixava: «Felizmente que o ambiente vivido aqui, tanto no aspeto moral como material, é bastante aceitável. Eu, por exemplo, estou só num quarto, mas porque quero, se me apetecer estar junto com outro amigo, isso é possível», relatava, sem deixar de se lamentar de alguns reveses: «Quando para cá vim (...) fiquei num quarto com dois amigos, mas depois o ambiente tornou-se muito “pesado”. Sabes o que é estarem três homens juntos com feitios completamente diferentes em muitíssimos aspetos. A única coisa que nos era comum era o nosso anticomunismo (...)», garantia.

O quotidiano era, ainda assim, para lá de suportável: «Da parte da manhã tenho (...) recreio e sempre que nos apeteça podemos passear nos quartos de uns para os outros, o que se torna bastante agradável, entre os detidos do nosso grupo felizmente reina o melhor das concórdias (...). Isto é mais ou menos uma espécie de

hotel de 3 estrelas, mesmo a alimentação é muito razoável», escrevera, numa letra ansiosa, arredondada, sem olhar a gramáticas ou refinamentos de linguagem. «Recebi demasiadas cartas e a paciência não era nenhuma para escrever, aliás eu detesto escrever, primeiro porque sei que dou muitos erros, foi sempre um grande mal meu e ainda por cima os meus gatafunhos não são nada bonitos (...)\», admitira, numa missiva.

No exterior, as revelações sobre a dimensão da rede bombista parecem encurtar a margem de defesa dos prisioneiros. Mas todos percebem quem poderá ser a chave para, pelo menos, destrancar o problema.

Durante as visitas a Caxias, o capitão Ferreira da Silva soubera que Ramiro já tinha advogado, embora o próprio desconhecesse quem o pagava. «Eu não sou», garantira o bombista. E era verdade: naquela altura ele nem sequer tinha dinheiro para pagar a renda de casa.

Não demorará a ensaiar-se a reviravolta no processo.

Quando muda o juiz de instrução, já a bússola de Ramiro é outra.

Tudo o que antes afirmara, gravação incluída, ganhara entretanto contornos de complô, com requintes ardilosos.

No primeiro trimestre de 1977, em sucessivas cartas e requerimentos dirigidos a Dário Rainho, magistrado que orienta o inquérito, o bombista renega as declarações até ali proferidas, dizendo-se «embrulhado nesta tenebrosa e hedionda “rede bombista” por indivíduos sem escrúpulos, crápulas autênticos, que tudo inventaram e, depois, me aliciaram e coagiram a colaborar com eles utilizando as formas mais maquiavélicas possíveis».

Segundo Ramiro, os responsáveis da investigação haviam urdido a trama ao ponto de lhe prometerem «fugas para o estrangeiro» e «enorme ajuda financeira» para ele e seus familiares. O «jogo sujo» incluía «horas seguidas de perseguição física e psicológica».

Na nova narrativa de Ramiro, o esmero dos responsáveis da PJ levava-os a oferecer «todas as facilidades»: comida, «boa e abundante»; bebidas, as que desejasse. Delirante, insinuava ter sido drogado. Não, ele nunca se referira aos vultos da engrenagem do bombismo de livre e espontânea vontade. Fora, sim, coagido. A perfídia incluía «papéis, listas com nomes, recortes de jornais». Em suma, um relatório que ele deveria ler para uma gravação. «Naquela altura – tal como me encontrava – colaborava em tudo.» E tudo, note-se, era «invenção» de indivíduos «certamente manipulados pelos comunistas» ou «pelo KGB, célebre em *inventonas* deste género».

A história não pegou. Mas baralhou.

A partir das contradições de Ramiro e de outras narrações similares, o julgamento abrirá uma estrada para outros implicados.

Quando foi conhecida a sentença do primeiro julgamento da rede bombista, a 6 de julho de 1978, Ramiro seria condenado a 21 anos de prisão. Outros sem-abrigo do bombismo de extrema-direita ao serviço de motivações inconfessáveis também sofreram penas pesadas.

Quanto aos orquestradores, de Ferreira Torres a Mota Freitas, tiveram o prémio da estratégia tecida nos bastidores pelo cartel de advogados, com discreta, mas ampla cobertura política e militar. Além de, comentara-se, avultadas quantias. No processo havia referências ao alegado suborno de um magistrado por parte de Abílio de Oliveira e Ferreira Torres, «através de uma quantia de 2500 contos em dólares, levantados por um economista da empresa de Ferreira Torres, Mendes Alves, da conta do patrão no Banco Industrial del Sur».

Mas tal nunca será investigado.

Dos maestros nem sequer se ouvira falar.

«Depois das condenações, senti-me totalmente abandonado pelas pessoas com quem tinha trabalhado», resumirá, décadas depois, Ramiro Moreira, já liberto, pelo menos parcialmente, dos códigos de silêncio. Recuando na história, isolara-se em devido tempo «dos oportunistas que moviam os cordelinhos» e concluía, sem contrição, que a rede bombista «não era mais do que uma dúzia de interessados que faziam atuar os operacionais como manobra de diversão».

A pretexto de «travar o passo à expansão do comunismo», havia «outros interesses» a movimentar-se. A quem financiava «interessava ter a polícia distraída, com manobras de diversão, para que o tráfico de moedas, diamantes, armas e droga se fizesse a coberto de qualquer surpresa». Por isso, rolara «dinheiro sonante, muitos dólares no meio disto tudo. E algumas pessoas aproveitaram bem».

Outras, nem tanto.

Joaquim Ferreira Torres seria assassinado em agosto de 1979, um dos mistérios insondáveis da democracia.

«Há cães muito gordos metidos na sua morte. Deviam ter começado pelo cunhado dele, o major Mota Freitas», alegará Ramiro, mergulhando calculadamente numa história «muito profunda» e destacando as

ligações entre o Grupo dos Nove e o comandante da PSP. «Eram todos militares e muito amigos, com boas relações.»

Ramiro recorrera da sentença, mas o julgamento seria, entretanto, anulado pelo Supremo Tribunal Militar. Anuncia-se a repetição.

Nem assim a obsessão de Ramiro pelo papel dos homens ligados à ação do dia 25 de novembro de 1975 diminui. Pelo contrário: é o caminho mais rápido para atingir Eanes, a quem supostamente fizera segurança na campanha eleitoral de 1976 e que, entretanto, se tornara uma espécie de ódio de estimação, cultivado sem desfalecimentos.

Em entrevista ao semanário *O País*, a 28 de novembro de 1980, a partir da cadeia de Custóias, para onde fora transferido, Ramiro associava o Presidente da República a «encenações» destinadas a disfarçar desvios de dinheiro e considerava-o «um palhaço fardado».

Da sua alegada experiência com o general, verificara ser «uma pessoa moldável a tudo e cheio de ambições», proporcionando «todas as manobras de agitação», algumas vezes para, à sombra delas, «tratar de negócios pessoais». O pior vinha a seguir: segundo Ramiro, o chefe de Estado «e os seus acólitos» temiam-no pelo que podia denunciar e, por isso, mantinham-no preso. «Tenho de ter imenso cuidado. Eanes foi ao ponto de, mesmo aqui em Custóias, me mandar avisar de que ou me calo de uma vez por todas ou me anula para sempre.»

Acusado por Eanes e pelo Ministério Público do crime de injúrias, Ramiro seria condenado a 50 mil escudos de multa (pouco mais de 2 mil euros em 2015), correspondentes a 333 dias de prisão.

A 1 de abril de 1981, enquanto decorria a repetição do julgamento da rede bombista, saiu da prisão em liberdade condicional.

Nesse mesmo dia, dirigiu-se ao escritório do advogado Adelino Tavares, para uma reunião. Queriam livrar-se dele, silenciá-lo com a distância. «Foi-me proposto, por Mota Freitas, que abandonasse o País, que fugisse para o Brasil», contara. Ainda pondera, mas Manuel Macedo trava-o: «Não vás. Dão-te dois tiros, regam-te com gasolina.» Decide ficar. E faz chegar a mensagem a Mota Freitas: «Disse-lhe que não, que isso já tinha acabado, que eu já não estava às ordens dele.»

Tinham passado cinco anos sobre o fim da beligerância de extrema-direita, mas não havia meio de essa lembrança se desvanecer.

O tema continuara envolto em mistérios, sensível, entregue a segredos e novas conveniências. Por essa altura, Miguel Sousa Tavares faz, no *Expresso*, o rescaldo do bombismo pela voz dos operacionais do MDLP, do ELP e dos CODECO. Recrutados entre as tropas de elite da guerra em África e os marginais das grandes cidades, não é ainda o tempo de darem a cara, mas é cada vez mais óbvio que, na maioria, «atuavam por dinheiro e não por um ideal». Acima deles também não havia virtudes. «Poderia dar-lhe uma lista de muitos militares que meteram dinheiro ao bolso à custa do MDLP», descrevera um elemento da rede ao jornalista. «Recolhiam dinheiro dos comerciantes e industriais que queriam financiar a nossa causa para comprarem armas e muitas vezes não prestavam contas desse dinheiro nem se via as armas.»

O clima é ainda de ajuste de contas entre os deserdados dos consensos do regime e os novos gestores da democracia de veludo. «Quando estavam assustados recorreram a nós e era só promessas e amabilidades. Carros, casas, armas, dinheiro, viagens, não nos faltava nada. Mas mal se sentiram seguros passaram a tratar-nos como se tivéssemos a peste e a fingir que não sabiam quem éramos.» No fundo, resumia o repórter, faltava à plebe do terrorismo de direita adaptar-se e perceber o essencial: «A democracia portuguesa foi construída, em parte, à custa de mercenários mas, uma vez institucionalizada, não podia ser defendida por eles.»

Era impossível Ramiro não se rever naquela reportagem.

As suas dores do momento estavam ali, vertidas para papel impresso.

Ouvira, entretanto, o advogado do PCP, Fernando Luso Soares, com quem forjara uma relação cordial, fazer «uma intervenção de algum modo simpática», a que ele se agarrara. O causídico alegara estarem em causa, no processo da rede bombista, coisas mais importantes do que Ramiro Moreira. Poucos dias antes de conhecer nova sentença, o bombista pediu-lhe: «Defenda essa tese no Supremo Tribunal.»

Nesse verão de 1981, porém, Ramiro perceberá que pouco ou nada mudara. A sentença repete-se e ele apanha 16 anos, escassa redução da pena, à luz das suas ilusões. Insatisfeito, recorre da decisão.

Em janeiro de 1982, Ramiro encontra-se sem trabalho, paga 4 contos de aluguer mensal do apartamento e vive das suas economias. Não possui bens ou outros rendimentos e acumula processos por cheques sem cobertura e acusações de furto de automóvel.

O recurso da rede bombista, julgado em março de 1982, apanha-o em maré baixa. Está débil, fisicamente e

financeiramente.

O tribunal não ajuda: volta a condená-lo, desta vez a 20 anos, embora englobe menos crimes no rol.

Ele, prevenido, já não assiste à leitura do acórdão: na véspera, toma as rédeas do seu destino e foge do País em direção a Espanha.

Quando cruza a fronteira, já sabe que não terá qualquer mandado de captura. O tempo, asseguraram-lhe, iria fazendo com que as coisas se esquecessem e, mais ano menos ano, sairia uma amnistia.

A promessa fora-lhe repetida vezes sem conta por militares.

Mota Freitas garantira o mesmo na altura da rede bombista. Pouco tempo antes de Ramiro sair de Portugal, em 1982, «voltou a dizê-lo». Ele viveu agrilhoado a essa esperança. «Sempre acreditei que havendo tantas pessoas envolvidas nisto, e principalmente militares, realmente a amnistia vinha. Até para que eu não dissesse que o senhor A ou o senhor B estavam metidos nisto», reconheceu.

Encontrando-se detidos Carlos Antunes e Isabel do Carmo, líderes das Brigadas Revolucionárias, ainda acreditara mais. «Defendi que a amnistia devia ser dada à direita e à esquerda», lembrara. Nessa altura, já não se importava de ser metido no mesmo saco. O assunto, «de uma vez para sempre, deveria ser arrumado».

Em fevereiro de 1982, poucas semanas antes de ser proferida a sentença que lhe renovaria a condenação, Ramiro e elementos do PRP/Brigadas Revolucionárias ainda se deslocaram à Assembleia da República para pressionarem os deputados a aceitar um projeto de amnistia. O documento estaria a ser elaborado pelos socialistas Almeida Santos e Manuel Alegre. Destinava-se a englobar crimes praticados com armas de guerra, mas tinha claros objetivos políticos. PSD e CDS viram com sérias reservas a ideia, pois implicaria libertar Isabel do Carmo e Carlos Antunes. Persistente, Ramiro fez a sua parte: reuniu-se com as três principais forças políticas da época, mas o encontro com os deputados do seu antigo partido terá sido pouco cordial.

A amnistia não veio.

Quando saiu do País, Ramiro rumou às Canárias, para trabalhar numa empresa de pesca. Fora-lhe assegurado que ninguém iria no seu encalço. Por isso, não se escondeu: mal chegou, inscreveu-se no consulado português em Las Palmas. Por lá ficará, com idas e vindas, dois anos e uns meses. «As autoridades sempre souberam onde eu estava.» Era um facto. Em 1983, quando morreu o pai, Ramiro esteve presente no funeral, no Porto, sem ser importunado.

Entretanto, conhecera o diplomata João Freitas Cruz.

Embaixador em Espanha, este dá-lhe conta de uma vaga que a Petrogal teria nos seus escritórios em Madrid. Mas terá sido Pires de Miranda, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de Administração da empresa, a abrir-lhe portas. Pelo menos, julga ele. «Fui a Lisboa, falei com o engenheiro Armando Mateus e depois com o [Francisco] Sarsfield Cabral [ex-diretor de relações externas da Petrogal], então assessor de Pires de Miranda, e que eu conhecia muito bem dos tempos em que militei no PPD/PSD. Disse-lhe o que queria, pedi para falar com Pires de Miranda, e que queria o lugar em Madrid.»

Ramiro Moreira terá sido admitido nos quadros da Petrogal, em Espanha, a 2 de maio de 1985. Pires de Miranda sempre negou ter sabido da sua contratação.

Diversas cumplicidades, algumas até do seu desconhecimento, ter-lhe-ão permitido chegar a um lugar na área comercial da empresa. Juan Calvo de Mora, seu superior hierárquico na Petrogal, em Madrid, e casado com uma portuguesa, será um dos seus protetores na capital e, depois, seu advogado no processo de extradição.

Em Espanha, Ramiro gozava da mais completa normalidade. Tinha cartão de residente, passaporte, e inscrevera-se na secção consular portuguesa. «Não me faltava absolutamente nada.»

Quando a comunidade portuguesa celebrava o 10 de Junho em Madrid, Ramiro era o enviado da Petrogal às comemorações, distribuindo camisolas e autocolantes da empresa.

Por razões de serviço, férias ou simplesmente para passar um fim de semana, deslocava-se com frequência ao Porto e a Lisboa. «Fui sempre que quis e me apeteceu a Portugal. Inclusive no Natal, a comer o bacalhau, e no Ano Novo.» Recebera formação nas refinarias de Sines e de Matosinhos, casara-se pela segunda vez, na Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Gaia, em 1986, reunindo amigos e família, e até assistira a jogos do Benfica quando a equipa defrontava o Salgueiros ou o Boavista. Em anos de eleições, aparece para votar. «Entrava e saía de Portugal, pela fronteira, identificando-me como qualquer cidadão normal», resumira. «Nunca andei disfarçado, dei a cara sempre.»

Ramiro foi diretor comercial da Petrogal de 1985 até 1989.

Visitara pela primeira vez Madrid numa excursão, em criança, por alturas do 5.º ano de escolaridade.

«Depois fui lá com frequência no tempo do MDLP. Quando entrei para a Petrogal fui conseguindo algum prestígio. Fiz amigos em algumas repartições oficiais, amizades devidas às solidariedades estabelecidas em 1975-1976», assumira.

Em Espanha, reconcilia-se de vez com as suas convicções.

Fica «particularmente impressionado» com a obra de Franco. «Fui ao Vale dos Caídos, um monumento mandado edificar pelo ditador espanhol a cerca de 50 quilómetros de Madrid, onde está o seu túmulo e de José Antonio Primo de Rivera, que foi o precursor e chefe da Falange. É um monumento impressionante, que tem uma simbologia muito forte. Uma das coisas que eu sempre adorei em Espanha foi o caudilho», dirá, numa descontraída entrevista ao *Público*.

Com uma pena de 20 anos por cumprir, o operacional da rede bombista de extrema-direita movimentava-se sem obstáculos e sem nunca afadigar em demasia as autoridades nacionais desde que, em 1982, fugira do País. Inspetores da PJ chegam mesmo a visitá-lo em Madrid, mas apenas a tentar recolher pistas para as investigações dos assassinatos do padre Max e de Joaquim Ferreira Torres. Nessa altura não existia qualquer pedido de extradição ou de busca através da Interpol. «As razões pelas quais a Justiça portuguesa não se mostra, aparentemente, interessada em voltar a prender o ex-bombista, e que permitem a sua circulação livre em Portugal, permanecem um mistério», escrevera-se na imprensa. Falava-se de «um acordo de cavalheiros» entre ele e várias entidades. «Beneficia de um *status* especial porque ninguém está interessado em que ele volte», resumiam fontes das autoridades portuguesas.

Ramiro tinha, pois, permanecido tranquilo em Madrid.

Até que, um dia, Mário Soares chegou à cidade, instalando-se no Hotel Ritz, na Plaza de la Lealtad. Era verão, julho de 1989, e o Presidente da República viajara a título privado até à capital espanhola, para almoçar com os reis e encontrar-se com o chefe do Governo, Felipe González.

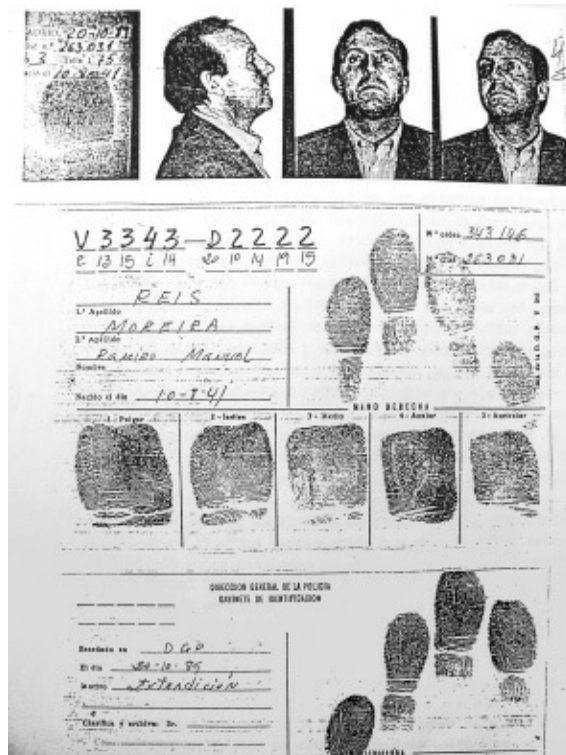
Frenético e entusiasmado, máquina fotográfica pela mão, Ramiro Moreira deslocou-se ao hotel onde se hospedara a comitiva, a pretexto de cumprimentar Baltazar Ferreira, chefe de segurança do Presidente, e antigo comandante da prisão de Caxias, de quem se tornara amigo.

Na manga, porém, levava outra carta: pedir a Mário Soares para apreciar a sua situação judicial e facilitar-lhe o regresso a Portugal.

A partir daí, tudo se precipitaria.

Nos meses seguintes, repórteres e *paparazzi* não lhe dão descanso. Irritado, chega a partir a câmara a um fotógrafo que esperava por ele à saída do escritório. Atirou a máquina contra uma parede e ficou-lhe com o filme. Oficialmente, a PJ declarava-o em parte incerto, mas é público que mantém reuniões no Porto, com dirigentes do PSD, para discutir o seu problema judicial e beneficiar de uma amnistia. Montalvão Machado, líder parlamentar, acusa-o de manobras «para envolver o partido» e não parece pelos ajustes: «O PSD é contra uma amnistia a favor deste tipo de indivíduos.» Vão longe os tempos em que o advogado do Porto se teria abeirado de Ramiro, solicitando favores. «Mas então diga lá quem lhe mandou pôr a bomba na casa do doutor António Taborda?», perguntara-lhe o jornalista Alfredo Mourão. «O Ramiro garantiu que foi o Montalvão Machado, que também tinha casa em Francelos», recorda o próprio Taborda, atribuindo o facto a «algumas conversas esquisitas» que o então colega de ofício teria mantido junto à praia daquela zona de Gaia. «Havia um bocado a ideia de que as figuras de esquerda que estavam bem na vida ou que tinham uma vida mais burguesa eram traidores de classe e, como tal, deviam levar com as bombas», explica, bem humorado, o antigo deputado do MDP/CDE, sem até hoje ter alcançado a verdade sobre o episódio. «O Ramiro foi uma espécie de idiota útil daqueles tempos. Era uma figura desconcertante, era difícil ter-lhe ódio. Ele fazia aquilo por gosto, achava que era uma coisa que sabia fazer e fazia bem.»

No outono de 1989, os raids de Ramiro a Portugal, para resolver assuntos pessoais, não preocupam a Petrogal. Apesar de condenado a passar duas décadas na prisão e de já ter, nessa altura, dois mandados de captura, nos escritórios de Madrid nada abala a sesta. «É um problema que nos ultrapassa», dirá Mário Cristina de Sousa, administrador da empresa. «Para nós é um caso um bocado bizarro. Sabemos que ele tem problemas com a Justiça, mas nunca nos foi colocada qualquer objeção», acrescentaria o homem que, em 2000, viria a ser ministro da Economia num governo socialista.



Ficha de Ramiro Moreira na polícia espanhola quando foi ouvido no âmbito do processo de extradição pedido pelas autoridades portuguesas

No início de outubro de 1989, algo se move.

Sabe-se que a Procuradoria-Geral da República está a elaborar o processo destinado a oficializar o pedido de extradição de Ramiro.

Ele considera o caso anedótico: a argumentação baseia-se no roubo de um automóvel ocorrido em 1975 e «em cheques sem cobertura no valor de 120 contos, que foram devidamente pagos, perdoados pela Sopete, proprietária do Casino da Póvoa, e, além do mais, já depois de ter cumprido a pena de dois anos de prisão», explicará.

Esquece, porém, algo essencial: o pedido faz também referência à sentença por cumprir no âmbito do processo da rede bombista.

Por esses dias, Ramiro vive tranquilo no apartamento 103 do 10.º andar do número 41 da Avenida Alberto de Alcocer, em Chamartín, uma das mais movimentadas da capital espanhola. Como é hábito, desloca-se pela manhã aos escritórios da Petrogal, na Rua Ibiza, n.º 1, um percurso de 20 minutos de automóvel, quase em linha reta.

Pouco passa do meio-dia de 20 de outubro de 1989 quando Ramiro, chefe de distribuição da empresa, é surpreendido pela presença de inspetores da Polícia Judicial. Detêm-no e levam-no, cumprindo assim as diligências relacionadas com o pedido de extradição.

Após o interrogatório, ficará detido 33 dias na prisão de Carabanchel. Será depois libertado sob caução. A Petrogal suspende-o das funções, mas continuará a pagar-lhe o ordenado-base.

Em Portugal, Cunha Rodrigues, procurador-geral da República, resume o caso: o processo teve origem no furto de um veículo, em 1975, no Porto, crime de delito comum. Julgado por outras infrações nos tribunais judiciais (emissões de cheques e posse ilegal de armas), fez-se o cúmulo jurídico das penas e efetuou-se o pedido de extradição.

A 7 de março de 1990, as intenções das autoridades portuguesas sofrem um revés: a Audiência Nacional espanhola recusa extraditar Ramiro Moreira. Os crimes não estão abrangidos pelo princípio de reciprocidade entre os dois países e existe uma amnistia desde 1977.

O bombista fica em liberdade, mas não desiste, ele próprio, de tentar a conciliação entre os adversários de uma época de excessos. Em maio de 1990 envia ao Parlamento um pedido de amnistia para todos os delitos cometidos até 15 de julho de 1976, mas esbarra nas divergências partidárias e na gestão do dossiê FP-25.

Ramiro dirige a sua raiva para o partido no qual militara nos anos de brasa. Em junho de 1991, ainda se dizia enganado pelo então líder parlamentar do PSD, Montalvão Machado, que, segundo ele, prometera o empenho dos sociais-democratas numa amnistia que abrangesse as FP-25 e encaixasse que nem uma luva no caso de Ramiro. «Foi um mentiroso», acusara o homem da rede bombista, sem se deter. «Um ou outro

parlamentar português, nomeadamente Montalvão Machado, que agora gozam de imunidade política e criminal, é que deviam estar presos ou fugidos do País com mandado de captura.»

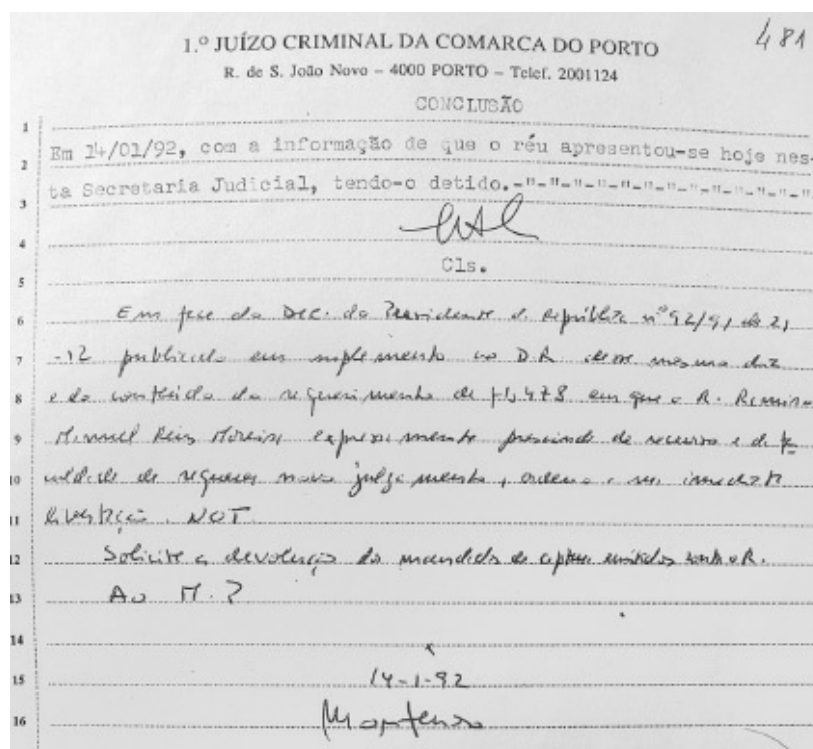
Ganha então força a hipótese do indulto, um perdão com remissão parcial ou total da pena para o qual havia até um antecedente: em 1984, Ramalho Eanes atribuiu-o a um réu do processo PRP/BR. Por vontade de Mário Soares, Ramiro terá o problema resolvido, mas as relações institucionais entre o Governo de Cavaco Silva e a Presidência da República estilhaçaram-se há muito. Quando se referem a Belém, os ministros parecem mastigar vidro, e Mário Soares já mal disfarça as indisposições com a maioria.

O caso do indulto arrasta-se, a corda estica-se, Ramiro insiste.

O bombista apanha de novo Soares em Madrid. Desta vez, a presidir ao encerramento de cursos de verão em universidades espanholas, e ele, sabe-se lá por que malabarismos, consegue o desejado encontro. Reforça então o pedido de apreciação da sua situação judicial e insiste no indulto.

Laborinho Lúcio, ministro da Justiça, está contra. O parecer do gabinete jurídico do ministério considera que o caso de Ramiro não cumpre os requisitos, pelo facto de ele não se encontrar preso. Mas Soares não acata a sugestão.

Em cima da mesa estão também os casos de elementos das FP-25, e o Presidente, magnânimo, não está disposto a esperar mais tempo para resolver, de uma só penada, os resquícios do terrorismo político dos primeiros anos de democracia.



O indulto a Ramiro Moreira é assinado por Soares a 21 de dezembro de 1991. A «prenda de Natal» foi desembulhada semanas depois, a 14 de janeiro, quando o bombista da extrema-direita se apresentou no Tribunal de São João Novo, no Porto, para as formalidades.

Não chegou a ser detido e, pagas as custas judiciais, conquista a liberdade total, «ao arrepio da hipocrisia e absurda estupidez do Governo de Cavaco Silva» como disse. A bem de uma presumida concórdia nacional, enterravam-se, por despacho, os crimes políticos dos anos em que Portugal foi, de Norte a Sul, terra queimada.

À saída do tribunal, sorridente, Ramiro anunciou que iria manter as funções de delegado comercial da Petrogal e assistir ao Boavista-Benfica do fim de semana seguinte.

O mercenário do MDLP havia prometido revelações se lhe fosse concedido o indulto. Mas pouco diria de extraordinário nos anos seguintes.

Quando solicitado, teorizara sobre o «verdadeiro» alvo do caso Camarate – segundo ele, Soares Carneiro – e passara a considerar Ferreira Torres «um grande patriota».

Antes dissera-se «arrepido das asneiras» que fizera, mas agora não o demonstrava. Pelo contrário. «Foi uma fase bastante interessante da minha vida», admitira. «Atuei sempre com a consciência de um combatente. Isto, para mim e para muitos dos rapazes que atuaram comigo, era uma cruzada. Sinto-me bem. Só lamento dois ou três incidentes.»

Para Ramiro, o dia 25 de abril de 1974 continuaria a ser «uma ferida na História». Combater os

comunistas fora, desde sempre, a sua missão. «Gostava de ter sido ministro do Trabalho, para acabar de vez com as greves. No período das bombas, senti uma especial vontade de punir sindicalistas», confessara. Ele, sim, estivera na primeira linha da luta «durante um período muito difícil da pátria». «Prestei um serviço ao País», vangloriava-se, puxando pelos galões: «Devia mas é ser condecorado, porque fiz muito mais pela pátria do que muitos dos que são parlamentares. O que eu merecia era uma estátua.»

Ele, afinal, sempre estivera certo.

Os comunistas eram «um fantasma com pés de barro» e o País fez jus à luta «contra os comodistas e os oportunistas». Dali em diante, pedia que não o insultassem, se fizessem a fineza. «Não assumo o meu passado de bombista. Assumo o meu passado de revolucionário, talvez de características muito especiais. Mas bombista, não», reclamara. Aos seus feitos de outros tempos passaria a chamar «manobras de diversão». Com fins políticos, claro. «Evidentemente que de santo não tenho nada, não fui condenado por ir à missa duas vezes.» Mas considerava-se, para o bem e para o mal, o produto de uma época. «Fiz tudo de livre vontade e consciente do que estava a fazer. Quando eu tinha 30 anos, achava que os meios justificavam os fins. Não voltaria a atuar da mesma maneira, mas não estou arrependido.»

Ramiro seguiu então o seu caminho. «Livramento.»

Morreu para os partidos. «A política lixou-me a vida», desabafara.

Não queria falar do passado, precisava de trabalhar e de se endireitar. «Para mim, uma ideia vale uma vida e o que fiz está feito.» Apenas um erro, «um único erro», o atormentava: a morte de Rosinda, em São Martinho do Campo, numa explosão. «Sinto grande angústia quando me lembro desse cadáver.» De bom, na política, ficara «somente a gratidão a um grande homem»: Mário Soares. «O indulto presidencial foi uma atitude frontal, muito digna», elogiara, «própria de um homem trabalhador.»

A amizade e o carinho pelo anterior Presidente permaneceriam. «Portugal bem precisa de homens com a sua coragem.»

O passado ficara então... no passado, que era o lugar dele, devidamente arquivado, pensara Ramiro.

Casou-se de novo, com Oksana Xilai, bielorrussa de Minsk, antiga funcionária administrativa da polícia russa. Conheceram-se num clube de ténis, ela era ex-mulher de um operário português.

A 2 de janeiro de 1995 nasceu o primeiro filho do casal.

A criança esteve quase a receber o nome do pai, mas a mãe insistiu que fosse batizado com o do avô. Dimitri seria outro caso sério da Justiça portuguesa, mas em pequenino. Desde janeiro de 1996, o pai lutaría, incansável, para registar o nome, mas faltava a documentação da mulher e as conservatórias recusavam o pedido. Revoltado, Ramiro escrevera cartas para Belém e São Bento, admitindo levar o caso ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Não terá sido necessário. Recorrera aos bons ofícios do ministro Vera Jardim. Para ele, tratava-se de um «caso humanitário» e terá sido solucionado.

Entretanto, regressara de vez a Portugal.

Pela mão de Gonçalves Gomes, fora nomeado diretor comercial da Imobiliária Azul e Branca, sociedade do FC Porto e do grupo empresarial do comendador de Monção para comercializar e gerir os escritórios da Torre das Antas. O velho «Samarra», contrabandista de antanho, financiara o clube, as campanhas eleitorais de Eanes, o PRD e o diário *Europeu*, de curta duração. Em 1996, Ramiro seria substituído no negócio pelo cabeleireiro da família do comendador.

Com o andar dos anos, o percurso profissional foi-se dissipando aos olhares da curiosidade alheia. Aparecerá ligado a empresas de segurança, à prospeção de terrenos e à administração de condomínios de luxo, atividade que mantinha em 2016. Recatado, não era visto em eventos sociais. Trocara uma piscadela de olho com Valentim Loureiro, de quem é compadre, numa conferência de imprensa, aparecera em missas pela memória de Sá Carneiro e, em 2001, dera um abraço público ao cónego Melo por ocasião da celebração das suas bodas de ouro sacerdotais.

E pouco mais.

No plano mediático, o descanso do «guerreiro» tardou.

Nos anos 90, os casos do padre Max, de Ferreira Torres e de Camarate regressam ao debate. Andam aos tombos nos tribunais, nas comissões parlamentares, na imprensa. Surgem livros, documentos e protagonistas desejosos de contar mais um segredo até ali por revelar. Ramiro reaparece num polémico e acidentado debate sobre o bombismo dos anos verdes da democracia, promovido pela SIC, no Palácio da Bolsa, no Porto. «Mais de metade do mundo estava sob o jugo do PC e tinha de haver alguém como eu e várias pessoas para travarmos essa situação», dirá, sem revivalismos.

Em 1994 telefona para a redação do Porto do *Diário de Notícias*. Quer dar uma entrevista a propósito do julgamento do padre Max, em Vila Real. Promete revelações. Apresenta-se na redação com acentuada tez morena, camisa branca, gravata floreada, casaco às riscas. Sorri muito durante a entrevista, cita Adam Smith.

Mas quando os jornalistas tentam ir às entranhas de um passado, o discurso cheira a mofo: «Dizer tudo era dar pérolas a porcos», reage.

Enquanto o processo não se decide, Ramiro vai andar por Braga e Vila Real em encontros mais ou menos clandestinos com figuras desse tempo, entre as quais o cónego Melo, quiçá para acertar estratégias e evitar que alguém mais distraído ponha o pé em ramo verde.

O caso Camarate leva-o ao horário nobre, em telejornais e debates especiais, nos quais disserta sobre a fatídica queda do *Cessna*, a 4 de dezembro de 1980. Em casa, conhecidos, amigos, adversários e inimigos veem-no tão «vaidoso, insinuante e palavroso» como quando se aventurara no bombismo militante. Com o seu quê de marotice, deixara o testamento: «As pessoas sempre tiveram medo de mim, não sei por quê. Eu não faço mal a ninguém.»

Aos poucos, os inquéritos judiciais dos anos negros da democracia foram morrendo de silêncio, apatia, arquivamento. Delírios conspirativos não os salvaram. Nem sequer acusações tardias, generalistas, órfãs de provas, protagonistas e culpas.

A história de um tempo estava feita.

Para alguns, era mesmo perfeita.

E então Ramiro Moreira saiu de cena.

P.S. – As afirmações aqui atribuídas a Ramiro Moreira têm origem em dezenas de páginas de depoimentos prestados à PJ, em cartas escritas pelo próprio, documentos da investigação policial sobre a rede bombista e dezenas de entrevistas que deu ao longo de décadas. Ramiro Moreira recusou ser entrevistado para este livro.

CAPÍTULO 14

Os homens sem sono da Judiciária

Foi nas resguardadas folhas de um «anexo à ordem de serviço» que, a 16 de novembro de 1978, Álvaro Guimarães Dias lavrou, de uma penada só, as suas defesa e sentença.

Tinham passado quase três anos e meio desde que fora nomeado para a chefia da diretoria do Porto da Polícia Judiciária e, logo à chegada, não ignorara as dificuldades do lugar. De facto, naquele mês de junho de 1975 já o «Verão Quente» fizera subir a temperatura política, mas o termómetro ainda iria registar febres mais altas, algumas delas assinaladas à bomba.

Para o bem e para o mal, o seu consulado ficou ligado à mais heroica e injustiçada investigação da PJ daquele tempo escaldante: o processo da rede bombista de extrema-direita. É, aliás, impossível ignorar esse caso à luz da demissão deste magistrado. Quando solicitou a sua exoneração ao já condenado governo de iniciativa presidencial liderado por Nobre da Costa, Guimarães Dias atrelou, no recato da papelada burocrática, os motivos da saída. Na essência, porém, os problemas vinham de trás.

Tendo como pano de fundo a turbulência de uma época, definira, à entrada, uma missão que se revelaria mais problemática do que imaginara: evitar a transformação da Judiciária numa nova PIDE. «Então, estava longe de supor o rumo dos acontecimentos, as dificuldades a vencer, as atoardas que seriam propagadas, as calúnias que seriam difundidas, os ataques de que viria a ser alvo e até a coragem que teria de ter ao longo de tantos meses», escreveu, na despedida do cargo. O antigo diretor da PJ do Porto partira de duas premissas – «competência profissional e honestidade» – para mudar métodos, hábitos e comportamentos. Saiu com o desejo de que a corporação se transformasse «numa autêntica polícia de investigação, desburocratizada e incorruptível», lamentando não ter atingido todas as metas e receando evoluções «dramáticas.» Pelo meio, fora confrontado com duas situações inéditas. Uma, receber e integrar em paz elementos provenientes das ex-colónias. Outra, desencadear a atividade antiterrorista da PJ, desenvolvida «graças à abnegação, coragem, espírito de sacrifício e brio profissional de um grupo de funcionários que, em condições de todos conhecidas, se lançou num tipo de investigação que impressionou o País», registou.



*Álvaro Guimarães Dias retratado pelos colegas
nos tempos de faculdade*

Na hora da saída, Guimarães Dias era já um magistrado calejado. Nascera no Porto, numa família de classe média-baixa, filho de pais comerciantes que «foram subindo um pouco na vida». Disseram-lhe um dia

que havia sido colega de Francisco Sá Carneiro no Colégio Almeida Garrett, mas ele não se lembra do fundador do PPD/PSD. Não gostou de Coimbra dos seus tempos de estudante. Sentiu falta do mar e a PIDE não deixava os mais rebeldes respirar. Nos interrogatórios, sentiu o bafô do tragicamente célebre inspetor Sachetti, mas nem por isso esmorecera. De educação católica, mas contagiado pelo fervor republicano das raízes maternas, Álvaro cedo se ligara às contestações ao regime, fossem elas de veludo ou de ganga coçada. Aderiu ao MUD juvenil. As candidaturas de Norton de Matos e Humberto Delgado à Presidência da República marcaram a sua juventude.

Antes do 25 de Abril de 1974 estivera próximo do PCP, mas nunca os afetos ideológicos o levaram a militar em partidos. Por causa de informações da polícia política nada abonatórias a seu respeito, foi impedido de concorrer a delegado do Ministério Público.

Sem desistências, trocava as voltas às sebtas e aos serventes do regime. Foi então destacado para Trancoso, a primeira comarca onde daria mostras de saber contornar adversidades, sem avinagar. A dada altura, conseguiu mesmo que o chefe local da União Nacional patrocinasse a defesa de um carcereiro que ia ser despedido, apesar de sobre ele recaírem suspeitas de afinidades com o PCP.

De Trancoso a Cascais, passando por Vila Pouca de Aguiar, Valpaços, Montalegre, Paços de Ferreira, Vila Nova de Gaia e outras localidades, faria a sua transição de delegado do MP para juiz. Em Cascais, ainda voltaria a ser importunado pela PIDE. Caso antigo. Fora em tempos denunciado pelo antigo camarada Nuno Álvares Pereira, que trocara o moralismo revolucionário pela dedicação à PIDE. Após «abrir o saco» na cadeia, e com um grau de pormenor cirúrgico, aquele ex-controlador do PCP entregara a lista de toda a organização estudantil comunista de Lisboa. Guimarães Dias foi na leva. A polícia política ainda se prestou a incomodá-lo, mas sem maleitas de maior.

A revolução apanhá-lo-ia juiz em Paços de Ferreira. E algo desconfiado do aparato. «Ia de carro e vi militares de G3 e cravos vermelhos na rua. Pensei: “Devem estar em manobras, mas andam tão floridos...”»

Aos 81 anos, quando decidiu quebrar um silêncio de quatro décadas, para este livro, Álvaro Guimarães Dias continuava a viver na sua cidade natal, exibindo um sentido de humor contagiante e uma memória sem grandes fissuras. Jubilado, a 5.ª Secção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça fora o seu último posto. Orgulhoso membro da União de Resistentes e Antifascistas Portugueses, mantinha-se arredio a qualquer fê política ou religiosa, embora fosse um devotado assinante do *Avante!* e apoiante da CDU. Estas são as suas memórias e revelações sobre uma das mais controversas investigações da Justiça portuguesa:

Como foi parar à direção da PJ do Porto?

Entrei a 29 de junho de 1975, dia de São Pedro. Tinha 40 anos. Era juiz em Paços de Ferreira. Recebi um telefonema do Tomé de Carvalho, colega, amigo, excelente pessoa e profissional. Era ele o diretor da PJ do Porto na altura, mas ao fim de um mês chegara à conclusão de que estava desconfortável no lugar...

Era obrigatório ter um juiz à frente da PJ?

Antes do 25 de Abril, a legalização das prisões era feita pelo diretor da PJ, mas depois passou a nomear-se um magistrado judicial ou do Ministério Público para o cargo. A própria polícia sentia-se mais confortável com isso, mas dava-lhe apenas a aparência de uma certa cobertura, mais nada. Ora, o Tomé de Carvalho conversara com outros colegas de Lisboa – creio que um deles foi o José Manuel Matos Fernandes, um homem de certo modo ligado ao PS, até pela via conjugal, e próximo do Salgado Zenha. Ele também tinha sido diretor no Porto e depois foi para Lisboa. Os dois entenderam que eu seria a pessoa indicada para o lugar. O Tomé telefonou-me e marcámos um encontro no Café Orfeu, no Porto. «Vou sair, não estou para aturar aquilo», disse-me ele.

«Aquilo» era a PJ?

Sim. Era uma casa um bocadinho difícil, com problemas. Disse-me que tinha indicado o meu nome e que o Matos Fernandes queria saber da minha disponibilidade. Eu já tinha um longo passado na magistratura, como delegado do MP, e respondi: «Estou completamente a leste do que é a PJ, nunca lá entrei sequer.» Mas fiquei de pensar. Ainda trocámos impressões, mas concluí que havia também razões pessoais para ele querer sair. Por outro lado, aquilo vinha ao encontro de uma ambição minha, que era fixar-me no Porto, onde tinha casa. Acabei por aceitar.

Não tinha qualquer noção do que era a PJ?

Não, embora tivesse uma belíssima relação com o inspetor Vaz Tomé, um elemento fundamental, infelizmente já falecido. Ele conhecia muito bem a casa e as pessoas. E foi um auxiliar preciosíssimo. Era

bastante inteligente, muito bem preparado.

Quando entra na PJ, percebe logo que a «herança» é difícil?

Sim, sim! Aquilo era uma carroça, aparentemente puxada por muitos cavalos, mas de facto puxada por dois ou três. (risos) E os outros lá iam atrás. A imagem exterior da PJ não correspondia à verdade. Na maior parte dos casos não havia investigação, era um bocadinho à matroca...

Como assim?

As coisas investigavam-se à bofetada, não vale a pena estarmos com histórias. Passei muitas horas na Judiciária, mesmo à noite, para evitar que se cometessem excessos... Devia ser também a única polícia do Mundo que tinha agentes no terreno que perguntavam ao diretor o que deviam fazer a seguir. Iam numa perseguição e depois paravam num sítio qualquer para telefonar: «E agora? Fazemos fogo?» Por causa de amadorismos deste tipo, acabou por morrer o agente [Augusto] Carvalho, que, em Massarelos, se juntou a uma brigada dos assaltos a bancos sem ter nada a ver com o assunto. Só porque uns e outros foram abastecer-se ao mesmo sítio, cumprimentaram-se e depois seguiram um carro onde estavam indivíduos do PRP/Brigadas Revolucionárias. Foi um episódio de um amadorismo atroz. Houve tiroteio e acertaram no rapaz. Um dos elementos que lá estavam tinha uma metralhadora e não foi capaz de dar um tiro. Interrogava-me se aquelas pessoas, que tanto pediam e exigiam armas, eram capazes de as manejar. Bem, lá acabaram por prender uns tipos e aquilo depois gerou uma revolta muito grande, pois pela primeira vez aparecia gente de esquerda ligada ao bombismo. Já estávamos em 1978, mas todo aquele ódio da velha corporação veio ao de cima. Ódio generalizado.

Que meios existiam?

Vamos entrar numa parte anedótica. Os meios eram precários. E estou a falar em armas e carros. Todos os anos, o orçamento contemplava a aquisição de viaturas e os meus antecessores procuraram comprar o maior número possível de carros, tendo em conta o valor disponível. Resultado: compravam-se carros, mas não eram rápidos. Eram umas carrinhas, de resto conhecidas à distância. Toda a gente já sabia quais eram as carrinhas da PJ. (risos) O diretor tinha um carro para uso pessoal. Inicialmente era um *Mercedes*. Depois envelheceu e um dos meus antecessores comprou um *Renault* qualquer coisa, mais rápido, onde nunca andei. Sempre tive a noção de que a minha presença ali era passageira, nunca quis esses hábitos. Alguns colegas admiravam-se quando me encontravam no autocarro. «Tu andas aqui?!» (risos) Bem, como não havia carros rápidos, pus o meu carro à disposição de uma brigada que criei por causa dos assaltos a bancos...

E as armas?

As relações da PJ com a PSP não eram brilhantes, mas acabei por me relacionar com o comandante da PSP do Porto, o major Mota Freitas. Isto já em plena fase bombista de direita. Um dia falei-lhe na falta de armas e ele imediatamente se prontificou a emprestá-las à Judiciária. Agradei-lhe. Começámos a fazer umas rusgas em comum e às vezes íamos os dois juntos. O curioso é que, quando isso acontecia, nunca apareciam bombas. Nada. Isso era interpretado como uma ação das polícias que, de mãos dadas, dominavam a cidade. (risos) Quando o Mota Freitas foi preso, acusado de ligações à rede bombista, a PSP pediu a devolução das armas e até dos carros que emprestaram. Uma ocasião até apareceu na PJ o major Sampaio Cerveira, número dois do Mota Freitas. Queria ser recebido. Vieram dizer-me: «Ah, ele está aí para fazer as pazes...» E eu: «Pazes? Mas eu não estou zangado com ninguém.» Não o recebi. O Cerveira podia não estar diretamente ligado à rede bombista, mas estava a par de muita coisa que se fazia.

Quando «herda» a direção da PJ do Porto, a corporação está ainda muito marcada pelo antigo regime, certo?

Sim, sem dúvida. Nos métodos e nas cumplicidades. Um dia, estranhei que, nos crimes contra o património, a percentagem de processos que iam a julgamento fosse diminuta, já não falando nos resultados. Até comentei o caso com um subinspetor: «Estive aqui a ver a estatística e isto é uma vergonha.» E ele respondeu: «Ó senhor doutor, sabe por quê? Porque o 25 de Abril tirou-nos os “métodos científicos”.» Bem, quero crer que, enquanto lá estive, esses «métodos científicos» não foram usados. Com o meu conhecimento, não. Mas estou convencido de que alguns continuaram a dar umas chapadas...

Sentiu pressões e infiltrações na corporação?

A partir de determinada altura, e por causa das investigações à rede bombista de extrema-direita, passei a ser alvo de certos poderes com ligações a elementos da PJ. Com o brigadeiro Pires Veloso [comandante da

Região Militar do Norte à época], por exemplo, tive uma relação caricata. Isto é melindroso, mas tenho de ser franco: foi das pessoas mais estúpidas com quem já lidei, uma coisa aflitiva. Ele tinha na Judiciária um inspetor amigo e vivia obcecado com a atividade da PJ. A princípio, eu não percebia por quê. Ora esse inspetor tinha uma certa consideração por mim e vinha-me dizer, quando o Pires Veloso lhe ligava para tomar café: «O brigadeiro telefonou-me, quer saber coisas daqui.» E eu dizia: «Ó homem, vá lá tomar café com ele.» Isto já revelava uma falta de nível impressionante, mas foi mais longe. Um dia, o Pires Veloso chamou o presidente do Tribunal da Relação, que era o Roseira de Figueiredo, um tipo fora de série, na altura desembargador. «Ele convocou-me para ir ao quartel-general. Estive para não ir, mas pensei: vou ver o que é que ele quer», contou-me o Roseira. Chegou lá e o Pires Veloso pediu-lhe para ele me demitir. E o Roseira disse: «Ó senhor brigadeiro, mas eu não tenho poderes para isso.» (risos) O Pires Veloso pensava que a magistratura funcionava como os militares. Nessa altura, estávamos a avançar nas investigações sobre a rede bombista e o brigadeiro começou a ver que a coisa estava a correr mal...

Pires Veloso foi comandante da Região Militar do Norte (RMN), entre setembro de 1975 e novembro de 1977. O combate em defesa dos argumentos políticos do PPD, CDS e PS valeu-lhe o título de «Vice-rei do Norte», elogios sentidos de Francisco Sá Carneiro e Mário Soares e manifestações entusiásticas. Na última delas, a 19 de novembro de 1977, por ocasião da entrega de uma simbólica «espada de honra» em homenagem aos «serviços» prestados por aquele militar à «liberdade» e «democracia», a Avenida dos Aliados, no Porto, abarrotou. Na bancada de honra estiveram, entre outros, deputados dos referidos partidos, um orador da organização maoista PCP (m-l) e os poetas Natália Correia e Mário Cesariny, entre outros. As tentativas de protesto e boicote ao acontecimento por parte de setores esquerdistas saíram frustradas. Nesse dia, dezenas de pessoas envolvidas na manifestação de apoio a Pires Veloso muniram-se de matracas, correntes, chicotes e ferros, tendo espancado transeuntes, aos gritos de «Agarra que é comuna!», além de saquear e destruir sedes da extrema-esquerda (LCI e MDP). A Livraria Avante!, na Baixa da cidade, foi vandalizada e esventrada, tendo os livros sido incendiados em plena rua.

De acordo com Silva Tavares, antigo diretor d'O Comércio do Porto e biógrafo de Pires Veloso, o brigadeiro desvalorizara, logo que assumiu funções na RMN, as atividades do MDLP e do ELP. Admitira que era do seu conhecimento o facto de aquelas organizações terem «muitas armas», mas não dera importância ao assunto. À chegada, mandara dismantelar a repartição que o seu antecessor, Eurico Corvacho, criara para investigar as atividades do ELP. Para ele, justificou, «o ELP era uma invenção do PCP». Ou, numa versão posterior, «mais mito do que realidade», possivelmente «forjado para permitir prisões sem culpa formada, sequestro de empresários, greves selvagens, barragens nas estradas, etc., criando assim um clima de agitação permanente nas ruas e nas empresas, de indisciplina nos quartéis, de repúdio da autoridade e da ordem, de medo e de insegurança».

Quanto ao MDLP, «desapareceria» logo que ele, Pires Veloso, controlasse por inteiro as unidades militares da RMN. Anos mais tarde dirá que o movimento liderado por Spínola não era mais do que «a alta finança a aproveitar-se de meia dúzia de parvos armados em nacionalistas». Segundo o relato biográfico do brigadeiro, este e Mota Freitas sempre haviam trabalhado em «perfeita sintonia» na região, e isso incluía o fornecimento de armas por parte do militar que liderava a RMN, com a expressa advertência, justificara, de que não fossem distribuídas a civis. Quando o comandante da PSP esteve indiciado no âmbito da rede bombista, Pires Veloso tentou, por todos os meios, militares e civis, evitar a prisão do amigo, como, aliás, reconhece nas suas memórias. Para ele, tratava-se «de alguma manobra suja de Lisboa» e só admitira que Mota Freitas fosse a Lisboa sem escolta, e de livre vontade, «desfazer algum engano que certamente existiria». Apesar das suas diligências e pressões, inclusive junto de Ramalho Eanes, o comandante da PSP foi mesmo preso, tendo, numa segunda fase do julgamento, ficado detido no Regimento de Tomar. Nas suas memórias, porém, o editor Paradela de Abreu sugere que Mota Freitas foi contactado telefonicamente na Galiza por Ramalho Eanes, tendo-lhe sido garantido que, se regressasse a Portugal, nada lhe aconteceria. O socialista Cal Brandão, então governador civil do Porto e deputado do PS, foi uma das visitas regulares de Mota Freitas, referindo-se a ele, nas conversas com Pires Veloso, como «o nosso homem».

No entender do brigadeiro, «as forças do mal» naquele período estavam claramente identificadas e situavam-se à esquerda do PS. Em 1976, contra todos os conselhos e pressões, Pires Veloso levava Mota Freitas para a tribuna de honra das comemorações do 1.º aniversário do 25 de Novembro, no Porto, mostrando «que não abandonava os amigos nas horas difíceis». Em 1980, quicá deslumbrado com os elogios com que o mimosearam no PREC, Pires Veloso candidatou-se à Presidência da República, tendo conquistado a adesão de pouco mais de 45 mil eleitores. O prestígio, coragem e valentia de que tanto se ufanava valeram, afinal, 0,78 por cento dos votos.

Ao longo dos anos, e sem perder de vista as narrativas expressas nas suas memórias, alimentará um ressentimento nunca disfarçado contra Ramalho Eanes, ao qual nem sequer reconhecerá qualquer papel significativo no golpe de 25 de novembro de 1975. Segundo as suas próprias palavras, o antigo Presidente da República tinha receio de ser ofuscado por aquele a quem chamavam «Vice-rei do Norte». Deitara-lhe, em certa ocasião, um «bem visível olhar de ódio» e sofria «de algum trauma psicológico». Pires Veloso atribuíra-lhe, de resto, um «comportamento miserável, vergonhoso, inaceitável», por não assumir a responsabilidade da entrega de armas ao PS, às portas do 25 de Novembro, «deixando que Edmundo Pedro [dirigente do partido] estivesse preso durante cerca de meio ano, acusado de ter armas em seu poder». Não satisfeito, o antigo comandante da RMN culparia Eanes, pela vida fora, de ter engendrado a sua expulsão do Conselho da Revolução.

Pires Veloso faleceu em agosto de 2014. Em grande parte, passou os últimos anos recolhido em Vale da Ribeira, Celorico da Beira, a cuidar de 50 mil pinheiros, freixos, castanheiros e carvalhos, além de 600 oliveiras e um pomar com mais de 3 mil macieiras. Desligara-se da atividade política, que amiúde seguia, mas já «sem apego nem entusiasmo».

Nessa época, os ataques da imprensa à forma como a PJ estava a atuar no âmbito da rede bombista vinham de que setores?

Uma pessoa que tinha por mim um particular «carinho» era a Vera Lagoa [diretora do semanário *O Diabo*]. Um dia, o Vaz Tomé chegou ao meu gabinete e disse-me assim: «Lá em baixo, na Praça da Liberdade, na esquina dos Congregados, estão a vender um jornal com a tua fotografia.» Fui ver. Era *O Diabo* e o título era este: «Até quando este sorriso?» E depois vinha a descascadela. A Vera Lagoa tinha ligações a dois elementos da PJ do Porto que consegui identificar. Levavam-lhe informações. Todos os meses eu ia a Lisboa a reuniões de rotina do Conselho de Polícia. Normalmente de comboio. Encarregava alguém de comprar os bilhetes para mim e para os elementos da PJ que me acompanhavam. Um dia chego ao comboio e, dois lugares atrás de mim, estava a Vera Lagoa com outra pessoa. Não havia coincidências. Eu sabia quem eram os dois elementos da PJ que lhes davam estas e outras informações. Mas nunca lhes falei em nada. Deixava-os andar... Agora vou dar um pequeno salto: quando saí da PJ fui para os juízos criminais, calharam-me processos da Vera Lagoa. Fiz aquilo que qualquer juiz no meu lugar faria: pedi escusa, dado que já tivera conflitos com ela a nível profissional. Mas o Roseira de Figueiredo não aceitou. Bem, o processo tinha provas avassaladoras contra a senhora. Decidi por umas penas pesadíssimas, que ela nunca cumpriu, porque interpunha recursos sucessivos. Várias pessoas das minhas relações convenceram-se de que ela era mesmo influente. A única figura de esquerda que ela não atacava era o [José Manuel] Tengarrinha, pois tinha sido casada com ele e ele pagava-lhe uma pensão.

Mas voltando às críticas na imprensa...

Os maiores ataques vinham dos jornais *O Diabo* e *O Comércio do Porto*. Uma vez veio cá um diretor-geral reunir e acabou por falar com os jornalistas sobre vários assuntos. E um senhor do *Comércio* perguntou quando é que eu era demitido. «Não vim cá para nada disso. Isso não está em causa», respondeu o diretor-geral. Por outro lado, eu tinha uma boa relação com o jornalista Alfredo Mourão, d'*A Capital*, que conheci por intermédio do Vaz Tomé. Ele fazia muita investigação e, nuns encontros de café ao final da tarde, dizia sempre que a PJ fazia isto e não fazia aquilo. E eu desafiei-o: «Se tem elementos, marcamos um dia, vai ao meu gabinete e fornece-mos. Até agradeço.» Assim foi. Um dia lá apareceu com uns papéis. Mas as informações que ele trouxera já tinham sido trabalhadas por nós. Todas! A partir daí, demo-nos muito bem. Foi, aliás, através do Mourão que o Vaz Tomé, um outro inspetor e eu conhecemos o comendador Gonçalves Gomes...

O «Samarra», alcunha dos tempos de contrabandista...

Sim, o «Samarra». Foi ele quem financiou as campanhas do Eanes, daí ter sido comendador de mérito agrícola. (risos) O Gomes era um bom homem e assumia, com muita graça, as suas origens de contrabandista. Dizia: «Na zona de Monção há duas espécies de pessoas: os espertos e os burros. Os burros vão para a Guarda Fiscal, os espertos vão para contrabandistas.» Era um homem empreendedor e tinha uma obsessão respeitosa pelas autoridades. Dizem-me que, muito tempo depois do 25 de Abril, ele ainda pagava o vencimento a um tipo da PIDE. Quem nos contou foi o contabilista do grupo Villares, o «ministro das finanças» dele. Todos os anos, o comendador fazia grandes almoçaradas em Monção. Com quatro ou cinco pratos de lampreia. Fui lá algumas vezes. Aliás, um dos ataques que me faziam é que andaria ali pendurado no «Samarra». Um dia comentei com o Gonçalo Senra, inspetor de grande categoria que também ia a esses repastos, que aquilo era muito bonito, mas não podia continuar assim. Recusar também seria desagradável,

pois não víamos qualquer problema. Então combinámos que, periodicamente, seríamos nós a convidar o Gomes, eventualmente também o filho e o genro, como forma de retribuir. O tiro saiu-nos pela culatra logo à primeira. (risos) Ele aceitou, disse que ficava muito sensibilizado, e quando fomos para pagar, já estava pago. (risos) Mas dou-lhe a minha palavra de honra que o Gonçalves Gomes nunca me falou de nada, nunca me fez qualquer pedido e, que eu saiba, aos outros também não.

Está conforme ao original. 2569/76
S. P. J. M. 202
POLÍCIA JUDICIÁRIA
SUBDIRECTORIA DO PORTO

RELAÇÃO DO MATERIAL DE GUERRA APRESENTADO

2 - Espingardas de marca Remington modelo 870 de fabrico americana, cal. 12, com 13 cartuchos de 12m/m, com os números: --
E-170011 Val e E-223098 Val;

1 - espingarda marca Sidra nº 11610 mod. 22143;
1 - espingarda automática marca Colt AR-15 cal. .222 FM mod. SP7
-- SP45886

1 - caçadeira 3/ maron e 8/ número

6 caixas de balas cal. .222 Remington

20 balas do mesmo calibre anterior, a/ caixa

6 granadas de mão GM OP. n/962 TBT

4 carregadores para a espingarda Remington

1 case-tete de madeira

1 pistola marca Walther cal. 9M/M nº 105162 c/ dois carregadores extras

1 estojo em cabedal com 6 munições

1 par de luvas de borracha de cor preta

1 revolver americano marca Smith & Wesson cal. 32 long com 6 munições

1 navalha com espicho

1 pistola marca Unique nº 700058 cal. 7,65 com 16 munições

2 granadas mod. 63 BI Valente perfurante G, Personal cal. 7,62

1 megafone transistor MO 200

10 cartuchos cal. 12m/m

2 caixas com 76 munições cal. 9m/m

Voltando aos ataques à PJ do Porto. No fundo, o que se dizia?

Davam a entender que a Judiciária, por minha orientação, só se preocupava com os bombistas de direita. Aliás, até davam a entender que nem sequer havia bombistas de direita. Mas às vezes aconteciam coisas estranhas. Na antiga estrada do Porto para a Póvoa havia um barracão perto da saída para a Maia, num parque ajardinado. Durante muitos anos, presumi que seria para guardar ou armazenar alguma coisa. Mas começaram a aparecer por lá bandeiras do PPD. E um dia deitaram lá uma bomba. Ora, uma bomba num sítio do PPD só podia ser autoria dos comunistas, não é? Pois bem: só viemos a saber a verdade quando o Ramiro Moreira foi preso. Num dos seus raids da Póvoa para o Porto, ele tinha colocado uma série de bombas debaixo de carros de tipos de esquerda e uma delas não explodiu. Isso deixou-o muito intrigado, pois ele, como operacional orgulhoso que era, não admitia que uma bomba sua não explodisse. De maneira que pegou na bomba que não explodira e foi com o grupo dele para a Póvoa. Quando passaram pelo barracão, o Ramiro abriu o vidro e disse: «Ora vamos lá ver se esta merda rebenta ou não...» E atirou a bomba para o barracão do PPD! (risos) Foi assim que soubemos. Por ele! Como vê, uma investigação profundíssima da Judiciária... (risos)

Recordo-me ainda de um episódio relacionado com um comando em que ia o Ramiro, o Manuel «Águia» e outro. Iam a Lisboa para pôr uns explosivos no aeroporto. E ao passar em Alcobaça pararam para satisfazer necessidades fisiológicas. Acontece que o fizeram muito perto de um daqueles expositores que estavam junto à estrada, com louças, etc. O dono daquilo não tinha outra atividade, vendia louças. Mas como já tinha sido assaltado várias vezes, precaveu-se. Por isso, estava com uma caçadeira quando eles foram lá fazer o «serviço». Ele pensou que era um assalto e disparou. Eles meteram-se no carro e fugiram. No regresso, porém, não se esqueceram. Passaram por lá e escaqueiraram aquilo tudo. Nós começámos a investigar isto, mas o homem não tinha qualquer atividade política. Depois o Ramiro explicou-nos: tinha sido uma vingança pessoal. E estas vinganças pessoais baralhavam a investigação. Isto tinha coisas caricatas...

Como descreve Ramiro Moreira?

Era um indivíduo ambicioso, politicamente ligado à direita, mas sem grande convicção. Era um bocado aventureiro. Dessa gente toda há um que me causa mais confusão, que é o Manuel Macedo. Diziam-me que era o tesoureiro da rede bombista. Já me colocou em situações embaraçosas porque, segundo diz, até virou meu amigo. (risos)

Explique lá isso...

Foi-me apresentado no Café Orfeuzinho. Nem o conhecia. Um dia, o jornalista Alfredo Mourão chegou e pediu licença para um senhor se sentar na nossa mesa. Não se falou de nada de especial, mas, quando soube quem ele era, disse ao Mourão: «Você mete-me em cada uma! Então vai trazer o Macedo para a nossa mesa?!» O Mourão dizia que ele estava diferente, que se arrependera... Vóltei a encontrá-lo noutras ocasiões, por minutos. Mas um dia estou no Supremo e aparece-me um processo do Manuel Macedo. Ele tinha sido condenado por atos de espionagem a favor da Indonésia, ou algo assim. E recorreu. Vi aquilo e pedi escusa do processo, a dizer que o conhecia. E aceitaram. Um dia, estou à espera do autocarro e aparece-me ele a fazer rasgados elogios. Soubera da minha atitude e considerou-a «excepcional». Bem vê, agora estou sujeito a ser considerado um amigo do peito do Manuel Macedo. E como ele não é flor que se cheire, às tantas ainda comete uma argolada e indica-me como testemunha abonatória. (risos)

Quando decidiu criar a brigada que investigou a rede bombista?

Um dia [fevereiro de 1976] recebi um telefonema de um inspetor de Lisboa, hoje juiz, chamado Santos Carvalho, a dizer o seguinte: «Olhe, vou aí ao Norte. Estamos a fazer uma operação e era para ver se podia ceder alguns elementos.» Um dos tipos que ele vinha tentar apanhar era o famoso «Zé da Tarada». E o seu gangue. Disponibilizei uma equipa, na qual se incluíam os inspetores Mouro Pinto e Couto Pereira. Trataram das brigadas externas e foram fazer o serviço. Numa operação *stop* mandaram parar uns tipos e notaram que, quando se identificaram como sendo da PJ, os indivíduos ficaram muito à vontade. Devem ter pensado: «Estou com a PJ, estou com os meus.» Para eles, o inspetor Júlio Regadas é que era o dono disto tudo. Os tipos estavam carregados de armamento e explosivos. Trouxemo-los para a PJ. Numa conversa informal, o Mouro Pinto, que sempre foi um tipo muito fino e um belíssimo elemento, conseguiu que eles se abrissem, sobretudo o José Cruz Ribeiro da Silva. Fez o relatório e trouxe-mo. Foi o primeiro contacto que tive com isto. O que é que fiz? Mantive o relatório, acrescentei um aparte e telefonei para o diretor da altura, o Matos Fernandes. «Olha, tenho aqui um assunto para falar contigo, mas não dá para falar ao telefone. Vou mandar-te uns elementos e falamos quando for a Lisboa. De qualquer modo, penso que será necessário entrares em contacto com a Procuradoria-Geral da República, pois são coisas que nos escapam.» Mandei então o inspetor Migas Garcia a Lisboa entregar os documentos em mão ao Matos Fernandes. Ele nem sabia o que levava.

Qual foi a reação?

Quando fui ao Conselho de Polícia, o Matos Fernandes veio logo dizer-me: «Eh pá, já li aquilo. Às 11 horas temos de estar na Procuradoria.» Nessa altura, já se desconfiava das ligações do Mota Freitas, do Regadas e de outros à rede bombista. O procurador-geral da República era o Manuel João da Palma Carlos, irmão do que tinha sido primeiro-ministro após a revolução. Nas reuniões do Conselho de Polícia criticavam-me sempre, já que insistia em levar comigo as pessoas que trabalhavam no terreno, pois estavam mais habilitadas para responder a determinadas coisas. Era também uma forma de eles saberem o que se passava em Lisboa. Para o bem e para o mal. Dessa vez, creio, foi o inspetor Vaz Tomé, o subinspetor Lopes Duarte, de longe o melhor elemento da PJ dos últimos 50 anos, e penso que o agente Moreira.

Como correu a reunião?

Na Procuradoria aconteceu uma situação caricata. Estavam o Palma Carlos, o Canto e Castro, do Conselho da Revolução, os elementos da PJ e eu. Disse que era necessário formar uma brigada que se dedicasse exclusivamente à rede bombista. Nisto, entra um funcionário com um carrinho atafalhado de papéis e começa a distribuí-los por toda a gente. Era o relatório que eu tinha enviado! Ou seja, uma coisa ultrassecreta estava ali a ser distribuída às resmas! (risos) Bem, além de propor a criação de uma brigada, sugeri também que essa brigada trabalhasse fora das instalações da PJ, porque havia já fortes indícios de haver gente da Judiciária ligada à rede bombista. Mais tarde, noutra reunião, disse que tinha de ser um local que não fosse do conhecimento do brigadeiro Pires Veloso. (risos) Isto foi já na presença do Ramalho Eanes e do [antigo primeiro-ministro] Pinheiro de Azevedo, como elemento do CR. Não ficaram muito admirados com a sugestão, pareceu-lhes óbvio. Autorizaram então uma brigada e «deram-nos» o quartel do Batalhão de

Metralhadoras 3, o antigo CICAP [Centro de Instrução de Condutores Auto do Porto]. Tentei também que, connosco, trabalhasse a PJ Militar, o que viria a concretizar-se.

Durante meses, sobretudo desde fevereiro de 1976, os elementos da PJ atuaram com poucos meios e abnegada disponibilidade pessoal. Segundo o JN, «trabalharam noites e dias sem descanso e sem permissão de ir a casa», chegando alguns «a desembolsar do seu bolso despesas de deslocação». Em tribunal, o inspetor Mouro Pinto recordou as dificuldades, mesmo ao nível das cúpulas. Só com a entrada em cena da PJ Militar o equilíbrio voltaria a ser restabelecido, revelou. O subinspetor Avelino Vaz referira-se também ao trabalho «insano» dos homens da Judiciária, que, por vezes «desamparados», sem apoios ou incitamentos além da sua própria «coragem» e «amor ao dever», e atravessando «noites sem dormir, sem comer, ao frio e à chuva», ousaram «desafiar o poder de gente que se supunha intocável». O inspetor Vaz Tomé foi outro dos que descreveram as inúmeras diligências visando o reforço de meios humanos e técnicos a partir do momento em que se percebeu que a rede bombista comportava algo mais do que «simples ações de arruaceiros desempregados». As investigações, mesmo com todos os atropelos, acabariam por travar, no dizer de Mouro Pinto, «o escândalo da onda de violência que grassava por todo o País e a que ninguém parecia capaz de pôr cobro (...)» «O que esta gente pretendia era semear o caos para atingir os seus fins», garantira, reconhecendo que «alguns elementos da PJ do Porto se amedrontaram com as investigações sobre a rede terrorista».

Num primeiro instante, consultados os relatórios dos agentes da Judiciária insertos nos processos de instrução, os oficiais da PJ Militar consideraram que a investigação «quase caíra no ridículo», pois os bombistas, sobretudo Ramiro Moreira, iludiam facilmente as vigilâncias e ainda troçavam dos perseguidores. Mas logo após as primeiras detenções, a 6 de agosto de 1976, o coronel Ernesto Ramos, da PJ Militar, destacaria a evolução notória do processo a partir do momento em que a Judiciária civil lhe deitou as mãos, facto que era de «enaltecer e realçar quando se sabe que esta polícia luta com uma carência terrível de meios que lhe possibilitem uma mais capaz atuação», afirmou na altura.

A pouco mais de um mês das primeiras detenções, e de acordo com o memorando secreto de uma reunião efetuada a 2 de julho de 1976, no Quartel-General da Região Militar do Norte, para discutir os meios disponíveis, o retrato era desastroso, reflexo de uma luta desigual, qual tartaruga diante da montanha: oito elementos civis e cinco militares compunham o grupo de 13 elementos que investigavam a rede terrorista, com diversas ramificações, que, de Norte a Sul, fora responsável pela colocação de quase uma bomba por dia desde novembro de 1975. A atribuição de mais pessoal era então considerada «urgente». Faltavam viaturas, armas, rádios portáteis de alcance suficiente, mapas detalhados de zonas da Região Norte e dinheiro «com vista a uma solução mais rápida da investigação em curso». Para complicar, o controlo nas fronteiras era «deficiente ou mesmo inexistente». As armas e os explosivos circulavam sem controlo e sem segurança.

Qual foi o papel da PJ Militar?

A parte anedótica é que a PJ Militar praticamente não existia. Quem mandava era o coronel Ernesto Ramos. No primeiro encontro disse-me: «Nós, militares, fazemos tudo. Desde cozinhar, julgar e tal.» E eu: «Sim, senhor coronel, falta saber é se fazem bem, não é?» (risos) Lá arranjaram dois senhores da PJ Militar para ajudar a brigada da PJ. Na verdade, não sabiam o que andavam ali fazer. Ou melhor, andavam a tentar saber o que eu andava a fazer, era esse o objetivo...

Tinha confiança total na brigada da PJ?

Era da minha inteira confiança, absolutamente blindada. Sempre que saíam numa investigação não diziam para onde iam. E o simples facto de estarem a trabalhar noutra sítio indicava o grau de desconfiança dos colegas. À cabeça da investigação estava o Vaz Tomé, depois o Mouro Pinto, o Lopes Duarte, o Avelino Vaz, o Agostinho... Bem, já não me lembro dos nomes todos. O Lopes Duarte era o chefe da brigada, o homem do terreno. Inicialmente, a brigada era constituída só por elementos do Porto. Mas eles começaram a sentir-se mal com os reflexos das investigações e levei o assunto ao Conselho de Polícia.

PORTUGUESES:

O famigerado «caso bombistas» continua na ordem do dia desses miseráveis comunistas e marxistas e os jornais controlado por eles, a Rádio-Televisão e a Rádio-Difusão (bolchevistas e não Portugueses), continuam a falar à verdade e a enganar o povo português, mentindo infamemente.

Vendo-se irremediavelmente perdidos no meio da fogueira que eles próprios atearam, procuram agora arrastar para a imundície em que chafurdam, os patriotas presos em Caxias.

As únicas armas de que esses renegados se servem — porque outras não têm — são a mentira, a calúnia e o ódio feroz dos que se sentem perdidos e sem razão. Vendo o terreno fugir-lhes debaixo dos pés, inventam as mais imundas e escabrosas falsidades, na esperança de revoltarem o povo contra aqueles que nada mais pediram que a restituição ao povo daquilo que ao povo pertencia!

Todos nós, Portugueses, sabemos como actuam esses porcos comunistas-marxistas. Para encobrir a sua ferocidade e ódio contra Deus e a Igreja, acusam disso os próprios cristãos!

Foi que nasceu mais uma atoarda: acusam os patriotas presos em Caxias de terem planeado para a Basílica de Fátima um atentado à bomba! Como se isso não fosse bastente, afirmam ainda que o Ponte Salazar também estaria na lista!

Onde chega a desfaçatez!...

Nós perguntamos: não estarão eles, comunistas, preparando-se para destruir a Basílica de Fátima e a Ponte Salazar e acusarem depois os patriotas e os anti-comunistas de o terem feito?

Quem gostaria de ver em ruínas um lugar sagrado como Fátima e a maior ponte do País, se não esses bandalhões comunistas, esses energúmenos marxistas e toda a sua coorte de embaixeiros e assassinos?

Os patriotas presos em Caxias lutaram contra os inimigos de Deus e da Pátria, nunca contra Deus ou os seus Santos!

Só os renegados e os emissários do Inferno atacam contra as instituições cristãs, só eles gostariam de ver destruído o património nacional. Ou não será verdade?

Quem incendiou as matas e os pinhais, quem roubou matrilhedoras, quem provocou essa negra des-colonização, quem chacinou populações inteiras em Angola, Moçambique, Guiné e Timor?

Quem arruinou a economia nacional e procura ver tudo arrasado, a terra queimada, o caos, a miséria, a desgraça?

Quem fomentou o ódio, a pornografia, a droga, a corrupção e o crime?

Quem pretende aniquilar a Pátria e destruir a Fé cristã, o amor, a paz, a justiça e a concórdia, serão esses saltadores comunistas-progrevistas-marxistas, esses fechoras anti-nacionais?

Portugueses, estai sempre atentos contra as manobras diabólicas e sujas dessa corja internacionalista! Tudo lhes serve, contanto que consigam atingir aquilo que pretendem!

Há ditos, o capitão comunista Ferreira de Silva (sub-director da Polícia Judiciária Militar e encarregado das investigações do «caso bombistas») declarou ao representante de um jornal do Norte: «...qualquer dia dizem que somos nós que pomos as bombas!»

Nós retorquimos, através de um ditado antigo que diz: «Com a verdade me enganas!»

Quem nos garante a nós que não foram eles (Ferreira de Silva e apeniguados comunistas da Polícia Judiciária) que, encobertos pela sua capa policial, colocaram as bombas que nos últimos dias explodiram no País?

Aqui fica a interrogação!...

Os comunistas têm de ser vendidos do nosso País. Há que esquecer essa peste esotérica, há que esmagar essa rola escumalha humana!

Se querem ser comunistas que vão para a Sibéria mas que a nós, Portugueses, nos deixem em paz com o nosso trabalho e com as nossas famílias!

Temos que exigir, a bem de Portugal, a libertação imediata dos patriotas presos em Caxias!

Por Deus e pela Pátria, viva Portugal!

L. P. P.

PORTUGAL, Setembro/1976.

De que se queixavam?

Não tinham medo dos perigos que corriam, mas sentiam-se desconfortáveis com os comentários da família, dos amigos e da vizinhança. Começaram a ser rotulados de comunistas e ficavam incomodados. Verdade seja dita, a maior parte deles tinha uma ideia muito vaga do que isso era...

Em setembro de 1976, a denominada Liga dos Patriotas Presos, organização fictícia que encobriria os próprios bombistas, familiares e amigos – entre os quais «Ángelo de Trancoso», guarda-costas do general Galvão de Melo –, distribuiu milhares de panfletos, no Norte do País, visando os investigadores da PJ civil e militar: «Enquanto os patriotas são arrancados das suas famílias e filhos, os comunistas Ferreira da Silva, Lopes Duarte e Avelino Vaz esfregam as mãos de contentes e bebem juntos a taça ignóbil da traição e da imundice», escreveu-se. O subinspetor Lopes Duarte era apresentado nesses manifestos como «um ser desprezível, desumano, idiota e mau». O então Presidente da República também não era esquecido: «Sabe-se que o traidor e agente do KGB, Costa Gomes, dispensou a esta quadrilha de comunistas uns largos milhares de contos destinados à detenção dos patriotas que agora foram presos.» Num outro comunicado, especialmente dirigido aos elementos da PJ, não havia lugar a meiguices. Para a extrema-direita que se acobertava nesta propaganda evocando Deus e a Pátria, os investigadores eram uma «corja de suínos comunistas». Naquele mesmo mês de setembro, também o semanário Tempo titulara: «Atentados bombistas – Elementos comunistas impulsionam as investigações».

Alguma vez algum deles lhe pediu para sair?

Vários. Inclusive o Lopes Duarte. Era um puro. Ficava incomodado por chegar ao café e atribuírem-lhe coisas com as quais nada tinha a ver, nem sabia. Era sobretudo um excelente perdigueiro, com bom faro, que andava atrás das perdizes. (risos) No fundo, o que todos sentiam era que andavam sozinhos a dar o corpo ao manifesto, a ouvir bocas. E perguntavam: «E Lisboa? Não existe? Não faz nada?» No Porto havia, de facto,

um grupo de homens muito unido. E esses homens perceberam naturalmente que havia colegas que viam com maus olhos a atividade a que eles se estavam a dedicar.

Num primeiro instante, Lopes Duarte recusara o pedido de Guimarães Dias para se juntar às investigações sobre a rede bombista. «O Avelino Vaz andava a deitar as mãos à cabeça, é um facto, mas eu não percebia nada de bombas e recusei.» O atentado à embaixada de Cuba, em Lisboa, a 22 de abril de 1976, mudaria tudo. «Então você nem vendo que estão a matar pessoas aceita trabalhar no caso?», desafiou-o então o diretor da PJ do Porto. «Lá aceitei.» A partir daí, a vida do subinspetor Lopes Duarte entraria em convulsão. «Andavam a dizer que nós só descobríamos os crimes da extrema-direita e não investigávamos os da extrema-esquerda. Chamavam-me comunista. Um dia respondi a um colega: “Olha lá, nisto não há comunistas, podes dar as voltas que quiseres. Nisto trabalha-se direitinho ou não”», recorda Lopes Duarte, à beira dos 90 anos. Nem por isso o PCP foi deixado de fora das averiguações. «Mas não havia nada», resume. Um investigador terá mesmo desabafado: «Qualquer dia até são capazes de dizer que fomos nós que colocámos as bombas e que, afinal, os detidos estão todos inocentes.» Certa ocasião, Lopes Duarte encontrara um antigo colega de curso que ele sabia militante comunista. E confrontou-o com o que se dizia nos bastidores sobre as eventuais ligações do partido aos atentados bombistas. «Isso não somos nós, pá», reagiu. «Podes crer que se nós quiséssemos púnhamos 300 bombas e rebentávamos esta merda toda.» Lopes Duarte acostumara os seus superiores a levar as tarefas até às últimas consequências. «Você é um tipo muito requisitado, qualquer dia queimam-no», avisaram-no. Ele não ligou. Mesmo assim, a dada altura pensou em desistir: «A minha mulher recebia telefonemas ameaçadores. Diziam-lhe que a iam matar e aos nossos filhos. Ela lamentava-se, claro. Eu dedicava-me inteiramente à polícia, havia semanas que nem ia à cama. Tive muito apego àquilo, dedicação total. Fui um investigador como os outros, nem mais nem menos. Mas uma coisa é certa: nunca me deixei subornar. Não fui para a PJ disposto a fazer fortuna», justifica Lopes Duarte, sem disfarçar alguma mágoa pela forma como a equipa da Judiciária foi atacada e rapidamente esquecida. «O Mouro Pinto ainda chegou a propor um louvor para aquela brigada da rede bombista, mas ninguém quis saber», lamenta.

António Tabora, advogado de acusação no julgamento, não tem dúvidas: «A PJ fez um trabalho notável, conseguiu identificar os tipos todos dos atentados da rede, coisa que era bastante difícil na altura. Mas depois o trabalho foi boicotado, havia muitos interesses metidos. O Guimarães Dias, que é um tipo seríssimo, não podia fazer mais nada», assegura o causídico.

Quando é que entra nas investigações o capitão Ferreira da Silva, da PJ Militar?

O capitão Ferreira da Silva viria um pouco mais tarde, para prender o bando dos «Corrécios», liderados pelo Eduardo Oliveira. Os «Corrécios» punham e dispunham em Braga. Entravam a cavalo nos cafés e diziam: «Comunistas todos lá para fora!» Havia um mal-estar na PJ do Porto por causa disso e pedi ajuda à PJ Militar. Veio então o capitão Ferreira da Silva. Não vai acreditar, mas é verdade: ele chegou às instalações da PJ do Porto, a São Bento da Vitória, com uma caçadeira e uma caixa com cartuchos. «Venho apanhar o Corrécio!», anunciou. Isto não é aldrabice, é autêntico! (risos) A gravação com o Ramiro Moreira foi o grande erro dele. Estragou tudo...

Qual é a sua versão sobre o que se passou?

Eu estava na PJ quando prenderam o Ramiro e os outros, no início de agosto de 1976. Primeiro, levaram-nos para a PSP. E foi isso que espoletou tudo. Quando se viu preso na PSP do Porto, o Ramiro teve medo que o eliminassem. E vieram dizer-me que ele pedira para ser transferido para a PJ. «O Ramiro quer mudar de cadeia. Diz que se vier para aqui, fala.» E eu disse: «Tragam-no!» Mas quando começa a desbobinar, o Ferreira da Silva percebeu que aquilo que o Ramiro ia dizer era muito substancial e pensou na gravação. Fez mal. Quando me vieram dizer, já estavam a gravar. É claro que a gravação não tinha valor jurídico... Aquilo cheirou-me mal, mas não podia fazer nada. O que deviam ter feito era passar a gravação à máquina, o Ramiro assinava e pronto. Isso só foi feito depois, na PJ, perante um juiz de instrução, o Pereira Cabral, excelente pessoa.

Atribui o erro à ingenuidade do capitão Ferreira da Silva?

Ah, sim, sim, não levo para conspirações. Era um homem sério. Quando o Ferreira da Silva começou a ouvir os nomes dos majores Mota Freitas e Sampaio Cerveira, da PSP, deve ter caído na real...

O juiz de instrução Pereira Cabral foi depois substituído...

Mas teve uma importância muito grande, que passou despercebida. Tinha estado numa ex-colónia, veio

para cá e acabou por ir para a PJ Militar. Foi ele o primeiro juiz a tomar decisões em relação à rede bombista, mandou passar os mandados de captura contra essa gente toda. Entretanto, foi de férias, e substituiu-o o juiz Dário Rainho, meu colega de curso. Tratava-o por tu. Um dia, entrou no meu gabinete e perguntou: «O senhor doutor dá licença?» Pensei: «Ou estás a brincar ou não me estás a conhecer.» Dei o benefício da dúvida. Mas ele conheceu-me perfeitamente, queria era manter as distâncias. Mais tarde, reuniu-se comigo e com o Vaz Tomé, e informou-nos de que ia libertar quase todos os elementos da rede bombista. E eu – que também já o tratava por doutor – disse: «O senhor doutor é o titular do processo, a decisão é sua.» E ele soltou toda a gente. Os elementos da brigada reagiram pessimamente, sentiram-se defraudados. Mas o Pereira Cabral nunca mais voltou, o Dário Rainho ficou até ao fim como juiz de instrução. Diziam-me que era um indivíduo que se dedicava ao jogo e tinha muitos problemas de dinheiro... Um dia cheguei a casa e no Telejornal noticiou-se que iam ser passados novos mandados de captura contra fulano, sicrano e beltrano. Noticiar isso pela televisão era a melhor maneira de avisá-los. Fugiram, claro...

Mas há um indivíduo de quem ainda não falámos, chamado Lencastre Bernardo [antigo assessor militar de Ramalho Eanes]. A dada altura, o Ministério da Justiça introduziu uma mudança, tendo nomeado um diretor militar. Opus-me. O escolhido foi o [tenente-coronel] Lencastre Bernardo, que passou a ser diretor-geral adjunto militar da PJ. O ministro era o Almeida Santos. Protestei, mas ele disse que não valia a pena perder tempo, porque a decisão estava tomada. O Lencastre Bernardo, que também ia aos almoços de lampreias do Gonçalves Gomes, disse-me mais tarde que tinha sido colocado na PJ para me vigiar. Era essa a função dele. De facto, ele passou a ir aos Conselhos de Polícia sem ninguém lhe encomendar sermão e sentava-se ao meu lado. Não tinha propriamente funções, a não ser andar atrás de mim. Mas nem sequer o conhecia quando me opus à ida de um militar para o referido cargo. A ideia que me foi transmitida foi que o militar iria ser um elemento de ligação entre as Forças Armadas e as forças policiais. Mas aquilo não me cheirou bem e contestei.

Como foi o vosso relacionamento?

Normal e correto. Ele agia à vontade dentro da PJ. Da primeira vez que ele foi ao Conselho de Polícia, eu podia ter perguntado o que é que ele estava lá a fazer, mas não o fiz. Estava-me a marimbar, se ele me queria vigiar, ótimo! Anos mais tarde, creio que num dos almoços anuais das lampreias, foi ele que disse, meio a rir, que a sua função era ver se eu era um tenebroso elemento às ordens de Moscovo. Não me disse assim, claro, mas a ideia era essa. Não sei se ficou convencido...

QUESITOS SOBRE ATENTADOS BOMBISTAS

- CODECO:** Quem são os seus componentes? Finalidade e termos de actuação?
Pedir fotocópia das declarações do Zé Luis sobre este assunto.
- Quais as implicações de: Manuel Pereira Gonçalves; José Joaquim Malheiro e Maria Dulce Pinto Soares da Costa, cujos documentos dos seus carros estavam em poder do Ramiro.
- DÉCIO-** (telef. 483507)- Qua a sua implicação nos atentados? Em quais tomou parte?
- CARLOS MAGALHÃES:** (telef.61103)-Quem é? Está implicado?
- JOÃO SILVA (CASTOR)-** Quem é? Está implicado? Que quer dizer CASTOR? Será o Castor do ELP? Que relação têm com os atentados bombistas?
- ANTÓNIO LAMEIRA (DE ALCOBAÇA)-** Tomou parte no atentado de Alcobaca? Que ligações tem c/8 grápo do Ramiro?
- JOÃO VERISSIMO -**(telef.058-94403)- É um dos irmãos empreiteiros de BRANDARA que tem possibilidades de arranjar explosivos?
- HELDER DE OLIVEIRA-** Rua do Lagarteiro, 50 - Porto - Possuidor do Renault branco MR-23-15, segundo um papelê na posse do Ramiro, teria sido o autor do atentado à sede do CDS. Ramiro diz ter posto por vingança uma bomba na sua casa.
No entanto o relatório da PJ do Porto feito na altura refere que as duas bombas que rebentaram na Rua do Lagarteiro 50, foram no jardim e junto do carro de Alferedo Jose moreira oliveira e de Fernando Albano Ferreira da Silva Camelo, respectivamente. O carro do segundo é um Peugeot 104 de matrícula PN-81-76.
Convinha que se esclarecesse estas dúvidas: Quem são os indivíduos indicados? Qual o que atentou contra a sede do CDS? Quem mora na Rua do Lagarteiro 50? Se o Ramiro colocou 1 ou 2 bombas? E o que mais se oferecer sobre o assunto.
Que significa FA 6 que aparece na agenda do Ramiro por cima e junto aos nomes de Oliveira Dias e Sr Júlio? Quem são estes 2 indivíduos?
- LEONOR CAVALERI-** Quem é? Será conhecido em Brandara? Quem é Leonor de Ponte de Lina (funcionário do CDS)?
- NUNO MARUJO -** Quem é?
- GONÇALO G.MARTINS -** Onde ia buscar os explosivos que entregava ao Ramiro? Quais as acções/actuações de: Torres (ex-Presidente da CM Murça); Comendador Abílio de Oliveira; Subinspector REGADAS?
- Ligações Teixeira-Corrêcio eram frequentes? Tratavam de quê? Armas, sabe onde estão?**
- MOTA FREITAS-** Onde arranjava os explosivos que fornecia ao Ramiro? Outras actuações do Mota Freitas. E o Major Cerveira? Confirma-se implicação? Quais as suas actuações?
Pinto da Silva, que o Ramiro encontrou em Braga numa reunião do MDLP, quem é? Tomou parte em que atentados?

Quando são feitas as detenções que permitiram desvendar a rede bombista, já eram abundantes as notícias sobre ações do MDLP e do ELP. O que se sabia dessas organizações?

Pouca coisa, o essencial só se soube mais tarde. Tinha havido uma suspeita em relação ao roubo do tesouro de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, em que estaria metido o Alpoim Calvão. Tive essa informação e disseram-me que o Alpoim estaria em Chaves. Chamei o Lopes Duarte, que era pau para toda a colher, no bom sentido, e disse-lhe: «Você tem de se preparar e arranjar aí dois ou três agentes de confiança, porque vai tentar prender o Alpoim Calvão.» E ele: «Quem é o Alpoim Calvão? Não o conheço. Não haverá aí nenhum ficheiro?» (risos) Não havia. Lembrei-me então de que só os jornais deveriam ter fotos dele. Liguei para o jornalista Costa Carvalho, que estava no *Jornal de Notícias* e com quem me dava bem, e perguntei: «Você não me arranja um retrato do Alpoim Calvão?» (risos) O Lopes Duarte lá foi ao *JN* buscar o retrato e seguiu para Chaves. Não apanhou Alpoim nenhum. Afinal, ele estava na Rotunda da Boavista, em casa do advogado Miguel Pereira de Abreu, pai do antigo presidente do Salgueiros, Carlos Abreu.

De resto, o roubo do alegado tesouro da Nossa Senhora da Oliveira também foi investigado por gente que não estava na brigada da rede bombista. Um dia apareceu-me em casa, à noite, um inspetor Lacerda e Megre, monárquico e fadista. Queria falar-me com urgência. Disse que conhecia um padre que abria um mapa e depois, com um relógio a fazer de pêndulo, indicava o sítio onde estavam as joias. Olhei para ele e disse: «Ó Megre, caramba!» (risos) Bem, a verdade é que ele e outros acabaram por ir a Lamego fazer umas diligências. À minha revelia e totalmente ilegais. Entraram em residências e incomodaram pessoas. Algumas estavam acompanhadas, mas não pelas legítimas. (risos) Enfim, uma chatice. Arranjou-me um trinta e um... (risos)

Na PJ do Porto, o principal suspeito de implicação na rede bombista era Júlio Regadas, que até tinha fama de bom polícia...

Tenho ideia de que a fama do Regadas foi um pouco fabricada pelo *JN*, que dava muito relevo às suas atividades. Fez dele um herói e ele tornou-se conhecidíssimo. Depois, meteu-se em más companhias políticas e descambou. Quando o Lopes Duarte foi depor no julgamento da rede bombista, o Regadas, que estava no banco dos réus, esteve permanentemente a mandar bocas, a insultá-lo. O Lopes Duarte ficou transtornadíssimo. O Regadas, entretanto, foi absolvido. Soube da absolvição e da libertação dele numa viagem de carro de Lisboa para o Porto. Vinha comigo o subinspetor Barcos. Ouvi o noticiário e disse: «Ó Barcos, você já não me vai levar a casa, vamos diretamente à polícia.» Cheguei e fiz uma ordem de serviço: se o senhor subinspetor Regadas vier a esta polícia, só tem acesso à tesouraria ou ao meu gabinete. Não pode circular em mais parte alguma.

Por que razão fez isso?

Já sabia o que ele queria. Era um provocador. Passado um dia ou dois, tive de fazer a pega ao touro. Foi ao meu gabinete e veio com o paleio pidesco do costume: «O senhor doutor está muito mal acompanhado...» Nessa altura, proibi-o de entrar na PJ e instaurei-lhe um processo disciplinar. Nunca ninguém me questionou, mas podiam ter perguntado: por quê agora? Ele tinha sido absolvido, mas em termos de orgânica da PJ tinha cometido infrações. Nunca soube o resultado desse processo. À minha frente nunca o fez, mas ele dizia aos colegas: «Vocês vão ver quando isto virar. Vocês vão ver, seus comunas!» Andava sempre nisto. Creio que ele embarcou naquela onda de que se queria transformar Portugal na Cuba da Europa. Mas, nessa altura, eu queria era tirar o Lopes Duarte dali, para evitar o confronto. Criei então uma brigada de fogo posto, que permitia mandar o Lopes Duarte para a Guarda. Porque ele dizia: «Ou o Regadas dá cabo de mim ou dou eu cabo dele.»

António Júlio Regadas saltara para as páginas dos jornais, antes do 25 de Abril, por deslindar alguns casos de homicídio famosos. Entre eles, «o crime da Rua do Sol», o assassinio de uma idosa por um sapateiro, que emocionou o Porto em estilo novelesco. Para os títulos carregados da imprensa também contribuíra o facto de Regadas ter sido um dos agentes que participaram nas investigações do assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz, da autoria da LUAR. Quando foi promovido a agente de 1.ª classe, em 1967, o magistrado que despachou o assunto confessou-lhe as suas dúvidas: «Não sei se os jornais falam de si porque você trabalha ou se você trabalha para que os jornais falem de si.»

Menos glorioso terá sido o seu envolvimento na repressão aos estudantes em Coimbra, em 1969, quando colaborava ativamente com a PIDE-DGS. Segundo testemunhos desse tempo, Regadas chegara a fazer interrogatórios, no mínimo, persuasivos, com recurso a mangueiras de borracha, embora tivesse negado sempre.

Após a revolução, em maio de 1974, estivera preso no quartel da Região Militar do Norte por suspeita de pertencer à PIDE-DGS. De acordo com a acusação do inquérito da rede bombista, o antigo subinspetor da Judiciária pertenceria ao MDLP, participando no planeamento das ações e transmitindo ao operacional Ramiro Moreira as ordens dadas pelo industrial Ferreira Torres. Na Judiciária havia dados que podiam comprovar a assiduidade com que Regadas passava a fronteira, em Valença, entre 1975 e 1976. No seu interesse e recreação, o próprio Regadas teria sugerido atentados, escreveu-se. «Deixem que eu seja promovido a subinspetor e pegarei numa G3 que está lá em cima e todos os “vermelhos” desta casa estão pela minha conta. Daquele passeio à entrada liquido-os todos», ameaçara, a poucos dias da sua captura, no verão de 1976, no átrio das instalações da PJ. António Santos, outro elemento da corporação, também se referiria, mais tarde, em tribunal, à Judiciária como estando «infestada de comunistas», mas apenas apontara dois nomes.

Quando foram detidos os primeiros suspeitos, Regadas foi o último a sentar-se na carrinha que os conduziria ao avião militar e depois os transportaria para Lisboa. «Eu, aqui, não conheço ninguém!», disparou, ao entrar. Para bom entendedor...

Inquirido a 10 de agosto de 1976, Regadas negaria qualquer ligação aos rebentamentos ocorridos. Os movimentos MDLP e ELP, asseverara, eram-lhe igualmente estranhos. Ramiro Moreira, esse, também não lhe merecia qualquer credibilidade. «Só por ódio, manobra ou por vingança», garantira, lhe poderiam ser atribuídos crimes. Do rol de amigos admitira apenas Joaquim Ferreira Torres.

Por causa da rede bombista, aquele agente esteve refugiado em Espanha. «Posso ter de matar ou ser morto, mas o meu filho não volta a ver-me na cadeia», desafiou, a partir de Tuy, na Galiza. O semanário O Jornal recordaria, a 15 de janeiro de 1987, que Regadas desenvolvera «as suas atividades e conhecimentos nos quatro grandes setores de ação da direita nortenha, temerosa das consequências do 25 de Abril ou dele pretendendo desforra»: desvio de armas e viciação de carros; negócio de diamantes; tráfico de divisas; e fuga de joias, pratas e outros valores.

Absolvido no processo dos bombistas, regressaria à corporação distribuindo ameaças e aguardando, de novo, pela sua hora. «Nos primeiros tempos de polícia, o Regadas foi um gajo formidável. E tinha grande popularidade. A PJ era ele. Havia indivíduos que chegavam ao piquete para apresentar queixa e no fim diziam: quero que este assunto vá para a mão do senhor Regadas», recorda Lopes Duarte. «Depois, com a rede bombista, fez-me a vida negra. Chegou a dizer dentro da PJ que me ia matar. Eu só disse: “Ele que venha”», conta o antigo subinspetor da Judiciária, que já sofrera provocações durante o seu depoimento no tribunal. «O julgamento foi numa sala em que as testemunhas, os declarantes, tinham atrás de si os acusados. O Mota Freitas cumprimentava-me muito bem, mas, quando eu estava a depor, o Regadas dizia assim: “Qualquer dia matamos aqui um gajo da polícia”.»

A 7 de julho de 1978, o diretor da Judiciária do Porto instaurou-lhe um processo interno. «A responsabilidade criminal é independente da responsabilidade disciplinar», justificou então. «Assim, a PJ vai averiguar no processo próprio a responsabilidade disciplinar desse agente, não só pelos factos de que era acusado, mas também por outras queixas pendentes na Comissão Nacional de Inquérito, pedindo para tal que seja nomeado um magistrado estranho à PJ.» Dos resultados dessa investigação interna nada se soube.

Em 1986, foi um dos elementos da Judiciária acusados de corrupção no âmbito dos processos «Maria da Graça» e «Sãobentogate». Entre os seus amigos contava-se o advogado Montalvão Machado, histórico dirigente do PSD, também acusado no primeiro caso e posteriormente ilibado. Dizendo-se vítima de campanhas alegadamente orquestradas pelo PCP, Regadas seria aposentado compulsivamente a poucos meses do falecimento, em janeiro de 1988, na sequência de um tumor cerebral. Tinha 58 anos e preparava-se para abrir um restaurante em Ermesinde.

O inspetor Fausto Saraiva também foi alvo de críticas por causa de investigações conduzidas com suposta inclinação ideológica...

Esse era ligadíssimo ao Regadas. Não tive problemas com ele, mas era uma figura pouco recomendável. Tive chatices com ambos, mas antes da ida para a PJ, quando era delegado do MP em Paços de Ferreira. Como deve calcular, tinha muitos canais de informação. O Regadas, o Fausto Saraiva e companhia limitada tinham apoiantes lá dentro, gente que não tinha a mínima ideia do que andava a fazer...

Foi às mãos do subinspetor Lopes Duarte que, a dada altura, foram parar os processos do homicídio do padre Max e de Joaquim Ferreira Torres, com evidentes ligações. A temperatura do País baixara, vivia-se a ressaca do bombismo, mas muitos temas ainda fumegavam, a partir das cinzas do PREC. «Isto agora já não dá nada», desabafou aquele elemento da PJ quando lhe entregaram a investigação. «Pedi ao Rui Azevedo para ler o processo do Max e tirar umas notas. O Rui é um desses rapazes a quem ensinei tudo o que sabia, mas também tinha o rótulo de comunista. Até o recomendei para ir aos Estados Unidos fazer um curso sobre bombas, via-se logo que era bom. Bem, quando ele vai ler o processo, estava lá uma informação caída do céu, posta pelo Fausto Saraiva. Perguntei ao Saraiva o que era aquilo, de onde tinha vindo. “Isso não interessa”, respondeu ele. Atirei o assunto para a prateleira, era tudo palha autêntica. Dizia-se que tinha sido o Rui Castro Lopo [elemento do MDLP em Trás-os-Montes] a pagar as diligências da PJ naquela altura», recorda Lopes Duarte.

Como eram as relações da PJ com a PIDE no passado?

Não estava lá, mas sei que o Vaz Tomé estava incompatibilizado com o antigo diretor, Messias Bento, e com uma série de inspetores a que ele chamava a galinha e os pintainhos. Contou-me o Vaz Tomé que, quando se deu o 25 de Abril, um dos inspetores, por sua própria iniciativa, terá recolhido informações na antiga PIDE. Ao regressar, disse: «Podemos estar tranquilos. Na PIDE não há registo de nenhum colaborador ou informador da PJ do Porto.» Eu, em conversa com o Vaz Tomé, ainda graciei: «Pois, não há nenhum porque eram todos.» (risos) E o Vaz Tomé dizia: «Todos não!» (risos) Quem disse que na PIDE não havia ninguém da PJ do Porto foi o Alfredo José de Sousa, antigo presidente do Tribunal de Contas e provedor de Justiça. Convivi bastante com ele, estivemos ligados à criação da revista *Frenteira* e à formação do sindicato. O Alfredo era um indivíduo de esquerda, *ma non troppo*. Tudo o que lhe cheirasse a PC, ele travava. O Vaz Tomé também estava incompatibilizado com ele, mas isso era normal. A PJ sempre foi casa de comadres, de ditos e mexericos.

Apresentou a sua demissão em novembro de 1978. Por quê?

Fui para a PJ com a ideia de estar lá uns tempos e sair. E notei que quanto mais tempo estivesse afastado dos tribunais, pior. Sentia-me ultrapassado. Por outro lado, pressentia que, mais dia, menos dia, o meu

destino estava traçado. E fiz uma jogada de antecipação. Havia na altura um lugar vago no Tribunal de São João Novo e concorri para uma secção criminal. No fundo, havia já um cansaço grande da minha parte. Houve atitudes que me desagradaram. O facto de nunca se ter feito um reconhecimento público àqueles homens e àquela brigada desagradou-me profundamente. Foram incríveis. Ao mesmo tempo, mantinham uma modéstia muito grande. Essa equipa era um oásis para a época. O Lopes Duarte é o exemplo acabado disso.

Lopes Duarte entrou para a PJ em 1953. O pai era industrial e tinha duas oficinas: uma de estojos para joias, outra de cromagem. O filho fizera o liceu, mas não gostava do ofício do progenitor. Candidatou-se então a um lugar na Judiciária, sem o pai saber, e conseguiu o lugar. Durante anos integrou uma brigada que lhe deu grande calo nas relações humanas. Lidava com vadios, mendigos, prostitutas, homossexuais, em suma, a escória da sociedade, segundo o artigo 71 do Código Penal salazarista. Lopes Duarte especializou-se em carteiristas. Varreu feiras e romarias, sujou os sapatos na peugada de homens e mulheres para quem a vida fora madrastra. As qualidades humanas e profissionais deste investigador cedo lhe trarão a chefia de brigadas. «O Guimarães Dias reparou em mim. Ele ficava muito incomodado com a gente pobre que ia parar à PJ acusada disto e daquilo, mas depois ia-se ver e não havia nada. Ele distinguia-me e isso não era bem-visto», lembra Lopes Duarte. O caso da rede bombista foi o momento mais difícil da sua vida. Depois vieram as FP-25. «E agora, de que partido é que sou?», ironizava, nos corredores da PJ, quando lhe saiu na rifa a investigação daquela organização de extrema-esquerda. «Nunca entrei num partido. O meu único interesse é o Boavista. Fui jogador e dirigente, mas vim-me embora por causa do Valentim Loureiro. Tinha maus modos, berrava com os empregados, fartei-me daquilo», confessa.

Eurico Pereira, antigo inspetor da PJ em Braga, foi um dos colegas que Lopes Duarte convidou, em 1976, para integrar a brigada que investigaria a rede bombista de extrema-direita. «Por razões familiares e por viver fora do Porto, recusei. Mas aprendi muito com ele, é uma pessoa íntegra, impecável», assegura. «Tudo o que sei da polícia, na rua, aprendi com ele. Era o melhor que havia. Se a investigação dos bombistas foi feita contra tudo e contra todos, em parte a ele se deve.»

Ramiro Moreira foi segurança do PPD/PSD. Havia seguranças do CDS ligados à rede bombista. Gente do PS também. Enfim, como avalia o grau de comprometimento de elementos destas forças políticas na rede bombista? Sentiu pressões?

Houve muito mais interesse do PS em afastar-me da PJ do Porto do que propriamente do PPD. Um dia, um advogado do PPD até me disse a brincar: «O PS anda morto por correr consigo da Judiciária.» Mas daí a pensar que o PS estava mais preocupado com o processo das bombas, isso já é um salto que não dou. Diziam-me também que alguns comícios do PPD e do CDS – mas mais do CDS, até – pareciam o recreio da cadeia de Custóias. A malta que lá estava era a fina flor. (risos) Outro que terá tido as razões para se incompatibilizar comigo terá sido o Cal Brandão, antigo governador civil. Um dia apareceram-me na PJ centenas de pessoas presas por andarem a fazer uma manifestação no 25 de novembro de 1975, altura em que fora declarado o estado de sítio. Estava a chegar do almoço e vi a rua da Judiciária cheia de gente. Perguntei o que era aquilo. «Vão ser presos», disseram-me. A prisão era ilegal. De maneira que, antes de mos apresentarem – não devia ter sido sequer a mim, mas a um juiz de instrução –, fiz um despacho a dizer que o direito de manifestação não estava suspenso, o estado de sítio tinha sido declarado apenas em Lisboa e, portanto, mantendo os princípios constitucionais, mandei toda a gente embora. Também não devia ter feito aquilo, mas, perante uma prisão ilegal, considerei que estava legitimado para o fazer. Isso provocou uma reação má do Cal Brandão, ficou pior do que estragado...

«Sempre se desconfiou que havia uma ligação mais ou menos indireta do PS a alguma agitação. Não para bombas, mas para o resto», recorda António Tabora quando questionado sobre alegadas ligações de figuras do aparelho socialista a alguma da violência daquele período. Quanto aos sociais-democratas, sobram outras nuances. «Não me parece que, ao nível da direção, o PPD estivesse metido. Não creio que com a chefia do Francisco Sá Carneiro, que conheci muito bem, isso fosse possível», refere o advogado, mantendo, ainda hoje, gratas recordações do malogrado fundador do PPD. «Antes do 25 de Abril, estivemos juntos em várias coisas, inclusive numa associação chamada Confronto. Em determinada altura, fomos chamados à PIDE para depor. Ele não podia, fui eu. “Se não saíres, eu vou para aí”, disse-me ele. Mas não foi preciso, era só intimidação. Embora fosse anticomunista, na vertente católico-progressista, não me parece que o Francisco aceitasse o envolvimento do partido em ações bombistas. Mas ele não dominava tudo», adverte. «Era um grande ideólogo político, mas não era um homem do

aparelho, antes pelo contrário», assegura.

Em 1978, criticou as mudanças previstas para o funcionamento da PJ. O que estava em causa?

Havia mal-estar, uma certa fricção entre a PJ e o MP. A polícia queria mais autonomia, liberdade e o controlo sobre a investigação. Os funcionários da PJ consideravam que a tutela do MP era sinal de desconfiança...

Houve interferências do ministro da Justiça na investigação da rede bombista?

Não sei até que ponto Almeida Santos, enquanto ministro da Justiça, interferia na PJ, mas uma pessoa que interferiu, e disso não tenho a mínima dúvida, foi Ramalho Eanes. Fê-lo diretamente e concretamente em relação à investigação da rede bombista. O Eanes nunca disse isto com esta franqueza, mas também estava convencido de que a PJ investigava a direita e deixava a esquerda de fora. E foi por isso que pôs lá o Lencastre Bernardo. Para me vigiar...

No processo da rede bombista, o advogado portuense António Taborda foi um dos que, do lado de acusação, defenderam os particulares que tiveram bombas nos carros, em casa ou nos escritórios. Ramalho Eanes foi, durante o julgamento, uma das figuras citadas a propósito dos bastidores do caso. «O Conselho da Revolução e o Eanes puseram uma série de militares a vigiar vários departamentos, entre os quais a PJ», garante o antigo deputado do MDP/CDE, apelando às suas memórias daquela época. «Quando o Ramiro Moreira aparece a dizer que quer confessar, dispararam os sinais de alarme. Até porque ele também fizera segurança ao Eanes. Pouco tempo depois foi nomeado o Lencastre Bernardo [que viria a ser oficial de segurança do Presidente da República] para fazer a ligação à Judiciária», relembra.

Na verdade, a 17 de novembro de 1976, a convite do chefe de Governo Mário Soares e do então ministro da Justiça Almeida Santos, aquele major iniciava funções como diretor-adjunto da PJ. Antes, estivera no posto de comando das operações do 25 de Novembro de 1975, transitara depois para o gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército, Firmino Miguel, e seria depois colocado na PSP. De acordo com os relatos da imprensa a propósito da sua nomeação para a Judiciária, a missão principal de Lencastre Bernardo visava assegurar a coordenação da atividade das várias forças policiais: Judiciária, PJ Militar, GNR, Guarda Fiscal e PSP. «A minha ideia e de outros é que o Lencastre Bernardo receava o que se pudesse dizer e tentava, sobretudo, controlar a Judiciária. Quanto ao Eanes, conheci-o enquanto deputado do MDP, tive reuniões com ele em Belém. Dava sempre a ideia de ser uma pessoa desconfiada de tudo e de todos», assinala António Taborda.

Chamado a depor na X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate, a 28 de maio de 2013, Lencastre Bernardo lembraria as circunstâncias em que ocorreu a sua designação para o cargo na PJ: «Foi perante a insistência com que me falaram, de que era necessário imprimir um novo esforço, uma nova dinâmica e uma nova operacionalização na luta contra o terrorismo que me levaram a aceitar o lugar.» Ficaria três anos em funções, tendo, já em 1994, sido escolhido pelo ex-ministro do PSD, Dias Loureiro, para diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde se manteria até 2001. Seria, de resto, Dias Loureiro a convidá-lo para administrador da Plêiade, uma das empresas falhadas do grupo SLN/BPN.

O nome do general Ramalho Eanes pairou no processo da rede bombista. Por um lado, elementos da rede diziam que ele esteve de alguma forma comprometido; outros, em sua defesa, dizem que ele considerava a investigação deficiente...

Fiquei com a impressão de que ele pensava que havia atividades bombistas de esquerda. Muita gente pensava assim em 1976. Até gente muito próxima de mim, com quem me incompatibilizei. Considerei isso uma coisa insultuosa, até porque estava naquele cargo para fazer o melhor que sabia e podia. O Vaz Tomé tinha contactos com o Ângelo Veloso, do PCP, e mais alguém. E sempre me garantiu que o PCP não estava metido nas bombas, coisa de que eu também tinha a certeza. Atenção: estou a falar da rede bombista, não estou a falar dos assaltos e dos incêndios às sedes. Isso é outro mundo. Nisso estavam todos metidos. O PCP não se meteu em bombas, mas admitiu ter colaborado nos assaltos a sedes de outros partidos, quanto mais não fosse por retaliação ao que lhes faziam a eles. Mas, nessa parte, a investigação não era nossa...

Foi acusado de pertencer ao PCP e conduzir investigações no sentido de proteger o partido...

Na PJ dizia-se que eu estaria ligado ao MDP. Tinha, de facto, uma boa relação com o Raul de Castro [antigo deputado do MDP/CDE e do PCP]. Ele formou um grupo, do qual fiz parte, para propor alterações à

Constituição. Reuníamo-nos no escritório do Raul, mas pouco ou nada fizemos. Concluímos que quanto menos se mexesse no texto, melhor. Infelizmente, já se mexeu sete vezes. Qualquer dia só tem a capa...

Mas as suas ligações ao PCP vinham de trás...

Sim, mas o PCP não teve nesse período a influência que muita gente julga. Quando estava na PJ, o Vaz Tomé serviu de ligação, mas, dado o meu passado de relacionamento com o PCP, considero que, na altura da rede bombista, eu até devia ter tido outro tipo de acompanhamento e acesso a elementos que, naquela época, me podiam ter sido muito úteis. Disse isto a duas pessoas, uma delas o José Bernardino, histórico dirigente do partido. O Bernardino foi secretário-geral da RIA [Reunião Inter-Associações, organização de luta estudantil contra a ditadura] e eu fui secretário-geral adjunto, estava muito ligado a ele. Organizei a lista que venceu as eleições, da qual era secretário o Jorge Sampaio, antigo Presidente da República. Ora, quando me demiti da PJ, o José Bernardino disse-me: «Eh pá, a malta nunca se demite.» Tive então ocasião de lhe manifestar o meu desagrado pelo comportamento do partido. Se outras pessoas estivessem no meu lugar, nem sequer tinha havido investigação à rede bombista. Bombas haveria, mas o resto não. O PCP poderia ter-me dado informações nessa altura, pois sabia muito e ter-nos-ia ajudado nas investigações, mas não o fez.

Na sua carta de demissão defendeu a atividade antiterrorista feita pela diretoria do Porto da Judiciária e elogiou a abnegação, coragem, espírito de sacrifício e brio profissional do grupo de polícias que investigou a rede bombista. O País fez-lhes justiça?

Não. Nós, direção, e esse grupo de homens, convencemo-nos de que estávamos a desenvolver um serviço patriótico. Fiquei sempre um bocado triste por não haver um reconhecimento público disso. Mas não me interprete mal, por favor: não se trata de puxar de galões. Um dos diretores nomeados no período posterior ao desmembramento da rede bombista, o Lourenço Martins, foi condecorado pelo Eanes como se tivesse ido para a PJ para metê-la nos eixos. Nunca me criou problemas e dou-me bem com ele, não é isso que está em causa. Mas não se fez justiça a esses homens da brigada que investigou a rede bombista.

O Vaz Tomé considerava que o nosso maior erro foi termos metido o major Mota Freitas nisto, pois era um militar. Se o tivéssemos salvaguardado, dizia ele, as coisas tinham sido diferentes. Considero esta ideia demasiado simplista...

À época dos acontecimentos, Artur da Fonseca da Mota Freitas, nascido a 29 de maio de 1935, era major, comandante da PSP do Porto. Entre outras proezas, ficara famoso por autorizar violentas cargas policiais protagonizadas pela sua corporação, uma das quais no interior das instalações da própria Câmara do Porto, para tentar evacuar o edifício onde centenas de pessoas protestavam por causa de diferendos na liderança dos destinos autárquicos. «Nem mulheres grávidas» foram poupadas.

Peso-pesado dos meios militares, cruzava várias amizades e enormes influências. Além de ser cunhado de Joaquim Ferreira Torres, industrial e financiador da rede bombista. A 13 de abril de 1976, poucos meses antes da sua detenção no âmbito do processo, dera uma entrevista polémica ao jornal A Luta, ligado ao PS, na qual admitira: «Concordo plenamente quando se afirma que nós damos todas as facilidades aos elementos que pretendem lançar as bombas (...). Damos essas facilidades, mas involuntariamente, já que os nossos efetivos são reduzidos e não os podemos multiplicar.» Na mesma conversa, Mota Freitas fizera o seu diagnóstico da situação: «A direita acusa a esquerda de ser responsável pelos atentados e vice-versa, havendo inclusive dias em que rebentam petardos em alvos que se podem considerar simultaneamente de esquerda e de direita», afirmara, realçando que o combate ao bombismo teria de partir dos próprios partidos: «Se eles não concordarem em estabelecer uma trégua e aguardarem a resolução dos seus diferendos para as eleições ou para os debates públicos, não vejo como se poderá sanar o problema.»

Na verdade, o «problema» só iria ser sanado com a detenção dos principais elementos da rede, na qual, afinal, ele se incluiu, para espanto geral. A confissão de Ramiro Moreira perante a PJ atestava-o, sem margem para grandes dúvidas.

As solidariedades, porém, não tardaram. Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte na época da pirotecnia bombista e armamento entregue ao deus-dará, admitira ter fornecido 400 G3 a Mota Freitas, quando este lhe havia pedido apenas metade. «É um homem de grande integridade moral» e um dos que mais ajudaram no «combate ao gonçalvismo», dissera do amigo. No julgamento, o major da PSP tentara fazer crer que havia desenvolvido «denodados esforços para manter e solidificar as jovens instituições democráticas». Na sua ânsia protetora, mandara até fazer buscas às instalações do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), com o argumento de que ali se encontravam armas. Na sequência do episódio, o arquiteto Alexandre Alves Costa pedira explicações ao comando da PSP sobre essa ação

suspeita, mas nunca obteve resposta. Ramiro Moreira não se esqueceria, mais tarde, de passar a mensagem... à bomba, destruindo por completo as instalações do SAAL.

O PPD/PSD, partido ao qual Mota Freitas estava ligado, saiu em sua defesa quando o militar foi exonerado do comando da PSP, em finais de 1976. A comissão política distrital social-democrata decidiu então recordar o homem «a quem muito devem as forças democráticas» da Região Norte, elogiando ainda a circunstância de aquele comandante ter prestigiado a PSP, «onde se tornou um baluarte que as forças totalitárias sempre tentaram abater».

No julgamento desfilaram em defesa de Mota Freitas várias figuras de prestígio castrense e credenciais patrióticas. Jaime Neves, o militar que chefiou o Regimento de Comandos e teve um papel decisivo nas operações de 25 de novembro de 1975, recorreria a comparações, no seu entender, vantajosas para o réu: «Pelo que conheço dele, é um homem muito parecido comigo», assumira, acrescentando: «No Norte, o senhor major Mota Freitas é tido como um dos esteios das liberdades do povo português.» Também Firmino Miguel, ministro da Defesa à época do julgamento, penhorou o seu prestígio e a sua palavra em defesa do comandante da PSP. «É uma pessoa de excelente formação humana, homem digno e de caráter, com quem me habituei a contactar como com um irmão. Como militar é um homem que eu gostaria de ter sob meu comando», afirmara a 23 de maio de 1978. Conhecera-o em 1955, encontrara-o na Guiné entre 1970 e 1972 e considerava-o «incapaz de cometer qualquer indignidade». O socialista Cal Brandão, maçom e antigo governador civil do Porto, não se furtaria igualmente a uma palavra de apreço: «Se não estivesse convencido de que o major Mota Freitas está a ser vítima de um erro, não teria vindo aqui», proclamou, numa das sessões do julgamento. Intempestivo e gesticulante, o então coronel Carlos Azeredo, devotado elemento da corte spinolista, poria o seu ar mais grave antes de lançar suspeitas noutras direções: «Custa-me acreditar que possa ter cometido qualquer dos atos de que é acusado (...). Trata-se de uma cabala política sabiamente montada sobre a personalidade do major Mota Freitas. Temos indícios acerca disto e alguns elementos (...). Não creio nessa coisa de rede bombista, como lhe têm chamado os jornais.» Segundo o homem que viria a ser, dali a anos, chefe da Casa Militar do Presidente da República Mário Soares, o verdadeiro culpado dos anos de terror de 1975/1976 era o PCP. «Pois qual o partido que teria possibilidades de sustentar e manter uma rede bombista?», interrogou, perante o coletivo de juízes do 5.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa. «Certos rebentamentos foram mandados efetuar pela 5.ª Divisão do Estado-Maior e por elementos de esquerda a ela afetos», afirmara, para logo concluir: «Quando um oficial desta craveira se encontra sentado no banco dos réus, alguma coisa está mal neste País. É como um escarro vermelho na face branca da pátria.» Disse.

Nas alegações finais do julgamento, o tenente-coronel Sotero Madeira, promotor de Justiça, não esconderia o incómodo de sentar no banco dos réus tão ilustre personagem: «Estamos plenamente convencidos de que o major Mota Freitas corresponde por inteiro ao retrato que dele aqui fizeram as testemunhas abonatórias como homem e como militar», admitiu. «Por isso mesmo», continuou, «pensamos que algo de estranho terá acontecido para que um militar como ele acabasse por estar envolvido em factos tão graves (...). Os elementos de prova apontam sem dúvida para a culpabilidade do major Mota Freitas. Certamente que me seria grato pedir a absolvição de um camarada como o major, mas, infelizmente, não me é possível.»

Não podia, de resto, haver dúvidas sobre os segredos que Mota Freitas guardava e as suas ligações a estratégias militares que se haviam tricotado nos bastidores. A 17 de novembro de 1976, já O Comércio do Porto, de certo modo, se referira a elas sem cuidar muito das entrelinhas. O jornal era, para o caso, insuspeito, tal era a proximidade editorial que exhibia em defesa das forças que combatiam o «comunismo», destacando sempre as façanhas de Pires Veloso e do próprio Mota Freitas. Mas o que escreveu então o matutino portuense quando o comandante da PSP do Porto foi apanhado nas malhas da rede bombista? «Por que decidiu Pires Veloso tomar a iniciativa em favor do caráter de Mota Freitas? Pura e simplesmente porque estava a assistir, por parte de alguns dos seus colegas de armas, altamente colocados, a nova “cobardia coletiva”. Melhor do que ninguém, esses senhores sabiam [o] que tinha sido a atividade militante do major Mota Freitas, como sabiam que a tinha feito mediante determinadas diretivas superiores, integradas num esquema muito mais amplo. Como entretanto outros grandes “revolucionários” eram postos em liberdade, alguém tinha de ter coragem de falar. Pires Veloso teve-a. (...). Porque se fosse possível desmontar todo o puzzle então outras figuras teriam de se sentar no banco dos réus», escreveu o então diretor do jornal, Silva Tavares.

Acusado de ter fornecido armas e explosivos a Ramiro Moreira, e de ter indicado alvos para os atentados, Mota Freitas seria, porém, absolvido no processo da rede bombista. Os contornos dessa e de

outras absolvições são, ainda hoje, controversos.

Houve dois pesos e duas medidas em relação ao terrorismo de esquerda e ao terrorismo de direita?

Quando fala de terrorismo de esquerda está a referir-se a quê?

Às FP-25, sobretudo...

Em relação ao terrorismo de direita houve mais do que benevolência. Ninguém acredita que a direita fez o que fez. Uma coisa que fez abortar o processo foi o facto de os envolvidos não terem sido julgados num tribunal civil. Não sou contra os militares. Pelo contrário, considero que lhes devemos muito. Mas se os implicados na rede bombista tivessem sido julgados num tribunal civil, fossem os juízes de direita ou de esquerda, o resultado nunca seria aquele.

Por outro lado, e parafraseando com algum humor os italianos, ainda está entranhada na sociedade a ideia de que só a esquerda é *sinistra*. (risos) Ainda hoje se ouve dizer: «Fulano de tal é comunista, mas é um gajo porreiro. Se fossem todos assim...» Há sempre o «mas». Tenho um amigo, o Fischer Sá Nogueira, agora jubilado, que é de direita e até foi condecorado pela ditadura, que diz: «Sabe, os comunistas, individualmente, são uns tipos porreiros. O pior é quando se juntam.» (risos) Quanto às FP-25, devo dizer que o Otelo contribuiu muito para a imagem com que ficou. Pode não ter feito tanto quanto as pessoas julgam, mas há de ir para a cova com uma carga pesada. Custa-me, confesso. Até pelo papel que teve na revolução...

CAPÍTULO 15

Os diários do capitão

Não tinha inclinações políticas. Para o bem e para o mal, «os beirões são homens de trabalho e é isso que ensinam aos filhos». Os pais eram de Nelas, mas António Ferreira da Silva viria a nascer em Lisboa, a 7 de maio de 1942.

O testemunho que passou às filhas e aos netos é igual ao que bebeu nas raízes paternas e nas paisagens de Aquilino Ribeiro: dar-se com toda a gente, sem preconceitos de classe ou ideológicos. «É esse o meu exemplo. Os meus melhores amigos eram os ciganos e os pés-descalços das barracas que viviam ao pé de mim, em Alvalade, no início da construção do bairro. Ainda hoje sou uma estrela por lá.»

Vivera, à distância e sem arremedos, as lutas estudantis de 1961.

Ainda cursou Matemáticas, mas os números pouco puderam diante do namoro com a mulher com a qual haveria de se casar. Por via de «caldeiradas» e «cunhas» familiares, entraria na Academia Militar. Nunca lhe passara pela cabeça seguir a carreira, mas foi como se olhasse para dentro de si próprio pela primeira vez. Reconheceu-se por inteiro. «Gostei muito e não voltaria atrás.»

Esteve em Moçambique e, no regresso, acabou na GNR. Por pouco tempo. Em 1972 foi parar à PSP de Lisboa; em outubro desse ano é enviado para o funeral de Ribeiro dos Santos, militante do MRPP assassinado pela PIDE. «Estive mesmo no olho do furacão. Foi o meu primeiro serviço. Levei tanta pedrada e fiquei tão chocado que acabei a pensar: “Então venho do Ultramar para andar aqui noutra guerra?!”» Por essa altura, continuava sem amadurecer qualquer consciência política. «E mesmo esses garbosos militares que se meteram na revolução, tirando um ou outro, sabiam tanto como eu.»

A 25 de abril de 1974 estava na Guiné, para onde fora 15 dias antes. Ainda na PSP, tinha sido abordado pelo amigo e militar Dinis de Almeida para integrar os preparativos para a queda do regime. «O Dinis de Almeida tornou-se revolucionário porque teve um acidente de carro em Moçambique, partiu um braço, veio para aqui, apanharam-no sem fazer nada e ele começou a ser pombo-correio de outros revolucionários. Foi nessa altura que veio ter comigo», graceja Ferreira da Silva. Nas suas memórias, Dinis de Almeida escreve que o capitão desta história recusou envolver-se nos preparativos do golpe de Estado. Ele, porém, oferece outra versão: «Disse-lhe assim: enquanto estiver na polícia não posso meter-me em altas cavalarias. Para mim, seria uma falta de lealdade total. Se eu me quisesse meter nessas coisas, pedia a minha demissão da polícia.»

Quando volta a Lisboa, em outubro de 1974, «estava tudo muito quentinho». Foi colocado no Regimento de Artilharia de Costa, que tinha por missão assegurar a defesa dos acessos aos portos de Lisboa e de Setúbal. «Se tivesse regressado logo a seguir ao 25 de Abril, tinha ido preso», precisa. «A minha mulher escreveu-me a dizer que andavam à minha procura. Foi pedida a minha captura. Enquanto polícia, tinha estado metido nas guerras estudantis do Instituto Superior Técnico e outras. Tanta pancadaria houve que era lógico que o fizessem.»

Olhado pela esquerda do Exército como um «feroz reacionário», é enviado para a Figueira da Foz, «para dar recruta durante três meses». Em Lisboa, cochicha-se o seu saneamento – e o rumor chega-lhe aos ouvidos.

Mete-se no comboio a 11 de março de 1975, data da tentativa golpista de direita para inverter o processo revolucionário. «Tivera um pequeno acidente na Figueira, com umas granadas adulteradas do Ultramar, por isso ia com o blusão e as calças queimados, de braço ao peito. Em Alverca entraram os gajos das brigadas de vigilância revolucionária, com um furriel à frente. Mas também havia civis na carruagem, a mandar abrir as malas todas. Disse a um deles: “O senhor não mexe na minha mala, na minha mala só mexem militares.” Foi logo chamar o furriel. E eu expliquei: “Se quiser abra a mala, mas depois volta a fechar, que eu não estou em condições.” Não abriram.»

De regresso ao regimento, não tardou a receber uma ordem para se apresentar na Direção da Arma de Artilharia. «O meu nome estava mesmo numa lista de saneamentos. Disse para me passarem a guia de marcha para me ir embora. Mas alguns oficiais cozinham tudo com o diretor e não me deixaram ir para casa.»

Começava aí o primeiro dia do resto da sua vida.

Desse período, Ferreira da Silva guardou uma «fita do tempo», manuscrita, de todos os passos que deu. Não fosse o Diabo tecê-las – e sabe-se como esses foram dias do Diabo –, nos seus arquivos repousam relatórios, cartas, atas de reuniões e outras anotações pessoais para a memória futura. Mais de 40 anos volvidos sobre os acontecimentos daquela época, centenas de documentos libertam-se das suas amarras, quebra-se o silêncio e sacode-se a poeira de um tempo. De viva voz.

Como foi parar à Polícia Judiciária Militar (PJM)?

Um dia estou a ler a ordem de serviço e vejo lá um convite para a Polícia Judiciária Militar, que era um novo órgão que estava a ser criado. Falava-se que a PJM ia ser a nova PIDE e pensei com os meus botões: «Pá, não te metas mais em trabalhos.» Mas lá me meti no carrinho e fui à PJM, que era onde é hoje o Ministério da Defesa, no 8.º andar. Cheguei e não vi ninguém. Depois apareceu-me uma senhora de calças na mão, devia vir da casa de banho. Apresentou-se: «Sou a Maria Sidónia, secretária do senhor diretor.» Perguntou-me se queria falar com ele, mas disse que não. Só tinha ido ver como aquilo era. Mas ela lá chamou o coronel Ernesto Augusto Ramos. O homem metia medo, tinha fama de mau feitio. Justifiquei-me: «Estava a pensar vir para aqui, mas queria ver primeiro o que isto era.» E pergunta-me ele: «Que experiência é que você tem de investigação?» Zero. Durante dois anos tinha sido comandante da PSP em Lisboa, mais nada. «Você é o homem que eu preciso aqui!» Na PJM não havia mais ninguém. Era ele e o capitão Antunes. Ainda lhe disse: «Mas olhe que eu estou na lista de saneamentos.» E ele: «Vai já oferecer-se. Quem responde pelo seu saneamento sou eu.»

Saneamento resolvido, portanto...

Veio depois uma ordem do Conselho da Revolução, do Costa Neves, para me apresentar na PJM. Fui estagiar para a PJ, em Lisboa. Fiz as noites todas. Apanho o «Verão Quente» em estágio, mas os primeiros processos que me vêm parar às mãos são dos gajos presos na sequência do 28 de Setembro de 1974. Eram quase todos da Legião, por aí. Mandaram-me ouvi-los. Estavam quase todos presos sem culpa formada, não havia sequer um papel para saber porque é que estavam presos. Comecei a fazer propostas para pôr toda a gente em liberdade, um a um, e foi-se tudo embora. Era uma questão de justiça. Depois fui integrar as equipas que investigaram o 25 de Novembro de 1975. Resumindo e concluindo: fui ouvir os gajos que me queriam sanear.

Irónico, no mínimo...

Fui um dia a Santarém ouvir o Otelo e outros. Passei lá um dia porreiro, o Otelo é sempre um gajo porreiro, mas ninguém quis prestar declarações. Fui também a Caxias. Tinham sempre lá uma mesa que parecia um casamento. Aqueles agricultores ali da zona levavam-lhes todas as iguarias à prisão. Passei lá um dia porreiríssimo! Era caricato estar a ouvir os gajos que tinham sido meus inimigos figadais, mas uma coisa que os militares têm de bom é que não criam ódios. Podemos falar mal nas costas uns dos outros, mas não ficam rancores.

①

INVESTIGAÇÃO DE ATENTADOS BOMBISTAS

"FITA DO TEMPO"

1ª SEMANA JUL/76 - Deslocação ao Porto do Sr. Director do SPJM, o qual acompanhei com o capitão Bicho Beatriz da 2ª Div/EMGFA; na Biblioteca do QG/RMN, teve lugar uma reunião com o chefe da 2ª REP/QG, Sr. Major Azevedo Dias e com os elementos da PJ Civil, Chefados pelo Sr. Yáñez Tomé e com os elementos militares da 2ª Div. já empurrados, dois sargentos (1 maior e 1 menor) e um cabo rd (maior).

Após essa reunião o Sr. Director do SPJM, apresentou-me ao Sr. Comandante INT da Região, Sr. Major Pacheco Rodrigues e ao Sr. Coronel chefe do E.M., informando-os da minha missão e solicitando daquelas entidades todo o apoio que se tornasse necessário.

14 JUL 76 - Marchei para o Porto. No mesmo dia, siga para Braga, onde coordeno com a PJ e a GNR, a captura do Eduardo Oliveira, "O Corréio", que teve lugar no fim da tarde do dia imediato (15 JUL 76), de salientar o apoio total concedido pela GNR/Braga, apoio esse autorizado pelo Comandante Distrital, após contacto pessoal.

Como lhe cai no colo a rede bombista?

A PJ começou a fugir com o rabo à seringa e foi feita legislação de exceção que atribuiu às Forças Armadas a investigação sobre posse ilegal de armas e explosivos. Tudo o que era apanhado com armas ou explosivos vinha parar-nos às mãos. Um dia, estava eu lá nos meus processos e disseram: vem aí o teu padrinho. Era o coronel Ramos. Ele tratava-me como um filho. Tudo o que lhe pedia, ele fazia. «Entrega os teus processos todos, que vamos os dois para o Porto», anuncia-me ele. Quem estava no gabinete era o Bicho Beatriz, que era um eminente capitão ligado ao setor das Informações. Os tipos das Informações, da 2.ª Divisão, já sabiam os nomes todos dos tipos da rede bombista, mas não davam a cara, fugiam com o rabo à seringa. E eu disse: «Então eu é que vou para lá descobrir o que vocês já sabem?»

Disseram-lhe quem iam procurar, o que iam fazer?

A mim ninguém me disse quem é que eu ia procurar, só me disseram que ia investigar a rede bombista. Tinha havido uma reunião em Lisboa com o Ramalho Eanes e o Pinheiro de Azevedo, que, ao seu estilo, disse: «Ó Eanes, temos de acabar com as bombas, isto não pode ser...» Disponibilizaram logo uns milhares de contos...

É verdade que houve total disponibilidade de meios?

Sim, é verdade. Dois mil contos.


E uma equipa de 30 militares?

Já lá vamos chegar... Quando vou daqui para o Porto com o coronel Ramos, ele diz-me: «Eh pá, tu vais chefiar uma equipa de 30 militares, dez de cada ramo. Alguns já lá estão.» Eu, como tinha a coordenação da investigação, podia decidir ações, com recurso a militares, algo que a PJ não podia fazer. Resumindo: tive lá um cabo da Marinha, de nome Pereira, e dos 30 militares prometidos não apareceu mais nenhum.

O que fez quando chegou?

Fui ao quartel-general. Era chefe da 2.^a Repartição um oficial de Artilharia, que meteu logo os pés pelas mãos ao dizer que eu ia descobrir armas em casa de algumas pessoas e tal. E eu disse: «Bem, se o tenente-coronel me está a dizer o que vou descobrir, vou-me já embora, não estou aqui a fazer nada.» Pensei: bem, eu sou amador, mas esta malta ainda é pior do que eu.

= CONFIDENCIAL =

S.  R.

POLÍCIA JUDICIÁRIA
SUBDIRECTORIA DO PORTO

RELATÓRIO

- ACTUAÇÃO DO CABO FU2 PEREIRA EM
φ2 e φ3 A60 76 INTRODUZIDAS NO SEIO
DOS SUSPEITOS.

Em φ2 A60 76 - NO restaurante "Pelintoz"
COM O "Manco".

- O Fernando (empregado do restaurante
Pelintoz, disse ao Manco na presença do
Cabo Pereira que o Camo que lançou a
bomba em S. Martinho de Campo, foi o
OPel HN-74-53. Que este camo esteve
fundo algum tempo, tendo depois mudado
de cor branca para a cor de tijolo, tendo
actualmente conduzido pelo Manuel "África".
O Fernando disse ainda ter andado com
"eles" algum tempo antes de explodir.

Em φ3 A60 76

- NO restaurante "Farol" (~~de~~ P. Varzim)
COM O "Manco" e o Luís "Pelintoz".

- O Luís disse que andou com medo que o
"Correição" se abra e que já fez um pedido
para ele e que toda a malta o está
disposta a apoiar moral e financeiramente.

30.000 est.
12-75

Como foi a sua entrada na PJ do Porto?

Ceguei lá no dia 14 de julho de 1976. Fui-me apresentar na célebre função de coordenador da equipa de 30 militares que, afinal, era só um... (risos) Bem, era só um, mas muito importante: foi o tal cabo que se infiltrou na rede bombista. Era o que me ia informando de alguma coisa de jeito. Por artes que desconheço,

lá consegui meter-se no meio deles. Ia com eles para todo o lado, para os bares, etc. Dizia-me quem andava com armas, quem tinha pistolas e por aí adiante. Esteve pouco tempo infiltrado e creio que nem sequer se despediu de mim.

É verdade que entrou na sede da PJ do Porto com uma arma e disse «Eu venho apanhar o “Corrécio”»?

Huuuummm... Isso é falso. Tenho ódio a armas, nem as tenho em casa... Estava aqui a pensar, mas não me lembro disso... Na PJ do Porto, sabiam tudo sobre o Eduardo «Corrécio», mas não conseguiam fazer nada... A verdade é que entrei de manhã e à tarde perguntei: «Têm carros? Então se o problema é apanhar o “Corrécio”, vamos já para Braga!» Eles devem ter pensado: este vem armado aos cucos, então andamos aqui há tanto tempo e ele agora já vai apanhá-lo? Eles andavam ao gato e ao rato com o «Corrécio». Tentavam apanhá-lo, ele fugia. Era o «Corrécio» e o Fernando «Cigano». Fiz o que fazem os militares: o que há para fazer faz-se logo.

Qual era o ambiente na PJ?

Havia mau ambiente, começaram logo a contar-me coisas sobre o envolvimento do inspetor Júlio Regadas na rede bombista. Mas lá fomos para Braga. Um dos homens que me acompanhavam era o Lopes Duarte, que andaria sempre comigo. Decidiu-se que íamos logo tentar apanhar o Fernando «Cigano», pois ele deveria saber onde estava o «Corrécio». Vi-o num *Mercedes*, quando estava sozinho, e fui atrás dele. Fui bater-lhe à porta, disse «sou fulano, assim, assim» e ele: «Só abro a porta se vier o major não sei quantos», que era o comandante da PSP. A polícia estava toda minada. Ele quis foi ganhar tempo para atirar as armas todas ao rio. Acabei por me ir embora. Ora, se a polícia estava toda feita com eles, tínhamos de tentar outra coisa. Pus-me nas minhas tamanquinhas e fui ter com o comandante da GNR. Foram fantásticos. Montámos uma operação *stop* em Braga, nas entradas e nas saídas da cidade. Eram oito saídas, ainda me lembro... Soubemos que o «Corrécio» estava num café à beira-rio em Braga. Lá fomos. O gajo ainda tentou fugir, pegou numa pistola, começou aos tiros, mas um tipo da GNR acertou-lhe no ombro.

Que primeira impressão guardou dele?

O gajo era o terror ali da zona! Batia em toda a gente, nas festas, nas feiras, roubava... Aquilo era obra de um bando que andava à solta, mas não tinha nada de política. Os gajos da política é que lhe diziam: «Vai lá dar um enxerto de porrada naquele tipo.» E ele ia. Depois tivemos uma noite de pandemónio. Ele foi levado para o Hospital de São João, no Porto. Foi preciso montar segurança, estava-se com medo de que os outros gajos do bando tentassem entrar no hospital. No dia seguinte, o coronel Ramos telefona-me e diz: «Vais trazer o “Corrécio” para Lisboa.» Mandou um avião da Força Aérea...

O «Corrécio» ia morrendo na viagem, diz-se...

Não ia nada! O problema é que um dos tiros perfurou-lhe a ponta de um pulmão, ele dava umas golfadas e, como estava todo borrado por nunca ter andado de avião, sentiu-se mal. Eu ia sentado ao lado dele, fardado, e quando cheguei a Lisboa quem parecia o ferido era eu, que o gajo vomitou-me sangue para a farda... Na viagem, foi-me dizendo uma série de merdas. Indicou-me quintas onde havia armas e outras coisas. Fiz um relatório para a 2.^a Repartição do Estado-Maior do Exército. Devem ter deitado aquilo ao lixo, porque nunca fizeram nada.

Nessa viagem falou dos «serviços» políticos que fazia?

Aí, sim, é que ele falou. Mas disse logo: «Bombas não é comigo, isso é com o Ramiro Moreira e os gajos da Póvoa.» Mas ele fazia de tudo, era como o Ramiro. Um gajo «giro»... (risos)



Eduardo Oliveira, o «Corrécio», era o líder de um gangue que pôs Braga a ferro e fogo também por razões políticas

Diários do Capitão, 3 de agosto de 1976. Ferreira da Silva descreve, nos seus «diários», o impacto «muito positivo» que a detenção do «Corrécio» teve na população de Braga, embora na cidade muita gente perguntasse por que havia demorado tanto. Eduardo da Costa Oliveira foi o carismático líder desta quadrilha que transformou Braga num cenário de faroeste, entre 1975 e os primeiros anos da década de 80. Nascido em 1950, tornara-se conhecido, ainda catraio, pelo seu feitio mais atravessado numa prole de cinco rapazes e um trio de raparigas nascidos de três casamentos maternos. Eduardo ganhou a alcunha «Corrécio» na escola primária, dado o seu carácter indisciplinado e os instintos agressivos com colegas e professores. Nas mãos do pai, foi um Cristo.

O progenitor, vendedor de lotarias e engraxador de sapatos, chegava a casa a desoras, já turvo pelo álcool, e atestava mágoas no corpo franzino do filho. Criança já então fugidia aos deveres escolares, Eduardo arrancava tábuas do soalho para se esconder das fúrias do pai. Por vezes, e porque a tarefa era certa, deitava-se antes de o progenitor chegar e dormia vestido com dois pares de calças, para amortecer a violência da surra.

Foi trolha, passador de emigrantes a salto, negociou automóveis e trabalhou em minas de carvão espanholas. Sempre preocupado com o bem-estar dos irmãos, ele era, para a mãe, o amparo da casa.

Julgado três vezes antes do 25 de Abril de 1974 por furto, engajamento de emigrantes, estupro e atentado ao pudor, estava na cadeia de Paços de Ferreira quando, no dia da liberdade, foi visitado por familiares. Apareceu então com uma flor vermelha ao peito, de plástico, por não ter conseguido arranjar cravos.

As suas façanhas viraram lenda. A partir do antigo Bairro Araújo Carandá, onde residia, ele e alguns elementos do bando de irmãos, primos e amigos que liderava tornaram-se, a partir de fevereiro de 1975, guarda-costas de vários dirigentes do CDS do distrito de Braga. Passam a ser vistos com automóveis de gama alta, compram casas, pagam eles próprios a outros grupos de marginais para atazanar e agredir personalidades de esquerda, entre as quais o advogado Humberto Soeiro. As ações vão da intimidação simples ao puro terror. Partem para a violência à luz do dia, ou pela calada, sempre que farejam comunistas por perto ou a pretexto de uma colagem de cartazes por parte de militantes de esquerda. Usam matracas, chicotes, correntes e pistolas, mas Eduardo não se coíbe de varrer, a rajadas de metralhadora, a livraria de Vítor de Sá, prestigiada figura da esquerda minhota. Os ataques bombistas a alvos «comunistas» têm também a sua marca.

Os cafés Buraca, Ding-Dong e São João são locais de poiso diário e de congeminação. «Se há aqui algum comunista, tem um minuto para sair!», ameaçava Eduardo, quando entrava no São João, de arma em punho. Uma vez, chegara a sentar-se no snack-bar com o pastor-alemão que trazia pela trela. Pediu dois bifés no prato, um deles para o animal. Quando o empregado esboçou sinal de desaprovação, foi ameaçado. «Ele não é um ser como eu? Então come à mesa comigo», contaram ao repórter Luís Humberto Marcos que, sob o pseudónimo de José Bento, relatara para o Diário de Lisboa a impunidade dos «Corrécios», benquistos pela PSP local. «Fui aos sítios frequentados pelas pessoas que já tinham sido ameaçadas. Se não pagassem uma mensalidade, rebentava uma bomba, era assim que eles funcionavam. Senti que a PSP os protegia. Dissuadiam os jornalistas de lá ir. Diziam que era um bocado invenção, as pessoas lidavam bem com aquilo», recorda o antigo repórter. «Ele não pode ver os comunistas e isso mete-o em sarilhos», admitira o major Brandão, sem valorizar em demasia as «cenas de pancadaria» que

«resultam numa ou duas cabeças rachadas».

Em Braga, porém, a lei era mesmo a dos «Corrécios».

Circulavam na cidade, madrugada dentro, em velocidades ruidosas, fazendo piões, subindo os passeios, sem que alguém os detivesse. A polícia não se atrevia sequer a multar os carros da quadrilha. Fernando «Cigano», um dos elementos que faziam a ponte com a rede bombista, através do ELP e do MDLP, descia a cidade a cavalo, enquanto a PSP mandava parar o trânsito à sua passagem. Eduardo é conotado com aquelas organizações, mas desconversa: «Já lá estive uns tempos, mas sinceramente lhe digo, não sei se era o MDLP ou o ELP, ou lá o que era», comentara a um jornalista. «Sei que conheci uns “pides” e ainda fiz um trabalho de passagem de armas para Portugal. Mas eles nunca me pagaram, voltei sem um tostão. Não posso garantir que fosse o MDLP, era uma organização dessas, mas não sei qual, não se falava disso.» Mais em privado, comentara: «Defendo os que me pagam.»

Eduardo tornara-se, segundo os jornais, «mais popular na capital do Minho do que o bacalhau demolido no tanque». Religioso, tinha muita fé na Senhora do Sameiro, mas os comunistas eram, para ele, o Diabo, rezavam os relatos familiares. Diário oficioso da contrarrevolução, O Comércio do Porto ajudara a perpetuar o mito, criando à sua volta uma auréola de audácia e valentia. Nesse tempo, acorrem a Braga várias raparigas ávidas de conhecer os elementos da quadrilha, movidas por desejos de aventuras e em busca de sensações fortes.

Durante as campanhas eleitorais de 1975 e 1976, os «Corrécios» passeavam-se em diversos carros com bandeiras do CDS. Essa era a ligação oficial de Eduardo, mas havia outras. «O cónego Melo protegia-o», garante Eurico Pereira, ex-inspetor da PJ em Braga, um dos homens que acompanharam as primeiras investigações da rede bombista e estariam na peugada dos «Corrécios» até 1983. «Muitos industriais davam-lhes dinheiro e proteção por medo. Mas no topo estava o cónego Melo. Outro que os financiava era o Onorato, da pastelaria Ritz», concretiza. Quando se encontrava em apuros, Eduardo ia esconder-se em Espanha.

Deitar-lhe a mão era um caso sério.

Certa ocasião conseguira mesmo escapar ao cerco montado pela PSP e pela PJ, na boíte Privée, de Braga. «Estava um tipo da polícia com uma metralhadora à entrada, à espera dele, mas nem se mexeu. O Eduardo levantou-se, deu um tiro e fugiu. Não me apanhou por acaso. O gajo da PSP só dizia: “Vão-se mas é embora, que ele tem uma grande quadrilha e vocês ainda se dão mal!”», conta Lopes Duarte, braço-direito do capitão Ferreira da Silva quando a PJ começou a puxar o fio à meada da rede bombista. Surpreendida pela perseguição, a mulher de Eduardo terá desabafado perante os polícias: «Então vocês andaram primeiro a mandá-lo pôr bombas e fogos e agora vêm prendê-lo?»

Detido diversas vezes, Eduardo era mestre na arte da fuga.

Assim aconteceu quando foi preso em Cabeceiras de Basto por posse de arma de guerra e noutras ocasiões. Nem chegava a aquecer a cela.

Preso, por fim, a 15 de julho de 1976 na operação relatada por Ferreira da Silva, e da qual sairia ferido, Eduardo foi transferido do Hospital de São Marcos para o Hospital de São João, com a bala alojada na região cervical. «O gajo só berrava. Ficámos lá uma noite a guardá-lo, à espera do neurologista. Os outros tipos do grupo telefonaram para o hospital e ameaçaram: “Ai prenderam o Eduardo? Então esperem, que vamos aí fazer uma festa.” E eu respondi: “Quanto mais depressa, melhor.”», conta Lopes Duarte, da PJ. «Disse para colocarem um carro escondido nos arbustos, à entrada do hospital, mas nada aconteceu. No dia seguinte, às oito horas, tentámos tirá-lo dali. Ele tinha o projétil colado à coluna, mas acabaram por levá-lo de avião militar para Caxias.»

A esposa visita-o na cadeia. O irmão «Chico» leva duas pistolas, com a finalidade de tentar passá-las a Eduardo, vá lá saber-se por que artes, mas não consegue. O detido abeira-se das grades e diz aos familiares, baixinho: «Acerca do alemão [Wallraff?] ainda não me fizeram perguntas nenhuma.» Durante a viagem, a mulher contara ao cunhado que Eduardo lhe transmitira que «o senhor das armas» podia ficar descansado, pois ele não bufava. No processo do «Corrécio» há referências a contrabando de liamba e de armas.

O inspetor da PJ manterá diálogos curiosos com o criminoso, nas vezes em que ele esteve «dentro» na zona do Porto. Eduardo ligava da prisão e dizia: «Quero falar consigo.» Lopes Duarte mandava buscá-lo. «Vais contar-me os assaltos que tens feito?», desafiava. «Eu nunca roubei nada a ninguém», resmungava ele. «Você é que mandou a minha fotografia para França, para me tentar prender. Eu estava lá numa obra, vi a polícia e pensei logo: “É para mim.” Quando chegaram perto, dobrei a pálpebra do olho e não me reconheceram.» Lopes Duarte pediu-lhe para fazer o mesmo à sua frente. Assim foi. «Era um gajo bruto, mas espertalhão. Dava a volta à pálpebra e nem parecia o mesmo», sorri o ex-elemento da

Transferido de Caxias para Custóias a 11 de setembro de 1976, sob fortes medidas de segurança, Eduardo ficou à espera do julgamento, por posse de arma de guerra, no Tribunal Militar do Porto. A dois dias de se sentar no banco dos réus, o Diário do Minho, propriedade da diocese de Braga, publicou uma carta onde Eduardo se confessava «acérrimo defensor da democracia e do povo», «antifascista» e «anticomunista». Na missiva, rejeitava também qualquer ligação ao «terrorismo bombista». E justificava-se: «O “Corrécio” não pôs bombas, não atentou contra a vida de quem quer que fosse.» Eduardo criticava os «falsos amigos do povo, aqueles que têm na manga o plano de destruição de Braga, da sua Igreja e do seu Povo», afirmando-se disposto a lutar por um futuro «onde não haverá lugar para o ódio, para a violência e para o oportunismo vermelho». A direção do jornal aproveitava a deixa e deitava-lhe água-benta: «Não terá havido o propósito de queimar um homem que se tornou incómodo a certa corrente política e, através dela, atingir a reputação de pessoas cuja voz há a decisão clara de fazer silenciar?», perguntavam os responsáveis editoriais do periódico de inspiração cristã.

A 13 de outubro de 1976, Eduardo apresentou-se no tribunal de casaco azul com emblema do CDS na lapela, calças brancas justas, cabelo «à francesa» e barba «passa-piolho». O seu advogado foi Soares da Silva, também defensor de Ramiro Moreira no processo da rede bombista. Entre outras coisas, descobrira-se que também transacionava cheques de quantias elevadas passados ou avalizados por figuras predominantes do Norte.

Testemunhas louvaram então o trabalhador pobre, bem comportado e generoso: «Devemos-lhe muito, ele é que nos defendeu dos vermelhos», aludiu-se. O juiz, porém, não se comoveu: Eduardo foi condenado a dois anos e quatro meses de prisão.

O «Corrécio» ainda tentou fugir do Hospital de Santo António, onde se deslocara, escoltado por dois polícias, para tirar uma radiografia à coluna vertebral. Tentou a sorte com a cumplicidade de amigos que, no interior daquela unidade de saúde, lançaram um pó indeterminado aos olhos dos guardas. Eduardo ainda correu em direção ao Jardim do Carregal, mas foi apanhado. O ensaio não seria em vão e resultaria em pleno a 30 de março de 1977, quando o Supremo Tribunal Militar mandou repetir o julgamento. Eduardo apresentara-se de novo janota, com o mesmo pin do CDS e outro alusivo ao ELP, ocultado na aba do casaco. Para o seu advogado, não teria ficado «nada mal» se algumas «pessoas ilustres» de Braga tivessem ido a tribunal depor, mas Soares da Silva reconhecia que o momento histórico era outro.

Às 22 horas, durante o intervalo que antecedeu a comunicação da pena, Eduardo aproveitou uma distração policial e, com ajuda do exterior, entrou num Fiat 124 que o aguardava e saiu de cena. A sentença, lida à mesma, foi pronunciada já a madrugada ia alta: dois anos de prisão.

Durante mais de um ano, Eduardo passeou por Braga, sem ser importunado.

Foi visto numa festa do CDS na Quinta da Conceição, em Leça da Palmeira, com a presença de Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, e noutra em Famalicão, quando era suposto estar preso, pois andava a monte. Mas, no verão de 1977, o bando dos «Corrécios» começara a ser desmantelado, com quase uma vintena de membros presos no espaço de semanas. Por essa altura, os jornais fixam várias alcunhas: Traquina, Bigodes, Marinheiro, Algarvio, Elias, Fininho, Carias, Blaik e Lopinho.

A 15 de outubro daquele ano, Eduardo cai de novo na teia da Judiciária. Desta vez, a detenção é dificultada por ação dos moradores do bairro onde reside, que, munidos de pedras e varapaus, tentam dar-lhe fuga. Os polícias descobrem-no, por fim, escondido entre as saias de três mulheres que fingiam almoçar tranquilamente em casa, indiferentes ao aparato policial e aos disparos. Ao tentar escapar, o «Corrécio» é ferido a tiro numa coxa e ainda ouve a mulher dizer: «Não poupes ninguém, Eduardo, diz tudo o que sabes!»

Convocado a depor no processo da rede bombista, Eduardo foi ouvido a 9 de fevereiro de 1978 em Lisboa. Apareceu de madeixa rebelde sobre a testa, pés virados para o lado, polegares no cinto, postura desafiadora, expressão de desprezo. O cowboy minhoto ao serviço da contrarrevolução estava, no entanto, falho de memória: esquecera-se de crimes, nomes e locais. Desconhecia assaltos, bombas, tiroteios em que era identificado, proclamando a sua inocência. Perante tal apagão, os advogados da acusação, irónicos, ainda se questionaram se ele viveria mesmo em Braga...

A 27 de maio de 1978, num processo à margem da rede bombista, Eduardo foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão por assaltos e agressões. Absolvido de alguns dos crimes após recurso, recolheria na mesma a Custóias para cumprir outras penas não expiadas. Foi aí que o antigo inspetor da PJ de Braga, Eurico Pereira, o encontrou:

– Quando eu sair daqui vai haver muito sangue – prometeu Eduardo.

– *Ai vai? Olha, então vê se atiras primeiro. Porque se não atirares primeiro, já sabes o que te acontece.*

– *O que é que acontece?*

– *Se me matares, a minha mulher e os meus filhos continuam iguais e recebem uma pensãozita. Tu vais preso por homicídio qualificado e nunca mais passam cartucho à tua mulher e aos teus filhos. Mas se eu te matar a ti, sou promovido. Escolhe.*

Eurico virou as costas e foi-se embora.

Anos mais tarde, encontraram-se perto do Bairro de Santa Tecla: «Desculpe lá aquela coisa de Custóias», disse-lhe Eduardo. «Oh pá, eu nunca mais pensei nisso...»

Perdões à parte, a capital minhota continuaria a assemelhar-se ao Texas até ao início da década de 80. «Os “Corrécios” dedicavam-se a roubos e até assaltavam bombas de gasolina no Porto, com caçadeiras de canos serrados», lembra Eurico. «Em Braga, era um pandemónio. Havia medo, medo!», obra e graça do bando onde pontificavam «Eduardo, Chico, Berto Traquina, Zé Liamba (irmão de um padre) e Fernando Bigodes. Eram um terror!».

A 12 de março de 1983, elementos da quadrilha foram julgados, no Tribunal de Vila Verde, por crimes que iam do furto qualificado ao atentado ao pudor, processo desencadeado com base nas investigações conduzidas pela PJ de Braga. Foram todos condenados, entre os quais o líder, Eduardo. Até aqui, nada de novo. Curioso só mesmo o nome de um dos advogados de defesa: Manuel João da Palma Carlos.

Socialista, opositor da ditadura, antigo defensor de presos políticos nos tribunais plenários e advogado de Champalimaud no caso da «Herança Sommer», o irmão do primeiro chefe de Governo da democracia, Adelino da Palma Carlos, ocupara os cargos de procurador-geral da República, presidente da RTP e embaixador em Cuba. Que fazia ele naquele processo, a defender aquele homem?, questionaram-se algumas almas de esquerda da região, sem obter resposta.

Eduardo, esse, cumpriu durante décadas diversas penas por crimes variados. Em alguns casos, fugiu. Noutras, resignou-se. Do que nunca se livrou foi da fase lendária de 1975/1976 quando protagonizou, a preço de saldo, o combate ao «comunismo». Nos últimos anos, davam-no como sócio de casas de alterne no Alto Minho.

Quando chegou ao Porto, com que ideia ficou do trabalho que a PJ vinha fazendo em relação à rede bombista?

Os homens estavam tolhidos, não sabiam o que haviam de fazer... O Ramiro já sabia que estava a ser seguido, ia ter com eles aos carros e dizia para o deixarem em paz. Não podiam apanhá-lo em flagrante e também ninguém ia pôr uma bomba com a polícia atrás. Os bombistas eram seguidos e sabiam. Era caricato... O Ramiro era cheio de bazófia também, mas era o mais inteligente de todos.

Como se preparou a detenção deles?

Chegou-se ali ao final de julho de 1976, estava tudo a preparar-se para ir de férias, e eu próprio já tinha mandado vir a minha mulher e as minhas filhas para fazerem férias no Hotel Vermar, na Póvoa, para pelo menos estarem perto. Tudo pago pela PJ...

Mas não havia falta de meios?

Sim, mas passou a haver dinheiro e começámos a alugar carros. Até era melhor, porque eram descaracterizados. Os gajos que estávamos a investigar sabiam tanto como nós. Para baralhar, cheguei a estar registado em dois hotéis simultaneamente, no Grande Hotel da Batalha, no Porto, e no Vermar, da Póvoa. Depois dormia onde queria. Mas quando o pessoal se estava a preparar para ir de férias, liguei ao coronel Ramos e disse que só havia uma hipótese: como só por milagre íamos apanhar alguém em flagrante delito, podíamos, pelo menos, prendê-los por posse ilegal de armas. E depois de eles estarem dentro, logo víamos o que é que dava... Ele achou boa ideia. Naquela altura, o que era importante era apanhar armas e eventualmente explosivos. Escolhemos os gajos e decidimos fazer buscas: o Ramiro, o Manuel «Águia», o Teixeira, o Rangel, o Gonçalo, que era um choninhas. Fomos pedir mandados aos juizes em várias comarcas. E às sete da manhã lá foram... Eu não fui, fiquei à espera. Os resultados não foram extraordinários, mas foi o suficiente para os meter dentro.

O que se passou a seguir?

Enquanto não veio o juiz de instrução Pereira Cabral, dei ordens para que ficassem todos separados, não os queria juntos. Mas havia dificuldade de celas, as da PSP eram muito velhas... Logo por sorte – na altura achei que era azar – a pior cela era do Ramiro Moreira. (risos) Era um cubículo com três metros de

comprimento, com a largura de uma porta, e um balde para mijar. Telefonam-me a dizer que o gajo estava muito excitado, que ninguém o conseguia segurar, aos gritos e não sei quê, e decidi lá ir. Foi então que o conheci. Mando abrir a porta, que nem grades tinha. Ele vem à porta e na cela em frente está o Manuel Teixeira Gomes. Eles diziam que não se conheciam, mas o Teixeira diz logo: «Olá, Ramiro, estás bom?» Então ninguém se conhecia e agora já se conhecem? (risos) «Qual é o seu problema?», perguntei ao Ramiro. «Ah, já viu as condições em que eu estou? Já veio aí um gajo da PSP para me matar.» Bem, a verdade é que ele apanhou um susto qualquer. «Mas vão-te matar por quê?» «Porque eu sei muito e têm de me calar.» Disse-lhe: «Então vamos os dois, sossegadinhos, conversar. Vais-me contar essas histórias todas e assim passamos os dois a saber tudo e já têm de matar dois: a ti e a mim.» E ele concordou.

Onde conversaram?

Fomos conversar para uma camarata que havia por lá e ele começou-me a contar algumas coisas. É quando me diz: «Ó capitão, já agora, vocês têm de lá ir a casa, porque ainda tenho lá uns explosivos e alguém pode ter algum acidente.» Estava tudo escondido debaixo dos lava-louças. É então que ele me dá a chave de casa.

Como surge a ideia do gravador?

Pedi aos tipos da Judiciária para me arranjam um gravador, daqueles trambolhos de fita, e disse ao Ramiro: «Se não te importas, para eu não estar agora a dar cabo da mão, vamos gravar.» E ele disse que não se importava. Eu sabia lá se as gravações serviam ou não como prova ou tinham de cumprir determinados pressupostos legais. Aliás, para mim é outro imbróglio sem sentido, porque aquilo que ele disse na gravação acabou por dizer depois ao juiz de instrução e foi incluído no processo.

Quem mais participou na gravação?

O Serradas Duarte, comandante da Marinha, da DINFO. Eu fiz poucas perguntas. Quem mais sabia daquela história toda da rede bombista não era eu. Se ouvir as gravações com atenção perceberá que quem faz mais perguntas é ele.

Não participou mais ninguém?

Só eu e o Serradas Duarte. O pessoal da PJ não deve ter gostado muito, tenho consciência disso, mas também não podia transformar aquilo numa feira. Mas apressei-me a dar-lhes conta do que se tinha passado.

Nessa altura, ouvimos os três seguidos: o Ramiro, o Teixeira e o Manuel «Águia». Foi o Ramiro que convenceu os outros a falar. Disse-lhes: «Eu já contei tudo, é melhor vocês contarem tudo também.»

Nunca lhe ocorreu que o juiz de instrução deveria estar presente durante a gravação?

A mim só me chateou uma coisa: o Serradas Duarte já sabia tudo o que eu só vim a saber na altura da gravação. O Serradas sabia mais do que o Ramiro, mas mandaram aqui este camelo investigar o que já sabiam. Mais tarde, quando foi pedido o depoimento do Serradas Duarte no tribunal, ele recusou-se a ir dar a cara.

Oficial de informações durante 12 anos (1976-1988), Serradas Duarte era primeiro-tenente da Marinha quando foi chamado, em fevereiro de 1976, a criar e chefiar a Repartição E, o Departamento de Pesquisa da DINFO (Divisão de Informações Militares). A tutela daqueles serviços de «inteligência» cabia, por inerência, a Ramalho Eanes, então líder do Conselho da Revolução e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, em cujo gabinete se reunia um grupo de oficiais apostados em deitar água na fervura do «Verão Quente». Além das informações privilegiadas provenientes dos meios políticos, Eanes tratava os assuntos sensíveis da DINFO com o coronel Artur Beirão e, numa base mais privada e informal, com o oficial de Artilharia Lencastre Bernardo, que viria a ser integrado na repartição de contrainformação e, mais tarde, nomeado diretor-adjunto da PJ.

Os homens da DINFO conseguem penetrar clandestinamente na rede bombista, com relativa facilidade, logo nos primeiros meses de 1976. Serradas Duarte considerou a ameaça de extrema-direita «diminuta», se comparada com o «terrorismo de extrema-esquerda». As informações que lhe chegavam da equipa – que rondava, no início, as vinte pessoas – atribuíam o bombismo a «uns aventureiros» sob a batuta de três ou quatro figuras de direita «com alguma capacidade financeira». Quando Ramiro Moreira é detido, Serradas Duarte voou para o Porto e foi encontrá-lo preso na esquadra da PSP. «O homem estava extremamente perturbado, dizia que ia ser morto» (DINFO – Histórias Secretas do Serviço de Informações

Militares, de Paula Serra, 1998). Nos calabouços, e na presença de Ferreira da Silva, Serradas Duarte garante ter ouvido Ramiro negar tudo. «Tive de lhe mostrar, lentamente, que não valia a pena fazê-lo, já que eu estava a par da história toda.» Na verdade, a DINFO estava na peugada do bombista e conhecia todos os seus passos há meses.

Arrolado como testemunha na fase do julgamento, a acusação acabaria por desistir da sua presença em tribunal, à última hora. Serradas Duarte tinha conseguido manter-se quase incógnito naquele processo e assim passou à História.

Quando Ramiro começou a contar tudo, qual foi a sua reação?

Numa situação dessas, um gajo não fica só pasmo. Fica pasmo e cheio de medo. Eu estava a entrar num campo que nunca supus que fosse real. Fui apanhado de surpresa.

É verdade que, a dada altura, parou a gravação, saiu da sala e desabafou «este gajo está maluco!»?

Quando ele começa a falar do envolvimento do Mota Freitas e do segundo-comandante da PSP, deito as mãos à cabeça: «Ei pá, onde eu me vim meter... Agora é que isto vai ser bonito!» Lembro-me de que parei a gravação e fui desabafar com os gajos da Judiciária, mas para eles também já não era grande novidade... Fiquei varado com o que estava a ouvir. No início ainda pensei: “Este gajo está *páqui* a meter toda a gente, a ver se safa...” Mas a dada altura, eram tantas e tão poucas, com tantos pormenores, que acabei por dar a mão à palmatória. O gajo estava mesmo a falar verdade! E veio a confirmar-se ainda mais quando vamos ao comando da PSP do Porto e apanhamos lá armas iguais às que ele tinha em casa. Não há coincidências. Eram armas que o Ramiro tinha trazido de Espanha e tinha ido deixar à PSP. O Teixeira Gomes e o Manuel «Águia» também confirmaram os atentados bombistas em que tinham participado.

Diários do Capitão, 28 de setembro de 1976. Declarações perante o juiz de instrução Dário Rainho, na PJ do Porto. «(...) Sugeriu então o declarante que fosse feita uma gravação da história que ele [Ramiro Moreira] queria contar, antes de ser interrogado pelo juiz de instrução, fazendo-lhe ver que tal gravação não teria validade legal, ao que o Ramiro acedeu de bom grado (...). O declarante solicitou então que um técnico desta polícia montasse um gravador num gabinete (...) após o que, e depois do Ramiro ter jantado no piquete desta subdiretoria, começou o mesmo a prestar declarações espontaneamente e sem qualquer pressão ou coação, na presença do declarante e do primeiro-tenente Serradas Duarte (...). Quando o Ramiro, após poucos minutos de declarações, cita o nome do major Mota Freitas, o declarante sentiu-se maldisposto por se aperceber das implicações que aquela referência teria e saiu da sala por poucos minutos para acalmar e tomar ar (...). Finda a gravação das suas declarações, o Ramiro perguntou ao declarante o que é que iria dizer perante o senhor juiz de instrução, ao que o declarante lhe respondeu que não era a pessoa indicada para lhe dar qualquer conselho e que ele era maior e vacinado e, com o que havia confessado, de certo apanharia uma pesada pena, talvez de muitos anos de prisão (...). Ele é que tinha de decidir aquilo que queria declarar ao senhor juiz de instrução e se era ou não conveniente para ele assumir sozinho as responsabilidades dos crimes confessados (...). A confissão espontânea e a ajuda que ele pudesse dar e que levasse à descoberta de outros agentes dos crimes eram atenuantes importantes que seriam levadas em consideração no respetivo julgamento. Então o Ramiro, parecendo ter aceitado a ideia de confirmar perante o senhor juiz de instrução as declarações que havia gravado, repetindo-as portanto para os autos, referiu ao declarante que, em tal caso, teria de falar com o Teixeira e com o Manuel “Águia”, uma vez que entre os três havia um pacto pelo qual todos se tinham comprometido (...). Tinha pois necessidade de (...) lhes dizer que já havia contado tudo, libertando-os assim do compromisso (...). A gravação das declarações do Ramiro havia durado cerca de três horas (...).»

Com que ideia ficou de Ramiro?

No fundo, tinha bom íntimo. Mas era um ídolo com pés de barro, tinha medo. De tudo e de todos. Um gajo que se assusta quando é preso e atira logo todos os nomes para o barulho quer é salvar a pele. Ele deve ter pensado assim: meto esta malta toda do dinheiro ao barulho e alguém me há de safar. Como safaram, aliás... Na gravação acaba por reconhecer que estava muito arrependido daquela bomba em São Martinho do Campo. Disse que havia uma bilha de gás que não tinha visto. Essa bomba tinha sido uma encomenda do comendador Abílio de Oliveira, a quem eu estava ligado...

Como assim?

O comendador Abílio de Oliveira era meu amigo. Agora imagine a situação em que um gajo fica...

De onde vinha essa relação?

Olhe, por via de outro amigo, cujo pai era sócio da fábrica Flor do Campo. O comendador Abílio, quando ia a Lisboa, era convidado para todas as festas a que eu ia. A minha intimidade com ele não era muita, mas com o sócio, meu amigo, era.

Como geriu isso?

Quando foram emitidos os mandados de captura, chamei a malta da Judiciária e disse: «Para que conste, sou amigo do Abílio de Oliveira. Não vou usar telefones, por isso façam o que têm a fazer, que eu vou ficar aqui com doutor Guimarães Dias [responsável pela subdiretoria da PJ do Porto]. Se alguma coisa correr mal, não é culpa minha.» O comendador nunca mais me falou na vida.

Que opinião tem de António Silva Santos, outro dos detidos?

O Silva Santos participou em poucas bombas. Terá coordenado algumas coisas, terá recebido ordens, mas até se borrava todo se tivesse tido uma bomba nas mãos. Via-se mesmo que era um artista de circo... Já o Júlio Regadas, não. Quando entrou na viatura militar de caixa aberta, daquelas com capota de lona, já lá estavam os outros. E ele deu logo o recado, de braços no ar: «Eu aqui não conheço ninguém.»

Houve mesmo uma rede bombista?

Não há qualquer dúvida. E o Mota Freitas era um dos homens que estavam à frente daquilo. Ele era o veículo que o cunhado Joaquim Ferreira Torres usava para chegar onde queria. Como o Ramiro diz na gravação, o que interessava era haver confusão, para os grandes negócios de armas, de droga, de divisas, etc. continuarem. O que interessava era ter a polícia ocupada com as bombas, para eles andarem nos seus negócios.

Qual foi o papel de homens como Alpoim Calvão e outros nisto?

Há piores do que o Alpoim Calvão... Não se esqueça de que a Polícia Judiciária Militar dependia diretamente do Conselho da Revolução, através do Costa Neves. Ora o que não fez qualquer sentido foi ver, durante as investigações, pelo menos dois conselheiros da Revolução reunidos em casa do Valentim Loureiro com os bombistas...

Vítor Alves e Canto e Castro...

E foram lá para demover os bombistas de pôr bombas, disseram! Pelo amor de Deus! Eu disse ao Costa Neves: «Se já havia conselheiros que sabiam quem eram os bombistas, por que é que me mandaram para o Norte fazer figura de parvo atrás deles? Se sabiam, metiam os gajos dentro e acabou-se!»

Mota Freitas só recebia ordens de Joaquim Ferreira Torres?

Veja até que ponto eu era ingénuo: quando comecei as investigações sobre a rede bombista, o Mota Freitas foi uma das pessoas a quem fui pedir ajuda. E ele disse-me logo que daria toda a colaboração de que precisasse. Afinal, era ele que estava por detrás daquilo tudo! Estou convencido de que até o Pires Veloso sabia de tudo. E apadrinhava. O que me fez confusão, e nunca tive resposta para isso, foi o facto de só depois de 25 de novembro de 1975 terem explodido as bombas mais violentas. A única versão que tenho é a do Ramiro, que diz que era preciso haver confusão e que eles queriam tomar o poder. A ideia era instaurar um regime de extrema-direita e acabou-se. Se conseguissem, não ameaçavam, como fez o Otelo: matavam primeiro e ameaçavam a seguir. O grande mal foi o Otelo não fazer aquilo que devia ter feito, que era pô-los no Campo Pequeno. Já não apareciam aí esses bandidos que nos têm levado à falência. O que temos hoje nem sequer é direita. São gatunos profissionais.

Que ligações tinha Mota Freitas ao Conselho da Revolução?


Eram todos contemporâneos dele na Academia Militar, tudo amigos, pá! E fê em Deus!

As ligações do Mota Freitas à rede bombista tinham portanto de ser conhecidas dos conselheiros da Revolução...

Claro, era impossível não saberem. A rede bombista interessava a muita gente.

Diários do Capitão, 10 de setembro de 1976. Informação oficial em resposta a um requerimento de Mota Freitas. «A partir de informações prestadas pelo detido (...) Ribeiro da Silva, preso cerca de quatro

meses antes por implicação no famoso assalto à Standard Eléctrica, a PJ possuía já a identidade de um grupo atuante nos "atentados bombistas", bem como de alguns dos seus mentores (...). Ribeiro da Silva teria referido a ligação do Sr. major Mota Freitas ao grupo, facto que a PJ achou inverosímil e recusou admitir, devido à sua origem duvidosa, omitindo o seu nome na sua informação escrita (...).»

S.  R.

SECRETO

POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR
"MEMORANDUM"

15 SET 76 - Por intermédio dum amigo meu, fui apresentado ao Dr. Avelino Barroso Pereira, residente em Braga, na Av. Sr. Liberdade 538-6º.

Segundo aquele senhor que se diz grande amigo do Sr. Ferreira Torres e do Sr. Cónego Melo, havia dúvidas de que eu seria comunista, facto que ele próprio e o Sr. Cónego já tinham confirmado ser verdadeira...

Antes, porém, eu, ficava descausado que o meu nome iria ser maltratado no Norte e que em breve seria desfeita a minha imagem de comunista.

Referiu que não me preocupasse com o teor do comunicado nº 1 da L.P.P., pois tal imagem iria ser rectificada e ainda haveria de ter muito tempo no Norte... Acrescentou ainda que o Sr. Cónego Melo teria ficado muito lisonjeado com referências elogiosas que fiz à cidade de Braga e que alguma vez eu viria fazer um almoço que tomei com elementos da GNR daquela cidade.

(Este encontro teve lugar na Sítia Cova da Onça)

16 SET 76

Fui convidado pelo mesmo senhor a um almoço no hotel Sheraton. O teor da conversa foi semelhante à da véspera, informando-me que já tinha contactado com o Sr. Ferreira Torres acerca da possível conversa da dia anterior e na qual desfigurara perante aquele, a

MOB. S. P. J. M. 14

Conheceu o cónego Melo?

Já não me lembro através de quem, mas a determinada altura foi-me apresentado o doutor Avelino Barroso, um advogado de Braga que era amigo do cónego Melo. Convidou-me para jantar em casa dele com o cónego. Pesei as coisas: o que é que me podiam fazer? Nada. Pensei: «Vender-me, não me vendo. Baterem também não me batem. Se assim fosse, não tinham utilizado terceiras pessoas.» Disse: «Está bem, vou.»

O que é que o cónego Melo queria?

Queria, no fundo, saber o que a gente sabia acerca dele. Ele estava envolvido na rede bombista até ao tutano. Mas pouco ficou a saber...

Diários do Capitão, 15 de setembro de 1976. Encontro na boíte Cova da Onça, em Lisboa. «Por intermédio dum amigo meu, fui apresentado ao Dr. Avelino Barroso Pereira, residente em Braga (...). Segundo aquele senhor, que se diz grande amigo do Sr. Ferreira Torres e do Sr. cónego Melo, havia dúvidas de que eu seria comunista, facto que ele próprio e o Sr. cónego já tinham confirmado ser

mentira... Assim, poderia eu ficar descansado que o meu nome iria ser reabilitado no Norte e que em breve seria desfeita a minha imagem de comunista (...).»

Diários do Capitão, 16 de setembro de 1976. «Fui convidado pelo mesmo senhor [Dr. Avelino Barroso] a um almoço no Hotel Sheraton (...) informando-me que já tinha contactado com o Sr. Ferreira Torres acerca da nossa conversa do dia anterior e na qual desfizera, perante aquele, a minha imagem de comunista... Mostrou-se ainda muito interessado em saber se o Ramiro tinha referido alguém de Braga.»

Diários do Capitão, 17 de setembro de 1976. «Após contacto telefónico e a seu pedido, tive mais um encontro com o mesmo senhor no Hotel Altis, antes da sua partida para Braga. Começou por me dizer que, de convívio com o comandante Baltazar [Ferreira, diretor do Forte de Caxias], “pessoa muito simpática e querida dos detidos”, teria visitado sem credencial o detido Ferreira Torres no próprio gabinete do comandante, com o qual trocou diversos pormenores a meu respeito (...). Recomendou-me o perigo que se corre em averiguar-se crimes políticos (...). Aconselhava-me assim a ter cuidado e a não me meter nisso. Já no aeroporto referiu-me que fora o Norte quem salvou o país do comunismo e que sem ele (Norte) o general Eanes nunca seria o P.R. Para finalizar, acrescentou ainda que em 25Nov76[75] o Norte estivera de prevenção e ao “toque dos sinos” a população em 5 minutos estaria nas ruas e defenderia o País da ditadura. Antes de embarcar combinou comigo um jantar em Braga (...) na sua casa e com a presença do Sr. cónego Melo.»

Diários do Capitão, 22 de setembro de 1976. «Jantar em Braga em casa do Dr. Barroso, com a presença do Sr. cónego Melo. Muita cordialidade. Muito “à-vontade” (forçado!) de ambos, muito desejo de saber coisas do processo, com perguntas desinteressadas e sub-reptícias, principalmente para saber se havia alguém de Braga incriminado. Descreveram-me episódios ocorridos em Braga, conhecimentos do cónego Melo com o Ramiro Moreira e descrição da prisão do major Mira Godinho e do primeiro-tenente Benjamim. No final, e já de madrugada, o Sr. cónego Melo ofereceu-me um terço e duas placas comemorativas do congresso de Braga.»

Diários do Capitão, 24 de setembro de 1976. «Telefonema de Braga do Dr. Avelino Barroso, convidando-me para novo jantar em sua casa, com o Dr. [Dário] Rainho (...). Declinei. Focou que havia telefonado para Caxias falando com o detido Ferreira Torres, tendo “segurado” dois requerimentos (um de 5 folhas, dirigido a altas entidades e muito explosivo), que estavam para ser apresentados. Declarou ainda estar o Ferreira Torres ciente da minha “identidade” e mostrou interesse em conhecer-me. Também o Sr. major Mota Freitas está arrependido da “campanha” contra mim havida. A imprensa também irá parar.»

Diários do Capitão, 29 de setembro de 1976. «No bar Ziriguidum, no Porto, onde me encontrava com o alferes Apetato, o jornalista [Alfredo] Mourão, um médico e a locutora da TV Manuela de Melo, fui contactado por um amigo meu de Lisboa e ligado ao Sporting, o qual fez questão em que eu tomasse uma bebida com ele e com o capitão Valentim Loureiro, que mostrara muito interesse em conhecer-me (...). Acedi, estando ainda presente nessa mesa um dirigente do Boavista de nome Pinto de Sousa (...). Valentim Loureiro mostrou-se preocupado comigo, pois estivera no almoço de Vîgo a que o Ramiro se referira e já há muito que estava à espera que o fossem prender. Depois passou a atacar-me, dizendo-me que quem me deu aquela missão fora com o intuito de me f.... e para eu não me deixar ir nisso, pois quem ficava tramado era eu. O tom geral da conversa foi sempre esse e ficou assente um almoço privado em sua casa no dia seguinte com a presença do major [Sampaio] Cerveira [segundo-comandante da PSP do Porto], o que veio a acontecer. Aí continuou a dizer-me que eu tinha sido enganado e que não podia aceitar que eu andasse a f.... camaradas (...). O major Cerveira mostrou apoiar o Valentim, insistindo na tese de que deveria olhar o processo sob dois prismas distintos: até 25Nov75 e após. Acabei por lhes dizer que trabalhava para uma PJ e que ali se analisavam os crimes em si e disposições legais que os condenam e que deixávamos a política para os políticos, o que parece não os ter convencido, avisando-me sempre que eu estava a ser enganado e que quem se lixava depois era eu (...).»

Diários do Capitão, 1 de outubro de 1976. «Telefonema de Braga do Dr. Avelino Barroso, informando que o Sr. major Mota Freitas e cunhado [Ferreira Torres] “tinham feito as pazes comigo”, pois estavam

“enganados” a meu respeito e até estão arrependidos da maneira como tinham reagido, e até gostariam de falar comigo.»

Diários do Capitão, 8 de outubro de 1976. «Telefonema de Lisboa do Dr. Avelino Barroso, marcando um encontro pelas 23h00 no Bar Tamila (...). Cheguei primeiro ao local encontrando no local o coronel Jaime Neves, acompanhado do major (ou Cap. Coias), tendo o primeiro dito para mim que “a malta anda chateada contigo”, o que me levou a explicar-lhe toda a isenção e honestidade que tinha posto no processo, tal como costume pôr em todos os atos que pratico. Apareceu depois o Dr. Avelino Barroso (...). Mostrou-se preocupado, informando-me que afinal o processo estava a andar para trás e que o Ferreira Torres já estava a ficar impaciente, pois julgava ser solto (...). Desculpei-me dizendo que pouco sei do processo desde que abandonei a instrução (...). Referiu-me que podia ter confiança no Ten.-Cor. Costa Neves porque este era credor dela, também junto dele e do Sr. cónego Melo (...). Levei o Dr. Barroso ao Hotel Altis e segui para a boíte Cova da Onça (...). Ali, pelo agente Sousa Martins, da Judiciária, e na presença do ex-chefe da [antiga polícia política] DGS, foi-me dito que eu fora enganado pelos comunistas da PJ do Porto, todos ligados ao MDP/CDE. Referiu que fora a brigada dele quem obtivera do José Cruz Ribeiro da Silva os primeiros elementos sobre a rede bombista e que logo se afastaram daquilo quando viram que por detrás estava um “indivíduo de estrelas do Norte e um de batina preta e com muita força”. Voltou a insistir que eu teria sido enganado e que fizera o jogo dos comunistas da PJ do Porto e que agora ia sofrer as consequências.»

Diários do Capitão, 11 de outubro de 1976. «Telefonema de Braga do Dr. Avelino Barroso. Pretendia saber se haveria mais mandados de captura, pois lá em cima constava que sim e que um seria o cónego Melo. Que este até já tinha uma carta escrita para ser publicada após 48 horas depois da sua detenção. Disse-lhe nada saber sobre o assunto, mas que não acreditava. À despedida, disse-me que tivéssemos cuidado e que não prendéssemos o Sr. cónego Melo, pois 48 horas depois, de Rio Maior para cima, estariam mais de um milhão de pessoas prontas para o libertar.»

Diários do Capitão, 16 de novembro de 1976. Reunião realizada na sede do Serviço de Polícia Judiciária Militar (SPJM). Assunto: Investigação dos atentados bombistas. O tenente-coronel Costa Neves, do Conselho da Revolução e superintendente do SPJM, refere que a finalidade é «assentar nas linhas de ação futuras e ajustamento da ligação da PJ e PJM no sentido de se aprofundarem, tanto quanto possível, as investigações dos atentados bombistas, dada a implicação que tais atos poderão ter na desestabilização política do País». De seguida, acentuou o apoio do Presidente da República [Ramalho Eanes], bem como «a sua preocupação» com o «colapso» que parece ter ocorrido no avanço das investigações.

Júlio Vidigal, diretor da Polícia Judiciária, manifestou a intenção de levar a investigação «até às últimas consequências», embora tenha reconhecido um certo «arrefecimento» ou «arrastamento», não determinados intencionalmente. «Certa marginalização», embora não deliberada, da PJ «provocou um certo amolecimento ou retração do pessoal investigador e a coloração política que determinados setores têm dado à brigada de investigação da PJ (...) poderia ter contribuído para um certo amedrontamento do pessoal (...)», afirmou.

Guimarães Dias, subdiretor da PJ do Porto, referiu-se «à falta de informação com que a PJ lutou ao longo de grande parte da instrução do processo e aos ataques que a informação social e anónimos vêm fazendo a investigadores, perante a passividade das entidades oficiais». Segundo ele, estes factos e as «libertações “discutíveis” de arguidos têm sido fatores preponderantes na desmoralização que grassa no seio do pessoal investigador sob a sua direção». Costa Neves discordou da manutenção de Mota Freitas no comando da PSP do Porto, mas adiantou que a sua exoneração seria inevitável a curto prazo.

Pereira Miranda, inspetor da PJ, deu conta de um contacto tido em Caxias com Ramiro Moreira, onde aquele referiu que, «por combinação com o detido Júlio Regadas, iria desmentir todas as declarações que tinha feito anteriormente». Aquele inspetor acrescentou ainda, a título confidencial, que elementos na sua posse permitiam supor que haveria «uma rede bombista ativa, com cobertura de pessoal da PJ de Lisboa». O subinspetor Lopes Duarte, da PJ do Porto, referiu, em seu nome e de todo o pessoal, «a sua preocupação pelo curso do processo e a insegurança por todos sentida, que os leva a pôr a hipótese de desistirem, se não forem revistos os meios de atuação e garantida a sua integridade física».

Entre outras coisas, ficou decidido traçar um plano de organização conjunto (PJ e PJM) no âmbito da investigação e da permuta de informações.

Conheceu o major Lencastre Bernardo, nomeado para diretor-adjunto da PJ, em novembro de 1976, para supostamente fazer a ligação entre a Judiciária e as outras forças policiais?

Outro amigo do Abílio de Oliveira. Tenho dificuldade em retratá-lo, porque também sou amigo dele.

Ele foi colocado na PJ pelo general Ramalho Eanes para vigiar as investigações sobre a rede bombista?

(Longo silêncio) Não tenho dúvidas, ele ia às reuniões todas, era um informador do Eanes. Mas o Lencastre Bernardo não escondia isso. O Eanes era uma figura muito controversa dentro das Forças Armadas, mas foi um bom Presidente da República. É uma figura ímpar, soube pôr os valores sociais à frente dos valores pessoais, deu lições nisso.

Mas voltando ao Lencastre Bernardo... Um dia, estava no gabinete dele e entrou a [jornalista] Vera Lagoa a dizer que o tipo que estava à frente das investigações era um perigoso comunista. E o Lencastre disse: «Mas o Ferreira da Silva é este.» (risos) Outro militar também disse que eu tinha andado metido com a PIDE, em Angola. Nunca estive em Angola, muito menos com a PIDE. Dizia-se tanta coisa...

Por que é que este processo foi parar ao Tribunal Militar?

A posse ilegal de armas e explosivos era competência do Tribunal Militar. Mas nos tribunais civis a história teria sido outra.

Por quê?

Porque os tribunais militares estão sempre minados pelos chefes. Fui juiz-presidente no Tribunal Militar durante seis anos. Não tive processos do calibre da rede bombista, mas mesmo nos processos de pequena dimensão vinha sempre o telefonema do amigo, do coronel, etc. As pressões num tribunal civil são outras. Num tribunal militar toda a gente manda. Já viu algum processo de corrupção investigado pela Polícia Judiciária Militar chegar a julgamento? Nem um!

Diários do Capitão, 27 de agosto de 1976. Pela tarde, desconhecidos entraram na residência dos pais de Ferreira da Silva em Lisboa, então ausentes na província. Abriram e despejaram no chão as gavetas da sala e dos dois quartos. Abandonaram objetos de ouro e prata, 40 mil escudos em notas, livros de cheques. Levaram unicamente todas as chaves dos quartos, salas e casas de banho. «Sou levado a admitir que poderei estar a ser alvo de uma ação de intimidação por parte de alguém ligado ao grupo dos responsáveis por atentados bombistas, recentemente presos», escreveu Ferreira da Silva nos seus «diários».

Que tipo de pressões, ameaças ou condicionalismos sentiu durante as investigações da rede bombista?

Aconteceu tanta coisa... Tentaram invadir a casa do meu pai, mas não conseguiram. A dada altura tive de tirar a minha família da Póvoa, à meia-noite, e mandá-la para a casa dos meus pais, numa aldeia da Beira Alta. Eu achava que os tipos eram uns merdas, que lhes dávamos mais valor do que tinham, mas quando se anda no terreno nunca se sabe... Aquela gente não fazia ameaças diretas, mandava conselhos.

De que tipo?

Naquele tempo eu andava muito na vida noturna. Uma noite estava no Tamila, em Lisboa, muito frequentado por militares. O Jaime Neves ia lá muito. Havia um pianozeco e umas fulanas a «fazerem» uns «cabritos» e tal. Uma noite, um empregado perguntou-me se eu queria ir tomar um copo a outra mesa, com um senhor. E eu disse: «Se o senhor tem alguma coisa para me dizer, que venha ele aqui.» Lá veio um fulano. Queria contar-me a história da morte do Joaquim Ferreira Torres. Era um tipo de um grupo de retornados a dizer-me quem tinham sido os tipos que mataram o Ferreira Torres.

E quem foram?

Foram os gajos do Esquadrão Chipenda. Esses gajos eram pagos e sustentados pelo Ferreira Torres. Ele deixou de lhes pagar e de os sustentar e os tipos fizeram-lhe a folha. Isto foi a história que o gajo me vendeu. Não me lembro do nome do gajo, mas ele próprio pertencia a esse grupo. Esses gajos sabiam a minha vida toda, ao pormenor. E isto era também uma forma de me avisar.

A nível político também tentaram condicioná-lo?

Sempre me apelidaram de comunista. Desde essa altura. Ainda hoje há filhos da puta que são capazes de

pensar nisso! Se fosse comunista, não me incomodava, mas não sou. Estava na Divisão de Pessoal do Estado-Maior General das Forças Armadas e precisaram de um oficial de segurança para manusear a correspondência classificada. Tinha a classificação mais alta nessa área, NATO e afins. Mas a proposta para a minha nomeação foi rejeitada pela DINFO. Por causa das minhas companhias, diziam. O que tinha sido? A minha mulher era enfermeira e, durante uma formação, ela e outros foram visitar o serviço nacional de saúde da Checoslováquia. Para beneficiarem das viagens e das instalações dos checos tiveram de se inscrever na Associação de Amizade Portugal-Checoslováquia. Ou seja, para eles, estava casado com uma perigosa comunista. A minha mulher teve de arranjar uma série de documentação para explicar o caso e limparem-me a ficha. Mas o pior é que um gajo nunca sabe o que tem a ficha...

E os ataques da imprensa, de que setores vinham?

Vinha tudo da mesma cambada, das pessoas próximas da direita militar. Dos jornalistas Vera Lagoa, do Nuno Rocha [diretor do semanário *O Tempo*]... E depois vinham os jornais ligados ao PCP defenderem-me. E eu no meio, calado.

O processo teve dois juizes de instrução: Pereira Cabral e Dário Rainho. Que diferenças houve entre um e outro?

Nunca gostei de deixar coisas pendentes. E o Pereira Cabral fazia-me impressão. Para mexer uma pata demorava um quarto de hora a pedir autorização à outra. Eu só queria ver aquilo a andar depressa, mas mal adivinhava o que ia suceder. Hoje reconheço que o processo da rede bombista teria sido diferente se o Pereira Cabral tivesse sido o juiz de instrução até ao fim. Estou à vontade, porque fui um dos culpados de ele se ter ido embora. Telefonei ao coronel Ramos e disse-lhe que o juiz era um pamonhas, que não atava nem desatava. E ele: «Ok, então vou mandá-lo recolher e vou mandar para aí o doutor Dário Rainho.»

Mas o problema do doutor Pereira Cabral...

Ele era eficiente, era bom. A justiça é assim que se faz, não é a correr, como eu queria. Mas entendia que ele estava a andar devagar e olhe... fiz asneira. Chega o Dário Rainho e muda tudo. Não foi logo, mas foi quase. O Pereira Cabral tinha ouvido os detidos todos da primeira vez. Quando eles vão para Caxias e começam as audições subsequentes, aí é que o Dário Rainho nunca mais parou. Fizeram dele gato-sapato.

Concretize.

Estragou tudo. De forma descarada. Viajei muitas vezes com ele, em serviço. Comecei a notar um exibicionismo repentino. Pouco tempo depois das prisões, apareceu com um carro de matrícula espanhola. Dizia que tinha conseguido a dupla nacionalidade, que já podia comprar carros em Espanha. Não se esqueça de que o Ferreira Torres era um dos homens de peso da banca e da política espanhola, pelo menos na Galiza. Soube mais tarde que o Rainho gostava do jogo, estava cheio de dívidas. Ia jogar para o Clube dos Caçadores, em Monsanto. Os gajos do dinheiro ligados à rede bombista deram-lhe a nacionalidade espanhola, o carro, muito dinheiro. E depois ele libertou-os. Se o processo não mudasse de juiz, não teria o desfecho que teve.

Diários do Capitão, 2 de dezembro de 1976. Em viagem para o Porto, o juiz de instrução Dário Rainho confia o seguinte: «Em data recente fora chamado ao Sr. Presidente da República [Ramalho Eanes], acompanhado do capitão Bicho Beatriz, tendo então Sua Ex.^a manifestado interesse em saber do estado do processo, especialmente na parte referente ao major Mota Freitas. Referiu que estava preocupado, pois o comandante-geral da PSP [general Neves Cardoso] ameaçava demitir-se se até ao dia 13 de novembro não fosse esclarecida a situação do major Mota Freitas. Acentuou contudo não ser sua intenção pressionar ou aconselhar qualquer atitude ao juiz instrutor, apenas lhe pondo aquele assunto à consideração. Mais se falou na presença, já ventilada em certos jornais, do major Vítor Alves nas reuniões na casa do Mindelo, pertença do ex-capitão Valentim Loureiro, ficando o mesmo de ser avisado para conversar com o Dr. juiz sobre esse assunto.»

O resultado dessa reunião do juiz de instrução do processo da rede bombista com o Presidente da República foi o seguinte, esclarece Ferreira da Silva nos seus apontamentos: a 12 de novembro, Mota Freitas e Ferreira Torres foram postos em liberdade condicional. Entretanto, o major Vítor Alves chamou o juiz de instrução ao seu gabinete e confirmou-lhe ter estado na reunião no Mindelo, com Alpoim Calvão, «justificando essa atitude como sendo unicamente de procurar convencer o Alpoim Calvão a não fomentar quaisquer atitudes terroristas. Acrescentou ainda que fora com o conhecimento dos restantes conselheiros [da Revolução], facto que não consegui confirmar (...).»

Diários do Capitão, 31 de março de 1977. São de novo emitidos mandados de captura contra Joaquim Ferreira Torres, António Silva Santos, Décio Sottomayor, Abílio de Oliveira e Mota Freitas. «À exceção do último, os restantes fogem para o estrangeiro, pois estranhamente os jornais noticiam a emissão dos mandados, antes mesmo de as autoridades que os deveriam cumprir terem tido conhecimento.»

Como avalia o comportamento do comandante da prisão de Caxias [Baltazar Gamito Ferreira, que viria a ser assessor da Casa Militar e segurança do Presidente da República Mário Soares] com os detidos da rede bombista?

Era amigo dele. Era um tipo sério, mas teve um tratamento de exceção com essa gente. Esses tipos faziam tudo o que queriam lá dentro. Sei isso não só pelo que vi, mas também pelo que ouvi. O Baltazar foi mais tarde convidado para segurança do Mário Soares e teve a hombridade de chegar ao pé do Presidente da República e dizer: «Se o senhor me convida, aceito, mas quero informar que não votei em si.»

Que complicitades políticas e partidárias teve a rede bombista?

Pelas minhas ideias e percurso, sou um homem tendencialmente de direita. Mas a minha resposta a essa pergunta é a mesma há 40 anos: a rede bombista deu-me todas as razões para nunca votar PSD. Nem que eu vivesse mais cem anos. Era a pior escória que havia neste País.

Por que diz isso?

Toda a gente que perdeu privilégios com a revolução enfiou-se no PSD. Toda a escória deste País ligada ao capital foi lá parar. A maioria dos retornados filiou-se no PSD, o CDS nem contava. Aliás, ainda hoje somos governados pelos filhos dos retornados. De onde veio Pedro Passos Coelho? Olhe para a composição dos últimos governos de direita e veja de onde veio uma parte dos governantes...

Mas falou-se bastante das ligações do CDS à rede bombista...

O que dominava era a direita trauliteira. Nestas coisas, a esquerda normalmente vai sem cabeça, com o coração. Nem pensa, só faz asneiras. A direita, pelo contrário, pensa em tudo para atingir os seus objetivos. É mais revanchista, tem de vingar-se de qualquer maneira. E se não for num ano, é em dez. Isto, de resto, não é democracia, é uma ditadura de minorias, mas enfim...

Diários do Capitão, 10 de janeiro de 1977. Relatório das investigações a partir do caso das «carrinhas abandonadas», furtadas por operacionais ligados ao ELP e à FNLA para assaltar a dependência do Banco de Portugal no Porto, em 1976. «Os indivíduos detidos ou a deter são, na sua maioria, retornados e ligados à FNLA (Batalhão Chipenda) e, segundo se apurou, a “operação das carrinhas” visava o assalto ao Banco de Portugal do Porto (...). Intimamente ligados ao assalto, e com o fim de serem criadas as condições de atuação mais favoráveis à consumação do golpe, estavam previstos vários rebentamentos de engenhos explosivos nos quarteirões limítrofes do banco (nomeadamente nos TLP, na sede do PPD/PSD e outros). As próprias bombas que explodiram quando da visita do general Ramalho Eanes ao Porto (CDS, PSD, PS e QG/RMP [Quartel-General/Região Militar do Porto]) faziam parte dos atos preparatórios. Das versões de alguns dos detidos apurou-se que muitos dos intervenientes foram contratados com as seguintes promessas: As extremas-direitas portuguesa e espanhola tencionavam levar a cabo no nosso País uma série de ações violentas que culminariam com o derrube do governo; Para tanto, necessitavam de fundos para a compra de armamento e daí a necessidade do assalto ao banco; Após o derrube do atual governo (...) voltar-se-ia de imediato para o Ultramar, apoiando e criando unidades de mercenários e retornados, visando um desembarque em Angola. Todos estes factos eram do conhecimento do general Ramalho Eanes. O assalto ao banco acabou por não ter o êxito esperado devido a fatores diversos, no qual não serão alheias as dissidências e a desconfiança entre os vários grupos em presença. No entanto, as averiguações feitas até ao momento levam-nos a supor que esta e outras atuações estarão a correr sob alçada de uma organização internacional de índole fascista. Esta presunção baseia-se nos seguintes argumentos: o golpe do Banco de Portugal deverá ter sido planeado pelo ex-coronel da OAS [Organização Armada Secreta, de cariz paramilitar e clandestino, que se opunha à independência da Argélia] Pierre Laureys, que para o efeito instalou o seu QG no Hotel Infante D. Henrique, no Porto, acompanhado de Michel Winter, ex-capitão da OAS, e três argelinos (...). Um dos detidos forneceu-nos o passaporte de João Stuart de Vasconcelos (um dos apoios de Pierre Laureys), passaporte de súbdito holandês e com origem desse país embora com outro nome, tendo na altura referido que aquele passaporte fazia parte de uma série completa que a I.T.T. teria comprado na Holanda.

Segundo esse detido, a fuga de Barbieri [Cardoso, ex-subdiretor da PIDE] do nosso País ter-se-ia efetuado com um destes passaportes (...). Da análise das chamadas telefónicas feitas pelo Jean Michaud constam algumas para as embaixadas dos USA [Estados Unidos da América] e da Bélgica (...).»

Notas do mesmo relatório: o grupo ativo no Porto seria constituído, entre outros, por José Maria Bernardo Pinto [comandante da FNLA, em cuja agenda havia, entre outros, contactos com os serviços de segurança do PS]. O grupo dos mentores e de cobertura: ex-administrador do Banco de Portugal saneado após o 25 de Abril; Pierre Laureys, Michel Winter, João Stuart de Vasconcelos e Jean Claude Michaud. Contactos e cobertura por parte dos chefes das esquadras do Rato e do Palácio da Justiça e outros nas forças policiais para fornecer listas de indivíduos ligados ao PCP em vários concelhos.

Que memórias guarda do julgamento da rede bombista?

Aquilo parecia a Feira da Ladra, os tipos estavam sempre atrás dos depoentes a mandar bocas. Pessoalmente, guardo um episódio curioso. Num dos intervalos das sessões, virei-me para um dos advogados da defesa e disse-lhe: «Ó senhor doutor, desculpe lá, mas vocês não estão a conduzir isto lá muito bem. Quanto mais me hostilizam, mais eu digo. É que há coisas que não foram ditas nem estão escritas e que tenho de dizer para me livrar das vossas acusações.» O facto é que, a partir daí, aquilo serenou. Até nos jornais se notou.

Houve uma justiça para o terrorismo de direita e outra para o terrorismo de esquerda?

A direita foi beneficiada, não tenho qualquer dúvida. Veja-se o caso do Ramiro Moreira: condenado a 21 anos, foi-se embora para Espanha, e garanto que não foi ao meu colo. E os outros nem sequer puseram o rabo na prisão, tirando o tempo de prisão preventiva.

Qual foi o papel da Igreja na rede bombista?

Apadrinhava. Na reunião do MDLP em que se decidiu pôr uma série de bombas seguidas em Braga participou o cônego Melo. À saída, quando se despediu dos bombistas, disse: «Deus abençoe as vossas mãos.» A posição que ele assumiu diz bem de que lado estava a Igreja: estava-se marimbando para os gajos que morriam com as bombas.

Resumindo: os que foram efetivamente condenados em tribunal constituíam a arraia-miúda da rede bombista?

Exatamente. Mas eles é que se organizaram para que assim fosse. Não sei quanto receberam, se é que receberam, mas eles sabiam que isso lhes ia acontecer. A partir do momento em que começaram a desdizer tudo o que tinham dito, sabiam que iam «comer».

O PS foi outro dos partidos que não quiseram que o processo da rede bombista chegasse às últimas consequências?

No início, os socialistas devem ter apadrinhado aquilo tudo, pois o que eles queriam era dar cabo do PCP. No julgamento, não queriam que aquilo fosse muito longe, pois também tinham telhados de vidro.

O regime seria hoje diferente se o desfecho do julgamento da rede bombista tivesse sido outro?

Naquele tempo, foi uma pedrada no charco, mudaram-se consciências. Mas se os mandantes tivessem sido condenados, o regime seria outro e a sociedade portuguesa também. Não tenho a mínima dúvida.

Estivemos à beira de uma ditadura comunista?

Acho que não. Estivemos mais próximos de uma ditadura de direita. E as pessoas que, no fundo, mais contribuíram para que isso não acontecesse nunca foram exaltadas como deveriam ter sido.

Quem?

O Melo Antunes, por exemplo. Foi primordial nisso. A direita queria acabar com o PCP e voltar ao antigamente, mais nada! Só um gajo com um grande par de tomates, como o Melo Antunes, poderia vir dizer à televisão, naquela altura, que o PCP era essencial à democracia.

Qual foi o seu percurso a seguir ao processo da rede bombista?

Estive cinco anos no Estado-Maior das Forças Armadas. Mandaram-me para os Açores. Eu não queria, mas foi o melhor período da minha vida. Fui chefe do Estado-Maior lá. Quando faleceu a minha mãe, voltei. Puseram-me a chefiar a repartição das relações internacionais do Ministério da Defesa. Veja bem, um tipo

como eu, que não sabia línguas! Sabia o inglês de liceu. Disse-o ao Fuzeta da Ponte. «E quanto ao seu inglês, *good luck!*», disse ele. Estive ali dois anos sem fazer nada. Tinha dois adjuntos que sabiam inglês. Quando desconfiava que se tratava de alguma coisa importante, eles liam. Mais tarde, fui dois anos juiz auditor do 1.º Tribunal Militar. E quatro anos juiz-presidente.

CAPÍTULO 16

Eu, contrarrevolucionário, me confesso

Ele avisara pelo telefone. «Espero que não se incomode com o retrato do doutor Salazar que tenho na sala.» António José Brito Silva Santos guarda o antigo presidente do Conselho em boa conta e lugar de destaque na sala de visitas da ampla moradia de família na Praça do Império, zona de eleição de vários clãs do Porto.

Sob o olhar emoldurado do ditador, envolvida em baforadas contínuas de cigarros, a conversa sorveu longas e pachorrentas horas de um dia de junho de 2016, qual viagem às entranhas de um tempo.

Nascido a 26 de janeiro de 1943, ribatejano da Chamusca, Silva Santos adotou a Invicta à boleia das amizades da tropa e do namoro com aquela que viria a tornar-se sua mulher, Maria Teresa, de quem tem três filhos. Findos os estudos liceais e frustrada a opção universitária, acabou a arquivar correspondência no escritório do pai, solicitador. A sua relação laboral mais duradoura foi com a Mabor, onde trabalhou 28 anos e subiu na hierarquia, das vendas a subgerente.

Esteve na guerra colonial, tendo sido colocado na parte administrativa do Serviço de Transportes em Angola. Conheceu todo o Norte do país e terá feito, contas dele, mais de 40 mil quilómetros de picada. «Aquilo, para mim, era parte de Portugal», assume, saudosos.

O 25 de Abril de 1974 não o entusiasma por aí além.

Também não se perdeu de amores pelo primeiro Presidente da República da democracia: «Sempre desconfiei do Spínola. Cá no íntimo, nunca me fez bater palmas.» As suas escolhas políticas foram, porém, óbvias, tendo em conta a tradição familiar, a ideologia professada e o desconforto com o processo revolucionário. Daí aos extremos foi um instantinho. O arrependimento não é para aqui chamado.

Por que escolheu o CDS logo a seguir ao 25 de Abril?

Era a escolha mais lógica, e continuo filiado. Cheguei a vice-presidente da distrital do Porto com o Freitas do Amaral e estive no Conselho Nacional com Manuel Monteiro. Sou um católico de trazer por casa. Vou à missa de vez em quando. Se passo numa igreja, sou capaz de lá ir e rezo uma ave-maria, mas nunca fui de extremos. Quer dizer: acabei por ser, mas para combater outros extremos. Sempre defendi a política social da Igreja. Aprendi a olhar para o próximo. Quando tenho alguma contrariedade, lembro-me sempre de que sou um privilegiado.

Esteve no primeiro congresso, que foi cercado, em 1975?

Foi a 26 de janeiro e faço anos nesse dia. Fui ao congresso, mas vim a casa jantar, soprar as velas, estar com os cachopos. Quando voltei, já não me deixaram entrar. Aquilo estava ao rubro.

Quando se dá o 25 de Abril já vivia aqui?

Sim. Era a casa do meu sogro, a minha mulher já vivia aqui.

Este era, por assim dizer, o território de Francisco Sá Carneiro. O que é que o separava do PPD da altura?

Bem... o Sá Carneiro vivia aí na freguesia, sim. Ele e o Miguel Veiga queriam dar uma componente esquerdizante ao programa. O PPD também admitia uma via para atingir o socialismo, como o Olof Palme, mas eu, que da social-democracia sabia pouco, nunca me identifiquei com eles. Quase me tornei inimigo deles, chocámos algumas vezes. Andavam nos mesmos sítios que eu, alguns até se tornaram meus amigos, mas aquilo era uma mistura do arco da velha, pá! Claro que o Sá Carneiro soube depois dar a volta, amenizar, mas o mal estava lá.

O cerco ao congresso do CDS foi obra de quem, na sua opinião?

Do PCP. Os outros grupelhos eram uma gente que não interessa nem ao Menino Jesus. O PCP é que era estruturado e diabólico, pá. Por isso é que os americanos e a CIA acabaram por vir cá para resolver o

problema, não é? Tenho uma certa admiração pelos americanos.

Estivemos à beira de uma ditadura comunista?

Sim, sem dúvida.

Em que é que baseia isso?

Olhe, nas causas remotas que me obrigaram a meter em tontarias. Lembro-me daquele V Governo Constitucional, toda aquela comunistada encabeçada pelo Vasco Gonçalves, pá! Havia um que até tinha andado a estudar comigo, o José Emílio da Silva, que foi ministro da Educação. Bom aluno, mas nunca percebi que fosse comunista.

Envolveu-se na tentativa de golpe spinoquista a 28 de setembro de 1974?

Não. Vinha do Algarve com um amigo, o coronel Rodrigo Lobo de Ávila, pai do Filipe Lobo de Ávila, do CDS, e estávamos completamente a leste.

Sentiu intimidação, perseguições, no seu quotidiano?

Não. Tive apenas um pequeno problema com uns empregadozinhos do armazém da Mabor. Quiseram sanear o gerente e ameaçavam fazer um plenário. Também ameaçaram pôr-me os patins. E eu disse-lhes: «Ó pá, no dia em que vocês me puserem os patins é sinal de que a Mabor não vale nada, vai à falência num instante. Por conseguinte, nem vos dou tempo para isso. E há uma coisa que vocês ficam a saber: eu, mesmo saneado, viverei sempre melhor do que vocês, pá. Vocês vão à falência e eu continuo a ter o meu dinheirinho lá fora.» Disse isto, mas palavra de honra que não tinha dinheiro nenhum. Tive depois uma conta em Espanha, quando vivi lá, com meia dúzia de pesetas e uns dólares que a minha mulher arranjava.

O que se passou a seguir?

Foi remédio santo, nunca mais me chatearam. Eles depois amansaram.

Um deles, um tal de Moreira, apareceu-me aqui, 40 anos depois, com um *BMW* descapotável. «Ah, eu naquele tempo queria subir e não me deixavam», disse ele.

E o 25 de Novembro, como o viveu?

Em novembro de 1975 estava em Madrid, na Calle Lagasca [«base» logística do MDLP]. Também tinham aparecido uns ex-«pides» e eu queria sentir o que se passava por lá. No dia 10 assisti a um telefonema do coronel Santos e Castro para o Alpoim Calvão, a dizer: «Estou às portas de Luanda e não vai haver independência de Angola.» Horas depois foi o que se sabe... Estava comigo o Marcelino da Mata, o militar português mais condecorado, que também assistiu ao telefonema.

O que foi decisivo para se meter nas guerras contra o PCP?

Conhecia alguns militares ligados ao general Spínola. Respeitava o Alpoim Calvão, que era realmente notável. Mas o homem que me empurrou para isto, o mais espantoso que conheci nesta coisa toda, foi o engenheiro Jorge Jardim. Até me arrepio só de falar disso...

Como é que o conheceu?

Através do MDLP. Em 1975, mandaram-me falar com um tal de comandante Pereira. Não sabia que Pereira era também o nome dele. Chamava-se Jorge Pereira Jardim. Era do meu tamanho: pequenino, magrinho. Encontrámo-nos num hotel. Disse-me assim: «Olhe, isto é irreversível. Conheço muito bem o Costa Gomes e isto é gente diabólica. Mas nós ainda temos capacidade de lhes fazer qualquer coisa, pois eles andam a gozar connosco, pá! Você é pessoa para entrar nisto? E se for preciso morrer matando, está decidido a isso?» Era tudo o que eu não queria, já tinha dois filhos, mas não tinha cabimento, no meio daquele entusiasmo todo, dizer-lhe que não. «E armas para isso?», perguntei. «Armas, esqueça! Primeiro, tem de provar do que é capaz.»

O que é que isso significava?

Olhe, uma das coisas era telefonar das cabines telefónicas para os militares mais revolucionários, para os quartéis, com moedas de cinco tostões. Ligar para três ou quatro ao mesmo tempo, mantê-los em linha, e bloquear as ligações. Era para mostrar uma grandeza que, de facto, não existia. Arranjei um grupinho para fazer essas brincadeiras.

Limitavam-se a fazer isso?

Fizemos umas vezes, poucas. O Vasco Lourenço foi uma das vítimas, era o comandante da Região Militar de Lisboa. Ele almoçava muito no restaurante Paco, ao pé da Gulbenkian. A gente ligava-lhe e dizia: «Estiveste a almoçar hoje no Paco? Estivemos lá.» E ele: «Vocês são uns filhos da puta, se vos apanho, não sei quê...» Passado um pouco, voltávamos a ligar. A telefonista: «Quem fala?» Dizíamos o nome de um coronel qualquer. Ele vinha e nós: «Estás a ver, pá? Estamos cá outra vez. Não tens hipótese, não tens hipótese nenhuma.» Chegámos a falar com o Vasco Gonçalves. Um de nós disse que era um jornalista do *Le Point*, de França. Foi isso que fez com que o gajo atendesse o telefone. «Ó filho da puta, apanhei-te! É hoje que vais morrer, filho da puta!» E desligávamos. Dava-se a ideia de que havia uma grande organização.

O Jorge Jardim pediu-lhe mais alguma coisa?

«Uma coisa boa era que você arranjasse apoios na Igreja», pediu ele. «A Igreja é o maior partido político do Mundo. E pode ajudar-nos no Norte, tem muita influência.» O MDLP tinha uns fulanos, homens de confiança do Alpoim, que precisavam de um sítio para ficar em Portugal. «O único sítio seguro e de confiança que conheço é a minha casa», disse eu.

Quem eram eles?

O Benjamim Lopes de Abreu, o comandante Silva Horta, o Pedro Menezes, fuzileiro, que tinha uma quinta muito bonita em Caíde, mas ficou aqui. O Paixão, da aviação, e o Mira Godinho. Quando foi preciso o MDLP chegar-se à frente com dinheiro, que o Valentim Loureiro ia dar e não sei quê, o Pedro Menezes foi lá e veio de mãos a abanar. Daqui levaram guarida e «material». Mas não levaram nem um tostão. Dava-lhes dormida, cada um tinha a sua chave, entravam e saíam às cinco, seis da manhã... Mas viviam mal. Muito mal. E do MDLP não vinha nada.

O divórcio entre operacionais do movimento e os seus chefes foi relatado num raro opúsculo publicado em 1976 («Nós Acusamos o M.D.L.P.!»). Sob nome fictício, um denominado dirigente, «comandante Hugo Maia», acusa o topo de organização de viver faustosamente à custa dos proveitos da contrarrevolução. Enquanto «alguns dignitários do MDLP viviam nas maiores comodidades com dinheiro farto», os homens no terreno passavam «dias e noites seguidas por essas estradas e serras de Portugal, à chuva, ao vento, à neve, promovendo contactos, fazendo formação ideológica e técnica, recolhendo informações e transmitindo diretrizes». Por vezes, para enganar, comiam «umas maçãs, umas castanhas ou umas uvas na beira das estradas ou pelos campos». Em Madrid, os chefes «passavam a manhã na cama, as tardes nos bares mais requintados e as noites nas boîtes». E ficava a pergunta? «Seria interessante saber-se quem e em que foram gastas as centenas de milhares de contos que se diz [que] foram daqui de Portugal para Espanha. Nós, os que éramos o verdadeiro MDLP, não sabemos.»

Algum desses elementos ficou menos tempo em sua casa?

O Mira Godinho é que só ficou aqui uma noite, pois foi preso no dia seguinte, em Braga [31 de outubro de 1975]. Vieram militares e um jornalista a acompanhá-los, o Paradela de Abreu, que tinha publicado o livro do Jorge Jardim, o *Terra Queimada...*

Valdemar Paradela de Abreu.

O Paradela disse-me que tínhamos de ir a Braga para entregar uma carta do Jorge Jardim para o arcebispo, para ele nos ajudar. E lá fomos para o arcebispo. O Paradela, eu, o Silva Horta e o Pedro Menezes. De qualquer modo, o arcebispo ouviu-nos com atenção e disse: «Admito que a vossa causa seja justa, mas a Igreja não se pode meter. Há uma pessoa que talvez vos possa ajudar, mas dentro de um espírito que não fira os parâmetros da Igreja.» Era o cónego Melo. Fez-se o contacto, creio que através do padre Narciso Fernandes, que estive em Ruílhe, e o cónego respondeu: «Estou num curso de Crismandade, termino com missa cantada à meia-noite de sábado, e depois venham cá conversar comigo.» E lá fomos, de fato e gravata. Chegámos cedo, fomos logo para a primeira fila, com o ar de católicos praticantes. O cónego lá falou connosco, estivemos a cear, a comer umas tapas, e, dentro dos limites dele, ajudou-nos. Muito. Dei-me lindamente com ele, era um homem atenciosíssimo, espantoso, de muita sabedoria, dava bons conselhos.

Que tipo de apoio é que tiveram da Igreja?

Contactos nas paróquias que podiam dinamizar a luta contra os comunistas, sobretudo.

O tal grupo de que falou ficou então em sua casa a partir daí?

Vieram direitinhos para aqui. Sem uma única pistola, sem armas, mas com vontade de fazer subversão. Também andava o [spinolista] Manuel Monge com eles, mas esse não dormia em minha casa. Não achei muita piada, não via nada a andar... Eu gostava do que ouvia nas conversas, mas eles nem armas tinham. Tive de lhes arranjar armas, pá! Para eles poderem ser mais atrevidos. Andavam de sapatilhas, com um aspeto do arco da velha. Um dia, o meu tio advogado veio aqui tomar um café e à saída disse-me: «Não sabia que tu te davas com este tipo de gente.» O aspeto deles era terrível.

Foi fácil arranjar as armas?

Foi o meu irmão, que já faleceu, quem arranjou. Comprou a um cigano na Figueira da Foz. Três *Walthers* e duas *Parabellum*, de 9 milímetros, novas.

O que se seguiu?

Eu não estava satisfeito com o comportamento deles. Tínhamos um objetivo comum, mas aconteceram meia dúzia de coisas desagradáveis. Aquilo do roubo do tesouro da Nossa Senhora da Oliveira, que ainda hoje não sei quem foi. Se soubesse, também não lhe dizia. Depois houve problemas com mulheres, um deles tinha uma amásia que era mulher de outro oficial, enfim... E eu disse: «Eh pá, não me entendo com isto.» E desliguei-me. E um dia conheci o Ramiro Moreira.

Como é que o conheceu?

Penso que foi através do professor João Mota, que foi treinador do Futebol Clube do Porto e deputado do PSD. Eles eram amigos. E o João Mota também conhecia os gajos do MDLP.

Mas tinha ordens para arregimentar gente como o Ramiro?

Oh pá, não! Éramos meia dúzia de gatos-pingados, não dependíamos de ninguém. Havia o MDLP e tal, mas nós éramos um nicho...

Eram o quê, então? Faziam parte do ELP?

Qual ELP, qual quê! O ELP era uma maneira de sacar dinheiro a alguém. Admito que houvesse umas ligações ao MDLP, a uns «pídes»... Mas nem sei bem se o ELP existiu...

Existir, existiu. Basta referir um dos líderes assumidos, Francisco Van Uden...

Esse, admiro. Tinha um amigo que era o lugar-tenente dele, o João Alarcão [envolvido na conspiração spinolista de 28 de setembro de 1974]. O Van Uden foi um militar extraordinário, estive com ele mais do que uma vez, mas não tinha ligações com isto...

Conheceu o primeiro-tenente Nuno Barbieri, filho do antigo subdiretor da PIDE, Barbieri Cardoso?

Sim! Outro com tomates, pá! Conheci-o em Madrid, depois de os outros terem sido apanhados em Braga. O Alpoim telefonou-me a dizer que tinham sido presos dois, um deles o Mira Godinho. No dia seguinte, fui a Madrid, como já lhe disse. Era novembro.

Foi a essa reunião conspirativa no Seminário do Bom Jesus que acabou por correr mal?

Era para ir. Ia também o meu amigo e advogado Mendonça Monteiro. Mas a certa altura apareceu o COPCON e avisaram-me. O Paradela de Abreu e o Alpoim foram para um sótão, estiveram pendurados, e só saíram eram dez da noite. Quando o Alpoim me telefonou, era para aí uma da manhã, já estava na fronteira de Chaves. Os que escaparam foram para uma parte da igreja onde estavam os retornados.

Foi o cónego Melo que organizou essa reunião?

Íamos lá para falar com ele.

Voltemos às circunstâncias em que conheceu Ramiro...

Conheci o Ramiro numa altura em que não estava a gostar desta coisa toda, pá! Nem fazia de Sancho Pança nem de Dom Quixote. Tinha os tipos aqui em casa e não tive coragem de lhes dizer delicadamente «Eh pá, ponham-se fora». Mas o Pedro Menezes ajudou-me. Disse: «Vocês não têm vida para isto. Quer dizer, vocês estão com problemas da mais variada ordem, inclusive financeira.» Era preciso dar dinheiro às famílias, porque do MDLP também não vinha nada. O dinheiro não abundava, nunca abundou. Também nunca fui rico, mas havia sempre algum. Tinha o engenho e a arte de me facultarem um certo dinheiro.

Pessoas que não tinham nada a ver com a política ajudavam. Eram meus amigos, sabiam que eu andava aí

numas coisas esquisitas. A minha casa era um quartel-general. Não era o sítio onde se fizesse vida social. Por conseguinte, quando abordo o Ramiro...

Está insatisfeito com o grupo que tinha em casa...

Insatisfeitíssimo.

Ou seja, era preciso fazer mais qualquer coisa...

Não era fazer mais qualquer coisa. Era fazer diferente, no espírito do que o Jorge Jardim me pedira. Havia cada vez mais descontentamento com os comunistas e a gente tinha de aquecer o rabo a essa gente, pá! Foi assim que nasceu tudo...

João Mota apresenta-lhe portanto o Ramiro...

Achei-lhe logo graça. O Ramiro fez aquilo que eu não tinha coragem. Ele tinha o espírito, era mais inconsciente e mais teso do que eu. Era muito aventureiro...

Quando o conheceu ele era segurança do PPD?

Ele não foi segurança do PPD. Ele foi segurança de três ou quatro pessoas importantes do partido. Era mais segurança pessoal...

De quem?

Sei lá, do Miguel Veiga, por exemplo. Daquele que foi ministro, o Valente de Oliveira. Era este género, pá, percebe? Três ou quatro pessoas. Ele até chegava a dormir em casa de alguns deles. Mas era mesmo PPD. Ainda hoje é. Eu também aparecia nos comícios do PPD, ver quem ia. Nós, no CDS, éramos meia dúzia de gatos-pingados, e eles tinham sempre milhares de pessoas.

No auto de declarações de Ramiro Moreira, de 12 de agosto de 1976, nas instalações da Polícia Judiciária Militar em Lisboa, aquele identificou-se como sendo «membro da Comissão Política Distrital do Partido Popular Democrático com o cargo de chefe de segurança» desde setembro ou outubro de 1974. Nessa altura, explicou, manteve contactos diários com o major Mota Freitas, «para troca de impressões sobre assuntos de segurança do PPD e outras relacionadas com (...) partidos de esquerda».

Ele chegou a dizer que também foi segurança do CDS...

Não me consta. O que posso dizer é que, em eventos sociais de direita, sem a chancela partidária, o Ramiro chegou a ir para a minha mesa. Ele gostava e eu fazia-lhe a vontade. Foi a dois ou três jantares, com a minha sogra, amigas dela, e os maridos. Era bem tratado. Depois dançava-se, e tal. Ele sentia-se inchado. Ia sempre bem arranjado, com as camisas feitas por medida no Manuel, da Smart.

Mas quando o conheceu ele vivia bem?

Não, mas tinha vivido mais ou menos bem, porque teve sociedade numa fábrica de camisas com o Alberto Baldaque, o dono d'A Brasileira, que era todo CDS. Era e é! Foi presidente da concelhia, na altura em que eu era vice-presidente da distrital.

Ficou amigo de Ramiro, portanto...

Ainda somos. Repito: ele teve a coragem de fazer aquilo que eu não fiz. Isso, para mim, é mais do que suficiente. Ele era todo Sá Carneiro. Começámos a conversar, comecei-lhe a dizer que era preciso fazer qualquer coisa, e ele disse: «Eu tenho o curso de minas e armadilhas.» E eu respondi: «Ó Ramiro, isso também eu tenho, pá!» Decidi testá-lo. Ainda pensei que ele fosse um bocado bazófia... E era, mas molhava o cu, não é? Tinha coragem ou inconsciência, engenho e arte. Um dia, o meu tio advogado falou de mim ao general Galvão de Melo, que ainda estava no CDS, e ele quis conhecer-nos. O Ramiro tinha uma admiração do arco da velha pelo Galvão de Melo! Fomos a casa do general, em Birre, uma casa do carago, e o Ramiro inchadíssimo. O general também era um pedante do arco da velha. A primeira coisa que ele nos perguntou foi: «Os senhores têm de me dizer uma coisa: quem é que está por trás de vocês?» E eu respondi: «Ninguém.»

Mas isso não era verdade...

Era verdade. Ninguém pode dizer o contrário. Ou que nos manipulou. Se houve manipulação, foi do Jorge Jardim.

Quando abordou Ramiro Moreira, não lhe disse que as bombas que eram precisas faziam parte de uma estratégia que envolvia o MDLP?

Não, não... Mas qual estratégia, pá!

Mas havia contactos com o MDLP.

Sim. Mas a estratégia deles é que não me agradava. E também disse ao Ramiro: «Preso político é uma coisa, preso por outra razão qualquer, pá, isso não.» Não sou um poço de virtudes, mas tinha parâmetros que brigavam um bocado com o espírito do gajo. Para mim, ser preso em consequência das nossas ações era uma vergonha... Quer dizer, não entra no meu código de ética. Disse-lhe isso pelo menos duas ou três vezes, quando a coisa extravasou.

Ou seja, quando houve mortos...

Sim.

São Martinho do Campo foi uma...

E a embaixada de Cuba.

E a bomba na Avenida da Liberdade, em frente à sede do PCP.

E a Avenida da Liberdade. O automóvel que explodiu foi armadilhado aqui em casa. A minha sogra pedia-nos sempre para não matarmos ninguém. «Por favor, não entrem nesse campo. Eu não quero cá ninguém assim.» Eles levavam o carro já armadilhado, com o material todo, só faltava pôr os detonadores. E mais «mercadoria» também. Iam dois carros, um que ficava lá para explodir e outro que vinha depois. Mas iam estragando tudo. À ida pararam na Mealhada, nos leitões. O Ramiro pediu a conta e o homem demorou a trazê-la. E ele disse: «Bem, se não vem a conta, vou-me já embora e depois, olhe, mete na conta deste senhor!» O Ramiro tinha uma imagem do Salazar num porta-chaves. Quando ele me contou isto, disse-lhe: «Ó Ramiro, pá, isso tem alguma graça?! Você ia com um objetivo e faz uma brincadeira dessas?! Podia dar asneira, pá, e você ficava encanado! E depois nem resolvia o “problema” em Lisboa.» Se ainda fosse à vinda para o Porto, já com o serviço feito, muito bem. Agora, à ida para Lisboa, podíamos ter perdido pau e bola.

Mas como surgiu a ideia de deixar um carro armadilhado na Avenida da Liberdade, em frente à sede do PCP?

Foi quando fomos a Lisboa falar com o Galvão de Melo. Ficámos no Hotel Tivoli e, à noite, o Ramiro e eu passeámos por ali. Atravessámos a rua e diz o Ramiro: «Ei! O Hotel Vitória.» Era o centro de trabalho do PCP. O gajo subiu a escada, tocou à campainha e, mal abriram a porta, conseguiu entrar. Dizia-me ele: «Eh pá, isto aqui é porreiro! Podíamos fazer aqui uma “visita”.» Bem, quando eles lá foram com os carros, o [António Torres] Rangel só dizia: «O gajo é maluco! Virava-se para a estátua do marquês de Pombal e dizia assim: “É hoje que vens cá parar abaixo. Levas tu e o leão!”»

O senhor não foi?

Eu não. Depois li no jornal que, com o estrondo, houve pessoas que estavam no Hotel Tivoli, estrangeiros, que saíram em camisa de dormir e foram diretamente para o aeroporto.

Morreu um jovem de 18 anos.

Era prostituto, parece. Ali aquela zona à noite é só travestis e maricas... E maricas não fazem cá falta nenhuma, quer dizer...

Segundo documentos da PJ Militar, de 1977, Silva Santos ajudou a preparar um Mini, armadilhado com cerca de 20 quilos de trotil, juntamente com Júlio Regadas, inspetor da PJ do Porto, à porta de casa. Sabiam ambos que o carro tinha sido furtado na véspera e que iria ser utilizado no atentado à sede do PCP, na Avenida da Liberdade, em 1 de maio de 1976. Em tribunal, amigos e colegas de trabalho de Silva Santos deram corda a um falso álibi: no dia em que o carro fora armadilhado teriam jantado na Taberna do Infante, no Porto, e bebido uns copos no bar Ziriguidum.

Silva Santos terá ainda transmitido a Ramiro a ordem de Ferreira Torres para que aquele, juntamente com Manuel Teixeira Gomes e Marques da Costa, procedesse ao atentado no aeroporto da Portela em 14 de maio de 1976. Por fim, terá dado ordens a Ramiro para que, com Teixeira Gomes e Marques da Costa,

metesse uma bomba no carro de um militante do PCP em Campanhã.

Inquirido pela PJ a 8 de agosto de 1976, Teixeira Gomes acusou Silva Santos e Júlio Regadas de terem armadilhado o carro que explodiu à frente da sede do PCP. Assumiu ter guiado um dos automóveis até Lisboa, tendo ao seu lado Marques da Costa. Ramiro levou o outro carro. Teixeira Gomes confessou ainda que a bomba no aeroporto da Portela foi posta a mando de Silva Santos, Regadas e Ferreira Torres.

Voltemos um pouco atrás. O que propôs de início a Ramiro?

Não propus nada.

Não lhe diz «ó Ramiro, é preciso...»?

Eu nunca disse a ninguém o que era preciso. Se fosse feita alguma coisa, muito bem. Se não fosse...

Mas estava a dizer há pouco que decidiu testar o Ramiro...

A primeira experiência a sério foi meter uma bomba na Cooperativa Árvore. O Ramiro caiu na asneira de falar do assunto a duas ou três pessoas que conheço, embora só viesse a saber disso muito mais tarde. Uma delas do Boavista, do qual fui vice-presidente. Contou também ao Valentim Loureiro, que era muito amigo do Vítor Alves e daquele coronel que era todo de extrema-esquerda, mas não podia com o PCP, que vivia praticamente no bar daquela poetisa...

Natália Correia.

Sim, da Natália Correia... Estou a falar do Aventino Teixeira. O Ramiro disse-lhes: «Hoje vai acontecer isto assim.» E esses amigos foram ver. Mas para o Ramiro aquilo eram «peidinhos». Era o que ele dizia...

Mas ele já tinha feito umas coisas do género antes... Tinha mandado automóveis pelo ar, etc.

Mas a Cooperativa Árvore foi a primeira a sério.

Nas declarações à PJ Militar, Ramiro Moreira diz que 90 por cento dos atentados da sua autoria foram mandados executar por Joaquim Ferreira Torres, entre os quais o da Cooperativa Árvore.

Ele disse à PJ, quando foi preso, que as primeiras encomendas foram do major Mota Freitas, comandante da PSP do Porto. Sempre disse que ia à PSP buscar armas e listas com as matrículas dos carros para mandar pelo ar...

Nesta fase já havia umas coisas com o Mota Freitas, sim, mas eu não sabia. Com o Mota Freitas e o major Sampaio Cerveira, que era o segundo-comandante da PSP. O Ramiro tinha uma grande relação com o Mota Freitas. E mostra-me que é assim quando vai ao quartel-general, entra por ali dentro à vontade e sai com umas «coisas» que depois estiveram cá em casa... Dizem que era o Cerveira que lhe dava mais apoio, que era mais maluco do que o Mota Freitas.

Ou seja, quando conhece o Ramiro ele já tinha essa relação?

Sim. Admito que viesse do PPD...

O Ramiro diz que você lhe arranjou uma pistola...

Não foi uma, mas está bem...

Quantas foram?

Só de uma vez dei-lhe cinco! Uma vez dei-lhe uma espingarda de calibre 12 zagalote, tinha-a no meu quarto. Desço as escadas, dou-lhe a arma, ele carrega no gatilho e pam! Não me atingiu, mas fez um buraco aqui em casa, na madeira maciça. «Então o senhor está-me a dar uma arma carregada?!», dizia ele. «E você, para ver se está carregada, carrega no gatilho?!», respondi.

Quando foi detido, em agosto de 1976, Ramiro Moreira contou toda a história do seu envolvimento na rede bombista à Polícia Judiciária. A conversa foi gravada. Nela, o bombista referiu-se, nestes termos, ao amigo «Tó Zé» Silva Santos: «O Gonçalo [Gonçalves Martins] foi-me apresentado uma vez pelo tal Tó Zé, que é o Silva Santos, na Confeitaria Cunha (...). É uma pessoa minha amiga (...). Eu fui sempre bem recebido em casa dele (...). Achava certos exageros em certas coisas (...). O tipo tem dois miúdos pequenos, sabe que eu tenho um miúdo e tenho poucas possibilidades. Ele é empregado na Mabor, ganha o seu ordenado, a sogra é rica, e ele anda ali assim encostado. Mas é um tipo da extrema-direita, e tal, e

que gosta de ver os comunistas a andar para aí de qualquer das maneiras. O que é nunca tomou parte ativa em nada, nem nunca houve assim, nunca fez parte de nada... Tinha uns conhecimentos, e tal, apresentava este, apresentava aquele, de vez em quando dizia: “Ah, e tal, um amigo meu, falei-lhe em si. Você, seu revolucionário do Diabo! O gajo deu quinhentos paus, ou um conto de réis!” E de vez em quando... Se calhar isso até nem era verdade, era ele que queria dar. E para não ser ele a dizer que dava, ou coisa assim do género, arranjava e inventava um outro, um outro amigo dele... (...) O Tó Zé sempre foi contra o Ferreira Torres: “Esse gajo é um explorador! Você vai levado na onda. O Ferreira Torres é um filho da puta! Só quer... Estes gajos, estes capitalistas só querem é o bem-estar deles! Eles não querem nada com a democracia!” E de certo modo até criticava algumas ações... que se faziam (...). E foi falar com o Ferreira Torres: “O senhor quer que o rapaz vá daqui para fora, e tal, mas é preciso que... descoser-se. O senhor mete o rapaz nas alhadas e...” Eu tenho a impressão, tenho a certeza absoluta, que ele teve essa conversa (...).»

As ordens para o Ramiro pôr bombas vinham da parte de quem? Regadas? Ferreira Torres?

Não. Quer dizer, algumas não sei. No caso da de São Martinho do Campo, soube de madrugada, porque o Ramiro me liga a dizer que o carro foi visto, embora a matrícula fosse falsa. «Estou fódido!», disse ele. E agora o que é que eu faço?, pensei. Eu nem sabia se tinha morrido alguém. A verdade é que, nessa mesma noite, o carro entrou numa oficina e às 7h30 já estava pintado de outra cor. Mas também havia coisas caricatas...

De que género?

A do barco soviético em Leixões. Essa é tão ridícula, pá! Ele atirava os *cocktails molotov* e eles caíam na água. Outro foi numa casinha que havia logo ali ao lado, que era de um despachante. Lá foi a puta da casa...

Nesse não estive também outro indivíduo, chamado José Cruz Ribeiro da Silva?

Que eu saiba, não...

O Ramiro e o próprio confirmaram, por exemplo, ter estado nessa de Leixões...

Ai dizem? Oh, meu Deus, pá! Na de Leixões estive lá o tempo todo! Não me lembro de o Zé Cruz lá ter estado...

No libelo acusatório do 5.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa é descrita a seguinte passagem, relativa a estes acontecimentos: «Em 16 de janeiro de 1976, em Matosinhos, cerca das 3 horas e 37 minutos, o Ramiro, acompanhado do arguido José Cruz Ribeiro da Silva e de outros indivíduos não identificados, encontrando-se sobre a ponte móvel do Porto de Leixões, dali arremessou dois engenhos explosivos na direção do navio russo Naderibakovati, não tendo explodido o primeiro, que caiu na água, e deflagrando o segundo no pavimento do cais, causando danos nos escritórios da APDL (...).»

O Ramiro, a dada altura, não perdeu um bocadinho o controlo? É que foram muitos atentados, não é?

Foram. Há um, com mortos, cuja história conheço perfeitamente...

Qual?

O da embaixada de Cuba. A intenção não era matar, era derreter aquilo.

Levei-o eu à embaixada. E depois alguém sugere que se ponha outra bomba no aeroporto, mas essa ele não estava a contar. Havia um avião que ia ficar na Portela três dias. E a segurança do aeroporto era zero. Andaram lá três dias nisto; três ou dois, já não sei. Tiveram de abrir uns buracos no arame farpado, mas ele não tinha cordão suficiente para os explosivos. E teve medo. Mas já que estava lá, e a despesa estava feita, meteu uma bomba nas torres do aeroporto. Cuba foi outra coisa. Mas quem manipulou isso foi o Galvão de Melo...

Como assim?

No dia em que fomos a casa dele, o Galvão de Melo pergunta o que é que se pretende fazer, e tal. Ele já tinha tido um dissabor com o Ângelo de Trancoso, por causa de uma bomba que era para pôr na torre da televisão em Monsanto, em que morreram os dois gajos que levavam a bomba...

Também conheceu o Ângelo de Trancoso?

Esse nunca entrou em minha casa. É um tipo sinistro, pá, puro delito comum. Mas ele fazia segurança ao Galvão de Melo, e entendia-se lá com os ciganos de Viseu, levava-os para os comícios. Mas isto não era para matar ninguém... Para matar, tinha-se falado noutra coisa...

Em quê?

Em matar um dirigente comunista, pá! Eu disse: «Não contem comigo para essa merda.» Ainda chegaram a ir ao escritório dele. A ideia era entrar com ele no elevador e abaterem-no com um silenciador.

Mas essa ideia veio do MDLP?

Qual MDLP! O MDLP não tinha nada a ver com isto...

Então quem sugeriu que se matasse o dirigente comunista?

Neste caso foi o Ramiro.

Era para matar quem?

O Carlos Costa [dirigente histórico do PCP]. Um gajo de óculos, com barbinha, meio achinesado... A minha sogra, que estava a par de tudo, dizia-me sempre: «Mortes não.» Esta casa era dela, na prática eu vivia na casa da minha sogra. De vez em quando vinha gente cá dormir e tudo. E a única vez que ela ouviu o Ramiro falar em eliminar alguém, ela disse: «Mortes não.»

Mas então a iniciativa foi do Ramiro?

Vamos lá ver, o Ramiro dava-se com gajos de quem eu nunca gostei, mas também não tinha o direito de lhe dizer o que ele devia ou não fazer. Não mandava nele, não é?

Quem eram essas pessoas?

Um era o Valdemar, da Confeitaria Cunha. O «Babo». Para o Ramiro, era um ídolo.

O Valdemar Bonito.

Eh pá, não sei se o gajo era bonito ou feio...

Valdemar Bonito era o nome dele.

Sei que uma vez ele veio-me contar que o «Babo» tinha morto um sindicalista. E eu disse: «Ó pá, essas histórias não me adiantam nada, não quero saber de nada disso.»

No mesmo auto de declarações à PJ Militar, em agosto de 1976, Ramiro Moreira confirmou que foi no carro de Valdemar Bonito, filho do proprietário da Confeitaria Cunha, na cidade do Porto, recolher ao comando da PSP várias armas, explosivos e detonadores para as suas ações bombistas, com a anuência de Mota Freitas e Sampaio Cerveira, comandantes daquela polícia na Invicta. Mota Freitas ter-lhe-ia ainda dito que se, por alguma razão, «estivesse em apuros», deveria contactá-lo imediatamente «por qualquer meio ao seu alcance», pois «havia várias individualidades» dispostas a ajudá-lo. Segundo Ramiro, essas personalidades eram do Exército, da GNR, da PSP e da PJ e estavam «muito interessadas e dispostas a dar proteção aos executores dos atentados».

Quem mais tinha influência sobre o Ramiro? O Ferreira Torres?

Ferreira Torres queria estar a par de tudo, mas não. O Ferreira Torres entendia-se bem era com o Manuel «Águia» e o Teixeira Gomes. E eles entendiam-se bem com o Ramiro. Eram todos gajos tesos. Mas admito que o Ramiro fizesse coisas que não me dizia...

Tínhamos ficado na conversa em casa do Galvão de Melo...

É ele que dá a ideia de mandar abaixo a embaixada de Cuba. E o Ramiro disse: «É já, senhor general!» Chegámos cá fora e ele: «É preciso imediatamente ir para a embaixada de Cuba. Temos de calar a boca aqui ao general.» Três dias depois, telefona-me o meu tio: «O Galvão de Melo gostava de falar outra vez com vocês.» Lá fomos. Entramos, o Galvão de Melo começa a conversar sobre muitas coisas, de propósito, a fazer de conta. E diz assim o Ramiro: «Então, general, o que me diz do que aconteceu na embaixada de Cuba?» E o Galvão de Melo, esperto, já começava a conhecer o Ramiro de ginjeira, a topar que ele era um vaidoso: «Ó pá, você não me diga que foi você que pôs a bomba?» E o Ramiro, muito ofendido, levantou-se: «Eu não lhe admito uma coisa dessas, ouviu? Ó senhor Silva Santos, eu vou-me embora. Se o senhor não

quiser vir comigo, eu vou-me embora.» E o Galvão de Melo, a rir-se: «Sente-se aí, pá. Então conte lá como é que foi...» O Ramiro era vaidoso até mais não. Quando estávamos parados vários dias, sem acontecer nada, lá vinha ele: «Como é? Eu não nasci para estar parado. Isto é para aviar. É para continuar a aviar.» E como havia «mercadoria»...

De onde vinham os explosivos?

Do Gonçalo Gonçalves Martins, de Ponte de Lima, que era uma pessoa reservada, escrivão no Tribunal do Trabalho, no Porto. Também puseram o João Veríssimo na cadeia, que também era de Ponte de Lima. A «coisa» vinha sempre através de mim... O Galvão de Melo ainda me pediu para ver se se arranjava um grupo para ir com ele fazer um comício a Beja. Perguntou-me se podia contar connosco. «Claro!» Eu tinha «material». Não daquele pirotécnico, mas do outro, pá... Tinha entregado aquilo tudo ao Ramiro, incluindo uma pistola com silenciador.

Foram todos para Beja?

Fomos e fez-se o comício. Com a polícia a dar apoio. Eles meteram as armas numa carrinha *Citroën ID* que arranjei através de uma grande amiga da minha sogra, de uma família muito conhecida. Deu-nos dinheiro e a carrinha com o depósito atestado.

Por que é que, a dada altura, as bombas começam a explodir em Lisboa?

A mim disseram-me que o general Ramalho Eanes ficou aborrecido com uma cena que se passou no RALIS, em que, num juramento de bandeira, os soldados dos SUV [Soldados Unidos Vencerão] fizeram o juramento de bandeira de punho cerrado. E o Eanes terá dito: «É preciso acabar com isto. A partir de agora, não há mais brincadeiras no Porto.» Ele queria acabar com os SUV. Mas para ter moral para acabar com os SUV não admitia que houvesse outras coisas, nomeadamente, aqui no Norte. O Ramiro ficou fодido, pois nessa noite ia «visitar» um sindicato comuna, na Avenida da Boavista. Tinha-se lá posto o material na noite anterior, de madrugada, e depois era só o Ramiro chegar-lhe o isqueiro. Ele não fumava, mas fazia aquilo com isqueiros do PPD, isso era ponto assente. Mas tinham vindo ordens de Lisboa para parar com as coisas. O Mota Freitas chamou o Ramiro e mandou tirar a bomba do sindicato. Ele ainda barafustou e tal. Mas o Mota Freitas disse: «Imediatamente! Se não, não só não te dou cobertura como te prendo!» E foi tirada.

Há quem diga que a investigação sobre a chamada rede bombista teria ido mais longe se Mota Freitas não tivesse sido tocado. Ou seja, a ideia é que Mota Freitas estava muito protegido pelos militares, eventualmente até por Eanes. Qual é a sua perceção?

Admito. O que sei é que a relação do Mota Freitas com o brigadeiro Pires Veloso era muito boa. Muitas vezes foi referido que o Mota Freitas só foi para Caxias porque o Pires Veloso tinha tido um acidente de helicóptero, caso contrário não tinha ido. Não quer dizer que não tivesse sido preso à mesma, tinha ido era para um sítio diferente. O que se ouvia é que o Pires Veloso nunca deixaria tocar-lhe.

Fale-me então das circunstâncias em que foi detido...

O Ramiro e os outros operacionais foram presos a 6 de agosto. Era uma sexta-feira, estava a almoçar na Maia quando soube. Eu fui o último. Só fui preso dia 23. Mas o Ramiro já me tinha avisado...

Como?

Ligou-me de Caxias, para aí a 15 ou 16. «Olhe, é para lhe dizer que tenho estado a ser apertado, tive de falar no senhor.» Depois disse-me: «Olhe, convinha que o senhor fosse fazer uma visita ao nosso “primo”.» O «primo» era o Alpoim Calvão. Era para avisá-lo, mas achei estranho o telefonema, o Ramiro nunca teve ligações nenhuma ao Alpoim...

Esteve num almoço do MDLP em Vigo, pelo menos...

Sim, mas não sei de mais nenhum contacto. Esse foi o tal almoço que o comendador Abílio de Oliveira pagou. Ele até me disse: «Até estava a beber uns gins tónicos no El Corte Inglés, tinha ido por causa de uns fatos... E a certa altura o Ferreira Torres convidou-me para um almoço. Ninguém se descosia para pagar a conta, tive de ser eu...»

Ramiro Moreira, nas declarações prestadas à PJ Militar, em Lisboa, assegura que foi convidado a aderir ao MDLP num almoço em Vigo, no qual participaram, entre outros, Alpoim Calvão, Abílio de Oliveira, Ferreira Torres, Júlio Regadas e Manuel Macedo. O almoço foi pago pelo comendador de Santo

Tirso. Segundo Ramiro, Abílio de Oliveira pagou também um milhão de pesetas pelas armas destinadas ao MDLP, entregando o dinheiro a Alpoim Calvão. O «negócio» foi feito no parque de estacionamento do restaurante onde almoçaram, tendo Abílio comentado que as armas eram «muito bonitas». Retiraram-se todos juntos, em direção ao Hotel Niza, pelas 17 horas, altura em que as armas que se encontravam no porta-bagagens do carro de Alpoim Calvão foram transferidas para a mala do automóvel de Ramiro. Foi o inspetor da PJ do Porto, Júlio Regadas, quem o ajudou a passar a fronteira sem problemas, tendo-as depois transportado para a casa de Ferreira Torres no Porto e, posteriormente, para o Comando-Geral da PSP no Porto, à guarda de Mota Freitas.

Voltando ao telefonema do Ramiro, de Caxias...

Disse-lhe: «Não, pá, estou muito bem aqui em casa, não vou agora visitar nenhum “primo”...» Mas agradeci o conselho. E fiquei de pé atrás, como é lógico. Dia 23, uma segunda-feira, fui dentro. Já tinham estado aqui nas redondezas uns fulanos a controlarem-me os movimentos. Cheguei à Mabor e, passado um bocado, veio a telefonista dizer-me: «Estão ali uns senhores da Judiciária, querem falar-lhe.» Seguiram-me até casa, ainda tomámos café, e não abriram gaveta. Eu também não tinha nada em casa. Disseram-me para levar uma malinha. Despedi-me da minha mulher, que estava grávida, e cheguei por volta das 11 horas à PJ do Porto, onde estava à minha espera o capitão Ferreira da Silva...

E então?

Eu não o conhecia, mas o gajo pôs-se todo meu amigo: «Estou numa alhada, pá, uma chatice. O problema maior são as armas. Dizem que foi o senhor que arranjou aquelas armas que foram apanhadas», e tal. «É verdade», respondi. «E quem lhe arranjou as armas?», perguntou. «O meu cunhado.» Eu, entretanto, tinha falado com o doutor Mendonça Monteiro, que foi advogado do Ramiro Moreira, e ele aconselhou-me: «Ó pá, *desenmerda-te*. Não fales. Dizes o que tiveres a dizer e mais nada. Aguenta o primeiro embate...» Assim fiz. E o Ferreira da Silva: «Então o senhor está a denunciar o seu cunhado?» Ele tinha morrido em 1971 ou 1972, num desastre de automóvel. «É a verdade», disse eu. «E como é que se chega ao seu cunhado?», insistiu ele. «Olhe, só se for no cemitério, ele morreu», respondi. Entretanto, ele saiu da sala para combinar com a PJ para me levar para Caxias de carro. E a dada altura diz-me assim: «Olhe, você vai ser ouvido pelo juiz de instrução amanhã. Em relação a essa coisa das armas, veja se arranja outro argumento. É que as armas são de 1973.» Fiquei encavacado.

O que aconteceu a seguir?

Foi logo das primeiras coisas que o Pereira Cabral, o juiz de instrução, me perguntou quando cheguei a Caxias. E eu disse: «Ó senhor doutor, realmente eu estava nervosíssimo, tratou-se de uma conversa informal com o senhor capitão Ferreira da Silva. Mas em relação às armas, não sei.» Ele passou à frente, queria era outras coisas...

A ordem de captura de António Silva Santos foi dada por Pereira Cabral a 12 de agosto de 1976. O juiz de instrução atribui-lhe a autoria moral de três crimes: «sugeriu» a colocação de bombas no aeroporto de Lisboa e em Campanhã e colaborou na preparação do carro-armadilha que explodiu na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Interrogado a 24 de agosto, Silva Santos negou qualquer participação direta ou indireta em atentados. Admitiu, isso sim, ter conhecido Ramiro nos comícios do PPD e do CDS, tendo estreitado as relações com ele a partir de um comício deste último, realizado no Estádio das Antas, por lhe ter facilitado, através de um amigo, o acesso aos camarotes. No seu depoimento, Silva Santos só admitiu a existência de encontros ocasionais com Ramiro. Disse ter-lhe emprestado dinheiro. O bombista lamentara-se de ter sido saneado, dizia que tinha mulher e filhos e outros encargos, e queria comprar produtos químicos para, depois de desdobrados por ele, serem vendidos a empreiteiros e arquitetos. Silva Santos confirmou que Ramiro telefonou de Caxias a aconselhá-lo a passar umas «férias», por lhe constar que o seu nome havia sido referido no processo.

Ou seja, depois da conversa com o capitão Ferreira da Silva seguiu logo para Caxias?

Sim, às duas, três da tarde fui para Lisboa com dois tipos da PJ. Eles à frente. Eu não ia algemado. Parámos para tomar um café, comi um pastel de bacalhau e deixaram-me ir sozinho à casa de banho. Quando chegámos a Lisboa, seis e meia, sete da tarde, fomos jantar, porque se eu chegasse a Caxias depois das seis já não me davam jantar.

Os agentes da PJ levaram-no a jantar antes de ir preso?

Sim, sim! Fomos à Churrasqueira do Campo Grande. Um deles disse: «Vamos jantar aqui e vamos lá pô-lo depois do jantar.» E assim foi.

Entrámos e estava lá o fadista João Ferreira-Rosa: «Então aqui por Lisboa?» E eu disse: «Olha, estou preso.» Os gajos da Judiciária ficaram furiosos por eu ter dito aquilo, pá! Entretanto, havia uma mesinha pequenina com um telefone, onde se metiam moedas de cinco tostões para fazer chamadas... E digo: «Precisava de falar para casa. Os senhores deixam-me falar para casa?» E eles: «Pode telefonar à vontade.» Eles devem ter ficado impressionados por ver a minha mulher grávida e lá deixaram. Aproveitei, meti mais cinco tostões e fiz outro telefonema para o meu tio-padrinho, que é advogado em Lisboa. Ele tinha visto a notícia da minha detenção na televisão e diz-me: «Onde é que estás?» E eu disse. Ele nem me deixou dizer mais nada. «Vou já aí ter contigo.» Ele julgou que eu me tinha pirado. Chego à mesa e disse aos agentes da PJ que tinha tomado a liberdade de ligar para o meu tio, mas para eles não se preocuparem, que ele não ia causar nenhum problema. «Eh pá, isso é que o senhor não podia fazer.» Chega o meu tio, apresento-o e eles: «O senhor doutor também quer jantar e tal?»

Que simpáticos, tendo em conta que estava detido...

Foram simpáticos até ao fim. Isto é rigorosamente verdade. De tal maneira que fomos no carro do meu tio para Caxias, ele e eu à frente e os tipos atrás. O carro deles ficou lá e depois veio o meu tio trazê-los ao carro. Chegaram a Caxias, disseram que eu já tinha jantado e lá me meteram numa cela VIP. Fiz a cama e lá fiquei.



Quanto tempo estive detido em Caxias?

De 23 de agosto a 9 de outubro de 1976.

Como eram as condições da prisão?

Catitas. Tinha um quartinho, a cama com lençóis da PIDE, casa de banho privativa com água quente e bidé. Fiquei muito bem instalado.

Entretanto, quem vai para comandante de Caxias é o Baltazar Ferreira (ver *Os diários do Capitão*), com quem sempre me dei lindamente e que conheci em Angola. O gajo adorava-me, pá! Era cheio de atenções comigo... De vez em quando chamava-me para tomar um cafezinho, às 10 horas. Ia lá falar com ele com muita frequência.

E os outros?

O Regadas passava o dia com o braço de fora, com um espelho, a ver quem é que entrava. E estavam lá os «pides» noutra ala. O Ramiro e o Teixeira Gomes estavam juntos. O Regadas, o Décio Sottomayor e o Gonçalo Gonçalves Martins estavam sozinhos. O João Veríssimo, de Ponte de Lima, e o comendador Abílio de Oliveira também. O comandante Mota Freitas e o Ferreira Torres estavam ao meu lado, juntos. Ah, entretanto, o comandante mandou pôr um candeeirinho na cela, porque eu disse-lhe que gostava de ler. E uma televisão. À hora do almoço e ao jantar vinha uma cerveja fresquinha. O comandante tinha atenções comigo, não me posso queixar de nada...

Esteve sempre sozinho na cela?

Estive com o Gonçalo Gonçalves Martins, de Ponte de Lima, mas por pouco tempo. Eu limpava o quarto de banho todos os dias. Todo! Fazia a barba, tinha o meu *nécessaire*... E o Gonçalo, ao fim de três dias, começa a fazer chichi no bidé. «Qual é o problema?», perguntou ele. «Eh pá, eu não gosto!» E o gajo: «Olha, temos aqui barões de cu lavado.» Pedi para o tirarem dali.

Maus tratos, pancada, havia?

Nada! Quais maus tratos?! Vou-lhe dar um exemplo: o recreio era no pátio, das 10 às 11 horas, e a primeira coisa que o Ramiro pediu à minha mulher, quando ela foi lá visitar-me, foi um bronzeador. Para não se queimar... (risos)

Como é que Ramiro se portou em Caxias?

A dada altura, o comandante chamou-me e pediu-me: «Eh pá, tu dás-te bem com o Ramiro? Vê se consegues segurar o gajo, que ele é maluco.» O Ramiro estava sempre aos gritos: «Pergunte lá ao comandante quem é que ele quer cá. Querem cá o Eanes? Eu é só cagar e ele liga para cá! Querem o arcebispo de Braga?» Era assim. Então disse ao comandante Baltazar: «Eh pá, a melhor maneira de o calar é arranjar-lhe um advogado. Só que para o advogado é preciso dinheiro e eu não tenho, pá.» Entretanto, comento a situação com o Ferreira Torres. E ele: «Esse gajo é maluco, esse Ramiro é um filho da mãe», não sei quê e tal...

Onde é que conversavam sobre isso? No pátio?

Às vezes, quando eu ia para a enfermaria, falávamos pela portinhola da cela. O Ferreira Torres, o Mota Freitas e o comendador não apareciam no pátio. Eu também fui poucas vezes. Então disse ao Ferreira Torres: «É preciso arranjar um advogado ao Ramiro. Dou-me bem com o comandante, pá, mas ele sozinho não faz milagres. Veja lá se trata disso, pá.» Lá apareceu o dinheiro para o advogado, que foi o «Zé Tó» Mendonça Monteiro. No dia seguinte, no gabinete do comandante de Caxias, o advogado disse-lhe logo: «Ó Ramiro, você tem de parar, pá! Você tem uma pena de 25 anos às costas, pá, portanto, não há mais *cagalhota*, você pode arrastar outras pessoas, pá. Vamos lá ver se aguenta, que isto não é para brincadeiras.» E o «Zé Tó» depois lá se entendeu lindamente com os advogados dos outros, o Leite Faria, e tal. Eles tinham uma paixão pelos vinhos, entendiam-se bem nisso, e essas coisas ajudam, está a ver?

Começaram a concertar posições...

O à-vontade daquilo era ridículo, parecia brincadeira. As famílias iam lá duas ou três vezes por semana e, às vezes, estavam numa sala a conversar umas com as outras. E nós a conversarmos também, com os polícias à volta. «Eu disse isto, os gajos perguntaram aquilo... Agora vão esmiuçar mais isto...» Os advogados traziam fotocópias das perguntas e respostas do processo e depois distribuíam-nas, para sabermos o que um tinha dito, o que tinha dito o outro, etc.

Mesmo nos interrogatórios, o tratamento foi sempre civilizado?

Civilizado. Sempre. Com todos.

Saiu a 9 de outubro, portanto. Para aguardar o julgamento em liberdade, certo?

Para aguardar julgamento em liberdade. E com a promessa de não me meter em nada.

Só para frisar bem: em nenhum momento sentiu qualquer intimidação na prisão ou...

Nada!

Ou que estava em perigo?

Não. Nada. Olhe, um dia foi preso o Otelo. E o comandante chamou-nos. «Eh pá, vem para cá o Otelo. Não quero complicações. Ele vai para um sítio completamente diferente, mas eu não quero aqui arruaças.» Falou para o boneco, claro! Mal chegou o Otelo, só se ouvia: «Ó filho da puta, estavas a rir-te.» Víamos o Tejo, a ponte, e dizíamos: «É ali que vais ser enterrado. Vais ser enforcado!»

E ele?

Não respondia. Nem sei se ouvia.

Voltando à sua libertação...

Quis vir no primeiro avião que havia, porque entretanto tinha nascido a minha filha, mas só consegui chegar à noite. Fui logo para a casa de saúde, na Trindade. Mas demorei a entrar no quarto, pois estava muita gente a querer abraçar-me, até familiares dos outros presos.

Que impacto é que a célebre gravação de Ramiro, na PJ, teve em si? Como reagiu?

Não achei graça nenhuma, pensei que ele se estava a enterrar. E quando as pessoas se enterram por elas próprias, que se enterrem.

Mas ele praticamente não fala de si...

Pois não, pois não. Protegeu-me sempre, isso é verdade...

Ele diz várias vezes que recebia para pôr bombas...

Mentira. Vamos lá ver, pode ter havido algumas verbas... Como quando foi da embaixada de Cuba.

Como foi isso?

A certa altura ele telefona-me a dizer: «Daqui a bocadinho, está tudo em ordem... Está tudo pronto.» Eu disse: «Eh pá, logo a seguir é vir embora imediatamente. Imediatamente!» O Ramiro tinha muito o hábito de fazer as coisas e depois ficar a ver. Levantava-lhe o ego. Passam as horas e eu começo a andar de um lado para o outro. Um amigo meu ouviu na rádio e veio dizer-me. Depois telefona-me o Ramiro: «Pá, vou sair agora de Lisboa.» Eu às vezes dizia-lhe: «Que raio de gozo você tem. Um dia é apanhado, sem necessidade nenhuma.»

Contactou com elementos do Esquadrão Chipenda?

Na mesma altura da chamada rede bombista são presos dois ou três fulanos que estiveram também a lutar... não sei é os nomes deles... a lutar com o Holden Roberto, da FNLA... Devia ser isso. Foram-me apresentados em Ponte de Lima pelo Gonçalo Gonçalves Martins, com o objetivo de «alargar a coisa». Os tipos tinham um aspeto...

Um deles era o José Cruz Ribeiro da Silva?

Sim, um deles é o Zé Cruz Ribeiro da Silva. Iam assaltar a Standard Eléctrica, sacar os ordenados e não sei quê... Nunca mais o vi. Ele e outro ainda foram fazer um serviço à sede do PCP em Viana do Castelo. O Gonçalo ainda disse: «Podíamos testar os gajos, a ver se eles servem.» E eu disse: «Façam lá o que quiserem.» Mas eles em vez de meterem a bomba no PCP...

Enganaram-se, não foi?

Enganaram-se uma gaita! Meteram-na numa loja de eletrodomésticos. Eram tipos de puro delito comum. Mas depois o Zé Cruz é preso e foi o primeiro a bufar. Disse que tinha ido meter a bomba e roubar para o MDLP ou para rede bombista... Já na Standard Eléctrica tinha feito o mesmo. Disse que o dinheiro era para a contrarrevolução... O Gonçalo Gonçalves Martins é que metia essas coisas na cabeça do doutor Pedro Magalhães, de Ponte de Lima, que depois teve de fugir para o Brasil sem estar metido em coisa alguma...

Das pessoas com quem esteve detido, no âmbito da chamada rede bombista, qual delas respeitava mais?

Respeitava o Ramiro, o Marques da Costa [Manuel «Águia»] e o Teixeira Gomes. Este tinha bom fundo, catita, gostava era de comer, pá. Era o que ele gostava. Até podia dormir no carro. Mas o Ramiro não, o Ramiro queria hotéis de cinco estrelas. O Ramiro sacrificava um almoço ou um jantar para dormir num hotel de cinco estrelas. Naquele tempo, o Ramiro dormia no Hotel Estoril-Sol ou no Tivoli. Os outros ficavam furibundos, porque depois comiam uma coisinha de nada, e os gajos queriam era comer de faca e garfo, dormiam no carro se fosse preciso.

Havia outro, o Torres Rangel...

Sim, o da EFACEC. Dávamo-nos todos muito bem. O Rangel era engenheiro. Era um bocado cagão, tinha a mania da Maçonaria, via maçons por todo o lado. «Os senhores só se preocupam com o comunismo, mas e a Maçonaria?», perguntava ele.

De onde vinha o dinheiro para isso?

Para essas coisas não faltava. Havia sempre duas ou três pessoas que davam. Um deles era o que eu quisesse: cinco, dez, vinte, trinta contos. Eu ganhava bem, tinha uns tostões, pá. Mas às vezes era complicado. Uma vez, para irem fazer um serviço a Lisboa, foram dois carros iguais, um verdadeiro e um falso, pá. Havia dinheiro para irem a Lisboa, mas depois já não havia para dois selos... Estávamos ali a combinar as coisas na Confeitaria Petúlia e não havia 500 ou 600 paus para o que faltava. Ia a passar um fulano meu amigo e eu disse-lhe: «Pá, preciso que me emprestes 500 escudos.» E ele: «E só precisas de 500 escudos?» Disse-lhe que tinha umas pessoas à espera para ir a Lisboa fazer umas coisas e tinha de pagar hotéis. E tinham de ser hotéis bons. Diz o gajo, que era dono de um hotel em Lisboa: «Até tens mais. Levas o dinheiro na mesma, mas eles não pagam hotel. Ficam lá os dias que quiserem.»

Como é que se chamava o hotel?

Hotel Britania. O dono era o meu amigo Manuel Serra, o dos azeites Serrata. Ele ainda foi incomodado. Por causa de uns telefonemas feitos de lá... Mas ele marimbou-se para isso. Um dia, o Manuel Serra foi visitar-me a Caxias. Não podiam entrar pessoas que não fossem familiares diretos, mas ele conseguiu. Chegou à minha beira e disse: «Deixei-te ficar umas coisas...» No dia seguinte de manhã, o comandante mandou-me chamar: «Ó pá, onde é que tu julgas que estás?!» O que era? O Manuel Serra tinha-me deixado um daqueles cabazes de verga, enorme, com gin, uísque velho, águas tónicas, limões, caviar, salmão fumado, amêndoas, chocolates... Pá, uma coisa!

Obviamente, eles não o deixaram entrar com aquilo, ficou retido. E foram entregar ao comandante. Quando ele me mostra aquilo... Então ele disse: «Ó pá, calma! Para já, este uísque é para mim. O gin não bebes, nem a água tónica, era o que faltava agora servir bebidas. Salmão fumado e caviar? Onde é que já se viu? Levas umas merdices para comer e vou arranjar uma garrafa, dessas sem rótulo, para lewares para a cela como se fosse chá, e bebes o uísque que quiseres, pá.»

Manuel Serra foi então um dos que mais ajudaram a financiar as vossas atividades...

Foi um dos que ajudaram. Outro foi o Emílio Ramirez, das conservas. Esse também era o que eu quisesse. E o António Azeredo, irmão do general Carlos Azeredo. Não sei de onde é que o dinheiro vinha, ele não tinha dinheiro para ele, mas lá chegava à minha beira e dizia: «Eh pá, tenho aqui um envelope com cinco contos, para ti.» Do Ferreira Torres ou do comendador Abílio de Oliveira nunca recebi um tostão. O resto era dinheiro meu. E da minha mulher, que tem mais dinheiro do que eu. A minha sogra também ajudava. Mil escudos, cinco, dez contos...

Com que ideia ficou do envolvimento do comendador Abílio de Oliveira na chamada rede bombista?

Nunca lhe perguntei, mas creio que se entusiasmou. Estávamos muitas vezes juntos em Espanha, ele estava hospedado no Hotel Baía... Dizia umas asneiras, daquelas grossas. É ele que dá o dinheiro para as armas naquele almoço em Vigo, com o Alpoim. Eu estava no mesmo sítio do Ferreira Torres, o Hotel Niza. Almoçámos duas ou três vezes no restaurante Las Bidas...

Em declarações à PJ, no dia 12 de agosto de 1976, Ramiro Moreira afirmou ter sido Silva Santos quem lhe contou que Abílio de Oliveira havia dado elevada importância a um indivíduo ligado ao MDLP, para ser entregue a quem fizesse um rebentamento na casa de um oficial comunista da Região Militar do Norte (RMN). Ramiro disse nada ter recebido e que Silva Santos o verberou por ele ter procedido a este

rebutamento, uma vez que não tinha sido ordenado pelo MDLP. Tratava-se, terá alegado Silva Santos, de uma vingança pessoal do comendador. Pedro Ribas de Menezes era o elemento responsável pelo MDLP em Braga. Terá sido ele a dar ordens a Ramiro Moreira para execução de um atentado bombista numa vivenda e num carro em Miramar, ambos pertencentes a um oficial do Quartel-General da RMN.

Com que ideia ficou de Ferreira Torres?

O Ferreira Torres ameaçava sempre muito: «Se meto a boca no trombone, vai muita gente comigo.» E eu dizia-lhe: «Você qualquer dia arranja um trinta e um.»

E arranjou...

Sabe o que ele me dizia? «Quem me quiser matar não tem problema. Todos os dias saio do hotel às 11h20, 11h30. Vou a uma casa de câmbios e os passos que dou são todos os dias iguais. Chego a pisar a mesma pedra à ida e na volta. Chego aqui depois das 12h30, vou ao quarto, vejo o que tenho para fazer, saio pelo mesmo sítio, e almoço no Las Bidas.» Quando eu insistia para ele ter cuidado, ele respondia: «Sei muita coisa. Quem se meter comigo vai também.» Não sei se ele sabia muito da operacionalidade da coisa, mas dos negócios sabia...

No seu caso, o envolvimento nestas ações foi por quê?

Havia uma causa maior. Mas houve muita gente que se serviu.

A que nível?

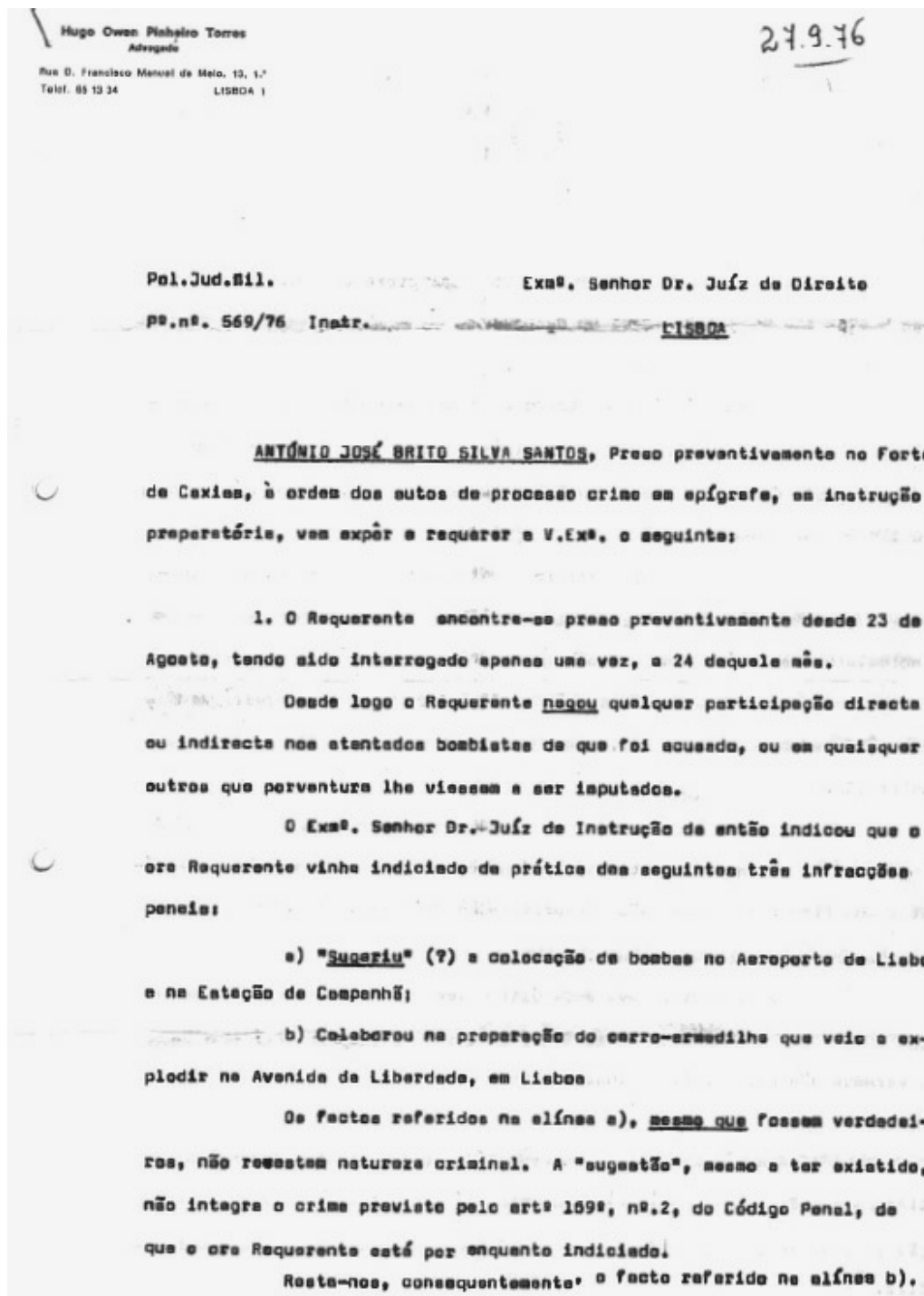
A um nível barato, pá. A um nível barato...

O Ramiro Moreira chega a dizer, na célebre gravação, que isto era mais negociatas do que política...

Se houve alguém que usufruiu disso foi ele, pela porta do cavalo. Por necessidade, não digo o contrário. Ele tinha uma vida sempre aos trambolhões, mas não se coibia de nada, tinha de ser do bom e do melhor, das camisas ao resto.

Como é que foi o seu regresso à vida normal depois de estar preso em Caxias e de ter ficado a aguardar julgamento?

Voltei novamente à Mabor. Pessoas ligadas à empresa, agentes que nem sequer eram da minha zona, convidavam-me para jantar. Encomendavam-me quantidades astronómicas de pneus. Depois, chegava a qualquer lado e as pessoas diziam: «Pá, você não me vai falar de pneus, pois não? Conte lá como é que foi em Caxias...» Mas nunca me senti um herói.



Quando é que se colocou a questão de ter de ir para Espanha?

Foi no final do mês de março de 1977. Quem me avisou foi o filho da mulher do Mota Freitas ou a mulher do Ferreira Torres, já não me lembro: «Olhe, é para lhe dizer que eles já foram. Veio a informação lá de baixo. Aconselho-o a ir também.» Telefonei ao Décio Sottomayor, coitado, que era o mais novo de nós, e disse-lhe: «Olhe lá, parece que você também está na lista.» Veio o pai cá pô-lo, o gajo ficou assustado, pá. Partimos logo nessa noite, no meu carro. O Mendonça Monteiro veio entregar-me pesetas, eu nem tinha pesetas.

De onde partiu essa informação?

A mim disseram-me que partiu do próprio juiz de instrução, que na altura era o Dário Rainho. Caso contrário, íamos parar a Caxias outra vez. Acabámos por nos encontrar algures na fronteira.

Se fosse detido, ficava preso até ao julgamento, certo?

Claro. No dia seguinte soube pelo Ferreira Torres que alguém do Conselho da Revolução tinha feito pressão junto do juiz de instrução Dário Rainho para voltar a parar a coisa, porque não havia motivo nenhum para continuar com isto...

Na versão relatada ao tribunal por Hugo Pinheiro Torres, seu advogado da altura, Silva Santos estava no estrangeiro «para poder angariar o sustento dos seus».

Quanto tempo ficou em Espanha?

Um ano e meio. Sem vir cá. Recebia as visitas da minha mulher e dos meus filhos em Vigo. Era quando havia dinheiro para eles irem. Repare, eu estava num hotel. A minha mulher vendeu um andar para pagar o advogado e mais coisas. O julgamento começou em novembro de 1977 e depois, a 6 de julho de 1978, fui absolvido.

Regressou logo?

Aconteceu uma cena caricata, no dia seguinte. A minha mulher tinha ido lá ter no carro dela e éramos para vir logo. Mas liguei para o meu advogado e ele disse-me assim: «Eh pá, não faças isso, porque o teu nome ainda está na fronteira, ficas lá encanado e arranjias um trinta e um do arco da velha. Ninguém te tira de lá no fim de semana.» Então disse para a minha mulher se ir embora. Meia hora depois de ela sair, chega o Valentim Loureiro com a mulher. Explico a situação e diz ele: «Vai lá acima buscar a mala depressa, vamos embora, para ver se ainda chegamos a tua casa primeiro que a tua mulher.» Eu ia atrás e ele com a mulher à frente. Quando chegámos à fronteira, diz o guarda: «Ó senhor major, vocês são três, mas o senhor só traz dois passaportes...» E ele logo: «Olhe, perdi-o, mas vou compensá-lo: um dia destes vai ver o Boavista jogar.» O gajo tinha uma lata, pá! E foi assim que passei de carro, na fronteira. Viemos a correr e quando chegámos à porta de casa estava a minha mulher a arrumar o carro.

Algumas passagens de Valentim Loureiro tornaram-se épicas, até do âmbito da mitologia, quiçá. Paradela de Abreu conta uma nas suas memórias. Em pleno «Verão Quente» de 1975, o editor e «chefe» do Movimento Maria da Fonte deslocou-se à Galiza para um encontro conspirativo com Alpoim Calvão. Com ele iam o cónego Melo, Joaquim Ferreira Torres e o então capitão Valentim Loureiro. Poucos minutos após atravessarem a fronteira, Valentim terá parado o carro e mandado sair os tripulantes. «Com uma rapidez impressionante, tira o forro das duas portas da frente do automóvel e começa a apanhar montes de notas de mil pesetas que foi guardar em determinado local (...). Tínhamos acabado de dar cobertura a uma operação de contrabando de divisas (...),» recordou Paradela de Abreu.

Só voltou, portanto, a tribunal quando o julgamento se repetiu?

Sim, na repetição. Já nos anos 1980. Nessa altura, os advogados do PCP e da esquerda estavam mansinhos como cordeiros. Eu estava tranquilo. O meu advogado, o doutor Cancela de Abreu, estava confiante de que aquilo tinha dado uma grande volta em relação ao primeiro julgamento. Por conseguinte, havia uma certa tranquilidade. E a imprensa também já não era a mesma, estava mais branda...

E Ramiro, como se portou?

Ele ficou muito revoltado. Ele andava numa relação amigável com os advogados do outro lado, dava-se bem com o Fernando Luso Soares, do PCP, julgava-se importante. E a dada altura deve ter-se convencido de que poderia ser ilibado.

Que pontes, do vosso lado, havia no Conselho da Revolução? Canto e Castro foi um deles...

Conheci o Canto e Castro na tropa, em Angola. Dei-me bastante com ele. O Canto e Castro falava de gajas, de aviões e de pouco mais. Nessa altura também lá estava o cunhado do Eanes, o que bombardeou o RALIS no 25 de Novembro de 1975, o César Neto Portugal. Bem, não sei que contactos existiam, mas uma vez fui falar com o Canto e Castro ao Conselho da Revolução, a pedido da mãe do Rui Moreira, o presidente da Câmara do Porto, por causa do pai, que estava preso. Mas ele foi libertado pouco tempo depois, não devo ter tido muita influência...

César Neto Portugal viria a ser testemunha abonatória de António Silva Santos no julgamento da rede bombista.

Com que ideia ficou de Valdemar Paradela de Abreu?

Tirei-lhe a pinta no primeiro dia. Fomos a uma quinta em Amarante e a certa altura o dono da quinta diz assim: «Eu quero colaborar com o MDLP.» E deu 50 contos [quase 7 mil euros em 2015]. Mas o Paradela usou o dinheiro para pagar dívidas que tinha. Isto eu sei.

Foi essa a reunião que depois deu origem àquelas explosões seguidas em Braga, em 29 de janeiro de 1976?

Não, mas também lá esteve gente que participou nisso. Nessa noite que refere foram pelo menos sete atentados ao mesmo tempo. Havia um gajo dos caixões, o Alberto das Urnas, por quem o Ramiro Moreira tinha muita consideração, que estava doido para fazer alguma coisa em Braga. Ainda fizemos lá umas reuniões em cima das urnas, o Ramiro dizia que ele era um gajo teso...

De acordo com as declarações de Marques da Costa [Manuel «Águia»] à PJ, a reunião do MDLP que teve lugar antes dos rebentamentos em Braga contou com a presença de Ramiro Moreira, Silva Santos, António Carlos Rangel, Décio Sottomayor e Gonçalo Gonçalves Fernandes. A madrugada de 29 de janeiro foi, para a rede bombista, «uma espécie de Carnaval antecipado», de acordo com o Diário de Lisboa. Além de bombas em vários sindicatos de Braga, explodiram outras nas instalações do INATEL, na sede da UDP e no Banco Totta & Açores. Na mesma noite de terror, e de passagem pela localidade de A-Ver-o-Mar, alguns elementos do mesmo grupo de operacionais fizeram rebentar um petardo na residência paroquial do padre Ângelo da Venda, cujas simpatias de esquerda e posição crítica sobre a hierarquia da Igreja lhe valeram excomunhão por parte do arcebispo de Braga.

O que foi, no seu entender, o Movimento Maria da Fonte?

Era uma forma de dar legitimidade ao envolvimento e à intervenção da Igreja de Braga. Não foi mais do que isso.

É verdade que a Igreja envolve-se quando Sanches Osório faz um telefonema anónimo para o aeroporto da Portela a dizer que o arcebispo carregava divisas e mandaram despi-lo na alfândega?

Bem, ao Sanches Osório tive eu de arranjar-lhe a farda e os galões para ele ir a uma reunião com o Spínola. A minha versão é que houve mais telefonemas para o aeroporto, com conhecimento e intervenção de alguém da Igreja.

Quem foram as outras pessoas?

Eu fui um deles. Mas admito que o Sanches Osório também tenha telefonado. Eu não fiz isso de livre vontade, foi tudo planeado. Foi a maneira de a Igreja se envolver ainda mais neste processo, porque o arcebispo, enfim, dava apoio, mas estava um bocadinho renitente...

O propósito era ter cada vez mais gente contra o PCP. Nós fizemos muito isso, pá! *O Comércio do Porto* levou com uma «ameixa» para depois dizerem que tinha sido a esquerda. (risos) Nós tínhamos uma dose de inconsciência.

***O Comércio do Porto* foi um jornal importante para a estratégia da contrarrevolução, não foi?**

Foi.

Nomeadamente o jornalista Fernando Barradas. Conheceu-o?

Sim. O Barradas era um pândego, pá! Escrevia aquilo que a gente queria. Bastava um jantarinho no restaurante Comercial e uns uísques *Ballantine's* 17 anos. Contribuía para agitar. Fez nome e, na altura, teve coragem de escrever umas coisas que ninguém escrevia, pá. Mas era um pândego, inconsciente. Morreu num acidente.

Fernando Barradas era amigo pessoal do comandante Alpoim Calvão, que conhecera em 1972, na Guiné. É dele a autoria de uma entrevista ao chefe operacional do MDLP, a 13 de novembro de 1975, no jornal O Comércio do Porto, em que Calvão se deixa fotografar junto a um marco quilométrico da estrada Braga-Chaves, para atenuar o efeito das detenções do tenente Benjamin Abreu e do major Mira Godinho, dias antes, no Seminário de Braga, quando participavam numa reunião conspirativa do MDLP com o cônego Melo.

Como é que Ramiro conseguiu fugir e arranjar emprego na Petrogal, em Espanha?

Nem ele sabe. Uma rapariga minha amiga, a Isabelinha, filha do comandante Almeida Pinheiro, com quem estive em Luanda, foi trabalhar para a embaixada de Portugal em Madrid. Ainda falei com o meu amigo Brito e Cunha, o médico, pai do embaixador Brito e Cunha, que era muito amigo do Duarte Freitas do Amaral, pai do Freitas do Amaral, que havia sido administrador da SACOR [atual Petrogal]. Mas depois acabou por não ser preciso. O certo é que a Isabelinha, sem ter por lá um lugar muito importante, tinha bons contactos com várias famílias e gente próxima do rei. E disse para o Ramiro ir falar com ela.

O Ramiro já estava em Espanha?

Tinha saído da cadeia de Custóias. Arranjar emprego estava difícil... E eu disse-lhe: «Não lhe prometo nada, mas vá lá falar com ela.» O delegado da Petrogal em Madrid era o Juan Calvo de Mora...

Calvo de Mora, advogado, casado com a portuguesa Maria Inácia Brito e Cunha, fora um dos principais auxílios de portugueses fugidos à revolução, entre 1974 e 1975. A um dos mais credenciados, o major Sanches Osório, Calvo de Mora pôs o seu escritório à disposição.

Calvo de Mora viria a ser advogado do Ramiro...

Sim, foi. Era genro do embaixador Brito e Cunha. Quando conhece o Ramiro, o Calvo de Mora acha-lhe um piadão. O Ramiro tinha boas maneiras, bom aspeto, andava com o moral em cima e, no conceito dele, já era herói nacional. E é assim que ele vai para a Petrogal. E tornou-se um belíssimo profissional, ganhou bom dinheiro. Dizem.

Como é que ele, tendo um mandado, veio a Portugal tão à vontade durante anos?

Isso pergunto eu. Há até uma história engraçada, da qual não sei explicar os contornos todos, mas que é mais ou menos assim: o Ramiro, convencido de que nada lhe acontecia ao passar a fronteira, veio fazer um curso sobre novos petróleos ou não sei quê à Petrogal. Esteve cá um mês e meio! Na Petrogal, um ninho de comunistas! No fim, voltou a Madrid para trabalhar. Pergunta-me: «Como é que isto é possível?» Não faço a mínima ideia, mas foi possível.

O que sei é que, a certa altura, ele foi falar com o Mário Soares a um hotel, em Madrid. O Presidente da República estava lá em visita e o Ramiro teve lata de ir ao hotel. O Mário Soares ter-lhe-á achado graça, mas não sei se o indulto teve a ver com isso. Admito que tenha sido por um favor eterno que ele devia ao Valentim Loureiro...

Qual favor?

Como se recorda, aquando da primeira eleição presidencial do Soares, em 1986, ele partiu para a campanha com pouco mais de 8 por cento. O PSD apoiou o Freitas do Amaral, mas nos comícios do Soares apareceu um senhor chamado Valentim Loureiro, que mobilizou gente do partido, com bandeiras e tudo. A dada altura, é a própria Maria Barroso que diz isto ao Valentim: «Ó senhor major, isto está quase a terminar, há mais dois comícios a que o senhor tem de ir.» A verdade é que a coisa virou e o Soares ficou com uma dívida de gratidão para com o Valentim. Aliás, o Valentim é assim, conheço-o bem. Estive onze anos com ele no Boavista, tachos nunca me faltaram. Com os defeitos todos que tem, é um homem com um coração enorme, pá, dá a camisa, dá tudo. A bem empenha-se, mas quando entra em quezília, cuidado...

No caso do Ramiro ter-se-á empenhado junto de Soares, então?

Estou convencido que sim. Não deve ser por acaso que o Valentim Loureiro é padrinho do filho dele com a bielorrussa.

Que opinião tem hoje de Mário Soares?

Ao embaixador [Frank] Carlucci e ao Mário Soares, a gente deve-lhes um bocado, não é? Olhe, eu e muitas centenas enchemos o Estádio das Antas no comício do PS em pleno PREC... A certa altura, lá estava eu a gritar PS, no meio de gente do PPD também. «Ó amigo, PS é com a mão esquerda, pá, não é com a direita. Isso é à PCP», diziam. Eu nem sabia que mão havia de levantar. Havia muita gente descontente e ninguém fazia nada. Uma vez estivemos para fazer uma visita a uma sede do PCP no Porto, na Rua Aníbal Cunha, com uma bazuca. Na altura andávamos todos loucos, pá.

Não se arrepende de nada?

Não. Aquilo era o que tinha de se fazer na altura. Fui contra aquela morte de São Martinho do Campo, não tenho nada a ver com isso.

Mas a bomba de São Martinho do Campo não era para matar?

Era para assustar. Como lhe disse, só tive conhecimento do que tinha acontecido quando já era madrugada alta.

Segundo os documentos do processo da rede bombista relativos à investigação da PJ, o carro de Ramiro Moreira usado em São Martinho do Campo foi mudado de cor na Garagem das Rãs, em Santo Tirso. Era

cinzento e foi pintado de branco. Ramiro foi apresentado na oficina por Silva Santos e a conta não foi paga.

Quem são as suas referências políticas em Portugal?

Mesmo com muitos defeitos, o doutor Oliveira Salazar. Era um homem que conhecia bem este Portugal dos pequeninos que é o nosso País. Era sério, pá! O objetivo dele era o bem do País, não gastava dinheiro. Um dos grandes defeitos do homem era o facto de nunca se ter casado, não tinha noção do dia a dia das pessoas. Outra referência é o Adelino Amaro da Costa, o homem que me fez aderir ao CDS.

E referências internacionais?

O Churchill e o Mandela. O Mandela foi um homem espantoso. Admiro-o muito. Como é que alguém com 38 anos de cadeia, pá, com todos aqueles problemas de racismo exacerbado, consegue perdoar? E olhe que vivi com pretos e, Deus me perdoe, se puder evitar ter seja o que for com um preto, evito. A ideia que tenho do preto, a que trouxe de África, é de um ser manhoso. É alguém que se está a rir para mim e, se puder, dá-me uma facada. No meu tempo, era assim. Olhavam com ódio para nós. Mas não sou racista, até evito que venha ao de cima qualquer pensamento de índole racista, pá...

CAPÍTULO 17

Autópsia de um julgamento

Até à tarde de 22 de abril de 1976, o quotidiano de Ramiro Moreira «era pôr bombas numa janela, na porta» ou «debaixo de um carro e tal...», mas sem deixar cadáveres pelo caminho. Havia vaidade naquilo.

Sôfrego, gostava de mostrar capacidades que superavam tremedeiras e suores frios. Entre a «rapaziada», termo com o qual se referia aos cúmplices, gabara-se de ter deixado o seu «cunho pessoal» em 150 ou 180 atentados, contas dele.

Desta vez, porém, o resultado seria diferente.

Não se sabe ao certo de onde partira, mas chegara a ordem para estender a geografia do terrorismo bombista, virando a agulha a sul. Disseram-lhe: era urgente provocar estragos em Lisboa, lançar a confusão no ponto cardeal do que sobrara da revolução.

Meses a fio, o Norte ardera a bom arder, abrasando as divergências políticas. De Rio Maior para cima, a missão cumprira-se com esmero. O rasto de destruição fora até abençoado do púlpito das igrejas. Agora, o alvo era de estalo e de Estado. «Estostrar com a embaixada de Cuba.»

Ramiro torcera o nariz.

Para começar, raramente se embevecera pela capital. «Nunca fui muito amante de Lisboa», assumira. Quer dizer, gostava, mas só «com muita massa e tal...». Guardadas estavam ainda, além disso, «más recordações de umas gajas». Tudo lhe viera à lembrança com a nova «encomenda» dos chefes, agora mais arriscada, de outra potência. «Pôr uma puta de uma bomba na embaixada de Cuba!» Isso, sim, «era um berbicacho do arco da velha!»

Durante meses caldeara-se a conspiração, tornando o terreno fértil.

O apoio militar de Cuba ao governo do MPLA, no contexto da «Guerra Fria» pelas riquezas de Angola, dera o pretexto. Aos olhos dos portugueses desconfiados da democracia e ainda mal refeitos da perda das colónias, o regime cubano aparecera tisonado de malfetorias. Panfletos e manchetes de colheita comum sulfataram de medo e insegurança gente de ouvidos pouco apurados para detetar o manejo da insídia.

Dizia-se: trinta mil cubanos, talvez mais, teriam entrado no País disfarçados de turistas. O enredo apontava o Alentejo como a Sierra Maestra que nos calhara em sorte (ou azar, melhor dizendo). Ali se esconderia o contingente de guerrilheiros do Caribe, disfarçado entre trabalhadores das herdades da reforma agrária. Depois, presume-se, tomariam o poder.

A 4 de março de 1976, o *Povo Livre*, órgão oficial do PPD/PSD, publicara um comunicado da assustadiça distrital do Porto no qual se defendia a expulsão dos cubanos. Estavam por todo o lado, parece. Mas não se vira um para amostra. À falta de melhor, comerciantes espanhóis da zona raiana de Trás-os-Montes, calejados no «portunhol» de merceiro, passaram a ser olhados como perigosos enviados da ilha de Fidel. Prospetos assinados por uns tais «Viriatos» denunciavam a «invasão da nossa querida Pátria pelos mercenários estrangeiros (cubanos, chilenos, etc.) a soldo de Moscovo e dos seus satélites». Dir-se-ia que a América Latina nos invadia. «Beirões todos à rua, já!», apelara-se em molhos de folhetos acomodados por um vendedor ambulante de Viseu junto de *pins* do PPD, do CDS, do PS e da Legião Portuguesa. Também havia gravuras metálicas do rei D. Miguel e cruces gamadas, com muita saída, ao preço de seis maços de tabaco.

Chegara a propalar-se que só pela barra de Aveiro, em traineiras, teriam entrado milhares de puros cubanos. Mas era só fumaça.

Fizeram-se muitos filmes. Alguns levados muito a sério.

Em março de 1976, a polícia cercou um edifício da Rua Carlos Mardel, em Lisboa, após receber a denúncia de que grande quantidade de armas fora transportada para o seu interior. Um transeunte teria visto «duas moças e um jovem a sair do carro com espingardas, fardas e capacetes». Os três «suspeitos», no caso, faziam parte do elenco do filme *A Confederação – O Povo É que Faz a História*. Uma ficção futurista que o realizador Luís Galvão Telles ensaiava por aquelas bandas, sem cuidar um charuto das outras fitas à volta dos cubanos.

Ramalho Eanes, então chefe do Estado-Maior do Exército, admitira que as «especulações» e «números exagerados» tinham feito o seu caminho. Menos dado a eufemismos, o conselheiro da Revolução Vasco Lourenço resumiria a alegada conjura: «Um perfeito disparate.»

Uma semana antes de Ramiro Moreira voltar a ser homem para todo o serviço, já o Ministério da Administração Interna confirmara, em tom fardado, as palavras daquele militar: a presença de cubanos em Portugal resumia-se tão-só a 39 cidadãos devidamente registados.

Não havia uniformes verde-oliva à vista desarmada. Mas era tarde para deixar que a verdade atrapalhasse um bom plano. Ramiro Moreira viajara para Lisboa 48 horas antes do dia aprazado para o atentado com os fiéis discípulos das tarefas difíceis: Teixeira Gomes, Marques da Costa (Manuel «Águia») e António Rangel, antigo funcionário da EFACEC. «Eram levados por mim, eu tinha sempre uma influência bastante forte sobre eles», assumira Ramiro, sempre disposto a dividir «o bolo».

Nessa ocasião juntara-se ao bando um «palermita» chamado Décio Sottomayor, sem jeito sequer para acender um rastilho, na gramática do operacional-mor. «Nem sequer teve parte ativa...»

Nestes reencontros, o grupo dividia-se. Ramiro preferia hotéis de luxo, camas largas, lençóis macios. Os outros pelavam-se por comer bem, beber melhor e pagar caro, à custa de certos senhores. Do casino gostavam todos. «Era tudo anticomunismo! Era uma festa», resumiria Ramiro. Mas o bombismo nem sempre era o caminho mais rápido para uma noite «cinco estrelas», pecados da carne ou mesa farta. «Era para ser em duas embaixadas, e não se fez porque não havia dinheiro que chegasse», explicaria mais tarde o próprio Ramiro.

Divididos pelos quartos 21 e 25, os quatro operacionais instalaram-se no requintado Hotel Britania, no Centro de Lisboa. A 21 de abril, véspera do atentado, Ramiro telefonou para casa de uma amiga. Não se sabe do que falaram, mas ele estava nervoso. Era a segunda noite quase sem dormir. Tivera de ir à lista telefónica para saber onde ficava o alvo, pois nem isso precavira. Depois fora colocar-se horas a fio diante do número 19 da Avenida Fontes Pereira de Melo, o prédio de dez andares onde se instalara a embaixada de Cuba, a representação diplomática da Líbia e um departamento comercial da antiga Checoslováquia. Viu quem entrava e saía, detalhou rotinas, tirou a pinta ao porteiro. Nem por isso sossegou. Os cubanos ocupavam o quinto e o sexto pisos. A única possibilidade de ali colocar uma bomba era de dia. «Agora vai mesmo morrer gente. É uma merda! Foda-se...»

No dia seguinte, pela manhã, Ramiro apresentou-se à «rapaziada» aperaltado. «Porreirinho, de fato, com uma mala», janota, perfumado, bem penteado, como gostava. Melhor ainda: concebera um plano.

De que se lembrara ele? Em tempos, trabalhara para um empresário de madeiras que fazia negócios com Cuba e apanhara o essencial da coisa. Seria esse o disfarce.

Pôs uns óculos, para dar «um ar de pessoa mais civilizada», e dirigiu-se à entrada do edifício onde ficava a embaixada de Cuba. Preparado para enfrentar o porteiro, levava a mala com uma papelada sem nexos, uns folhetos de detergentes, para o caso de lhe mandarem abrir a mala. Passava das 14 horas de 22 de abril de 1976.

– *Boa tarde! A embaixada de Cuba em que andar é? – perguntou, «farto de saber», mas «feito parvo».*

– *Para que assunto é? – indagou o porteiro António Parada.*

– *Trata-se de um assunto de importação de madeiras – atalhou Ramiro.*

– *Faz favor! Quinto andar! – respondeu o outro.*

Dirigiu-se ao elevador. Teve sorte de subir sozinho e saiu no quinto piso. Nem por isso estava confiante. Para se defender, levava apenas um esguicho de gás lacrimogéneo, pois receava deixar cair a arma. Galgou as escadas de serviço até ao 6.º andar, onde ficava o acesso ao gabinete do embaixador. Ali se deixou estar algum tempo, para que o porteiro não desconfiasse, aproveitando para analisar o cenário. «Como é que vou pôr aqui esta merda? Como é que vai ser?», matraqueava com os seus botões. Desceu depois repentinamente, encaminhando-se para a rua: «Olhe, muito obrigado», agradeceu, despedindo-se do porteiro. «Ainda vou voltar, porque tenho de ir buscar uns documentos ao escritório.»

Estacionara o carro numa rua próxima.

Juntou-se de novo à «rapaziada» e dali foram preparar a mala para as imediações do Estádio da Luz. Cinco quilos de trotil.

Ramiro colocou no interior dois detonadores. «Levava os rastilhos, para só ser preciso abrir a mala e acender o isqueiro.» Passou de novo pelo porteiro do edifício da embaixada e entrou em flecha. Tinham passado uns três quartos de hora desde a primeira aparição. «Mal cheguei ao sexto andar, o que eu queria era

ver-me livre daquela merda.»

Nem se lembrara se acendera um ou dois rasilhos. «Estava de tal maneira... Eu sei lá... Estava debaixo de uma tensão incrível.»

Os «rapazes» esperaram no carro, desconfiados de que ele fosse capaz. Mal chegou, arrancaram, esbaforidos, em direção a uma rua «por trás da maternidade». Mais adiante, ouviu-se a explosão. «Pumba. Aquela merda foi do caraças!» A euforia durou segundos. «Não fiquei contente... Não fiquei contente, porque logo de seguida ouvi ambulâncias e merdas, e até fiquei bastante... fiquei bastante...» Nesse dia, estava previsto tentar ainda rebentar com a embaixada da RDA, noutra zona da cidade. «Mas eu não estava já em condições. Isto tinha sido arrasante para mim», reconheceria Ramiro.

O que para ele fora desgastante para outros seria mortal.

O cheiro a pólvora, as nuvens de fumo junto ao elevador e às escadas de serviço do 6.º andar foram detetados quando o relógio ia a caminho das cinco da tarde. A maioria dos funcionários ainda teve tempo de abrir janelas e sair. Pelas 16h45, no momento em que Efrén Monteagudo cruzava o local da mala para tentar alertar outros elementos da embaixada, deu-se o estrondo. Teve morte imediata.

Adriana Corcho Calleja conseguira evitar a perda de mais vidas, mas já não conseguiu salvar a sua. Antiga estudante opositora ao regime de Fulgencio Batista, mãe de três filhos, aos 35 anos já havia passado pela representação diplomática em Madrid e preparava-se para regressar a Havana em julho. Não era uma funcionária qualquer. Adriana pertenceria aos serviços secretos cubanos, cabendo-lhe, entre outras funções, a recolha de informação confidencial junto dos poucos compatriotas residentes em Portugal e dos políticos e militares portugueses em ascensão. Se dúvidas houvesse sobre as credenciais da «tenente» cubana, elas ficaram dissipadas quando o Ministério do Interior atribuiu o seu nome ao Instituto Superior de Inteligência, em Havana, de onde saíram muitos «espíões» da República de Cuba.

Efrén Monteagudo, por seu lado, era originário de uma família humilde. Privado de estudos pela necessidade de contribuir para o sustento da família, fora moço de recados e trabalhara numa carrinha de pão desde os 11 anos. Quando morreu, aos 33 anos, fazia parte do corpo de segurança da embaixada, com passagens pelo Reino Unido e Polónia. Era pai de duas crianças.

A tragédia poderia ter sido ainda maior.

Pelas quatro da tarde, era habitual os filhos dos funcionários da embaixada chegarem da escola. Mas nesse dia havia uma festa e atrasaram-se. «O objetivo era matar-nos a todos», recordará Alberto Alfonso, atingido por estilhaços no atentado, em declarações ao diário cubano *Trabajadores*.

Por ironia e acaso, escapara ileso o embaixador Francisco Astray Rodríguez, principal alvo da operação, que se ausentara do edifício minutos antes da explosão. Experiente agente da «secreta» cubana, Astray seria próximo do «almirante vermelho» Rosa Coutinho e de Carlos Fabião, ambos militares do Conselho da Revolução.

Poucos minutos após ecoar o estrondo, manifestantes entupiram as ruas, declarando «Morte à CIA e ao ELP!». Para o domingo seguinte estavam marcadas as primeiras eleições legislativas da democracia, nas quais os cidadãos seriam chamados a escolher o Parlamento de onde sairia o I Governo Constitucional, que viria a ser liderado por Mário Soares. Nesse 25 de abril de 1976, enquanto o País contabilizava os votos, os cubanos recebiam os mortos. Ao funeral assistiria José Fernandes Fafe, então embaixador de Portugal em Havana.

DIREITA TEM PRESSÃO DE "VOTAR" A 48 horas das eleições bomba destrói Embaixada de Cuba

Em Lisboa, a única missão diplomática que não se desloca para o exterior, a Embaixada de Cuba, foi destruída por uma bomba explosiva, com o que se abriu um capítulo novo na história da ditadura de Fidel Castro.

A explosão ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

Logo após o atentado, a polícia portuguesa deteve um grupo de indivíduos que se apresentaram como membros do Exército Secreto de Cuba. Estes indivíduos afirmaram que a explosão foi o resultado de uma operação de sabotagem.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.



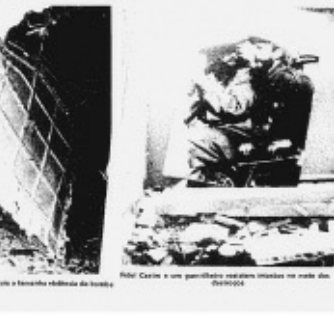
Fotografia da embaixada de Cuba em Lisboa, destruída por uma bomba explosiva.



O interior da embaixada com o porta-objetos destruído e os restos de vários mobiliários.

Logo após o atentado, a polícia portuguesa deteve um grupo de indivíduos que se apresentaram como membros do Exército Secreto de Cuba. Estes indivíduos afirmaram que a explosão foi o resultado de uma operação de sabotagem.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.



Ribal Castro em um particular cenário destruído no local do atentado.

DECLARAÇÕES

Logo após o atentado, a polícia portuguesa deteve um grupo de indivíduos que se apresentaram como membros do Exército Secreto de Cuba. Estes indivíduos afirmaram que a explosão foi o resultado de uma operação de sabotagem.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

JUSTA INDIGNAÇÃO

Logo após o atentado, a polícia portuguesa deteve um grupo de indivíduos que se apresentaram como membros do Exército Secreto de Cuba. Estes indivíduos afirmaram que a explosão foi o resultado de uma operação de sabotagem.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

O ataque ocorreu a 19 de Maio, às 16h30, quando se encontravam a trabalhar os funcionários da missão diplomática. O ataque causou a morte de um funcionário e feriu outros dois.

Logo na época, a autoria da operação terrorista na embaixada de Cuba em Lisboa fora reclamada por grupos de exilados cubanos em Miami, opositores da «revolução» de Fidel Castro.

No dia seguinte ao atentado, a agência de notícias norte-americana UPI recebeu na redação uma carta redigida em espanhol, na qual um denominado Exército Secreto de Cuba (Secret Army of Cuba, no original) reivindicava a responsabilidade pela bomba na capital portuguesa, englobando-a na estratégia internacional de sabotagem do regime cubano. Àquele ato concreto chamou «Operação Angola Livre». Atribuía os créditos a um desconhecido comandante «Yarey», com o objetivo de prestar «um tributo» à nação angolana, «vítima das ambições africanas do imperialismo soviético» e da «imoral agressão armada de mais de 12 mil mercenários cubanos».

Num primeiro momento, o FBI assumiu desconhecer este «exército» de exilados. Numa troca de telegramas envolvendo a embaixada de Lisboa, explicou-se que eram abundantes os nomes de organizações fictícias deste tipo, destinadas a confundir as agências de investigação dos EUA. Contudo, ao inquirir um exilado cubano, em novembro de 1976, no âmbito de outra investigação relacionada com atividades conspirativas em território norte-americano, o FBI será confrontado com a existência, de facto, do Exército Secreto de Cuba. Seria dirigido, entre outros, por Antonio Calatayud, um veterano da fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 1961, em Cuba, por parte de grupos paramilitares de exilados cubanos com o apoio da CIA e das forças armadas norte-americanas.

«Tony» Calatayud conquistara, de resto, um vasto currículo em matéria de ações e golpes para derrubar o regime cubano. Teria ligações à CORU (Coordenação das Organizações Revolucionárias Unidas), cujos principais dirigentes, Orlando Bosch e Posada Carriles, foram financiados pela CIA. Descrita pelo FBI como a «organização guarda-chuva» de todos os grupos armados que combatiam Cuba, a CORU foi responsável por atentados bombistas e assassinatos visando instituições ou personalidades ligadas ao Estado cubano em vários pontos do globo. As autoridades da ilha atribuíram a esta e outras organizações vários ataques terroristas contra representações diplomáticas do país em 24 países, entre 1974 e 1976.

Em 1975, cerca de cem mercenários cubanos exilados ter-se-iam juntado ao ELP a partir de Madrid, com o objetivo de desestabilizar o País através de ações terroristas.

Reais ou alheias ao atentado de Lisboa, as conspirações pouco ou nada diziam a Ramiro Moreira. Ele era, sobretudo, bem mandado.

Embora lhe desgostasse ver os cubanos «intrometidos» em Angola às ordens de Fidel, o operacional fora um mero peão na estratégia de sabotagem, limitando-se a cumprir ordens.

Não estava sequer ao seu alcance descortinar toda a cadeia de comando. Tal como confessara a amigos em certa ocasião, ele e o seu grupo tinham-se envolvido numa malha de tal ordem que já nem o próprio saberia se trabalhava para o ELP ou para o MDLP. «No fundo», dirá, «achava bem destruir a embaixada de Cuba, mas não com as pessoas lá dentro.» Quando, após a sua confissão gravada, os elementos da PJ lhe recordaram os vários mortos a lamentar em resultado das diversas jornadas terroristas, Ramiro não pareceu tão arrependido: «Tantos mortos, não. Uns dois ou três. Os cubanos, puta que os pariu!» Essas foram, de resto, as palavras com as quais o vitoriaram pelo seu feito na capital, sendo recebido «de braços abertos» por Joaquim Ferreira Torres, entre outros. «Para festejar, deu-me dez contos.»

Nem assim Ramiro Moreira deixaria de remoer os últimos meses da sua vida nestas lidas. «Eu envelheci com isto», admitira. «Até me dá a sensação de que me começou a cair o cabelo.» O rumo que dera à sua existência até ser detido, em agosto de 1976, «era uma vida estúpida, era uma vida, digamos, de mercenário», desabafara. Aos 34 anos não havia lugar para desculpas e infantilidades. «Não era nenhum menino, não sou um doente mental, e sabia bem aquilo que ia causar», reconhecerá na famosa gravação, pretexto de diversas polémicas nas várias fases do julgamento da rede bombista.

O atentado à embaixada de Cuba seria, pelo menos, decisivo para a condenação dos «pés-descalços» do bombismo. O Estado português não podia ignorar um atentado de tal envergadura contra as instalações diplomáticas de Cuba em Lisboa, sob pena de colocar em xeque a sua autoridade e a responsabilidade perante uma nação estrangeira.

Muitas teias, porém, se iriam tecer nos bastidores.

Seria um velho amigo do cantor Zeca Afonso, que acompanhara à guitarra em discos e concertos, o advogado escolhido pelos cubanos para dar a cara pelo caso em tribunal, nas duas «voltas» do julgamento, entre 1977 e 1982. Nascido em 1935 em Ançã, no distrito de Coimbra, Levy Baptista tinha um percurso respeitado enquanto antifascista e advogado defensor dos presos políticos nos tribunais plenários da ditadura. Após a revolução fora deputado do MDP/CDE à Assembleia Constituinte. Desde cedo adotara a cidade do Mondego, onde se licenciou em Direito e fez percurso musical de arrastar devotadas plateias com o Coimbra Quintet. No grupo destacavam-se António Portugal, Fernando Machado Soares, Luiz Goes e o próprio José Afonso, entre outros representantes da «nata» musical coimbrã.

Para uma personalidade com o seu estatuto político, profissional e cívico não eram igualmente estranhas as confrontações de bastidores que atravessavam a realidade pós-revolucionária daquela época, à luz do atentado bombista. Ele próprio fora mobilizado para a guerra colonial em Angola, onde desempenhara, mais tarde, as funções de magistrado do Ministério Público e de juiz, em Luanda. Entre 1971 e 1974 havia sido igualmente defensor de diversos políticos angolanos, detidos no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.

Fundador e dirigente de várias instituições, Levy Baptista integrou ainda o I Governo Provisório, em maio de 1974, enquanto chefe de gabinete do então ministro da Justiça Salgado Zenha, do PS.

Nos tribunais militares e administrativos, pugnou pela defesa de militares perseguidos na sequência do 25 de Novembro e também de várias cooperativas agrícolas do Alentejo, na fase em que a reforma agrária já ia em contramão. Em dezembro de 2010, a Assembleia da República atribuiu-lhe a medalha comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Dois anos volvidos, seria escolhido para diretor da prestigiada revista *Seara Nova*.

O julgamento da rede bombista iniciou-se a 16 de novembro de 1977, no 5.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, após ampla controvérsia gerada a propósito da natureza dos crimes e da jurisdição dos mesmos. Dele resultaram para cima de 80 audiências, durante as quais foram ouvidas mais de 400 pessoas. Ao longo de quase oito meses, os depoimentos foram seguidos por populares e escrutinados ou reproduzidos com a frequência conveniente pelos principais órgãos de informação. Às sessões compareceram, inclusive, jornais regionais de Ponte de Lima, pagos por empresários locais ligados à rede bombista, segundo confirmou o jornalista que viajou a Lisboa a expensas dos ditos. Cuidava-se assim que os limianos não fossem enxofrados por relatos menos condizentes com a tradição e os bons costumes.

Ao coletivo de juízes presidiu o coronel Paiva Ribeiro.

O juiz auditor foi Rui José da Cunha.

Nascido acidentalmente em 1941 em Bombaim, território pertença da Coroa inglesa, quando a Índia ainda era, em parte, «portuguesa», o magistrado passara por Timor, Moçambique e Angola, regressando deste último país após a proclamação da independência pelo MPLA, em 1975. Fiel a uma «justiça rápida, consciente, segura e contextualizada», Rui Cunha tem hoje escritório de advocacia e a sua própria fundação em Macau, onde desenvolve atividades filantrópicas. Surge associado às mais relevantes figuras do poder

político e económico. Ali reside desde 1981, seguindo um conselho de amigo e a convite do magnata dos casinos Stanley Ho, de quem se tornou assessor jurídico.

A 31 de agosto de 1981, quando foi lida a sentença da repetição do julgamento da rede bombista, já estava de malas feitas para a antiga colónia portuguesa no Oriente, «desencantado» com a magistratura. Meses antes, porém, Rui Cunha recebera um louvor pelo «notável bom senso e ponderação» demonstrados nos julgamentos, «muitos dos quais se apresentavam rodeados de enorme dificuldade e melindre». O elogio à sua «elevada competência profissional, exemplar dedicação e invulgar aprumo cívico e moral» fora-lhe atribuído, em nome do Conselho da Revolução, pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Pedro Cardoso, general veterano dos serviços de estratégia, informação e segurança que traduzira para português *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu.

O número 109 da Rua Magalhães Lemos, na Baixa do Porto, também guarda memórias desse e de outros tempos.

É um edifício de quatro pisos, tristonho, corroído, onde vidros partidos, lâmpadas fundidas e caixas de correio esventradas induzem vagas semelhanças com cenários clássicos dos policiais negros. As escadas de acesso serpenteiam por paredes esburacadas e a tabuleta do escritório do 3.º andar está caída no chão, ao lado da porta.

Atende uma secretária idosa, na penumbra. Trabalha literalmente cercada por pilhas de processos cuja idade é denunciada pelas folhas amarelecidas e o pó dos anos. Diante de si, em equilíbrio delicado, está uma velha gravura da *Guernica*, de Picasso, emoldurada.

«O doutor vai já recebê-lo.»

Apesar do blusão de cabedal coçado, da gasta camisola grossa e da barba grisalha, não é um velho detetive de casos perdidos que se recosta na cadeira, diante da mesa ampla, envolto na nuvem de fumo.

O advogado António Tabora, protagonista e dirigente estudantil no auge da crise académica de Coimbra, no início da década de 1960, e antigo deputado do MDP/CDE, teve a seu cargo a defesa dos particulares que perderam casas, carros e outro património com os atentados da rede bombista. «Fez-se uma subscrição entre todos, para aguentar as deslocações e as estadias em Lisboa. Dei cabo do escritório com isso, corria para a capital dois ou três dias por semana», recorda, enquanto acodem, às lembranças dessa época, episódios caricatos. «Por vezes, no mesmo comboio, íamos nós e os bombistas. Parecia uma coisa familiar, inacreditável», ri-se. «Quem nos visse nos intervalos das sessões em franca e amiga conversa e desconhecesse as nossas posições no processo e o próprio julgamento, dificilmente seria possível descortinar que uns e outros éramos advogados de partes adversas num julgamento complexo e emocional como o é sempre o respeitante a atentados bombistas», escreveu, do outro lado da barricada, o advogado Hugo Pinheiro Torres, nas suas alegações em defesa do seu cliente, António Silva Santos, a 9 de março de 1979.

Tabora considerara aquele julgamento «o mais importante depois do 25 de Abril». Estavam em jogo, afirmou então, «a liberdade, a segurança e a vida das pessoas».

Do lado da defesa, admirava Leite Faria, tribuno célebre da barra dos tribunais, homem de trato polido. Pernoitava no luxuoso Tivoli, de Lisboa, a expensas de Joaquim Ferreira Torres, um dos principais acusados da trama de extrema-direita.

Do lado da acusação, além de Levy Baptista e Fernando Luso Soares, pelo PCP, botara figura Artur Marques, então jovem causídico, natural de Terras do Bouro, de quem se dizia que «dormia com o processo», dado o grau de pormenor com que o rememorava. O advogado minhoto defendia os sindicatos de Braga, alvos de um sismo de alta magnitude na escala política com epicentro na Cidade dos Arcebispos. Na madrugada de 29 de janeiro de 1976, duas dúzias de operacionais bombistas, militares e uns quantos servos da divisa «Deus, Pátria e Família» consagraram-se ao TNT. «A mais longa noite de que há memória em Braga» durou dez minutos, com explosões seguidas em organizações sindicais, uma agência bancária e a sede da UDP.

Mesmo assim, houve quem, na bancada da defesa, recomendasse um pedestal no altar da democracia para os autores daqueles e de outros feitos: «Não esqueçamos que, se estes homens lutaram por alguma coisa, o fizeram para que fosse possível este julgamento, para que fosse possível estarmos aqui a dizer as coisas que dizemos», alegou o advogado Fernando Vieira, dirigindo-se aos juízes. «Eles não tinham culpa, mas os tipos que estavam no tribunal militar não possuíam qualquer tipo de preparação para julgar uma coisa destas. Mesmo o juiz de instrução Rui Cunha tinha uma certa dificuldade em se impor», assume António Tabora. «Mas alimentou-se a tese de que os tribunais civis teriam receio de julgar os bombistas e só os militares garantiam que o assunto fosse até às últimas consequências. Foi o que se viu.»

A primeira sentença do julgamento da rede bombista foi conhecida a 6 de julho de 1978. Dos 16 réus, 11 saíram em liberdade. Malha apertada só para o peixe miúdo. Quanto aos alegados financiadores, mandantes e militares, regressariam, pelo menos por enquanto, comodamente a casa. Na cadeia ficou a «plebe» do terrorismo extremista de direita que se propagara pelo País. Os advogados dos queixosos e dos condenados recorreram da decisão para o Supremo Tribunal Militar. O coronel Sotero Madeira, promotor de Justiça, seguiu-lhes as pisadas.

O conteúdo do acórdão, de 189 páginas, demorou mais de duas horas a ler. Da leitura do juiz Rui Cunha ressoaram expressões do tipo «não ficou suficientemente provado», «ficou por esclarecer», «não se evidenciou», «ficaram muitas dúvidas», «não se comprovou».

Os atentados beneficiaram da atenuante de terem sido perpetrados num período histórico que, segundo o tribunal, gerara um «ambiente de profundas perturbações sociais». Recomendava-se, por isso, a pacificação geral dos instintos revolucionários, dir-se-ia a bem da nação, como em tempos idos. O coletivo de juízes não dera, contudo, crédito às alegações de que os réus tivessem sido sujeitos a «qualquer forma de tortura, pressão ou aliciamento». As declarações prestadas inicialmente ao juiz de instrução constituíram «manifestações voluntárias e esclarecidas», sem lugar a dúvidas.

Para Fernando Luso Soares, a sentença revelara-se «um escândalo».

O advogado do padre Ângelo da Venda e do PCP, cuja arte de esgrimir a ironia ficara célebre nas longas sessões, identificara até uma certa esquizofrenia na decisão: por um lado, o tribunal validava as confissões dos réus «na parte em que se comprometem a si próprios», mas rejeitava-as nas passagens em que os mesmos esclareciam «quem os mandou e quem lhes forneceu o material para espalharem o terror».

A 20 de abril de 1979, mais de nove meses após a sentença, o Supremo Tribunal Militar anulou o julgamento, baseando a decisão na existência de diversas irregularidades no apuramento da matéria de facto. O acórdão voltara a considerar o foro militar competente para julgar todos os crimes de que os réus eram acusados, à exceção do roubo de automóveis e falsificação de documentos por parte de Ramiro.

Por essa altura já a maioria dos implicados está prevenida.

Pode, pois, tranquilamente buscar guarida fora do País, entre Espanha e o Brasil, onde os novos mandados de captura não chegam.

Em agosto, o industrial Joaquim Ferreira Torres é assassinado por desconhecidos quando ameaçava revelar o que ainda não se sabia dos meandros do MDLP, caso tentassem metê-lo de novo em Caxias.

Seriam, porém, necessários mais dois anos para que o acórdão da segunda volta do julgamento determinasse a redução de penas dos três principais condenados, sem que qualquer deles estivesse presente.

A 24 de agosto de 1981, Ramiro Moreira viu o castigo abatido em cinco anos. Inocentados no primeiro julgamento, o vasto rol de alegados implicados voltava a respirar fundo, sem contas para prestar.

Na sequência de nova catadupa de recursos para o Supremo Tribunal Militar, a pena de Ramiro Moreira, o principal rosto do bombismo, seria novamente agravada, desta vez para 20 anos de prisão.

A decisão é anunciada a 11 de março de 1982.

O operacional encontrava-se nessa altura em liberdade condicional e escapa antes de conhecer a sentença. Ramiro, autor confesso de mais de meia centena de atentados, é condenado «apenas» em dois deles, dos quais resultaram vítimas mortais: o ataque à embaixada de Cuba e a bomba em São Martinho do Campo. Para a dupla de parceiros nessas andanças, Teixeira Gomes e Manuel «Águia», as penas são mais leves: menos de sete anos para cada um.

O pleito chegara ao fim, quase seis anos depois.

Quando o acórdão foi lido, todos os réus se encontravam em liberdade, e alguns sem paradeiro conhecido.

Na decisão, os juízes do Supremo Tribunal Militar esforçaram-se por aveludar o comportamento dos homens diante das circunstâncias. A «instabilidade social», os «governos provisórios», a «descrença nas autoridades», a «tendência para o abuso das liberdades individuais», o «entusiasmo pela possibilidade da livre expressão das ideias políticas» – tudo servira para que «as pessoas não medissem convenientemente os limites das suas condutas», lê-se nas páginas finais do acórdão. Se a instabilidade da época não justificava a gravidade das ações entretanto julgadas, pelo menos constituía, aos olhos do coletivo, «fator socialmente atenuativo».

A sentença pessoal do advogado Fernando Luso Soares foi outra: pôr militares a julgar o que é do Direito

revelara-se tão inusitado como colocar juízes conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça no Estado-Maior General das Forças Armadas. O resultado estava à vista. «Juristas em vez de artilheiros, de aviadores e de marinheiros, era decerto uma guerra perdida», ironizara, dando largas à verve que dele sempre se esperava. No seu caso e de outros colegas da acusação, o julgamento não fora outra guerra perdida, mas a batalha possível. «As vítimas do bombismo de extrema-direita e as famílias nunca foram ressarcidas. O PCP, outros partidos e instituições, também não. Só os mandantes poderiam ser obrigados a fazê-lo, mas o tribunal não conseguiu ou não quis chegar a eles», assume o advogado António Taborda.

Se para mais não serviu, o desmantelamento da rede bombista permitiu desenterrar fantasmas que sobejavam da queda do Império, sinistras e poderosas cumplicidades, trazendo-as, tanto quanto possível, das franjas da democracia para o escrutínio público.

As decisões, essas, dificilmente resistem à luz intensa dos factos.

Para a posteridade, os tribunais deixariam o que Fernando Luso Soares resumira, não sem sarcasmo: «Três ou quatro pessoas, para não dizer “pobres diabos”, tiveram a extraordinária capacidade operacional, e um grandíssimo arsenal financeiro, para levar a cabo todo o terrorismo bombista» de 1975 e 1976, ilustrara. «Só o réu Ramiro Moreira, caso não lhe tenham caído do céu as armas, os explosivos, os cordões lentos, os detonadores, enfim, só ele deve ter aplicado da sua “vasta fortuna” uns milhares de contos na organização.»

Mais de 40 anos volvidos, António Taborda admite ter ficado muito por desvendar: «Faltou saber, de certeza absoluta, de quem partiu a ideia de fazer política à bomba e que apoios se conseguiram para isso. Esse aspeto ficou sempre envolto numa nebulosa. E o assassinato do Joaquim Ferreira Torres, em 1979? Que lógica tem em tudo isto?», questiona-se o advogado, cigarro pensativo entre os dedos, desmontando parte das próprias interrogações: «Para mim, isto estava tudo harmonizado entre o embaixador norte-americano Carlucci, o Mário Soares, o MDLP, o ELP e a arquidiocese de Braga», abrevia. «A Igreja sempre teve uma influência brutal. Os padres nunca disseram uma palavra sobre o bombismo. E isso era o verdadeiro substrato dessas atividades», sintetiza, salvaguardando apenas uma personagem. «O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, foi a única figura da hierarquia católica a distanciar-se completamente do que se passava.»

Ramiro Moreira e a «rapaziada» não obedeceram a mandantes nem receberam de financiadores bem instalados as máquinas para dar largas à pirotecnia «anticomunista».

É esta, em suma, a verdade judicial.

As explosões, os mortos, a violência, o pânico das populações e as destruições nasceram, pois, de «geração espontânea», escreveu, algo trocista, Josué da Silva, o repórter do *Diário de Lisboa* que, entre 1977 e 1982, acompanhou o processo da rede bombista. «Se não somos cegos, surdos e tontos, a verdade deste julgamento esteve sempre mais à vista do que o petróleo dos emirados», glosou nas páginas do seu livro sobre o caso, garantindo que à volta do mesmo andaram, «para além do mais, gordas somas», pesando «na roleta dos acontecimentos».

Sobre o acórdão final, deixou uma frase sintomática: «Impossibilitado de chegar ao teto, o coletivo [de juízes] saldou-se pelo rés do chão.»

A premonição cumpria-se.

Iam as audiências no primeiro andamento quando Levy Baptista deixou, em janeiro de 1978, um desafio, com o seu quê de misterioso, à imprensa presente no tribunal. «Vocês, jornalistas, têm um papel importante a desempenhar aqui. É preciso informar sobre o que vai passar-se e também alertar. Alertar, sobretudo, despertando a consciência das pessoas, porque ninguém deve ter ilusões. O verdadeiro julgamento da rede bombista não terá lugar ao nível da teia do 5.º Tribunal Militar Territorial», advertira. «Para lá do que nesta sala ocorrer de bom ou de mau segundo a perspectiva de cada um dos intervenientes, a decisória da causa será jogada noutros parâmetros», afirmara o advogado. «Assim, na realidade haverá, estranhamente, dois julgamentos: aquele em que estamos apostados neste tribunal e o outro, o que vai ocorrer na sombra dos gabinetes, na bolsa dos apadrinhamentos, das hierarquias e dos acordos secretos.»

Os dados estavam lançados.

Na tarde soalheira de 11 de março de 2016, numa sala do 9.º andar do seu escritório em Lisboa, virado ao Campo Pequeno, Levy Baptista retomou, mais de 38 anos depois, o fio dessa meada.

Que recordações guarda do julgamento da rede bombista?

Foi um processo essencialmente político. Traduz a complexidade do desmantelamento do fascismo e do Império, sobretudo no caso de Angola. Quem se mete na rede bombista, em especial ao nível dos operacionais, é gente vinda de Angola. Houve uma pressão muito grande de setores saudosistas para impedir a independência daquela ex-colónia, a 11 de novembro de 1975. Uma pressão que foi mesmo até aos limites.

Não conseguiram. E a embaixada de Cuba foi atingida em Lisboa por causa do apoio que tinha dado ao MPLA na independência. A presença de cubanos em Angola foi muito importante, pois permitiu ao MPLA manter as fronteiras geográficas do país. O que os americanos queriam era fazer três «Angolas»: uma para a FNLA, outra para a UNITA e outra para o MPLA. Os diamantes para uns, o petróleo para outros e por aí adiante. Só com o apoio dos cubanos foi possível evitar isso. Mas Cuba pagou um preço elevado. Aqui e noutros lugares.

De quem partiu a «encomenda» do atentado à embaixada?

Vieram dizer, claro, que era tudo por causa da democracia. Não sei se sabe os milhões de dólares que andaram por trás disto... O atentado contra a embaixada de Cuba foi pago pela CIA e custou um milhão de dólares, cerca de 30 mil contos à época. Disse isto no tribunal e mantenho. O Ramiro Moreira confirmou o valor. Mas sabe quanto é que ele recebeu por colocar lá a bomba? Dez contos. Foi destruição total. Morreram dois funcionários, mas o objetivo era o embaixador, no 6.º andar. Acontece que ele tinha saído pouco tempo antes...

Já o conhecia?

Éramos muito amigos. Tinha-lhe até pedido um favor. A seguir ao 25 de Novembro de 1975 foi preciso tirar daqui uns amigos militares. Fui falar com ele e ele tratou disso com o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esses amigos eram o João Varela Gomes, o Duran Clemente e o Costa Martins [antigos elementos do CR conotados com a esquerda militar] e ele conseguiu tirá-los daqui. Foram primeiro para a embaixada em Madrid, depois para Havana e acabaram em Angola.

Havia ligações dos serviços secretos americanos à rede bombista?

Era ao seu contacto na CIA que Joaquim Ferreira Torres se referia quando fez chegar a Ramiro Moreira a ordem do atentado contra a embaixada de Cuba. «Veio de Lisboa uma informação a dizer que agora convinha trabalharmos lá em baixo», disse-lhes o Torres. O Júlio Regadas, da PJ, foi o quinto homem que veio do Porto, mas não se sabia. Esteve num hotel, mas não deixou identidade. Apanhei-o através de um telefonema que fez. Na altura eu tinha muita informação, chegava-me de todo o lado. Não eram só as coisas que estavam no processo. Tinha informação inclusive dos órgãos de segurança nacionais, de gente que ficou indignada com isto.

No processo, a folhas 119, Ramiro Moreira refere-se ao crime nos seguintes termos: «No princípio deste ano [1976] houve uma mudança de estratégia no movimento, por sugestão do Sr. Ferreira Torres e do major Mota Freitas, pois verificaram que esta área [o Norte] estava saturada, e havia solicitações de alguém de Lisboa, no sentido de que o respondente ali fosse atuar. Efetivamente, o respondente levou a cabo o atentado à embaixada de Cuba, acompanhado dos arguidos Manuel Teixeira [Gomes] e Manuel Costa [Manuel “Águia”], além do citado [António] Rangel (...). Recordar-se que a ordem deste atentado foi dada pelo Sr. Ferreira Torres e depois transmitida ao respondente pelo Sr. Agente Regadas.»

Em que medida o atentado na embaixada de Cuba contagiou o resto do processo da rede bombista?

Havia, desde logo, uma responsabilidade do Estado português no apuramento da verdade. Tratava-se de um crime comum, homicídio e destruição. O caso foi bem investigado pela PJ, que foi atrás de uma carta anónima, colocada numa ambulância-postal ferroviária da linha Coimbra-Vilar Formoso, onde se denunciavam os autores do atentado. Fez um trabalho profundo, metucioso, notável. O inspetor foi o Agostinho Pereira de Miranda, que agora tem uma grande firma de advocacia, ligada a clientes do petróleo. Destruir a embaixada à bomba teve repercussões internacionais, tornou-se um problema entre estados. Mas Portugal não cumpriu as suas obrigações na defesa de um Estado que sofreu um atentado. E depois tentou abafar o crime e a autoria. É verdade que o julgamento terminou com condenações para os mercenários, mas isso só aconteceu porque a embaixada, o PCP e os sindicatos se constituíram assistentes no processo. Caso contrário, todos teriam sido absolvidos. Na verdade, o caso da rede bombista foi uma farsa judicial. Tudo foi preparado para uma absolvição total.

O dia é 21 de agosto de 1981. Estamos nos últimos cartuchos da repetição do julgamento da rede bombista. Nas suas alegações finais, Levy Baptista traz à liça, de novo, os nomes de Joaquim Ferreira Torres, Abílio de Oliveira e Manuel Macedo, «homens de negócios» com um estatuto económico e social de «gabarito» que se aproveitaram «do caos provocado pelos atentados bombistas para fins pessoais e políticos, sim, mas sobretudo materiais, económicos». Para o advogado, o «terrorismo bombista» fora,

durante os anos de 1975 e 1976, o recurso «das forças interessadas em inverter o processo de libertação social, económica e política iniciado com a revolução de 25 de Abril». A ele recorreram também aqueles que «jamais puderam aceitar as circunstâncias históricas em que se deu a independência das ex-colónias». Mas Levy Baptista estava, naquele momento, mais interessado em fazer luz sobre as manobras que alegadamente se articularam nos bastidores. «Não tenhamos ilusões», afirmou então. «Por muito que a estes homens interessasse a criação de um certo caos no País, para dele retirarem vantagens pessoais, patrimoniais, o capital investido, os meios utilizados, os lucros a recolher da atividade dos bombistas eram, essencialmente, de carácter político, e tinham uma dimensão que, também a eles, os ultrapassava», argumentou. «O terrorismo bombista, de que apenas uma parte se alcança no “iceberg” deste processo, foi uma pancada muito alta, demasiado alta para ser gizada no Porto, em Santo Tirso ou em Ponte de Lima», concluiu.

Segundo a tese do causídico, os oportunistas, os «autores morais» dos atentados, não foram mais do que «mediadores do crime». Quem puxou na sombra os cordelinhos? A quem interessava destruir a embaixada de Cuba «de modo tão brutal e tão radical»? A Polícia Judiciária bem tentara alcançar «a última fronteira», diria Levy, inspirado no «Molero» de Dinis Machado. «Se os investigadores da subdiretoria de Lisboa da PJ tivessem podido continuar, com toda a luz verde necessária, a desenvolver o seu trabalho de investigação, eles teriam acabado por chegar bem perto e bem longe», defendera o advogado. Teriam chegado, pois, «à embaixada dos Estados Unidos da América, aos serviços secretos norte-americanos. Ai exatamente: eles teriam chegado à CIA». E explicava: «Porque a CIA era, neste processo, a última fronteira, a inatingível última fronteira. E inatingível apenas porque das forças de que se serviu para levar à prática os seus métodos violentos de intromissão nos assuntos internos do nosso País, dessas mesmas forças continuou a servir-se para obstruir e impedir o esclarecimento do crime», acusara o advogado dos cubanos no processo.

Não havia dúvidas sobre o ponto fundamental das alegações de Levy Baptista, nesta segunda vaga do julgamento: era ele «o papel da CIA no terrorismo bombista em Portugal». E não pretendia desviar-se do assunto. Pelo contrário: queria, ali, diante do tribunal, dizer aquilo que não pudera afirmar antes. Recordara, desde logo, o papel que o embaixador dos EUA Frank Carlucci assumira à chegada a Portugal, criticando a «rudeza e falta de savoir-faire diplomático» com que se comportara. «Ficaram famosas as suas andanças pelo Norte do País, onde se desmultiplicou em contactos e conciliábulo, como um autêntico pró-cônsul pondo em prática uma qualquer política de “destino manifesto” numa qualquer república das bananas», explicou. Mas havia mais: «Do destino e dos destinatários das dezenas de milhões de dólares que os serviços norte-americanos prodigamente distribuíram, nem tudo veio a saber-se. Mas seguramente que eles não foram o saneamento básico, a educação, a saúde, a habitação, de que o povo português tanto carecia. E de todos esses milhões, só uns trocos, muito miúdos, acabaram por ir parar às mãos dos operacionais», apontara Levy Baptista, concretizando: «Muito desse dinheiro comprou homens, subornou consciências, encheu as algibeiras mercenárias de tantos daqueles que aproveitaram com as destruições criminosas, com os atentados bombistas, com o clima de terror fascista que durante largos meses puderam impor ao País», afiançara o causídico, recordando que o próprio Gerald Ford, antigo Presidente norte-americano, se vangloriara do triunfo da sua Administração em Portugal.

O recado final, deixá-lo-ia para o coletivo de juizes.

Dali, tendo em conta «as condições em que se tem desenrolado todo o processo de apuramento da verdade» e «volvidos mais de cinco anos sobre os crimes», a situação era de molde a que as vítimas e os seus familiares pudessem esperar tudo ou nada. «Pessoalmente, como advogado», finalizou Levy Baptista, «desejaria formular um voto que é, simultaneamente, um apelo a este ilustre tribunal: o de que a justiça militar portuguesa possa, agora, neste processo, desmentir o dito cáustico de Clemenceau que, num momento de mágoa e desalento, no fragor da batalha judiciária que culminaria com a injusta condenação do capitão Alfred Dreyfus, pela justiça militar francesa, desabafou que “a justiça militar está para a Justiça como a música militar está para a música”.»

A 24 de agosto de 1981, o acórdão da segunda volta do julgamento determinaria a redução de penas para três dos operacionais – Ramiro Moreira, Manuel Teixeira Gomes e Manuel «Águia». Quanto a outros suspeitos de autoria moral ou material, absolvição total. O comendador Abílio de Oliveira foi considerado «boa pessoa», o inspetor da Judiciária Júlio Regadas «um bom profissional com vários louvores» que «sempre repudiou as ações violentas», enquanto o ex-comandante da PSP do Porto, major Mota Freitas, se dedicara à «investigação dos crimes, com o mais absoluto respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos». Quanto a Joaquim Ferreira Torres, assassinado em 1979, o procedimento criminal havia sido extinto. Nenhum dos réus ou condenados marcou presença na leitura da sentença. Segundo a decisão, a chamada «rede bombista» fora tão-somente obra anárquica, sem pai nem

mãe, de um grupo de delinquentes num momento turbulento da História contemporânea «em que, na sociedade portuguesa, reinava uma certa descrença» marcada por «abusos das liberdades individuais».

Para o tribunal nem sequer houve rede bombista...

Os tribunais militares chegaram simplesmente a essa conclusão. Ou seja, segundo eles, não houve crime continuado, não existiu um projeto global criminoso. A restauração do «processo democrático» ocorrera a partir de 25 de novembro de 1975, como os vencedores invocavam. Estava, na linguagem deles, desativado o chamado PREC. Mas a verdade é que as bombas se mantiveram até muito depois. A 22 de abril de 1976 dá-se o ataque à embaixada de Cuba. E em maio ainda houve bombas. Depois há mais umas sequelas, mas essencialmente é este período. Quase não houve violência no Sul. E a que houve veio do Norte. Foi essencialmente no Minho e Douro Litoral que se concentrou esta atividade terrorista. A própria sentença diz que é terrorismo. O Ramiro e os outros são considerados delinquentes de difícil correção por serem terroristas. A rede incluía gente vinda de Angola, da FNLA, pessoas ligadas aos CODECO, gente que queria a desestabilização política. O caráter mafioso da organização ficou bem demonstrado. O que havia de mais ideológico era o acerto de contas por causa do fim do Império. Com a chegada dos retornados, veio muita gente boa, mas vinha também gente desesperada. E disposta a tudo.

O que contribuiu para a descoberta da rede, além da investigação?

As bombas rebentavam por todo o lado e os operacionais andavam tão à vontade que contavam nos cafés as histórias do que faziam. Aparecem no processo os nomes desses sítios, onde a rapaziada se encontrava e falava com uma liberdade espantosa. Estavam no território deles, sentiam-se protegidos. Depois, as organizações de esquerda começaram a indicar todos os elementos... A certa altura, há uma brigada de Lisboa que vai ao Norte e a PJ faz uma operação *stop* e apanham o «Zé Luís» [José Cruz Ribeiro da Silva, ligado à FNLA]. Este, quando é capturado, diz: «Mas então o CDS não vos avisou?» Eles circulavam à vontade e estavam protegidos...

Que partidos estavam mais «representados» na rede?

Era gente do CDS que estava mais ligada a isto. O PPD menos. Mas o PS também tem culpas no cartório. E quando foi conhecido o desfecho do primeiro julgamento era o PS que estava no Governo.

Como resume o papel de Ramiro Moreira na rede bombista?

O Ramiro foi condenado, na primeira volta do julgamento, a 478 anos de cadeia em cúmulo aritmético. Em cúmulo jurídico a pena foi de 21 anos. Até certa altura, o Ramiro julgava-se protegido, mas depois de ser preso vai-se abaixo. Ele andava sujeito a uma grande tensão. E os outros vão-se abaixo também. Eles andavam nisto para ganhar uns trocos. Dava para uns jantares, umas gajas, pouco mais. E então, quando são detidos, entram em pânico. Do Pires Veloso [comandante da Região Militar do Norte] a outros militares, da esquadra de bairro ao EMGFA, estava tudo minado. Ora, quando o Ramiro é preso, os tipos que controlavam isto percebem que ficam em maus lençóis. O que fazem? Passam para a jurisdição militar um processo que é exclusivamente civil. E esta jogada é feita no Ministério da Justiça e no EMGFA.

De quem é a decisão de passar o processo para o foro militar?

Não sei de quem é a decisão, mas sei de onde é que vem. Vem do Ministério da Justiça. E aí só podia vir do próprio ministro, Almeida Santos. Ponto final. Ele era um excelente jurista e sabia perfeitamente quem é que estava ali em causa.

É aí que entra a PJ Militar?

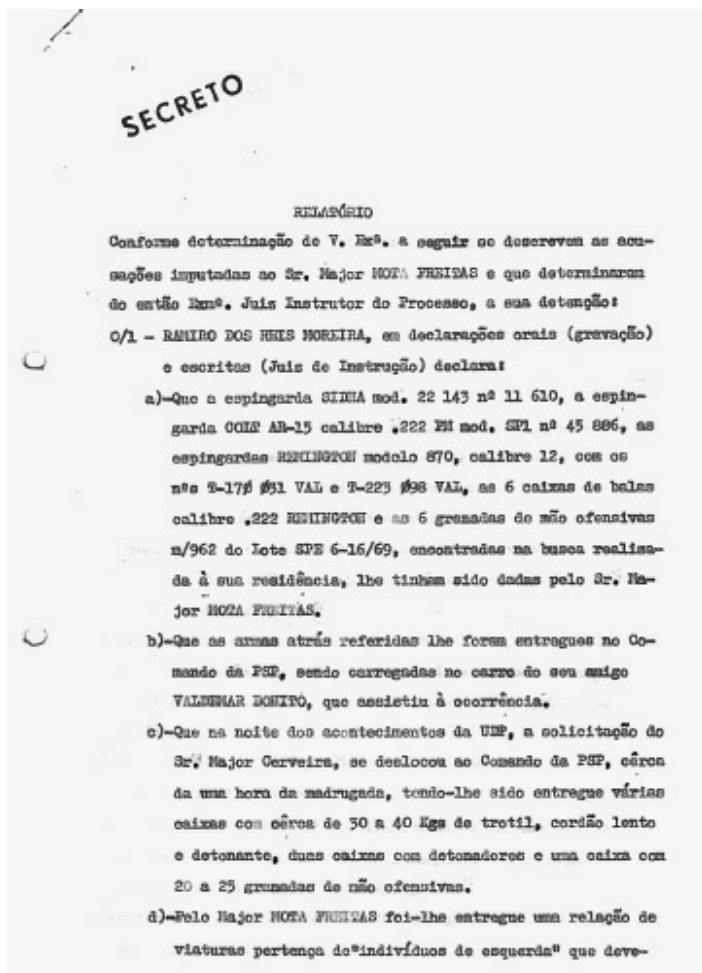
A PJ Militar, que estava sob alçada do CR, tinha passado para o controlo do EMGFA. Ao nível da instrução do processo, as asneiras da PJ Militar são de tal ordem que se percebia que não eram só por incompetência. Eram deliberadas. Tudo isto foi organizado metodicamente.

Como avalia o papel de Ferreira da Silva, da PJ Militar, que chefiava as investigações?

O capitão Ferreira da Silva não fazia ideia do que era a instrução de processos. Era o chamado militar da tropa, bem-intencionado. Foi investigar nesse comprimento de onda, mas, no início, emprenhando pelos ouvidos. Se calhar diziam-lhe que os comunistas estavam a tomar conta disto e que a rapaziada do Norte estava a defender a democracia. Quando chega ao Porto, interroga o Ramiro com um gravador e este despeja o saco. Ele começa a ficar com falta de ar e sai da sala. Ele contou isto em tribunal: «Eu julgava que eram fábulas que o Ramiro me estava a contar.» A gravação depois aparece no *Diário de Lisboa* e é uma bronca. O Ramiro até tinha confirmado tudo, de novo, na presença de um juiz de instrução, mas em tribunal trataram

de destruir juridicamente a gravação e conseguiram.

«A famosa, a renegada e temida gravação» de Ramiro Moreira, no dizer de Fernando Luso Soares, então advogado do PCP, foi pretexto para diferendos insanáveis entre as partes. «O tom vivo, coloquial, espontâneo e desinibido» da confissão do operacional bombista, registada em bobines, conferira, segundo Levy Baptista, «tal caráter de verdade que durante meses os arguidos não ousaram sequer suscitar qualquer dúvida a seu respeito». Isso aconteceria apenas em fevereiro de 1977, quando os advogados de defesa tentaram não só alijar do processo aquele registo, mas também desentranhar dos autos as declarações de vários investigadores da PJ Militar e da PJ do Porto, entre as quais a do capitão Ferreira da Silva, um dos presentes na altura da gravação, a par de Serradas Duarte, dos serviços de informação militares. Apesar das dúvidas que então se levantaram, a propósito de alegadas coações na audição de Ramiro, bem como a suspeita de que a fita teria sido obtida em contexto de tortura e depois objeto de «corte e costura», para iludir uma confissão forçada, a sua veracidade veio a ser atestada pelo próprio Laboratório de Polícia Científica, além de diversos testemunhos. Era, de facto, uma «desinibida e espantosa confissão, livre e voluntária, de múltiplos crimes», conforme aludira Levy Baptista.



Ficaram sempre escondidas. O aspeto corporativo funcionou sempre. Os militares procuram deixar sempre de fora militares. O major Mota Freitas, da PSP, foi o que apareceu mais, e foi absolvido. A Igreja também esteve metida de uma maneira descarada. Isto chegava ao arcebispo de Braga e o cónego Melo era o «chefe da banda». Até fugiu para um convento na Galiza. Estava sempre com medo de ser chamado.

Como explica que o general Eanes seja, a dada altura, citado como estando por dentro destas conspirações?

Os tipos dessa organização, quando se sentem apertados, tentam arrastar o Grupo dos Nove para a conspiração, a começar pelo Eanes, que já era Presidente da República. Mas não resultou. Quem esteve envolvido foi o Pires Veloso e aquela malta do Norte. A ideia era meter o Eanes ao barulho, para tentar travar o processo. Não conseguiram.

O Ramiro Moreira foi ameaçado e viria a contradizer-se...

Propuseram ao Ramiro que se desdissesse. E ele fez preços. «Sim senhor, eu desminto se vocês me puserem dois mil contos no banco, numa conta do meu filho.» Um dia recebo em casa uma chamada do Ramiro. Nunca tinha falado com ele, mas tinha-o tratado sempre bem, como fiz a todos e faço sempre. Atendi e disse: «Diga lá, homem, o que quer?» E ele: «O que é que o senhor fazia no meu caso?» Nessa altura, ele já não estava preso, aguardava em liberdade o novo julgamento. «Ó homem, não lhe posso dar conselhos. Mas se fosse comigo, pirava-me daqui, punha-me ao fresco. Você já viu que é um bode expiatório», respondi. «Pois sou, eu é que estou a pagar as favas todas», reagiu. Repare: eu não estava interessado em que o homem continuasse na cadeia. O Ramiro foi usado. Nas alegações marquei isso muito bem. Ele até tinha telefonado a pedir perdão à família da Rosinda [assassinada à bomba em São Martinho do Campo].

Isso revela o quê sobre ele?

Ele matou por dinheiro, desceu ao mais fundo que um homem pode descer. Mas nesse telefonema há também qualquer coisa de caráter, de coragem. A realidade humana não é a preto e branco. Outros deveriam ter sido condenados, sobretudo os que o mandaram pôr bombas e lhe pagaram mal. Mas os tipos convenceram-no de que ele era um herói. «Eh pá, és um gajo extraordinário», diziam-lhe. E ele iludiu-se. Era um pateta, foi o idiota útil. Mas esteve mais do que uma vez para ir desta para melhor, pois era a chave disto tudo. Quando se deu a repetição do julgamento, o pânico dos mandantes era que ele falasse, pois ele tinha prometido que iria fazê-lo. A posição do Ramiro era esta: se vocês me chateiam, dou cabo disto tudo. E um tipo que diz isto está também a lavar uma sentença de morte para si próprio.

«O perfil psicológico de Ramiro dá-nos a certeza de que ele é muito mais capaz de compor um ramo de flores do que atirar uma bomba.» As palavras de Soares da Silva, um dos advogados de Ramiro Moreira no processo, enquadravam-se, a dada altura, numa estratégia concertada da defesa no sentido de definir um perfil mais suave do homem que «amarrara» todos os outros, mandantes e operacionais, à rede bombista.

Mesmo Leite Faria, advogado de Joaquim Ferreira Torres, tentara convencer os juízes de que as idas frequentes de Ramiro a Espanha seriam «uma evasão temporária para fugir às mágoas e ao clima quente que aqui se vivia». «De resto, lembremo-nos que ele não era o único», advertira. No fundo, pedira-se a dada altura do julgamento que os juízes decidissem em consciência, «para que Deus os acompanhe e o Divino Espírito Santo, na sua imensa sabedoria, os oriente na decisão justa», no dizer de Athaide das Neves, outro dos causídicos da bancada da defesa.

Para os advogados da acusação, Ramiro Moreira era tudo menos o homem que em certo momento chegou a parecer: alguém com mais umbigo do que proezas. «Eu não vi o megalómano. Vejo-o, sim, como vítima daquela classe de dirigentes que aqui aponteí há pouco. As suas declarações não são meras fantasias, não senhor», defenderia Francisco Luso Soares. Também Levy Baptista andaria perto da tese do colega: «No fundo, Ramiro Moreira acabou por dar o corpo ao manifesto até ao fim», diria, comentando o recurso na repetição do julgamento, a 11 de julho de 1981.

A substituição do juiz de instrução Pereira Cabral por Dário Rainho também explica a forma como o processo terminou?

O Dário Rainho era um juiz retornado. Quando começa a ouvir as pessoas, no início, faz uma análise correta do processo. Mas depois começa a libertar pessoas. Por fim, não faz as coisas que qualquer agente de terceira classe da Judiciária faria. E não faz porque, de facto, estava em marcha um processo de sabotagem.

Como era o seu quotidiano nessa época?

Era de doidos! E o da minha mulher, que era professora. Tínhamos duas filhas pequenas e eu tinha três sessões de tribunal por semana. Havia quatro advogados da parte da acusação e 16 da parte da defesa. E estes estavam sempre a meter recursos, era preciso responder-lhes. Depois ainda tinha de trabalhar no escritório. Foi uma ginástica de outro mundo, quase não dormia. A embaixada de Cuba pediu-me esse favor e não podia dizer não. Mas as sessões, a dada altura, não se prolongavam tanto, por causa da telenovela brasileira *Gabriela*. À hora da novela toda a gente parava. Nem receções diplomáticas havia!

O desfecho do processo da rede bombista foi uma tentativa de reescrever a História?

É o País que temos. Não quero ir mais atrás, mas é o que temos desde 1820. O fundo cultural é o mesmo: somos todos boa gente, temos um sol formidável, umas sardinhas assadas e tal... Somos o que somos. Repare: o Churchill teve um papel importante na Segunda Guerra Mundial. Mas depois foi a eleições e

perdeu. Foi para lá o Clement Attlee, do Partido Trabalhista. Então o Churchill pensou assim: «Vou ter de escrever sobre o papel que desempenhei na Segunda Guerra. Porque se não for eu a escrever, vem outro e conta a história de outra maneira.» Pediu uns dinheiros à Coroa, contratou uma grande equipa, fez a versão dele e ganhou o Prémio Nobel da Literatura. Temos um exemplo aqui: Mário Soares. O que é que ele fez? Por exemplo, em 1973, o Marcelo Caetano foi a Londres e houve grande contestação, manifestações contra Portugal e a sua política colonial. O Mário Soares não teve nada a ver com aquilo, mas as fotografias que aparecem são dele à frente daquilo. Chegou, pôs-se à frente e ficou no retrato. Hoje tem a sua fundação, faz um excelente trabalho de recolha de elementos e depois aquilo é trabalhado num determinado sentido. E esse sentido é o que interessa ao doutor Mário Soares. E a História que fica é essa. No meu caso, sou fonte daquilo que vi. Depois de 1958, não me venham com histórias. Estive na Comissão de Socorro aos Presos Políticos antes do 25 de Abril, conheci muita gente, muitos militares, e depois da revolução fui, entre outras coisas, chefe de gabinete do ministro Salgado Zenha no I Governo Provisório. Por isso, não me venham tocar música celestial, que eu não embarco nisso.

CAPÍTULO 18

Os segredos do Barro Branco

Naquela manhã, Joaquim Ferreira Torres levantou-se mais tarde do que o habitual. Normalmente, estaria a pé às seis horas. Mas o jantar da véspera terminara para lá da meia-noite e ele havia passado uma madrugada incómoda, com dores na coluna. Estava, contudo, bem disposto ao pequeno-almoço.

Era verão e a família mudara-se da vivenda das Antas, no Porto, para a sua Quinta de Vila Nova, em Penafiel. A mulher, Elisa, trocara as praias de Leça, em Matosinhos, pelas termas de São Vicente, ali perto. O marido, porém, continuava a fazer o percurso diário entre a casa e a fábrica têxtil de que era proprietário, em Famalicão, ignorando o significado da palavra «férias».

Apesar de discreto e reservado, sabia-se que regressara numa das últimas noites carregando uma mala com mil contos em notas, fruto de um negócio com ciganos. Atarefado, nem deu importância ao facto de naquele período um desconhecido lhe rondar a quinta, questionando os caseiros sobre as suas rotinas e o automóvel que guiava. Estranhara apenas as avarias no telefone, quase sempre ao final da tarde. O aparelho parecia ter vontade própria e os técnicos tardavam em descobrir o defeito.

Tal não o impediu de marcar o referido jantar. Encomendara uns melões no restaurante Tanoeiro, em Famalicão, onde era assíduo. O tenente-coronel Oliveira Marques e a esposa eram esperados à noite, vindos de Lisboa. Torres juntou à mesa a mulher, o Quinzinho – sobrinho que adotara como filho desde os onze meses, após a morte de um irmão –, a irmã Sãozinha e o cunhado Mota Freitas, major da PSP, entre outros familiares. Antes da refeição, os homens reuniram-se no escritório. O ritual repetiu-se depois. Oliveira Marques despediu-se da família já passava da meia-noite.

Quando acordou, mal dormido, Torres vestiu uma camisa, casaco e calças claras, tipo caqui. Apertou o cinto de cabedal vermelho e calçou uns sapatos castanho-claros picotados, de pala. No pulso, um *Omega* de ouro. Num dedo, o anel, também em ouro, com brilhante de sete quilates. Guardou a carteira com umas dezenas de contos. Numa pequena pasta preta colocou documentos, cerca de 42 mil pesetas e 200 marcos. Em casa era frequente haver malas com dinheiro vivo e Torres nunca saía à rua sem uns bons maços de notas. No casaco, levava a inseparável caneta em ouro e a agenda, recheada de contactos: nomes de homens de negócios, polícias e militares de várias patentes, velhos conhecidos do antigo regime, cónegos, políticos e cadastrados.

O industrial fez-se à estrada no seu *Porsche 911 T* vermelho, por volta das oito horas. Em Paredes, comprou os três matutinos do Porto. Depois seguiu viagem.

Três quilómetros à frente, na estrada nacional que liga Paredes a Paços de Ferreira, talvez vislumbrando um rosto familiar, abrandou. Numa emboscada de execução tipicamente militar, desconhecidos, munidos de armas pouco habituais no País, dispararam contra ele vários tiros, atingindo-o sobretudo no crânio. Torres tombou, morto, para o lado direito do condutor. Passavam quinze minutos das oito horas do dia 21 de agosto de 1979. O *Porsche* contava mais de 77 mil quilómetros. Duas jovens iam comprar vinho quando deram o alerta.

Joaquim Ferreira Torres tinha 54 anos, negócios menos claros, fortuna invejável e ligações íntimas a meios políticos, económicos e militares. Aguardava, em liberdade condicional, a repetição do julgamento da rede bombista de extrema-direita. Garantira que dessa vez se sentaria no tribunal e «abriria o saco» sobre os segredos e as cumplicidades desses tempos. A sua morte ficou conhecida como «o crime do Barro Branco», lugar onde o calaram para sempre.



*Joaquim Ferreira Torres foi assassinado em agosto de 1979.
As causas da sua morte estarão relacionadas com ajustes
de contas da rede bombista*

Um cortejo de 200 automóveis, na maioria de luxo, alguns com matrículas de Pontevedra (Galiza), acompanhou o funeral, desde a saída da urna da Igreja das Antas, no Porto, até ao Cemitério de Fridão, em Amarante. Os trabalhadores da fábrica de Famalicão apareceram em peso, gerentes e diretores do Banco Industrial del Sur, de Vigo, também disseram presente. Na berma da estrada, populares de sachola e vassouras gritavam «assassino».

O cónego Eduardo Melo encarregara-se do elogio fúnebre. Na missa de ação de graças destacara a «forte e vincada personalidade» da vítima, «a quem o povo muito ficou a dever». Quase canonizara o industrial. «Santos são os homens que sabem colocar a Pátria acima de tudo», acrescentara o prelado minhoto.

Até ali, Torres alimentara o mito americano, granjeando fama e fortuna vindo do nada e do esquecimento.

Nascera no simbólico dia 13 de maio, em 1925, na freguesia de Rebordelo, em Amarante, um de 17 irmãos. Fez o ensino básico e sabe-se que vendeu carvão em Vila Pouca de Aguiar, onde o pai trabalhou nas minas. Viram-no passar madeiras para Espanha, clandestinamente. Foi marçano numa loja de mercearias finas e, no final dos anos 40, já andava por terras transmontanas. De bicicleta ou motorizada, era comissionista, vendedor de rifas, e distribuía prémios que iam dos chocolates às navalhas. Ganhou aí as primeiras maquinas.

Em Murça, conhece Elisa, da aldeia de Noura, com quem haveria de casar-se. A rapariga trabalhara numa padaria e era governanta. «Uma lasca de mulher, muito cobiçada», dizem na terra.

Namoram pelos quintais. Ela é cúmplice de Torres nas fugas à polícia que metiam saltos de telhado em telhado e esconderijos disfarçados em tonéis de vinho. Os mandados de captura contra ele sucediam-se. Teria até cumprido uma pena de prisão em 1957. Do Tribunal Judicial de Chaves desapareceria, mais tarde, o seu registo criminal, que incluiria um historial considerável de abusos de confiança.

Nos anos 1960, Torres parte para África. Já era negociante de vinhos em Rio Tinto, mas em Angola abre uns armazéns e lojas de mercearia fina, «com tudo do bom e do melhor para comer e beber», elogiara um antigo inspetor da PIDE. Embora a sua presença em Angola seja intermitente, as relações e os negócios fluem. A partir de 1964, o empresário Francisco Sousa Machado socorre-se dele para fazer face a problemas económicos na Companhia Mineira do Lobito e nos hotéis Presidente e Panorama, em Luanda. Ao longo de anos, pedirá montantes da ordem dos 200 mil contos, empréstimos cuja totalidade o empresário não liquidará até à morte do amigo.

Nesses anos, Torres concentrara-se também no filão das operações em diamantes e divisas. Segundo diversos relatos, conhecerá Tshombé, líder político africano que, com ajuda da CIA e de mercenários, promoverá a tentativa de secessão da província diamantífera do Katanga, chegando mais tarde a primeiro-ministro.

No antigo Congo, e por dentro dessas operações, esteve, entre 1961 e 1964, uma figura que viria a ser bem conhecida dos portugueses no período pós-revolucionário: Frank Carlucci. Oficialmente, as suas funções no território eram as de segundo-secretário da embaixada americana em Kinshasa, mas Carlucci foi dado como agente da CIA encoberto na representação diplomática dos EUA. Tshombé era um dos «protegidos» de Salazar – que lhe cedeu apoio logístico, armas e um conselheiro militar – mas cairá depois em desgraça. Terá sido então Torres, o homem de negócios nascido em Amarante, a velar pelos interesses dos herdeiros do político africano. E pelos seus, claro.

Quando Torres regressa a Portugal traz uma fortuna incalculável.

E faz segredo da proveniência.



Após o 25 de Abril, a população rejeitou que Joaquim Ferreira Torres fosse afastado da presidência da Câmara de Murça pelos militares

Deposita lingotes de ouro na banca, dedica-se à especulação bolsista, mantendo laços e negócios com amigos dos tempos de África. Os bancos disputam-no. Fazendo-se caro, negocia percentagens para os seus rendimentos. «Pronto, já ganhei mais mil contos!», ouviam-no, ao telefone, com gestores e administradores. Entre outros investimentos, compra terrenos, uma tipografia e uma casa de câmbios. Chegará a ser dono de 27 quintas no Norte do País. Passeia-se num *Jaguar 4.2*, anda de *Porsche* e num *Mercedes 350 SLC* amarelo, desportivo. É amigo do banqueiro Pinto de Magalhães e do empresário Xavier de Lima, quase dono de Setúbal, a quem ajudaria a recuperar a fortuna. É avalista de negócios no turismo e noutras áreas. Sousa Machado abre-lhe portas nos meios militares e políticos.

Hábil e desconfiado, anota tudo. Dos 110 contos que gasta nuns botões de punho aos 90 mil escudos de uma pulseira para a mulher. O círculo íntimo sabe apenas o estritamente necessário. É de fúrias quando algo escapa ao seu controlo. Impõe rotinas de forma quase militar, sem transigências. Rigoroso com a gramática, não tolera erros nem mau português. Manda repetir textos à máquina por causa de vírgulas. Mas também consegue ser afável e bem disposto.

Na ascensão meteórica, cultiva gostos a preceito.

Os fatos e os sapatos são feitos às dúzias, por medida, nas melhores lojas da Rua de Santa Catarina, no Porto. De Londres traz tecidos, sem falar mais do que o português. Em casa cultiva decoração imponente e aparatosa, com móveis franceses. Os convidados da residência comentam o ar «neobarroco da burguesia».

Os jantares são opíparos e a garrafeira não destoa. Comprara mais de cem garrafas de *Barca Velha*, ao preço de muitos ordenados da época. Preferia colheitas de 64 e 65. Ou um *Faustino I*, Rioja, de 66. Se acompanhassem uma perdiz cozinhada pela mulher, tanto melhor.

Conquistado o estatuto financeiro, ao ritmo de «pronto a vestir», Torres vai procurar a legitimação social que lhe faltava.

Primeiro, desafiara o Governo a criar o Banco de Desenvolvimento Transmontano, a que já se imaginava a presidir, mas o projeto não avança. Moverá também influências na África lusófona, através do empresário Carlos Bernardo Vieira. O primo e «irmão de sangue» de Nino Vieira, antigo Presidente da Guiné-Bissau, prometera fazer diligências para Torres concretizar o sonho de criar um banco naquele país. Mas o projeto não chegaria a bom termo.

O poder deslumbra-o, mas é ignorado.

Os seus ciúmes tinham um nome: Gonçalves de Abreu, comendador, dono de um império industrial, figura prestigiada, presidente da Câmara de Amarante. A liderança daquela autarquia e uma comenda eram o seu fito. E inveja.

Ele esmera-se.

Em finais dos anos 1960, compra a fábrica têxtil Silma, em Famalicão, à família do destacado antifascista e comunista Lino Lima. Por mais de uma vez fará uso dos seus contactos para tirar o advogado dos calabouços da PIDE. Já em democracia, lamenta-se de não merecer idêntica atenção quando se encontrara

detido em Caxias.

A sirene da Silma marcava os ritmos das freguesias de Brufe e Calendário. Teve perto de 300 trabalhadores. Juntos, Mário Sousa, Maria de Sousa e Maria da Glória somaram 66 anos na fábrica que produzia roupa interior, pijamas, meias e camisolas. «O senhor Torres foi um bom patrão. Tinha lá as coisas dele, mas nem quando esteve preso em Caxias ou fugido em Vigo nos faltou com os salários», contam. A sindicalista Ondina Coutinho travou com ele braços de ferro, a doer. «Nada era dado sem luta. Mas tivemos condições de fazer inveja na região.» Militante do PCP, Ondina garante que Torres «nunca promoveu qualquer perseguição política na empresa». E pelo Natal lá apareciam umas garrafas de vinho e bolo-rei para adoçar a boca aos operários.



*Apesar das lutas internas na fábrica Silma,
Torres era considerado um bom patrão*

Às portas do 25 de Abril é ainda da ditadura que Torres espera favores. Faz avultados donativos ao partido único, associações, bombeiros, misericórdias e instituições de caridade. As Irmãzinhas dos Pobres agradecem-lhe 50 contos entregues pessoalmente a Marcelo Caetano, presidente do Conselho, para ajudar 375 velhinhos. Coleciona medalhas de benfeitor dos pobres e desvalidos. «Procuro não desperdiçar aquilo que Deus me confia e, sempre que posso, procuro ajudar as suas misérias e sofrimentos», dirá, num dos seus discursos, que pagava à linha em alguns jornais, sem sombra de publicidade.

Por essa altura já ele assumira a presidência da Câmara de Murça, terra da mulher e onde tinha propriedades. Influências de um salsicheiro amigo a quem emprestara dinheiro. O convite é mais uma etapa na busca de prestígio. Torres fora nomeado para a autarquia em 1971. Na tomada de posse, prometera nunca se servir do cargo.

As verbas que escasseiam ao município e que o Estado, somítico, não libertava, tinha-as ele. A terra dá um salto, ganha urbanidade. «As velhas tetas da porca de Murça que estavam vazias estão agora realmente cheias», escreve-se nos periódicos. Torres oferece a cada morador um balde de plástico para o lixo que uma viatura camarária recolhe diariamente. Na rua, o povo observa o homem cénico que gesticula, questiona o andamento das obras, dá ordens. «Exercia o mando, tinha perspicácia, dinâmica e visão», assinala José Gomes, antigo presidente da Câmara de Murça.

O industrial manda eletrificar aldeias, abrir caminhos, construir estradas. Aparece de surpresa nas freguesias e, «quando a verba se encontra esgotada, abre a bolsa e resolve os problemas», contava o seu vice-presidente Manuel Veloso. Deu vida a lugares isolados, escolas onde nenhum professor desejava estar, permitindo que as crianças recebessem «ao menos» a instrução primária. «Foi um santo homem, e quem não é agradecido é melhor não andar neste mundo», rende-se o lojista Alfredo Meireles. Adianta dinheiro que o Estado lhe pagará depois, aos bochechos. Cria uma extensão da sua fábrica têxtil, dá terrenos pessoais para fazer casas e manda construir uma piscina de fazer inveja na região. «Se ele tivesse continuado, Murça seria hoje a Suíça de Trás-os-Montes», refere José Gomes.

O populismo aflora. Empréstimo dinheiro a municípios. Paga a jornalistas por conta da montra impressa dos seus feitos. Dá lautos banquetes de assados e lagostas. «Torres, Torres, Torres, és a nossa glória!», canta-se.

Embalado, o edil até inaugura fontanários sem água, enquanto, às escondidas, funcionários camarários vão despejando baldes para simular a liquidez que faltava ao momento. *O Primeiro de Janeiro* garante: ele «é o padrão do homem que todos desejariam ter como presidente». Adílio, Pedro, José, António e Mário, velhotes que comentam os assuntos da terra numa garagem da vila, garantem não haver espécie igual. «Até as casas de banho públicas lhe devemos.» Muitas pessoas viviam sem luz e água, na miséria. Acampamentos de ciganos dão lugar a jardins, lembram.



*Torres mudou a face
do concelho de Murça. Mas nunca obteve as
graças do Estado Novo para tentar alcançar
outro estatuto*

A base desta simpatia popular, escreveu a revista *Flama*, «é que ele era uma espécie de anjo para toda a gente: vinha um pobre, o Sr. Torres dava 50\$00. Apresentava-se um doente, o Sr. Torres ajudava com 100\$00. Um jovem casal da terra casava-se, o Sr. Torres concorria generosamente para a boda». Até no simulacro de eleições legislativas realizado em 1973 houve generosidade a mais. O concelho de Murça votou em massa no partido do regime. Em massa é eufemismo. Na verdade, foi 98 por cento da população, para espanto de quem mandava a partir da capital...

Por isso, Torres sonhou. Alto.

Um dia, a vila engalanou-se para receber Américo Tomás e o autarca até pagou um livro para impressionar o Presidente da República. Seria aquele o dia da atribuição da comenda, dizia-se. O Governo, porém, investigara a vida deste *self-made man* nascido entre montes. «Não sabia nada de política, queria que todos vivessem bem e só pensava no próximo negócio. Mas descobriram que ele não tinha a folha limpa», conta quem acompanhou o processo. Avisado, Américo Tomás cancelaria a visita, desculpando-se com uma gripe. «Eles só quiseram dar-me Murça», lamentou-se o industrial, junto de amigos.

Tentara tudo para cair nas graças do fascismo. Mas não encaixava na moldura do regime, que desdenhava de quem entrava fulminante na vida pública, com ares de novo-rico de extração duvidosa. A revolução acentuaria o desfazamento, não sem luta. Júlio Montalvão Machado, primeiro governador civil de Vila Real em democracia, só conseguirá exonerá-lo do cargo em dezembro de 1974, após tentativas de conciliação. Uma excursão de 23 camionetas esteve quase a fazer-se à estrada para ir defender Torres, mas desistiu-se da ideia. Uma investida dos militares do COPCON em Murça foi recebida pelo povo com varapaus, sacholas e forquilhas. «Ele teria saído a bem, mas as pessoas queriam-no e lutaram com tudo. Foi o próprio Torres quem impediu que eu levasse um arraial de porrada», recordou Montalvão. Pelas aldeias chegaram a circular panfletos com os dizeres «Torres para Murça como Spínola para Portugal». Montalvão descreveu-o como «homem cordato, muito ligado ao concelho. Foi um excelente presidente para aquela gente», reconhecerá, décadas após o 25 de Abril.



Em diversos eventos Torres tentou cair nas boas graças da ditadura

Apesar das ambições caídas por terra, ele não fora propriamente surpreendido pela revolução. Perspicaz e bem informado, cheira o fim do regime com meses de antecedência.

Uns dias antes das eleições de 1973, convida César Príncipe a aparecer na sua casa das Antas. A relação entre ambos é boa, mas o jornalista do *JN*, relevante figura da oposição democrática, ligado ao PCP e calejado nas conspirações, receia as vigilâncias da PIDE. «Do outro lado do passeio julguei reconhecer o chefe de uma brigada da polícia política, que conhecia dos tribunais plenários.»

Contudo, arrisca. Torres vai direto ao assunto:

«Sei que está com a oposição. Nada contra. Como sabe, tenho de defender o regime, para proteger os meus interesses. Vou dar mais dinheiro à ANP e alugar um helicóptero para a campanha. Mas também quero ajudar a oposição...»

César escuta, estupefacto. «Percebi que ele queria começar a dialogar com o pré-poder e eu era quem estava mais à mão.» A oferta, «um envelope com algumas centenas de contos», tinha atrelado um pedido. «Sei que vai discursar num comício do Coliseu e queria que fizesse um ataque ao comendador Abreu.» César rejeita a condição. O donativo entra à mesma nas contas. «Anónimo, claro.» Torres joga em dois tabuleiros e, antes de se despedir do amigo, confidencia: «Este regime está para acabar. É a PIDE quem mo diz.» Depois do 25 de Abril, César Príncipe estaria na lista de alvos do MDLP. «Houve uma contraordem de dentro do movimento para travar a bomba que me estava destinada. Ainda hoje acredito que foi do Torres.»

Com as fevuras da revolução, o industrial previne-se.

Vende património – incluindo 18 quilos de barras de ouro – e prepara refúgio na Galiza. Dá dinheiro a «pides» e ajuda-os a «dar o salto». Nunca deixará, porém, de tentar pontes com os protagonistas do momento, como fez com Macedo Varela, militante comunista. «Quis fazer um donativo ao MDP/CDE, mas com o objetivo de queimar alguém. Recusei, claro», conta o advogado de Famalicão. Para ele, o industrial «não era preconceituoso ou discriminatório em matéria de ideologias. Queria estar bem com Deus e o Diabo».

Torres teme, por essa altura, «o perigo vermelho», as «demoníacas» foices e martelo. Iria estar de corpo e alma do outro lado da barricada, numa guerra santa em que a Igreja abençoava as armas e as bombas.

Mas esta era apenas uma das suas facetas. Na fábrica, por exemplo, a revolução amanteigara o quotidiano: «Curiosamente, os trabalhadores sentiram-se mais próximos dele a seguir aos episódios da rede bombista», reconhece Macedo Varela. «Deu-lhes melhores condições, criou uma cantina, respeitou e cumpriu todos os direitos.»

No início de 1975, Torres é o fiel depositário de valores de banqueiros, industriais e empresários nortenhos em fuga para o Brasil e para Espanha, entre os quais Silva Reis, da Real Companhia Velha, e o banqueiro Pinto de Magalhães. Pratas, ouro, marfins, joias e obras de arte de figuras das suas relações são colocados em casas e armazéns seguros, entre Tuy e Vigo, levados por vezes em furgões atulhados.

Torres controla a fronteira de Valença. Guardas fiscais aparecem amiúde na sua fábrica, para escolher peças de vestuário. Abre contas para os amigos em bancos de confiança na Galiza. Gere ele os dinheiros e os juros e aluga garagens para que possam esconder os bólides de marca *Porsche*, *Mercedes* e *Jaguar*.

Gorada a tentativa golpista de 11 de março de 1975, o general Spínola foge para o estrangeiro e funda o

MDLP. O braço-direito é Alpoim Calvão, militar responsável pelo setor operacional do movimento. No Norte de Portugal, é Torres quem põe e dispõe e os apoios surgem de todo o lado. O Presidente Mobutu, do antigo Zaire, oferece 5 mil espingardas semiautomáticas. O comendador Abílio de Oliveira passa um cheque de um milhão de pesetas para a compra de armas. Dos quartéis também saem algumas. O MDLP e o ELP destroem, incendiam e fazem explodir centenas de sedes, casas, carros e estabelecimentos ligados sobretudo ao PCP e aos seus militantes.

Registam-se mortes. A rede bombista congrega interesses e colaborações de políticos, empresários e militares de diversas safras, sacerdotes, mercenários angolanos, ex-«pides», seguranças do PSD, do CDS e do PS e gente para todo o serviço, com cadastro condizente. «Mais a direita de aldeia, caceteira e borrachona», acrescenta um inspetor da PJ que seguiu o *puzzle* da contrarrevolução.

Enquanto oferece roupa e dinheiro a retornados das ex-colónias e a pobrezinhos, Torres ordena atentados e paga. Recolhe donativos para a causa junto de homens de negócios. Ele também entra. Uns abrem a bolsa generosamente. Outros torcem o nariz. Um conhecido industrial de cortiças dá, contrariado, 800 contos (menos de 4 mil euros hoje). Empresários compram-lhe dólares a um preço mais elevado e contribuem para a causa. O excesso entra no MDLP. O movimento é despesa cara: só as viagens de Spínola no exílio e os gastos de Alpoim em Madrid custam mais de 3 mil contos por mês.

Por esta altura já Torres sabe que o MDLP é também uma cobertura para outras aventuras. Dirigentes no exílio oferecem casacos de peles de 900 contos a mulheres e gastam «como lhes apetece» em restaurantes e casas de alterne. Um bombista queixa-se de passar fome, «enquanto outros se banquetevam nos melhores hotéis». Por cá, a democracia pode esperar. Bombas explodem para liquidar ódios de estimação, desavenças e rivalidades nos negócios. «Uma autêntica máfia», descreve quem militou no MDLP.

As desilusões de Torres acentuam-se com o passar dos meses.

Mesmo assim, sucedem-se reuniões conspirativas em que participam, entre outros, Alpoim Calvão, Valentim Loureiro e elementos ligados à ala moderada do Conselho da Revolução (maiores Vítor Alves e Canto e Castro). «O Grupo dos Nove infiltrou a rede bombista com o objetivo de alimentar a agitação para depois justificar o travão», sustenta o jornalista – e militante do PCP – César Príncipe.

As bombas não param. Nem quando Vítor Alves e Canto e Castro se reúnem com dirigentes do MDLP na casa de Valentim Loureiro, no Mindelo, em junho de 1975. O sítio escolhido revela, apesar de tudo, algum amorismo: em frente fica a moradia que o pai do diretor da PJ do Porto aluga todo o ano. As vigilâncias duram, por isso, há algum tempo, mas sem resultados práticos. Ao almoço comparecem o próprio Torres e o cónego Melo. À porta fica o operacional Ramiro Moreira, a vigiar. «O recado que eu tinha do Conselho da Revolução era falar com o MDLP – e considerava-se que Alpoim Calvão era, de certa forma, o comandante operacional», justificará Vítor Alves, autointitulado «diplomata do Conselho da Revolução», à época receoso da escalada de violência. «Os incêndios das sedes, sobretudo do PCP, as bombas, não eram o caminho. Nós, dentro dos mecanismos democráticos, iríamos resolver o problema», prometera.

Pena as versões dessa reunião nunca terem coincidido.

Nem sequer os ponteiros dos relógios.

Para Vítor Alves, o encontro durou 45 minutos. Alpoim Calvão diria três horas. O primeiro garantira que o MDLP perfilava «um retorno a um marcelismo sem guerra colonial». Calvão, afinal, ficara satisfeito com a garantia de eleições livres, prometendo cessar as atividades bombistas, na medida das possibilidades. Segundo Vítor Alves, o seu interlocutor era o que havia para poder conversar. «Não era para nós homem de confiança», dirá, porém, Calvão sobre aquele elemento do CR. Posto isto, ter-se-ão entendido, pelo menos, nas cumplicidades silenciosas. Ambos eram oficiais tarimbados nas «informações». Daí que o «não-dito» tivesse, pelo menos, um valor facial. «Entre nós não era necessário explicitar tudo e houve coisas que pura e simplesmente não chegaram a ser mencionadas», justificará Vítor Alves ao *Expresso*, mais de 15 anos depois.

A par de Canto e Castro, também aquele militar do CR sempre garantiu que os encontros com o MDLP tinham cobertura política do órgão do qual eram membros. «Vítor Alves nunca foi mandatado pelo Conselho para fazer contactos com um grupo de marginais», argumentaria, contudo, o major Sousa e Castro, outro elemento do CR. Ramalho Eanes admitira também a sua surpresa, ele que até fora convidado a integrar o movimento, mas recusara. «Eles estavam nas suas funções e faziam tudo o que o MDLP queria», resumiria, entretanto, Manuel Macedo, suposto secretário da organização. Alpoim Calvão ter-lhe-ia dito, a propósito, que existia até uma maneira simples, e sem armas, de acabar com a «fantochada em Portugal», quisesse ele: bastaria, garante, «mostrar os documentos que os próprios conselheiros lhe enviavam». Mas se Vítor Alves e Canto e Castro agiram a título individual, como sugerem vários membros do CR, sobra mais um mistério para a História resolver, a menos que os mortos ainda falem: quem permitiu a Alpoim Calvão, sobre o qual pendia um mandado de captura, entrar tranquilo no País, ao volante de um *Mercedes*, ouvindo música

clássica, para ir à reunião do Mindelo?

Anfitrião e promotor de contactos entre o MDLP e os «moderados» do CR, Torres sentir-se-á «traído» quando os mentores e operacionais do 25 de Novembro de 1975 alegadamente faltam à palavra dada. Segundo ele, haveria a promessa de não entregar Angola ao MPLA e ilegalizar o PCP, uma versão corroborada por outros elementos, entre os quais o cónego Melo. Ocorre o contrário. A independência da ex-colónia é proclamada a 11 de novembro. A 26, na RTP, Melo Antunes, do Grupo dos Nove, considera o Partido Comunista «indispensável» à democracia. «Fiquei revoltado», assumiria o brigadeiro Pires Veloso, controverso comandante da Região Militar do Norte, próximo de dirigentes do MDLP: «Ó Melo Antunes, você fez umas declarações de que a gente não gostou nada...», ter-lhe-á dito.

A face bélica e saudosista da direita portuguesa confiara nos moderados, mas os intentos saíram frustrados.

Em 1976 armas e operacionais circulam ainda em roda livre. Na contrarrevolução reina a autogestão. Alguns fazem ajustes de contas ou traficâncias, a troco de bom dinheiro. O 25 de Novembro não travara a violência nem trouxera a pacificação propalada. Os alvos políticos sucedem-se. Os meses de abril e maio de 1976 são os mais sangüinários: é assassinado o padre Max; a embaixada de Cuba, em Lisboa, vai pelos ares, matando dois funcionários diplomáticos; um jovem morre na sequência do rebentamento de um carro armadilhado junto à sede do PCP na Avenida da Liberdade, em Lisboa; uma bomba explode numa residência em São Martinho do Campo, Santo Tirso, matando a mulher de um trabalhador fabril. Os resquícios da rede bombista estão por todo lado, os mandantes nem por isso.

Aos poucos, o País tenta serenar.

Ramalho Eanes é eleito Presidente da República a 27 de junho de 1976. O primeiro «lote» de operacionais da rede bombista é detido a 6 de agosto. Todos denunciam outros nomes: Joaquim Ferreira Torres, o seu cunhado Mota Freitas, o comendador Abílio de Oliveira e o funcionário judicial Gonçalo Martins.

No domingo, dia 8, onze elementos da PJ civil e militar cercaram, manhã cedo, a moradia de Ferreira Torres na Avenida Fernão de Magalhães, no Porto, a um piscar de olhos do Estádio das Antas. O industrial não foi apanhado de surpresa. Mas abriu a porta ainda em pijama e perguntou o que queriam. Vinham buscá-lo, para ser levado para as instalações da Judiciária, no âmbito de «umas diligências», informaram. «Vou-me arranjar», replicou Torres. «Era pior do que as mulheres, às vezes levava hora e meia para se aperaltar», recordam, no clã familiar. «Agora vou tomar o pequeno-almoço», informou, quando se apresentou de novo perante os agentes.

Dois deles esperaram à mesa, um de cada lado, que o financiador da rede bombista agasalhasse o estômago. Ainda tentaram impedi-lo de tomar uns comprimidos, mas, alegando fortes razões de saúde, o industrial teimou e venceu a dele. O telefone, entretanto, não parara de tocar desde que a polícia entrara em cena. Mas todas as chamadas foram atendidas por um elemento da Judiciária. Antes de sair, e sem que ninguém se lhe opusesse, Torres pegou numa pistola e meteu-a no bolso. «Vou para umas averiguações, mas já venho», disse, despedindo-se da mulher e do filho adotivo. À chegada à PJ, entregou a arma ao amigo Fausto Saraiva, o inspetor da Judiciária que seria o primeiro a chegar ao local do crime quando Torres foi assassinado.

Interrogado a 10 de agosto de 1976, Torres começaria por desmentir qualquer ligação ao MDLP. Negara igualmente qualquer conhecimento sobre transporte de material de guerra para a organização e garantira que, em sua casa, nunca haviam sido escondidas armas. Quanto a Ramiro Moreira, admitira ter-lhe providenciado dinheiro, dada a situação miserável em que se encontraria, mas nada mais. Quis manter a compostura, desmentir até à exaustão. Era tarde para a encenação.

O industrial é transportado para a prisão de Caxias, onde o termo clausura é reduzido a uma força de expressão. Ainda não chegara ao fim a primeira semana e alguns dos detidos da rede bombista, entre os quais Torres, já confraternizavam com o comandante da cadeia, major Baltazar. Partilham refeições no seu gabinete. Garrafas de *Barca Velha* selam a harmonia, sem vislumbres de acidez. Na cadeia, Torres também assina cheques e despacha assuntos relacionados com os seus negócios. Quando recebe familiares, garante-lhes que está bem e sugere-lhes que aproveitem a vida e, já agora, os mariscos do restaurante Os Arcos, em Paço de Arcos. Ao lado, Abílio de Oliveira, em conversa com a esposa, pede-lhe também que se divirta na sua ausência, vá ao teatro. «Eu estou bem», garante. «Só a puta desta perna é que não me dá sossego», desabafa o comendador, conhecido por mancar um pouco.

Torres estará preso por pouco tempo.

Testemunhas ligadas ao MDLP e ouvidas em sede de inquérito dizem à Polícia Judiciária, já nos anos

1980, que, entre outras miudezas, os advogados de defesa tinham acesso a fotocópias de depoimentos logo após as declarações dos inquiridos, «para melhor poder definir a sua estratégia». No processo, ampara-se a tese de que a libertação de Torres, do cunhado Mota Freitas, do comendador Abílio de Oliveira e outros se devera ao suborno de um magistrado na fase de instrução do processo. As suspeitas recaem sobre o juiz Dário Rainho. Milhões de escudos e milhares de dólares terão sido pagos, sugere-se. O Conselho Superior de Magistratura receberia até um pedido oficial para abrir, no mínimo, um processo disciplinar ao magistrado. Nos arquivos do Conselho não repousa qualquer indício de que tal tenha sido feito.

Em março de 1977, Torres sabe de véspera que serão emitidos novos mandados de captura e foge para Espanha. O irmão Avelino leva o *Mercedes* por Chaves, o filho adotivo entra com o *Porsche* por Valença e ele segue com o irmão Adelino, de *BMW*, por outro caminho.

Irado, desabafa contra «os pulhas» da magistratura e do Conselho da Revolução. «Dei milhares de contos àqueles filhos da puta para me ver livre deles e agora tentam mandar-me novamente para a cadeia!»

Em Vigo ocupa o quarto 710 do Hotel Niza, que já lhe é familiar.

Tem uma linha telefónica só para ele e controla, na receção, todos os passaportes de portugueses ali hospedados. Se desconfia de alguém, diz ao dono do hotel: «A este, da próxima, dizes que não há quartos.» Num dos pisos está também hospedado «Tó Zé» Silva Santos, outro dos implicados na rede bombista. Com dinheiro emprestado por Torres compra isqueiros e porta-chaves ao preço da chuva, em Andorra, para revender depois. Na Galiza, as conspirações são frequentes e servem-se, por vezes, diante de uma mesa de tapas. Torres recebe visitas de Alpoim Calvão, Manuel Macedo, Júlio Regadas, Ângelo do Nascimento («Ângelo de Trancos»), Rui Castro Lopo, Castro Martins e Ramiro Moreira, todos ligados ao MDLP.

Se as conversas de fim de semana requerem mais discrição, o gerente do Banco Industrial del Sur cede-lhe o seu próprio gabinete. Torres é mais do que um cliente VIP para a época. Tem o quarto do hotel sempre atulhado de malas de dinheiro, dele e dos amigos, que vêm e vão conforme os depósitos e as divisas. De uma só vez, Torres chega a entregar no banco um milhão de dólares. Gere dezenas de contas bancárias abertas nas dependências do banco na cidade e tem um cofre na Suíça. A família visita-o aos sábados e aos domingos. Almoça e janta várias vezes no restaurante Las Bidas. Aluga um apartamento junto ao El Corte Inglés. Atribuem-lhe relações amorosas com mulheres de amigos e até de presos da rede bombista. Mas os devaneios eróticos ter-se-ão limitado a envolvimento com meninas de *cabaret*, às quais não precisava de pagar o silêncio.

Em Puebla de Sanabria, povoação próxima de Bragança situada na província de Zamora, tem outro dos seus retiros estratégicos. É um cliente assíduo do Hotel Los Perales, de Pepe Somoza, velha figura da DGS franquista, a polícia mais repressiva do fascismo espanhol. Na pequena localidade, dom Pepe explora ainda uma *boîte* e uma cafetaria e faz questão de personalizar os charutos, inscrevendo o seu nome na cinta. Solidário com os artífices da convulsão direitista em Portugal, o ex-agente acolhe empresários nortenhos e operacionais do MDLP em trânsito ou a precisar de guarida por temerem ser presos.

Torres seria julgado à revelia no processo da rede bombista.

É absolvido a 6 de julho de 1978, talvez ainda escudado pelo magistrado «amigo». Mantém-se entre Vigo e o Porto, sente-se inseguro. Nos últimos anos, nas horas de mais aperto, fizera contas. Vendera a Valentim Loureiro a antiga casa de câmbios, em Lisboa, e o *Porsche*, que recuperará depois, por preço mais elevado. Uma boa parte dos seus terrenos e quintas está nas mãos do empresário Castro Martins, conhecido como «Mata-o-Pai», envolvido em negócios duvidosos. Torres ter-lhe-ia passado uma procuração para gerir parte do património quando esteve preso em Caxias. Fictícias ou não, as transações nem sempre correm bem e o amigo (ou testa de ferro) demora a acertar contas. Elisa Torres chega a apontar-lhe uma pistola em Valpaços. Mas aparentemente já tudo estaria saldado quando Castro Martins aparece morto, no verão de 1990, a boiar no Douro, no enfiamento do restaurante Mal Cozinhado.

À época, a PJ inclinou-se para a tese do suicídio. Castro Martins estivera ligado ao «grupo de Chaves» do MDLP e era dado, em círculos judiciais nortenhos, como «presumível pagador» dos operacionais que assassinaram o industrial.

No Brasil, Torres levava, entretanto, «uma banhada» num negócio de ouro. Várias pessoas lhe devem dinheiro, tarda a recuperar. Zanga-se com Francisco José Sousa Machado e Alpoim Calvão por causa de empréstimos que lhes concedera. Torres financiara negócios de ambos e de um denominado comandante Prado, com 20 mil dólares. Findos todos os prazos, não recebera o dinheiro, apesar de atravessar «grave crise financeira». É duro com todos, acusa-os de não quererem resolver o problema. «O que mais me custa é não poder cumprir com as minhas obrigações», desabafa, dirigindo-se depois ao «chefe» operacional do MDLP. «Peço-lhe, caro Guilherme, não me obrigue a ter de pensar de si o que não desejaria nunca», escreve. «O Alpoim saiu-me um grande filho da puta», desabafa depois diante da família e amigos.

A Guarda Civil espanhola deita entretanto a mão a Simão Ribeiro, outro amigo e parceiro de

conspirações.

Dono do supermercado Guiomar, localizado em Tuy, aquele antigo agente da PIDE utilizara o estabelecimento para atividades clandestinas. Refúgio de armas e munições, a polícia encontraria no local 92 espingardas *Mauser* e quase 24 mil cartuchos. Segundo um relatório interno do MDLP, o arsenal seria apenas uma pequena parte de uma carga maior, com origem em Cádiz e transportada para o Norte de Espanha, composta por mais de 1200 armas e perto de 342 mil munições. A entrega de 62 «cabazes» (caixas) de «batatas» (armas) e 62 de «melões» (munições) deveria ser feita, lê-se no documento, «ao senhor Joaquim Ferreira Torres».

O comerciante português da cidade galega localizada a um salto de Valença guardava também objetos em ouro e prata, quadros, pedras preciosas e divisas. Tesouros que abastados industriais, banqueiros e comerciantes haviam acumulado em ditadura e abrigado longe do alvoroço revolucionário. Nos intervalos do vaivém fronteiriço, Torres habituara-se igualmente a estacionar o carro junto ao estabelecimento do amigo. Ali era também frequente encontrar automóveis de contrabando com matrículas francesas e angolanas, entre outras.

A amizade, contudo, não sobreviveria à detenção de Simão.

Quando este pede a Torres que pague a caução de 600 mil pesetas para aguardar julgamento em liberdade, o industrial recusa. Na esteira desta nega estaria o facto de Simão se furtar a devolver umas pratas que colocara em recato, no «Verão Quente», a pedido dos seus legítimos proprietários. Uma denúncia anónima tramou-o. Seguir-se-ão várias ameaças de Simão e dos seus familiares a Torres, mas a PJ nunca levou a pista até às últimas consequências após o assassinato. Condenado pelo tribunal de Pontevedra, aquele elemento do MDLP veria a sentença confirmada em instâncias superiores e o pedido de indulto recusado. Isto apesar de contar com as intervenções pessoais a seu favor por parte de Spínola, de Alpoim Calvão e do cónego Melo.



Regresso de Joaquim Ferreira Torres a casa após ter estado preso no âmbito do processo da rede bombista

Mesmo em dificuldades, Torres ajuda familiares de presos da rede bombista e antigos operacionais a refazer a vida no estrangeiro. As mulheres de Teixeira Gomes e de Manuel «Águia» passam pelos escritórios da Silma, onde existem ordens do patrão para dar 20 contos a cada uma. Por vezes, agradecem-lhe os gestos por carta. Mas ele decide distanciar-se de gente que lhe vem «sugando» grandes importâncias em dinheiro. Terá sido usado numa fraude envolvendo «selos fiscais». Recebe ameaças e há relatos de várias conspirações para o matar. No geral, não perdoa nem esquece.

Um dia, sentado no sofá de casa, vê Vítor Alves, do Conselho da Revolução, na televisão. Irrita-se. «Filho da puta, bem me enganaste! E andaste aqui a beber do meu vinho e a comer do meu presunto.»

No início de 1979, grande parte das fortunas retiradas de Portugal depois do 25 de Abril continuava em contas e cofres no estrangeiro. Joias, pratas e outros valores permaneciam adormecidos em garagens e quintas de Ourense, na Galiza, a aguardar dias mais luminosos. Mas não só. «Alguns depósitos de armas ficaram à espera de melhores tempos para os contrarrevolucionários. Mas os melhores tempos não chegaram», escreveu a revista espanhola *Interviú*.

À porta dos mais luxuosos hotéis de Vigo ainda abundavam os veículos topos de gama, com as indisfarçáveis matrículas negras de Portugal.

A revista *Sábado Gráfico* repara nos portugueses que gastam generosamente dólares e marcos, enquanto outros compatriotas, despejados pelas excursões no porto daquela cidade galega, comiam a tigela de caldo nos passeios.

Em meados de 1979, a poucos meses das eleições legislativas que a Aliança Democrática de direita ganharia, Joaquim Ferreira Torres recebe uma má notícia: o julgamento da rede bombista, da qual saíra absolvido, é anulado e será repetido.

Decide então pagar a caução de 250 contos (mais de 15 mil euros nos dias de hoje) e aguardar em liberdade.

Desta vez não tenciona fugir. Uma boa parte da fortuna já está fora do País, segura. Inconsolável, porém, diz a amigos e família que irá a tribunal abrir o livro, comprometendo «nomes sonantes». Falaria, prometeu, das páginas negras do MDLP, incluindo o caso do furto da coroa de Nossa Senhora da Oliveira, do Museu Alberto de Sampaio, Guimarães, e da morte do padre Max. Denunciaria os compromissos assumidos com membros do Conselho da Revolução. Revelaria a apropriação de armas e grandes quantias de dinheiro pertencentes ao movimento.

Tinha vivido por dentro as conspirações e reuniões anteriores a 25 de novembro de 1975. Lidava com militares, políticos, empresários, clérigos, bombistas, contrabandistas e cadastrados de toda a espécie. Sabia quem lhe devia dinheiro e por quê.

A poucas semanas de se sentar no banco dos réus, tudo terminaria, porém, numa curva do lugar do Barro Branco.

E num silêncio ensurdecedor.

O crime apanha a PJ do Porto ainda a digerir os alvares da revolução.

No ativo permanecem agentes do tempo em que os polícias eram dispensados para colar os cartazes do partido único do Estado Novo. Em carros da Judiciária também tinham saído objetos de valor para Espanha, no pós-25 de Abril, e armas para o próprio MDLP. Geram-se conflitos. Fausto Saraiva, o inspetor que primeiro chega ao local do crime e logo devolve à viúva objetos pessoais da vítima, junta pistas avulsas em abono de uma tese «ideológica», inclinando a autoria do crime para a extrema-esquerda. Na redação do jornal *O Comércio do Porto* é recebido um telefonema anónimo, no qual o atentado é reivindicado em nome das Brigadas Revolucionárias, de extrema-esquerda, mas nem o próprio matutino dá grande credibilidade à denúncia. «Agora é que vamos apanhar os comunas», escuta-se, entretanto, nos corredores da Judiciária. As diligências de Fausto Saraiva, na fase decisiva, «dificultaram, para não dizer aniquilaram, quaisquer futuras hipóteses de abordagem» de diversas fontes anónimas, dirá, mais tarde, um relatório da própria PJ.

A 2 de novembro de 1979, um choque violento entre dois automóveis, entre Mangualde e Fagilde, provoca outra machadada nas investigações. Na colisão com um veículo de matrícula alemã, conduzido por um jovem emigrante, morre o agente António Garcia e fica gravemente ferido Carlos Duarte, outro elemento da PJ. Ambos trabalhavam, até essa altura, no caso do homicídio de Ferreira Torres.

As audições formais de testemunhas ou possíveis implicados no atentado iniciaram-se onze meses depois dos factos.

Por essa altura já a família de Torres tinha oferecido mil contos (quase 62 mil euros hoje) para a captura dos eventuais criminosos e mudado de sítio as contas do falecido no estrangeiro. Um irmão da vítima suicidara-se, tendo a seu lado recortes de jornais e a fotografia do crime. Rigoroso, só havia um relatório do inspetor Mouro Pinto, que também esteve no local.

O andamento do processo teve situações anómalas e caricatas.

Avelino, o irmão que, nos anos 1980, mudaria os sobrenomes Torres Ferreira para Ferreira Torres, para cavalgar a memória e o mito do mano Joaquim, pôs um carro à disposição da PJ e pagou viagens, refeições e outras despesas aos investigadores com cerca de 7 mil contos entretanto pedidos à viúva. «O meu irmão foi morto por saber de mais sobre o MDLP. O subinspetor Magalhães, da PJ de Chaves, disse-me a mim: a morte do seu irmão só se descobre quando o general Ramalho Eanes deixar de ser Presidente da República», afirmaria, anos mais tarde, num debate na SIC. Eanes ameaçou processá-lo. Avelino anunciara várias vezes escrever um livro a denunciar os implicados no crime, mas a obra nunca viu a luz do dia.

Durante as investigações, Manuel Macedo, também operacional do MDLP, assistiu a interrogatórios. Gastava 50 e 60 contos a promover almoços de perdizes e cabritos entre jornalistas e inspetores amigos da Judiciária. Outro ativista do movimento, Ângelo do Nascimento (mais conhecido por «Ângelo de Trancoso»), sobre o qual pendiam vários mandados de captura, é encontrado com armas e caçadeiras, mas libertado. Para o processo são canalizadas teses inverosímeis e declarações baseadas em ajustes de

contas.

Até então, o caso da morte de Ferreira Torres assemelhara-se a uma «travessia no deserto». Em 1982, Artur Pereira, da Secção Regional de Combate ao Banditismo da PJ, assume a coordenação da investigação, dá ordem e alguma solidez ao processo. Alpoim Calvão, Oliveira Marques (antigo elemento do Grupo de Operações Especiais da PSP, uma das últimas pessoas a ver Torres vivo), Vítor Alves e Canto e Castro, ex-conselheiros da Revolução, são ouvidos, sem adiantarem contributos para o desvendar do crime. Repousam no inquérito, contudo, teses para todos os gostos, com a alegada *vendetta* do Barro Branco a oscilar entre os 3000 e os 4500 contos, a dividir pelos executantes. A carência de meios técnicos, humanos e logísticos da PJ contrasta «com a perfeição do ato praticado», lia-se nos autos.

O processo atravessaria três gerações da PJ.

«Não há crimes perfeitos», diria Vítor Alexandre, da Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), em Lisboa, que recebe o processo ensarilhado. «Um dos casos mais vergonhosos da Justiça portuguesa», admitira-se naquele departamento. «Todas as pistas que não ofereciam problemas eram exploradas. As outras esperavam.»

Mesmo com arquivamentos pelo meio, a Judiciária faz escutas e novas inquirições que ajudaram a sustentar uma acusação no crime do padre Max, que acabara em julgamento. O caso Torres, porém, não avançara. Nem quando a PJ vai ao Brasil ouvir um antigo operacional do MDLP. «O Ferreira Torres, enfim... é um enigma muito grande. Até depois de morto dá problemas», diria Manuel Macedo, apanhado nas escutas.

No dia do atentado, a viúva Elisa Torres prometera divulgar à polícia o nome de um português radicado em Espanha que ameaçara o marido por carta. «A guerra vai agora começar», ameaçara.

Nada de relevante se seguiria.

Numa das últimas inquirições da PJ, em julho de 1990, ela recordará que o marido «desfrutava de grande apoio e consideração ao nível político e militar, particularmente de alguns homens do Conselho da Revolução, nomeadamente Vítor Alves e Canto e Castro, homens próximos de Ramalho Eanes» e visitas de sua casa. Adiantara ainda que «os contactos com estes indivíduos se aprofundaram particularmente na altura em que o general se preparava para ascender à Presidência».

Ao longo de anos, vários dos citados ameaçaram recorrer aos tribunais, considerando «calúnias e difamações» as suspeitas de colaboração no crime. Elisa Torres ainda tenta, a 26 de julho de 1994, que o caso respire. Acusa Alpoim Calvão, Júlio Regadas, Teixeira Gomes, Marques da Costa (Manuel «Águia») e Sicínio Alves, todos do MDLP, de autoria material e moral do homicídio do marido.

Mas a PJ rende-se. Apesar de considerar que «a investigação esteve muito próxima ou mesmo em cima das razões que terão motivado o crime», faltam indícios sólidos para uma acusação.

Alpoim Calvão, fruto dos seus depoimentos contraditórios, gera na Judiciária a «forte suspeita» da sua intervenção nos factos ocorridos. O despacho de arquivamento assinala «alguma lógica» nas teses que falam dos «negócios escuros» do MDLP e das conspirações da rede bombista com membros do Conselho da Revolução, com o qual o movimento teria sincronizado ações até ao 25 de Novembro de 1975. Pelo caminho caíra ainda uma preciosa informação que poderia ter levado a investigação a terra firme. Quatro horas antes do assassinio de Torres, fora visto, sentado no banco de trás de um *Citroën* de cor amarelada estacionado na mesma estrada, o ex-subinspetor da Judiciária Júlio Regadas. Estava na companhia de desconhecidos. As duas pessoas que o reconheceram confirmaram essa informação no âmbito do «Sãobentogate», processo de corrupção no interior da PJ do Porto, mas negariam o depoimento após receberem uma visita do próprio Regadas no estabelecimento prisional onde se encontravam detidas. «Paira um fantasma sobre o processo de Joaquim Ferreira Torres. O medo da morte», admitira o magistrado Orlando Romano, diretor-adjunto da Judiciária e responsável pela DCCB. «Trabalhámos num verdadeiro lamaçal. Num pântano, que é bem pior do que no deserto. Não é desculpa. É a realidade», assumira.

Em 1995, 16 anos após o homicídio e mais de 1600 páginas de investigação depois, o crime do lugar do Barro Branco prescreveu, fundindo-se nas trevas de um tempo.

A 21 de agosto de 1979, quando ameaçara «abrir o saco», o homem que «morreu» duas vezes tinha contas pendentes e guardava os sórdidos segredos da ordem estabelecida, imposta, em parte, à custa de mercenários. Mas Joaquim Ferreira Torres não percebera o *timing* da democracia e isso ter-lhe-á sido fatal.



*A quem interessou a morte de Joaquim Ferreira Torres?
Um mistério nunca desvendado*

Oradores exaltados, habituados a atear almas e comícios, recolhiam-se agora em poltronas e gabinetes alcatifados. Conspiradores de outras safras tinham sido reciclados para o conforto dos cargos, das instituições e do poder político. Militares, vetustos juízes, certos polícias e uns quantos ladrões disputavam negócios e sinecuras, à luz do dia e com cobertura legal, mas tão na sombra como no passado. Todos queriam sossego, iniciativa privada, brandos costumes e democracia de estufa. E silêncio, por favor.

AGRADECIMENTOS

À Mariana Correia Pinto, que habita e guarda o meu coração com serenidade, meiguice e sorrisos que nem os meus cansaços e ausências esmorecem. Sem ela, sem o amor, os conselhos e a força dela, este livro não existiria. Todas as páginas não chegam para lhe agradecer.

A todos os entrevistados e protagonistas deste livro, devidamente identificados, que me abriram as portas da sua intimidade e me confiaram palavras, segredos e até angústias sufocadas por décadas.

Ao professor Einar Braathen que, a partir da Noruega, se «obrigou» desde o primeiro contacto a reencontrar os seus diários portugueses do «Verão Quente» e os trouxe de novo à vida de forma ilustrada.

Ao Ivo Carvalho, meu querido irmão, pelas horas que dedicou às palavras de vários protagonistas deste livro, devolvendo-me, em dobro, o tempo que já me faltava.

À Natacha, por ter mergulhado com minúcia em frases encavalitadas, laminando horas de prosa bruta.

Ao grande António Cascais, camarada de ofício radicado na Alemanha, que, em tempo-recorde, levou a Günter Wallraff todas as minhas perguntas, lhe ouviu as respostas e as traduziu para este livro.

À Luísa Pinto, a quem, em boa hora, entreguei as palavras de Vernon Penner para delas extrair uma tradução fiel ao aroma de um tempo.

Ao Luís Humberto Marcos, José Alberto Lemos, Alfredo Mendes, Paulo Sousa, Ivo Caldeira e Nelson Bertini, que contribuíram, com preciosas dicas e pacientes conversas, para recuperar memórias e descodificar episódios do compasso da democracia.

Ao António Silva que, desde Macau, me relatou histórias e indicou protagonistas.

Ao professor e realizador Thomas Behrens, pela cedência das imagens de Günter Wallraff. Ao Henrique Santarém, pela pesquisa e sugestão de fotos de Abílio de Oliveira.

A todos os meus familiares, amigos e camaradas de ofício que, com paciência e carinho infinitos, aturam, com mais ausências do que presenças, este obsessivo e desajeitado garimpeiro das entranhas de um País.

Ao João Paulo Guerra. Por tudo ter começado quando te li.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AD – Aliança Democrática
ANP – Ação Nacional Popular
BESCL – Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (depois BES)
BND – Serviço Federal de Informações (Alemanha)
CAP – Confederação de Agricultores de Portugal
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CDS – Centro Democrático Social
CDU – Coligação Democrática Unitária
CIA – Agência Central de Informações (EUA)
CICAP – Centro de Instrução de Condutores Auto do Porto
CIP – Confederação da Indústria Portuguesa (atual Confederação Empresarial de Portugal)
CODECO – Comandos Operacionais de Defesa para a Civilização Ocidental
COPCON – Comando Operacional do Continente
CUF – Companhia União Fabril
DCCB – Direção Central de Combate ao Banditismo
DINFO – Divisão de Informações Militares
ELF – Exército de Libertação de Fermentelos
ELP – Exército de Libertação de Portugal
EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas
ETA – Pátria Basca e Liberdade (organização separatista basca)
FEC (m-l) – Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas)
FLA – Frente de Libertação dos Açores
FLAMA – Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FP-25 – Forças Populares 25 de Abril
FSP – Frente Socialista Popular
JS – Juventude Socialista
KGB – Comité de Segurança do Estado (soviético)
LCI – Liga Comunista Internacionalista
LUAR – Liga de Unidade e Ação Revolucionária
MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MIRN – Movimento Independente para a Reconstrução Nacional
MRPP – Movimento Revolucionário do Proletariado Português
MUD – Movimento de Unidade Democrática
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAS – Organização do Exército Secreto (França)
OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCP – Partido Comunista Português
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDC – Partido da Democracia Cristã
PIDE-DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança
PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata
PPM – Partido Popular Monárquico
PRD – Partido Renovador Democrático
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PRP/BR – Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias
PS – Partido Socialista
PSDI – Partido Social-Democrata Independente
RASP – Regimento de Artilharia da Serra do Pilar
RDA – República Democrática Alemã (Alemanha de Leste)
RIA – Reunião Inter-Associações
RMN – Região Militar do Norte
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
SAP – Secção de Apoio
SDCI – Serviço Diretor e Coordenador da Informação
SPD – Partido Social-Democrata (Alemanha)
SUV – Soldados Unidos Vencerão
UDP – União Democrática Popular

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, Valdemar Paradela de (1983), *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro: Memória do Tempo Perdido*, Lisboa, Editorial Intervenção.
- ALMEIDA, Diniz de (1978), *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA – II Volume*, Lisboa, edição do autor.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução – Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*, Lisboa, Edições Colibri.
- ANTUNES, José Freire (1980), *O Segredo do 25 de Novembro*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- AVILLEZ, Maria João (1994), *Do Fundo da Revolução*, Lisboa, Público.
- AA. VV. (1975), *Sabotagem Económica, «Dossier» Banco Espírito Santo*, Lisboa, Diabril Editora.
- AA. VV. (1975), *28 de Setembro – A Conspiração da «Maioria Silenciosa»*, Lisboa, Edições Avante.
- AA. VV. (1977), *Dossier Terrorismo*, Lisboa, Edições Avante.
- AA. VV. (2016), *General Pires Veloso – Democrata e Patriota*, Lisboa, Âncora Editora.
- BEGONHA, Manuel (2015), *5.ª Divisão MFA, Revolução e Cultura*, Lisboa, Edições Colibri.
- BAPTISTA, Pedro (2015), *Da Revolução Gorada aos Desafios do Presente – Memórias II*, Porto, Afrontamento.
- BERNARDO, Manuel Amaro (2004), *Memórias da Revolução 1974-1975*, Lisboa, Prefácio.
- BRANCO, Manuel (1977), *Os «Comandos» no Eixo da Revolução – Crise Permanente do PREC*, Lisboa, Abril.
- BURCHETT, Wilfred (1976), *Portugal – Antes e Depois do 25 de Novembro*, Lisboa, Seara Nova.
- CALISTO, Luís (1995), *Achas na Autonomia*, Lisboa, Diário de Notícias.
- CALVÃO, Alpoim (1976), *De Conakry ao MDLP*, Lisboa, Editorial Intervenção.
- CARVALHO, J. Rentes de (2014), *Portugal – A Flor e a Foíce*, Lisboa, Quetzal.
- CARVALHO, Ruben de (1978), *Dossier Carlucci CIA*, Lisboa, Edições Avante.
- CASTRO, Pedro Jorge, *O Ataque aos Milionários*, A Esfera dos Livros, 2014.
- CERQUEIRA, Armando (2015), *Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)*, Lisboa, Parsifal.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- CORREIA, Natália (1978), *Não Percas a Rosa: Diário e Algo Mais (25 de Abril de 1974-20 de Dezembro de 1975)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- COTTRELL, Richard (2015), *Gladio NATO's Dagger at the Heart of Europe: The Pentagon-Nazi-Mafia-Terror Axis*, San Diego, Progressive Press.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes: O Último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2002), *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias.
- CUNHAL, Álvaro (1999), *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A Contra-Revolução Confessa-se)*, Lisboa, Edições Avante.
- DÂMASO, Eduardo (1999), *A Invasão Spinoлиста*, Lisboa, Fenda.
- DUGOS, Carlos (1975), *Comunismo? O Povo É quem mais Ordena*, Alfragide, Acrópole.
- DUGOS, Carlos (1976), *MDLP-ELP. O que São?*, Lisboa, Acrópole.
- FALIGOT, Roger; GUISEL, Jean; KAUFFER, Rémi (2013), *Histoire Politique des Services Secrets Français*, Paris, La Découverte.
- FERNANDES, Filipe S.; SANTOS, Hermínio (2005), *Excomungados de Abril*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FIGUEIRA, João (1975), *Os Jornais como Actores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*, Minerva, Coimbra.
- FIGUEIRA, João M. da Costa (1977), *25 de Abril: a Revolução da Vergonha*, Queluz, Literal.
- GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro (2006), *Os Dias Loucos do PREC*, Lisboa, Expresso e Público.
- GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de (2008), *Carlucci vs. Kissinger – Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Alfragide,

- Publicações Dom Quixote.
- GOMES, Vãrela (1981), *A Contra-Revolução de Fachada Socialista*, Lisboa, Ler Editora.
- GUERRA, João Paulo (1983), *Polícias & Ladrões*, Lisboa, Caminho.
- HUNT, Jim (2011), *Warrior: Frank Sturgis – The CIA's #1 Assassin-Spy, Who Nearly Killed Castro But Was Ambushed by Watergate*, Nova Iorque, Tom Doherty Associates.
- JESUS, José Manuel Duarte de (2012), *A Guerra Secreta de Salazar em África*, Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- JESUS, José Manuel Duarte de (2013), *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado-Maior do Exército para o CEMGFA*, Lisboa, Almedina.
- JORGE, Álvaro; MAIA, comandante Hugo (1976), *Nós Acusamos o M.D.L.P.! – Vida, morte e ressurgimento da Resistência Nacional*, Portugal.
- LOPES, Victor Silva (1976), *Cenas Parlamentares – Humor, Agitação e Ataques na Constituinte*, Lisboa, Editus.
- LOUÇÃ, António (2016), *Vãrela Gomes – Biografia*, Lisboa, Parsifal.
- MATEUS, Rui (1996), *Contos Proibidos – Memórias de um PS Desconhecido*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MAXWELL, Kenneth (1999), *A Construção da Democracia em Portugal*, Queluz, Presença.
- MELO, Galvão de (1976), *Entrevistas*, s/l, Livraria Sólivos.
- MENDES, Alfredo (2013), *Almendra – Alcinhas e Falares*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- MEYER-CLASON, Curt (2013), *Diários Portugueses (1969-1976)*, Lisboa, Documenta.
- MOTA, José Gomes (1976), *A Resistência*, Lisboa, Edições Jornal Expresso.
- NAVARRO, Modesto (1975), *Perspectivas de Libertação no Nordeste Transmontano*, Lisboa, Prelo.
- OSÓRIO, Sanches (1975), *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Intervenção.
- PCP, Secção de Informação e Propaganda (1975), *Comunistas e Católicos*, Lisboa, Edições Avante.
- PEDRO, Edmundo (1978), *O Processo das Armas*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- REZOLA, Maria Inácia (2007), *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário (1976), *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, Editor António dos Reis.
- RUAS, Henrique Barrilaro (1976), *A Revolução das Flores – Volumes I, II e III*, Lisboa, Aster.
- SAAVEDRA, Ricardo de (2014), *O Puto – Autópsia dos Ventos da Liberdade*, Lisboa, Quetzal.
- SANCHES, J. L. Saldanha (1975), *O M.R.P.P. – Instrumento da Contra-Revolução*, Lisboa, Ulmeiro.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia (1997), *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de Abril (1973-1976)*, Porto/Coimbra, Edições Afrontamento/Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.
- SARABANDO, Jorge (2015), *O 25 de Novembro a Norte – O Processo Revolucionário no Ano de 1975*, Porto, Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- SERRA, Paula (2001), *DINFO – Histórias Secretas do Serviço de Informações Militares*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SILVA, Francisco Maria da (1976), *Acima da Tormenta (Temas sociais – outros temas)*, Braga, Empresa do Diário do Minho, Lda.
- SILVA, Josué da (1978), *O Julgamento da Rede Bombista*, Lisboa, Caminho.
- SIMAS, Nuno (2008), *Portugal Classificado – Documentos Secretos Norte-Americanos 1974-1975*, Lisboa, Alêtheia.
- STOCKWELL, John (1979), *A CIA contra Angola*, Lisboa, Ulmeiro.
- TAVARES, Silva (2001), *O Norte e o 25 de Novembro*, Lisboa, Âncora Editora.
- TÍSCAR, Maria José (2014), *A Contra-Revolução no 25 de Abril – Os «Relatórios António Graça» sobre o ELP e Aginter Presse*, Lisboa, Edições Colibri.
- TORGA, Miguel (1995), *Diário (IX-XVI)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- VARELA, Raquel (2011), *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand.
- VARELA, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa – 1974-75*, Lisboa, Bertrand.
- VELOSO, Pires (2008), *Vice-Rei do Norte – Memórias e Revelações*, Lisboa, Âncora Editora.
- VIEIRA, Joaquim; MONICO, Rita (2014), *Nas Bocas do Mundo – O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*, Lisboa, Tinta da China.
- XAVIER, Leonor (2015), *Portugal – Tempo de Paixão*, Lisboa, Temas e Debates.

WALLRAFF, Günter (1976), *A Descoberta de uma Conspiração – A Acção Spínola*, Lisboa, Bertrand.

WERY, Max (1994), *E assim Murcharam os Cravos*, Lisboa, Editorial Fragmentos.

OUTROS DOCUMENTOS

A cobertura do The New York Times da Revolução Portuguesa, 1974-1976, Cláudia Teresa Martins Ferreira, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (Universidade de Aveiro), 2013.

A Flor do Campo, José Manuel Queijo Barbosa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

«António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil», Luís Nuno Rodrigues, *História* (São Paulo), vol. 33, n.º 1, Jan./Jun. de 2014.

«A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980)», Riccardo Marchi, *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 18, n.º 1, 2012.

Arquivos da Memória – Portugal 1974-1976 Processo Revolucionário em Curso, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa (Universidade Nova de Lisboa), n.º 12/13, Edições Colibri, 2002.

«Confrontación, violencia política y democratización 1975», Diego Palacios Cerezales, *Política y Sociedad*, vol. 40, n.º 3, 2003.

Cronologia das Organizações de Direita (1973-1976), Josep Sanchez Cervelló, Coimbra, 1994.

«Four Years on: The Portuguese Revolution», Paul Fauvet, *Marxism Today*, Abril de 1978.

Jornalismo Político na Revolução: A Imprensa Trotskista em 1974-75, Sofia Serradeiro Cristino, Escola Superior de Comunicação Social, 2014.

Las Transiciones a la Democracia en Portugal y España: Miradas Encontradas, Gregorio Sabater Navarro, Universidad Autónoma de Madrid, 2012.

«Fascistas», «Capitalistas», «Terroristas» e «Reacionários». *Os Portugueses no Exílio Espanhol (1974-1976)*, Fernando Martins, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Universidade de Évora), 2011.

Os Acontecimentos de Rio Maior e a Dicotomia Norte-Sul entre 1974 e 1976, Tiago Gil Alberto Gomes, Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

«O PREC e a luta pelo controlo da informação: incidências do processo revolucionário de 1974/1975 sobre os diários do Porto», Helena Lima, *Revista Ibero-Americana de Ciências da Comunicação*, vol. 1, n.º 2, 2013.

«Portugal e a RDA durante a “Revolução dos Cravos”», Tilo Wagner, *Relações Internacionais*, n.º 11, 2006.

«Portugal: Revolution and Counter-Revolution», Carlos Plácido, *Labour Monthly*, Novembro de 1975.

«Um caso de violência política: o “Verão Quente” de 1975», Diogo Palacio Cerezales, *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003.

«25 de Abril: A Revolução na Justiça», Vários, *Sub Judice*, Almedina, número duplo, Jan./Jun. de 2005.

INQUÉRITOS JUDICIAIS, PEÇAS PROCESSUAIS E ARQUIVOS

Processos de Ramiro Moreira
Processo da Rede Bombista
Processo Padre Max
Processo Joaquim Ferreira Torres
Atas das Comissões de Inquérito Parlamentar a Camarate
Arquivos da Polícia Judiciária
Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra)
Diários da Assembleia da República
Ephemera (Arquivo José Pacheco Pereira)

ARQUIVOS PESSOAIS

Álvaro Guimarães Dias
António José Brito Silva Santos
Dimas Bernardino Gomes
Einar Braathen
Esmeralda Torres
Ferreira da Silva
Joaquim Ferreira Torres
Levy Baptista
Manuel Sá Couto
Manuel Varges
Nélson Teixeira
Vernon DuBois Penner

IMPrensa

ABC
A Capital
A Luta
Avante!
Barricada
Comércio do Funchal
Correio da Manhã
Correio do Minho
CounterSpy
Diário Económico
Diário de Lisboa
Diário do Minho
Diário de Notícias
Diário de Notícias (Madeira)
Diário Popular
El País
Expresso
Faro de Vigo
Flama
Folha de São Paulo
Gazeta da Semana
I
Jornal do Brasil
Jornal de Chaves
Jornal de Notícias
Ler Livros & Leitores
Notícias do Minho
Público
O Comércio do Porto
O Crime
O Dia
O Diabo
O Diário
O Independente
O Jornal
O País
Opinião Pública
O Primeiro de Janeiro
O Século
O Século Ilustrado
O Título
Página Um
Povo Livre
Repórter do Marão
Sábado
Sábado Gráfico
Tal & Qual

Tempo
The New York Times
Trabajadores
Triunfo
Visão
Visão História

PROGRAMAS DE TV

À Lei da Bomba
SIC, setembro de 1993

Memórias da Revolução – Processo Revolucionário em Curso
RTP, 2015

Diário de Lisboa

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruela Ramos

Junto Fernando Pileira Santos

ANO 66.º N.º 120211 430
QUINTA-FEIRA 25 MARÇO 1976



«Perguntar se a FLAMA era possível...»



«Disseram-me que não...»



«Um erro de C.D.S. e da FLAMA...»

Forças Armadas querem abolir ou recuperar presos políticos e exilados

— disse Eanes nas Caldas

«A actuação das Forças Armadas nos últimos meses tem sido orientada no sentido de não interesse efectivo, de fazer participar todos os cidadãos na vida nacional e, assim, abolir ou recuperar duas espécies de cidadãos: os presos políticos e os exilados políticos. É necessário, para isso, que as pessoas venham, que se integrem na vida democrática seguindo as regras estabelecidas

pela comunidade, depois de responderem, claro, pelas culpas ou acusações que lhes são dirigidas» — declarou o general Ramalho Eanes, chefe do Estado-Maior do Exército, esta manhã, no Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha (R.I.C.), onde se deslocou no cumprimento de um programa que se enquadra nas visitas feitas ultimamente a Évora e

Continua na pag. 20



Ramalho Eanes passando revista à guarda de honra no Regimento das Caldas da Rainha

SEQUESTRADO DA FLAMA AO "D.L." ELEIÇÕES NA MADEIRA ESTÃO COMPROMETIDAS

As eleições para a Assembleia da República parecem definitivamente comprometidas na ilha da Madeira. Uma imparável escalada da reacção, com trazo a fascismo, neutraliza ou persegue os partidos de esquerda, impedindo as forças democráticas de realizar a sua campanha, pelo menos em pé de igualdade com as forças reaccionárias. A entrevista que passamos a publicar, com um funcionário do M.E.I.C. é apenas um exemplo do que se passa numa terra onde os caciques jogam com o obscurantismo de largas camadas da população: regista-se justamente na Madeira o maior índice de analfabetismo do País.

«Amarraram-me um quarto no hotel «A Torre». Fugiram dos do meu quarto e vários no quarto ao lado. Disse-lhes que eram a minha segurança; que a população queria matar-me. Eu agradeço... As declarações são do professor Francisco Simões, em entrevista confidencial ao «D.L.» após o sequestro de que foi vítima na Madeira por parte da FLAMA.

«Flamês», foi igualmente azeite. Tudo começou quando o professor presidente da Câmara, tentava alcançar a Função de autarca. A determinação estava foi ultrapassado por um carro e depois por outro até que lhe bloquearam completamente a passagem. Voltavam ódio. Todos os que vi à minha volta tinham o emblema do C.D.S. na lapela. Tive medo de todo aquele acatamento. Fugiram o carro ao lado...»

«Disseram-me também que me teria de embarcar para Lisboa no avião das 7.15. Já tinham marcado a posseição...»

E jogaram o caminho das instâncias da Marconi.

O INTERROGATÓRIO

Não instalados da Marconi — conta o professor — esteve numo do Estado-Maior da FLAMA. Decidiu da sorte da sua vítima. Foi feito, rodeado por dezasseis de «flamês», o professor agarrado... «A certa altura aproximou-se o conselheiro de Bélgica, que me disse: «Faz o favor de sair do carro. Já falei com os oficiais, ninguém lhe faz mal. Eu vou a porta a pé...»

Continua na pag. 20

Esta manhã no Porto Estudantes ocuparam Hospital de Santo António

PORTO, 25 — Confirma-se o previsto há alguns dias: 4.ª feira da Faculdade de Medicina do Porto concentraram-se esta manhã em frente ao Hospital de Santo António onde a comissão de alunos procedeu à sua distribuição pelas diversas enfermarias a fim de, sem perturbar o trabalho normal do centro e manter as condições de higiene e segurança das enfermas, assegurar a sua assistência e a sua aprendizagem. De uma maneira geral os alunos apenas assistiram ao trabalho dos médicos no período de visita aos

doentes de cada enfermaria procurando retirar daí os respectivos ensinamentos. Cerca das 10 e 30, desta manhã, os delegados dos diferentes grupos de estudantes ocuparam os quartos no 3.º andar do Hospital de Santo António para fazer as jornadas. Foi dito que 40 alunos estavam naquele momento dentro do hospital e que os médicos responsáveis nas enfermarias não se opuseram à presença dos alunos embora a sua presença fosse de mera possibilidade face à determinação dos órgãos de gestão do hospital quanto a este

problema. Dentro do hospital o mínimo de perturbação ao funcionamento. O pessoal hospitalar que os alunos «vão mudar» não disseram que se não opõem isto há de uma das e das alunos deslocado desde 1.º para 2.º para não serem vistos. O pessoal e os médicos junto a si para nos in-

Spinola não entrou

PORTO, 25 — Boas notícias e algumas impetuosas, deram notícia de presença do general Spínola no norte do País, o que não se confirmou, dada a informação colhida junto das posturas fronteiriças, de que nada de concreto se registou quanto à sua possível entrada no País. Um movimento de tropas verificou-se em Braga, e que deu origem a mais boatos sobre a presença de Spínola em Portugal, foi esclarecido pelo próprio comando do regimento que informou tratar-se apenas da saída de uma companhia para treino e exercícios normais na montanha.

20 PÁGINAS

Manchete do Diário de Lisboa com a notícia do sequestro do professor Francisco Simões pela FLAMA, na Madeira



POLÍCIA JUDICIÁRIA

SUBDIRECTORIA DO PORTO

Relatório sobre os factos ocorridos em São Martinho do Campo.

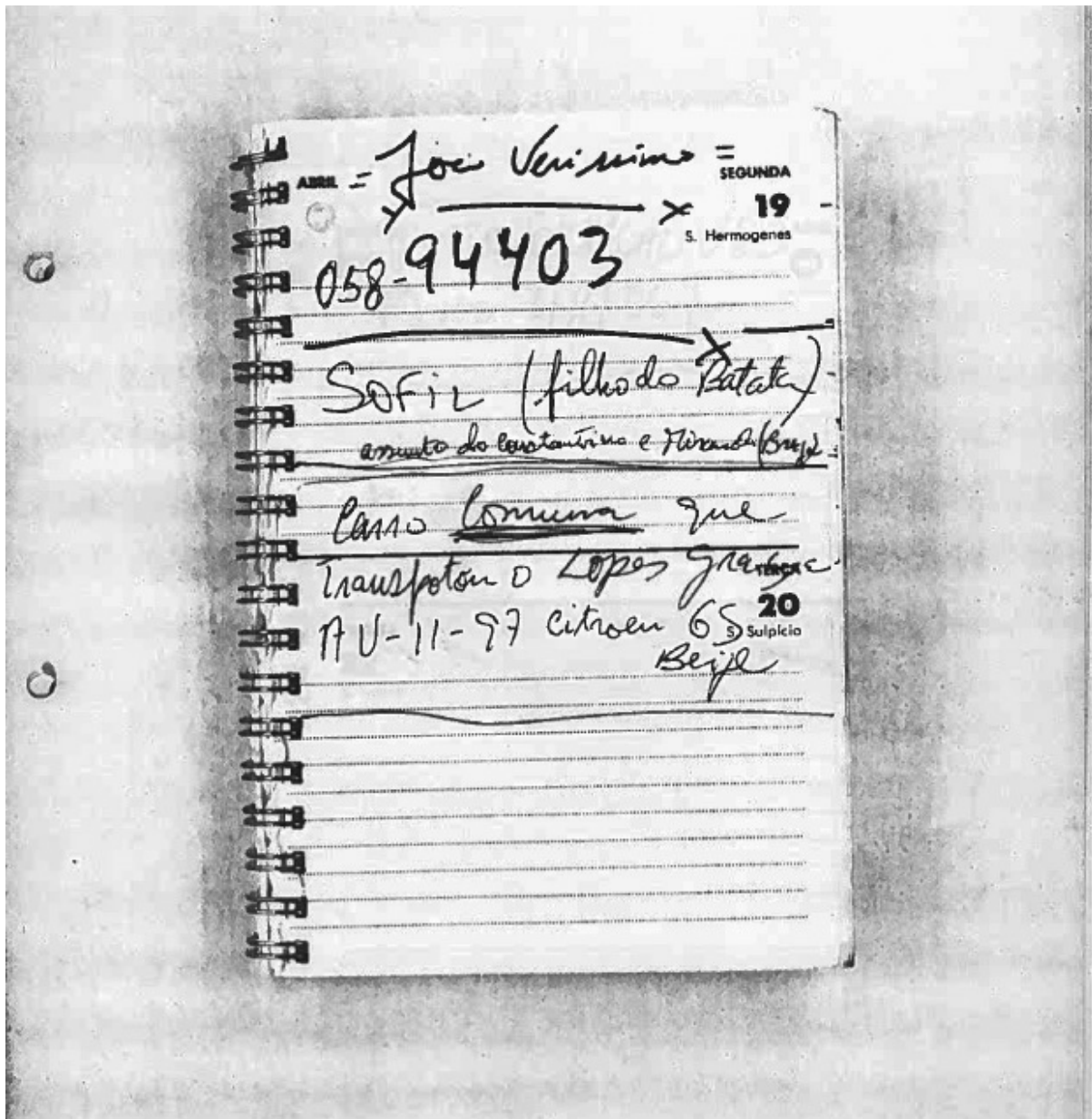
a) - O irmão do Ribeiro diz ter visto cerca das 3 das manhã do dia 21 e talvez um quarto de hora antes de ter ouvido o rebentamento da bomba, no largo que indicou um automóvel da marca Opel 1604 ou 1904, deslizar muito devagarinho pela rua à verba da qual se situa a referida casa. - Que embora desconheça a quem pertence e nem tenha ficado a conhecer o individuo que o guiava a verdade é que estranhou a presença do referida carro. (HN-95-66) Ramiro

b) - O senhor Alberto que reside na rua ...
foi abordado ~~uns dias antes das eleições para a Assembleia da República~~ por um individuo de nome Adelino Ferreira, lugar de Furdelho - Telefone-54121 - Residência (p.f.) 54414 - que lhe disse que quando ouviu dizer que andava fogo numa casa em São Martinho do Campo logo suspeitou que o fogo só poderia ser na casa do Teixeira ou do Ribeiro. (sic) . Disse ainda mais o Alberto que uns dias antes das eleições para a Assembleia da República o ANTONIO MARTINS, residente no lugar de VISTA Alegre, freg. de S. Salvador do Campo e Trabalhador na Fábrica Flor do Campo, o abordara perguntando-lhe se era amigo do TEIXEIRA e, como lhe tivesse dito que sim, afirmou-lhe: "A casa do Sr. Teixeira esteve mesmo, mesmo para arder mas ele ainda tem amigos que o evitaram. - Que o Alberto naquela altura não suspeitou que se andasse a projectar o que no dia 21 de Maio se deu, motivo pelo que nada disse ao Teixeira, se não muito mais tarde.

30.000 ex.
12-75

Ouvido o Teixeira na Ordem do Carmo indica a falta de visita

Um dos primeiros relatórios da Polícia Judiciária sobre o atentado de São Martinho do Campo (Santo Tirso). Pela identificação do carro usado na operação bombista chegou-se ao autor: Ramiro Moreira



ABRIL - João Verissimo = SEGUNDA
19
S. Hermogenes

058-94403

Sofia (filha do Pataty)
arruato do leontina e Firmino (Beij)

Carão Comuna que
transportou o Lopes grande
AV-11-97 Citroen 65 ²⁰ Sulplcio
Beij

Agenda de Ramiro Moreira com matrículas e alvos para atentados

MATRÍCULA	MARCA	PROPRIETÁRIO ^(Nome Morada)
SO-69-92	Austin Bravo	José Salmeida da Costa Rua dos Escalvados 103 - Seixo
GF-29-98	Volvo WV	Virgílio Monteiro Gonçalves Praça Conde de S. João 3-9.ª. Seixo
MS-84-07	Fiat 127 Vermeles	Elmuntina Maria Cardoso Seixira Av. D. Afonso 111-94-2.ª. 5.ª. Maria Maia - V. do L.
ON-38-50	Volvo Amarelo	Alfredo Augusto Magalhães dos Santos Rua do Campo Verde 201 - Seixo
SO-23-97	Fiat	Manuel Gaspar Cardoso Martins Rua do Faio 168-1.ª. Seixo
HM-71-62	Sunbeam	Auto Comercial Ouro, Lda Rua de Fernando Tomás 71 - Seixo
BN-72-91	Renault 5 Branco	Industrias Lusitanas Renault, S.A.R.L. Avenida da Liberdade 228 - Seixo
AF-41-26	Volkswagen	Sociedade Comercial Quirim, S.A.R.L. Praça dos Desportistas 74 - Seixo
HA-98-70	Citroen D.C.	Agostinho Simão de Aguedo Ferreira Lopes - Quindós - Santo Simão
RR-60-80	Simca	José dos Santos Pereira Rua da Vilarinha 210 - Seixo
IH-52-02	Ford	Arnaldo dos Santos Silva Rua Padre Manuel Bernardes 128 - São João
GC-95-45	Mercedes Branco	Félix da Costa Rua Eng. Frederico Ulrich 3082 - Mourina da
LF-62-65	Opel	Horácio Rodrigues da Costa Rua Seixo

Lista de carros, matrículas e moradas de militantes de esquerda, identificados como alvos por parte do bombista Ramiro Moreira. Algumas foram fornecidas pelo comando da PSP do Porto entre 1974 e 1976



V 3343 - D 2222
 e 13 15 i 14 20 10 14 19 15

M.º orden 343 146
 N.º clase 263031

1.º Apellido REIS
 2.º Apellido MOREIRA
 Nombre RAMIRO Manuel
 Nacido el día 10-8-41

MANO DERECHA

1 - Pulgar 2 - Índice 3 - Medio 4 - Anular 5 - Auricular

DIRECCION GENERAL DE LA POLICIA
 GABINETE DE IDENTIFICACION

Reseñado en D.G.P.
 El día 20-10-85
 Motivo Extradición
 Clasifica y archiva: Sr. _____

MANO IZQUIERDA
 1 - Índice 4 - Pulgar

Ficha de Ramiro Moreira na polícia espanhola quando foi ouvido no âmbito do processo de extradição pedido pelas autoridades portuguesas

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO PORTO

R. de S. João Novo - 4000 PORTO - Telef. 2001124

481

CONCLUSÃO

1 Em 14/01/92, com a informação de que o réu apresentou-se hoje nes-
2 ta Secretaria Judicial, tendo-o detido. -"-"-"-"-"-"-"-"-"-"-"-"-"-"-"-"

3
4 *WAL*

5 Cls.

6 Em face da Dec. do Presidente da República nº 92/91 de 21
7 -12 publicada em suplemento ao D.R. de 20 mesma data
8 e do conteúdo do requerimento de fls. 478 em que o R. Ramiro
9 Manuel Reis Moreira expressamente prescinde de recurso e de fu-
10 ndação de recurso, mais julgo presente, ordeno e seu imediato
11 liberação. NOT.

12 Solicita a devolução do mandado de captura emitido contra R.

13 Ao M. P. ?

14
15 14-1-92

16 *M. Monteiro*

Fundamento para a libertação definitiva de Ramiro Moreira, acusado de dezenas de atentados e ausente do País, após receber o indulto do Presidente da República, Mário Soares

Está conforme ao original. P. 569/76
S. P. J. M. 1977

S.  R.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

SUBDIRECTORIA DO PORTO

RELAÇÃO DO MATERIAL DE GUERRA APRESENTADO

- 2 - Espingardas de marca Remington modelo 870 de fabrico americana, cal. 12, com 13 cartuchos de 12m/m, com os números: --
T-170031 Val e T-223098 Val;
- 1 - espingarda marca Sidna nº 11610 mod. 22143;
- 1 - espingarda automática marca Colt AR-15 cal. .222 PM mod. SPY
-SER- SP45886
- 1 - caçadeira S/ marca e S/ número
- 6 caixas de balas cal. .222 Remington
- 20 balas do mesmo calibre anterior, s/ caixa
- 6 granadas de mão GM OF. m/962 TNT
- 4 carregadores para a espingarda Remington
- 1 cassete de madeira
- 1 pistola marca Walther cal. 9M/M nº 105162 o/ dois carregadores extras
- 1 estojo em cabedal com 8 munições
- 1 par de luvas de borracha de cor preta
- 1 revólver americano marca Smith & Wesson cal. 32 long com 6 munições
- 1 navalha com espiche
- 1 pistola marca Unique nº 700058 cal. 7,65 com 16 munições
- 2 granadas mod. 63 BI Valente perfurante G. Personal cal 7,62
- 1 megafone transistor MG 200
- 10 cartuchos cal. 12m/m
- 2 caixas com 76 munições cal. 9m/m

Tip. gda - Porto
30.000 ex. - 5-75

São várias as páginas como esta que a PJ do Porto redigiu quando, em 1976, deteve os principais operacionais da rede bombista de extrema-direita. Alguns deles escondiam um autêntico arsenal nas suas casas

PORTUGUESES:

O famigerado «caso bombista» continua na ordem do dia desses miseráveis comunistas e marxistas e os jornais controlado por eles, a Rádio-Televisão e a Rádio-Difusão (bolchevistas e não Portugueses), continuam a falar à verdade e a enganar o povo português, mentindo infamemente.

Vendo-se irremediavelmente perdidos no meio da fogueira que eles próprios atearam, procuram agora arrastar para a imundície em que chafurdam, os patriotas presos em Caxias.

As únicas armas de que esses renegados se servem — porque outras não têm — são a mentira, a calúnia e o ódio feroz dos que se sentem perdidos e sem razão. Vendo o terreno fugir-lhes debaixo dos pés, inventam as mais imundas e escabrosas falsidades, na esperança de revolverem o povo contra aqueles que nada mais pediram que a restituição ao povo daquilo que ao povo pertencia!

Todos nós, Portugueses, sabemos como actuam esses porcos comunistas-marxistas. Para encobrir a sua ferocidade e ódio contra Deus e a Igreja, acusam disso os próprios cristãos!

Foi que nasceu mais uma atoarda: acusam os patriotas presos em Caxias de terem planeado para a Basílica de Fátima um atentado à bomba! Como se isso não fosse bastante, afirmam ainda que a Ponte Salazar também estaria na lista!

Onde chega a desfaçatez!...

Nós perguntamos: não estarão eles, comunistas, preparando-se para destruir a Basílica de Fátima e a Ponte Salazar e acusarem depois os patriotas e os anti-comunistas de o terem feito?

Quem gostaria de ver em ruínas um lugar sagrado como Fátima e a maior ponte do País, se não esses bandalhões comunistas, esses energúmenos marxistas e toda a sua coorte de arruaceiros e assassinos?

Os patriotas presos em Caxias lutarem contra os inimigos de Deus e da Pátria, nunca contra Deus ou os seus Santos!

Só os renegados e os amiesários do Inferno atentam contra as instituições cristãs, só eles gostariam de ver destruído o património nacional. Ou não será verdade?

Quem incendiou as matas e os pinheirais, quem roubou metralhadoras, quem provocou essa negra descolonização, quem chacinou populações inteiras em Angola, Moçambique, Guiné e Timor?

Quem arruinou a economia nacional e procura ver tudo arrasado, a terra queimada, o caos, a miséria, a desgraça?

Quem fomentou o ódio, a pornografia, a droga, a corrupção e o crime?

Quem pretende aniquilar a Pátria e destruir a Fé cristã, o amor, a paz, a justiça e a concórdia, senão esses saqueadores comunistas-progressistas-marxistas, esses facinoras anti-nacionais?

Portugueses, estai sempre atentos contra as manobras diabólicas e sujas dessa corja internacionalista! Tudo lhes serve, contanto que consigam atingir aquilo que pretendem!

Há dias, o capitão comunista Ferreira da Silva (sub-director da Polícia Judiciária Militar e encarregado das investigações da «rede bombista») declarou ao representante de um jornal do Norte: «...qualquer dia dizem que somos nós que pomos as bombas!»

Nós retorquimos, através de um ditado antigo que diz: «Com a verdade me enganais!»

Quem nos garante a nós que não foram eles (Ferreira da Silva e apaniguados comunistas da Polícia Judiciária) que, encobertos pela sua capa policial, colocaram as bombas que nos últimos dias explodiram no País?

Aqui fica a interrogação!...

Os comunistas têm de ser varridos do nosso País. Há que esmorecer essa peste seixética, há que esmagar esse rolos escumalhe humano!

Se querem ser comunistas que vão para a Sibéria mas que a nós, Portugueses, nos deixem em paz com o nosso trabalho e com as nossas famílias

Temos que exigir, a bem de Portugal, a libertação imediata dos patriotas presos em Caxias!

Por Deus e pela Pátria, viva Portugal!

L. P. P.

PORTUGAL, Setembro/1976.

Panfleto de uma autodenominada Liga dos Patriotas Presos, uma das fachadas que elementos da rede bombista e seus familiares usavam para atacar os investigadores e exigir a libertação dos detidos

14

QUESITOS SOBRE ATENTADOS BOMBISTAS

- CODECO: Quem são os seus componentes? Finalidade e termos de actuação?
Pedir fotocópia das declarações do Zê Luis sobre este assunto.
- Quais as implicações de: Manuel Pereira Gonçalves; José Joaquim Malheiro e Maria Dulce Pinto Soares da Costa, cujos documentos dos seus carros estavam em poder do Ramiro.
- DÉCIO- (telef. 483507)- Qual a sua implicação nos atentados? Em quais tomou parte?
- CARLOS MAGALHÃES: (telef.61103)-Quem é? Está implicado?
- JOÃO SILVA (CASTOR)- Quem é? Está implicado? Que quer dizer CASTOR? Será o Castor do ELP? Que relação têm com os atentados bombistas?
- ANTÓNIO LAMEIRA (DE ALCOBAÇA)- Tomou parte no atentado de Alcobaca? Que ligações tem c/º grupo do Ramiro?
- JOÃO VERISSIMO -(telef.058-94403)- É um dos irmãos empreiteiros de BRANDARA que tem possibilidades de arranjar explosivos?
- HELDER DE OLIVEIRA- Rua do Lagarteiro, 50 - Porto - Possuidor do Renault branco MR-23-15, segundo um papeê na posse do Ramiro, teria sido o autor do atentado à sede do CDS. Ramiro diz ter posto por vingança uma bomba na sua casa.
No entanto o relatório da PJ do Porto feito na altura refere que as duas bombas que rebentaram na Rua do Lagarteiro 50, foram no jardim e junto do carro de Alferedo Jose moreira oliveira e de Fernando Albano Ferreira da Silva Camelo, respectivamente. O carro do segundo é um Peugeot 104 de matrícula PM-81-76.
Convinha que se esclarecesse estas dúvidas: Quem são os indivíduos indicados? Qual o que atentou contra a sede do CDS? Quem mora na Rua do Lagarteiro 50? Se o Ramiro colocou 1 ou 2 bombas? E o que mais se oferecer sobre o assunto.
Que significa FA 6 que aparece na agenda do Ramiro por cima e junto aos nomes de Oliveira Dias e Sr Júlio? Quem são estes 2 indivíduos?
- LEONOR CAVALERI- Quem é? Será conhecido em Brandara? Quem é Leonor de Ponte de Lima (funcionário do CDS)?
- NUNO MARUJO - Quem é?
- GONÇALO G.MARTINS - Onde ia buscar os explosivos que entregava ao Ramiro? Quais as acções/actuações de: Torres (ex-Presidente da CM Murça); Comendador Abílio de Oliveira; Subinspector REGADAS?
- Ligações Teixeira-Corrêcio eram frequentes? Tratavam de quê? Armas, sabe onde estão?
- MOTA FREITAS- Onde arranjava os explosivos que fornecia ao Ramiro? Outras actuações do Mota Freitas. E o Major Cerveira? Confirma-se implicação? Quais as suas actuações?
- Pinto da Silva, que o Ramiro encontrou em Braga numa reunião do MDLP, quem é? Tomou parte em que atentados?

Quando a PJ puxou o fio à meada da rede bombista foram diversas as pistas, nomes e dúvidas que vieram agarradas. Este documento é um exemplo dos meandros e ligações que a Judiciária tentava perceber

①

"INVESTIGAÇÃO DE ATENTADOS BOMBISTAS"

"FITA DO TEMPO"

1ª SEMANA JUL/76 - Deslocação ao Porto do Sr. Director do SPJM, o qual acompanhei com o capitão Bicho Beatriz da 2ª Div/EMGFA; na biblioteca do QG/RMN, teve lugar uma reunião com o chefe da 2ª REP/QG, Sr. Major Azevedo Dias e com os elementos da PJ Civil, Chefes pelo Sr. Yac Tomé e com os elementos militares da 2ª Div. já empilhados, dois sargentos (Luavinho e 1 Encicito) e um cabo rd (Luavinho).

Após essa reunião o Sr. Director do SPJM, apresentou-me ao Comandante Intº da Região, Brigadeiro Pacheco Rodrigues e ao Sr. Coronel chefe do E.M., informando-os da minha missão e solicitando daquelas entidades todo o apoio que se tornasse necessário.

14 JUL 76 - Marchei para o Porto. No mesmo dia, siga para Braga, onde coordeno com a PJ e a GNR, a captura do Eduardo Oliveira, "O Corcê", que teve lugar no fim da tarde do dia imediato (15 JUL 76), de salientar o apoio total concedido pela GNR/Braga, após esse autorizado pelo Comandante Distrital, após contacto pessoal.

Com minúcia de filigrana, o capitão Ferreira da Silva anotava todos os passos que dava na condução das investigações da PJ Militar à rede bombista. Os seus «diários» desse tempo têm centenas de páginas

= CONFIDENCIAL =

S.  R.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

SUBDIRECTORIA DO PORTO

RELATÓRIO

- ACTUAÇÃO DO CABO FUZ PEREIRA EM
φ2 e φ3 A60 76 INTRODUZIDA NO SEIO
DOS SUSPEITOS.

Em φ2 A60 76 - NO restaurante "Pelintoz"
COM O "Manco".

- O Fernando (empregado do restaurante
Pelintoz, disse ao Manco na presença do
Cabo Pereira que o carro que lançou a
bomba em S. Martinho de Campo, foi o
OPEL HN-74-53. Que este carro esteve
parado algum tempo, tendo depois mudado
de cor branca para a cor de tijolo, sendo
actualmente conduzido pelo Manuel "África".
O Fernando disse ainda ter andado com
"eles" algum tempo antes da explosão.

Em φ3 A60 76

- NO restaurante "Farral" (~~P. Varzim~~)
COM O "Manco" e o Luís "Pelintoz".

- O Luís disse que andou com medo que o
"Corre'cio" se abra e que já fez um pedido
para ele e que toda a vez que o está
disposto a apoiar moral e financeiramente.

30.000 ex.
12-75

Documento que identifica o cabo-fuzileiro Pereira como infiltrado na rede bombista. Graças às suas informações foi mais fácil perceber a dimensão da conspiração de extrema-direita e de operacionais envolvidos na mesma



SECRETO

POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

"MEMORANDUM"

15 SET 76 - Por intermédio d'um amigo meu, fui apresentado ao Sr. Avelino Barros Pereira, residente em Braga, na Av. da Liberdade 538-6º.

Segundo aquele senhor que se diz grande amigo do Sr. Ferreira Torres e do Sr. Cônego Melo, havia dividas de que eu seria comunista, facto que ele proprio e o Sr. Cônego já tinham confirmado ser verdadeira...

Assim, poderia, eu, ficar descansado que o meu nome iria ser rehabilitado no Norte e que em breve seria desfeita a minha imagem de comunista.

Referiu que não me preocupasse com o teor do comunicado nº 1 da L.P.P., pois tal imagem iria ser rectificada e ainda haveria de ter muitos amigos no Norte... Acrescentou ainda que o Sr. Cônego Melo teria ficado muito lisonjeado com referencias elogiosas que fiz á cidade de Braga e que alguma vez havia profeso um aluno que tomei com elementos da GNR daquela cidade.

(Este encontro teve lugar na S.ª de Braga)

16 SET 76

Fui convidado pelo mesmo senhor a um almoço no hotel Sheraton. O teor da conversa foi semelhante á da véspera, informando-me que já tinha contactado com o Sr. Ferreira Torres acerca da minha conversação da dia anterior e na qual desfizera perante aquele, a

MOD. S. P. J. N. 14

Nos seus «diários» das investigações, o capitão Ferreira da Silva anotou ao pormenor os encontros com o cônego Melo e o seu intermediário. O sacerdote receava ser preso e tentava fazer pontes com a PJ

II VOLUME

Page. 261 - Mandado de capture do Silva Santos, de 12.8.76, em 23.8.76.

Page. 262 - Mandado de busca na Praça do Império, 63 - Resultado negativo.

Datado em 23.8.76.

Declarações do Arguido Silva Santos, a fls. 262vº e 263, em 24.8.76:

"Interrogado se ajudou a preparar, no Porto, o carro que provocou o rebentamento na Av. da Liberdade e se sugeriu os atentados ocorridos no Aeroporto desta cidade e em Copenhã, respondeu que não preparou o carro que provocou o rebentamento na Av. da Liberdade, nem sugeriu qualquer rebentamento. Que conheceu o Remiro nos comícios do PPD e do CDS, tendo-o conhecido melhor num comício deste último realizado nas Antas por lhe ter facilitado através dum amigo seu o acesso aos camarotes. Que, posteriormente em datas que não pode precisar teve alguns encontros ocasionais com o Remiro, a quem emprestou algum dinheiro por se lhe ter lamentado que havia sido saneado, tinha mulher e filhos e outros encargos e, ainda, porque queria comprar produtos químicos que depois de desdobrados por ele, Remiro, segundo formulas que ele referiu ter adquirido no emprego, eram vendidas a empreiteiros e arquitectos.

Sempre lhe emprestou pequenas quantias não superiores a 2.000\$00 e que sempre lhe foram pagas logo após a revenda.

Que na semana passada cerca das 9 horas o Remiro telefonou ao respondente dizendo-lhe que estava em Caxias por motivos políticos e aconselhou-o a passar umas "férias" porque segundo lhe constou o seu nome já tinha sido referido nestes autos, respondendo-lhe que nada tinha a recear e por isso fez a sua vida normal.

Que não conhece os arguidos Manuel Ramos Ferreira Gomes e António Júlio Regadas.

Em tempo: Nege terminantemente ter participado directam ou indirectamente nos atentados que deram origem a estes autos.

Despacho do Juíz de manutenção da prisão, a fls. 268 Acareação, a fls. 273 e seqs., em 26.8.76, do Remiro, José Manuel Marques da Costa e o com. Abílio de Oliveira

"Pelo arguido José Manuel Marques da Costa foi dito que quanto a este facto confirma as suas declarações de fls. 186vº, acrescentando que de

Anotações do processo da rede bombista relativas ao arguido Silva Santos. Hoje confirma tudo o que fez no âmbito do combate ao «comunismo» e desmente tudo o que, em 1976, declarou aos investigadores

27.9.76

Pol. Jud. Sil. Exm^o. Senhor Dr. Juiz de Direito
P^o. n^o. 569/76 Inatr. LISBOA

ANTÓNIO JOSÉ BRITO SILVA SANTOS, Preso preventivamente no Forte de Coxias, à ordem dos autos de processo crime em epígrafe, em instrução preparatória, vem expôr e requerer a V.Ex^o. o seguinte:

1. O Requerente encontra-se preso preventivamente desde 23 de Agosto, tendo sido interrogado apenas uma vez, a 24 de aquele mês.

Desde logo o Requerente negou qualquer participação directa ou indirecta nos atentados bombistas de que foi acusado, ou em quaisquer outras que porventura lhe viessem a ser imputadas.

O Exm^o. Senhor Dr. Juiz de Instrução de então indicou que o ora Requerente vinha indiciado de prática das seguintes três infracções penais:

a) "Sugestão" (?) e colocação de bombas no Aeroporto de Lisboa e na Estação de Campanhã;

b) Celebrou na preparação do carro-bombedilha que veio a explodir na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

Os factos referidos na alínea a), mesmo que fossem verdadeiros, não revestem natureza criminal. A "sugestão", mesmo a ter existido, não integra o crime previsto pelo art^o 169^o, n^o. 2, do Código Penal, de que o ora Requerente está por enquanto indiciado.

Resta-nos, conseqüentemente, o facto referido na alínea b).

Em 1976, Silva Santos negou ter participado direta ou indiretamente em atentados da rede bombista, como comprova este documento da época elaborado pelo seu advogado. Mas o próprio assume os factos neste livro

Nacional

DIREITA TEM PRESSA DE "VOTAR"
A 48 horas das eleições
bomba destrói
Embaixada de Cuba

Dois metros e cinco fênixes, propulsores munitos elevam-no a várias centenas de metros, tal é o balanço de mais um atentado nacionalista, esse cometido ontem, cerca das 16 e 45, contra a Embaixada de Cuba...

Quilómetros de pistolas. A primeira carga, ao deflagrar provocou um fôlego no chão do «quadrado» porta da Embaixada...

DECLARAÇÕES DO PORTEIRO

Quando ao sair do cinema via isto pelas superfícies sobre um edifício de uma rua...

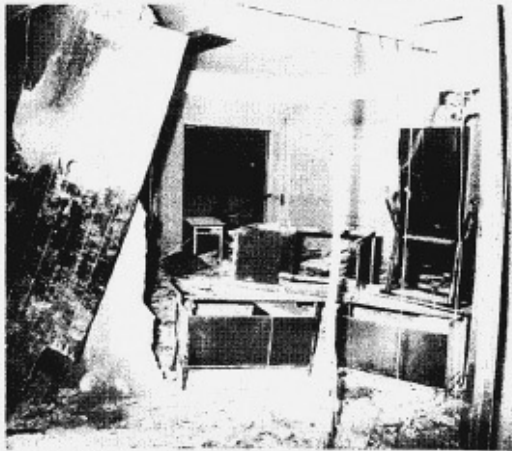
Em declarações ao «D.L.», o porteiro do edifício declarou, no entanto, que se o explosivo provocou por mais de uma carga de trinta ou quarenta metros de altura...

edifício, particularmente as andares mais altos. A Embaixada ocupa o 5.º e o 6.º andares. Tratava-se de um «Mme» com munitório bastante considerável...

Teria ocorrido cerca das 16 e 45, segundo o próprio generalista, que foi o elemento da Embaixada que se empregou de acção e comandado do MEI...

O ATENTADO

A explosão, que se fez ouvir de Salgueiro ao Marquês de Pombal...



O interior da embaixada com as portas completamente destruídas e os estêres e vidros totalmente destruídos

Momentos antes, e face às manifestações levadas pela presença do tal indivíduo que elegeria à statur «de um negociador de modelos na Embaixada»...

JUSTA INDIGNAÇÃO

Na rua, concentraram-se voluntários militares de pessoas, olhadas pela explosão, com o intuito de impedir a destruição...

do à necessidade de se vencer a direita nacionalista e estragar definitivamente o festim...

No interior do edifício, fotografaram-se «pós-detonar» e reportagens fotográficas nacionais e estrangeiras...



Populares juntaram-se na rua, enquanto a Polícia de Intendência impedia o acesso ao edifício



O próprio teto da embaixada caiu a tancha vizinha de bomba



Fidel Casco « um garrifoleiro saltear intactos no meio dos destroços

Reportagem do Diário de Lisboa sobre o atentado à embaixada de Cuba, em Lisboa, em 1976. O explosivo foi colocado por Ramiro Moreira e vitimou dois diplomatas

SECRETO

RELATÓRIO

Conforme determinação de V. Ex.^a, a seguir se descrevem as acusações imputadas ao Sr. Major MOTA FREITAS e que determinaram do então Exm.^a Juiz Instrutor do Processo, a sua detenção:

O/1 - RAMIRO DOS REIS MOREIRA, em declarações orais (gravação) e escritas (Juiz de Instrução) declara:

- a)-Que a espingarda SIGMA mod. 22 143 nº 11 610, a espingarda COIF AB-15 calibre .222 PM mod. SPL nº 45 886, as espingardas REMINGTON modelo 870, calibre 12, com os nºs T-170 Ø31 VAL e T-223 Ø38 VAL, as 6 caixas de balas calibre .222 REMINGTON e as 6 granadas de mão ofensivas m/962 do Lote SPE 6-16/69, encontradas na busca realizada à sua residência, lhe tinham sido dadas pelo Sr. Major MOTA FREITAS.
- b)-Que as armas atrás referidas lhe foram entregues no Comando da PSP, sendo carregadas no carro do seu amigo VALDEMAR BONITO, que assistiu à ocorrência.
- c)-Que na noite dos acontecimentos da UDP, a solicitação do Sr. Major Cerveira, se deslocou ao Comando da PSP, cerca da uma hora da madrugada, tendo-lhe sido entregue várias caixas com cerca de 30 a 40 Kgs de trotil, cordão lento e detonante, duas caixas com detonadores e uma caixa com 20 a 25 granadas de mão ofensivas.
- d)-Pelo Major MOTA FREITAS foi-lhe entregue uma relação de viaturas pertença de "indivíduos de esquerda" que deve-

Relatório secreto na posse do capitão Ferreira da Silva, onde se faz referência ao facto de o bombista Ramiro Moreira ter identificado a participação de altas patentes militares na rede bombista